



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

**Literatura Pós-colonial Portuguesa como Lugar de Memória
da Colonização Portuguesa em África**

Viviana Clara Carvalho Freitas de Azevedo
Doutoramento Literaturas e Culturas Românicas
Ramo Literatura Portuguesa
Dezembro de 2013

Agradecimentos

Agradeço às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria de Fátima da Costa Outeirinho e Professora Doutora Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte, e aos meus pais por todo o apoio prestado.

Resumo:

O colonialismo português tem sido tema recorrente da mais recente produção literária em Portugal, após um prolongado silêncio que se seguiu ao processo de descolonização. Este trabalho tem por objetivo perceber como alguns autores nacionais consideram de que forma a memória do passado colonial português ainda hoje interfere no presente dos portugueses através das suas representações literárias em obras com marcadas características da literatura pós-colonial. Os romances aqui analisados têm como protagonistas colonos portugueses em África ou antigos colonos repatriados para a antiga metrópole na situação de retornados, trabalhando sobre o passado histórico do colonialismo português ao evocar épocas que fazem parte do imaginário coletivo dos portugueses e servindo intencionalidades específicas que pretendo analisar. As obras literárias destes autores consistem em registos específicos de rememoração de um tempo histórico ainda recente e contribuem também para a formação da memória coletiva do passado colonial de Portugal por construir as suas próprias imagens sobre as sociedades coloniais recordadas ou questionar conceitos ainda hoje em vigor quando se recorda uma época considerada de esplendor da história do nosso país.

Através da análise das narrativas literárias que fazem parte do *corpus* em estudo, pretende-se ainda perceber como a identidade portuguesa em reconstrução resiste a diferentes visões do mundo colonial português e do seu fim. Por outro lado, estas obras partilham uma mesma atitude de empenhamento cívico anticolonialista, ao darem voz a perspetivas mais heterodoxas sobre o passado colonial português ou àqueles que nunca tiveram voz, por estarem nas margens dos acontecimentos. Confronta-se, em resumo, uma imagem plurifacetada da vivência portuguesa em África, a que muitos portugueses guardam na memória ou os livros de história e sociologia nos oferecem, com aquelas que a ficção nos devolve.

Abstract:

Portuguese colonialism has been a recurring theme of the latest literary production in Portugal, after a long silence that followed the decolonization process. This work aims to understand the ways some national authors consider how the memory of the Portuguese colonial past still interferes in Portuguese people's present through literary representations in narratives marked with features of post-colonial literature. The novels studied here have as protagonists Portuguese settlers in Africa or old settlers repatriated to former metropolis in the situation of "retornados", working on the past history of Portuguese colonialism by evoking times that are part of the collective imagination of the Portuguese and serving specific intentions that I will analyse. The literary works of these authors consist on specific recollections of events from a recent historical time and also contribute to the formation of collective memory of Portugal's colonial past by building their own images on the recalled colonial societies or questioning concepts still circulating when a time considered splendid of our country's history is remembered.

Through the analysis of literary narratives that form the *corpus* in study, this work intends to further understand how the Portuguese identity reconstruction withstands different visions of the Portuguese colonial world and its ending. Moreover, these literary works share the same attitude of anticolonial civic engagement, giving voice to more heterodox perspectives on the Portuguese colonial past or on those who have never had voice, being on the borders of the events. In short, a multifaceted picture of the Portuguese experience in Africa is confronted, the one still remembered by many Portuguese or that books of history and sociology provide us and the others that are given by fictional constructions.

Siglas

Antunes, António Lobo (2007), <i>O Esplendor de Portugal</i> , Lisboa, Publicações D. Quixote.....	EP
Barreno, Maria Isabel (1994), <i>O Senhor das Ilhas</i> , Lisboa, Editorial Caminho.....	SI
Cardoso, Dulce Maria (2011), <i>O Retorno</i> , Lisboa, Tinta da China.....	R
Gersão, Teolinda (1997), <i>A Árvore das Palavras</i> , Lisboa, Publicações D. Quixote.....	AP
Tavares, Miguel Sousa (2004), <i>Equador</i> , Lisboa, Oficina do Livro.....	E

Literatura Pós-colonial Portuguesa como Lugar de Memória da Colonização Portuguesa em África

Índice

1. Introdução	7
1.1. A “inflação” da memória na Europa pós-colonial.....	13
1.2. Literatura pós-colonial e memória do passado.....	23
1.3. Literatura portuguesa pós-colonial como “lugar de memória” do passado colonial.....	38
2. Narradores e pontos de vista	50
2.1. O Discurso polifónico	50
2.1.1. Polifonia e ancoragem histórica	51
2.1.2. Multiplicidade de tempos interiores e representação da memória.....	63
2.1.3. Subjetividade narrativa plural e representação social da realidade colonial	68
2.2 Romances a uma só voz	76
2.2.1. Da solidão na crítica ao império	77
2.2.2. Da singularidade de um observador implicado	85
3. Representações da Metrópole e do Império Colonial Português	93
3.1. A crítica explícita ao eurocentrismo de Lisboa	97
3.1.1. Questionamento do Modelo Colonial Português.....	105
3.2. A crítica ao Regime do Estado Novo.....	114
3.3. Representação do “mais atrasado país da Europa”	120
3.3.1. Representação do império português de inícios do século XX.....	128
3.4. A desilusão: contraste entre a metrópole real e a imaginada	134
4. Figura do colono português: entre a Metrópole e África.....	141
4.1. Sobre a aproximação do colono português ao espaço africano	143
4.2. Sobre a disfuncionalidade do colono português.....	151
4.3. Sobre a transposição do mundo do colono ocidental para África	157
4.4. Sobre a desclassificação do colono português	164
4.4.1. Passagem para África: transformação de um ocidental	164
4.4.2. Representação negativa do colono de S. Tomé e Príncipe.....	174

5. Figura do colonizado africano.....	186
5.1. Convivência entre colonos e colonizados	190
5.2. A valorização da figura do colonizado	196
5.3. A valorização do mundo do colonizado africano	216
5.4. Os negros como únicos aliados no espaço africano	221
5.5. O estereótipo do negro angolano	231
6. Figura do mestiço.....	243
6.1. A miscigenação racial em Cabo Verde	248
6.2. Hibridismo ou ambiguidade do mestiço.....	253
7. Figura feminina: centralidade no espaço colonial.....	268
7.1. Tradição <i>versus</i> modernidade	270
7.2. A mulher como símbolo da queda do império	284
7.3. As figuras femininas simbólicas da estratificação social de Moçambique	290
7.4. O combate ao estereótipo da figura feminina.....	299
8. O Fim do Império - O Retornado de África	313
8.1. A perda da identidade nacional	318
8.2. O regresso forçado à metrópole	328
8.2.1. Destroços do império num hotel do Estoril.....	338
9. Conclusão	361
10. Bibliografia	381

1. Introdução

A intriga do romance histórico é uma construção inventiva do autor com base em alguns acontecimentos verídicos, conforme afirma Rogério Miguel Puga (2006). Cita este autor Fátima Marinho quando afirma que, nestes romances, a História atua “como fonte de energia dramática” (Marinho *apud* Puga, 2006: 80), sendo esta “uma das especificidades atribuídas ao subgénero em questão, já que o tempo histórico, enquanto categoria da narrativa, deverá ser predominante e tão relevante como a ação privada (também esta histórica) em que as personagens se movem.” (Puga, 2006: 80) Ainda segundo as palavras do mesmo autor,

A História transforma-se num artifício narrativo através dos jogos de anacronia e do (re)aproveitamento de elementos extratextuais para criar um mundo possível ficcional que serve, não para complementar, mas, em parte, para (re)pensar, comentar e ficcionalizar a realidade (...), que, nos casos de *Equador* e *O Senhor das Ilhas*¹, se encontra intimamente relacionada com a representação das relações entre o poder «colonial»/patriarcal, a etnia e o género. O romance histórico leva-nos ainda a questionar as formas como o discurso em geral cria ou representa a realidade e de que forma esta serve de referente a discursos ficcionais, podendo ambos ser parodiados na teia de significados da ficção. (Puga, 2006: 80-81)

Este investigador coloca a tónica do seu estudo no facto de o romance histórico permitir o questionamento do discurso histórico oficial quando, muitas vezes, representa histórias ficcionadas em contextos passados imaginados sob perspetivas distintas das representadas no discurso histórico oficial, dando com exemplo os romances *O Senhor das Ilhas* de Maria Isabel Barreno e *Equador* de Miguel Sousa Tavares. Continua o mesmo autor:

A relação entre a História e a Literatura, bem como a Literatura enquanto fenómeno social e construção ou *poiesis* histórico-antropológica (...), são cada vez mais estudadas de forma interdisciplinar, contribuindo este nosso trabalho para a abordagem dessa inter-relação, ao analisar de que forma a História e a Literatura se questionam mutuamente; de que modo a História se assume como elemento estruturante da narrativa ficcional e quais os limites da sua representação no romance em geral, ou seja, da História romanceada. (Puga, 2006: 81)

As narrativas dominantes sobre o passado português em África reportam-se basicamente ao período entre 1961-1975, aos temas da guerra colonial. Durante muitos anos, deu-se particular importância à guerra na produção literária portuguesa em detrimento de uma “literatura de retorno” que se verifica nos dias de hoje e como lhe chama Eduardo Pitta, referindo-se a estas narrativas como sendo “uma forma especial de luto” (Pitta, 2010: 12) por uma África perdida, luto misturado com “uma grande revolta silenciada” (*ibidem*) por parte de pessoas “que tiveram de deixar tudo e depois chegaram cá e foram apontadas, criticadas, estigmatizadas.” (*ibidem*), uma literatura em que os sujeitos “lamentam a perda de um mundo julgado imutável” (*ibidem*), o que, a

¹ Romances que fazem parte do meu *corpus* de análise, conforme se verá.

par da experiência da guerra colonial que afetou todos os que foram mobilizados para combate e os que ficaram na metrópole, pode ser considerado outro trauma causado em todos os que tiveram de mudar radicalmente de vida e perderam tudo o que tinham construído nos territórios africanos após a independência das ex-colónias, trauma inserido em “histórias menores”, no sentido a elas atribuído por Chakrabarty:

Algumas construções e experiências do passado permanecem “menores” no sentido em que a sua própria incorporação dentro de narrativas históricas as converte em passados de “menor importância” face aos entendimentos dominantes daquilo que constitui o facto e a prova (...) da prática dos historiadores profissionais. Tais passados “menores” são aquelas experiências do passado a que tem de ser sempre atribuída uma posição “inferior” ou “marginal.” (Chakrabarty, 2005: 214)

As narrativas que dão conta da experiência portuguesa nas ex-colónias africanas não funcionam apenas como meio de recuperação de experiências vividas, mas, mais importante que isso, asseguram a manutenção dos laços emocionais entre os portugueses e as nações africanas no presente, ou seja, mais de 30 anos depois da retirada dos portugueses de terras de África, quando os últimos protagonistas da história do colonialismo português envelheceram e estão em vias de desaparecer. Considera José Vegar que “Entre as fronteiras e as forças imateriais e resistentes a definições de memória e tempo, Portugal, de forma silenciosa, poderá estar no limite de uma redefinição de identidade, a partir do desaparecimento da sua relação com África.” (Vegar, 2011: 32) Penso, tal como este autor, que a memória partilhada desta época pertencente a um passado recente da História de Portugal continua a ser fixada em texto, contribuindo estes discursos para a construção de uma memória e uma identidade coletiva sobre esta realidade. Apesar de a maioria das narrativas dizer respeito aos temas da guerra colonial e à luta contra o colonialismo, algumas exceções dão conta da passagem dos portugueses pelas ex-colónias como agentes locais da missão de povoamento dos territórios ultramarinos. Entre estes ex-colonos, incluem-se os “retornados”, designação que abrange principalmente os colonos de Angola e Moçambique (os ex-colonos da Guiné, São Tomé e Cabo Verde, também retornados a Portugal, não são por norma assim chamados por representarem realidades diferentes), obrigados a regressar a Portugal “devido à singularidade histórica de um Estado não ter deixado aos seus cidadãos outra opção senão a de abandonarem o território que consideravam também seu” (*idem*: 34). Em Angola, as lutas sangrentas independentistas entre as várias facções forçaram o governo português a organizar uma ponte aérea de centenas de aviões para evacuar para Portugal os refugiados; em Moçambique, a saída de muitos portugueses fez-se à revelia das autoridades, após a tentativa de secessão branca de 1974, tendo muitos dos secessionistas escapado para a África do Sul e a Rodésia antes de, ou em vez de, regressarem a Portugal. (Ribeiro, 2010: 10)

Em Portugal, com a Revolução do 25 de Abril e o fim da censura e, conseqüentemente, uma maior liberdade de expressão, temáticas como a revolução, as perseguições políticas e ideológicas, a guerra, a descolonização, a opressão e a discriminação de minorias, entre elas a feminina, são temas recorrentes. Se os anos setenta e oitenta são fecundos em memórias e ficções da Guerra Colonial, presentes nos livros de Lúcia Jorge, António Lobo Antunes e João de Melo, a partir de finais da década de noventa, verifica-se uma tendência para a ficção portuguesa de temática africana se apropriar da figura e da experiência multigeracional do colono para, assim, analisar o passado do Portugal colonial e a ruína do último império, conforme refere Isabel Ferreira Gould em relação à literatura portuguesa contemporânea: “A preferência nítida pelas temáticas da família e da mulher colonial é uma tendência do novo romance português de revisitação africana que, deste modo, se propõe examinar a identidade do Portugal colonial e pós-imperial.” (Gould, 2007: 65), dando como exemplo os romances *Partes de África* (1991) e *Pedro e Paula* (1998) de Helder Macedo, *O Senhor das Ilhas* (1994) de Maria Isabel Barreno, *O Esplendor de Portugal* (1997) de António Lobo Antunes, *A Árvore das Palavras* (1997) de Teolinda Gersão e *Lourenço Marques* (2002) de Francisco José Viegas.

Com efeito, ainda no século XX, os romances *O Senhor das Ilhas* (1994) de Maria Isabel Barreno, sobre o início da colonização de Cabo Verde, *A Árvore das Palavras* (1997) de Teolinda Gersão, sobre o povoamento português de Moçambique, ou *O Esplendor de Portugal* (1997) de António Lobo Antunes, sobre a época final da colonização de Angola e a decadência do império português, rompem o silêncio que parece ter-se generalizado à volta do tema da vivência dos colonos portugueses em África que se verifica desde o fim da Guerra colonial até à primeira década do século XX. Nas obras de Helder Macedo e de Francisco José Viegas, embora haja referências à colonização portuguesa, o motivo central não consiste na experiência dos colonos em terras africanas, mas antes em referências à época colonial a propósito de outros enredos.

Nos últimos tempos, contudo, têm surgido vários livros escritos pelos então designados “retornados”, o meio milhão de pessoas que tiveram de refazer as suas vidas em Portugal continental depois da independência das ex-colónias de África, apesar de este ser para muitos um território onde nunca sequer tinham estado, como é o caso dos livros *Os Dias do Fim* de Ricardo Saavedra (cuja 1ª edição é de 1995 e a 2ª de 2008, ou seja, o romance foi reeditado quando a editora notou o despertar do interesse pelo tema da descolonização de Moçambique), *A Casa das Rugas* (2004) de Eduardo Bettencourt Pinto, *Fala-me de África* (2007) de Carlos Vale Ferraz, *Os Retornados: Um Amor nunca se Esquece* (2008) de Júlio Magalhães, *Retornados: O Adeus a África* (2009) de António Trabulo, *Cadernos de Memórias Coloniais* (2009) de Isabela Figueiredo, *A Balada do Ultramar* (2009) de Manuel Acácio, *O Retorno* (2011) de Dulce Maria Cardoso, entre outros, ou de obras sobre a vivência dos colonos portugueses em África, como é o

caso de *Equador* (2003) de Miguel de Sousa Tavares, sobre a colonização de S. Tomé e Príncipe ou *O Anjo Branco* (2010) de José Rodrigues dos Santos, inspirado no pai, sobre a vivência dos colonos em Moçambique e a Guerra Colonial.

No início do segundo milénio, Miguel Sousa Tavares publica o seu romance *Equador*, cuja ação é passada nas ilhas de S. Tomé e Príncipe durante a época colonial portuguesa, que parece ter despoletado o *boom* da produção literária que se lhe segue, em que a nostalgia de África é evidente. Praticamente ignorado pela crítica literária, foi um fenómeno de vendas² no nosso país e deu origem a um despertar de um desejo de partilha de memórias sobre o colonialismo português em África que prossegue até aos dias de hoje. A crítica literária mostrou-se sempre muito cética em relação ao valor literários da maior parte destas obras até à data de publicação do livro de Dulce Maria Cardoso que recolheu um aplauso praticamente unânime dos críticos. Com efeito, no início da década seguinte, esta autora vai contrariar a tendência de apreciações literárias negativas quanto à produção de obras sobre a época colonial, com a publicação de *O Retorno*, no final do ano de 2011, em que se retrata a saída forçada dos colonos portugueses de Angola após a Revolução de Abril.

Esta proliferação de obras cujo tema central é a vida nas ex-colónias muitas vezes reflete a visão nostálgica do antigo colono em relação a um Portugal ultramarino agora perdido, no entanto algumas dessas obras têm como objetivo central desmontar mitos geralmente construídos e aceites sobre o colonialismo português. Segundo a jornalista Raquel Ribeiro,

Agora, muitos decidiram escrever sobre isso - sobre como era a vida na colónia, sobre o que perderam, sobre o que ficou, sobre como foi "regressar" e viver com o estigma de "retornado" - , buscando a sua identidade nos meandros de uma memória pessoal que era também uma história colectiva e tentando perceber o que é ser português hoje. Nos últimos anos, têm vindo a lume livros sobre a presença portuguesa em África: diários de guerra, ficções e autobiografias, mas também livros escritos por retornados (ou não) evocando a tragédia da ponte aérea ou as consequências do retorno na vida de muitos portugueses. (Ribeiro, 2010: 8)

Vejamos, de forma a completar esta ideia, o que Maria Manuela Cabral afirma em relação a uma das obras que vieram a lume depois da Revolução dos Cravos sobre a época da colonização:

O romance de Lídia Jorge³, como outros que, no pós 25 de Abril, se debruçam sobre esse período da nossa história, é a tentativa de conscientização de um povo sobre um passado recente, em geral ignorado ou vagamente conhecido, que é preciso assumir em todas as suas feridas e em todos os crimes que em nome delas se cometeram. Calar, esquecer é ainda a demissão e o risco de continuarmos a não saber quem somos, o que só pode gerar incapacidade de projectar o futuro. O silêncio sobre os erros do passado e a ruptura total com ele é, como afirma Lyotard, uma maneira de o reprimir "ou seja, de o repetir, mais do que o ultrapassar".

² O livro está traduzido em 10 línguas e já vendeu mais de 400 mil exemplares, tendo tido grande sucesso em Itália, França, Países Baixos, Sérvia e outros países, para além de Portugal. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Equador_\(livro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Equador_(livro))).

³ A *Costa dos Murmúrios* (1988).

(...) A anamnese apresenta-se, pois, na pós-modernidade, como condição vital de sobrevivência, sobretudo quando está em causa a defesa dos mais elementares direitos humanos. (Cabral, 1997: 284-285)

Tendo em conta o que fica dito, foi meu propósito analisar um conjunto de narrativas que tratam da questão da representação ficcional do passado colonial português em África segundo uma perspetiva pós-colonial, tendo, para o efeito, constituído um *corpus* de estudo que me parece exemplificativo da forma como este passado recente da História de Portugal é rememorado através da literatura portuguesa contemporânea, depois da crise identitária que se sentiu, no nosso país, quando os portugueses se viram, de súbito, confinados às fronteiras geográficas do seu pequeno território europeu, restando-lhes a hipótese de se virarem para a Europa para combater o isolamento a que se sentiram votados. Considero as três obras em cima já referidas importantes por terem contrariado a tendência geral de alheamento do tema por parte da elite cultural portuguesa no século XX em Portugal, ou seja, *O Senhor das Ilhas*, *A Árvore das Palavras* e *O Esplendor de Portugal*, assim como o romance *Equador* por ter dado início à explosão de produção literária sobre o povoamento das ex-colónias que se verificou no início do século XXI, tendo sido, apesar disso, ignorado pela maioria dos críticos literários. A estes romances adiciono também a análise de *O Retorno* de Dulce Maria Cardoso por ter contrariado a tendência de crítica literária negativa que se verificou em relação aos romances dedicados a esta temática publicados já neste século em Portugal e pela originalidade e qualidade da construção romanesca e do ponto de vista assumido.

Com base no *corpus* escolhido, pretendo assim, à partida, examinar, por um lado, a representação literária do projeto colonial português em África e, por outro lado, a criação de um espaço de expressão privilegiado de indagação crítica sobre a identidade nacional portuguesa no contexto do colonialismo e do pós-colonialismo, obras que Isabel Ferreira Gould designa como sendo "sobre Portugal, sobre nós e a nossa relação com África, sobre o eu português e como este vê o outro" (Gould *apud* Ribeiro, 2010: 9), onde África surge enquanto espaço e cenário, "paisagem, campo de batalha, de encanto e desencanto." (*ibidem*). O conceito de trauma também deve ser evocado quando se considera esta literatura à luz da perda emocional e material representada pelo abandono forçado de África por parte de milhares de portugueses, aliada à consequente reformulação identitária nacional que se estendeu a toda população portuguesa.

Nas obras analisadas neste trabalho, a época colonial portuguesa é retratada sob diversos pontos de vista baseados em factos históricos, tendo, no entanto, todas elas em comum serem escolhidos portugueses colonos como seus protagonistas de acontecimentos que o discurso histórico considera "menores" (Chakrabarty, 2005: 214). As primeiras obras literárias do meu *corpus* que retratam o ambiente vivido em África durante a época colonial portuguesa, escritas

após a descolonização, isto é, *O Senhor das Ilhas*, *O Esplendor de Portugal* e *A Árvore das Palavras*, consistem em relatos polifônicos dos quais se pode retirar mais do que uma perspetiva sobre cada uma das realidades baseadas em diferentes períodos históricos de que se dá conta em cada uma das narrativas, que são, por sua vez, passadas também em então diversos territórios ultramarinos portugueses. A escolha deste tipo de narrativas contadas a mais do que uma voz parece ser propositadamente pensada com o objetivo de fornecer ao leitor mais do que um ponto de vista sobre uma mesma realidade, sendo realçada a subjetividade implícita em qualquer narração, colocando-o numa posição desafiadora de ser ele a destrinçar a suposta veracidade dos acontecimentos. O leitor, estando perante a visão tendenciosa de um narrador-personagem e as perspetivas de personagens-narradores sente-se desafiado no ato de leitura na sua compreensão da mundividência narrada. A questão da perspetiva narrativa assume particular importância, juntamente com as questões da fragmentação do discurso em que os aspetos relacionados com a memória e o tempo psicológico das personagens-narradores são contributo fundamental, no seguimento das características do romance pós-moderno e permitindo equacionar uma memória poliédrica face às várias memórias individuais.

As diferentes perspetivas segundo as quais são ficcionados diversos períodos referentes ao passado colonial português permitem algumas conclusões relativas à intencionalidade crítica dos seus autores sobre vários aspetos relacionados com os discursos formais ainda hoje em dia vigentes no imaginário comum dos portugueses, quando se relembra um período considerado glorioso na história recente de Portugal. Os textos literários sobre a memória de África por parte dos ex-colonos são narrativas que, conforme refere Isabel Ferreira Gould, tocam num assunto que ainda parece ser de alguma forma melindroso para a maioria das pessoas, dado que “Lidamos melhor com a memória do soldado que fez a guerra colonial do que com a do colono.” (Gould *apud* Ribeiro, 2010: 9), considerando esta autora que isto acontece por ser difícil encontrar uma forma que legitime atualmente as recordações do ex-colono. No entanto, afirma a mesma autora que estas narrativas constituem “testemunhos que rompem com a narrativa histórica porque o narrador pode dizer ‘fui eu, vivi, perdi, estava lá’, mas, por outro lado, essas narrativas são prisioneiras da identidade, o que limita o que podemos dizer sobre o outro” (*ibidem*). Digo eu que são, contudo, registos que asseguram a manutenção dos laços entre os portugueses e a “sua” África através da recuperação da experiência vivida e da partilha do conhecimento com os que não a viveram, duas das principais funções da memória, mesmo que essa memória seja ficcional. Conforme se cita em baixo, referindo não apenas a literatura mas outros meios que permitem lidar com os traumas coletivos, a memória do trauma é recontextualizada como construção discursiva:

Media representations, cinema, television, photography, the visual arts (and more recently the Internet) have been, for at least sixty years, the fundamental vehicle by means of which traumas are transmitted, judged, and remembered. Literature, in its diverse expressions, and theoretical studies have played an important role in the representation, the transmission, and the critical (or mystifying) elaboration of traumatic events. Through the analysis of these sources, a re-conceptualization of memory as *discursive* construction, as a *culture* of memory can be inferred. Memory becomes not a mere instrument for the construction of an identity, both individual and collective, but also a method of deconstruction of those very processes leading to the definition and elaboration of individual and collective identities. In this perspective, the representation and the transmission of traumas is carried out through the deconstruction and the difficult operation of re-composing controversial, neither homogenous nor universal memories in a dialectic relation between the responsibility of remembrance and the necessity of oblivion. (Fortunati & Lamberti, 2010: 130)

No mesmo sentido vão as palavras de Inocência da Mata, referindo-se à literatura pós-colonial africana:

(...) acabam os referenciais literários, em princípio apenas ficcionais, por enunciarem problemáticas (políticas, ético-morais, socioculturais, ideológicas e económicas) que seriam mais adequadas ao discurso científico *strictu sensu*. Assim, a literatura, baralhando os “canónicos” eixos da dimensão prazerosa e gnoseológica, do prazer estético e da função sociocultural e histórica, vai além da sua “natureza” primária, a ficcionalidade. (...) É por isso que não espanta que o crítico literário se deixe seduzir por esse entrelaçamento de sistemas de valores, de sabores e de saberes, muitas vezes exponenciado pela comunidade receptora, que é condicionada por, e reivindica, uma identificação com o universo ficcionado. É que não raro é apenas por via da literatura que as linhas do pensamento intelectual nacional se revelam, e se vêm revelando, em termos de várias visões sobre o país e identidades sociais, colectivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais. (Mata, 2008: 21)

No que respeita à literatura pós-colonial portuguesa, é minha convicção que as palavras de Inocência Mata também se lhe adequam, dado que, durante muito tempo, a presença dos colonos portugueses em territórios africanos e a sua posterior condição de retornados em Portugal Continental parece ter ficado esquecida no que se refere à produção cultural nacional. Apenas a literatura parece trazer ao de cima os reflexos individuais, sociais e culturais de uma época que faz parte da memória coletiva de um povo, fundamental para a consciência identitária da nação.

1.1. A “inflação” da memória na Europa Pós-colonial

Segundo Andreas Huyssen (2003), um dos fenómenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais, fenómeno caracterizado por uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro que tanto marcou as primeiras décadas da modernidade do século XX. Este autor sublinha a mudança gradual que se verificou ao longo do século XX, inicialmente determinado pelo que o autor designa de “futuros presentes” -

desde os mitos apocalípticos de ruptura radical e a emergência do “homem novo” na Europa, através das fantasmagorias assassinas de purificação racial ou de classe no Nacional-socialismo e no Estalinismo, ao paradigma de modernização norte-americano e à cultura modernista - até aos anos finais de século, nomeadamente a partir da década de 1980, em que o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para o que o autor designa de “passados presentes”.

Segundo o mesmo autor,

The desire for narratives of the past, for re-creations, re-readings, re-productions, seems boundless at every level of our culture. History in a certain canonical form may be delegitimized as far as its core pedagogical and philosophical mission is concerned, but the seduction of the archive and its trove of stories of human achievement and suffering has never been greater. (Huysen, 2003: 5)

A ascensão do que Huysen designa de cultura ou inflação da memória desde os anos 80 é determinada por uma multiplicidade de fatores, incluindo eventos políticos como o fim das ditaduras na América Latina, a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e o fim do *apartheid*, bem como o crescente foco cultural nas histórias de minorias e políticas de identidade. A reciclagem e exploração pela indústria cultural de tópicos relacionados com a memória contribuem para a expansão de preocupações relativas à memória na esfera pública. (Huysen, 2004: 101)

Andreas Huysen afirma que vivemos uma época em que se inverteu o grande paradigma que vigorou do Renascimento ao Modernismo, em que as expectativas se voltavam para o futuro. Agora, o passado-presente de um mundo sem expectativas para o futuro expressa-se, entre outros factores, por uma compulsão pelo arquivo, pela monumentalização do Passado e pela busca incessante de registo da Memória. Particularmente após a queda do muro de Berlim, marco de um novo período mundial, teria começado a ocorrer uma expansão global de uma cultura e política da memória que já não se refere a um registo exclusivo do passado, como aconteceria na época romântica, mas se considera hoje em dia como pertencendo ao presente de quem evoca os acontecimentos, acarretando também os consequentes esquecimentos e omissões.

If the Romantics thought that memory bound us in some deep sense to times past, with melancholia being one of its liminal manifestations, then today we rather think of memory as a mode of re-presentation and as belonging ever more to the present. After all, the act of remembering is always in and of the present, while its referent is the past and thus absent. Inevitably, every act of memory carries with it a dimension of betrayal, forgetting and absence. (Huysen, 2003: 3-4)

Segundo este autor, depois da década de 1960, no rasto da descolonização e dos novos movimentos sociais em procura de histórias alternativas e revisionistas, surgiram outros tipos de

discursos de memória, numa busca de outras tradições que não a ocidental, acompanhados por várias declarações de fim, entre as quais o fim da História, que apontam para a presente recodificação do passado, iniciada depois do modernismo:

Memory discourses of a new kind first emerged in the West after the 1960s in the wake of decolonization and the new social movements and their search for alternative and revisionist histories. The search for other traditions and the tradition of “others” was accompanied by multiple statements about endings: the end of history, the death of the subject, the end of the work of art, the end of metanarratives. Such claims were frequently understood all too literally, but in their polemical thrust and replication of the ethos of avant-gardism, they pointed directly to the ongoing recodification of the past after modernism. (*idem*: 12)

Os discursos da memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de oitenta, impulsionados pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto. No entanto, tratando-se de passados presentes, a memória do Holocausto e o seu lugar na reavaliação da modernidade ocidental não contam toda a história. Há também muitas tramas secundárias que constroem a memória narrativa atual no seu escopo mais amplo, distinguindo de forma bastante clara o nosso tempo das primeiras décadas do século XX, tais como o *boom* das modas retro e dos utensílios retro, a comercialização em massa da nostalgia, a literatura memorialista e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos, com as suas difíceis negociações entre facto e ficção, a difusão das práticas memorialistas nas artes visuais e o aumento de documentários na televisão, entre outros. (*idem*: 14)

Ainda de acordo com o mesmo autor, não há muito tempo o discurso da História teria como função principal garantir a relativa estabilidade dos passados no passado - “the relative stability of the past in its pastness” (*idem*: 1) - e a memória era um tópico para poetas e suas visões sobre épocas douradas:

Memory, on the other hand, was a topic for the poets and their visions of a golden age or, conversely, for their tales about the hauntings of a restless past. Literature was of course valued highly as part of the national heritage constructed to mediate religious, ethnic and class conflicts within a nation. But the main concern of the nineteenth-century nation-states was to mobilize and monumentalize national and universal pasts so as to legitimize and give meaning to the present and to envision the future: culturally, politically, socially. This model no longer works. Whatever the specific content of the many contemporary debates about history and memory may be, underlying them is a fundamental disturbance not just of the relationship between history itself as objective and scientific, and memory as subjective and personal, but of history itself and its promises. At stake in the current history/memory debate is not only a disturbance of our notion of the past, but a fundamental crisis in our imagination of alternative futures. (*idem*: 2)

Hoje em dia, o debate sobre História/Memória denota a agitação sobre o conceito de História em si mesmo vivido na atualidade, mais do que uma mera distinção entre os dois conceitos e, para além disso, reflete também a crise provocada pela ausência de expectativas sobre o futuro.

Halbwachs já refletia, na primeira metade do século XX, tanto sobre o contraste entre a memória individual e a coletiva, como sobre a interação e mútua interpenetração de ambas em certas ocasiões, fazendo notar que mesmo a memória individual podia reforçar algumas das suas lembranças, ou mesmo preencher lacunas, apoiando-se na memória coletiva. De igual maneira, a memória coletiva conteria as memórias individuais, mas não se confundiria com elas, ou sequer com o seu somatório, pois evoluiria segundo as suas próprias leis. Se no caso da memória individual são os indivíduos que, em última instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado, conforme as suas necessidades no presente:

If recollections reappear, this is because at each moment society possesses the necessary means to reproduce them. We might perhaps be led to distinguish two kinds of activities within social thought: on the one hand a memory, that is, a framework made out of notions that serve as landmarks for us and that refer exclusively to the past; on the other hand a rational activity that takes its point of departure in the conditions in which the society finds itself, in other words, in the present. This memory functions only when under the control of this reason. When a society abandons or modifies its traditions, is it not in order to satisfy rational needs, and at the very moment in which they appear? (Halbwachs, 1992: 183)

A memória, portanto, já não pode mais, nos dias de hoje, ser associada metaforicamente a um espaço inerte no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como território, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o ser social a cada instante. A questão da memória como aberta a uma dialética de lembrança e esquecimento deixa de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Halbwachs reflete sobre a memória coletiva e o esquecimento, considerando que o fluir do tempo é determinante nos dois conceitos:

We can remember only on condition of retrieving the position of past events that interest us from the frameworks of collective memory. A recollection is the richer when it reappears at the junction of a greater number of these frameworks, which in effect intersect each other and overlap in part. Forgetting is explained by the disappearance of these frameworks or of a part of them, either because it is focused somewhere else (distraction is often the consequence of an effort of attention, and forgetting almost always results from a distraction). But forgetting, or the deformation of certain recollections, is also explained by the fact that these frameworks change from one period to another. Depending on its circumstances and point of time, society represents the past to itself in different ways: it modifies its conventions. As every one of its members accepts these conventions, they inflect their recollections in the same direction in which collective memory evolves. (Halbwachs, 1992: 172-173)

A memória coletiva recria os seus valores e restabelece pontes, renovando as suas lembranças e reclassificando os seus esquecimentos, introduzindo também o novo no velho e o velho no novo, criando uma necessária ilusão de continuidade, ou seja, oferecendo uma base estável de continuidades aos homens, em períodos críticos, nos quais uma estrutura parece passar a outra. Este sociólogo francês percebe que, longe de ser um processo que apenas se dá no cérebro humano a partir da atualização de vestígios que foram guardados neurologicamente pelo indivíduo, há uma dimensão social tanto na memória individual como na memória coletiva porque mesmo o indivíduo que se empenha em reconstituir e reorganizar as suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo revivendo mentalmente e apenas fisiologicamente factos já vivenciados.

The frameworks of memory exist both within the passage of time and outside it. External to the passage of time, they communicate to the images and concrete recollections of which they are made a bit of their stability and generality. But these frameworks are in part captivated by the course of time. They are like those wood-floats that descend along a waterway so slowly that one can easily move from one to the other, but which nevertheless are not immobile and go forward. And so it is in regard to the frameworks of memory: while following them we can pass as easily from one notion to another, both of which are general and outside of time, through a series of reflections and arguments, as we can go up and down the course of time from one recollection to another. Or, to put it more exactly, depending on the direction we have chosen to travel, whether we go upstream or pass from one riverbank to the other, the same representations seem to be at times recollections, at times notions or general ideas. (Halbwachs, 1992: 182)

A dialética entre continuidade e descontinuidade em relação ao passado comum dos grupos é algo que está permanentemente a ser negociado, sendo este um ponto que os estudos de Halbwachs pretendem deixar claro. Assim, a realidade social é constituída por um número indefinido de grupos, cada qual com a sua memória coletiva, entrelaçando-se numa rede social extremamente complexa. Cada indivíduo faz parte efetivamente de muitos grupos, cada qual com a sua memória: a vizinhança, o trabalho, o grupo a que pertenceu na fase escolar, e ao mesmo tempo grupos maiores que também trazem a sua memória coletiva: religiosos, nacionais, de carreira profissional. A memória coletiva não é única, porque há na verdade inúmeras memórias coletivas. Segundo Halbwachs, este é um dos traços que diferencia radicalmente a História da memória coletiva.

Por outro lado, a memória individual requer como instrumento palavras e ideias, ou seja, constrói-se por meio de linguagens, que são produzidas no ambiente social:

We should hence renounce the idea that the past is in itself preserved within individual memories as if from these memories there had been gathered as many distinct proofs as there are individuals. People living in society use words that they find intelligible: this is the precondition for collective thought. But each word (that is understood) is accompanied by recollections. There are no recollections to which words cannot be made to correspond. We speak of our recollections before calling them to mind. Is it language, and the whole system

of social conventions attached to it, that allows us at every moment to reconstruct our past. (Halbwachs, 1992: 173)

Desta forma, os estudos de Halbwachs são determinantes para a compreensão da memória individual pois, no seguimento das suas pesquisas e reflexões, há nos dias de hoje a noção de que ela implica sempre importantes dimensões coletivas. Se a memória envolve um comportamento narrativo, e a narratividade é necessariamente um processo mediado pela linguagem, que é um produto da sociedade e, através do uso da linguagem, a dimensão coletiva interfere decisivamente na memória individual. Para além disso, com a consubstanciação da memória através da linguagem, abandona-se o campo da experiência perceptiva individual com a possibilidade de esta ser comunicada, isto é, socializada. Este conceito conduz a todo um novo campo de significações da memória coletiva. Esta passa a referir-se

(...) não apenas a um processo de registo de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais.” (Barros, 2009: 41).

Com efeito, repare-se nas palavras de Halbwachs a este propósito:

When society becomes too different from what it had been in the past and from the conditions in which these traditions had arisen, it will no longer find within itself the elements necessary to reconstruct, consolidate, and repair these traditions. Society will then be obligated to adopt new values, that is, to rely on other traditions that are more closely in tune with present-day needs and tendencies. But it is within the framework of these old notions and under the pretext of traditional ideas, that a new order of values would become slowly elaborated. (Halbwachs, 1992: 160)

Esta reflexão sobre a memória traz implícita a noção de que a mesma se refere não apenas ao passado e ao presente, mas também ao futuro, seguindo a linha de estudos mais recentes sobre este tópico. Segundo Paul Ricoeur,

A ideia de progresso que ainda vinculava ao passado um futuro melhor, tornado ainda mais próximo pela aceleração da história, tende a ceder o lugar para a da utopia, tão logo as esperanças da humanidade perdem toda a ancoragem na experiência adquirida e são projetadas num futuro propriamente sem precedentes. Com a utopia, a tensão torna-se um cisma. (...)

Por um lado, é preciso resistir à sedução de expectativas puramente utópicas; elas só podem desesperar a ação; pois, na falta de uma ancoragem na experiência em curso, elas são incapazes de formular um caminho praticável dirigido para os ideais que elas situam “alhores”. (...)

Por outro lado, é preciso resistir ao encolhimento do espaço de experiência. Para tanto, é preciso lutar contra a tendência a só se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irrevocável. É preciso reabrir o passado, nele reviver potencialidades não realizadas, contrariadas ou até massacradas. Em suma, contra o adágio

que pretende que o futuro seja em todos os aspectos aberto e contingente, e o passado univocamente fechado e necessário, é preciso tornar nossas expectativas mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada. (Ricoeur, 1997: 370-372)

Paul Ricoeur atenta no facto de que o passado é sempre a memória de alguém (ou de um grupo) que faz projetos e visa ao devir. (Barros, 2009: 36) A distinção entre os conceitos de memória coletiva e memória histórica estudada por Maurice Halbwachs, no início do século XX, permite concluir que:

Entre os traços que distinguiriam essencialmente Memória de História (e, portanto, dificultariam a possibilidade de se falar em uma “memória histórica”) estaria a “continuidade”, característica de toda Memória (no sentido de que a memória se associa a uma corrente de pensamento contínuo)⁴, por oposição à “descontinuidade” envolvida na operação historiográfica. (*idem*: 46)

Ou seja, o papel da memória coletiva adquire extrema relevância quando permite cumprir uma função social de restabelecer continuidades que a historiografia não oferece. Halbwachs deu o exemplo de momentos em que são fortemente abalados os alicerces de uma época anterior, em que a sociedade precisa de criar os recursos para seguir adiante, incluindo todos⁵. A História seria um painel de mudanças mas a memória coletiva tenderia a constituir-se em painel de semelhanças, a enfatizar as permanências, o que traz identidade ao grupo. A Memória examina os grupos de dentro, enquanto a História os examina de fora, transformando as histórias particulares numa história mais ampla.

A inflação da memória, discutida por Huyssen, também é afetada por uma desigualdade na produção da memória no que se refere aos objetos rememorados. Este autor considera que o enfoque dado à memória é potencializado hoje em dia pelo desejo de nos ancorarmos num mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido. (Huyssen, 2000: 20). A mesma desigualdade é também referida nos estudos sobre a memória de Paul Ricoeur, tal como lembra José d'Assunção Barros:

Inspirando-se em um sistema conceitual que traz também referências da psicanálise freudiana, Ricoeur demonstra que essa desigualdade na produção da memória coletiva é muitas vezes afectada pelos “traumatismos da memória” em relação a determinados acontecimentos históricos, de modo que o historiador da Memória deve estar pronto a lidar com os recalques e retornos de recalques. **O recalque pode expressar-se através do silêncio relativo a um acontecimento vergonhoso ou traumático da memória nacional, mas o retorno do recalque pode, em contrapartida, produzir um excesso de memória.**⁶ Esse excesso pode expressar-se também através da historiografia, com a publicação desproporcional de determinados temas (...) (Barros, 2009: 56)

⁴ Continuidade de pensamento associada à memória individual que, contudo, pode ser vista como sendo posta em causa nas obras analisadas que apresentam um discurso memorialístico descontínuo e fragmentado, conforme se verificará mais adiante.

⁵ Veja-se os exemplos recentes do novo cinema romeno ou a literatura sobre a ex-Jugoslávia.

⁶ Sublinhado meu.

Ou seja, o recalçamento em relação a um acontecimento traumático pode ter como efeito o silêncio à volta desse acontecimento, no entanto o “retorno” do recalçamento pode produzir um excesso de memória. Repare-se nas palavras de Ricoeur:

Le trop de mémoire rappelle particulièrement la *compulsion de répétition*, dont Freud nous dit qu'elle conduit à substituer le passage à l'acte au souvenir véritable par lequel le présent serait réconcilié avec le passé: que de violences par le monde qui valent comme *acting out* “au lieu” du souvenir! On peut parler, si l'on veut, de mémoire- répétition pour ces célébrations funèbres. (...)

Si tel est le cas, alors le *trop peu* de mémoire relève de la même réinterprétation. Ce que les uns cultivent avec délectation morose, et ce que les autres fuient avec mauvaise conscience, c'est la même mémoire-répétition. Les uns aiment s'y perdre, les autres ont peur d'y être engloutis. Mais les uns et les autres souffrent du même *deficit de critique*. Ils n'accèdent pas à ce que Freud appelait le travail de remémoration. (Ricoeur, 2000: 96)

A propósito do chamado “Síndrome de Vichy” ⁷, Ricoeur refere Henry Rousso que identificou quatro fases no comportamento da população francesa em relação às invasões nazis:

Phase du deuil entre 1944 et 1955, au précisément ne se fait pas – “le deuil inachevé”, note l'historien; phase marquée par les séquelles de la guerre civile de l'épuration à l'amnistie. Phase du refoulement à la faveur de l'établissement d'un mythe dominant, le résistencialisme, dans l'orbite du parti communiste et du parti gaulliste. Phase du retour du refoulé, le miroir se brisant et le mythe volant en éclats (...). Phase enfin de l'obsession, dans laquelle il semble que nous soyons encore, marquée par le réveil de la mémoire juive et l'importance des réminiscences de l'Occupation dans le débat politique interne. (*idem*: 582)

Ou seja, quatro fases em que a população revela facetas comportamentais diversas, e até contraditórias, relativas a aspetos traumáticos do seu passado histórico que se aproximam da noção de “síndrome” da área da psiquiatria. Esta posição teórica pode aplicar-se a meu ver, ao caso em estudo nesta dissertação, porquanto ao silêncio pós guerra colonial e saída dos portugueses de África se seguiu o *boom* dos romances sobre o regresso que, como tem sido dito, em certos casos é um “regresso” a um espaço onde os sujeitos nunca tinham habitado.

Também Andreas Huyssen expressa de forma eloquente a dinâmica contraditória entre memória e esquecimento que considera caracterizar a nossa época: “Whether it is a paradox or a dialectic, the spread of amnesia in our culture is matched by a relentless fascination with memory and the past”. (Huyssen, 1995: 254). Com efeito, as representações tradicionais das sociedades têm sido constantemente postas em causa, o crescente foco de interesse nos grupos tradicionalmente marginalizados tem desafiado a historiografia tradicional, o que explicará a renovação de discursos de memória e de identidade cultural como forma de combater o

⁷ Vichy chegou a ser capital de França durante a invasão alemã.

esquecimento. Consequentemente tem havido, nos tempos presentes, um interesse renovado de recuperação da memória e identidade cultural das sociedades como forma de contrariar o que Andreas Huyssen designa por propagação da amnésia que, paradoxalmente, coexiste com a inflação da memória.

Andreas Huyssen afirma ainda sobre o mesmo assunto:

Para onde quer que se olhe, a obsessão contemporânea pela memória nos debates públicos choca com um intenso pânico público frente ao esquecimento, e poder-se-ia perfeitamente perguntar qual dos dois vem em primeiro lugar. É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? (...) Qualquer que seja a resposta para estas questões fica claro que velhas abordagens sociológicas da memória coletiva – tal como a de Maurice Halbwachs, que pressupõe formação de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica actual dos média e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. (Huyssen, 2000: 19)

Huyssen questiona se os estudos de Halbwachs sobre a memória coletiva se adequam à realidade dos dias de hoje, dado que as contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos fazem perguntar se ainda é possível a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela. (*ibidem*)

Produzida por um grupo, a memória coletiva estudada por Halbwachs não é muito distinta das histórias plurais da historiografia do período pós-moderno, em que as histórias de um movimento, uma etnia ou qualquer outro tipo de grupo produzem histórias de si para si: a história do movimento negro, do movimento gay, do feminismo, a história de seitas religiosas, de etnias específicas, de famílias, de categorias profissionais, de partidos políticos, e muitas outras. A historiografia sofre mais do que nunca pressões pelas margens, advindas das várias memórias coletivas, fazendo com que os fenómenos históricos até há pouco tempo quase que exclusivamente estudados pelos historiadores, comecem a ser examinados de direções várias, a partir de olhares vindos dos diversos grupos sociais:

The breaking of all canons, the juxtaposition of macro and micro history, the questioning of the ideas of objectivity and subjectivity in the historiographic rendering, as well in literature, have taught us all to be prudent observers and to use the plural instead of the singular: no longer a unique “memory” but many “memories”, many traces left by the same event which in time sediment in the individual consciousness, as well as in the collective consciousness, and that are often – consciously or unconsciously – hidden or removed; traces that nevertheless stay and suddenly or predictably re-emerge each time the historical, political, or cultural context changes. It has become evident through memory studies that no unitary definition of memory exists and that memory is dynamic (...). It is memory as a process (over the course of time) which is reshaped according to the present – hence its pivotal role in interdisciplinary studies of both the notion of historical context and of the context of the dialectics of temporality. (Fortunati & Lamberti, 2010: 128)

A memória é interpretada como sendo uma mistura e justaposição de várias memórias coletivas que partem de diversos grupos sociais e que determinam a lembrança ou o esquecimento dos eventos. São múltiplos os traços de memória sobre o passado das sociedades que se podem extrair através da análise dos objetos de estudo de vários campos científicos relacionados com os estudos de Memória e que determinam o caráter temporalmente dinâmico das lembranças, consoante as necessidades do presente das sociedades em questão.

José Colmeiro afirma, em relação aos dias de hoje, no que se refere à realidade espanhola,

(...) we live in a postmodern era without clear and unambiguous overarching grand narratives that tell us what is important to remember collectively (such as could be, in different times, the nation-state, the revolution, the war, the resistance, and so on). In this context, national identity is constantly interrogated, fragmented, deconstructed and reconstructed, subject to the opposing challenges produced by the local/global interface, the processes of European political integration and of economic and cultural globalization, frequently perceived as threats to vernacular cultural identity. We are confronting a complex “post-national” paradigm, in which the crisis of the national is the result of challenges from both sub-state forms of peripheral nationalism (such as Catalan/Basque/Galician, etc), and transnational global currents (such as the European Union). Memory then becomes a site of struggle where collective identities are formed in reaction to, and as a result of, these multiple challenges from within and from without. (Colmeiro, 2011: 27)

Ou seja, para este autor, nos dias de hoje a memória, ao tentar enfatizar as semelhanças conforme Halbwachs terá defendido, torna-se num campo de esforço em que as identidades coletivas tentam formar-se como resultado de, e em reação aos permanentes desafios provocados pela desconstrução das identidades por forças internas e externas às nações. No caso de Espanha, que aqui vale de exemplo, os nacionalismos internos e a União Europeia serão as forças desestabilizadoras.

Na opinião deste autor, a mudança de paradigmas nas teorias e críticas literárias influenciou diretamente a atenção renovada dada à memória e aos estudos sobre identidade coletiva. As teorias pós-estruturalistas com a atenção dada à diferença, conceito central em qualquer estudo sobre identidade cultural, reposicionaram radicalmente as configurações tradicionais de “centro” e “margens”, questionando as inclusões e exclusões implicadas na formação do cânone. (*idem*: 19). Acrescenta ainda Colmeiro, referindo-se à realidade espanhola:

These theories have also provided the intellectual tools for deconstructing pervasive dichotomies such as present/past, presence/absence, written/oral, high/low, History/story that have defined traditional representation. Challenging those established structures of power, the poststructuralist critique of academic discourses has refocused the interest towards alternative configurations on the margins of power and traditionally marginalized or excluded stories from underrepresented groups, as well as their neglected memories and collective identities. Similarly, the recurring postmodern assessment that our contemporary global culture suffers amnesia, and its accompanying rhetoric of mourning and obsession with the loss of identity, as seen in the pervasive signs of fragmentation, dismemberment, simulacra, fissures and the cultivation of nostalgia, has renovated the interest for the recovery of memory and cultural identity. (*idem*: 19-20)

No que se refere ao caso português, a obsessão com a perda de identidade referida por este autor no que concerne a Espanha, verifica-se de igual modo, apesar de Portugal não enfrentar os movimentos independentistas desestabilizadores da unidade nacional. Contudo, a perda tardia das colónias africanas e consequente entrada no país de população proveniente desses territórios, aliada à subsequente adesão à Comunidade Europeia, provocou, a meu ver, uma crise identitária com marcas sociais profundas que se refletem na produção artística até à atualidade. A proliferação de obras literárias relacionadas com o tema da colonização portuguesa em África, que se tem verificado nos últimos tempos em Portugal, decorre do emergir do trauma relacionado com a perda das antigas colónias por parte de um largo número de portugueses ainda hoje não refeitos do sofrimento causado pelo abandono forçado de terras que consideravam suas ou da violência enfrentada numa Guerra Colonial que a maioria pretende esquecer.

1.2. Literatura pós-colonial e memória do passado

No que concerne aos dias de hoje, o estudo de Kwame Anthony Appiah (2003) com o título “Is the Post- in Postmodernism the Post- in Postcolonial?” defende que, ao contrário dos pós-modernistas, que carregam o passado nas costas mas que fixam os olhos no futuro, os pós-colonialistas encaram o passado enquanto caminham para o futuro, ou seja, o passado colonial está sempre presente e palpável. Está presente na forma de ameaça ou realidade do que este autor considera como sendo um “neo-colonialismo”, da dependência económica das ex-colónias em relação à antiga metrópole e às multi-nacionais. As ex-colónias ainda têm que viver com a herança indelével do colonialismo, que se reflete na sua cultura, assim como as nações protagonistas do neo-colonialismo detêm marcas evidentes da circulação de culturas:

Postrealist writing, postnativist politics, a transnational rather than a national solidarity-and pessimism: a kind of postoptimism to balance the earlier enthusiasm for Ahmadou Kourouma's *Suns of Independence*. Postcoloniality is after all this: and its post-, like that of postmodernism, is also a post- that challenges earlier legitimating narratives. And it challenges them in the name of the suffering victims of "more than thirty African republics." If there is a lesson in the broad shape of this circulation of cultures, it is surely that we are all already contaminated by each other, that there is no longer a fully autochthonous *echt*-African culture awaiting salvage by our artists (just as there is, of course, no American culture without African roots). And there is a clear sense in some postcolonial writing that the postulation of a unitary Africa over against a monolithic West - the binarism of Self and Other - is the last of the shibboleths of the modernizers that we must learn to live without. (Appiah, 2003: 67)

Como refere Appiah, o termo pós-colonialismo é mais complexo do que aparenta, nomeadamente pelo emprego do “pós-” e o modo como vários críticos o entendem. (Appiah, 2003: 62) Este prefixo significa depois ou após, o que implica um significado de “passado” ou “acabado”, no entanto, os efeitos do colonialismo ainda hoje são sentidos, conforme a crítica pós-colonial parece fazer vincar. Embora inicialmente o pós-colonialismo se tenha dirigido à resistência política dentro dos países coloniais, configurando sobretudo uma crítica política, a forma dominante do pós-colonialismo neste momento é a forma literária:

A partir dos anos 80, os estudos pós-coloniais assumem uma característica prevalentemente literária, com referência à produção narrativa das ex-colónias e sobretudo às obras escritas na língua do país colonizador. Segundo Said, é na literatura que se expressam melhor os conflitos identitários próprios do período pós-colonial. A esse propósito, citamos, entre outras, as obras de autores como Salman Rushdie, Kazuo Ishiguro, Tahar Ben Jelloun, W.G. Sebald, Eduardo Agualusa, Mia Couto, Bem Okri... (Neves, s.d: 238)

O “pós” do pós-colonialismo é visto por Anthony Appiah como o “pós” do pós-modernismo na medida em que, apesar das diferenças fundamentais entre os dois conceitos, ambos significam uma forma de abrir novos espaços, desafiando as narrativas legitimadoras anteriores. Anthony Appiah refere, com algum sarcasmo, em relação às nações africanas dos dias de hoje:

Postcoloniality is the condition of what we might ungenerously call a comprador intelligentsia: a relatively small, Western-style, Western-trained group of writers and thinkers, who mediate the trade in cultural commodities of world capitalism at the periphery. In the West they are known through the Africa they offer; their compatriots know them both through the West they present to Africa and through an Africa they have invented for the world, for each other, and for Africa. (Appiah, 2003: 62-63)

Appiah defende que, quando falamos sobre África, temos que levar em conta que a expressão cultural africana, em geral, frequentemente é vista como sendo apenas mercadoria para consumo internacional. O pensamento pós-colonial pretende refletir de forma integrada sobre as relações de poder que estiveram circunscritas à hegemonia do colonizador e à exploração do colonizado mas também sobre as novas realidades geradas pelo desmoronamento dos impérios. Ao contrário dos primeiros pensadores que caracterizaram o regime colonial e imaginaram um mundo livre desta forma de dominação, o fim dos impérios europeus veio acentuar as assimetrias da distribuição de recursos e as desigualdades face à produção e usufruto dos capitais económicos e simbólicos. O desmoronar dos impérios não trouxe a cessação da exploração dos povos colonizados mas, como se constatou na América Latina, no século XIX e XX, e na Ásia e África, na segunda metade do século XX, promoveu a transferência dos regimes de exploração e domínio. Estes fenómenos passaram então a ser protagonizados por forças sociais autóctones mais ou menos dependentes de

interesses instalados no hemisfério norte. O fim da Guerra-Fria e a derrocada da União Soviética constituem os aspetos mais recentes desta ordem pós-colonial, cujo vazio político e simbólico foi hegemonicamente preenchido pelos Estados Unidos, tendo como resultados imediatos a integração no sistema económico e simbólico capitalista de territórios até então fora desta área de influência. (Cunha, 2007: 188)

O processo de descolonização, concluído nos anos 60 na maioria dos países e em Portugal apenas em 1975, constitui a raiz histórica dos estudos pós-coloniais que se afirmam, conforme é mencionado por Patrizia Calefato, como sendo

o espaço teórico, político e poético reconhecido não só como o que vem depois do colonialismo, ou seja, depois dos acontecimentos históricos da descolonização iniciados na segunda metade do século XX (...) mas também como o 'pós' pós-colonialismo: uma situação que, histórica e geopoliticamente, é já uma situação de globalização em que as razões profundas do colonialismo, juntamente com os conflitos pós-coloniais e a violência mundializada que transforma as minorias em êxodos, abriram cenários novos. (Calefato *apud* Neves, s.d.: 235).

O objeto de investigação dos estudos pós-coloniais, como refere Rita Ciotta Neves, é bem claro, o propósito é o de estudar os confrontos entre culturas que estão numa relação de subordinação, a “marginalidade colonial, considerada segundo uma perspectiva espacial, política e cultural.” (Neves, s.d.: 235) No entanto, o termo pós-colonial refere-se, de modo geral, ao processo de descolonização que marcou, mesmo que de formas muito diferentes, tanto os países colonizados como os dos colonizadores. Ou seja, o termo enfatiza que a colonização nunca foi um facto externo às metrópoles imperiais, estando inscrita nas suas próprias culturas, assim como as culturas imperiais também se inscreveram nas culturas dos colonizados. Corroborando as mesmas ideias, sobre o assunto diz um outro autor: “Pensar nessa ambivalência posta pelo encontro colonial implica, assim, em deslocar uma série de noções como centro/periferia, nós/eles, dentro/fora, rompendo com essas oposições binárias para pensar as relações sociais de modo mais complexo, múltiplo e transversal.” (Cantarino, 2007: 54) Assim, alguns teóricos consideram que o conceito de pós-colonialismo pode abranger múltiplos fatores, nomeadamente a discussão de experiências relacionadas com a migração, escravatura, diferença racial e de género, entre outras.

A razão para o uso do prefixo “pós-“ é claramente assinalar o fim de um período histórico marcado pela independência, e respetivas consequências, de dezenas de países das Américas, da Ásia e de África, até então dominados por alguns países ocidentais. A forma literária substituiu a forma política inicial, tornando-se o pós-colonialismo um fenómeno cultural de grande relevância para uma variedade de práticas culturais, sendo a literatura um meio privilegiado de exposição e discussão dos processos de relacionamento cultural entre as várias nações envolvidas. Paulo Macedo afirma a este propósito:

A escolha da literatura como campo privilegiado para uma análise de relações de poder, sob uma perspectiva pós-colonial, é reduzida, mas não necessariamente redutora. Pois é, sem dúvida, através da literatura que muitas dessas relações são expostas, defendidas e atacadas de um modo por vezes difícil ou até mesmo impossível por outros meios. (Macedo, 2006: 341-342)

Nas palavras de Homi Bhabha (2001), um dos grandes teóricos sobre a matéria, os discursos das minorias étnicas ou culturais, que se verificam no pós-colonialismo, implicam o emergir de um outro espaço no contexto da história da humanidade, ocorrendo o que anteriormente não acontecia: o reconhecimento das marcas da diferença como pontos de convergência para a formação das identidades dos povos. Citando o autor,

O discurso da minoria radica no acto do aparecimento no espaço *intermédio* entre imagem e signo, o cumulativo e o acessório, a presença e o representante. Ele contesta as genealogias da “origem” que conduzem à exigência de supremacia cultural e prioridade histórica. O discurso da minoria reconhece o estatuto da cultura nacional – e do povo – como o espaço conflitual e performativo da perplexidade do viver no meio das representações pedagógicas da plenitude da vida. Já não há razões para pensar que essas marcas da diferença – o tempo incomensurável do sujeito da cultura – não podem inscrever a “história” do povo ou tornar-se nos pontos de convergência da solidariedade política. (Bhabha, 2001: 554)

Bhabha mostra como as relações entre colonizadores e colonizados não são homogêneas mas marcadas pela ambivalência, destacando a esfera inconsciente das relações coloniais e mostrando ainda de que forma o sujeito colonial se converte em objeto de fantasia e desejo por parte do colonizador, perspectiva que “põe em relevo a dimensão inconsciente destas relações, onde muitas vezes entre os dois sujeitos, o colonizador e o colonizado, se desenvolve uma ambígua relação de repulsa e desejo, de identificação e condenação” (Neves, s.d: 236). O seu conceito de terceiro espaço “remete para uma liminaridade que se esquiva a pensar as identidades nacionais em termos substancialistas, centradas em torno de uma cultura homogênea, ao mesmo tempo que recusa aceitar a ideia da diferença segundo a noção de um mosaico multiculturalista.” (Sanchez, 2005: 15):

Ao eliminar as totalidades harmónicas da Cultura, a diferença cultural exprime a diferença entre representações da vida social sem exceder o espaço de significados e juízos incomensuráveis que são produzidos dentro do processo de negociação transcultural. O efeito dessa secundarização não é apenas a mudança do “objecto” de análise – por exemplo concentrar a atenção na raça e não na identidade sexual, nos saberes nativos e não nos mitos da metrópole; nem inverter o eixo de discriminação política, instalando no centro o termo excluído. A analítica da diferença cultural intervém para transformar o cenário da articulação – não apenas para perturbar a lógica da discriminação. Muda a posição da enunciação e as relações de discurso dentro dela; não só o que é dito, mas donde é dito; não apenas a lógica da articulação, mas o *topos* da enunciação. (Bhabha: 2001: 560)

Bhabha entende que os processos discursivos são centrais na constituição da alteridade ou da diferença racial ou cultural, recusando a explicação do estereótipo com base em concepções essencialistas. Para este autor, o estereótipo não pode ser explicado através de um mero processo

de deturpação da realidade, reforçando a ideia de que a discriminação não pode ignorar fatores de ordem psicológica e realçando “a importância da alteridade para desconstruir as concepções clássicas que separariam o Mesmo do Outro.” (Sanches, 2005: 15).

Gayatri Spivak (1994), outra das grandes teóricas do pós-colonialismo, põe em relevo as histórias dos subalternos, conceito que deve ser entendido como a diversidade dos grupos dominados e explorados, silenciados pelo ponto de vista hegemónico da historiografia académica. Assim, propõe-se dar voz aos excluídos, nomeadamente às mulheres nativas subalternas, cujo ponto de vista nunca é ouvido, vítimas que são da visão de superioridade do feminismo ocidental que a autora considera sinónimo dos comportamentos do colonizador face ao colonizado e, portanto, mera reprodução dos axiomas do imperialismo. O desenvolvimento da teoria pós-colonial tem no conceito do subalterno um dos seus pontos fulcrais que literalmente significa “de posição inferior”. Spivak no seu artigo “Can the subaltern speak?” critica o essencialismo inerente ao estabelecimento de diferenças entre grupos subalternos e elites feito pelos historiadores de *Subaltern Studies* da Ásia do Sul, que tentava preencher a lacuna do discurso histórico ao estudar a história dos grupos subalternos. A pergunta central “Será que o subalterno pode falar?” (Spivak, 1994: 90), associada ao que a elite tem de fazer para impedir a contínua constituição do subalterno, aponta para o facto de esta questão em relação às mulheres ser ainda mais problemática visto que se o chamado subalterno for “poor, black and female, you get it three ways” (*ibidem*). Assim, nos últimos anos, desenvolveu-se uma interação produtiva entre pós-colonialismo e o movimento feminista, pois ambos refletem interesses muito semelhantes, tais como uma crítica do cânone e uma experiência de opressão e marginalidade. O movimento feminista é fator contributivo para a refocalização do objeto de estudo da História, fomentando a descentralização do discurso histórico dos seus antigos protagonistas para os que até então se quedavam na penumbra, entre os quais as próprias mulheres. Repare-se, assim, nas palavras de Linda Hutcheon:

What is always important to recall, however, is that difference operates within each of these challenging cultures, as well as against the dominant. Blacks and feminists, ethnics and gays, native and ‘Third World’ cultures, do not form monolithic movements, but constitute a multiplicity of responses to a commonly perceived situation of marginality and ex-centricity. And there have been liberating effects of moving from the language of alienation (otherness) to that of decentering (difference), because the center used to function as the pivot between binary opposites which always privileged one half: white/black, male/female, self/other, intellect/body, west/east, objectivity/subjectivity – the list is now well known. (Hutcheon, 1998: 62)

O conceito do Outro e as várias formas como os colonizadores encararam este Outro é um ponto central da teoria pós-colonial. Este termo passou a ser usado, dentro da teoria pós-colonial, para designar o resultado de um processo de negação da subjetividade do Outro, processo que serve

geralmente ao mesmo tempo para construir a identidade e subjetividade do sujeito branco masculino ocidental. O estereótipo é frequentemente empregado nas narrativas coloniais para definir o “Outro” em termos simples, e ao mesmo tempo para indicar normas e criar uma imagem do “eu” europeu conforme às regras do comportamento desejado:

O estereótipo é, assim, enquanto ponto primeiro de subjectivação no discurso colonial, tanto para o colonizador como para o colonizado, o cenário de uma fantasia e defesa similares – o desejo de uma originariedade que é mais uma vez ameaçada pelas diferenças de raça, cor e cultura. (Bhabha, 2005: 155)

Contudo, segundo Homi Bhabha, as culturas nunca são unitárias em si, nem são simplesmente dualísticas em termos do Eu ou do Outro. O seu conceito de terceiro espaço implica a noção de que os símbolos culturais nunca são fixos, quaisquer signos podem ser apropriados, mudados, reinterpretados e imbuídos de novos sentidos, abrindo caminho à conceptualização duma cultura inter-nacional, não baseada em exotismo e no multiculturalismo da diversidade de culturas, mas em vez disso, baseada na articulação da hibridez de cultura. De acordo com este autor,

As fronteiras da diferença cultural são sempre tardias ou secundárias no sentido em que a sua hibridez nunca é simplesmente uma questão de mescla de identidades ou essências dadas de antemão. A hibridez é a perplexidade do viver na medida em que interrompe a representação da plenitude da vida; no discurso minoritário, ela é uma instância iterativa do tempo do signo arbitrário – “o menos na origem” – através do qual todas as formas de significado cultural se abrem à tradução, porque a sua enunciação resiste à totalização. A interdisciplinaridade é o reconhecimento do momento emergente da cultura criado no movimento ambivalente entre discursos pedagógico e performativo, de modo que este não é simplesmente a adição harmónica de conteúdos e contextos que aumenta a positividade de uma presença simbólica e disciplinar dada de antemão. No impulso desassossegado para a tradução cultural, os lugares híbridos de significado abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do símbolo, à medida que ele se joga nos lugares culturais, não deve obscurecer o facto de que a repetição de um signo é, em cada prática social específica, tanto diferente como diferencial. (Bhabha, 2001: 562)

Inicialmente, o termo hibridez foi usado em contextos biológicos e botânicos, designando um cruzamento de espécies diferentes, só depois começou a ser empregue para indicar a mistura de seres humanos e, posteriormente, em relação à imposição de uma língua a outra, sugerindo o domínio do colonizador sobre o colonizado. No entanto, no pós-colonialismo, este termo ilustra o facto de o processo colonial envolver uma troca de elementos culturais em vez de completamente substituir uma cultura por outra, dando-se ênfase à reciprocidade dos processos, à sobrevivência de práticas culturais distintas mesmo sob opressão, e ao modo como estas se tornam parte das novas configurações que resultam do choque de culturas no contexto imperial. Desta maneira, a hibridez e o poder que dela resulta tornam-se contribuições e características do pós-colonial.

No que toca à especificidade do pós-colonialismo português, Boaventura de Sousa Santos define-a com base no conceito de hibridez cultural e racial. Segundo este autor, o nosso pós-

colonialismo é caracterizado essencialmente pela hibridez, em oposição aos restantes pós-colonialismos europeus. Este autor é de opinião que “Os estudos pós-coloniais, ao contestarem a ideia da homogeneidade das culturas, contestam, implícita ou explicitamente, a ideia de nação ou de nacionalismo, já que uma e outra pressupõem uma certa homogeneidade cultural onde é possível fundar uma identidade nacional, anticolonial.” (Santos, 2011: 35) O seu ponto de vista é o de alguns intelectuais, para os quais

A literatura é, talvez, de todas as criações culturais, aquela em que melhor pode obter-se o equilíbrio dinâmico entre homogeneidade e fragmentação. Não admira que estes intelectuais e, sobretudo, Fanon tenham atribuído à literatura o estatuto de instrumento privilegiado na construção da “consciência nacional”. E aqui o papel dos estudos pós-coloniais pode ser decisivo no sentido de ampliar essa “consciência nacional”, preenchendo-a com vozes que as elites nacionalistas (para já não falar do poder colonial) esqueceram ou excluíram. (*ibidem*)

A reconstrução da consciência nacional de que fala Boaventura de Sousa Santos, tem de ser relacionada com uma mais lata recontextualização. Com efeito, nas palavras de Paulo de Medeiros, o que está em jogo hoje em dia é uma reconceptualização da Europa, tendo em conta as transformações vividas desde finais do século XX, entre as quais se contam os movimentos migratórios de populações de outras partes do mundo:

(...) for what is at stake is not just the upholding of the status quo or of the relative positioning of Europe in a globalized planet but rather the possibility of a new future for Europe that does not content itself with becoming a sort of oversized museum of world history or a wanna-be appendix of the United States. The call for a re-conceptualization of Europe that not only takes into consideration Europe’s transformations since 1945, decolonization, the end of the cold war, and all of the more recent migratory movements into Europe, has come from a variety of positions (...) (Medeiros, 2009: 3)

Isabel Allegro de Magalhães afirma, sobre a realidade dos países europeus depois do fenómeno da descolonização, que, pouco depois da independência de novos países, começaram os movimentos de deslocação ou de êxodo maciço de populações provenientes de várias partes do mundo em direção aos países ex-colonizadores, transformando a realidade dessas sociedades ocidentais, que até então teria permanecido relativamente homogénea do ponto de vista étnico e cultural, em realidade pluricultural. (Magalhães, 2001: 308). Continua a mesma autora:

Assim se abre a necessidade de uma mutação em cada consciência nacional que teria de deixar de ser vista como *continuum* estável, para passar a ser entendida como construção em permanente mudança através da História, sendo que no centro está o próprio país de “acolhimento”, posto em causa por essa presença socialmente significativa de grupos e culturas diversas e, nas margens (que vão deslocando esse centro), todos os que vêm de outros lugares e que existencialmente se interrogam sobre o que agora os define, enquanto seres deslocados, divididos entre a sua origem e o tempo/lugar do seu presente, bem como interrogam o próprio lugar cultural de chegada. (*idem*: 309)

As relações entre o “nós” e os “outros” passam a ter, a partir da queda do império, uma outra dimensão. As narrativas hegemônicas, construídas a partir da “bondade” do centro imperial terão, a partir de então, de ser confrontadas com outras leituras, nomeadamente com aquelas que discutem a natureza dessa bondade e glorificam as lutas travadas na periferia contra o centro imperial, o que é abordado por diversos estudiosos de vários campos científicos e culturais. Assim, no dizer de Cunha:

Esses olhares cruzados originam, do lado do colonizador, a discussão da sua identidade proporcionando leituras quer auto-flageladoras, quer essencialistas quer, ainda, perspectivas introspectivas em busca de reconhecimento do Nós através do Outro. O percurso pós-colonial é composto por todas estas dimensões que se encontram presentes na literatura, nos ensaios históricos e políticos do país colonial mas também inclui o pensamento daqueles que ao se reconhecerem no sistema colonial como um Outro se apropriaram do que constituía a essência do Nós imperial. De forma singular, mas também coletiva, este movimento integra os princípios que estão na origem do mito de Próspero e Caliban e recria os mecanismos intelectuais que, nesta metáfora, levam o escravo a apropriar-se das ferramentas do seu senhor, utilizando-as como alavancas libertadoras da sua servidão e instrumentos de reflexão sobre a escravidão. (Cunha, 2007: 189)

Acrescenta também José Colmeiro que, tal como os estudos pós-coloniais questionaram as hegemonias culturais ao mudarem o foco da sua atenção para o multiculturalismo e a construção de identidades, ou os feminismos se centraram na identidade sexual, os estudos de diáspora e de globalização centraram-se no papel das memórias coletivas na formação de identidades coletivas dos diferentes grupos num mundo cada vez mais inconstante:

Likewise, postcolonial theories have questioned metropolitan hegemony and cultural homogeneity, while refocusing the attention to multiculturalism and the construction of subaltern identities (Bhabha, Gayatri Spivak). Feminism and queer studies have provided fundamental theoretical insights into the construction of gender and sexual identities and different process of remembrance (Butler). Diaspora and globalization studies have also focused on the role of collective memories in the formation of group identities in a constantly shifting world (Said, Castells, García Canclini). The study of collective memory represents an alternative to official national historiographies, potentially giving voice to the subjects traditionally excluded from representation, minority and subaltern groups, on the basis of cultural contingencies such as ethnicity, language, class, gender and sexuality, among others. In all those areas, reconstructing the histories of those marginalized groups and understanding the formation of collective identities are enterprises that need to be undertaken hand in hand. (Colmeiro, 2011: 20)

As teorias pós-coloniais e feministas e os estudos de diáspora e de globalização contribuíram também para a maior atenção dada ao papel das memórias coletivas na formação das identidades sociais num mundo hoje em dia caracterizado como estando em permanente mudança. O estudo das memórias coletivas de grupos tradicionalmente marginalizados constitui uma alternativa à historiografia tradicional, dando voz às minorias e aos grupos subalternos, aos excluídos do discurso histórico oficial por contingências étnicas, linguísticas, de classe, género ou sexuais, entre

outras. Além do mais, a historiografia moderna revela a consciência de que o verdadeiro resgate da História consiste no voltar o olhar para os pequenos e vencidos que nunca puderam figurar no palco da História Oficial, essa que é produzida por uma historiografia que valoriza apenas os factos ligados à história dos vencedores, sendo hoje em dia consensual a opinião sobre a existência de uma diferença alargada entre o discurso histórico contaminado pela ideologia dominante e a realidade acontecida.

Este autor adianta em seguida, referindo-se aos ensaios de Andreas Huyssen:

The apparent paradox of the current “obsession with memory” (Huyssen) in our forgetful contemporary societies needs to be put in the same context of the paradigmatic shifts in cultural studies mentioned above, and the ensuing double paradox of the *centrality of marginality* and the role of *cultural difference in identity formation*. My hypothesis is that these phenomena are a reflection of the enormous social and historical changes that have occurred globally in the last decades of the 20th century, and the cultural anxieties generated by the unleashing of the currents of globalization and the resulting fear of collective forgetting. (*idem*: 21)

O fenómeno da globalização vivido nos tempos atuais seria responsável pela inflação da memória abordada por Andreas Huyssen, sendo este o resultado da ansiedade provocada pelo medo do esquecimento coletivo de fatores que fazem parte da memória cultural das sociedades, devido à questionação constante dos parâmetros tradicionais que implicariam a formação identitária dos povos. Com efeito, Andreas Huyssen revela um ponto de vista semelhante, considerando que os discursos de memória são essenciais para a projeção de um futuro melhor em sociedades cada vez mais caracterizadas pelo consumo massivo onde as fronteiras de tempo e espaço se esbatem:

We need both past and future to articulate our political, social and cultural dissatisfactions with the present state of the world. And while the hypertrophy of memory can lead to self-indulgency, melancholy fixations, and a problematic privileging of the traumatic dimension of life with no exit in sight, memory discourses are absolutely essential to imagine the future and to regain a strong temporal and spatial grounding of life and the imagination in a media and consumer society that increasingly voids temporality and collapses space. (Huyssen, 2003: 6)

Para Andreas Huyssen, a maior parte da cultura contemporânea da memória resulta do naufrágio do imaginário de utopias futuras característico do século XX. A cultura da memória tem diferentes intensidades em diferentes partes do mundo e as lutas por um futuro melhor não desapareceram. Mas, para este autor, um dos aspetos mais interessantes da globalização cultural tem sido o deslocamento transnacional do discurso da memória do Holocausto para contextos completamente diferentes e implausíveis na América Latina, África e Ásia. Huyssen considera que a legitimidade política tem de ser garantida cada vez mais pelo modo como lidamos com os nossos passados nacionais do que pelas formas de imaginarmos o futuro. (Huyssen, 2004: 102). Este autor adianta:

If the historical past once used to give coherence and legitimacy to family, community, nation, and state, in a discourse that Eric Hobsbawam called the “invention of tradition”, then those formerly stable links have weakened today to the extent that traditions and historical pasts are increasingly deprived of their geographical and political groundings, which are re-organized in the processes of cultural globalization. (Huyssen, 2003: 4)

As tradições e os passados históricos têm-se visto cada vez mais privados do papel antigo de fornecer coerência e legitimidade aos grupos considerados estáveis como a família, a comunidade, a nação e o estado. Com efeito, Pierre Nora, no seu ensaio sobre memória e história, afirma, referindo-se ao desaparecimento dos suportes tradicionais da memória: “We speak so much of memory because there is so little of it left.” (Nora, 1989: 7). Este estudioso, segue o seu raciocínio, acrescentando:

We have seen the end of societies that had long assured the transmission and conservation of collectively remembered values, whether through churches or schools, the family or the state; the end too of ideologies that prepared a smooth passage from the past – whether for reaction, progress, or even revolution. Indeed, we have seen the tremendous dilatation of our very mode of historical perception, which, with the help of the media, has substituted for a memory entwined in the intimacy of a collective heritage the ephemeral film of current events. (Nora, 1989: 7-8)

O ponto de vista de Pierre Nora defende a existência de um aceleração da história, ajudado pelos meios de comunicação social, que substitui o desaparecimento dos meios de transmissão das memórias dos grupos sociais, fazendo com que as sociedades modernas tenham que lidar com o que considera ser uma diferença brutal entre a memória real – “social and unviolated, exemplified in but also retained as the secret of so-called primitive or archaic societies” (*idem*, 1989: 8) – e história – “how our hopelessly forgetful modern societies, propelled by change, organize the past.” (*ibidem*)

No que concerne ao discurso histórico, contudo, considera-se hoje em dia que as fronteiras entre ficção e história são cada vez mais ténues, visto que, nas palavras de Linda Hutcheon,

What the postmodern writing of both history and literature has taught us is that both history and fiction are discourses, that both constitute systems of signification by which we make sense of the past (“exertions of the shaping, ordering the imagination”). In other words, the meaning and shape are not in the events, but in the systems which make those past “events” into present historical “facts”. (Hutcheon, 1988: 89)

Conforme já referi em trabalho anterior (Azevedo, 2010), a pós-modernidade ensinou-nos que a ficção e a história são discursos e ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. Hutcheon designa de “metaficção historiográfica” o refutar dos métodos de

senso comum para distinguir entre facto histórico e ficção, recusando a visão de que apenas a história tem pretensão à verdade. Os estudos de memória deram também o seu contributo para a chamada crise da historiografia:

(...) memory studies has brought to light the crisis of history as a discipline, the difficulty of giving a ultimate meaning to the concepts of 'document', 'source', 'truth'. For these reasons, the relationship between memory and history has received more and more attention in recent years, since faith in the existence of objective historical truth has lost its hold and the idea that historical statement is a construction which draws on fictional paradigms has been put forward. On the other hand, memory studies has underscored how experience in no way guarantees truth because in evidence – as several studies have amply demonstrated (Hodgkin and Radstone) – subjectivity and emotion determine different viewpoints of the same historical event. (Fortunati & Lamberti, 2010: 129)

Fátima Marinho, em “O Discurso da História e da Ficção”, refere que a explicação que do passado for dada “estará sempre condicionada pela construção ficcional da cultura de uma determinada época, tornando-se a história interpretação, com toda a carga subjectiva que o termo indicia.” (Marinho, 2004: 351). A historiografia moderna insiste na leitura de que é impossível recuperar exatamente o passado, uma vez que também a História é discurso, linguagem e, portanto, por mais que seja baseada em documentos, sempre é filtrada pelo ponto de vista do historiador que seleciona os factos narrados e escolhe a forma de os contar. Da mesma forma que o passado guarda os fundamentos do presente, é o olhar do presente que reconstrói o passado, reinventando-o. Manuel Gusmão confirma esta ideia ao afirmar:

A história não é simplesmente o (estudo do) passado. (...) Também o presente é histórico. E a operação historiográfica, a escrita da história, realiza-se sempre num determinado presente, contingência ou conjuntura histórica: numa dada estruturalidade discursiva e epistémica; e num dado quadro de relações de força, sociais ou simbólicas (nomeadamente ideológicas). (Gusmão, 2001: 184)

Os passados históricos são, ainda, cada vez mais privados dos seus suportes geográficos como consequência da reorganização cultural devido à globalização e à reorganização geográfica das nações verificada em casos como a queda do Muro de Berlim e a recomposição de países pertencentes à ex-Jugoslávia, só para dar alguns exemplos. A perspectiva de alguns autores é a de que a Literatura tem aqui um papel importante, nomeadamente na definição das identidades sociais e políticas num mundo cada vez mais modificado. Paulo de Medeiros afirma a este propósito:

Even though realizing that literature has enormous limitations, and without ever confusing it with social theory, and much less with social activism or direct change, I also think that literature has the possibility of imagining models for society that allow for a reflection on modalities for change. Literature might even be said to be a privileged medium to shape

cultural memory, to problematize the ways in which societies come to construct themselves, that is, how they both remember and forget what they believe to be their defining characteristics (...) (Medeiros, 2009: 5)

Considera este autor que a Literatura é um meio privilegiado para a formação da memória cultural das sociedades, imaginando modelos sociais e permitindo uma reflexão sobre modalidades de mudança, problematizando as formas como estas recordam e esquecem o que consideram ser as suas características definidoras. No entanto, adianta ainda:

It would seem that both cultural memory studies as well post colonial studies, two of the most flourishing approaches in literary studies of the last two decades, would share a number of common elements as both are concerned with a revisiting of the past in order to ascertain how literature and other cultural artifacts – but certainly in the case of postcolonial studies at least – with an emphasis on literature, have come to be used to establish social and political identities. And yet, for the most part that is not so. Whereas postcolonial studies have generally been intent on mounting a critique of western rationality that sharply condemns what it perceives to be a negative inheritance from Enlightenment ideals so as to expose the excesses of imperialism and colonialism, and denouncing the imposition of western norms, indeed of a western canon as if it were universal (...) have been, again, generally closely connected not only with defining strictly western models but, even more precisely national ones. (*idem*: 5-6)

Ou seja, a sua perspectiva é a de que os estudos literários, particularmente os estudos pós-coloniais com ênfase especial na literatura, e os estudos das memórias culturais partilham a preocupação com a revisitação do passado para a definição de identidades sociais e políticas. No entanto, os estudos pós-coloniais têm-se revelado incapazes de superar as fronteiras nacionais e as normas ocidentais que se propõem criticar. Ora, Andreas Huyssen foi o primeiro estudioso a notar esta discrepância ao afirmar que “the contemporary focus on memory and temporality is mostly absent from much recent innovative work on categories of space, maps, geographies, borders, trade routes, migrations, displacements, and diasporas in the context of postcolonial and cultural studies” (Huyssen, 2003: 11) e lembra ainda que “the political site of memory practices is still national, not post-national or global” (*idem*: 16)

Para o teórico Stuart Hall, o ponto crucial em questão numa perspectiva pós-colonial envolve mais do que a recuperação ou descoberta do passado, mas interessa sobretudo questionar como as narrativas do passado são recontadas no interesse do presente e do futuro. Sugere que as práticas culturais e narrativas sobre a identidade, tais como a literatura ou o cinema, vão mais à frente: “not the rediscovery but the *production* of *identity*. Not an identity grounded in the archaeology, but in the *retelling* of the past”. (Hall, 1990: 224) O interesse reside no processo atual de reconstrução do passado e conseqüente construção de identidades coletivas. Mais do que

identidades baseadas em “ser”, defende identidades que se baseiam em “tornar-se”, desafiando noções preconcebidas de identidade:

Cultural identities come from somewhere, have histories. But like everything which is historical, they undergo constant transformation. Far from being eternally fixed in some essentialised past, they are subject to the continuous ‘play’ of history, culture and power. Far from being grounded in mere ‘recovery’ of the past, which is waiting to be found, and which when found, will secure our sense of ourselves into eternity, identities are the names we give to the different ways we are positioned by, and position ourselves within, the narratives of the past. (*idem*: 225)

Tal como as memórias por definição não são fixas ou estáveis, mas são concebidas como estando sempre num processo de reconstrução, também as identidades culturais o são, ocorrendo em contextos culturais complexos e estando num processo contínuo de evolução. A identidade cultural, para este autor, “is not a fixed essence at all, lying unchanged outside history and culture. It is not some universal and transcendental spirit inside us on which history has made no fundamental mark. It is not once-and-for-all. It is not a fixed origin to which we can make some final and absolute Return.” (*idem*: 226) Acresce ainda que a identidade depende da memória, quer esta se refira a um indivíduo que recorda os seus estádios anteriores, quer sejam as narrativas que constroem ou desconstroem identidades por comparação do “aqui e agora” ao “antigamente”. A memória permanece em ambos os casos como alicerce da identidade coletiva:

[Cultural identity] is something - not a mere trick of the imagination. It has its histories - and histories have their real, material and symbolic effects. The past continues to speak to us. But it no longer addresses us as a simple, factual 'past', since our relation to it, like the child's relation to the mother, is always-already 'after the break'. It is always constructed through memory, fantasy, narrative and myth. Cultural identities are the points of identification, the unstable points of identification or suture, which are made, within the discourses of history and culture. Not an essence but a positioning. (*ibidem*)

Este autor defende, assim, que a identidade cultural tem histórias com os seus efeitos reais, materiais e simbólicos; o passado continua sempre a falar-nos no presente, sendo sempre construído com a memória, a fantasia, a narrativa e o mito. As identidades culturais são os pontos de identificação feitos dentro dos discursos da história, ou seja, não são uma essência mas sim um posicionamento.

Andreas Huyssen, salientando a importância crucial da memória na construção da identidade, refere também: “Without memory, without reading the traces of the past, there can be no recognition of difference (...), no tolerance for the rich complexities and instabilities of personal, cultural, political and national identities”. (Huyssen, 1995: 252) A memória é a base do sentimento de identidade cultural coletiva constituída por contingências marcadas por diferenças

de classe, género, linguagem ou etnicidade. A construção das identidades nacionais é condicionada pela lembrança das memórias coletivas de um passado comum. Como tal, a memória e os discursos da memória têm uma importante função como suportes de luta e resistência em grupos oprimidos e marginalizados na sua construção de identidades culturais alternativas contra as narrativas oficiais do passado em que foram excluídos. Estas contingências culturais podem atravessar fronteiras geopolíticas nacionais e, assim sendo, são criadas comunidades transnacionais que, a adicionar ao fenómeno da globalização, influenciam os canais de lembranças existentes, provocando a constituição de identidades coletivas que não coincidem com os estados-nação.

A literatura pode ter a importante função de recontar o passado, no entanto, como Stuart Hall defende, a sua função mais importante não será a mera recuperação do passado, mas antes a sua contribuição para a formação de novas identidades culturais e coletivas que ultrapassem os limites geográficos dos estados-nação, na medida em que as identidades culturais também são narrativas e discursos e também estão sujeitas às transformações contínuas da história, da cultura e do poder. Ou seja, são as diferentes formas de posicionamento dentro das narrativas do passado. A literatura terá, assim, um papel importante para o discurso histórico, tal como afirma Manuel Gusmão sobre a especificidade dos textos, referindo-se aos estudos de Gumbrecht:

Gumbrecht, numa secção do seu ensaio ‘History of Literature – Fragment of a Vanished Totality?’ (1985), e no quadro de uma valorização da ‘história das mentalidades’, como órgão de integração de todas as subciências históricas, procurou pensar a especificidade dos textos (e por aí, os textos literários) enquanto uma das muitas *objectivações* da acção e do comportamento humanos do passado – tais como ‘edifícios, utensílios e ossadas’. Tal especificidade adviria de que edifícios, utensílios e ossadas seriam *sinomas* (vestígios) de reservas de conhecimento social e ‘*partes*’ (em sentido material) de situações de interacção’ mas, ao contrário dos textos, não seriam signos (*‘signs’*), não seriam capazes de fornecer *representações miméticas* da acção e do comportamento passados. (Gusmão, 2001: 213-214)

A historiografia moderna atribui hoje em dia grande importância à literatura de ficção baseada em acontecimentos históricos como forma de expandir o conhecimento dos que protagonizaram os factos considerados relevantes ao progresso das nações, na linha da “metaficção historiográfica” de Linda Hutcheon:

Historiographic metafiction refutes the natural or common-sense methods of distinguishing between historical fact and fiction. It refuses the view that only history has a truth claim, both by questioning the ground of that claim in historiography and by asserting that both history and fiction are discourses, human constructs, signifying systems, and both derive their major claim to truth from that identity. This kind of postmodern fiction also refuses the relegation of extratextual past to the domain of historiography in the name of the autonomy of art. (Hutcheon, 1988: 93)

O discurso histórico e a ficção podem complementar-se na medida em que um e outro desempenham diferentes papéis no relato de acontecimentos passados, são duas formas distintas de narrativa: o discurso histórico tem como função a explicação objetiva dos acontecimentos mas só através da ficção é possível a rememoração dos factos com a carga emotiva que eventualmente tenham tido. Quando a história ficcional tem por base fundamentos históricos que fazem parte da memória coletiva de um povo torna-se possível ver realismo na fantasia, ou seja, na ficção construída com base na verosimilhança, pois pode tornar-se verosímil desde que fundamentada na recriação do real. (Azevedo, 2010: 81)

O discurso ficcional contraria o distanciamento exigido ao discurso histórico e permite a aproximação entre as diferentes épocas, a passada e a presente, dado que possibilita ao leitor a identificação com personagens e acontecimentos pertencentes à memória coletiva da humanidade, individualizando-os e transportando-os para os diversos presentes do recetor, muitas vezes opondo-se à ideologia dos dominadores representada pela historiografia tradicional. (Azevedo, 2010: 82) No caso da narrativa de ficção contemporânea, “a intromissão do passado” revela-se “através dos interstícios do presente” (Marinho, 2004: 362), e citando Maria de Fátima Marinho,

Nas palavras de Wenche Ommundsen, o narrador não está a recordar a história, mas a inventar o passado, uma vez que nunca se acede ao real, antes se constrói esse real por meio da própria narração, dado que qualquer tentativa de representação se depara com o fantasma da sua impossibilidade, como diria Hayden White. Na medida em que nos casos que nos interessam o passado fornece duplos para o presente, esses duplos, segundo Pierre Jourde e Paolo Tortonese, não representam só o passado, a memória recalçada do sujeito, mas também o futuro, pois que aquele fica obrigatoriamente condicionado pelos seus homólogos anteriores. (*ibidem*)

Como afirma esta autora, estes romances são um tipo de narrativa em que “a modificação do passado, a perceção do mesmo em termos mais de espaço do que de tempo (...), contribuem para o aparecimento de um tipo de textos que modifica radicalmente a escrita sobre o passado” (*idem*: 360) e cujo relato consiste em “um exemplo privilegiado de como se podem alterar os factos conhecidos descobrindo-lhes potencialidades escondidas e não exploradas.” (*ibidem*). O discurso ficcional ou literário, não estando contaminado pela ideologia do poder, coloca em muitos casos em destaque os dominados, os oprimidos cuja história nunca foi ouvida, tendo por vezes a função de recuperar o que é tido como mentira pelo discurso oficial. Na literatura moderna, os factos históricos são recontados muitas vezes pela ficção sob o ponto de vista do “esquecido” em exemplos variados, fornecendo informações adicionais importantes ao historiador moderno (Azevedo, 2010: 82-83).

Vejamos, agora, como todas estas teorias podem confluir para a compreensão da recente literatura portuguesa pós-colonial.

1.3. Literatura portuguesa pós-colonial como “lugar de memória” do passado colonial

Através dos estudos de Pierre Nora sobre a memória coletiva e a sua noção de “lieux de mémoire”, a memória coletiva é concebida como o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado. Com esse novo delineamento de um conceito – atento não apenas ao que se preserva da experiência humana, mas também ao que os grupos sociais fazem desta experiência humana preservada – Pierre Nora irá retomar as antigas oposições entre Memória e História que já haviam sido objeto de reflexão de Maurice Halbwachs:

Memory and history, far from being synonymous, appear now to be in fundamental opposition. Memory is life, borne by living societies founded in its name. It remains in permanent evolution, open to dialectic of remembering and forgetting, unconscious of its successive deformations, vulnerable to manipulation and appropriation, susceptible to being long dormant and periodically revived. History, on the other hand, is the reconstruction, always problematic and incomplete, of what is no longer. Memory is a perpetually actual phenomenon, a bond tying us to the eternal present; history is a representation of the past. Memory, insofar as it is affective and magical, only accommodates those facts that suit it; it nourishes recollections that may be out of focus or telescopic, global or detached, particular or symbolic (...). History, because it is an intellectual and secular production, calls for analysis and criticism. Memory installs remembrance within the sacred; history, always prosaic, releases it again. Memory is blind to all but the group it binds – which is to say, as Maurice Halbwachs has said, that there are many memories as there are groups, that memory is by nature multiple and yet specific; collective, plural, yet individual. History, on the other hand, belongs to everyone and to no one, whence its claim to universal authority. (Nora, 1989: 8-9)

De acordo com Pierre Nora, nas sociedades modernas caracterizadas pela prevalência de cultura de massas numa escala global, a memória deixou de ter os canais e funções tradicionais das épocas pré-modernas, em parte porque estes foram substituídos pela História. Em vez disso, este autor reconhece a encarnação da memória em certos lugares onde persiste um sentido de continuidade histórica. Estes novos espaços de lembrança são lugares onde as memórias convergem, se condensam, conflituam e definem relações entre o passado, o presente e o futuro: monumentos, museus, comemorações, símbolos, livros, documentários são exemplos do que podem ser considerados lugares coletivos de memória e os significados que se formam nestes lugares têm impactos potenciais na formação e consolidação das identidades coletivas modernas. Afirma ainda:

Lieux de mémoire originate with the sense that there is no spontaneous memory, that we must deliberately create archives, maintain anniversaries, organize celebrations, pronounce eulogies, and notarize bills because such activities no longer occur naturally. The defense, by certain minorities, of a privileged memory that has retreated to jealousy protected enclaves in this sense intensely illuminates the truth of *lieux de mémoire* – that without commemorative vigilance, history would soon sweep them away. We buttress our identities upon such bastions, but if what they defend were not threatened, there would be no need to build them. Conversely, if the memories that they enclosed were to be set free they would be useless: if history did not besiege memory, deforming and transforming it, penetrating and petrifying it, there would be no *lieux de mémoire*. (Nora, 1989: 12)

Os “lugares de memória” têm por função resistir à erosão das lembranças dos grupos sociais provocada pelo esquecimento de que são objeto por parte da história e das sociedades, forçam a sua rememoração que não se faz de forma espontânea. A memória coletiva dos grupos está ameaçada, podendo a História deformá-la e transformá-la, sendo os “lugares de memória” os seus locais de resistência. Por outro lado, as assimetrias de produção de testemunhos individuais afetam a História do tempo presente e alguns períodos assistem por vezes a uma inflação de depoimentos e rompimentos de silêncios que já perduravam há algum tempo em relação a um ponto traumatizante na memória, muitas vezes no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve e querem inscrever as suas lembranças como forma de combater o esquecimento. A este propósito, refere Andreas Huyssen:

(...) explorations of memory in our world cannot do without the notion of historical trauma. The focus on trauma is legitimate where nations or groups of people are trying to come to terms with a history of violence suffered or perpetrated. But the transnational discourse of human rights may give us a better handle on such matters than the transfer of psychoanalysis into the world of politics and history. For it is precisely the function of public memory discourses to allow individuals to break out of traumatic repetitions. Human rights activism, truth commissions, and juridical proceedings are better methods for dealing with historical trauma. Another is the creation of objects, artworks, memorials, public spaces of commemoration (...) (Huyssen, 2003: 9)

Por este motivo considera que as obras literárias não podem ser esquecidas como igualmente importantes para lidar com os traumas do passado, dado que “(...) a literature that is both post-mimetic and postmodernist, both historical and attuned to the erasures of the historical record, partakes in the forces of remembrance and forgetting, vision and blindness, transparency and opaqueness of the world.” (*idem*: 10) Ou seja, a literatura pode ser vista com um lugar de memória onde é dada a possibilidade de libertação de experiências traumáticas, permitindo a participação nos processos de lembrança e esquecimento, transparência e opacidade dos acontecimentos mundiais.

Conforme Hayden White (2005) nota, apesar de admitir desde logo que “os acontecimentos históricos se distinguem dos acontecimentos ficcionais de acordo com as convenções utilizadas desde Aristóteles para caracterizar as suas diferenças” (White, 2005: 43),

que os historiadores se ocupam “de acontecimentos que em princípio podem ser localizados num tempo e espaço específicos, acontecimentos que em princípio são (ou foram) observáveis ou perceptíveis” (*ibidem*), e que “os escritores de ficção – poetas, romancistas, dramaturgos – tanto se ocupam destes dois tipos de acontecimentos como de acontecimentos imaginados, hipotéticos ou inventados” (*ibidem*), convinha saber “até que ponto o discurso do historiador e do escritor de ficção se sobrepõem, se assemelham ou estabelecem correspondências entre si.” (*ibidem*)

Posso adotar o mesmo raciocínio no que concerne às narrativas sobre o povoamento e vivências nas ex-colónias, dado que, como já foi referido, estamos perante uma temática em que, durante muito tempo, se verificou a quase ausência de relatos destas experiências vividas por grande parte da população portuguesa, o que necessariamente tem implicações na memória coletiva sobre a relação do nosso país com África e, por consequência, na identidade coletiva de grande parte dos residentes em Portugal. Hayden White prossegue o seu raciocínio lembrando que, afinal de contas, a maioria dos historiadores do séc. XIX não compreendiam que “os factos não falam por si, mas que é o historiador quem fala por eles, quem fala em seu nome e quem dispõe os fragmentos do passado de modo a formar um todo cuja integridade é - a nível da sua *reapresentação* - meramente discursiva.” (*idem*: 48), mas hoje em dia “já não somos forçados a acreditar (...) que a ficção é a antítese do facto (do mesmo modo que a superstição ou a magia é a antítese da ciência) ou que podemos relacionar os factos uns com os outros sem o recurso a uma matriz ficcional genérica que o possibilite” (*idem*: 50), sabendo também que todos os modelos linguísticos utilizados para descrever o real têm afinidades com uma posição ideológica específica, e assim

A questão ideológica indica que não existe neutralidade no que respeita aos tipos de construção do enredo, de explanação ou mesmo de descrição de qualquer conjunto de acontecimentos, imaginários ou reais, e sugere que o uso da linguagem por si só já implica ou pressupõe uma atitude específica perante o mundo, que é ética, ideológica ou, em termos gerais, política: não só toda a interpretação como também toda a linguagem é contaminada politicamente. (*idem*: 53-54)

Dipesh Chakrabarty afirma que “a causa da defesa das histórias de minorias resultou na descoberta de passados subalternos, construções de historicidade que nos ajudam a ver os limites dos modos de ver consagrados nas práticas da disciplina da história” (Chakrabarty, 2005: 221), isto porque a disciplina da história é apenas um dos modos de recordar o passado (*ibidem*). Acrescenta o mesmo autor:

A tarefa de produzir histórias de “minorias” tem vindo a transformar-se numa dupla tarefa, exactamente sob a pressão de uma exigência crescente de democracia. Poderia exprimi-lo da seguinte maneira: a “boa” história de minorias diz respeito ao alargamento do alcance da justiça social e da democracia representativa, mas a discussão acerca dos “limites da

história”, por outro lado, diz respeito à luta por, ou mesmo, à procura de formas não-estatais de democracia que ainda não podemos ou compreender ou conceber por completo. Isto acontece porque, ao prestarmos atenção à “minorias” dos passados subalternos, nos deparamos com heterogeneidades que não tentamos reduzir a um princípio englobante que fale em nome de um todo previamente dado. (*idem*: 223)

O discurso histórico apresenta-se como limitado no que se refere à produção do que este autor designa de “histórias de minorias” por estas abrangerem heterogeneidades que não se podem reduzir a um princípio englobante necessário para o que se considera ser uma narrativa que respeite os princípios da “boa história”. (*ibidem*)

Centrando-se na realidade portuguesa, Boaventura Sousa Santos considera que o pós-colonialismo português se distingue do anglo-saxónico devido a, fundamentalmente, três aspetos: em primeiro lugar, “a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português durante longos períodos” (Santos, 2001: 40-41); a segunda diferença reside na questão racial, pois para este autor, “No caso do pós-colonialismo português, há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, o mulato ou a mulata” (*idem*: 41) em que “a miscigenação não é consequência da ausência de racismo, como pretende a razão luso-colonialista ou luso-tropicalista, mas é certamente a causa de um racismo de tipo diferente.” (*ibidem*); e, em terceiro lugar, a diferença entre os dois pós-colonialismos reside no facto de, no caso português, a ambivalência e a hibridação não decorrerem apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e do colonizado, senão também do facto de “essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador.” (*idem*: 42). Neste sentido, Boaventura S. Santos observa igualmente que “A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele. Contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem. (...), o Prospero português não é apenas um Prospero calibanizado, é um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prosperos europeus.” (*ibidem*), sendo o colono português um emigrante nas suas próprias colónias, dado que a sua identidade seria duplamente dupla: constituída pela conjunção de dois outros, “o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado.” (*ibidem*). Ou seja, a sua perspectiva é a de que o colonialismo português foi desde o século XVII um colonialismo subalterno próprio de um império colonial débil e periférico face ao sistema capitalista moderno, de um país que chegou a ser colonizado informalmente pelo império britânico, em que os principais conceitos de Homi Bhabha, os de ambivalência, miscigenação e hibridez, já seriam postos em prática pelos colonos portugueses por questões de sobrevivência.

Este autor conclui a sua exposição afirmando:

(...) o pós-colonialismo no espaço português terá menos de pós que de anticolonialismo. Não se trata de uma luta contra um passado presente, mas sim contra um presente passado. Trata-se, por outro lado, de um pós-colonialismo desterritorializado porque dirigido contra uma engenharia de injustiça social, de dominação e de opressão que dispensa os binarismos modernos em que assentou até agora o pós-colonialismo, tais como o binarismo local *versus* global, interno *versus* externo, nacional *versus* transnacional. De facto, o novo pós-colonialismo só faz sentido enquanto luta por uma globalização contra-hegemónica, a busca de novas alianças locais/globais entre grupos sociais oprimidos. (*idem*: 78)

Boaventura Sousa Santos considera que a reflexão atual sobre a identidade nacional coloca a tónica na sua organização dicotómica entre dois espaços, Portugal e os outros países (cá e lá, aquém e além) conduzindo, por isso, à consideração da cultura portuguesa como uma cultura de fronteira apoiada que está na realidade geográfica do país periférico que somos. Ou seja, enquanto país europeu periférico, travamos uma luta contra o centralismo cultural da União Europeia; enquanto povo com uma identidade própria ancorada numa memória histórica profunda batemos nos contra a massificação cultural do globo e o esquecimento do passado que uma tecnocracia dominante nos quer impor de modo estandardizado:

Não é decerto por acaso que Sousa Santos, mesmo hoje, em que não padecemos, em tão grande medida, das autoflagelações nacionais que caracterizaram o discurso cultural do século XIX, opta pela definição de Portugal como uma sociedade semiperiférica em detrimento da expressão “semicentral”. Se a opção tem a sua base teórica nos vários estudos que o sociólogo aponta ao longo da sua argumentação, também é verdade que a expressão “imaginação do centro” ganha contornos semânticos e ideológicos mais nítidos quando contraposta a semiperiferia, ou seja, quando nos possibilita definir Portugal como uma semiperiferia que imagina o centro. O conceito de distância torna-se, portanto, fundamental nesta definição. Ele resulta hoje dos dados variados que o sociólogo utiliza para chegar a esta classificação, e já não da distância geográfica entre os vários espaços imperiais portugueses e a metrópole, que, ao longo de três ciclos imperiais, foi descentrando Portugal do seu centro inicial europeu, fragilizando-o como metrópole imperial junto ao seu império e como potência imperial europeia, mas permitindo-lhe, de um ângulo ou de outro, imaginar-se como centro. Se o século XIX abre com essa fragilidade reforçada pela independência da grande colónia da América, em meados do século ela revelar-se-á de forma mais expressiva em relação à Europa, sendo vivida pela geração de 70 como a síndrome do Portugal doente e esvaziado e, portanto, não apenas como problemática, mas como catastrófica. (Ribeiro, 2004: 13)

A partir dos anos 70 do século XX, o país deparou-se com mudanças fundamentais que necessariamente abalaram a sua identidade: a libertação de um Império Colonial que durou séculos reduziu drasticamente as suas dimensões geográficas, por um lado, por outro, a consequente entrada maciça no país de pessoas provenientes das ex-colónias fizeram com que a população residente em Portugal se tornasse multi-étnica e multi-cultural - quer os chamados “retornados”⁸, os que fariam parte dos grupos dos colonos nos territórios ultramarinos e que se viram forçados a refazer as suas vidas na antiga metrópole por falta de condições sociais, económicas e políticas para continuarem a exercer as suas atividades nas novas nações, quer todos

⁸ Alguns deles já nascidos nos territórios ultramarinos portugueses.

os nativos das antigas colónias que, por motivos económicos e para fugirem a guerras civis dos pós-independência, deixaram os seus territórios de origem, vindo para o país ex-colonizador. A partir dos anos 80, a somar a esta mudança, temos a adesão à Comunidade Europeia que, mais uma vez, reconfigura geograficamente a posição de Portugal como inserido num grupo mais vasto de nações europeias, e determina o processo de globalização sentido nos dias de hoje. Como afirma José Colmeiro, numa era pós-moderna caracterizada pela ausência de grandes narrativas que digam o que é importante relembrar coletivamente, a memória torna-se um local de lutas onde as identidades coletivas são formadas como reação e resultado destes desafios de dentro e de fora da nação (Colmeiro, 2011: 27).

Afirma a este propósito, Isabel Allegro de Magalhães, baseando-se nos estudos de Homi Bhabha, que “ao considerarmos as identidades nacionais como ‘representações’ da vida social, e não como imposições unitárias e normativas de um qualquer poder, ficamos perante uma espécie de “instabilidade” dos seus conteúdos e a intrínseca “ambivalência” do seu devir histórico, com as emergentes contra-narrativas nacionais, em vários países, a evocarem e apagarem continuamente os limites totalizadores de uma nação.” (Magalhães, 2001: 309), acrescentando que, nesta era da globalização, se torna urgente analisar a diferentes níveis as repercussões desse fenómeno sobre os locais, ou seja, as culturas nacionais e regionais. (*ibidem*). Segundo a mesma autora, o facto de Portugal, a partir dos anos 80, se ter deparado com um abalo da sua identidade devido à reconfiguração das suas fronteiras geográficas, quer devido à descolonização, quer devido à adesão à Comunidade Europeia, deixa a sociedade portuguesa a partir de então “num momento de ambiguidade identitária, e quer as ciências sociais, quer a literatura e as outras artes dão sinal desta nova fase de perplexidade quanto à identidade nacional, ao tematizá-la em diversos estudos e ao integrá-la, refigurada, nos diferentes tecidos artísticos.” (*idem*: 310). Por isso, o velho conceito de “nação” deve ser reformulado num conceito novo que englobe, por um lado, a manutenção dos traços fundamentais de uma cultura que atravessa oito séculos de coesão, e, por outro lado, cuja formulação seja feita em múltiplos lugares de enunciação, tanto do centro como das margens da nação (*idem*: 310):

E as margens, no Portugal do pós-25 de Abril, tanto são as margens sociais do tecido nacional, conformadas pelos cidadãos de quem se não ouve a voz (os que estão mais abaixo na escala social, sobretudo por discriminação de ordem económica e sexista: os pobres e as mulheres) como por todos aqueles que passaram a fazer parte integrante do tecido nacional quando deixaram as ex-colónias (ou territórios sob administração portuguesa), hoje países autónomos, e que por razões económicas vieram para o país ex-colonizador. (*ibidem*)

O artigo de Boaventura de Sousa Santos levanta uma série de hipóteses de fatores que terão condicionado as relações entre colonizador e colonizado no contexto português, tendo como

consequência a sua especificidade relativamente a outros colonialismos europeus, nomeadamente a eventual subalternidade do colonialismo português em relação ao inglês. Este autor considera a hipótese de o colonialismo português, com um país semiperiférico no sistema mundial capitalista como protagonista, ter sido também ele semiperiférico, ou seja,

(...) um colonialismo subalterno, o que fez com que as colónias fossem colónias incertas de um colonialismo certo. Esta incerteza decorreu tanto de um défice de colonização – a incapacidade de Portugal para as colonizar devidamente – como de um excesso de colonização, o facto de as colónias terem estado submetidas a uma dupla colonização: por parte de Portugal e, indirectamente, por parte dos países centrais (sobretudo a Inglaterra) de que Portugal foi dependente (por vezes de modo quasi-colonial). (Santos, 2001: 24)

Ainda de acordo com Boaventura Sousa Santos, como consequência das suas características e duração histórica, as relações coloniais dos portugueses afetaram as configurações de poder social, político e cultural dentro das colónias e, ao mesmo tempo, dentro da sociedade portuguesa. Santos argumenta que o poder capitalista moderno sempre foi mais colonial que capitalista e, segundo ele, esta condição continua a reproduzir-se. Quer isto dizer que, do seu ponto de vista, o fim do colonialismo português não trouxe consigo o fim do colonialismo de poder, nem nas colónias, nem na antiga metrópole (*ibidem*).

As três diferenças já referidas por este autor do pós-colonialismo português têm a ver com o conceito de hibridez acima referido: em primeiro lugar, “a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português durante longos períodos” (Santos, 2001: 40), ou seja, os processos de hibridez e ambivalência terão, supostamente, sido mais visíveis e vividos numa maneira mais consciente no contexto português quando comparados a outros colonialismos europeus. Na outra diferença, relacionada com a cor da pele e o conceito de raça durante o colonialismo, o autor vê a figura do mulato e da mulata no contexto português como uma afirmação da transgressão de limites de cor de pele, o resultado corporal e criativo da hibridez. Por último, a identidade dupla de Portugal como resultado do que considera ser a subalternidade do colonialismo português devido à situação específica de Portugal no contexto europeu. Ou seja, Boaventura de Sousa Santos concentra-se principalmente no conceito de hibridez e faz deste um conceito central do colonialismo português. Para este autor, a identidade pós-colonial portuguesa parece ser baseada tanto na hibridez física como cultural.

Repare-se ainda nas palavras de Maria Manuela Lacerda Cabral no que diz respeito à época colonial europeia:

Ouvir a voz de outras raças e de outras culturas que não a europeia é certamente reconhecer a relatividade desta última. E o reconhecimento das “racionalidades locais” dos povos colonizados contribuiu fortemente, tanto quanto as transformações teóricas decorrentes

das críticas ao historicismo novecentista, para a crise da concepção unitária da história, cuja crítica talvez mais veemente é feita por Walter Benjamin. (...) Mas, como mostra Benjamin, para conceber a história como realização progressiva da humanidade, é necessário vê-la como um processo unitário, o que só acontece porque, segundo o autor, a representação do passado foi sempre construída a partir dos pontos de vista das classes dominantes e à custa do esquecimento dos pobres e dos vencidos. Por outro lado, como salienta Vattimo, a finalidade que a modernidade concebia para a história era também resultante de uma determinada representação do homem ideal em que necessariamente se projectava o homem europeu. (Cabral, 1997: 278-279)

Por todos estes fatores, hoje em dia relativiza-se a centralização dos discursos de temática colonial nas classes dominantes realizadoras de grandes feitos, cedendo-se protagonismo aos que foram sendo sistematicamente ignorados porque considerados insignificantes quando comparados com o protagonismo conferido ao europeu acima designado por “homem ideal”. Por outro lado, os estudos pós-coloniais relevam fundamentalmente a produção cultural das ex-colónias, tentando, assim, dar voz aos que durante muito tempo fizeram parte dos grupos dos subalternos, trazendo à tona a produção cultural resultante da hibridéz e ambivalência das relações coloniais.

Contudo, concordo com Paulo Medeiros quando este afirma que

(...) embora um dos pressupostos da teoria pós-colonial seja o desmantelamento de falsas dicotomias entre metrópole e colónia, com o intuito de (re)valorizar a produção cultural dos territórios colonizados, na realidade essas dicotomias acabaram por ser reificadas através de um processo de culpabilização dos poderes coloniais e uma admiração excessiva por tudo o que parece opor-se-lhe. (Medeiros, 2006: 340)

Para este autor, conceder atenção e estudo, a partir de uma ótica pós-colonial, apenas a artefactos culturais das ex-colónias é uma posição não só redutora e simplificadora em si, como “leva a uma negação do facto das relações coloniais desde o início, e não só a partir do século XIX, sempre terem implicado vários processos de relacionamento cultural.” (*idem*: 341). Adianta ainda Paulo de Medeiros:

A análise literária de condições pós-coloniais na Europa não necessita sofrer de quaisquer complexos, pois não é nem uma tentativa de ignorar a produção cultural de outras partes do globo, nem uma tentativa de voltar a erigir a Europa como centro mundial. Pelo contrário, numa época em que a Europa se pode considerar, até certo ponto, mas não totalmente (...) ultrapassada como centro de poder imperial, torna-se imperioso examinar a literatura europeia a partir de uma ótica pós-colonial, se se quiser evitar uma falsa mumificação da literatura europeia ou a sua reconstrução nos antigos parâmetros. (*idem*: 342)

Ou seja, a análise da literatura produzida nos países que fizeram parte da fação colonizadora, segundo uma perspetiva pós-colonial, é fundamental para a formação das identidades pós-coloniais desses mesmos países, sem que isso signifique qualquer tentativa de hipervalorização dessas culturas em detrimento das dos povos previamente colonizados. Os conceitos de hibridéz e ambivalência difundidos pela teoria pós-colonialista são já em si suficientemente justificativos. O caso da literatura portuguesa não será exceção.

No caso português, reconhece-se, também, hoje em dia, a importância de confrontar o discurso normativo oficial com a realidade vivida pelos colonos no seu quotidiano, dado que estas pessoas não cometeram grandes feitos históricos, antes viviam o seu dia-a-dia numa sociedade de características particulares porque constituída pela mistura de raças e culturas diferentes, ocupando posteriormente em Portugal a posição de “retornados”, com toda a carga ideológica e pejorativa que o termo ainda hoje implica e, sobretudo, implicou no momento em que esses portugueses começaram a chegar aos milhares à metrópole.

O passado colonial português é uma época em relação à qual, até aos dias de hoje e no dizer de Cláudia Castelo, “a historiografia esteve mais preocupada em estudar a estrutura e os efeitos do sistema colonial, por um lado, e as resistências e as lutas de libertação nacional, por outro” (Castelo, 2007: 16), não concedendo a devida importância ao estudo da migração com caráter definitivo de naturais de Portugal para África, vivida por centenas de milhares de portugueses ao longo do período colonial africano. Cláudia Castelo cita Jill Dias que, a propósito da historiografia portuguesa sobre África produzida entre 1972 e 1992, reconhecia que “a história da colonização branca nas colónias africanas portuguesas continua a ser um dos temas menos explorados da história colonial, apesar da sua importância para a própria história de Portugal” (J. Dias *apud* Castelo, 2007: 16). Com efeito, durante muito tempo considerava-se que, mesmo no campo científico, estudos sobre a colonização branca corriam o risco de serem entendidos como provocações, manobras revisionistas ou sintomas de saudosismo do império, sendo os colonos vistos apenas como agentes *in loco* do colonialismo, tendo ficado, portanto, por estudar este vasto campo da diáspora das populações portuguesas.

Debruçando-nos sobre a literatura portuguesa da atualidade, verificamos que, até ao final do século XX, a temática dominante das obras literárias escritas por autores portugueses sobre a rememoração dos tempos da colonização portuguesa é a Guerra Colonial, no entanto há exceções. Algumas obras publicadas ainda antes do virar de século dão também conta da experiência de colonização de territórios africanos por parte de habitantes portugueses, homens comuns provenientes da metrópole, e da ligação especial dos portugueses com os territórios africanos, como é o caso de *O Senhor das Ilhas* de Maria Isabel Barreno. As narrativas ficcionais “de retorno” publicadas ainda no século XX são “lugares de memória” de um passado recente da história de Portugal, narrativas que consideramos serem exceções numa época de silêncio generalizado sobre as experiências nas ex-colónias africanas. Obras como *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes ou *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão rompem o aparente esquecimento a que ficaram votadas durante vários anos as vivências em África por parte de portugueses que consideravam ser aquelas as suas terras e são obras que antecipam o fenómeno

vivido nos dias de hoje em que “os retornados estão a abrir o baú” (Ribeiro, 2010: 6), citando as palavras da jornalista Raquel Ribeiro.

Dado que “o(s) sentido(s) da identidade nacional e da nação portuguesas não podem rasurar a empresa expansionista de séculos quando o caminho era a colonização e a emigração” (Mata, 2006: 289), as narrativas ficcionais destes autores constituem dos poucos registos existentes nos anos seguintes ao processo da descolonização sobre a presença e posterior abandono forçado das antigas províncias ultramarinas por parte dos portugueses. São também obras publicadas nos anos seguintes à adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em plena época de alargamento de fronteiras, desta vez para a Europa, ou seja, depois de períodos históricos em que Portugal sofreu as suas reconfigurações geográficas mais importantes da época moderna que foram, conseqüentemente, reconfigurações identitárias de grande relevo, conforme notam os estudiosos já acima referidos, o que pode também ser um fator importante a ter em conta por quem quiser estudar a época em causa, não só do ponto de vista histórico e sociológico, mas também literário.

Sem dúvida que nos anos mais recentes, em Portugal, tem havido um interesse renovado pela memória da época da colonização portuguesa em África através da literatura⁹, após vários anos do que se pode apelidar de “amnésia coletiva”. A partir da data de publicação de *Equador* de Miguel Sousa Tavares (2003), o desejo de rememoração do passado colonial português em África parece ter vindo ao cimo, na sua maioria através de relatos saudosistas da vivência em terras africanas. Tal como refere José Vegar no seu artigo na revista do jornal *Expresso*, “soubemos mais nos últimos dois anos sobre a presença portuguesa em África do que nos 33 anos anteriores, isto é, no período iniciado com a descolonização, em 1975, e que se prolonga até 2008.” (Vegar, 2011: 32) Este ressuscitar de lembranças relacionadas com os anos de povoamento das ex-colónias e a época de conflito que antecedeu a independência destes países é revelador de um despertar da atenção da sociedade em geral para a exploração de temáticas relacionadas com o passado recente português, particularmente no que se refere às experiências vividas por uma grande parte da população portuguesa nos territórios ex-colonizados, ou seja, quer os portugueses que passaram pelas ex-colónias apenas para combater na Guerra Colonial, quer os ex-colonos obrigados a regressar ao nosso país depois da independência desses territórios, ou os nascidos nesses países e agora a viver em Portugal. Isto é, grupos que fazem parte da população portuguesa com ligações particulares às ex-colónias e que, somados, constituem hoje em dia grande parte dos habitantes do território português. Inesperadamente, a memória das ex-colónias tem tido lugar central nas

⁹ Através, também, do cinema e da televisão, em casos como o filme *Tabu* (2012) de Miguel Gomes ou da série exibida na RTP1 “Depois do Adeus” (2012-2013).

narrativas nostálgicas dos nossos tempos, o que tem provocado debates vários sobre o processo de rememoração da História na literatura pós-colonial.¹⁰ Considero que este fenómeno não deve ser explicado como simplesmente uma moda ditada pelo mercado. Por tudo o que foi acima exposto, seria importante considerar como estas narrativas culturais fornecem linguagens e ferramentas que permitem inferir o comprometimento do Portugal de hoje com o seu passado colonial, permitindo também retirar ilações sobre o posicionamento histórico dos sujeitos narrativos como fazendo parte de um coletivo mais vasto. Como Stuart Hall notou, as representações literárias e cinematográficas não podem ser vistas como meros espelhos de segunda categoria (“second-order mirror”) “held up to reflect what already exists, but as that form of representation which is able to constitute us as new kinds of subjects, and thereby enable us to discover places from which to speak” (Hall, 1990: 236-237). Seria importante, assim, analisar de que forma a memória do passado é representada nessas narrativas, que pontos de enunciação são desenvolvidos e quais os efeitos na identidade coletiva do Portugal de hoje. Por outro lado, Dipesh Chakrabarty defende, no seu ensaio sobre passados subalternos, que a noção do que é considerado “histórias de minorias” não se refere apenas a grupos de menor representatividade social, mas antes,

O debate acerca das histórias de minorias permite entendimentos alternativos da própria expressão “minorias”. Minorias e maioria não são, como é sabido, entidades naturais: são construções. Os significados usuais das palavras “maioria” e “minorias” correspondem a estatísticas. Mas os campos semânticos das palavras contêm uma outra ideia, a saber, a de se tratar de uma figura “menor” ou “maior” num determinado contexto. (...) Deste modo, a vantagem numérica em si não é garantia de um estatuto de maioria ou minoria. Por vezes pode pertencer-se a um grupo mais numeroso do que o dominante, mas a nossa história pode mesmo assim ser classificada como uma história “menor”. (Chakrabarty; 2005: 214)

Em *O Retorno* de Dulce Maria Cardoso, dá-se conta da experiência de milhares de portugueses forçados a abandonar as “suas terras” de África, após a Revolução de Abril. É meu entender que as histórias dos chamados “retornados” das ex-colónias africanas têm sido, até à presente data, consideradas menores, apesar do número elevado de membros da população portuguesa que têm, de alguma forma, ligações passadas com a África dos tempos da colonização portuguesa, tendo participado no povoamento das “províncias ultramarinas” ou tendo nelas residido na infância e juventude, passado que pode ser considerado “subalterno” no sentido que este autor dá a esta designação pois, em seu entender, estes “não são pertença exclusiva dos grupos socialmente subordinados ou subalternos, nem apenas das identidades minoritárias. Os grupos de elite e os grupos dominantes também podem ter passados subalternos na medida em

¹⁰ Atente-se, por exemplo, na iniciativa “Re-writing / Re-memorating History in Literature through the Colonial / Postcolonial Junction”, colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa nos dias 7 e 8 de Junho de 2011.

que participam dos mundos-de-vida subordinados às narrativas ‘maiores’ das instituições dominantes.” (*idem*: 215).

Por tudo o que foi exposto, e tendo em conta o que fica dito através desta breve revisão da literatura enquadradora dos principais conceitos com os quais trabalharei e que são o pano de fundo teórico da minha investigação, passo, de seguida, à focagem mais particular do *corpus* de obras, de forma a analisar alguma literatura que usa ficcionalmente este passado histórico de Portugal, tentando extrair alguns significados da sua representação.

2. Narradores e pontos de vista

2.1. O Discurso polifónico

A ficcionalização do passado histórico de Portugal surge na totalidade do *corpus* escolhido, no entanto os textos aqui analisados têm fatores distintivos em que se destaca, logo à partida, a técnica narrativa utilizada. Neste subcapítulo, vou ocupar-me da análise daquele conjunto de romances do *corpus* que me parecem aproximar-se pelo facto de neles estarem envolvidas várias vozes narradoras, ou seja, obras em que a memória do passado colonial português em África surge reproduzida através da ficcionalização de um discurso polifónico, sendo este o caso dos romances de Maria Isabel Barreno, António Lobo Antunes e Teolinda Gersão.

Apesar de os acontecimentos descritos em cada um dos três romances se situarem em espaços e tempos históricos distintos, servem a todos eles como pano de fundo fragmentos factuais pertencentes à história de Portugal enquanto nação colonial. Nestes três romances, verifica-se a existência de relatos memorialistas produzidos por mais do que um narrador, de rememoração de épocas pertencentes ao passado colonial português, para os quais as diferentes antigas colónias portuguesas servem de cenário. A memória coletiva do passado histórico de Portugal surge, desta forma, representada na ficcionalização de várias memórias individuais, no seguimento da noção de dialogismo de qualquer discurso defendida por Bakhtine. De acordo com Isabel Margarida Duarte,

Bakhtine acentua que o discurso se constrói com outros discursos, que o enunciado não existe sozinho, isolado, amputado da sua situação própria, mas, pelo contrário, se relaciona com os outros enunciados: “L’interaction verbale est la réalité fondamentale du langage. [...] toute communication verbale, toute interaction verbale se déroule sous la forme d’un échange d’énoncés, c’est-à-dire sous la forme d’un dialogue.” (Bakhtine *apud* Duarte, 2003: 23)

De facto, Bakhtine afirma que “(...) dans la vie courante, on se réfère surtout à ce que disent les autres: on rapporte, on évoque, on pèse, on discute leurs paroles, leurs opinions, affirmations, informations, on s’en indigne, on tombe d’accord, on les conteste, on s’y réfère, etc.” (Bakhtine, 1978: 157). Nas obras aqui referidas, a polifonia explícita no entrecruzar de vários discursos de diferentes implicados nos acontecimentos relatados, faz com que a apreensão das diferentes sensibilidades envolvidas nos enredos seja um dos propósitos dos seus autores. E, ainda de acordo com Isabel Duarte,

A polifonia do romance faz dele o lugar privilegiado para estudar o relato de discurso na ficção literária. Bakhtine ensinou-nos que o romance é o género dialógico por excelência, onde ouvimos, cruzados, vários falares sociais. J. Fonseca refere a concentração de focos de polifonia, “designadamente os que são constituídos pelos diálogos entre as personagens e entre estas e o autor textual, e ainda os que têm a ver com a desmultiplicação das figuras discursivas que são o autor implícito, o narrador e o narratário que entre si também dialogam.” (Fonseca, 1992: 276). Sendo, portanto, o discurso literário “o mais heterogéneo dos discursos em virtude da policodificação que nele não só tem lugar como também e sobretudo, é explorada, adquirindo, então, uma mais ou menos assinalável saliência geradora de múltiplos efeitos de sentido” (...) (Fonseca *apud* Duarte: 237)

Nestas obras, a existência de mais do que um narrador comprometido pela transmissão subjetiva dos factos descritos permite inferir da intencionalidade narrativa dos seus autores quanto à representação de um passado histórico ainda presente na memória coletiva do povo português. Os narradores-personagens dos romances publicados em finais do século XX permitem a combinação de várias vozes polivalentes mas em constante interação, uma vez que as consciências das personagens responsáveis pelos relatos se contrapõem entre si, tanto nos diálogos que mantêm ao longo da narrativa, como nos seus monólogos interiores a que o leitor tem acesso. As narrações são assumidas ora por uma, ora por outra personagem, sendo os seus discursos muitas vezes intercalados, o que contribui para a transmissão ao leitor dos diferentes pontos de vista sobre a mesma realidade que é percecionada de forma diversa consoante as personalidades e circunstâncias vividas por cada uma das personagens-narradores, na medida em que, em cada romance, os seus protagonistas se encontram inseridos em contextos geográficos e temporais comuns - à exceção de Isilda, a personagem principal de *O Esplendor de Portugal*, conforme oportunamente se verificará.

A polifonia contribui para a coexistência de várias vozes ideológicas que se complementam na visão de uma mesma realidade que assume diferentes perspetivas, consoante as vivências individuais de cada um dos narradores. Esta diversidade de vozes narrativas encontra-se ao serviço de diferentes propósitos autorais, sendo este o aspeto em análise nos pontos que se seguem.

2.1.1. Polifonia e ancoragem histórica

A obra de Maria Isabel Barreno é declaradamente ficcional, construindo-se a narrativa a partir da realidade histórica de alguns acontecimentos, tomada apenas como referente extratextual, encaixando-se, assim, na categoria de romance histórico. *O Senhor das Ilhas* (SI), publicado em 1994, consiste no relato de uma saga familiar, com origem principal no casamento de Manuel António Martins, antigo governador de Cabo Verde, com D^a Maria Josefa Ferreira. A ação do

romance dá conta da importância desta família no povoamento das ilhas de Cabo Verde nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, na época gloriosa da colonização portuguesa em África. Manuel António Martins é, na obra, um português de origens desconhecidas, mas, na realidade, uma personagem histórica, natural de Braga e com ascendência italiana e portuguesa. Depois de naufragado na ilha da Boavista, conhece Maria Josefa, uma portuguesa nascida em Cabo Verde, filha do colono português capitão-mor desta ilha, D. Aniceto Mendes. Este núcleo familiar dá origem à família de colonos central da obra e é baseado em figuras históricas que fazem parte do passado das ilhas de Cabo Verde enquanto colónia portuguesa. As restantes personagens são ficcionadas pela autora, conforme é afirmado pela própria:

O manuscrito que a seguir se publica foi encontrado por um descendente da família Martins, na ilha Brava, em 1993. Tratava-se de uma colecção de cadernos de capa preta, bastante maltratados pelo tempo e pelas mãos humanas. Foram feitas alterações e interpolações ao texto original, mais ou menos evidentes, não sendo no entanto possível determinar quem as fez, em que época, e por que razões.

Alguma ou algumas dessas mãos que foram passando pelo texto encobriram muitos dos nomes das personagens, substituindo-os por outros. Assim, verdadeiros são alguns nomes, como o de Manuel António, sua mulher e seu sogro, e de outras figuras que fazem parte da história das ilhas de Cabo Verde; falsos os de todos os restantes membros da família Martins, como se alguém quisesse preservar-lhes a intimidade, ou afirmar que a história privada não pode ser contada, e que qualquer tentativa de a contar a transforma fatalmente em ficção. (SI: 13)

Repare-se que as afirmações transcritas têm como objetivo a criação de uma relação de confiança com o leitor ao assumir partes de veracidade e de ficção no seu relato, confiança esta que é transmitida ao leitor não só pela autora, mas também pelo narrador principal da obra. De facto, e de acordo com Maria de Fátima Marinho, em *O Senhor das Ilhas*, Manuel Maria “É um narrador que aceita a parte de ficção inerente à sua história, pondo-a em contraposição com a verdade, relativizando esta, ao acreditar que não existe sempre uma só versão dos factos.” (Marinho, 2006: 211). Com efeito, o narrador da obra, filho de Manuel António Martins, assume a falta de objetividade, muitas vezes inconsciente, como característica do relato que, por vezes, sofre acertos e modificações consoante as impressões partilhadas com a irmã que com ele redige as memórias da sua família:

Diz-me minha irmã Marta que assistiu a parte desta escrita durante a viagem que fizemos juntos, que invento e fujo à verdade quando me afasto e contemplo; e que deveria, pelo menos, escolher entre uma história fantasiada ou uma crónica fiel. Digo eu o contrário: que a fantasia pode ser mais verdadeira do que os factos; e que tal escolha não se impõe ao escritor, pois que as palavras são o único meio humano que atravessa e une os tempos e distâncias. (SI: 21)

Mais importante que a comprovação da veracidade dos factos é a noção do relato como artifício linguístico que atravessa os tempos, esbatendo as barreiras geracionais. Afirma Maria de Fátima Marinho sobre *O Senhor das Ilhas*: “Situando-se, ainda, e voluntariamente, na linha do mais

tradicional romance histórico, o livro acaba por se revelar moderno, na medida em que também usa a História de um modo contrafactual e periférico.” (Marinho, 2006: 210). A narrativa ficcional em *O Senhor das Ilhas* é assumida logo no início da obra, apesar da inclusão de personagens que fazem parte da história comum de Portugal e Cabo Verde.

A narrativa principal é feita na primeira pessoa por um dos filhos de Manuel António e de Maria Josefa, que, durante uma viagem a Lisboa com o objetivo de encontrar uma pedra para o túmulo do pai, em companhia de sua irmã mais velha, Marta, decide escrever a crónica familiar como forma de preservação da memória dos feitos de seu pai. Contudo, Marta também detém a responsabilidade narrativa dos acontecimentos relatados em algumas breves partes da obra, pelo que afirma sobre este romance Paulo Alexandre Santos:

Fraccionado também como um poliedro, surge *O Senhor das Ilhas*. A introdução, como o argumento numa peça de teatro, prepara um pacto de leitura com o leitor: dali para a frente tudo o que se encontrar não será mais do que ficção (...). O autor assume desta forma um estatuto próximo do dos romancistas do século XIX, que começavam os romances afirmando que tinham descoberto aquela história e se limitavam a transcrevê-la, justificando, assim, uma eventual falta de exactidão na narração dos factos. No caso de *O Senhor das Ilhas*, esta afirmação, aduzida imediatamente antes de a obra começar, poderá ter o propósito de alertar o leitor para a pluralidade de um mundo a várias vozes, onde não se poderá estabelecer uma verdade única. (Santos, 2000: 374)

Ao longo da maior parte do livro, a narração dos acontecimentos é conjunta dado que a versão dos factos descritos é o resultado de discussões entre os dois irmãos sobre os assuntos abordados, em conversas que, muitas vezes, são reproduzidas ao leitor pelo narrador. O fio narrativo é frequentemente interrompido pela transmissão desses diálogos que consistem em trocas de impressões do narrador principal com a irmã sobre a interpretação que cada um dá aos acontecimentos relatados, assumindo o relato um tom de conversa unilateral com o leitor sobre esta partilha de opiniões com Marta. Por vezes, não se entendendo, Marta chega a apropriar-se do relato para explicitar melhor o que é dito pelo irmão¹¹. A narração é, portanto, e durante grande parte do livro, feita a duas vozes pois, mesmo quando é apenas Manuel Maria o responsável pela narrativa, esta constrói-se com os acrescentos de Marta e o seu assentimento. A proximidade aos relatos históricos dos séculos XVIII e XIX verifica-se na medida em que se assume uma vertente de veracidade na utilização de personagens não fictícias, contudo o papel importante atribuído à imaginação implica um distanciamento destas narrativas e a consequente modernidade da obra.

Conforme refere Isabel Ferreira Gould,

¹¹ Por exemplo, “A propósito de nossos irmãos, Marta dispõe-se a algumas confidências. Luísa amei-a como se minha filha fosse, diz, esgotei meus instintos nessa maternidade precoce (...)” (SI: 115), narração que continua por cerca de três páginas.

O Senhor das Ilhas oscila entre a crónica romanceada, o romance histórico e o livro de memórias. Obra com um estatuto de binacionalidade literária, pertencendo simultaneamente à literatura portuguesa de temática africana e à literatura caboverdiana sobre a colonização do arquipélago, *O Senhor das Ilhas* reflecte ficcionalmente sobre um conjunto de questões: como se definem os colonos nascidos nas ilhas e como são vistos pelos portugueses do reino? Como é vivida a sua duplicidade identitária de seres colonizadores e de sujeitos subalternos? De onde discursam? E, qual o papel dos espaços coloniais na auto-representação dos seus pontos de vista? (Gould, 2007: 66-67)

Os dois irmãos, representantes dos descendentes de colonos portugueses nascidos nas ilhas, relatam a história ficcional de um passado familiar que se inicia com o encontro de Manuel António e Maria Josefa na ilha da Boavista. As referências à época histórica em que a ação se insere são constantes, situando-se o romance numa época de expansão e povoamento do império ultramarino português, um passado histórico conjunto de Portugal e Cabo Verde. Maria Josefa, ao passear na praia, dá com Manuel António e restante tripulação do navio naufragado, encontro do qual resulta uma paixão à primeira vista que conduzirá a um percurso de vida em comum, início de uma nova família com vários filhos legítimos e bastardos - estes últimos filhos dos relacionamentos que Manuel António Martins mantém com várias escravas nativas das ilhas.

O narrador é o vigésimo filho legítimo do casal, o décimo quinto vivo (SI: 18), sendo o respetivo presente enunciativo a época imediatamente posterior à morte do pai. A história da família de Manuel António é relatada através de um discurso memorialista em que se recordam os principais feitos protagonizados pelo chefe de família, testemunhados pelo narrador, ou descritos com base nas histórias contadas por outros elementos da família, sendo aqui que o narrador coloca a tónica no uso da imaginação para a produção do seu discurso. A maioria das façanhas realizadas por Manuel António resulta em acontecimentos de repercussões importantes na história das ilhas de Cabo Verde. Contudo, a par destes e assumindo igual ou maior importância na obra, são os acontecimentos sucedidos no interior da casa familiar, contados pelos seus parentes dado que o narrador não seria ainda vivo na época em que decorre a sua maioria, cuja protagonista é a mãe de família, Maria Josefa. Ao mesmo tempo que nos são relatados os feitos de Manuel António e progressivo prestígio e influência que vai conquistando entre as gentes do arquipélago, o ambiente doméstico vivido na sua casa familiar assume-se como fundamental no desenrolar dos acontecimentos ao longo do livro, sendo transmitido como suporte emocional de base no qual Manuel António se apoiaria para a prossecução dos seus feitos, visando o bem comum nas ilhas, e espelhando, por outro lado, as transformações sociais e políticas ocorridas ao longo dos tempos, não só nas ilhas mas também na distante metrópole.

Repare-se, a propósito do narrador deste romance, nas palavras de Paul Ricoeur:

No rico repertório das formas adotadas pela voz do autor, o narrador distingue-se do autor implicado todas as vezes que ele é dramatizado para si mesmo. Assim, é o sábio desconhecido

que diz que Job é um homem “justo”; é o coro trágico que pronuncia as palavras sublimes do temor e da piedade; é o louco que diz o que o autor pensa consigo mesmo; é uma personagem testemunha, eventualmente um malandro, um vigarista, que dá a entender o ponto de vista do narrador sobre a sua própria narrativa etc. Sempre há um autor implicado: a fábula é contada por alguém; nem sempre há um narrador distinto; mas, quando isso acontece, ele compartilha o privilégio do autor implicado, que, sem chegar à omnisciência, sempre tem o poder de aceder ao conhecimento de outrem por dentro; esse privilégio faz parte dos poderes retóricos de que é investido o autor implicado, em virtude do pacto tácito entre o autor e o leitor. O grau em que o narrador é digno de confiança é uma das cláusulas desse pacto de leitura. Quanto à responsabilidade do leitor, ela é outra cláusula do mesmo pacto. Com efeito, na medida em que a criação de um narrador dramatizado, digno ou não de confiança, permite fazer variar a distância entre o autor implicado e seus personagens, um grau de complexidade é com isso induzido no leitor, complexidade esta que é a origem de sua liberdade ante a autoridade que a ficção recebe de seu autor. (Ricoeur, 1997: 281)

No que respeita à obra de Maria Isabel Barreno, logo no início do livro, Manuel Maria expõe a sua conceção sobre a narrativa que se propõe escrever a propósito da história da sua família, anunciando também a posição pessoal enquanto narrador de uma história que faz parte do passado da família estabelecendo o “pacto de leitura” com o leitor, assumindo-se como um narrador que Ricoeur designa de “digno de confiança”:

Para relatar a história dos meus, e a minha, as linhas que vieram determinando e colorindo nossas existências e também essas escuras cavernas do tempo que a memória não consegue explorar, recorrerei a todos os relatos que ouvi e li. Mas usarei sobretudo a minha imaginação, porque só essa luz de cada um de nós ressuscita os mortos e as sombras do passado. Meu pai julgava crer que a luz maior era a do raciocínio, mas este apenas nos conduz a um mapa, a um olhar distante. Penetrar a carne macia dos acontecimentos, o pulsar sanguíneo de cada segundo tal como de facto existiu nas veias de cada um, só é possível com essa patente etérea do amor, com esse espelho transparente e sublimado de nossas paixões, a imaginação. (SI: 20-21)

O narrador deste romance expressa a sua convicção de que, na narração, ficam impressas as marcas do emissor como ponto de contacto entre quem relata os acontecimentos e os vários destinatários. A subjetividade, compreendida como o modo de organizar as experiências do quotidiano, os universos de sensações e representações do real, será o território no qual o narrador se situa para poder estabelecer relações com os outros e para atribuir significado às experiências vividas. Para o narrador, a importância do seu discurso reside na íntima troca de experiências entre narrador e leitor por ele proporcionado, constituindo a veracidade ou invenção dos acontecimentos um mero apontamento sem grande relevância, pois o que importa é a sua narração em si. O uso da imaginação por parte do narrador contribui para o acentuar das marcas subjetivas, referidas como paixões, do produtor do discurso, colocando a tónica distintiva do seu relato na transmissão dos acontecimentos como partilha de sensações e não na transmissão dos acontecimentos como feitos históricos, ou seja, como factos que comprovadamente fazem parte do passado de uma nação, sendo o leitor desde logo avisado destas suas convicções.

Em "O Narrador", Walter Benjamin examina a experiência narrativa como momento privilegiado da troca de experiências pessoais em que narrador e recetor constituem, pela

mediação da história narrada e da escuta atenta, uma nova história em gestação: “The storyteller takes what he tells from experience – his own or that reported by others. And in turn makes it the experience of those who are listening to his tale.” (Benjamin, 2006: 364) O narrador retira da experiência o que conta, ou seja, a sua própria experiência ou a relatada pelos outros. Na experiência narrativa, provinda da tradição oral, o narrador envolvia-se profundamente naquilo que narrava, impondo a sua marca, e o ouvinte deixava-se penetrar pela história, com o objetivo de a fazer prosseguir. A cultura transmitia-se pela oralidade de geração em geração, sendo o mais importante, na experiência narrativa, segundo Benjamin, a íntima troca de experiências entre narrador e ouvinte.

The storytelling that thrives for a long time in the milieu of work – the rural, the maritime, and the urban – is itself an artisan form of communication, as it were. It does not aim to convey the pure essence of the thing, like information or a report. It sinks the thing into the life of the storyteller, in order to bring it out of him again. Thus traces of the storyteller cling to the story the way the handprints of the potter cling to the clay vessel. (Benjamin, 2006: 367)

Contrapondo a narração à mera informação que só tem valor no momento em que é nova, só vive no instante ao qual precisa de se entregar inteiramente, considera Benjamin que a narrativa não se entrega: conserva as suas forças e, muito tempo depois, ainda é capaz de se desenvolver: “A story is different. It does not expend itself. It preserves and concentrates its strength and is capable of releasing it even after a long time.” (*idem*: 366) A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato, é ela própria uma forma artesanal de comunicação. Não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Os acontecimentos narrados mergulham na vida do narrador para em seguida serem dela retirados. Segundo Benjamin, assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

O narrador Manuel Maria afirma, por seu turno, a certa altura e a propósito do seu relato:

Diz-me Marta que ajuízo os anos anteriores ao meu nascimento como mais trágicos, por me terem sido contados. Tudo o que precede a nossa existência parece estranho e antiquíssimo. E que o período que considero de magnificente suavidade foi o período de minha infância, e por isso eu lhe acrescento o deslumbramento que todos colocamos nas memórias de nosso crescimento. Garante minha irmã que sempre houve na família rupturas e dores maiores, pois nenhuma grandeza é límpida e sempre contém males igualmente desmesurados, que eu ignorei na inconsciência infantil. Grande nau, grande tormenta. E que aquilo que senti como súbita crise na família, com contendas internas e desgraças do destino, foi minha mera chegada à adolescência, idade do doloroso despertar para a vida. (SI: 295-296)

A noção de filtragem da realidade através da subjetividade narrativa de quem a conta e a noção de discurso como ato linguístico independente, sujeito ao uso e à interpretação feitos pelo recetor, contribui para a modernidade da obra, em que se afirma ser mais importante que a veracidade dos

acontecimentos relatados a produção do respetivo relato como partilha de experiências. Manuel Maria, no excerto acima transcrito, reflete sobre os julgamentos que ele próprio faz sobre os acontecimentos relatados, colocando em dúvida se esses julgamentos correspondem à veracidade dos factos ou são apenas o resultado das próprias vivências como condicionantes do seu relato, que têm o efeito de modificar a forma como sente e transmite os acontecimentos que lhe foram previamente relatados.

No entanto, considera igualmente: “Mas é verdade também que na história e nos feitos que se narram sobre aqueles que de algum modo conquistaram a fama, estão mais presentes os motivos de quem narra do que as acções do herói da história.” (SI: 152-153). A propósito deste excerto, afirma Maria de Fátima Marinho, “Nesta frase parece-nos estar explícita a teorização do romance histórico pós-moderno, onde é de suprema importância a aceitação de que não há uma única versão do passado e que ele depende fundamentalmente do enunciador do discurso, dos seus interesses e convicções.” (Marinho, 2006: 212) Manuel Maria veicula a noção de que o discurso histórico se faz através de um ato linguístico filtrado pelo historiador, estando implícita a mediação da subjetividade inerente a qualquer ato linguístico, mesmo que este diga respeito à narração de factos históricos, supostamente objetivos. O discurso histórico oficial poderá, assim, não ser tão objetivo quanto se tem feito crer no passado. As experiências interiores de quem narra acontecimentos influenciam inegavelmente a produção discursiva, sendo a noção de perspectiva importante em qualquer tipo de discurso, histórico ou não. As fronteiras entre verdade e ficção podem não ser tão delimitadas quanto se fez crer na antiguidade, havendo uma aproximação inevitável entre os dois tipos de discurso. Desta forma se acentua a relevância do uso da subjetividade narrativa em qualquer narração, pois é algo que está implícito na narratividade, assumidamente ou inconscientemente.

Ainda segundo Benjamin: “What differentiates the novel from all other forms of prose literature – the fairy tale, the legend, even the novella – is that it neither comes from oral tradition nor goes into it. This distinguishes it from storytelling in particular.” (Benjamin, 2006: 364). O romance não procede da tradição oral nem a alimenta, vive exclusivamente da escrita, o que o distingue de todas as outras formas de prosa. Assim,

A man listening to a story is in the company of the storyteller; even a man reading one shares this companionship. The reader of a novel, however, is isolated, more so than any other reader. (For even the reader of a poem is ready to utter the words, for the benefit of the listener.) In this solitude of his, the reader of a novel seizes upon his material more jealousy than anyone else. He is ready to make it completely his own, to devour it, as it were. Indeed, he destroys, he swallows up the material as the fire devours logs in the fireplace. The suspense which permeates the novel is very much like the draft which stimulates the flame in the fire place and enlivens its play. (Benjamin, 2006: 372)

Na sua solidão, o leitor de um romance apodera-se ciosamente da matéria da sua leitura e quer transformá-la em coisa sua, devorá-la. A expectativa que atravessa o romance assemelha-se muito à corrente de ar que alimenta o fogo e reanima a chama. Consequentemente, o romance, ao descrever um destino alheio, pode dar-nos o calor que não podemos encontrar no nosso próprio destino: “The novel is significant, therefore, not because it presents someone else’s fate to us, perhaps didactically, but because this stranger’s fate by virtue of the flame which consumes it yields us the warmth which we never draw from our own fate.” (*idem*: 373). Manuel Maria também não tem a pretensão de relatar os acontecimentos tal como na realidade aconteceram, sendo transmitida a convicção de que a mera produção de discurso consiste num ato de maior importância na medida em que resulta, pura e simplesmente, de uma intenção de partilha de feitos reais ou imaginários intimamente ligados à vida e experiência do narrador, sendo implicitamente feito o convite ao leitor para a vivência de experiências que a receção do discurso pode suscitar. É esta vivência que consiste numa forma particular de ligação entre emissor e recetor da narrativa, independentemente de estes se situarem em espaços e tempos muito distintos.

Por outro lado, tal como é referido por Rogério Miguel Puga sobre o romance histórico,

A importância e comprovação da (não) fidelidade total dos referentes históricos não retira qualquer valor à obra, pois o seu estudo tem como objectivo caracterizar o espaço e o tempo representados, bem como a função da «história como matéria da ficção» (Iser, 1974: 81, tradução nossa), podendo a primeira ser utilizada livremente pelo romancista sem as preocupações científicas do historiador, como recorda Maria Isabel Barreno em *O Senhor das Ilhas* (...) (Puga, 2006: 56).

O romance histórico, tal como a própria definição de romance como história ficcional indica, não exige a total veracidade de acontecimentos narrados, podendo a época histórica em que este se situa ser utilizada apenas como referente contextual para um melhor entendimento dos assuntos abordados. E, na obra de Maria Isabel Barreno, o contexto histórico da ação é de importância fundamental para a compreensão dos acontecimentos narrados, tal como afirma Maria de Fátima Marinho:

O enquadramento histórico-social está intimamente ligado com a vida daquela família que deteve importantes cargos na administração e na exploração das ilhas durante várias gerações. De vez em quando, o narrador faz breves excursos pela história oficial, afim, não só de facilitar a inserção dos eventos, mas também de não deixar esquecer a importância que ela porventura teria na vida das personagens. (Marinho, 2006: 211)

No romance de Isabel Barreno, os dados históricos sobre o contexto em que decorrem os acontecimentos narrados são regularmente fornecidos ao leitor em breves passagens onde são prestadas informações sobre a época que faz parte do passado comum de Portugal e Cabo Verde,

de forma a que este melhor compreenda o modo como estes afetariam os elementos da família. De acordo ainda com Rogério Miguel Puga,

O contrato entre leitor e narrador/autor baseia-se no que Iser (1983: 397) chama «sinal de ficção [...]», cuja regulamentação o texto comprova não como discurso, mas sim como ‘discurso encenado’, do qual o exercício metaficcional e os jogos anacrônicos fazem parte. O próprio exercício da paródia relativamente à realidade histórica só é identificável tendo como referência esta última e, de acordo com Dolezel (1999: 267): «The historian’s counterfactual worlds are methodological aids; they do not question the factual historical worlds [...]. The fiction maker’s counterfactual history is a parody of classical historical fiction; the historical past provides actors and the stage for its ‘carnivalization’.» (Puga, 2006: 57)

Consciente da importância da contextualização histórica da sua narrativa ficcional como fazendo parte do pacto estabelecido com o seu leitor logo no início da obra, que resulta de uma “fusão premeditada da História com a ficção” (*ibidem*), Manuel Maria vai esclarecendo, de forma ligeira e abreviada, de que forma

A realidade da escravatura, dos filhos bastardos do senhor, das relações homem mulher, dos piratas que, ciclicamente assolam as ilhas (...), da exploração do sal, do aparecimento das ideias liberais ou até das várias personalidades dos filhos legítimos (...) contribuem para definir um momento histórico preciso, sem que seja necessário o relato pormenorizado dos grandes movimentos que normalmente constam dos manuais. (Marinho, 2006: 213)

Na Modernidade, inaugura-se a valorização das experiências interiores, íntimas e significativas e de difícil acesso pela alteridade, havendo a noção do sujeito como uma entidade enredada em histórias. Trata-se, como diz Ricoeur, de reconhecer de que forma a história de uma vida procede de histórias não contadas e recalcadas, indo em direção a histórias efetivas que o sujeito assume e considera constitutivas de sua identidade pessoal. Em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur tenta mostrar que a narração de uma história é precedida por uma pré-história que foi vivida pelo narrador de forma passiva. Assim, as histórias acontecem ao narrador antes que as narre. Afirma este estudioso no artigo “Narrative Time”: “Each person transmits from him-or herself to him-or herself the resources that he or she may “draw” from his or her past. (Ricoeur, 1980: 182). Esta parece ser também a convicção do narrador deste romance. Manuel Maria assume esta posição, muitas vezes admitindo a sua falta de objetividade no relato das histórias alheias e na caracterização das personagens, implícita na reprodução das chamadas de atenção feitas pela irmã que pretendem dar a conhecer ao leitor de que forma as narrativas do passado da sua família sofrem, agora que as reconta, a influência do seu próprio passado, das suas vivências e sentimentos:

Marta parece espreitar por cima do meu ombro. Diz que introduzo demasiadas branduras em nosso pai, demasiadas rectidões cândidas em nosso avô. Eram ambos duros e egoístas, diz;” (SI: 41);

Marta insiste que sou eu quem acrescenta propósitos estranhos aos gestos de Cremilde (SI: 53)

As intenções do narrador são visíveis em outra faceta do seu discurso: ao longo de toda a obra, verifica-se a enunciação, por parte das personagens e dos narradores, de máximas e ensinamentos relativos ao sentido da vida e à maneira de ser dos homens e das mulheres de uma forma geral. A autora parece reproduzir as narrativas características do período em que se verifica o alastrar dos ideais iluministas em Portugal, dos finais do século XVIII, meados do século XIX, época em que se atribui grande importância à pedagogia e em que também decorre a ação do romance. O leitor fica com a sensação de que esta narrativa tenta imitar as construções ficcionais muitas vezes imaginadas com o objetivo de transmitir ensinamentos sobre o ser humano e a forma de estar no mundo. Manuel Maria dedica grande parte do seu relato à chamada de atenção para certos acontecimentos sobre os quais vai fazendo observações que se intercalam com a ação, utilizando os episódios narrados para a transmissão ao leitor de considerações da sua responsabilidade sobre o significado dos acontecimentos ocorridos na família, de forma a que estes exemplifiquem as suas convicções relativas à filosofia da vida, da natureza, dos seres vivos e da sociedade humana, de uma forma geral:

Todos acusam o mar de perigos e traições, raros acusam o vento; e, no entanto, é este o poder que agita as águas, brincando cruelmente com o enorme peso inerte de um meio por si mesmo devotado à criação de vida e à horizontalidade pacífica. Entre os homens, e entre os homens e as mulheres, também muitos ocultos e manifestos poderes se entrecruzam assim, uns apenas como peso de silenciosas presenças, outros como fúrias devastadoras. (SI: 23)

As suas máximas estendem-se a toda a narrativa, contribuindo para o tom de solenidade atribuído aos acontecimentos, quaisquer que eles sejam, dos aparentemente mais insignificantes aos considerados de maiores repercussões. O leitor depara-se constantemente com o tom pedagógico deste narrador, que, a propósito de um qualquer pormenor, parece aproveitar para doutrinar sobre significados ocultos, detalhes da vida, a essência do ser humano, ou outras facetas do mundo que considere virem ao caso, à medida que avança no seu relato:

Mesmo nos farrapos e privações se lê o berço de um homem, e assim logo Maria Josefa distinguiu Manuel António Martins como comandante, e os outros como subordinados, (...) (SI: 29)

Queixam-se os homens constantemente da fragilidade de suas vidas, mas bem mais ameaçada é a vida das mulheres, a qual cada acto de dar à luz é como perigosa batalha. (SI: 47)

Em todos os desígnios há reversos, e todos os empreendimentos humanos trazem suas catástrofes. (SI: 74)

Se o amor cristão tem algum sentido é este, o de nos colocarmos no lugar dos outros, mortos ou vivos, e conseguirmos compreender seus afectos e dores. (SI: 103)

Qual o soberano que nos manda respirar a cada momento? Deus? A força vital? E o que é a força vital? O tempo que progressivamente nos engole. (SI: 148)

Nada satisfaz mais aquele que se julga onipotente do que a ilusão de satisfazer todos os desejos dos que o cercam, dependentes ou incapazes. Mas a onipotência humana sabe-se ilusória, e todos os que se sentem açulados pelos outros para o cumprimento de grandes feitos sabem que esses outros os gastam, e que um dia, velhos e exaustos, serão abandonados na berma do caminho. (SI: 285)

As personagens de Manuel Maria seguem também o estilo doutrinal do narrador, mantendo o tom grandiloquente do seu discurso e partilhando as suas filosofias de vida com os que as rodeiam, emitindo os seus preceitos sobre causas e consequências dos comportamentos humanos, análises dos acontecimentos da vida sob várias perspectivas, nas conversas que mantêm com os que com elas lidam. Estamos, muitas vezes, perante uma escrita aforística que veicula uma sabedoria de vida:

Uma das emissoras destes ensinamentos é Maria Josefa, a pedagoga da família:

Teu pai tem um sonho, dizia minha mãe, foi por isso que casei com ele. As mulheres não casam com os homens, casam com os sonhos dos homens. Acrescentava sempre, como se me prevenisse contra qualquer possível surpresa do destino. (SI: 17)

As mulheres grávidas nunca sonham, repetia minha mãe. Ou, se sonham, são sonhos do filho que está dentro dela. (SI: 18)

Só desviando a rota podemos chegar ao nosso destino, interpôs Maria Josefa, que bordava num canto da sala. (SI: 41)

Mas a vida vai-nos trazendo coisas diferentes, e aprendemos novas emoções, e desejos e sentimentos. Por isso temos de estar atentos aos acertos que vai havendo entre o que queremos e esperamos e o que a vida nos traz, e o que muda em nós com cada coisa que a vida nos traz. (SI: 154)

A matriarca da família de colonos brancos, uma das protagonistas do romance, procura retirar dos acontecimentos da vida as ilações que considera importantes transmitir aos que com ela lidam no dia-a-dia, atribuindo um carácter universal às suas experiências pessoais. Estas explicações encontram o seu paralelo nas palavras das escravas negras da casa, como Cremilde:

Linha do destino partida, desvio grande, nova vida. Tudo isso pode dar rompimentos interiores, na alma: se não foram as forças do mal que causaram toda essa rotura no destino, podem essas forças entrar em cada instante nos rasgões abertos. (SI: 53)

São muitas as dificuldades quando deus nos ajuda, acrescentou Cremilde, e são grandes os seus ciúmes quando não seguimos o caminho que ele nos traça e aponta. (SI: 144)

Cremilde sentara-se perto, cosendo roupa, pronta a trazer mais refrescos, se fossem precisos. Bocados do patrão espalhados por todo o lado, comentou ela, cabeça num lado, coração noutro, fígado noutro, alma noutro. Diminui a força. Um homem deve concentrar-se. (SI: 144)

Ou Joana:

Joana falara em maus presságios. O que acontece dentro acontece fora, dissera; (...) patrão criou filhos ingratos, e os ingratos queimam-se a si próprios e queimam seus parentes. (SI: 301)

Resolveu ela explicar toda a situação a nosso pai, dizendo: é o sopro de Deus que sopra os nossos destinos; por isso os nossos desejos contêm tudo o que se passará depois, como o fruto contém a semente, que contém a árvore; (SI: 331)

Dizeres das escravas que expressam convicções que, apesar de por vezes pouco levadas a sério pelos colonos, são por eles assimiladas e, por este motivo, postos em relevo pelo narrador.

Desta forma, o papel do narrador deste romance parece ser o de transmitir uma história em que se relata a experiência particular de uma família numa das colónias portuguesas em África, em pleno período de expansão do povoamento das colónias, para, através dela, retirar ensinamentos, entendendo que estes, transmitidos ao leitor, constituem lições de vida extensivas à vivência do ser humano em geral, faceta que faz com que o seu discurso se aproxime dos relatos característicos dos romancistas dos séculos XVIII, tal como Paul Ricoeur refere:

O narrador não digno de confiança é particularmente interessante do ponto de vista do apelo à liberdade e à responsabilidade do leitor. Nesse aspecto, seu papel talvez seja menos perverso do que Wayne Booth¹² pinta. Ao contrário do narrador digno de confiança, que garante ao seu leitor que não realiza a viagem da leitura com vãs esperanças e falsos temores acerca não só dos factos relatados como também das avaliações explícitas ou implícitas dos personagens, o narrador indigno de confiança desordena essas expectativas, deixando o leitor na incerteza sobre saber até que ponto ele quer, afinal, chegar. Assim, o romance moderno exercerá tanto melhor sua função de crítica da moral convencional, eventualmente sua função de provocação e de insulto, quanto mais suspeito for o narrador e mais apagado for o autor, já que essas duas fontes da retórica da dissimulação se fortalecem mutuamente. Nesse aspecto, não compartilho a severidade de Wayne Booth para com o narrador equívoco que a literatura contemporânea cultiva. Um narrador completamente digno de confiança, como era o romancista do século XVIII, tão pronto a intervir e a conduzir o seu leitor pela mão, não dispensa este último de toda a distância emocional relativamente aos personagens e aventuras? (Ricoeur, 1997: 281-282)

A subjetividade narrativa assume, neste aspeto, importância fundamental pois os acontecimentos surgem filtrados por este narrador não isento que, expondo as suas emoções e histórias particulares, utiliza expressamente a história da sua família para colocar a sua narrativa ao dispor do leitor, de forma que este absorva as suas próprias conclusões sobre as experiências relatadas. Aproveita para expor ensinamentos por ele retirados: a experiência desta família constitui exemplo

¹² Segundo Wayne Booth, uma narrativa em que a voz do autor implicado já não se deixa discernir, em que o ponto de vista não pára de se deslocar e os narradores dignos de confiança se tornam impossíveis de identificar, cria uma visão confusa que mergulha seus próprios leitores na confusão. (Ricoeur, 1997: 306).

do modo de vida numa sociedade caracterizada pela mistura de raças e culturas, do qual se obtêm inferências filtradas pelas diferentes visões culturais postas em confronto na obra. Numa estratégia polifónica, os acontecimentos surgem analisados, criticados e ponderados quer pelo narrador, quer pelas suas personagens, de forma a partilhar uma experiência, real ou imaginada, com o recetor-leitor, para a qual contribuem, de forma fundamental, os comentários que o narrador vai fazendo ao longo da obra, colocando o seu relato em contraponto com a opinião da sua irmã.

Ao assumir a parte ficcional da sua narrativa, relevando o papel da imaginação para a produção do seu discurso baseado em factos históricos, Manuel Maria coloca a tónica nas marcas discursivas inerentes à singularidade do seu papel como sujeito narrativo de histórias retiradas de um passado real, mas que, inevitavelmente, são vividas por si próprio antes de recontadas a outrem. A subjetividade narrativa característica de qualquer produção discursiva assume importância como marca fundamental do relato deste narrador, o que, contrariamente ao que durante muito tempo se supôs, acontece também no discurso histórico, conforme é por ele notado. Desta forma, parece esbater deliberadamente as barreiras que tradicionalmente distanciam o seu discurso ficcional das narrativas consideradas históricas, consistindo esta marca fundamental para a modernidade da obra aos olhos do leitor do século XX e XXI.

Idêntico comentário, aliás, poderia ser tecido a propósito de outra obra que considero polifónica e que será contemplada no ponto seguinte deste trabalho.

2.1.2. Multiplicidade de tempos interiores e representação da memória

Em *O Esplendor de Portugal* (EP) de António Lobo Antunes, o romancista parece menos interessado no panorama social da época retratada que nos problemas humanos vividos pelas suas personagens, resultantes de vivências particulares das condicionantes baseadas em situações causadas pelo “pano de fundo” social em que as coloca. Os protagonistas do drama familiar vivido neste romance sobressaem no cenário social em que o seu autor as inscreve, contribuindo para o espelhamento de fragmentos de uma mesma realidade histórica que é exclusivamente retratada através do campo de visão das personagens. O fundo social em que os membros da família se movimentam não é descrito, assim, de forma isenta, mas antes filtrado pela subjetividade narrativa dos responsáveis pelos discursos que compõem uma multiplicidade de vozes autónomas entre si. O questionamento de uma época histórica portuguesa considerada de glória e fulgor até ao final do Estado Novo pode ser entendido como o principal objetivo de António Lobo Antunes na obra aqui analisada, em que o título *Esplendor de Portugal*, retirado do hino de Portugal, apenas acentua a ironia presente ao longo de todo o romance deste autor, dando conta da ausência de esplendor do

final de um período considerado uma época gloriosa do passado recente do país, através da história da decadência da família de Isilda.

No livro publicado em 1997, o estatuto de personagem principal pertence a Isilda, filha de colonos portugueses que decide não abandonar Angola após a independência de Portugal, pela relevância que assume na obra, ao manter a responsabilidade narrativa do princípio ao fim do livro e pela importância do seu papel como pilar fundamental da família de colonos retratada. Esta portuguesa, nascida em Portugal mas criada em Angola, opta por permanecer em território angolano, mesmo durante a guerra civil que se sucede às lutas pela independência de Angola, como último esforço de manutenção do seu estatuto de colonizadora, passando, assim, de opressora a oprimida ao não conseguir evitar perder tudo o que considerara como seu. Isilda reclama como legitimamente seu o património construído pela família, por ser o justo legado decorrente da posse colonial.

Isilda assume a responsabilidade da maior parte do discurso narrativo da obra, em partes que se intercalam do princípio ao fim do livro com as narrativas dos seus três filhos nascidos em Angola, mas enviados para Portugal, na sequência da libertação do território angolano. Contudo, enquanto as narrativas dos seus filhos se situam todas elas no ano de 1995, ano da morte de Isilda e presente da ação, e constituem discursos interiores em que as suas experiências vividas em território africano são presentificadas através das suas memórias, a voz de Isilda faz-se ouvir em excertos que constituem várias analepses desde o ano de 1973 até ao mesmo presente dos seus filhos, a véspera de Natal de 1995. Todas as passagens da responsabilidade de Isilda se situam espacialmente em Angola e as dos seus filhos em Portugal. Presente e passado, Angola e Portugal, estão, desta forma, interligados, não só ao longo da diegese da obra, como também no interior dos discursos das personagens. Não existe, portanto, linearidade temporal ou espacial, a sequencialidade dos acontecimentos narrados resulta da sugestão de seguimento narrativo do fio condutor da memória das personagens como lógica principal inerente ao discurso dos narradores.

O relato de Isilda destaca-se, porém, dos outros: a expressão da sua voz interior é constante do princípio ao fim do livro, sendo o seu discurso sempre intercalado com as narrativas dos seus filhos que ocupam três partes diferentes do livro: a primeira é de Carlos, a segunda de Rui e a terceira de Clarisse. A narração de Isilda constitui o elo de ligação das falas dos diferentes narradores, sendo o presente da sua enunciação situado em momentos diferentes, em cada um dos excertos narrativos que vão desde o dia 24 de julho de 1978 até ao dia 24 de dezembro de 1995, ou seja, a véspera do Natal de 1995, esta data a constante de todas as narrativas da responsabilidade dos seus filhos. Contudo, verifica-se a permanente intromissão de lembranças do passado no presente da enunciação nos relatos dos filhos. Isilda, por sua vez, recorda sistematicamente momentos e sensações anteriores ao presente enunciativo em que se encontra, intercalando-se a

memória de acontecimentos anteriores na narração do seu presente também no seu discurso. Ao não deixar Angola, preferindo morrer na terra que considera sua a partir para Portugal em que teria mais probabilidades de sobreviver, Isilda recusa-se a admitir a decadência do império colonial português, preferindo permanecer num território em que gozou de um estatuto de supremacia sobre os que a rodeavam, tentando manter o ascendente sobre pessoas e lugares, a partir para outro país em que o seu papel seria o de uma deslocada sem qualquer autoridade ou prestígio, seguindo o conselho de seu pai que já antecipava a queda da família muito antes de acontecer.

Num processo polifónico, a sobreposição das dimensões temporal e espacial nos discursos das personagens resulta, assim, da reprodução da sua interioridade ao longo dos diferentes excertos narrativos que consistem em monólogos internos que traduzem a subjetividade de cada um dos narradores membros da família, ou seja, jorros de pensamentos e recordações sem sequencialidade temporal ou espacial, tal como surgem no espírito de cada um. Apesar de se encontrarem em Portugal, a experiência em África tem ainda um peso grande para cada um dos filhos de Isilda e, por esse facto, o passado em Angola está permanentemente a ser evocado nas suas narrativas. Isilda, sempre em Angola, relembra a sua vaga infância em Portugal, e depois em África, e recorda nostalgicamente os tempos de glória da sua juventude como descendente de colonos portugueses de estrato económico elevado.

A caracterização das personagens procede da exposição não só da sua subjetividade em relação aos acontecimentos vividos, mas também do retrato feito pelas outras personagens através das suas memórias em relação aos mesmos acontecimentos. A observação das personagens entre si contribui para a determinação do carácter de cada uma delas através do olhar dos outros, para além do que se infere das suas próprias subjetividades. Para além das narrativas principais, os discursos são frequentemente interrompidos pelas considerações de outras personagens, geralmente assinalados graficamente pelo uso de itálico. É desta forma que o leitor conhece também a subjetividade de diferentes personagens membros da família, como é o caso de Eunice, mãe de Isilda, e Amadeu, o marido, o que implica que, dos elementos da família colona, apenas Lena e Eduardo não tenham voz própria na narrativa. Estes últimos são caracterizados indiretamente pela reprodução dos seus discursos nas falas de outros narradores.

As interrupções do fio narrativo são constantes ao longo da obra, não só devido à intervenção da memória do passado nos relatos sobre o presente nas falas de todas as personagens, muitas vezes também assinalada pelo uso de itálico e pela inserção de falas de outras personagens nos discursos, mas também pela inclusão de menções fantasiosas no meio dos discursos da responsabilidade de Isilda, decorrentes da sua necessidade de evasão da vivência decadente em que se encontra no momento da narração. Isilda recusa-se a enfrentar o presente de declínio com que se depara e, não encontrando outra forma de lidar com a situação, a sua fuga à realidade é

interior, através da imaginação e da fantasia. Como resultado, o romance de Lobo Antunes é constituído por uma polifonia ainda mais complexa do que a estrutura do livro faz só de si supor e pela total falta de sequencialidade espacial e temporal, no seguimento das características do romance pós-moderno que, segundo Isabel Pires de Lima, se baseia

(...) numa preferência pela não-selecção ou por uma quase-não-selecção, numa rejeição de hierarquias discriminadoras e numa recusa da distinção entre verdade e ficção, entre passado e presente, entre relevante e irrelevante. Em consequência, este novo código dá origem a uma relação entre o autor e o seu texto menos tensa[que no romance modernista]; o autor mostra-se indiferente ao estatuto do seu texto, privilegiando o arbitrário e o desconexo; afirma-se a paródia da explicação do mundo, numa lógica cheia de contradições internas; atribui-se mais realce ao leitor e dá-se mais ênfase ao código, isto é, valoriza-se a componente auto-reflexiva da ficção. (Lima, s.d.)¹³

Isto é, neste romance, estas características revelam-se numa narrativa que consiste no fluir do funcionamento da memória, sem uma sequencialidade de acontecimentos, ou seja, num trabalho com a descontinuidade sem pôr em causa a narrativização. Refere Isabel Ferreira Gould a propósito de *O Esplendor de Portugal*:

Lobo Antunes's fictional account treats human excess and downfall as integral parts of colonialism and explores issues of race, miscegenation, illegitimacy, family decline, and social displacement in contemporary Portugal. The book's intense focus on the children's visions and revisions of Africa through acts of memory can be seen as a need to assess the insufficiency of Portugal's present after the euphoric phase of the Revolution. Through memory and, especially through fictions of the self (fictional diary writing), the returnee children restore their identities and claim their names in the present. In this novel, if the dying out of the Portuguese family signals the crumbling of the empire, the deterioration of intimate ties continues to echo in the post-revolutionary era, revealing the author's disenchanted visions of a fatherland without splendor. (Gould, 2008: 189)

Isilda, a matriarca da família de *O Esplendor de Portugal*, simboliza a resistência dos colonos portugueses em abdicar do domínio de um território que consideravam legitimamente seu. Ao decidir permanecer em Angola após a independência, passa de opressora dos nativos a oprimida pelos africanos, não se conformando nunca com a sua nova situação. O seu passado de riqueza e opulência mistura-se com o presente infeliz, de miséria e de privações, num discurso que, em certas ocasiões, é o de uma mulher alucinada em que a vivência do presente se faz como se estivesse a viver um sonho. Nesta personagem, a dimensão temporal é bastante mais difusa, o presente vivido no momento do discurso e o passado evocado pela memória entrelaçam-se de forma inseparável seguindo o fio dos seus pensamentos. A dimensão onírica é permanente na expressão da sua subjetividade, revelando a necessidade de distanciamento da realidade

¹³ Cf. http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/4Sem_02.html.

envolvente, decorrente da proporção trágica da sua vivência no presente da enunciação. Isilda refugia-se nas recordações do passado e na imaginação fantasiosa do presente para escapar à verdadeira dimensão da sua decadência. O passado está sempre atual na sua vivência diária, a expressão do pretérito imiscui-se permanentemente nas descrições do seu presente, não só através da recordação de episódios vividos, mas também, e sobretudo, da presentificação de sentimentos e sensações que fazem parte do passado, que se mesclam de forma indestrinçável com os sentimentos e sensações do presente.

(...) eu com trinta anos, feliz, sem pregas nas bochechas, a Clarisse e o Rui no meu colo, o Carlos escapando-se atrás da cozinha
- Largue-me
de brasa de cigarro no interior da boca, a comer peixe seco com ela na cantina, não gosta dos irmãos, não gosta da mulher, gosta do pivete da miséria e do óleo de palma, das galinhas de pescoço a dar e dar nas cubatas, ao voltar à fazenda no regresso de Luanda a cozinha mudara também, chinelandando nos ladrilhos, pela primeira vez sem receio de mim, pendurada no sino rachado do almoço a chamar o pessoal, Maria da Boa Morte Josélia Damião Fernando (...) (EP: 29)

No excerto transcrito pode-se verificar a interligação feita por esta personagem entre uma época em que ainda era nova e os filhos pequenos, a menção a Carlos ainda pequeno e, depois, já casado com uma mulher de quem não gosta, e o momento em que, regressada de Luanda depois de ter levado os filhos ao barco que os transportaria para Portugal, repara que a criada negra pela primeira vez não demonstra medo da patroa.

A fragmentação do discurso da personagem confirma-se na ausência de linearidade dos factos do quotidiano e da vida expostos ao longo do relato, mediante a técnica de cortes do fio narrativo, no fluxo da consciência interior da realidade repartida em momentos que se cruzam, em que o relato segue o fluir da sua interioridade psicológica que se encontra já afetada pela perda como principal consequência do processo de descolonização. A narrativa acompanha o ritmo do tempo interior, não só de Isilda mas também das restantes personagens, inerente ao processo memorialístico através do qual se dá a transmissão dos acontecimentos da obra.

Os antecedentes na época colonial portuguesa são revisitados por cada uma das personagens do livro através da memória de um passado familiar comum em África. É dada voz aos colonizadores brancos de Angola através da evocação das suas experiências em terras africanas, reveladoras das relações complexas mantidas não só com os restantes membros da família mas também com os nativos africanos. Isilda constitui o núcleo desta família, a sua imagem é a de resistência à queda de um império e consequente perda de direitos dos colonos sobre bens e terras. Através da mãe de família, as consequências nefastas da independência da antiga colónia portuguesa para os antigos colonos que decidiram não voltar a Portugal são visíveis, assim como a situação caótica em que o novo país caiu e é vivida por todos os seus

habitantes. Os seus filhos, Carlos, Rui e Clarisse, são personagens que manifestam a inadaptação decorrente da partida para um país que lhes era estranho e no qual não encontram referências. São figuras representativas dos antigos responsáveis pelo povoamento das colônias portuguesas em África, obrigados a abandonar os territórios africanos após a sua independência, alguns deles já aí nascidos, mas designados como sendo “retornados” a um país onde nunca tinham estado. Para estas personagens, a experiência africana está sempre presente na sua vivência em Portugal, apesar de já se terem passado dezoito anos desde a sua chegada de Angola. Vivem em situação de isolamento interior e são marcadas pela falta de afetividade aos que as rodeiam.

As margens do império português surgem, desta forma, representadas na obra através dos que, muito após a descolonização, sofrem ainda no seu dia-a-dia as consequências da identificação e ligação emocional a um território que já não podem considerar como seu e da falta de laços à terra de acolhimento. O sentimento de perda da identidade nacional revela-se destrutivo para esta família que não encontra pontos de referência como suporte ao seu bem-estar físico e emocional, numa conceção do colonialismo condicente com a visão da pós-colonialidade sobre os “esquecidos” pelo discurso oficial da História, ou seja, neste caso, dos que protagonizaram a colonização ao longo dos tempos e que subitamente se viram despojados das suas referências territoriais. A polifonia narrativa verificada ao longo de toda a obra contribui para a apreensão, por parte do leitor, das diferentes dimensões que essa perda assume individualmente.

2.1.3. Subjetividade narrativa plural e representação social da realidade colonial

Conforme já referi em trabalho anterior (Azevedo, 2010), em *A Árvore das Palavras* (AP), de Teolinda Gersão, a representação da realidade colonial moçambicana é problematizada a partir de um diálogo da ficção com a História feito através de vários planos narrativos: a narração da ação é conduzida pela personagem principal, Gita, filha de colonos brancos portugueses, nascida em Moçambique, que assume o estatuto de personagem principal do romance, sendo a condutora do fio diegético, responsável pelas narrações na primeira pessoa, da primeira e terceira partes do livro, e pelo ponto de vista dominante; a segunda parte é narrada na terceira pessoa através do ponto de vista de sua mãe, Amélia. Acresce a isto que, em ambas as narrações, Laureano, pai de Gita e marido de Amélia, assume também por vezes a responsabilidade narrativa do texto, ora através da conversa imaginária na segunda pessoa que a filha mantém com o pai, em excertos intercalados com a sua narração da primeira parte da obra, ora em passagens na terceira pessoa intercaladas com a narrativa sob o ponto de vista de Amélia da segunda parte do romance. Desta

forma, a diversidade de discursos permite ao leitor a obtenção de várias subjetividades, dado que se verifica a transmissão de mais do que um ponto de vista da mesma realidade social espelhada, consoante o papel da personagem responsável pelo fio narrativo nos vários momentos descritos ao longo do livro (Azevedo, 2010: 13).

Revela-se, assim, ser fundamental, na totalidade da obra, a subjetividade das personagens que assumem a narrativa dos acontecimentos e respetiva tomada de posição sobre o meio social retratado para a representação do contraste entre as diferentes formas de vivenciar a experiência colonial em Moçambique. O contraste resultante das diferentes formas de experienciar os acontecimentos é espelhado pela forma distinta como as personagens responsáveis pela narrativa caracterizam quer as outras personagens que com elas se cruzam, quer o espaço onde se desenrola a ação, ou seja, a cidade de Lourenço Marques. Verifica-se, por outro lado, que as personagens postas em destaque no romance representam grupos sociais que permaneceram subvalorizados ao longo do discurso histórico dominante sobre a época colonial portuguesa: os negros, as mulheres e os colonos pobres, sistematicamente deixados de lado na maioria dos discursos representativos deste período. Em posição secundária surgem outras personagens paradigmáticas do grupo dos colonos privilegiados de Moçambique, detentores do poder económico e político, apresentadas no romance como vivendo totalmente alheadas da realidade das restantes populações (*ibidem*).

Nas primeira e terceira partes da obra, onde são expostos os pontos de vista de Gita criança e de Gita já adolescente, a narrativa na primeira pessoa é trabalhada de forma intencional com o objetivo de sugerir que se trata de uma escrita memorialista. Para isso, a autora utiliza artifícios linguísticos como indícios de apelo à memória levando o leitor a supor que se trata da evocação de factos verídicos do passado:

Foi talvez aí que começaram os sonhos – eu ia pelo mato com Lóia e de repente ela desaparecia por um carreiro, perdia-se no meio do capim. (AP: 34);

Foi dessa vez ou de outra que desatou a chover de repente e tivemos de fugir, à procura de abrigo?
Creio que foi de outra vez que isso aconteceu – separámo-nos uns dos outros, correndo, (...)
(AP: 178)

Para criar o efeito de verosimilhança, a autora recorre à memória coletiva da época colonial dos portugueses, ficcionando a memória individual da sua personagem principal. Na primeira parte, contudo, o discurso na primeira pessoa é intercalado com passagens na segunda pessoa em que Gita se dirige diretamente ao pai. As recordações individuais de Gita sobre a época da sua infância fazem com que dedique as lembranças aqui evocadas à figura do pai, com quem se identifica e com o qual vive os seus melhores momentos enquanto criança. Apesar de nunca lhe chamar pai ao longo do relato, referindo-se-lhe sempre pelo nome, Laureano, assim como faz com a mãe,

Amélia, é através da introdução destes trechos na segunda pessoa que a narradora revela a sua aproximação à figura do pai em oposição ao afastamento que sente em relação à mãe que em nada se lhe assemelha. Com efeito, o leitor fica a saber que a Gita criança deambula pelas ruas de Lourenço Marques com o pai, convivendo com os outros habitantes da cidade, pelos trechos narrativos que reproduzem esses instantes que consistem em discursos a ele diretamente dirigidos: “Uma vez por mês vamos à barbearia. Ou antes, és tu que vais, e eu que vou contigo.” (*idem*: 40). Estes excertos, intercalados com o discurso na primeira pessoa, têm a particularidade de irem também expressando a subjetividade de Laureano em relação não só à sua própria vivência em Moçambique, mas também no que diz respeito à sua experiência em Portugal durante a infância e juventude, sendo reveladores dos motivos que o levaram a partir para África, quando Gita reproduz conversas com o pai nestes monólogos:

A carta que mudou a tua vida: “Pois intão se tu fores atilado, cá te espero, mas se não, fica-te a amadraçar por aí, que dores de cabeça já tenho que achegue.”
O tempo, também para mim irreal, em que tinhas dezanove anos e chegaste aqui. Vinhas de uma terra de cujo nome nunca me lembro ao certo, chamava-se Chão de qualquer coisa – em Portugal havia muitas terras com nomes curiosos, (...). (AP: 56)

Deste confronto de pontos de vista e entrecruzar de discursos resulta uma ficção que decorre num período histórico bastante específico da História de Portugal, desde fins da década de 50 até ao fim dos anos 60 já no desenrolar da Guerra Colonial, recorrendo-se a factos e ambientes verdadeiros para retratar uma sociedade espartilhada devido a critérios raciais e económicos que se sobrepõem, nesta época, a quaisquer considerações humanistas características da atualidade. O fio condutor principal da narrativa é o de Gita que coloca em destaque as personagens representativas de grupos desfavorecidos socialmente, com papéis pouco interventivos a nível económico e nenhum poder decisivo sobre a sociedade em que estão inseridas. Estas personagens estão à mercê das classes dominantes de poderio económico, pertencendo a grupos sociais ignorados pelo chamado discurso histórico convencional e representam uma parte da população da colónia africana que funciona na sombra, sem o protagonismo das classes sociais hierarquicamente superiores. A sua importância residiria apenas no espaço doméstico, funcionando como coadjuvantes passivos do sistema económico e político da época ao sustentar a base de uma ordem hierárquica fundamental para a manutenção dum sistema social ocidental num espaço colonial africano, totalmente distinto do europeu. No entanto, perante o leitor e através dos olhos de Gita, estas personagens adquirem, individualmente, um estatuto superior ao que efetivamente teriam no todo social aqui representado. Ou seja, as personagens realçadas por esta narradora-protagonista da obra ganham uma dimensão superior à que têm quando confrontadas com o papel social que desempenhariam na sociedade retratada no livro (Azevedo, 2010: 15-16).

Quando a narrativa é da responsabilidade de Amélia, verifica-se, contudo, que é valorizado o grupo dos que constituem a classe privilegiada de colonos em Moçambique pelo estatuto elevado relativamente à restante população de Lourenço Marques. Esta parte da população é caracterizada como um setor social à margem de todos os outros, são pessoas que relegam para segundo plano, ou ignoram, as personagens que Gita põe em destaque. Contrariamente a Gita, Amélia atribui ou não importância às restantes personagens da obra com base no papel social que estas desempenham na sociedade retratada. Os seus juízos de valor em relação aos que a rodeiam resultam da maior ou menor relevância que é atribuída a essas personagens pela sociedade em geral e não, como se verifica em Gita, de um juízo crítico individual efetuado por esta personagem, independentemente do peso que os outros possam ter na comunidade em que se inserem. Quando a narrativa se constrói sob a perspetiva de Amélia, representa-se o ponto de vista da globalidade da sociedade apresentada na obra, ou seja, as suas considerações não têm por base caracterizações feitas individualmente sobre as diferentes personagens que a circundam, são, sim, sustentadas em juízos coletivos motivados por preconceitos em vigor na época que a autora transpõe para o seu romance como estando enraizados numa mentalidade geral que se sentiria na altura, influenciada pela cultura ocidental de proveniência das personagens representantes do grupo dos colonizadores. Quando a narração é sob o ponto de vista de Gita, os juízos de valor expressos são de cariz individual e personalizado e as personagens são realçadas enquanto pessoas; quando a narração é sob o ponto de vista de Amélia, as considerações expressas no seu discurso refletem os juízos de valor coletivos, sendo as personagens realçadas enquanto membros de determinados grupos sociais (*idem*: 16).

Amélia ignora ou despreza os grupos sociais ou as personagens salientadas pela filha, porque não são detentoras de elevado estatuto social, e destaca ou sobrevaloriza os grupos sociais aos quais a filha não dá qualquer importância, por estarem em conformidade com o que a sociedade em geral valoriza com base nos valores sociais nela implícita ou explicitamente instalados. Amélia só vê o estatuto social das personagens que a rodeiam, não considerando as personalidades dos que com ela convivem. Gita, pelo contrário, revela-se uma personagem com um individualismo mais marcado na medida em que não segue a psicologia dominante como a sua mãe, antes pelo contrário, questiona-a e exprime por diversas vezes ideologia contrária à que, ao longo do romance, se depreende ser a que vigora para a maioria dos intervenientes sociais retratados. Gita concede a sua atenção a personagens que pertencem a mundos ignorados pelos grupos sociais preponderantes e detentores do poder social e económico, tece considerações pessoais sobre elas que divergem das de Amélia, sobrepondo, assim, a sua análise pessoal sobre o que a rodeia às convicções instaladas na sociedade. Por este facto, logo desde a infância, considera fundamental a figura de Lóia, a ama negra e, já em adulta, comenta por várias vezes a injustiça da

situação que os colonizados negros vivem em Moçambique, quando confronta as condições de vida destes com as da maioria dos colonos brancos que ela própria representa. Gita coloca-se no pólo oposto ao da sua mãe no que diz respeito à forma como aprecia as diferentes personalidades pertencentes aos diversos estratos sociais com quem se cruza ao longo do romance, não se identificando com a mentalidade vigente na época da qual a obra de Teolinda Gersão dá conta, guiando-se a protagonista deste romance por crenças próprias que vão contra a ideologia dominante representada, muito em parte devidas à influência paterna. Por este facto, é detentora de maior densidade psicológica do que a sua mãe que, pelo contrário, apenas reproduz os valores sociais em voga. Por outro lado, a sua narração é em primeira pessoa, o que imprime uma aproximação maior com o leitor do que a de Amélia, que, na terceira pessoa, sugere um distanciamento maior relativamente ao seu ponto de vista. (*idem*: 17)

Estas características narrativas do romance denotam a intenção implícita por parte da sua autora de passar ao leitor essencialmente a perspectiva de Gita sobre o que é narrado, mas também, conforme Kate Sherwood Sotelino afirma, se pode entrever a sua própria opinião nesta escolha de técnicas de relatos distintas consoante as personagens que assumem a responsabilidade da narração. Kate Sotelino, referindo-se a *A Árvore das Palavras*, sustenta:

The chorus of distinct voices is complemented by a collage of diverse points of view. Gersão controls the narrative distance by having each of her protagonists reveal their own quality and quantity of information. She not only alternates between a first and second person narrative, but also filters what we see, first through Gita as a child, then through Amélia's adulthood, and finally through Gita as a young adult. In each instance, the narrative representation, or narrative information is divulged in degrees; this technique, along with the distinctive voices, brings the reader closer to and further from the events described. (Sotelino, 2007: 226)

O ponto de vista do narrador é característica essencial para a representação da mesma realidade social e espacial segundo subjetividades distintas, consoante o responsável da narrativa se aproxima ou se distancia do mundo africano ou do europeu, sendo este facto visível, desde logo, na caracterização do meio circundante. As personagens principais e responsáveis pela narração dos acontecimentos podem ser também divididas entre as que se identificam com o ambiente do nativo moçambicano e o aceitam tal como ele é, ou seja, de um lado Gita e Laureano e, de outro, a que se limita a tentar transportar para o espaço africano os valores e comportamentos característicos do mundo ocidental, evitando a todo o custo interferências entre os dois ambientes, ou seja, Amélia. Esta divisão vai ingerir-se, ao longo de todo o livro, na caracterização do espaço envolvente, a cidade de Lourenço Marques, tal como interfere na caracterização das restantes personagens, Lóia e os nativos africanos ou os colonos das classes mais elevadas que são valorizadas ou desdenhadas segundo a perspectiva de um ou de outro narrador (Azevedo, 2010: 17-18).

Rita Ciotta Neves diz o seguinte, referindo-se à chamada “pós-colonialidade” e explicando melhor as minhas constatações:

(...) os estudos pós-coloniais têm um objecto de investigação bem claro: querem estudar os confrontos entre culturas que estão numa relação de subordinação, ou seja, estudar a marginalidade colonial, considerada segundo uma perspectiva espacial, política e cultural. Deste último ponto de vista, entramos num novo conceito de cultura e em novos paradigmas da realidade. Os conceitos de classe e género deixam o lugar ao conceito de “sujeito”, com as suas identidades sociais, políticas, sexuais e ideológicas. (...) Os “esquecidos” levantam a cabeça e começam a falar, contando as suas histórias de marginalidade e de esquecimento. A cultura vira-se para “as margens” e transforma-se numa “praxe de sobrevivência”. (Neves, 2009: 235-236)

No romance de Teolinda Gersão, a aproximação ao mundo do colonizado está implícita na valorização do espaço e cultura moçambicanas através de Gita. Este romance pode ser visto como o resultado de uma tendência literária típica da pós-colonialidade na medida em que, através da Gita-narradora, cujo relato implica maior aproximação da subjetividade do leitor, é dado realce às personagens que estariam nas margens relativamente à sociedade da altura, ou seja, que não têm o peso histórico convencional uma vez que não são responsáveis por feitos que tenham mudado o curso à humanidade, mas coloca-se sobretudo a tónica em figuras cujo relevo consiste essencialmente na importância que assumem na esfera particular e não na pública. O espaço onde decorre a ação é também descrito de forma condicionada pelo ponto de vista de quem o observa e esse espaço, tal como as restantes personagens, é admirado ou rejeitado conforme se assemelha, ou não, a locais que fazem parte do imaginário europeu:

A cidade cerca-nos, com os seus braços, os seus muitos círculos, nenhum dos quais nos exclui. Ninguém nos pode tirar essa sensação de pertencer, de estar contido. Somos parte de um todo, uma cidade viva. (...) Nada vejo, aqui sentada diante da mesa redonda do café, e no entanto essas coisas longínquas, como os barcos passando, o movimento, dos barcos, fazem parte deste minuto, em que tudo está contido. (AP: 53-54)

Na infância de Gita, as suas descrições do ambiente que a rodeia são sempre reveladoras de grande encantamento pelo que a cidade de Lourenço Marques tem para lhe oferecer, transmitindo ao leitor uma sensação de pertença àquele espaço. A cidade é considerada um todo harmonioso em que tudo faz sentido e em que o tempo parece ganhar uma outra amplitude. O prazer sentido em observar tudo à sua volta é sistematicamente expresso através do seu discurso impregnado de subjetividade, em que a narradora se inclui, juntamente com Laureano, na paisagem envolvente, como elementos que dela fazem parte. Apesar de se tratar de um discurso memorialista, o presente da enunciação e a utilização de deícticos como “aqui” remetem para a presentificação de sensações passadas, conferindo-lhes maior força. (Azevedo, 2010: 18)

Na segunda parte da obra, dedicada a Amélia, a narração, pelo contrário, é feita sempre no passado e na terceira pessoa através de um narrador omnisciente, confirmando os subterfúgios narrativos que Kate Sotelino considera que a autora do romance utiliza, indiciando a sua aproximação ou o distanciamento dos acontecimentos narrados (Sotelino, 2007: 226). A narração é feita através da perspectiva de Amélia que, nos seus passeios solitários ao domingo, elege como destino preferencial as zonas residenciais e comerciais dos colonos brancos endinheirados:

Gostava de ver as montras das boutiques caras, que começavam mais ou menos a partir da António Enes.

A cidade, verdadeiramente, era também aí que começava, pelos lados da António Enes e da Princesa Patrícia (...) E descia depois, quase a pique, até ao mar lá em baixo – via-se à distância o Clube Naval, os iates e outros barcos de recreio, atracados na pequena doca de abrigo (...) (AP: 103)

Amélia prefere “as avenidas, longas e largas, espraçadas ao longo de quilómetros” (AP: 105) da parte rica da cidade. As zonas descritas por Gita na primeira parte não são minimamente interessantes para a sua mãe: “Mas o outro lado da cidade, ela não contava. Excepto, talvez, algumas ruas da baixa.” (*ibidem*). Enquanto Gita admira a movimentação quotidiana da cidade e a mistura de raças dos seus habitantes nas zonas onde se trabalha, a sua mãe cinge-se às zonas frequentadas pelos brancos ricos, as tardes de Amélia são passadas a observar o estilo de vida dos que mais admira e tudo o que está associado ao elevado nível económico deste setor da sociedade:

Aguçando os olhos, podia quando muito adivinhar-se que era de *chintz* o reposteiro que emoldurava a janela, e que na varanda havia uma cadeira de balanço, com almofadas de riscas amarelas.

E se, como agora acontecia, um moleque abrisse o portão e um carro entrasse, um *Alfa Romeo* cinzento metálico, com um motorista negro fardado, ver-se-ia um pedaço de jardim com placas de cimento no chão, entremeadas de relva, um caramanchão ao fundo, no caminho da garagem. (AP: 106)

A cidade de Lourenço Marques surge também descrita através da visão deturpada de Amélia, pois onde Gita vê árvores, pessoas, animais ou navios de carga, a sua mãe vê apenas casarões, marcas, empregados e barcos de recreio. Sotelino justifica esta perspectiva pelo facto de Amélia ser exemplificativa dos que nesta altura eram instados a acreditar na superioridade inquestionável dos representantes da expansão do império português pelo mundo, que se faria sentir no Estado Novo, como forma de revivalismo da época gloriosa do Descobrimentos:

Amélia’s preoccupation with the wealthy white colonists would be comical, were it not tragic in the transparency of her misguided values. (...) In her own words, by identifying herself with the wealthy and the foreign, she personifies the constitutive myth that Salazar methodically constructed, believing firmly in his dictum that the “New State” would revive the glory of the Portuguese Golden Age. (Sotelino, 2007: 228)

Para além da sobreposição de pontos de vista destas duas narradoras-personagens, Laureano, pai de Gita, assume também em vários excertos a condução diegética dos acontecimentos. Laureano assume a narrativa em curtas passagens que se intercalam com o relato sob a perspetiva de Amélia, revelando-se uma figura com maior peso na história do que parece à primeira vista por ser possível deduzir o ascendente que tem sobre a filha que com ele se identifica e a ele dedica grande parte da sua narrativa. O ponto de vista de Laureano expressa um julgamento social aproximado ao de Gita, a sua apreciação sobre a sociedade é bastante similar à da filha, podendo inferir-se que constitui a fonte inspiradora dos juízos de valor por ela expressos ao longo da obra. Laureano é um narrador isento pois não produz juízos de valor sobre as outras personagens individualmente. Esta personagem funciona como elemento representativo de um grupo específico de colonos de baixo estrato social que estariam mais integrados na sociedade moçambicana do que os de nível financeiro superior que surgem como completamente desligados dos restantes habitantes de Lourenço Marques. As suas considerações referem-se aos outros membros da sociedade como grupos sociais em geral, não particularizando os seus comentários às outras personagens do livro. (Azevedo, 2010:55)

Laureano e Amélia são representativos de um grupo específico de colonos portugueses de origens humildes que partiram para as colónias africanas com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. Colonos que, apesar de teoricamente pertencentes à facção colonizadora de Moçambique, devido à sua falta de instrução e dependência económica seriam socialmente percebidos como estando mais próximos dos nativos africanos do que dos outros colonos de posição privilegiada, não se integrando, por este motivo, nem no grupo a que pertencem, nem no grupo dos colonizados porque efetivamente não o são. (Azevedo, 2010: 24) A diferença de perspetivas entre as personagens da obra é consequência da aproximação ou afastamento dos narradores aos grupos dos colonos ou dos colonizados; a divisão entre brancos e negros na sociedade moçambicana resulta na apreensão distinta da mesma realidade por parte das entidades narrativas, o que é visível através da exposição de juízos de valor opostos. Assim, os julgamentos individuais sobre o coletivo da sociedade envolvente pelas personagens responsáveis pelo discurso revelam-se fundamentais para o entrecruzar de pontos de vista do princípio ao fim da ação. As diferentes óticas narrativas através das quais o mesmo contexto envolvente é filtrado, resultam na transmissão ao leitor de diversas subjetividades implícitas nos juízos de valor de cada personagem, consoante esta se aproxima ou se afasta da cultura e valores africanos desdenhados pela cultura ocidental prevalente. As personagens que se aproximam do ambiente nativo da colónia são implicitamente valorizadas no tratamento narrativo concedido pela autora, isto é, os discursos das personagens-narradores são trabalhados de formas diferentes, consoante a autora pretende a identificação ou o afastamento da sua subjetividade por parte do leitor, sendo utilizada a

omnisciência seletiva na primeira ou na terceira pessoa para criar um maior distanciamento pretendido.

2.2 Romances a uma só voz

Contrariamente aos três romances ainda publicados no século XX aqui analisados e que revisitam também eles o passado, os romances de Miguel Sousa Tavares e de Maria Dulce Cardoso distinguem-se dos anteriormente referidos pela presença de uma única voz narrativa. Em *Equador*, o desenrolar dos acontecimentos é-nos transmitido na terceira pessoa através de uma narração omnisciente centrada no seu protagonista, Luís Bernardo, governador de S. Tomé e Príncipe, enquanto em *O Retorno* a ação é contada na primeira pessoa por Rui, um adolescente pertencente a uma família de retornados de Angola.

A propósito das duas obras narrativas em apreço, cabe citar o que Neumann afirma sobre o papel dos romances na reprodução do passado:

Novels do not imitate existing versions of memory, but produce, in the act of discourse, that very past they which they purport to describe. (...) However, on the textual level, novels create new models of memory. They configure memory representations because they select and edit elements of culturally given discourse: They combine the real and the imaginary, the remembered and the forgotten, and, by means of narrative devices, imaginatively explore the workings of memory, thus offering new perspectives on the past. Such imaginative explorations can influence reader's understanding of the past and thus refigure culturally prevailing versions of memory. Literature is therefore never a simple reflection of pre-existing cultural discourses; rather, it proactively contributes to the negotiation of cultural memory. (Neumann, 2010: 334-335)

Assim, em ambos os romances, é possível inferir sobre a tomada de posição por parte dos seus autores, quer seja a censura implícita ao regime colonial português no caso de *Equador*, quer a chamada de atenção para os que, regressados das ex-colónias africanas, foram objeto de discriminação injusta por serem representativos de um sistema totalmente rejeitado no pós 25 de Abril e respetiva reposição da justiça, como se verifica em *O Retorno*, conforme veremos. No seguimento do raciocínio de Neumann, considero que a recordação do passado colonial português que é representada nestas duas obras contribui para a formação de uma nova imagem desse mesmo passado no que respeita à ideia que os portugueses detêm sobre o império português de inícios do século XX e a discriminação de que foram alvo os antigos colonos quando foram forçados a regressar a Portugal continental. Em *Equador*, o ponto de vista escolhido é exclusivamente o do português branco de elevado estatuto social e cultural que tenta impor, sem sucesso, aos que o rodeiam uma visão idealista e utópica do império português. Os colonizados não têm voz ao longo de todo o romance, sendo retratados apenas segundo a perspetiva extremamente crítica para o

regime colonial português do seu protagonista, Luís Bernardo. Em *O Retorno*, o relato, com base na experiência pessoal da sua autora, de um “retornado” adolescente nascido em África, obrigado a considerar seu um território em que nunca tinha estado e a abandonar o que, até então, via como sendo a sua terra, condiciona a visão negativa de uma nação que rejeita os seus habitantes das províncias ultramarinas como se de estrangeiros se tratassem.

2.2.1. Da solidão na crítica ao império

Miguel Sousa Tavares publica o seu romance *Equador* (E) no ano de 2003. A narração na terceira pessoa, caracterizada pela linearidade temporal, tem como protagonista Luís Bernardo Valença, um português formado em Direito, solteiro com 37 anos que é nomeado governador das ilhas de S. Tomé e Príncipe pelo rei D. Carlos. Antes da sua entrada em funções neste arquipélago, vive em Lisboa uma vida sem grandes preocupações para além das relacionadas com o mundo fútil e superficial da sociedade lisboeta da época, é uma espécie de Carlos da Maia: rico, culto, inteligente, despreocupado e diletante. O desafio da governação do pequeno arquipélago português no Equador consiste na oportunidade com que esta personagem se depara de dar um sentido útil à sua vida. Conquistador de mulheres das quais rapidamente se desinteressa, herdeiro de um negócio do pai que, sem qualquer esforço, lhe vem parar às mãos e passando os dias sem grandes objetivos ou preocupações, a sua existência de *bon-vivant* sofre uma viragem intensa com o abandono do conforto da capital portuguesa e consequente mudança para uma colónia considerada como destino de degredo pelos habitantes de Portugal continental.

A narrativa de Sousa Tavares é protagonizada por um conjunto de personagens que podem ser separadas de acordo com a existência, na época a que o livro se reporta, de uma divisão principal entre colonos e colonizados, correspondendo esta divisão às personagens de raça branca e negra presentes na obra. O grupo de colonos é constituído por personagens que detêm, na sua maioria, posições laborais de chefia, ou seja, desempenham funções em que têm a seu cargo outras pessoas, brancos ou negros, quer seja na administração pública central ou local das colónias, quer nas plantações de cacau em S. Tomé.

A omnisciência narrativa do relato na terceira pessoa estende-se, para além do protagonista, Luís Bernardo, a várias personagens que fazem parte do grupo dos colonos brancos, sem que, no entanto, o narrador aplique alguma vez esta ciência narrativa aos que constituem o grupo de nativos africanos de raça negra. A focalização narrativa interna é utilizada sempre exclusivamente no que respeita ao grupo de personagens que fazem parte dos representantes dos colonos ou do poder central metropolitano, ou seja, os brancos residentes ou não nas ilhas equatoriais, e nunca no que respeita aos intervenientes representantes dos colonizados, as

personagens de raça negra. O narrador dá-nos a conhecer a subjetividade da maioria das personagens brancas - não sempre, mas em algumas situações -, acontecendo isto mesmo no que respeita às que, no livro, fazem parte do “inimigo” de Portugal, ou seja, o casal de ingleses também em S. Tomé e Príncipe, David e Ann:

Ann sempre admirara isso no marido: essa extraordinária capacidade de adaptação a todas as situações que ele parecia ter, como se, no dia longínquo em que saíra da sua Escócia natal, se tivesse decidido fazer ao mundo com mentalidade de resistente, estivesse onde estivesse, fosse qual fosse a tarefa ou o estatuto que lhe cabiam: fosse representante do Rei e hóspede de honra do rajá de Goalpar ou um desterrado e solitário representante da Inglaterra em duas obscuras ilhotas da costa ocidental de África. Olhou com curiosidade o marido, do outro lado da mesa, à sua frente. Quanta dessa sua força e capacidade de resistência às situações lhe era própria e indestrutível, e quanta lhe adviria de a ter a seu lado, de saber que ela não faltaria nunca à promessa que lhe fizera de jamais o abandonar? E o que restaria dessa força e dessa fleuma, se ele tivesse descido cinco minutos antes para jantar e a tivesse encontrado fazendo amor de pé, encostada a uma parede, com Luís Bernardo? (E: 338)

Entretanto, no que respeita ao grupo de personagens negras, o narrador utiliza sempre a focalização externa, sendo estas vistas e retratadas exclusivamente sob a perspectiva do colono branco.

A realidade dos acontecimentos ocorridos em plena época de expansão do império colonial português surge, desta forma, representada no livro exclusivamente através do ponto de vista dos elementos intervenientes na ação representativos do grupo dos colonos, quase todos eles personagens nativas da metrópole portuguesa e deslocadas, em África, da sua terra natal. A investigação factual sobre a época histórica em questão por parte do autor é particularmente visível na reprodução de artigos de imprensa em que se relatam acontecimentos marcantes vividos na metrópole, sendo este o resultado evidente da pesquisa documental, com o objetivo de criar a verosimilhança do seu relato.

A ação decorre entre o mês de dezembro do ano de 1905 e o dia 29 de Janeiro de 1908, data do suicídio de Luís Bernardo. A época final do reinado de D. Carlos I é evocada como pano de fundo para um romance em que se salientam a visão crítica da sociedade colonial portuguesa e a forma como os responsáveis pela colonização encaravam, na época, os territórios portugueses ultramarinos e as suas populações nativas. Os conflitos entre Portugal e Inglaterra, após o *Ultimatum* Inglês¹⁴, servem de pano de fundo à revisitação do Portugal de inícios do século XX,

¹⁴ “Assim ficou conhecida, na história portuguesa, a nota apresentada pela Inglaterra, a 11-01-1890, em que exigia a retirada das forças militares do comando do major Serpa Pinto, que na zona da África Austral, correspondendo ao Chire e ao território dos Mocololos, procuravam garantir a presença de Portugal. (...) Portugal foi obrigado a ceder, o que levou à queda do Ministério [dos Negócios Estrangeiros], tendo o incidente provocado uma onda de indignação no País, que se manifestou na imprensa e em manifestações populares, tomando o carácter de luto nacional. (...) Apesar de D. Carlos ter devolvido as suas condecorações inglesas e de a família real se associar ao sentimento da Nação, uma parte da opinião pública atribuiu as culpas do sucedido à fraqueza da Instituição Monárquica. Tal facto levou a um novo surto do Partido Republicano, que surgia como o único capaz de orientar a vida política, (...). Tal o quadro histórico do U. que, nas suas mais largas consequências, pode considerar-se uma das causas da Revolução que,

época que surge retratada através dos acontecimentos protagonizados por esta personagem do romance de Sousa Tavares. Luís Bernardo encarna a visão progressista do desenvolvimento humano no início do século XX que se insurge contra formas camufladas de utilização de mão-de-obra escrava na exploração das colónias do ultramar que contornavam a abolição da escravatura em Portugal. As ideologias humanistas de defesa da igualdade de direitos dos seres humanos, independentemente da sua raça, surgem, assim, no romance, contrariadas pelas práticas do colonialismo português e europeu, já que a atitude dos ingleses que se insurgem contra estas práticas é encarada como sendo meramente uma forma camuflada de proteger os seus interesses económicos, em vez de ter por base razões de cariz humanitário.

A utilização da história de Portugal, no enredo do romance, da época final da monarquia portuguesa, implica a representação do mandatário de Luís Bernardo para terras africanas na pessoa de D. Carlos, o penúltimo rei de Portugal. As descrições de Portugal nesta época subentendem a investigação cuidada dos enredos políticos e conflitos sociais que determinam a implantação da república que se seguirá em altura pouco distante da que serve de pano de fundo ao livro de Miguel Sousa Tavares:

[D. Carlos] Era Rei de um reino onde se sentia só e atraído por todos os lados, e senhor de um Império que as grandes nações - as Casas Reais a cujas famílias pertencia por sangue - cobiçavam, sem pudor nem embaraço algum. Ao menor pretexto, a Inglaterra levar-lhe-ia o Império todo de uma vez e, com ele, o seu trono. Mouzinho tivera razão, ao denunciar as manobras dos ingleses na Rodésia e na Zâmbia, mas estes estúpidos de cá jamais entendiam que, quanto mais fraco fosse o Rei, mais ameaçado estava o Império. E o mesmo em relação a São Tomé e Príncipe, cujo café e cacau tanto incomodavam as exportações inglesas do Gabão e da Nigéria. E, a propósito de São Tomé, lembrou-se do almoço marcado para esse dia com aquele rapaz que tanto lhe tinham recomendado, o Valença. De início, D. Carlos torcera o nariz à menção do seu nome: tinha lido os artigos do homem e não lhe parecera que ele fosse, nem sério, nem conhecedor do assunto de que falava. Mas o Conselho Régio tinha insistido no seu nome, fazendo realçar as vantagens de um homem novo, descomprometido com a política e com os partidos, seguramente inteligente e com gosto pelo protagonismo. O Rei acabara por se deixar convencer (...) (E: 39-40)

O rei de Portugal enfrenta forte oposição internamente com a expansão das ideias republicanas, sendo alvo de críticas quanto à forma como lidera o império que são agravadas pela ambição de outras potências coloniais europeias de usurpação dos territórios ultramarinos portugueses. São desde logo mencionados o que os portugueses consideram ser os verdadeiros motivos económicos da preocupação dos ingleses com a forma de funcionamento do sistema colonial português, camuflados de preocupações filantrópicas relativamente aos negros das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Note-se que a escolha de Luís Bernardo para o cargo de governador de S. Tomé e Príncipe se deve essencialmente à sua falta de ligação à política e ao gosto pelo

em 05-10-1910, pôs termo à Monarquia de Portugal.” (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Verbo, Lisboa, 1976, pp. 401-402)

protagonismo revelado por esta personagem em artigos que foi escrevendo sobre a colonização portuguesa.

O novo ocupante do cargo administrativo máximo do arquipélago africano surge retratado na figura de um idealista determinado que tenta contrariar a realidade há muito instalada no território que assumiu governar, uma sociedade alicerçada na exploração do trabalho escravo, situação que à partida é ignorada por todos, mesmo as classes mais informadas da sociedade portuguesa ou as outras potências coloniais europeias. Luís Bernardo é um governador cujo estilo de vida é o espelho de um homem moderno e progressista, que não se prende a convenções quanto à forma como se deve agir e comportar-se no desempenho do seu cargo, limitando-se a atuar conforme lhe apetece em relação aos que vai encontrando pelo seu caminho, quer se trate de brancos ou de negros:

Na sexta-feira, véspera do baile, a cidade de São Tomé fervilhava já com os comentários e as histórias do novo governador, passadas de boca em boca, de loja em loja. Nos seus primeiros dias de governo, o novo governador ainda não subira lá acima, às roças, nem sequer - para grande consternação do secretário do governo - gastara muito tempo na Secretaria do Palácio. Em vez disso, passeara-se de trás para a frente na cidade, entrara nas lojas, cumprimentara os comerciantes e conversara com os fregueses, aparecera de repente no mercado matinal onde comprara uns cestos de verga e uma carapaça trabalhada de tartaruga, interrompera conversas de velhos no jardim público, fora até ao molhe ver os pescadores descarregarem o peixe, manhã cedo, e contava-se até - mas grande parte das histórias já pareciam efabuladas - que se intrometera numa brincadeira de miúdos pretinhos, em plena rua, acabando a jogar com eles ao pião. Mais certo é que, quebrando as regras estabelecidas do protocolo, visitara nos seus lugares de trabalho e com um curto pré-aviso de véspera ou apenas de algumas horas, o presidente da Câmara, o juiz, o delegado do procurador da República, o delegado de Saúde e monsenhor José Atalaia, na Catedral. Encontrara na rua o major Benjamim das Neves, o comandante militar da ilha, e, com a maior das naturalidades, levava-o para almoçar no Palácio. Mas o que de mais extraordinário se contava é que, no meio das suas visitas e das deambulações pela cidade, o governador, sempre acompanhado pelo Vicente, o moço de fretes do palácio, arranjava ainda tempo para ir duas vezes à praia. Tinham-no visto uma vez na Praia das Sete Ondas e outra vez na Praia das Conchas, com as alças do fato-de-banho descidas até à cintura, como uma simples tanga, tomando banhos e nadando sem parar ou estendendo-se na areia ao sol. (E: 149-150)

A forma descontraída como se apresenta à população de S. Tomé indicia o retrato desta personagem como aproximando-se mais de uma figura característica da modernidade do que uma pessoa de comportamentos associados às mentes tradicionalistas e retrógradas, defensoras de distinções sociais bem demarcadas. Luís Bernardo não tem uma atitude de distanciamento hierárquico em relação aos que o rodeiam e que governa, antes pelo contrário: surge como uma pessoa de trato afável e acessível a todos os que com ele queiram contactar.

Ao longo da obra, Luís Bernardo sofre uma forte alteração de carácter, de homem brando e sem objetivos para uma figura persistente e obstinada, insistindo em lutar contra tudo e contra todos para cumprir a sua missão. A sua determinação em mudar o estado de coisas em S. Tomé e Príncipe tem o seu ponto culminante no episódio em que Luís Bernardo, esquecendo a sua posição

como governador da colónia, se oferece para ser ele mesmo o advogado de defesa de dois escravos num julgamento por fuga do local de trabalho:

Na manhã do dia aprazado, Luís Bernardo dirigiu-se ao edifício do Tribunal. Não visava intimidar o juiz com a sua presença, mas entendia ser seu dever constatar pessoalmente como era aplicada a lei naquele caso. E a lei estabelecia que o empregador poderia optar ou pelo despedimento do trabalhador, que perderia direito aos vencimentos pendentes, ou, em alternativa, por prolongar o seu contrato, à razão de três a dez dias - conforme o critério do juiz - por cada dia que ele tivesse estado fugido. Luís Bernardo tinha razões suficientes para desconfiar que, antes da sua determinação de que os fugidos fossem entregues e julgados em tribunal, a prática corrente era que eles fossem devolvidos às roças, onde eram, muito provavelmente, chicoteados ou sujeitos a outra forma de castigos físicos, após o que o contrato era prorrogado pelo administrador da roça, pelo tempo que muito bem entendia, e sem que o curador-geral tomasse sequer registo do acontecimento, a não ser para assinar de cruz a prorrogação do contrato. (E: 350)

O governador toma a posição inédita de exercer ele mesmo a defesa dos dois negros acusados de fuga dos postos de trabalho, ato que vai consistir num episódio fundamental para a queda fatal da sua reputação entre os colonos do arquipélago. Luís Bernardo revela, neste incidente, a ingenuidade política e inabilidade social que caracteriza toda a sua atuação na colónia em que exerce o cargo administrativo máximo, pensando que poderia perseguir a prossecução dos ideais que defendia sem atender aos interesses instalados nas colónias. O seu discurso a favor dos dois foragidos das plantações é disso exemplificativo:

Pese a muitas consciências instaladas em maus hábitos ou em maus princípios, a razão por que me ofereci para defender dois réus indefesos e a razão por que estou aqui como governador das ilhas é uma e a mesma: porque eu, e muita gente comigo, entendo que chegou a altura de Portugal ser, não apenas um país colonizador, mas também um país civilizador. Que podemos e devemos colher os frutos do nosso trabalho e da nossa riqueza colonial que devemos aos nossos antepassados, mas que nada nos desobriga de trazer em troca o progresso e a civilização. E não há progresso nem civilização onde a riqueza produzida resulta da sujeição dos nativos a métodos de trabalho que são mais próprios da Idade Média do que do século XX. E se proclamamos aos que no estrangeiro nos acusam de tais métodos que, para nós, todos são portugueses - apenas uns da metrópole e outros das colónias - não podemos ter para os trabalhadores portugueses da metrópole sindicatos livres e liberdade de contratação do trabalhador e ter, para os trabalhadores portugueses das colónias, ainda a lei do chicote ou o estatuto do servo da gleba - mesmo que essa seja, como julgo e creio, a exceção e jamais a regra. Estes dois réus que aqui estão hoje, são - porque assim o quisemos, assim o definimos e assim o proclamamos ao mundo - cidadãos portugueses. É verdade que são negros e nem português falam, mas são tão portugueses como eu ou qualquer um de nós - os da metrópole - nesta sala. A minha função, como governador, é defender os seus direitos, tanto quanto os de todos os habitantes desta Província. A minha função, como advogado deles, era tentar garantir que seriam julgados com as mesmas regras e os mesmos direitos com que seriam julgados, por exemplo, a testemunha senhor Alípio Verdasca ou o senhor coronel Maltez, aqui presentes. (E: 367)

Para além de ter um gesto que é interpretado pela população das ilhas como de afronta direta aos colonos brancos, Luís Bernardo expressa, neste discurso, a sua visão idílica de uma sociedade colonial que em nada se assemelha com a realidade efetivamente vivida nas colónias portuguesas, de que S. Tomé é apenas um exemplo. A convicção de que os nativos africanos das colónias

devem ser considerados tão portugueses quanto os nativos da metrópole contraria as práticas tacitamente aceites por todos os interlocutores que se encontram no tribunal, para além de irem contra o suporte base em que assenta todo o sistema colonial em que se encontram inseridos, ou seja, a exploração das potencialidades do território com base na mão-de-obra de custo zero ou muito reduzido. A missão civilizacional referida pelo governador não se encontra refletida na vivência diária da colónia, onde se perpetuam comportamentos que Luís Bernardo designa de “mais próprios da Idade Média” que de tempos modernos em que o desenvolvimento integral das populações do império deveria ser preocupação central. O governador de S. Tomé expressa a sua visão mais lata sobre o que considera o desenvolvimento do império, um processo integrado de melhoria das condições de vida da totalidade da população, contrariamente aos seus opositores que se preocupam exclusivamente com o seu próprio bem-estar. A atitude e o discurso de Luís Bernardo, a que o excerto transcrito se refere, refletem a personalidade irrefletida da personagem principal do romance de Sousa Tavares que expõe publicamente as suas considerações sobre as práticas coloniais sem antecipar as consequências sociais e políticas deste ato.

O idealismo de Luís Bernardo fá-lo julgar-se imune às opiniões alheias sobre a sua pessoa pelo facto de se considerar moralmente superior, esquecendo-se que a imagem e reputação na sociedade são fatores essenciais ao seu sucesso e ao de qualquer governante.

Em Março de 1907, Luís Bernardo completou um ano de serviço em São Tomé e Príncipe. Achou por bem comemorar a data com um novo jantar no Palácio do Governo, desta vez sem baile, mas reunindo os mesmos convidados do ano anterior. Foi o seu primeiro erro: dos cento e vinte convidados a quem enviara convite escrito, só quarenta compareceram. Metade dos faltosos justificou-se com trabalhos inadiáveis nas roças, doenças súbitas ou compromissos anteriores (como se houvesse disso em São Tomé!); a outra metade nem se dignou a responder, e ele teve de guardar até à última hora umas quantas mesas de prevenção que só mandou desmanchar quando percebeu mesmo que o jantar não teria mais do que aquelas quarenta almas ali reunidas. O segundo erro foi convidar o cônsul inglês e a mulher. Na verdade, tinha pensado bastante nisso, antes de enviar os convites, e hesitara entre seguir as regras normais do protocolo de um governador colonial - para quem o convite a representantes oficiais de um país estrangeiro era obrigatório - ou alinhar naquilo que pressentia ser a expectativa oculta das «forças vivas» da colónia: que a ocasião fosse apenas celebrada entre portugueses, sem a presença do «inimigo» inglês. Chegou a pensar pedir a David um pacto de amigos: ele convidava-o, mas o cônsul respondia que, infelizmente, não podia comparecer. Mas achou, finalmente, que não lhe era permitida, nem essa hipocrisia para com o amigo, nem essa fraqueza no cargo. O resultado desse imbróglio foi desastroso: como tudo se sabia em São Tomé, todos ficaram a saber que o inglês compareceria na companhia da mulher. E, dos quarenta presentes, apenas dez eram mulheres, acompanhadas dos respectivos maridos. (E: 343-344)

O governador de S. Tomé e Príncipe revela-se, ao longo de toda a sua estadia em África, um idealista ingénuo na medida em que se limita a agir de acordo com as suas convicções progressistas, às quais junta os seus sentimentos e emoções, sendo incapaz de racionalizar suficientemente as suas atitudes de forma a criar aliados que permitam o sucesso da sua missão. A falta de experiência política revela-se fator determinante no fracasso da sua missão em África,

dado que Luís Bernardo é incapaz de manter um equilíbrio entre as aparências sociais e as suas convicções íntimas, para além de se deixar levar pelos sentimentos na escolha das suas relações de amizade e de amor, que são entendidos como influenciando o desempenho das suas funções.

O discurso de Luís Bernardo na receção ao Príncipe tem por objetivo expressar as suas ambições para o território, coincidentes com as suas ideologias desde sempre defendidas, dando a entender, ao mesmo tempo, a inadequação da necessidade de intervenção dos ingleses como supervisores das condições de trabalho no território:

[Os portugueses residentes nas colónias têm consciência] De que são herdeiros e continuadores da obra imensa de descoberta, defesa e povoamento destes territórios por parte dos nossos antigos, e que hoje, no dealbar do século XX, no tempo das maravilhas como o telefone, ou a luz eléctrica e os automóveis - que aqui ainda não chegaram - os Impérios já não se justificam só pelo direito de descoberta mas também pelo esforço de civilização, e não se mantêm apenas pela espada ou pelas canhoneiras, mas sobretudo pela razão e pela justiça. Por isso, outras potências, a quem falecem títulos de descoberta ou de conquista, aparecem hoje a reclamar direitos sobre o que tínhamos como nosso e adquirido, fundadas nas novas concepções humanísticas e civilizacionais deste século. Mas estou certo, e Vossa Alteza também o está, de que ninguém poderá, com razão, vir-nos dar lições neste domínio. Estou certo de que, para além de quaisquer divergências de estratégia ou de outra ordem, aqui, por exemplo, nesta vossa colónia de São Tomé e Príncipe, todos - desde o mais humilde funcionário ao governador - estão conscientes de que a sua principal tarefa é a defesa dos interesses de Portugal, à luz do que é hoje o direito internacional, reconhecido pelas nações civilizadas. Das quais sempre fizemos e seguramente continuaremos a fazer parte. (E: 445-446)

O discurso do governador perante os representantes do governo português traduz o que, na época, era considerada a grande missão civilizadora do colonialismo, o discurso oficial sustentador da presença europeia nos outros continentes, argumentando que Portugal é uma nação defensora, na prática, das concepções humanitárias distintivas dos povos civilizados e respeitadora do direito internacional no que concerne à utilização de mão-de-obra escrava. Luís Bernardo defende a concretização prática destas teorias. No entanto, o governador não recebe a aprovação necessária por parte das autoridades que agente a sua atuação na colónia ou as suas ambições quanto à mudança de comportamentos em relação aos colonizados:

Na esteira do África tinham partido as últimas ilusões de Luís Bernardo. Se esperara do ministro, ou mesmo do Príncipe Real, um apoio firme e explícito à política do governador, face às resistências e à hostilidade dos colonos, essa esperança desvanecera-se. Não que o ministro, quer em público, quer em privado, tivesse condenado de alguma forma a sua governação. Mas o silêncio, neste caso, valia, pelo menos, como falta de apoio. (E: 463)

Luís Bernardo surge, assim, como uma personagem de ideias demasiado avançadas para a época a que se reporta o livro, sendo incompreendido pelos que o rodeiam. O seu idealismo, associado à inexperiência a nível político, faz com que a sua curta carreira como governador se pautasse pela incapacidade de antever as reações da população que governa, sendo criticado por agir em conformidade com o que pensa. A sua independência política e económica é fator fundamental na

sua tomada de posição contrária aos interesses instalados da população colona das ilhas pois Luís Bernardo não se sente condicionado por qualquer ligação a uma ideologia política ou a uma carreira profissional, sente que apenas se deve limitar a prosseguir as suas convicções já que foi devido a estas que foi escolhido para o cargo desempenhado em S. Tomé. É esta independência que o faz perseguir a concretização das suas ideias para o arquipélago, enfrentando cruamente todas as dificuldades que se lhe deparam no caminho. A realização da sua tarefa em África assume maior importância do que a criação de qualquer forma de empatia com a comunidade colona que representa naquele território. Paradoxalmente, as qualidades pelas quais foi escolhido por D. Carlos para o cargo de governador, a independência política desta personagem e o seu gosto pelo protagonismo, serão os defeitos principais que lhe serão atribuídos na colónia e usados como motivos da sua rejeição por parte dos que lhe devem obediência:

- É, Luís Bernardo, vim à cidade e, logo por acaso, parece que vim num dia especial, não é?
- Especial, porquê?
- O dia em que você se deixou vencer pela sua vaidade ou pela sua cegueira ou inconsciência, ou o que quer que seja.
- Por que diz isso, Maria Augusta?
- Meu pobre, você fez uma triste figura, com essa sua actuação no tribunal.
- Como o sabe, esteve lá?
- Não, nem é isso que interessa. Toda a cidade fala disso e ninguém quer saber se você presta ou não como advogado. Julgava eu que não tinha vindo para São Tomé para fazer carreira como advogado, mas como governador. Um novo governador, com novas ideias, mas do nosso lado. Muitas vezes o defendi, Luís Bernardo. Tentei explicar a outros a importância e a dificuldade da sua missão. Jurei pela sua boa-fé e pelas suas boas intenções. Mas você, aos poucos, foi-se encarregando de me desmentir, e hoje deu cabo de tudo com essa sua bravata em tribunal. Deve estar muito orgulhoso de si, mas eu, no seu lugar, demitia-me hoje. Está liquidado, como governador: tem a colónia contra si. (E: 371)

No entanto, Luís Bernardo não se conforma com o facto de a sua missão ser por todos considerada impossível no que respeita à mudança de mentalidades, como seria de esperar da apresentação inicialmente feita ao leitor enquanto personalidade marcada essencialmente pela busca de conforto social, de que o seu passado de falta de empenho em qualquer setor fundamental da sua vida faz prova. A sua reação não é de voltar as costas às dificuldades e tentar apenas encapotar as verdades que vai descobrindo no território, como talvez lhe fosse mais conveniente, mas antes a de enfrentar sozinho, e cada vez mais isoladamente à medida que se avança no romance, toda a oposição às medidas que pretende impor, o que determina a sua destruição final.

Em *Equador*, a intenção do autor parece ser a de representar uma personagem marcada pelo isolamento ideológico na oposição às práticas consideradas usuais no colonialismo europeu, enfrentando fortes obstáculos às suas tentativas de modificação do estado de coisas na colónia que dirige. Apesar de ter sido nomeado para o cargo administrativo máximo com o apoio explícito do rei de Portugal, tendo interpretado a missão de que foi incumbido como tendo por principal

objetivo o de fazer prevalecer os seus ideais de desenvolvimento humanitário na colónia em questão sobre os interesses económicos, acaba por ser posto de lado e derrotado por uma população colona que não ousa sequer pôr em questão a exploração dos colonizados em proveito próprio, mesmo que isto se traduza na perda de credibilidade externa com consequências nefastas para as suas exportações. As críticas ao sistema colonial vigente estão, desta forma, sintetizadas na figura deste governador politicamente ingénuo, cujo idealismo de cartilha é esmagado pelos interesses económicos da época que, na prática, se oporiam a quaisquer teorias humanistas ou progressistas, teoricamente impulsionadoras e legitimadoras do sistema que representariam. Luís Bernardo pode ser visto como outra forma de representar as margens do sistema colonial, as vozes contrárias às práticas vigentes nos sistemas coloniais europeus, contra as quais ninguém ousava virar-se. Este defensor do politicamente correto é estranhado na colónia por não se limitar a tentar disfarçar o que na realidade aconteceria quanto à utilização de trabalho escravo, mas antes querer modificar comportamentos tomados como normais entre a população, em benefício do bem-estar dos mais fracos e sem voz no sistema.

A ausência de voz dos colonizados pode ser vista, na obra, como representativa do que de facto aconteceria nos territórios evocados; os colonizados não seriam tidos em conta para as decisões políticas e económicas que dissessem respeito ao quotidiano das colónias, limitando-se a serem vistos como elementos destinados ao serviço das populações colonas em benefício dos interesses da metrópole. Miguel Sousa Tavares conduz a sua personagem principal ao isolamento total pelo seu idealismo que não obtém correspondência na vivência diária da colónia que dirige. Luís Bernardo consiste na voz crítica do sistema colonial que todos querem calar. Possivelmente havia, já na época, quem quisesse combater as facetas mais reprováveis do colonialismo, mas os interesses instalados seriam os que prevaleciam.

O romance *O Retorno*, de que me ocuparei no ponto seguinte, caracteriza-se também por uma maior preponderância da existência de um narrador mais uno e menos plural do que os vistos nos pontos anteriores.

2.2.2. Da singularidade de um observador implicado

O Romance *O Retorno* (R) de Dulce Maria Cardoso, publicado no final do ano de 2011, narra a história do regresso de uma família de colonos portugueses de Angola a Portugal, após a independência da colónia. A narração é da responsabilidade de Rui, um dos filhos do casal de portugueses, filho este que, juntamente com a mãe e a irmã, é obrigado a permanecer vários meses num hotel perto de Lisboa, aguardando notícias do pai desaparecido em Angola.

O primeiro capítulo do livro é passado ainda em Luanda, onde o pai tem um negócio de transportes, numa altura em que a família está prestes a abandonar o território africano devido à falta de condições de segurança vivida pela população branca. A família é obrigada a viajar para Portugal sem o pai que é subitamente levado pelos nativos angolanos por ser associado a um assassino, o carniceiro de Grafanil. Nesta parte, são então recordados pela mãe os tempos em que chegou a Angola, proveniente de uma aldeia do interior de Portugal, onde vivia em condições de pobreza extrema. Partindo para terras de África para casar com um conhecido de infância que, anos antes, teria tentado melhorar as suas condições de vida mudando-se para a colónia portuguesa, apenas tinha uma vaga lembrança do noivo e uma fotografia de quando este era ainda jovem. A família retratada na obra é de posses reduzidas e forçada a deixar o pouco que possui em Angola para trás, chegando a Portugal sem quaisquer bens materiais. A mãe de Rui vê-se sozinha com dois filhos na capital portuguesa, sem amigos ou família e sem dinheiro, sendo, por isso, os três elementos acolhidos num hotel no qual permanecem durante cerca de um ano, tal como terá acontecido a milhares de retornados no ano de 1975. No final da obra, Mário, o pai, junta-se-lhes, finalmente regressado também de Angola quando já haveria poucas esperanças sobre a sua sobrevivência e o próprio filho o julgava morto às mãos dos angolanos.

Neste hotel no Estoril, são acolhidas várias famílias nas mesmas condições, provenientes das principais colónias africanas, ou seja, Angola e Moçambique. O ambiente vivido no hotel assume o valor simbólico do desmoronar da nação ao juntar vários repatriados unidos pelas consequências da desinserção na sociedade portuguesa metropolitana, que se revela sem soluções que visem a integração destes portugueses como cidadãos de plenos direitos. A família representada no livro vive, para além dos dramas gerais dos que se encontram na mesma situação, mais um: o da espera de Mário, o pai, sem saber o que lhe teria acontecido ou se este estaria vivo.

A importância da obra reside, precisamente, no facto de se debruçar sobre um tema pouco explorado na literatura portuguesa: o drama dos retornados de África pela perda do território que consideravam seu e a rejeição social de que foram alvo. Apresentando a história particular de uma família de colonos portugueses em Angola, vivida na época histórica em que se deu a maior ponte aérea entre África e Europa com o objetivo de retirar das ex-colónias os colonos cujas vidas estariam em perigo, o livro recorre à evocação de acontecimentos históricos que marcaram a sociedade portuguesa de meados da década de 70. Com um desfasamento de cerca de duas décadas em relação às outras potências coloniais europeias, Portugal foi forçado a abdicar da sua tradição imperial e viu-se, ao fim de cinco séculos de império, confinado às suas iniciais fronteiras ibéricas. Consequentemente, numa conjuntura marcada por uma acentuada crise política, económica e social, chegaram ao território nacional cerca de meio milhão de pessoas, até então residentes nas colónias (Pires *apud* Garcia, 2011: 19). Só entre maio e novembro de 1975,

chegaram a Portugal cerca de 200 mil portugueses vindos de Angola, através de uma gigantesca ponte aérea criada para o efeito (Garcia, 2011: 9). Já em Portugal continental, aqueles que, em Lisboa, não dispunham de família que os pudesse acolher, passaram algum tempo alojados em equipamentos hoteleiros disponibilizados para esse efeito pelo IARN – Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais -, na maior parte dos casos, apenas o tempo necessário para arrecadarem a bagagem que conseguiram pôr a salvo e tratarem de assuntos burocráticos. (Pinto e Faria, 1996: 12)

Na antiga metrópole, os colonos repatriados foram, na sua maioria, vistos como fator de desestabilização social, como candidatos inesperados aos poucos empregos disponíveis, como representantes das ideologias colonialistas a que muitos se opunham veementemente e, porque tidos como mais aproximados à cultura e costumes africanos considerados desajustados à forma de vida de Portugal continental, considerados desintegrados da sociedade que os acolheu. Os refugiados das ex-colónias, designados de “retornados”, nome que cedo adquiriu uma conotação depreciativa, esforçam-se por serem vistos como portugueses legítimos, rejeitando o rótulo que, marginalizando-os, os humilha e inferioriza, e tentam vincar e evidenciar a sua ligação a Portugal.

A história pessoal da família de Rui assenta na evocação de acontecimentos vividos na década de 70, em Portugal, com a chegada em massa de vários ex-colonos das chamadas províncias ultramarinas, muitos deles sem qualquer suporte que lhes permitisse refazer as suas vidas. Personalizam-se, deste modo, os factos históricos no relato sobre uma família que, por sua vez, é expressamente assumido pela autora como tendo sido inspirado na sua experiência pessoal como retornada de Angola: “É que quando cheguei a Portugal em 1975, eu e a minha família, tal como a família do Rui, ficámos instalados, durante mais de um ano, num hotel de cinco estrelas, no Estoril.” (Cardoso *apud* Direitinho, 2011: 9). A dimensão autobiográfica do enredo, apesar da parte ficcional de que se dá imediatamente conta na escolha de uma personagem masculina como narrador, é totalmente assumida pela autora, que viveu parte dos acontecimentos relatados na obra e sofreu também a estigmatização de que os retornados foram alvo na sua chegada à antiga metrópole. No mesmo texto, a escritora dá a sua opinião sobre a passagem da sua família pelo hotel de acolhimento dos retornados: “Era uma espécie de farsa. Fomos despejados, postos a monte, num ambiente a que não pertencíamos. A ironia era que iríamos assistir, e ser parte, da degradação de todo aquele luxo, da mesma maneira que tínhamos acabado de assistir ao fim de um império.” (*ibidem*). Segundo Dulce Cardoso, a progressiva degradação e decadência do hotel de luxo em que foram acolhidos assemelha-se ao declínio do império colonial a que estes ex-colonos terão assistido ainda em África. Acabados de sair de um ambiente hostil à sua presença e em que as condições de vida se deterioram de dia para dia, veem-se logo de seguida num outro que se lhe

assemelha no que respeita a estas condições. Os recém-chegados a Portugal continental não conseguem vislumbrar o seu lugar de encaixe na sociedade que os recebe.

Afirma ainda Dulce Cardoso: “Identifico felicidade com Angola, mas eu vim na véspera de fazer 11 anos, portanto acho que o que faço é identificar infância com felicidade.” (*idem*: 10). - Rui é um adolescente quando vive os acontecimentos relatados na obra, fazendo parte da sua transição para a idade adulta a mudança para Portugal com a mãe e a irmã, vivendo uma fase de crescimento impulsionada pelo facto de se sentir responsável pelas mulheres por se deparar com a situação de único representante do sexo masculino na família, devido à ausência do pai. É a própria autora do romance que aponta para a linguagem fácil do livro como escolha deliberada decorrente do facto de a responsabilidade narrativa pertencer a um adolescente, pelo que é recorrente o uso de vocabulário característico de um registo de linguagem pouco vigiado: “Ah, e havia o problema de ter de usar um vocabulário um pouco básico para que o discurso não soasse falso, visto que a voz do romance é a voz do Rui.” (*ibidem*) Pelo facto de provir de Angola, por vezes as expressões usadas são, muitas vezes, características da gíria angolana, assim como se verifica a utilização de léxico de origem popular africana, tal como “matumbo” (boçal) (R: 21), “matabicho” (pequeno-almoço) (R: 87), “maca” (confusão) (R: 219), mangonheiro (preguiçoso) (R: 38), ginga ginga (ato sexual) (R: 43), entre outros.

Num discurso marcado pela linearidade temporal, Rui inicia a sua narração ainda em Angola, nos momentos anteriores à viagem para Portugal, continuando o seu relato já na antiga metrópole, na condição de refugiado. O discurso deste narrador é marcado pelo estranhamento que sente ao ser rotulado de “retornado” a um território no qual se encontra pela primeira vez e do qual, enquanto ainda em África, apenas ouvia falar em casa ou na escola, dado que a sua terra de nascimento é Angola.

É através da voz de Rui que as outras personagens da história são ouvidas, o narrador reproduz as suas falas em discurso direto ou indireto livre, sem que haja uma efetiva mudança de narrador ao longo de todo o livro, conforme se verificará nos excertos transcritos. A narrativa é sempre da responsabilidade de Rui, todas as outras personagens intervenientes na ação são caracterizadas indiretamente pelas suas ações ou através da reprodução dos seus discursos, muitas vezes intercalada com o discurso do narrador. A narrativa é toda construída sob o seu ponto de vista, sendo o relato deste adolescente uma mistura dos seus pensamentos com as falas das várias personagens que com ele convivem durante os acontecimentos narrados:

O pai deu a mão à mãe enquanto caminhavam para a Dodge que estava estacionada à entrada do porto, o sol a encadeá-los, a mãe ficou espantada por o pai ser dono de um camião, tudo me espantava, as gaiotas, o camião, as palmeiras, nunca tinha visto árvores assim, os montes encarnados, aqui são morros, corrigiu o pai, os morros não são os montes da metrópole, não se diz um morro de feno, nem um morro de roupa para passar a ferro, são coisas diferentes. (R: 26)

No trecho transcrito, a transcrição das falas das diferentes personagens encontra-se assinalada apenas pelo uso das vírgulas, num estilo que faz recordar a escrita de António Lobo Antunes. Sem assinalar graficamente as mudanças dos discursos das diferentes personagens, Rui evoca, nesta passagem, os tempos de felicidade vividos em África pelos pais, pouco tempo após a migração da mãe para este território, lembranças em que são reproduzidas as conversas entre ambos, de forma intercalada na sua narração. O relatado neste trecho ter-se-á dado pouco depois da chegada da mãe ao continente africano, pelo que se depreende que Rui ainda não seria sequer nascido. Aqui, a recordação do passado será apenas uma imagem fantasiosa construída pelo narrador com base nas lembranças que lhe terão sido transmitidas sobre os tempos iniciais do casamento, em conversas particulares que fazem também parte deste episódio. Assim, o discurso deste narrador segue o pleno fluir dos seus pensamentos, mesmo que intercalados pela fantasia, ou por lembranças do passado, havendo, ao longo de todo o romance, um constante entrelaçar deste fio condutor do discurso com as falas da responsabilidade de outras personagens. Verifica-se, ainda no acima transcrito, que a época vivida em Angola parece estar associada pelo narrador à felicidade da infância, nos tempos em que se viveria em pleno a colonização portuguesa, tal como é notado pela própria autora no trecho que abre o capítulo deste trabalho quanto à sua experiência pessoal. O presente da enunciação da narração de Rui situa-se, na parte inicial do livro, ainda em Angola, em vésperas da sua partida como filho de colono para o continente europeu e, depois, já em Portugal continental, na condição de retornado. A evocação dos tempos passados surge, assim, intercalada com as ações decorridas nestes dois espaços.

Todos os acontecimentos do romance são filtrados pela subjetividade de Rui e relatados segundo o seu ponto de vista, estando condicionados pela sua faixa etária e pelas consequências emocionais das várias perdas por ele vivenciadas. O tema central do romance parece ser a perda de vários fatores que contribuem para a estabilidade emocional de alguém, vivida através da perspectiva de um adolescente em fase de crescimento, o que faz com que este sentimento adquira uma amplitude mais abrangente do que na maioria dos outros retornados retratados na obra. Em Rui, à perda material da terra onde habitava, da casa e de todos os pertences em Angola, tal como acontece com os outros ex-colonos que se juntam depois no hotel do Estoril, adicionam-se outras perdas decorrentes do período de vida do narrador em que estes acontecimentos se dão, tais como a perda da infância e da ingenuidade que a caracteriza, a perda do pai e a perda da identidade nacional decorrente do abandono forçado do território que, até então, considerava a sua pátria, ou seja, o único que conhecia pelo facto de ter nascido em Angola. Contrariamente à maioria dos pertencentes às gerações mais velhas que, ao terem efetivamente nascido na metrópole, seriam os verdadeiros retornados a Portugal continental, como é o caso dos seus pais, Rui “retorna” a uma

terra em que nunca tinha estado. As várias perdas sentidas influenciam a narração dos acontecimentos, pelo que o seu relato expressa uma visão negra dos acontecimentos e das pessoas neles intervenientes. O relato dos factos e os retratos que vão sendo feitos das personagens que com ele se cruzam, a partir desse momento, são nitidamente o resultado de uma visão negativa de tudo e de todos, causada pela filtragem emocional das experiências vividas, essencialmente pela dolorosa sensação de perda do pai, a que se junta um sentimento de não-pertença à terra onde o obrigam a passar os dias sem ele. São estes os fatores que vão contagiar a narração de todas as suas vivências na metrópole, assim como as descrições dos que com ele convivem:

Afinal não há assim tantas raparigas bonitas na metrópole, em geral até são feias, muito mais feias que as de lá, têm o cabelo oleoso a escorregar-lhes pelas costas que é um desgosto e os dentes encavalitados com sarro de leite, parece que nem os lavam, cheiram como lá cheiravam os sacos dos lanches que ficavam ao sol, um cheiro avinagrado que fica no nariz e dá vontade de coçar. (R: 148)

O fator emocional faz com que, na sua narração, vários aspetos causadores de desestabilização se conjuguem e concorram para a transmissão ao leitor de uma realidade filtrada pelo resultante sentimento de raiva dirigida à totalidade da experiência por que passa e a todos os que o rodeiam. A sensação de injustiça na situação vivida e a impotência quanto ao inesperado de uma posição de fragilidade social, já experienciada em África, mas que, no território em que supostamente se sentiriam seguros, ainda se faz sentir, contribuem para o desagrado em relação a tudo o que diz respeito à metrópole.

Desta forma, o discurso de Rui caracteriza-se pela inferiorização de todo o ambiente e pessoas que o rodeiam, desde a detenção do pai e durante toda a temporada vivida enquanto hóspede do hotel do Estoril. Na sua condição de nascido em Angola, Rui apenas conhecia o Portugal idealizado cuja imagem seria amplamente difundida aquém e além-mar, suporte da ideia de grandiosidade da nação ficcionada pelo Estado Novo, de um Portugal imaginado como centro, tal como é referido nos estudos de Boaventura de Sousa Santos (2001) e de Margarida Calafate Ribeiro (2004). Ambos consideram que “a dimensão simbólica da política portuguesa que conduz à elaboração de uma imagem de Portugal como centro” (Ribeiro, 2004: 12) se realizava através de Portugal como nação imperial que encobria uma “segunda imagem portuguesa ligada à sua realidade vivencial de periferia que ‘imagina o centro’, participando dele simbolicamente” (*ibidem*). Diz-nos, a este propósito, Margarida Calafate Ribeiro:

Essa imagem de centralidade de Portugal dada pelo império tem origem no período inicial das viagens dos Descobrimientos, surgindo portanto como uma imagem-consequência da aventura, de que *Os Lusíadas* são o espelho textual e que, no imaginário imperial português, se expande e transfere do Índico para o Atlântico e para as visões do Quinto Império do Padre António Vieira. Porém, no contexto dos imperialismos do século XIX e ao longo do século XX, Portugal não estava no centro dos movimentos europeus, como hoje não o está no contexto da

Comunidade Europeia, mas, através dessa dimensão simbólica, pôde/pode “imaginar-se como centro”. Com o isolamento a que o Estado Novo foi sucessivamente conduzindo o país, sobretudo a partir do início da Guerra Colonial em Angola, em 1961, a “imaginação do centro” toma os contornos abstractos e esquizofrénicos de um espaço em que Portugal é, simultaneamente, o centro e único membro do centro que em torno de si construiu, defendido das “conspirações estrangeiras”. (...) Como notou David Robertson a partir do início da Guerra Colonial, “África torna-se um espelho que reflecte a face silenciosa e sem disfarce de Portugal” (1990: 156), e nesta central periferia imperial, passe o paradoxo, muitos portugueses descobriram o esvaziamento do tradicional centro, ou seja, do espaço metropolitano; também em África outros imaginaram um centro que teria nesta guerra a pedra angular da resistência do “bastião branco” na África Austral, protegida pelos chamados valores do Ocidente cristão face ao avanço dos novos “infiéis”, construindo um centro a partir desta base teórica portuguesa, mas também europeia. (*ibidem*)

A Guerra Colonial conduz ao duro despertar dos portugueses para a realidade de um país isolado, centrado sobre si mesmo, condição que é agravada pela conseqüente perda das suas colónias. A morte da nação mítica imperial revela a falsa idealização da centralidade de Portugal no contexto mundial. Adultos e crianças das antigas colónias são obrigados a enfrentar a condição de um país que agora se cinge ao território da Península Ibérica e cuja alardeada importância não passou apenas de uma fantasia, de um mito sobre a unidade de um Portugal Imperial, na qual apenas alguns colonos mais crentes acreditavam, já que foram bastantes os que acautelaram as suas situações em Portugal continental. A fantasia de Portugal como uma nação unida aquém e além mar funcionou também em prol da motivação à migração ultramarina por parte da maioria dos que procuravam melhores condições de vida, entre os quais se incluíram os ascendentes de Rui retratados neste livro. Mas, esta família quando desperta para aquilo em que, de facto, consiste a antiga metrópole, imaginada anteriormente com a grandiosidade e a opulência tão propagandeada sobre a nação detentora de um extenso domínio territorial, acorda para o que agora o seu país tem verdadeiramente para lhe oferecer - ou seja, quase nada, já que tratam os seus membros como portugueses de segunda categoria que já não encaixam nos parâmetros pelos quais a sociedade portuguesa se rege.

Esta história é, assim, marcada por condicionantes que dizem respeito apenas a esta família em particular, como a perda do pai e a angústia vivida quando, subitamente, o narrador é forçado a crescer para assumir o papel de único responsável masculino pela família, mas também por fatores comuns a todos os retornados das ex-colónias, tais como a rejeição e estigmatização dos retornados pelos habitantes da metrópole, sentida logo nos primeiros tempos pelos portugueses e seus descendentes provenientes das antigas colónias portuguesas, e que se manteve ainda por algum tempo, ou o doloroso despertar para uma realidade na qual os repatriados não se encaixam como portugueses de legítimo direito, quando as províncias ultramarinas deixam de fazer parte do império mítico e idealizado ao qual consideravam pertencer. Ao reduzir-se à sua antiga metrópole, Portugal assume agora uma dimensão pequena demais para acolher os habitantes dos seus antigos

territórios, preparando-se para os deixar de fora. É este sentimento de não-pertença à pátria o verdadeiro motor gerador da angústia vivida pelo grupo de retornados retratado na obra.

As obras aqui trabalhadas distinguem-se pela sua técnica narrativa, tendo uns autores optado pela polifonia e outros pela narração através de um único ponto de vista. No seu conjunto, as obras revelam uma pluralidade de discursos a partir de vários pontos de enunciação, apesar de se tratar, em todas elas, exclusivamente do ponto de vista do colono português de províncias ultramarinas em África. Estes narradores são representativos de colonos de baixo ou alto estrato social (em *A Árvore das Palavras* ou *O Senhor das Ilhas*), de representantes da administração central das colónias (em *Equador*), da mulher branca (em *O Senhor das Ilhas*, *A Árvore das Palavras* e *O Esplendor de Portugal*), do mestiço (em *O Esplendor de Portugal*) ou do retornado de África (em *O Esplendor de Portugal* e *O Retorno*). Através desta multiplicidade de vozes narrativas, é possível perceber a forma como estes autores interpretam a função do colono no espaço colonial, confirmando ou desconstruindo a tipicidade do seu papel social.

Desde a ascensão do império, representada em *O Senhor das Ilhas* pelos primórdios da colonização no arquipélago de Cabo Verde, passando por plena época de povoamento das colónias, em *O Esplendor de Portugal*, *A Árvore das Palavras* e *Equador*, até à queda do império colonial português, em *O Esplendor de Portugal* e *O Retorno*, são também visíveis várias representações de diferentes fases respeitantes ao passado colonial de Portugal em diversas das suas antigas colónias de África: Cabo Verde, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Assim, nos cinco romances, é possível inferir da tomada de posição de narradores e personagens quanto ao funcionamento da nação colonial, através de subjetividades explícitas ou implícitas em enredos que se apropriam de ambientes sociais presentes no imaginário coletivo dos portugueses e onde se movimentam personagens representativas de acontecimentos que fazem parte da história recente do nosso país. Através de juízos de valor expressos ao longo dos romances, o império português surge apresentado de formas diferentes, particularmente no que diz respeito ao relacionamento da metrópole com os seus representantes nos territórios de África, conforme será seguidamente analisado.

3. Representações da Metrópole e do Império Colonial Português

Os diversos pontos de vista através dos quais é lembrada a época colonial portuguesa parecem ter um ponto em comum: o da representação disfórica da metrópole. Durante o período do Estado Novo em Portugal e, em particular, durante a Guerra Colonial, a imagem do império português difundida na metrópole esteve relacionada com a intencionalidade política de manutenção da administração de territórios cuja principal utilidade consistiria não só na extração de riquezas que contribuiriam para a sustentabilidade económica da nação, mas que também sustentariam a ideia de um país cuja extensão geográfica para além das suas fronteiras europeias seria reveladora da grandiosidade de um povo que, 500 anos após o início dos Descobrimentos, manteria sob a sua alçada terras descobertas desde então, afirmando, desta forma, a sua superioridade mundial que estaria ao nível das maiores e mais importantes nações europeias. A autoimagem da nação portuguesa face ao resto do mundo estaria particularmente dependente da sua vastidão territorial, de regiões e povos de além-mar que estariam administrativamente dependentes da apenas aparentemente pequena parcela de terreno do extremo ocidental do continente europeu:

(...) o Estado Novo reforça a política de nacionalização da exploração colonial: procede a um controlo rigoroso do comércio externo com as colónias, com vista a assegurar simultaneamente a preferência metropolitana nos abastecimentos coloniais e o seu preço moderado para que a produção industrial se fizesse a baixos custos; impõe com novo ímpeto a intensificação da cultura obrigatória do algodão em Angola e Moçambique (...) e o trabalho forçado. (...)

A expansão das economias angolana e moçambicana contribuiu para melhorar a imagem que na Europa se fazia de África e atrair contingentes nunca vistos de brancos àqueles territórios. As notícias da alta cotação do café em Angola (1947), por exemplo, davam consistência a uma ideia antiga, e durante séculos muito polémica, de que as colónias eram um “Eldorado”. O africanista aproximava-se no imaginário nacional à visão de prosperidade e riqueza que pouco antes tivera o “brasileiro”. (Castelo, 2007: 110-111)

O discurso oficial de incentivo ao combate na guerra do ultramar usado por parte das autoridades portuguesas confirma esta necessidade de afirmação de Portugal no contexto político e económico da época através das suas colónias, posicionando-se mundialmente como uma potência estratégica para a ligação da Europa com África, tendo-se como a “ponte” indispensável para as relações intercontinentais necessárias para ambas as partes.

A noção de “ficções críticas” defendida por Dominique Viart pode ser evocada a propósito destas obras e da forma como representam a metrópole e o império português:

Les “fictions critiques” sont des livres soucieux de l'état du monde, lucides sur faux-semblants des discours comme sur les impasses de la littérature et attentifs à l'éviter. Ce sont des *fictions* et qui se savent telles, parce qu'elles ne se réduisent jamais ni au documentaire, ni au reportage, parce qu'elles ne prétendent pas être le juste “reflet” d'une

réalité prétendument objective. Et ce sont des entreprises *critiques* à double raison: parce qu'elles se saisissent de questions critiques – celles de l'homme dans le monde, de l'Histoire et de ces discours déformants, de la mémoire et de ses parasitages incertains... - et parce qu'elles exercent sur leur propre manière, sur leur mise en oeuvre *littéraire* un regard sans complaisance. (Viart, 2006: 192)

Na verdade, a literatura desafia ou sustenta dimensões sociais de memória ao preservar ou subverter significações culturais, devendo ser considerada uma forma específica de memória cultural, um lugar de memória complexo com suas próprias formas e estratégias de observação e escrita baseadas em memórias antigas e nas suas diversas representações. Neste caso, a desvalorização e desinteresse quanto aos territórios em África por parte dos metropolitanos, por um lado, e o distanciamento sentido pelos povoadores das colónias em relação à metrópole, por outro, parecem ser evidentes nas obras analisadas, contrariando os discursos oficiais com vista à manutenção das colónias sustentados pelo regime do Estado Novo. Esta literatura presentifica as épocas lembradas construindo uma memória específica da nação colonial portuguesa como estando dividida em portugueses de primeira categoria – os metropolitanos – e portugueses de categoria inferior – os colonos e os colonizados (estes últimos na base da hierarquia social) que não são reconhecidos pelos metropolitanos como seus iguais.

Com efeito, nas obras trabalhadas, o poder central metropolitano e os habitantes de Portugal continental são retratados como balançando entre dois extremos quanto ao tratamento concedido aos habitantes dos impérios coloniais representados nos romances, altivos e arrogantes face aos africanos, mas com uma atitude de admiração e respeito perante os representantes da nação inglesa. Esta é a potência colonial europeia vista como rival, mas perante a qual, contudo, o império português perde a sua importância por não conseguir atingir o mesmo nível de desenvolvimento civilizacional observado nos seus domínios, sendo este aspeto visível em *O Senhor das Ilhas* e *Equador*. A população de Portugal continental é caracterizada como desdenhando de tudo o que não dissesse respeito à civilização europeia, colocando automaticamente de parte todos os elementos que estivessem relacionados com os hábitos e cultura africanas. No entanto, em *A Árvore das Palavras*, a metrópole é lembrada pelas personagens vindas do continente como um local de miséria e pobreza extrema, um território ocidental que cerceia em tudo a liberdade dos seus habitantes e civilizacionalmente mais atrasado em relação à sua colónia de Moçambique, o que contraria a noção de missão civilizacional de base do colonialismo. De facto, sabe-se hoje que a vida dos colonos em África, principalmente nos meios urbanos, se pautava por um certo desafogo económico dado que a maioria ocupava os cargos de chefia. Se nos anos 20 e 30 as principais cidades eram apenas pequenas vilas provincianas sem condições básicas de saneamento ou electricidade, a partir dos anos 50 “tornaram-se meios progressivos, modernos, com uma vida social, cultural e recreativa dinâmica,

relativamente liberais em termos de opinião pública e de costumes, ainda que no quadro prévio da censura e das barreiras raciais” (Castelo, 2007: 266-267).

Verifica-se que nas obras de Maria Isabel Barreno e de Miguel Sousa Tavares, as recordações sobre o funcionamento do império português nos séculos XIX e XX tentam contrariar a imagem de imponência propagada através do discurso oficial de defesa do colonialismo em África. As relações da metrópole com as suas colónias africanas são espelhadas nas duas obras como sendo essencialmente marcadas pela indiferença dos metropolitanos no que respeita a tudo o que não esteja relacionado com os lucros e receitas resultantes da exploração e extração das riquezas locais das colónias, nomeadamente as condições de vida de colonos e colonizados. A preocupação de ambos os escritores em transmitir esta ideia através dos seus romances é obviada pela intertextualidade neles presente com documentos históricos que, de acordo com Lachmann, contribui para a reciprocidade da redefinição da memória social sobre a realidade neles espelhada, quando se analisa o relacionamento entre a literatura e a cultura implícita da sociedade que a produz:

When literature is considered in the light of memory, it appears as the mnemonic art par excellence. Literature is culture’s memory, not as simple recording device but as a body of commemorative actions that include the knowledge stored by a culture, and virtually all texts a culture has produced and by which a culture is constituted. Writing is both an act of memory and a new interpretation, by which every new text is etched into memory space. Involvement with the extant texts of a culture, which every new text reflects, (...), stands in a reciprocal relation to the conception of memory that this culture implies. The authors of texts draw on other texts, both ancient and recent, belonging to their own or another culture and refer to them in various ways. They allude to them, they quote and paraphrase them, they incorporate them. “Intertextuality” is the term conceived in literary scholarship to capture this interchange and contact, formal and semantic, between texts – literary and non-literary. Intertextuality demonstrates the process by which a culture, where “culture” is a book culture, continually rewrites and retranscribes itself, constantly redefining itself through its signs. Every concrete text, as a sketched-out memory space, connotes the macrospace of memory that either represents a culture or appears as that culture. (Lachmann, 2010: 301)

O diálogo permanente, em ambas as obras, entre uma escrita de ficção e documentos e factos que fazem parte da história de Portugal e das suas antigas colónias, neste caso dos passados das ilhas de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, permite a reescrita, mesmo que baseada na imaginação dos autores, de fatores que contribuiriam para a existência de um passado comum entre os territórios envolvidos mas que, conforme é assinalado por Berman, é composto de relações extremamente desiguais:

Colonial states were undoubtedly bureaucratic despotisms, but with striking limitations on their capacity to control and transform the African societies over which they ruled. While the small cadres of European administrators and their equally small and poorly equipped police and military units could mow down overt African resistance with a few machine guns, very little was invested in the civil apparatus of infrastructure development, social services and macro-economic management that could have facilitated the full transformation of African

societies and their integration into capitalistic world economy. Only in the last decades of European rule was a substantial investment made in a state apparatus of 'development' and this was correlated with widening African resistance and anti-colonial mobilization. Meanwhile, colonial states were obsessed with depicting themselves as omnipotent and omniscient (...) and projecting an image of unchallengeable power over a far more ambiguous and contested reality. (Berman, 1998: 314)

As considerações sobre os impérios coloniais europeus feitas nas obras em análise estão relacionadas sobretudo com a ausência de preocupação por parte do império português com o desenvolvimento integrado das colónias e do bem-estar das suas populações em contraste com a obsessão de controlo das riquezas por estas produzidas. O distanciamento geográfico e cultural entre o poder central do império e as províncias ultramarinas portuguesas reflete-se no desinteresse e alheamento dos reais problemas das colónias por parte das autoridades, sentidos pelos colonos na sua vivência quotidiana, o que é particularmente visível nos livros de Isabel Barreno e de Sousa Tavares.

Por parte dos residentes em África, por sua vez, parece haver a mitificação de uma metrópole imponente e grandiosa, que não corresponderia à realidade experienciada pelos colonos no trato com os metropolitanos em deslocações para o território português continental - no caso de *O Retorno* esta faceta é evidenciada ao longo de toda a obra.

Repare-se nas palavras de Cláudia Castelo sobre os finais da época colonial:

(...) a ideia de uma colonização assente na exploração económica dos recursos e dos povos coloniais, em benefício de interesses metropolitanos, não era consensual dentro do próprio regime salazarista. No contexto do pós-II Guerra Mundial, perante as pressões externas tendentes à autodeterminação das colónias, a defesa daquela ideia torna-se marginal no discurso político-ideológico do Estado Novo. Na revisão da Constituição de 1951, Portugal deixa de se apresentar como um país que possui colónias, surgindo antes como uma unidade nacional espalhada por vários continentes e, portanto, constituída por províncias metropolitanas e ultramarinas. (Castelo, 2007: 116)

O questionamento da identidade nacional unificada no império português é também algo a destacar nos livros analisados. Os habitantes das províncias ultramarinas são diminuídos pelos metropolitanos que parecem não os reconhecer como sendo também eles portugueses de plenos direitos, mas consideram-nos antes como pertencendo a reinos de selvajaria que não identificam como fazendo parte da nação portuguesa. O sentimento de não-pertença à pátria representada pela metrópole, experimentado pelos habitantes das colónias conforme é referido no final do capítulo anterior, é algo que ecoa ao longo das diversas obras aqui trabalhadas devido ao tratamento concedido pelos metropolitanos aos portugueses das províncias ultramarinas e ao distanciamento da metrópole em relação aos habitantes do seu império colonial.

Como é lembrado em Stuart Hall e podemos relacionar com o que é dito,

(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser "inglês" devido ao modo como a "inglesidade" (*Englishness*) veio a ser representada — como um conjunto de significados — pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos — *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu "poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade" (Schwarz, 1986, p.106). (Hall, 2006: 48-49)

Com efeito, as identidades nacionais são uma construção sócio-cultural, implicam adesão e partilha quanto aos valores, costumes, comportamentos, ritos e tradições da nação a que se pertence. Ora a identidade nacional dos habitantes das colónias é sistematicamente posta em questão, por um lado, por uma metrópole que não parece reconhecê-los como portugueses legítimos pois a metrópole portuguesa, a sua população e o governo central das colónias surgem, nestes romances, como estando de costas viradas para os territórios africanos; por outro lado, os habitantes dos territórios portugueses de África na maioria dos casos não se reveem nos hábitos e costumes dos metropolitanos que lhes parecem absurdos e contraditórios. A unidade nacional do império colonial português defendida no Estado Novo é contrariada sistematicamente ao longo destes romances que retratam a vivência nas colónias de África pela inexistência do sentimento de identidade nacional manifestado nas suas personagens, habitantes dos territórios ultramarinos representados.

3.1. A crítica explícita ao eurocentrismo de Lisboa

Situando-se numa posição intermediária entre a submissão que devem à metrópole e a posição de comando no que respeita à colónia africana, tanto Manuel António como Maria Josefa, personagens de *O Senhor das Ilhas* baseadas em figuras históricas de Cabo Verde, tentam colmatar a falta de apoios por parte do poder central no que respeita ao desenvolvimento social e estrutural do território em que se movimentam. As autoridades metropolitanas não prestam a atenção devida às necessidades sentidas pelos habitantes das colónias, parecendo fundamentalmente interessadas na manutenção do seu poderio económico através da extração da maior quantidade possível de riquezas que as colónias possam proporcionar, ignorando as potencialidades proporcionadas pelo crescimento social e civilizacional das sociedades africanas como facilitador da sua integração no sistema colonial. Em todas as suas ações em prol do desenvolvimento de Cabo Verde, Manuel António tenta contrariar o desinteresse do poder central metropolitano relativamente a esta colónia portuguesa, construindo infra-estruturas a suas expensas, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho nas ilhas e tentando modificar a

situação dos nativos africanos, de forma a diminuir a diferença de tratamento dos diferentes grupos sociais que compõem a população do arquipélago.

A falta de apoios estruturais por parte da metrópole é constantemente referida ao longo da narrativa, sendo o governo de Portugal mencionado como empenhado apenas na obtenção das riquezas provenientes das colónias, sem que as políticas coloniais refletissem as preocupações sentidas pelos colonos, ou seja, sem uma verdadeira política de suporte ao povoamento dos territórios ultramarinos. A situação de fragilidade dos colonos em África é mencionada continuamente ao longo do livro, devido às lutas que permanentemente são obrigados a travar contra outras nações mais poderosas, principalmente a Inglaterra e os ingleses, que tentam tirar vantagem do abandono a que são votadas as colónias portuguesas, com a finalidade de usurpar as riquezas nacionais. A referência à falta de proteção das populações das colónias, quer no que se refere aos ataques frequentes de piratas, quer no que concerne aos interesses nas colónias africanas por parte de outros países colonizadores, é constante. A metrópole parece totalmente desligada dos reais problemas enfrentados pelos seus colonos no arquipélago africano: “(...) mais e mais o rei desviava seu olhar daquelas ilhas, por moleza, ou por preocupação, ou talvez pelo desprazer do que nelas via.” (SI: 157). Por outro lado, os impostos exagerados são avaliados como impeditivos do desenvolvimento e bem-estar das populações, pelo que Manuel António considera necessário contornar leis que têm como propósito exclusivo o enriquecimento de Portugal continental sem atentar nas necessidades dos habitantes das colónias:

Alguns haveriam de dizer, mais tarde, que foi a partir desta data que meu pai passou a exportar, directa e regularmente, vários dos produtos de suas iniciativas em Cabo Verde, fugindo assim ao fisco e aos direitos da coroa. Não sei se têm razão. Mas cada vez mais ele acreditava que o poder central estava fraco e corrompido, e que mais corrompido ainda chegava às costas e ilhas africanas, depois de transmitido a intermediários.

Manuel António criticava a lei, seu excesso na letra e seus abusos na prática; dizia quais os limites que achava justos numa partilha de riquezas entre os cidadãos empreendedores e seu soberano, e desobedecia sem disfarces dentro dos limites que ele próprio se havia fixado. (SI: 85-86)

A corrupção dos governantes de Lisboa e respetivos intermediários é a principal censura feita por Manuel António ao poder central, ao longo de todo o livro, e a única preocupação destes em relação às colónias seria a retirada de benefícios em proveito próprio, nomeadamente através dos impostos exagerados, em vez de visarem o desenvolvimento sustentado das províncias ultramarinas, aumentando a produtividade da nação como um todo. A fuga aos impostos excessivos e às taxas impostas pelo governo português parece ser a única solução que possibilita a prosperidade das colónias.

O sentimento de abandono por parte do poder central é comum nas diferentes gerações de colonos retratadas na obra, ao mesmo tempo que parece haver uma submissão das políticas portuguesas aos interesses de outros países coloniais da Europa de maior poderio económico, nomeadamente a Inglaterra, tradicionalmente vista pelos próprios ingleses e pelos portugueses como uma sociedade mais evoluída e superior. É referido com mais pormenor o caso do casal Bowdich, ingleses que permanecem uns tempos na ilha da Boavista. A senhora Bowdich é caracterizada como sendo altiva e arrogante em relação a todos os seus anfitriões, escrevendo um diário “onde geralmente criticava com aspereza todos os seus anfitriões e transportadores, por não lhe darem, pronta e totalmente, tudo aquilo que ela se achava no direito de exigir” (SI: 235), não sendo exceção as atitudes tomadas quanto aos donos da casa que a acolhem em Cabo Verde. Declarando-se encantada por Maria Josefa falar inglês, “e também espantada, como quem acha improvável encontrar o mínimo indício de civilização entre selvagens remotos” (SI: 233) e comentando que “nunca ouvira dizer que houvesse cientistas e sábios em Portugal” (SI: 237), o capitão Pitt, amigo de Manuel António e já farto dos seus comentários depreciativos, argumenta:

(...) o que a senhora não suporta, no nosso anfitrião, é justamente aquilo que mais prezo nele, a sua forma de nos tratar, à senhora e a mim, como seus absolutos iguais, sem o servilismo e sem a tola admiração perante as nações poderosas ou seus representantes, que muitos compatriotas seus exibem. (SI: 239)

A submissão dos portugueses às restantes sociedades ocidentais consideradas mais evoluídas é também contrariada pelo protagonista do romance que se baseia essencialmente nas qualidades individuais dos que com ele lidam para as suas demonstrações de respeito, sendo mais uma prova das suas ideologias humanistas. Manuel António recusa vergar-se ao peso dos preconceitos instalados na mentalidade dos indivíduos das sociedades ocidentais no que respeita à reputação da superioridade pessoal ou civilizacional dos seres humanos devido às suas origens, nacionalidade ou raça. Da mesma forma que Manuel António combate a mentalidade referente à predominância de certas classes sociais sobre outras, demonstrando a sua convicção na emergência de uma sociedade mais igualitária entre os seus membros, tenta contrariar também a distinção existente entre as nações colonas, implícita no tratamento concedido aos colonos portugueses pelos estrangeiros que visitam as ilhas.

O tratamento de superioridade dos ingleses relativamente aos colonos portugueses encontra, no romance, o seu paralelo nas reações das gentes de Lisboa quanto às populações das colónias africanas. Os territórios ultramarinos são considerados inferiores e selvagens devido ao distanciamento das civilizações ocidentais pela visão elitista das populações de Lisboa, conforme é notado por Manuel Maria e Marta aquando da sua estadia em Portugal continental:

Nossos parentes em Lisboa recebem-nos o melhor possível, auxiliam-nos em nossa tarefa. No entanto com demasiada frequência encontramos pessoas arrogantes. Olham-nos de alto a baixo, procurando o erro no nosso traje, o provincianismo nas maneiras, o sinal do afastamento de Lisboa, que todos consideram insuportável ou mesmo fatal para a cultura e para o espírito. Ou então olham-nos como lendas vivas, como gente recém-escapada às feras, às febres e aos canibais. (SI: 93)

No romance de Maria Isabel Barreno, a memória particular desta família de colonos em Cabo Verde faz evocar os primórdios do povoamento deste território enquanto colónia portuguesa. É por várias vezes referido o facto de as ilhas africanas terem sido inicialmente consideradas terra de desterro para os habitantes da metrópole, para onde eram enviados os exilados do continente:

Era aquele um território de exílio e de degredo, não esqueçamos, aos olhos dos poderosos do reino. Destituídos dos seus cargos com a queda de D. Miguel, haviam sido mandados de uma ilha para a outra – esse o castigo, no arquipélago que era exílio de si próprio, condenado à pobreza e ao abandono. (SI: 283)

As políticas do governo para o povoamento deste território seriam feitas à custa dos que, por motivos políticos ou sociais, seriam obrigados a deixar a metrópole, sendo desterrados em terras africanas longínquas, pelo que o envio de portugueses para Cabo Verde seria por muitos considerado um castigo.

O novo governador de Cabo Verde, D. António Lencastre, é da seguinte forma apresentado na obra aquando da sua chegada ao arquipélago:

D. António veio, conheceu meu pai: sua fortuna feita em pouco tempo, seus projectos, seu entusiasmo. Entusiasmou-se também D. António, vindo de Portugal com humor linfático e vegetativo, crente que tinha de aceitar aquela tarefa imposta para continuar nos favores reais, mas que nada mais lhe adviria do governo daquelas paragens, que considerava como desterro. (...) Mas o que ele [Manuel António] viu nesta amizade, ou nela procurou, foi a possibilidade de trazer enfim às abandonadas ilhas um pouco das régias atenções. (SI: 97)

Os portugueses destacados para os cargos administrativos em Cabo Verde são referidos como aceitando os lugares apenas com o objetivo de obterem benefícios reais, como sucede com este governador, convidado de D. Aniceto. Enviado para as ilhas como se de uma condenação ao desterro se tratasse, D. António aceita a tarefa contrariado, apenas se animando ao vislumbrar, através do exemplo de Manuel António, a hipótese de enriquecimento rápido na sua estadia no arquipélago. Manuel António, por sua vez, tenta a aproximação ao novo governador como forma de combater o esquecimento de que as populações das ilhas são alvo por parte das autoridades metropolitanas.

D. António Lencastre é mencionado como desprezando a totalidade da população cabo-verdiana por consistir, segundo a sua perspectiva, numa mistura da ralé das várias raças que a constituíam.

Lencastre continuava altaneiro: desprezava os negros, por serem escravos; desprezava a maioria dos brancos, por serem degredados, criminosos ou políticos; e desprezava os mestiços, que eram já a parte mais numerosa da população, a quem qualificava de bastardos na origem e nos sentimentos. (SI: 158)

Olharia para a sociedade do arquipélago como uma mistura descaracterizada de pessoas de baixa estirpe social, desdenhando os grupos populacionais que a constituem pelas suas origens ou classe social e, no caso da população branca, pelo percurso de vida anterior à chegada às ilhas. Confrontados com as revoltas que as populações das ilhas encetariam em relação à respetiva administração, Manuel António é contrário à posição de desdém face aos habitantes do arquipélago, manifestada por D. António, colocando-se a seu favor e argumentando sobre os motivos das rebeliões que se fazem sentir em vários momentos ao longo da obra:

(...) nas revoltas desejos mais profundos estavam envolvidos, os desejos de independência, que sopravam há várias décadas, desde que os ingleses haviam perdido sua colónia da América do Norte, e que estavam alastrados em toda a América do Sul, e que se agravavam agora no arquipélago pela fraqueza do poder régio exilado de Lisboa. (SI: 137-138)

As ideologias independentistas influenciadas pela situação dos Estados Unidos da América estariam já a alastrar pelas colónias africanas, originando movimentos de resistência ao poder colonial por parte das populações, facilitados pelo abandono a que a metrópole votaria as suas colónias. Manuel António empenha-se também em defender as populações de Cabo Verde:

E com o governador teve grandes argumentos, dizendo que tratava ele os habitantes da colónia como seres humanos inferiores e que se alguns eram deportados com culpas de crimes outros não, eram deportados por meras razões políticas ou gente buscando honestamente melhor rumo de suas vidas. E que o primeiro dever de um governante era a justiça. (SI: 138)

Desabafando posteriormente com Maria Josefa “das pessoas que chegavam às novas terras sem curiosidade nem humanismo, apenas instalados numa arrogância ancestral.” (*ibidem*), Manuel António faz questão de vincar o seu afastamento quanto à superioridade civilizacional implícita na forma de governo das ilhas por parte das administrações locais, baseada em questões tradicionais de raça e linhagem dos indivíduos. A sua oposição à *forma mentis* que rege a sociedade tradicional ocidental é sustentada pela recusa em especificar as suas origens e o seu percurso de vida nos tempos anteriores ao naufrágio na Boavista, “por desforra afectiva e crença firme em suas ideias, afirmava ele” (33), sabendo-se apenas que “De tudo o que nosso pai contava, três coisas eram

certas: era de Braga, saíra de Portugal dois anos antes de sua chegada a Cabo Verde, e sua mãe era de ascendência italiana.” (40). Manuel António tenta, assim, demarcar-se do conjunto dos aristocratas portugueses, cuja importância social reside essencialmente nas suas origens e não nos seus feitos, pretendendo, logo desde o início da sua estadia no arquipélago, fazer-se notar pelo que teria a dar às ilhas e não, como seria costume na época, utilizar estas colónias em proveito próprio. Olhando o arquipélago e respetivas populações como sendo os que, à partida, enfrentariam as maiores necessidades de desenvolvimento e potenciando o enriquecimento global do território colonial, tenta distinguir-se do grupo ao qual pertence o sogro. As suas conversas com D. Aniceto são bem reveladoras deste propósito:

Enriquecer, claro, dizia Manuel António, tranquilamente. Pois se aquilo que eu faço tem valor para os outros, é natural que o tenha para mim também: aliás, só por minha prosperidade demonstrarei o valor de meus actos. D. Aniceto pensava que qualquer coisa estaria errada naquela lógica; não estava suficientemente a par do que ia sendo discutido na Europa para identificar perigos heréticos, mas pressentia, ou recordava vagamente, que tais enunciados não podiam estar certos. (SI: 37-38)

Expondo a intenção principal de servir de exemplo para os outros na sua defesa do desenvolvimento sustentado da região, Manuel António não se revê nos membros das classes privilegiadas de Portugal. D. Aniceto inicialmente ter-se-á estabelecido na ilha da Boavista também como quem vai para o degredo, encarando a mudança apenas como meio de melhorar a sua condição. D. Aniceto é o representante da antiga aristocracia portuguesa na família de colonos, pelo que são os seguintes os comentários de Manuel Maria sobre as conversas entre o pai e o avô:

Só anos mais tarde, recentemente de facto, me dei conta de que estes diálogos eram uma cerrada discussão entre a nova classe industriosa cujo labor excedeu o artesanato obscuro e parece mesmo multiplicar seus rendimentos de forma milagrosa, ou diabólica, consoante as opiniões, classe representada por meu pai, e que procurava ascender ao poder, sem que até agora o tivesse realmente conseguido no nosso país, e a fidalguia, representada por meu avô, decadente mas ainda revestida de privilégios. (SI: 102)

Manuel António representa, assim, a nova classe social em ascensão na sociedade portuguesa, uma burguesia contrária aos poderes tradicionalmente instalados que tenta fazer-se valer pelas ações e não pelas origens. O eurocentrismo presente na forma como as gentes de Lisboa lidam com as populações das colónias é sentido pelos filhos de Manuel António em Lisboa, após a morte do pai. Apesar de bem recebidos na metrópole, a constante procura de sinais evidentes do convívio com a pretensa selvajaria africana denota o sentimento de superioridade da civilização ocidental perante as diferenças culturais em espaço africano.

E o principal passatempo das gentes mais endinheiradas de Lisboa, ou que de qualquer forma se consideram ilustres, é o de se mostrarem uns aos outros. Passeiam nas ruas não porque tenham um trajecto a cumprir, de obrigação ou recreio, mas para ostentarem os novos luxos adquiridos, e olham em volta para verem quantos olhares os olham. No teatro olham-se uns aos

outros, de binóculo, e ficam mais contentes com a quantidade de presenças que conseguem reconhecer do que com a qualidade do espectáculo.

A saudade de Cabo Verde torna-se cada dia maior, enorme. (SI: 94)

Os membros da família Martins, por seu lado, não se impressionam com o suposto desenvolvimento civilizacional que o estilo de vida em Lisboa significa. Os filhos de Manuel António não se identificam com o modo de estar em sociedade das elites lisboetas, não entendem a importância atribuída às aparências e ostentação dos bens materiais que caracteriza a vida social da metrópole e anseiam pelo regresso às ilhas. Estes colonos portugueses, nascidos em África, não encontram referências no território ao qual são associados por serem portugueses descendentes de colonos provenientes de Portugal continental. Em Lisboa, sentem-se desenraizados e separados do povo e cultura em que nasceram e nos quais se reconhecem. A metrópole é um território estranho de costumes que lhes desagradam, sentimentos que já Marta, numa anterior deslocação anos antes, havia experimentado:

Foi esse o tempo da dolorosa visita de minha irmã mais velha a Lisboa, sete anos antes da morte de meu pai. Anteriormente amara Lisboa por breves períodos de tempo, como divertimento intermédio em sua vida. Pensava-a como cidade insequente. Nessa visita arrastara seu ânimo por ruas que vira desgraçadamente sujas e fechadas. Encontrara rostos miseráveis, bafos de ralé; olhares altivos nos que, com muita ou pouca razão, se achavam privilegiados, perfumes disfarçando maus cheiros. Odiara tudo e todos. (SI: 357)

Da mesma forma que Manuel António se liga ao território africano pelo coração, identificando-se com as gentes e terras que o acolhem, os seus filhos são apaixonados pela terra que os viu nascer, não encontrando afinidades com a civilização ocidental que representam em ilhas portuguesas situadas no continente africano. Pai e filhos vivem, em África, o paradoxo de simbolizarem uma civilização e uma cultura na qual não se reconhecem, com a qual não se identificam e não encontram pontos em comum, sendo-lhes, ao mesmo tempo, recusado o estatuto de nativos africanos devido à sua raça e ascendência ocidentais. O afastamento destes colonos em relação à metrópole é evidente, o território e o povo com o qual partilham uma ligação emocional situa-se em África e não na Europa: “Nunca pensei em ir-me embora, murmurou Manuel António olhando o mar, que existência seria a minha em Portugal? Quero engrandecer a minha pátria, e quero deixar os meus filhos prevenidos perante a vida.” (SI: 145). Afastamento que, apesar de afetar todo o percurso familiar em terras africanas, não impede, contudo, que Manuel Maria estabeleça ao longo de toda a sua narrativa a ligação entre os acontecimentos vividos pela família em Cabo Verde com a situação de Portugal continental. As vivências dos membros da família Martins, com todas as peripécias no mundo político e doméstico, são permanentemente associadas ao ambiente vivido na metrópole:

Apesar de Marta achar que em tudo podemos ver coincidências e semelhanças, e que bem mais interessante se torna o mundo se, opostamente, procurarmos a diversidade de todas as coisas, eu continuo julgando que tendem os súbditos a repetir os gestos e comportamentos de seus governantes, e que é sempre isso que faz o espírito de cada época, marcada sempre pela personalidade dos poderosos. (SI: 297-298)

Embora mantenham relações longínquas com a Europa com a qual não se identificam, o ambiente da colônia reflete o que acontece na sociedade metropolitana, em tudo distante das terras africanas em que a família constrói o seu percurso. No arquipélago, sentem-se as repercussões das políticas e ideias vigentes na metrópole, sendo, por isso, constantemente estabelecido o paralelo entre os acontecimentos decorridos nos dois territórios. A situação de dependência política e administrativa do poder metropolitano condiciona e limita as ações dos protagonistas que tentam sempre voltar as atenções do poder central para as ilhas, usando os poucos recursos que estão ao seu alcance.

A missão de Manuel António nas ilhas parece ser a de colocar em prática as convicções defendidas no Portugal pós-pombalino pelos defensores das luzes, opondo-se, através da obra realizada em prol do progresso das ilhas, à mentalidade das classes tradicionalmente elevadas na metrópole, aristocracia e clero, das quais ressalta essencialmente a preocupação com a manutenção do que consideram direitos adquiridos decorrentes da sua proveniência social. Afasta-se da sociedade tradicional portuguesa que espera receber benefícios em vez de produzir resultados, e acredita nas suas capacidades empreendedoras sem necessidade de favores do poder central para a realização dos seus sonhos:

Olhando à sua volta, meu pai congratulava-se, vendo tanta civilização e progresso como em muitos outros pontos do mundo, certamente mais do que em Lisboa, dizia, onde mesmo a maioria dos nobres e ricos vivia ainda de forma mesquinha e provinciana, encurralada naquele fim da Europa, restringida nos seus movimentos e suas crenças pelos régios e eclesiásticos poderes. (SI: 98)

A opinião de Manuel António sobre a metrópole é aqui expressa através das memórias de Manuel Maria. O pai olharia para a sociedade do continente como sendo provinciana, porque restringida e condicionada pela igreja católica. A influência do clero em Portugal continental seria, no seu entender, impeditiva do progresso que determina pôr em prática nas ilhas de sua eleição. A submissão das gentes de Lisboa às doutrinas retrógradas da igreja consiste num poderoso obstáculo ao aperfeiçoamento civilizacional ao nível de outros países que constituem ponto de referência para Manuel António, como os Estados Unidos da América para onde frequentemente viaja e em honra do qual batizou Américo, o seu primeiro filho varão, um bastardo mulato.

Manuel António olha essencialmente para as qualidades humanas dos que com ele convivem, não se deixando influenciar por ideias pré-concebidas em questões de nascimento ou nacionalidade para a valorização pessoal dos indivíduos que o rodeiam, tentando colocar em prática, no seu quotidiano, as ideologias racionais e humanistas por si defendidas.

Em situação de fragilidade perante os interesses de outras nações colonas, os portugueses das colónias sentem-se isolados em territórios ignorados pela metrópole. Apesar de esta família de colonos portugueses ocupar posição social privilegiada na colónia, a voz do rei é sempre referida como algo distante e inacessível, quer por D. Aniceto quer pelo seu genro: “Fora a voz do rei. A voz do poder, tão distante que parecia um milagre sua evocação sobre frágeis ilhas a meio do oceano.” (SI: 90-91). Passada a ação em grande parte durante a época das lutas liberais e fuga da corte de Portugal para o Brasil, as críticas às políticas metropolitanas são constantes, havendo um pouco por toda a colónia a sensação de ter sido abandonada à sua sorte. Estes colonos portugueses, protagonistas do povoamento do arquipélago de Cabo Verde, denotam continuamente o sentimento de desamparo relativamente aos detentores do poder político da metrópole:

Creio que erro tão crasso foi só descuidada resposta ao longínquo pedido de Manuel António, pois tudo o que soava das colónias parecia longínquo, como vozes no nevoeiro, e nas atenções e consciências dos mandantes do reino só entravam as riquezas coloniais, tal como entravam no Tejo e eram descarregadas no porto. (SI: 293)

As ilhas e restantes colónias de África parecem ser ignoradas pelo poder régio e os colonos ressentem-se do esquecimento a que são votados, para eles simbolizado desde logo na ausência de menção a estes territórios no título real - Manuel António sofre por não ver o título do monarca de Portugal mais glorioso ainda “com a menção das ilhas, que marchetavam a coroa portuguesa e afinal estavam no directo caminho entre Portugal e os Algarves e o Brasil, de ponte e passagem servindo aos reais passos.” (178) As colónias estão demasiado afastadas do poder central e os seus colonos sentem-se impotentes nas suas tentativas de captar as atenções da metrópole.

3.1.1. Questionamento do Modelo Colonial Português

Assim, em *O Senhor das Ilhas*, a crítica à falta de apoios por parte do poder metropolitano ao papel dos colonos de Cabo Verde que desempenham a posição de responsáveis pelo povoamento da colónia é evidente, através de todos os entraves descritos ao longo do livro à ação dos colonos, quando a questão central é a melhoria de infraestruturas e de condições de vida das populações. No que respeita à obra de Maria Isabel Barreno, o título do romance é uma clara alusão à figura de Manuel António, personagem baseada no antigo governador de Cabo Verde

com grande peso na história das ilhas, caracterizado ao longo de toda a obra essencialmente através dos seus feitos no arquipélago, onde acidentalmente foi parar e, como é constantemente acentuado ao longo de todo o texto, por paixão resolveu ficar. A caracterização que dele é feita ao longo de todo o romance é a de um português que decide permanecer em Cabo Verde não em seu próprio benefício, mas sim em benefício das ilhas, ao considerar-se capaz de contribuir para a melhoria desta colónia portuguesa esquecida e ignorada pelas autoridades portuguesas. As suas convicções de homem aventureiro e ambicioso, empenhado em contribuir para o melhoramento da sociedade à sua volta, tirando partido das potencialidades das ilhas às quais os restantes portugueses metropolitanos não dariam a devida importância, revelam-se fundamentais para o desenvolvimento desta colónia portuguesa.

(...) [Maria Josefa] Sentiu alguns ciúmes: afinal, havia afecto anterior que ligara Manuel António a Cabo Verde, ela não fora a primeira paixão. (SI: 50)

A sua ligação a Maria Josefa é também mencionada como tendo sido motivada por amor à primeira vista, no entanto Manuel António manifestou desde sempre uma paixão anterior pela ilha do Sal que, juntamente com a figura da sua futura mulher, o fazem escolher este arquipélago para passar o resto dos seus dias.

A secreta ilha do Sal. Como uma paixão, dentro de si, a ilha atormentava-o. O seu brilho de diamante gravara-se no seu coração. (SI: 49)

A sua decisão é devida a fatores sentimentais e não racionais e, tal como uma relação de verdadeiro amor implica, Manuel António prepara-se para iniciar uma ligação de entrega total às ilhas, para além da que cria com Maria Josefa. A sua paixão pelo mar é-nos transmitida logo desde o início da narrativa, pelas conversas que frequentemente teria com o seu sogro, considerando-o fundamental para o desenvolvimento das ilhas. A sua preocupação central é a de melhorar as condições de vida da generalidade das populações do arquipélago, fazendo por elas o que considera merecerem, de forma a combater os privilégios de apenas alguns grupos:

Voltavam ao mar, frequentemente. Nesta viragem da conversa Manuel António falava em novas rotas, em progressos na construção dos barcos, contactos e comércio com outras nações. Por mar se chegará ao desenvolvimento das riquezas desta colónia, para que se tornem manancial de muitos, e não saque de uns quantos. (SI: 37)

Os feitos protagonizados pelo patriarca da família são sempre colocados perante o leitor como sendo o resultado de uma mente progressista e avançada para a época, que pensa nos benefícios que o aproveitamento das potencialidades naturais do arquipélago poderá proporcionar

às comunidades em geral, em detrimento das vantagens individuais eventualmente retiradas de uma sua posição de destaque conquistada na sociedade colonial. Apesar desta dedicação à comunidade envolvente, Manuel António demonstra grande comprazimento e satisfação pessoal na concretização das suas ambições e planos de obras grandiosas que marcarão todo o futuro das ilhas, tais como “a construção do cais da Pedra do Lume, a expensas suas” (136) e o túnel da ilha do Sal também doado ao Estado (*ibidem*) - “apesar de todas as liberdades ostensivas que tomava, tão grande era sua eficácia que Manuel António começou por essa data a ser frequentemente condecorado pelo governo português. Como poderia algum governo condenar cidadão tão prolífero em dádivas?” (*ibidem*). O futuro prefeito de Cabo Verde passa a sentir-se o Senhor das Ilhas, de onde provém a inspiração da autora para o título da obra:

Manuel António olhava os negros cavando e suando, ou pedalando na máquina para lhe accionar a roda dentada que engrenava numa espécie de parafuso gigantesco que se enterrava no flanco relativamente macio da orla da cratera, e sentia-se senhor da ilha, senhor da natureza, senhor do mundo. (SI: 72)

Manuel António desempenha o papel tradicional de patriarca da família: a seu cargo ficam as atividades desempenhadas fora do lar familiar, tipicamente associadas ao sexo masculino, com a função de sustentar a família e todos os que dela direta ou indiretamente dependem. Considerado um homem de sucesso ao conseguir os meios necessários para criar e manter a família alargada, que progressivamente se espalha por todas as ilhas do arquipélago, ao mesmo tempo que expande os negócios e atividades em prol dos restantes habitantes de Cabo Verde, Manuel António vive um mundo de tarefas e responsabilidades distinto do de Maria Josefa que se restringe ao lar familiar. Esta personagem de destaque no arquipélago expressa mais do que uma vez, o desdém sentido pela suposta superioridade civilizacional de que os povos colonizadores se orgulhavam:

Aproximou-se lentamente e foi ouvindo o austríaco [Pusich] falar altivamente de luxos europeus, de lagos e montanhas, de cortes austríacas: aí sim, havia civilização e cultura. Por trás destas palavras, Manuel António, à medida que avançava no salão de baile, via toda a ganância europeia, e o direito tranquilo em que se julgava o velho continente de se fazer servir por todo o resto do mundo. (SI: 181),

Esta sua visão sobre o mundo ocidental que representa, associa-se a momentos em que assume o papel de defensor dos direitos e costumes africanos, insurgindo-se contra a visão ocidental de inferiorização da sabedoria dos nativos:

Depois João Feijó tornou-se melancólico, comentando quantos séculos havíamos gasto para nos livrarmos das superstições europeias, para nos arriscarmos agora à invasão das bruxarias dos selvagens que visitávamos e acolhíamos. E Manuel António invocara os males da civilização e a bondade natural dos selvagens. Não estarão eles mais próximos da natureza, em suas explicações instintivas? (SI: 58)

A compreensão em relação aos costumes e crenças africanas revela uma atitude de maior respeito para com os nativos, em relação à habitual por parte do mundo ocidental. A tentativa de justificação das práticas habituais nas sociedades nativas africanas perante o sábio, que as designa como sendo “bruxarias”, denota o mal-estar sentido pelo colono Manuel António ao deparar-se com a exposição de ideias reveladoras dos preconceitos associados às culturas consideradas inferiores e, logo à partida, desdenhadas. As sociedades europeias tradicionais não o seduzem, considera-as dominadas por ideologias mesquinhas que se opõem ao progresso dos territórios com o intuito de defender os interesses resistentes à mudança instalados nas classes detentoras do poder, contrariamente ao que se verifica nos Estados Unidos, a “grande nação que tanto admirava, mãe de todas as liberdades e independências.” (76) Com efeito, os valores que movem as classes elevadas de Portugal, às quais pertence D. Aniceto, são distintos dos que parecem mover Manuel António. Manifestando mais do que uma vez a sua intenção de dedicar a vida às ilhas, as vantagens na proximidade da corte portuguesa não o seduzem: “Regressar a Portugal?, dizia Manuel António, para fazer o quê, vegetar na corte, bajular o rei? Nunca se sabe, disse Aniceto. Fez outra jogada e acrescentou: além disso, o seu sucesso deve-se em grande parte à minha protecção.” (SI: 102).

É feita referência ao modo de sustento das classes elevadas em Portugal, vivendo de, e para, os benefícios régios. Mas Manuel António não revela qualquer interesse em regressar a Portugal, cujo estilo de vida lhe parece pequeno e acanhado, sem objetivos grandiosos de melhoria do estado de coisas que se coadunem com o que o fascina. D. Aniceto, por sua vez, apesar de deslocado da metrópole, continua a manifestar a mesma mentalidade, considerando que a posição ascendente do genro se deve grandemente à sua proveniência aristocrática e influência nas ilhas. Contudo, em todos os feitos ao longo da sua vida, o genro de D. Aniceto não denota a intenção de se fazer impor pelas suas relações ou através do enriquecimento individual para demonstração e manutenção de estatuto elevado, mas sim por meio da valorização dos resultados do seu trabalho a favor do bem comum e da concretização dos seus projetos. O enriquecimento das populações é visto como forma de valorização das comunidades, em que uma distribuição mais equitativa dos proveitos laborais contribui para o bem-estar de todos. A sobreposição do trabalho ao estatuto social dos indivíduos é tema central nas suas conversas com D. Aniceto: “Manuel António argumentou, como habitualmente, com o valor de cada indivíduo, muito mais efectivo do que do seu berço. E Aniceto argumentou não querer ser confundido com a ralé que por ali andava.” (SI: 101).

As ambições de Manuel António são colocadas como movidas essencialmente pelo desejo de progresso das ilhas pela dedicação que, desde a sua chegada, sempre a elas votou, em contraposição com o desdém com que são tratadas pelos poderes metropolitanos. Resolvido a deixar-se ficar em território africano por amor a Maria Josefa, e principalmente à ilha do Sal pela qual se apaixona logo ao primeiro olhar, Manuel António é representado como acérrimo defensor dos ideais iluministas em voga na Europa e em Portugal a partir de meados do século XVIII, com a respetiva ascensão da classe burguesa que, através da demonstração de méritos próprios conseguidos pelo trabalho e esforço, e da crença no poder da razão como sobrepondo-se a tudo o resto, enfrentam os privilégios adquiridos das classes dominantes.

Apesar de retratado segundo os moldes tradicionais, o núcleo familiar destes colonos portugueses, constituído por Manuel António e Maria Josefa, vai-se destacando na obra por não se deixar levar totalmente por condicionalismos sociais tradicionais das sociedades do mundo ocidental. Responsáveis pela modificação de comportamentos e atitudes em relação aos seus membros e travando nesse sentido batalhas sociais em várias frentes, de forma a tentar combater alguns preconceitos em vigor e alterar as mentalidades da sociedade envolvente, valem-se da sua posição social de destaque no arquipélago para impulsionar as modificações sociais e conjunturais que consideram importantes de acordo com as suas convicções.

Tanto Manuel António como Maria Josefa detêm responsabilidades na tentativa de transformar a sociedade em seu redor, não se deixando influenciar pelo que os outros consideram ser os comportamentos e funções apropriados, segundo os estereótipos associados à pertença dos elementos às divisões sociais estanques da sociedade. Ao não se incluírem totalmente nem no grupo dos colonos condicionados pelas normas e valores ocidentais da sociedade portuguesa tradicional do século XIX, nem no grupo dos nativos cabo-verdianos pelo afastamento dos seus rituais e tradições, mas denotando a influência de ambas as culturas no seu quotidiano, Manuel António e Maria Josefa parecem viver num mundo de valores e princípios separado dos que com eles convivem, com regras e normas particulares que vão sendo por eles próprios construídas à medida que vão também construindo o seu império nas ilhas. Aos membros deste casal, são atribuídas as características próprias de personalidades inovadoras e responsáveis pelas mudanças sociais verificadas ao longo dos tempos em várias épocas históricas: a segurança das suas convicções e o espírito de liderança que os move permitem-lhes enfrentar e alterar hábitos e estilos de vida instalados na sociedade colonial e tradicionalmente considerados corretos, colocando em questão as suas premissas.

Manuel António é constantemente descrito como de espírito determinado e inovador, não se deixando influenciar pelas ideias de outros nem sucumbindo a pressões contrárias aos ideais de mudança por ele perfilhados, tendo uma visão mais alargada do desenvolvimento civilizacional e

social das sociedades coloniais do que as classes dirigentes com as quais lida. Deixando-se ficar nas ilhas por opção, a elas dedica a sua vida, colocando-se na posição de salvador desta colónia, desde sempre votada ao abandono pelos que apenas a usariam para melhoria das suas próprias condições: “Dei a minha alma a estas ilhas, disse Manuel António; Antes de mim, dormiam.” (SI: 148). Desdenhando de situações com as quais ele próprio não concorde, não hesita em ser ele mesmo o motor impulsionador das transformações sociais que considere necessárias à prossecução das suas ideias, por muito inovadoras e disparatadas que possam parecer aos outros. O poder conquistado não parece afetar a sua capacidade empreendedora e de inovação, tendo como principal preocupação deixar a sua marca particular no arquipélago, pondo em prática as suas teorias de desenvolvimento dos territórios. “Não dissera ele que deixaria a sua memória em todos os torrões da ilha, devolvendo a obsessão que esta lhe impusera logo ao primeiro olhar?” (SI: 315).

O seu empreendedorismo na dinamização das capacidades das ilhas, até então vistas apenas como meios necessários à finalidade de enriquecimento individual por parte das autoridades metropolitanas, enfrenta desde logo a necessidade de mudança de mentalidades vigentes nos grupos dirigentes do arquipélago, cujo principal símbolo na família consiste no seu sogro, D. Aniceto. Este revela desde o início estranheza pelas ideias defendidas por Manuel António para a realização dos projetos por ele traçados concernentes à condução a um novo destino das ilhas de Cabo Verde, dado que o objetivo principal defendido pelo genro é o bem comum e não a utilização da colónia para a retirada de proveitos próprios, conforme estaria habituado a encarar a estadia dos que passavam por aquelas ilhas:

A riqueza, trazendo a instrução, e o provimento das necessidades, cerceia a actuação dos rapaces, que se vêem assim cercados pela clarividência e censura dos outros. Além disso, o próprio fluir da riqueza vai colmatando a avidez natural da maioria, deixando apenas a avidez viciosa de alguns. Por isso eu quero desenvolver este território, concluía Manuel António. E enriquecer, dizia Aniceto. (SI:37)

D. Aniceto António Álvares Mendes, sogro de Manuel António, contrasta com o marido da filha nos seus desejos e ambições. Esta personagem, fazendo parte do restrito grupo de personalidades pertencentes à realidade do passado histórico de Cabo-Verde, representa a aristocracia portuguesa na obra. Nascido em Nelas, Portugal, é “segundo filho varão duma família nobre que já vivera melhores dias” (SI: 34), “enveredara pela carreira das armas com entusiasmo e viera para Cabo-Verde trinta anos antes [da chegada de Manuel António], nomeado capitão-mor da Boavista.” (*ibidem*):

Aniceto tinha 26 anos. Buscava glória, dizia em voz alta, exemplificando o desalento que o tomara depois com um suspiro fundo. Buscava uma promoção mais rápida, dizia Manuel António.

Aniceto baixava os olhos sobre as peças para conter a irritação. Talvez buscasse promoções rápidas, concordava, mas servindo dignamente a minha pátria.

(...)

Mas apenas chegara, com regularidade bastante, sua renovação no posto de capitão-mor da Boavista. O seu horizonte tornara-se chão e salgado, como o de Manuel António, mas não por escolha sua. (SI: 35)

O representante da primeira geração da família de colonos deslocados em África com o objetivo de exercer um cargo administrativo, foi forçado pelas circunstâncias a permanecer em Cabo Verde, contrariamente às suas intenções. A ida de D. Aniceto para a colónia portuguesa foi inicialmente devida ao desejo de melhoria da sua própria condição, tentando destacar-se de uma nobreza “que não cuidava de terras nem de nada, e só sabia abanar-se com leques” (35), segundo os dizeres do seu próprio pai que “com seus conhecimentos arrancara ainda a nomeação para seu filho em Cabo Verde” (*ibidem*). O pai de Maria Josefa, e sogro de Manuel António, é também representativo das motivações da maioria dos que, voluntariamente, seriam os protagonistas do povoamento destas colónias nos primórdios da exploração do arquipélago por parte dos colonizadores portugueses. As origens nobres de D. Aniceto são fator fundamental para a sua deslocação para Cabo Verde, sendo este o resultado de favores régios e utilizado como forma rápida de promoção social. Muitos outros seriam enviados para as ilhas africanas na condição de degredados.

Nesta obra, a crítica ao papel da igreja nas colónias é evidente na representação do cónego da ilha da Boavista. Contrariamente ao que seria esperado, a igreja, simbolizada na obra pelo cónego Miranda, responsável pelos casamentos e batismos dos membros da casa familiar, não tem qualquer papel na defesa dos que menos proteção encontram na sociedade colonial. Assume, em seu lugar, particular importância a posição de Maria Josefa a favor dos menos favorecidos, assim como a preocupação de Manuel António com os escravos, enfrentando sempre a oposição do clérigo. A antipatia de Maria Josefa pelo cónego da ilha revela-se fundamental para a tentativa de modificação do sistema social de Cabo Verde, para além das lutas privadas que mantém com o marido. O cónego é sempre contrário à mudança do estatuto dos habitantes das ilhas, mesmo que esta se baseie na defesa de direitos básicos elementares a qualquer ser humano. O verdadeiro espírito cristão está representado na obra não na figura do cónego, mas antes na figuração de Maria Josefa que é a verdadeira defensora dos mais fracos. O religioso surge sempre como uma figura mais interessada em si próprio do que nos que o rodeiam, sendo contra tudo o que constitua uma inovação que não encaixe nos parâmetros tradicionais considerados aceitáveis:

Abertamente manifestava ele [o cónego] opiniões que contrariavam Maria Josefa, como por exemplo a de que não valeria a pena educar os escravos. De que lhes serve a instrução, acrescentou, se sua missão é obedecer cegamente ao seu senhor? Ensinar a ler aos escravos traz um grande perigo, senhora Dona Maria Josefa, o perigo de que eles julguem que podem pensar com suas cabeças. Maria Josefa retorquira que fora Deus quem distribuía as cabeças pelo género

humano, a todos dando capacidade para pensar, e que a instrução era a melhor maneira de cristãmente aperfeiçoar os pensamentos. (SI: 159)

Para a defesa das suas ideias, o casal Martins enfrenta os rituais da própria igreja, utilizando argumentos baseados na defesa de direitos cristãos para todos os seres humanos e contrariando os preconceitos raciais defendidos pelo religioso. A antipatia de Maria Josefa em relação ao cónego é constante ao longo da obra devido à caracterização deste como uma personagem que a matriarca considera não revelar verdadeiro espírito cristão. Com efeito, o representante da igreja não consiste no principal defensor dos direitos humanos na obra. O cónego surge representado como uma figura resistente à mudança, mesmo que esta se apresente de acordo com os ensinamentos da igreja:

Admirou-se o cónego com tal pedido. Casar escravos? Pois tal nunca vira. Em que obrigações incomportáveis mergulhava de seguida o proprietário duma família assim cristãmente constituída? Manuel António argumentou com seu baptismo: se tinham direito a esse primeiro passo para se tornarem filhos de Deus – e não fora a conversão dos gentios o verdadeiro vento que impulsionara as caravelas? – pois se eles tinham esse primeiro direito, como mantê-los seguidamente numa vida pouco mais que instintiva e animalesca, recusando-lhes o casamento cristão? (SI: 120)

A defesa dos direitos dos nativos por parte de Manuel António, face à resistência do cónego quanto às suas intenções em permitir o casamento entre escravos, contraria o que seria esperado com base nos preceitos pelos quais a igreja se rege. Caberia ao membro do clero a utilização da argumentação que, na realidade, é utilizada por Manuel António. Pelo exposto, a discriminação racial verificada na sociedade cabo-verdiana seria sustentada pela igreja. A personagem que representa a presença da igreja católica no arquipélago, cuja missão nas ilhas seria a difusão dos ensinamentos da fé cristã e a conversão das populações ditas selvagens à religião ocidental, parece mais preocupada com o seu próprio bem-estar e a manutenção dos privilégios do que com a justiça devida à comunidade envolvente. A ordem social tradicional mantida em Cabo Verde, alicerçada na convicção da superioridade da raça branca destinada à autoridade sobre outras cujo papel consiste meramente em obedecer, seria mantida também pela igreja, aqui retratada como pouco empenhada na instrução e educação dos povos nativos.

Mas naquele momento [Maria Josefa] respondeu apenas com frieza: sim, quero que case todos os escravos; mas não só alguns. Quero que case todos os que têm já estabelecida uma união, que case todos os que quiserem casar-se. (SI: 121)

As determinações do casal Martins estendem-se ao representante da igreja, que, no excerto transcrito, recebe instruções sobre a celebração de casamentos. O casal surge, assim, representado

como sobrepondo-se ao clero que obedeceria também às suas ordens. A família Martins estaria no topo da hierarquia social de Cabo Verde e, portanto, numa situação privilegiada proporcionadora da força necessária à imposição de diretrizes visando mudanças coincidentes com os seus ideais humanistas e cristãos. O maior empenho na mudança do estado de coisas surge como sendo da parte do casal, que, desde cedo, assegura a instrução das crianças e dos escravos da família através da contratação de professores particulares. A igreja apenas providencia o batismo dos escravos, sendo este utilizado como símbolo da conversão dos povos selvagens à religião cristã, tudo o resto é determinado pela vontade exclusiva de Manuel António e sua mulher: “O mestre-escola continuava instalado em nossa casa, ensinando os que chegavam às primeiras letras, ensinando os que se atrasavam na aprendizagem. Praticamente todas as crianças negras da casa frequentavam agora o seu ensino.” (SI:125). O casal Martins não exerce qualquer discriminação racial ou de classes no que respeita ao direito ao ensino e à instrução das crianças, considerando como um dos seus deveres a educação do povo nativo, contribuindo para a sua melhoria e progresso social. Já o cónego manifesta a convicção na importância da reserva do conhecimento para uso exclusivo das classes detentoras do poder, preferindo manter as restantes na ignorância, como forma de controlo social. As populações ignorantes são vistas pelo clérigo como mais moldáveis e de fácil manipulação, servindo, assim, as camadas detentoras do poderio económico e social.

No que se refere ao ambiente doméstico, as normas de conduta ocidentais consideradas apropriadas aos relacionamentos ou situações também não são impedimento para a realização do que a família considera adequado:

O vínculo entre Manuel António e sua filha primogénita tornou-se assim tão forte, que nem mesmo quando nasceu e vingou o primeiro varão, Afonso, essa amizade diminuiu. Noutro lugar tal convívio teria sido considerado impróprio, impossível, amplamente estranho. Ali também foi considerado impróprio, e reprovado. Mas pequena era a sociedade local, e nela se comprazia Manuel António em desprezar a opinião alheia. (SI: 114)

A demarcação das sociedades tradicionais do ocidente e a imposição de um modelo colonial distinto do praticado até então é visível na identificação do chefe de família, e futuro governador das ilhas, com todos os que, como ele, defendiam novos ideais liberais de progresso, contrários aos interesses há muito vigentes em Portugal. Os opositoristas aos interesses instalados seriam, por esse motivo, alvo de perseguições políticas e, conseqüentemente, desterrados para as colónias africanas, sendo as ilhas de Cabo Verde um dos destinos mais frequentes: “Continuava ele [Manuel António] recebendo em sua casa os muitos deportados políticos enviados para as ilhas, que de Portugal traziam sementes de novas ideias; a todos respeitava.” (SI: 160). Seria com estes que Manuel António se identificaria, e não com as classes tradicionalmente dirigentes.

Inseridos no meio pequeno de Cabo Verde e considerados colonos de estatuto elevado devido essencialmente ao enriquecimento rápido de Manuel António, o casal de colonos brancos retratado no livro sente a segurança necessária para contrariar as disposições convencionadas pelos que os rodeiam e originárias da sociedade ocidental de onde provêm. Infere-se, através do que o narrador expõe no seu relato, que, devido à posição social que ocupam, Manuel António e sua mulher são responsáveis pela redefinição dos paradigmas de conduta nas ilhas da sua influência e pelos quais os outros colonos se guiam, vivendo não de acordo com o que estaria convencionado, mas antes com o que consideram coincidente com as ideologias com que se identificam. Não se sentem condicionados pelo que a sociedade em redor pensa sobre a sua forma de estar devido à sua situação social privilegiada e não têm receio de contrariar o que é considerado aceitável ou não pelos outros, se não o considerarem também. Ao deterem o poderio económico e político necessário para se encontrarem no topo da hierarquia social de Cabo Verde, o casal Martins reúne as condições necessárias à imposição e modificação das regras e normas pelas quais a sociedade envolvente se rege, perseguindo o progresso civilizacional segundo os seus próprios conceitos e não se limitando ao que é tradicionalmente aceite. Os procedimentos do casal Martins, ao longo do livro, são os de quem se sente responsável por influenciar o comportamento dos que os rodeiam, não sendo condicionado por imposições sociais que não sejam entendidas como razoáveis.

O protagonismo de Manuel António e de Maria Josefa assenta, assim, sobretudo na determinação em contrariar o modelo colonial português considerado tradicional, fazendo-se impor seguindo normas e valores característicos de sociedades vistas como modernas e progressistas, como os Estados Unidos da América. As autoridades centrais surgem como distantes dos colonos, ignorando as reais necessidades dos territórios que estão sob a sua alçada, pelo que estes responsáveis pelo povoamento das colónias se sentem isolados e compelidos a criar eles próprios as condições essenciais ao desenvolvimento das ilhas portuguesas.

3.2. A crítica ao Regime do Estado Novo

Uma visão crítica do império português continua, conforme já foi por mim referido em trabalho sobre *A Árvore das Palavras* (Azevedo, 2010), na obra de Teolinda Gersão. As representações de Portugal continental na época final da colonização de Moçambique são fornecidas ao leitor deste romance através da evocação das recordações da infância e juventude de Laureano e Amélia, os pais de Gita, em terras portuguesas. É Gita quem relata as memórias de Laureano dos tempos passados em Portugal antes de este decidir tentar a sorte em Moçambique aos dezanove anos, para escapar a uma vida de privações e miséria no seu meio de proveniência,

uma aldeia do interior de Portugal. Laureano surge na obra de Teolinda Gersão como pertencente à classe dos mais desfavorecidos na metrópole e o retrato da sua infância consiste na representação de um modo de vida comum entre as populações residentes no Portugal rural da época do Estado Novo. A maioria do povo português viveria em condições de pobreza extrema que são evocadas pela voz de Gita quando reproduz as memórias do seu pai sobre a sua infância passada na casa onde cresceu e sobre o ambiente familiar que nela se fazia sentir. Saltam à vista nas descrições que este colono fazia à filha, quanto à sua vivência no país colonizador, o atraso do modo de vida do povo português e as dificuldades por que passavam os portugueses pobres desde pequenos, um país em que as crianças teriam que trabalhar desde cedo para ajudar no orçamento familiar (Azevedo, 2010: 49):

A mãe. Às cinco horas abanava-o para lhe sacudir o sono, arrancava-o da cama e ajudava-o a vestir-se (...)
Engolia o vinho e a sopa, enterrava o boné na cabeça, enfiava a samarra e lá ia, com uma das mãos no bolso e segurando com a outra a marmitta do almoço e o saco com o trabalho trazido para casa, as solas que a mãe tinha cosido à noite, também ela cabeceando diante do lume, enquanto ele já dormia na cama com o irmão.
Lá ia a caminho da fábrica de calçado, que ficava num barracão a quatro quilómetros dali.
(AP: 58-59)

O fenómeno da emigração em Portugal, como única escapatória para fugir a uma vida de dificuldades, é abordado na obra não só através da representação do pai de Gita que partiu para África fugindo à pobreza e à miséria em que vivia e em busca de melhores condições de vida que a sua terra natal não lhe podia proporcionar, mas também através da evocação do próprio pai de Laureano que já era, na infância deste, emigrado no Brasil, motivo pelo qual o filho “Aos dez anos era chefe de família e partia de manhã para o trabalho – quando havia trabalho, porque de vez em quando o patrão mandava dizer que agora por uns tempos não era preciso. E só ficavam as cabras a guardar.” (*idem*: 59). A total subordinação da mulher ao homem na sociedade portuguesa da altura é espelhada pela situação da mãe de Laureano que, apesar de maltratada, parece não ter outra escolha senão a de acolher o marido sempre que este decide regressar. Além disto, está sujeita também às más-línguas da terra relativamente ao seu comportamento:

Narciso nasceu nove meses depois de ele se ir embora (mas ao contrário de ti nunca se pareceu com a cara dele. Na aldeia diriam à boca pequena – mas esta parte da história eu só ouvirei entenderei muito mais tarde (...) – que ele se parecia com o Ramiro da Feitosa, e que desse modo a tua mãe se vingara das tarefas que também ela levava nesses dez meses de inferno. E porventura das tarefas que levava nesse tempo de que nada recordas, antes de ele partir para o Brasil). (AP: 61)

A partida de Laureano para terras africanas é o resultado da falta de expectativas no que diz respeito ao seu modo de vida em Portugal: “Deixaste meio trabalhado um campo de

semeadura, puseste de lado a enxada e atiraste para o lado o saco. Chega. Agora vou. Sem dizer adeus. (AP: 55)

As recordações do ambiente em que Laureano vivia em pequeno correspondem à visão de um Portugal económica e socialmente atrasado, em que as populações pertencentes aos estratos mais pobres se encontravam nas mais precárias condições de vida, tentando subsistir fazendo face às privações com que se deparavam no seu quotidiano: “Era uma casa pequena, dizes, e havia muito frio de Inverno. Às vezes, para lavar a cara de manhã, era preciso partir a água do jarro, transformada em gelo. E em alguns dias entrava granizo pela chaminé, caía sobre o lume, batia no testo da panela de esmalte e sibilava (...)” (AP: 59)

Laureano resume a época do Estado Novo nos breves comentários que faz à filha sobre o regime político da época e as relações que a metrópole manteria com as suas colónias: “Mas não gostas de falar de lá. Há um travo amargo nas frases que te ouço às vezes (‘país mal governado. Mal pensado. Lisboa não dialoga com os africanos’)” (AP: 57). É desta forma que o país de origem das personagens representativas dos colonizadores figura na obra, ou seja, como sendo governado por mentes fechadas e retrógradas, de costas voltadas quer para as camadas da população mais fragilizadas, quer para os verdadeiros problemas das suas colónias. As classes privilegiadas residentes em Moçambique apenas reproduzem a atitude global de indiferença do país colonizador para com os africanos. Através da voz de Laureano, é transmitida a noção de que o regime a que Portugal estava sujeito na época revelar-se-ia negligente não apenas em relação às suas províncias ultramarinas, mas também no que concerne à melhoria das condições de vida das populações de menos posses residentes nos seus territórios. Os colonos das classes mais elevadas em Moçambique não se preocupariam com os problemas dos que passavam por dificuldades, tal como aconteceria com os governantes portugueses que ignoravam as classes sociais de poucas posses (Azevedo, 2010: 50): “País mal governado, repetes. Mal pensado. O “velho” apodrece no poleiro, cercado pelos galináceos como ele, e não ouve ninguém. Nem os africanos nem os de lá – lá o povo passa fome e cala.” (AP: 62)

No livro, as duas únicas referências a Salazar são feitas por Laureano, através da evocação das suas palavras feita pela filha, e pela própria Gita, na terceira parte da obra, a propósito do início da guerra pela independência. Aqui, Gita repete as palavras do pai quando alude ao recente rebrandamento da guerra colonial: “Portugal era um país mal governado. Mal pensado. Lisboa não dialogava com os africanos. Ele sempre dissera. E agora aí estava.” (AP: 208), associando a figura do ditador à do seu avô, pai de Laureano – um homem violento e agressivo, que, apesar de emigrado, quando regressava à casa de Portugal por uns tempos, maltratava a mulher e o filho - que morreu quando caiu do telhado: “O Velho tinha na infância a cara do meu avô, digo a

Roberto. Mas caiu do telhado e morreu (...). Os ditadores caem sempre, conluo, porque essa história me parece exemplar.” (*ibidem*).

Laureano caracteriza o governo português desta época como sendo um regime fechado, centrado nele próprio e nos seus privilégios, sem ter em conta os verdadeiros problemas da nação de aquém e além-mar. As populações mais desfavorecidas residentes nos territórios ultramarinos e na metrópole são ignoradas pelo governo central e a notícia da revolução dos cravos e da guerra que se lhe segue é recebida pela família de Gita sem surpresa: “Só mais algum tempo, dizíamos. Só mais algum tempo e também em Portugal a ordem social cairia como um baralho de cartas mal seguras.” (AP: 209).

Existe, nesta obra de Teolinda Gersão, uma clara intenção de defender a ideia de que, tanto em Portugal como nas suas colónias, haveria uma minoria reduzida de classes detentoras do poder e da riqueza vivendo à custa dos restantes habitantes que sofreriam de privações várias. Esta minoria consistiria numa elite de pessoas que usufruiria do trabalho mal remunerado das restantes camadas populacionais, sem a noção de que seriam estas últimas o verdadeiro pilar de sustentação da sociedade da altura. A sociedade colonial da época, tanto na metrópole como nas colónias portuguesas, é retratada como sendo extremamente injusta dado que os rendimentos e benefícios resultantes do trabalho seriam repartidos apenas pelas classes detentoras do poder, sendo este facto gerador da falta de oportunidades de ascensão social sentida pelos restantes grupos sociais que viveriam em dificuldades. Esta seria, assim, a razão principal para a elevada taxa de emigração verificada em Portugal e que se faria sentir de geração em geração, tal como na família de Laureano (Azevedo, 2010: 51). O percurso de vida da mãe de Gita, apesar de ter também por base um desgosto amoroso experienciado ainda em Portugal, seria consequência do mesmo fator:

As cartas iam e vinham e ela começou a entontecer. Como se andasse às voltas, no carrocel da feira. E havia frases que andavam também em roda, atrás dela:
“Olha que ele parece tão bom rapaz e a gente aqui não passa da cepa torta.” “Vê lá se te saiu a sorte grande e se ainda a deitas fora rapariga” (AP: 122)

Os estratos sociais mais pobres de Portugal continental veem a migração para as colónias como uma oportunidade de melhoria da sua situação económica, uma forma de superar as dificuldades por que passavam no território de origem e, ainda através da história de Amélia, é transmitida ao leitor a noção de que haveria, entre esses estratos menos favorecidos, uma idealização geral das perspetivas que uma possível mudança para África poderia proporcionar, como sendo uma ocasião privilegiada de progresso e elevação social: “E a maldita madrinha percebera a história das pedrinhas na janela (...) Ah, por tudo isso, ainda havia de pedir-lhe contas

um dia – um dia em que havia de voltar à terra, num carro reluzente, com um casaco de peles e colares e pulseiras de ouro.” (AP: 157).

O atraso de Portugal far-se-ia sentir ainda no que respeita à situação das mulheres: na terceira parte da obra, uma amiga de Gita vai passar férias a Portugal continental e o relato que faz do ambiente que se vive no país colonizador é para as amigas inacreditável:

Lá viver era uma aflição, disse ela, era tudo proibido. Mesmo namorar. Não se ia ao cinema com rapazes, porque podia parecer mal, de resto vivia-se no terror de parecer mal. Nem se respirava para não parecer mal. (...) E as raparigas, nem pensar em usarem calças, porque isso era fato de rapaz e claro que também parecia mal, calção ou short muito menos, biquini isso então, seria o fim do mundo, nas praias até andava o Cabo do Mar a tomar conta e a ver se o fato de banho das mulheres era decente ou não. (...) Mas a Joana assegurava que era tal e qual assim, tudo muito composto e arrumado, as meninas tinham ar de santinhas sansas e andavam na rua vestidas como se fossem para festas, porque tinham de chamar a atenção de longe, já que ninguém se podia aproximar delas, porque tudo parecia mal. (AP: 201-202)

O choque sentido pela amiga de Gita resulta, sobretudo, do confronto que as raparigas fazem entre as sociedades portuguesa e a moçambicana. Repare-se na continuação da descrição que a amiga de Gita faz da forma de estar das mulheres portuguesas na sociedade de Portugal continental:

Tinha-se também medo de tudo, não se dava um passo sem olhar para o lado, a ver se se ia avançado de mais ou atrasado de mais em relação aos outros (...) Coscuvilhava-se naturalmente o tempo todo, diziam por exemplo: “Já vi hoje a sua filha”, o que não era um modo de mostrar atenção ou simpatia, mas de apertar o cerco e exercer controle. (...) as raparigas não deviam passar mais que duas vezes na rua, na mesma manhã ou na mesma tarde, era uma vez para um lado e outra vez para o outro e depois deviam voltar logo para casa, porque de contrário davam ar de se andarem a mostrar para arranjar namorado, e claro também parecia mal. (AP: 202-203)

O retrato é o de uma metrópole onde se vive um ambiente de condicionamento, a todos os níveis, da liberdade dos seus cidadãos, quer esta tenha a ver com a ascensão social dos seus membros através de perspetivas de melhoria da sua situação económica, quer com a condição das mulheres que são vistas como desprovidas da maioria dos direitos reservados aos homens, quer tenha a ver também com a liberdade de expressão de todos de forma geral: “De política não se falava, porque era muito perigoso e por isso os jornais, os amigos, os parentes e os vizinhos diziam todos a mesma coisa, que era a bem dizer coisa nenhuma.” (AP: 203).

A colónia de Moçambique surge retratada como socialmente mais evoluída, em termos de ausência de preconceitos conotados hoje em dia com uma mentalidade tradicionalista e retrógrada. Na terceira parte da obra, Gita é já uma adolescente que parece viver em perfeita liberdade, convive regularmente com os seus amigos e colegas de escola, vai à praia e a festas nos seus

momentos de lazer, aparentemente sem quaisquer condicionantes, assemelhando-se, por isso, a qualquer rapariga moderna dos tempos atuais. O seu relacionamento amoroso com Rodrigo é vivido sem limitações quanto ao tempo ou ao local escolhido para passarem juntos, os seus encontros acontecem quer estejam acompanhados de amigos de ambos os sexos quer estejam sozinhos, em locais públicos ou privados, sem que se sinta através da sua narração qualquer sentimento de culpa derivado da sensação de estar a fazer algo considerado errado pela sociedade envolvente (Azevedo, 2010: 53):

E quando finalmente paramos e ele começa a beijar-me sinto que perdi completamente a resistência: não precisa de usar qualquer persuasão, para me segurar contra a parede bastaria a força da brisa. É o desejo de mim que o faz violento, penso, e quase sinto orgulho na pressa com que a sua boca me sufoca, na urgência da sua mão que desce até ao decote da blusa, lutando com os botões como se os arrancasse, no seu corpo que endurece, abrindo caminho entre as coxas, por cima do vestido. (AP: 1997: 188)

Gita vive as experiências e a sexualidade características da adolescência em plena liberdade, longe dos preconceitos que a mãe, aqui já ausente por ter abandonado a família, lhe pretendia inculcar como sendo sinónimos de civilização por serem característicos da mentalidade da metrópole que Amélia tanto defendia. Durante a sua adolescência, a vivência de Gita em Lourenço Marques assemelha-se ao estilo de vida dos nativos moçambicanos, ou seja, sem os condicionamentos sociais rígidos ocidentais. Os africanos eram sistematicamente criticados e desdenhados por Amélia pela ausência de regras estritas ou de convencionalismos sociais pertencentes às sociedades ocidentais, sendo por isso apelidados de selvagens pelos grupos dominantes provenientes de Portugal continental. As permanentes censuras de Amélia a Gita, referidas na narrativa da sua infância, derivavam da tentativa de transposição para o espaço moçambicano das imposições sociais exigidas na metrópole e conotadas com a civilização. Na ausência da mãe, o modo de estar da narradora no espaço africano é agora tutelado apenas por Laureano e, devido à aproximação desta personagem ao mundo dos negros que é por ele mesmo admitida, sem quaisquer restrições características do mundo dos brancos colonizadores. Gita afirma, referindo-se ao pai: “Da vida dele é ele que cuida, como eu da minha. Livremente. Ele sempre me deixou ser livre, digo. E isso, mais do que tudo, eu lhe agradeço.” (AP: 201).

Verifica-se, neste romance, a existência de uma escrita condicionada pela vivência feminina, mais próxima do espaço privado e pessoal onde circulam as personagens nele retratadas que não participam em grandes feitos históricos, mas concede também atenção ao ambiente político e social que se viveria na altura a que se reportam os acontecimentos, a partir da perspetiva das minorias que ficaram postas de parte nos discursos oficiais sobre a época. A metrópole surge, nesta obra, conotada com o artificialismo das regras sociais, com a população condicionada pela ausência de liberdade associada ao regime ditatorial do Estado Novo. Além do

mais, Gita, filha de colonos portugueses mas nascida em Moçambique, surge como já inserida na sociedade moçambicana: a protagonista e também principal narradora deste texto não julga as restantes personagens com base na raça ou no estatuto social; esta branca moçambicana, filha de colonos portugueses, vê as pessoas para além da cor da pele e não atribui qualquer importância ao nível económico dos que a rodeiam. Os convencionalismos sociais da sociedade ocidental que a sua mãe tenta impor-lhe não lhe dizem nada, prefere a liberdade e a aparente ausência de regras própria dos habitantes de África. Gita é, por tudo isto, representativa de um grupo social ainda mais restrito do que o dos colonos pobres: o dos filhos dos colonos portugueses nascidos em África e já completamente integrados na sociedade moçambicana. Apesar da representação, ao longo de todo o livro, de um espaço metropolitano retrógrado, no fim do romance, Gita prepara a sua vinda para a metrópole para não ver o pai, mais uma vez, com uma mulher errada, enquanto a maioria destes filhos de colonos foi forçada a vir para Portugal após a independência das colónias portuguesas de África.

3.3. Representação do “mais atrasado país da Europa”

Em *Equador*, retrata-se o momento conturbado em termos políticos que se vive no período final da monarquia portuguesa que é agravado pela caracterização decadente da totalidade da nação devido à estagnação social e cultural, especialmente quando comparada com os restantes países europeus. Logo no início da narrativa, existe o cuidado em transmitir ao leitor o contexto social e histórico em que decorrem os acontecimentos que vão ser relatados ao longo do romance, contextualização essa que é feita em termos pouco abonatórios quanto ao estado de uma nação detentora de um império que se consideraria invejável. Veja-se a título de exemplo um excerto em que Luís Bernardo, futuro governador de S. Tomé e Príncipe, ainda se encontra em Portugal continental, folheando os seus jornais de leitura diária:

Passou, de seguida, à leitura dos jornais daquele dia, começando pelo O Século. (...) Desde 1890 - a data do Ultimatum inglês - o país mergulhara em profunda crise: política, económica, cultural, social. Com o fim da escravatura no Brasil, tinham cessado as remessas dos emigrantes, que até aí equilibravam as contas externas do reino. Tudo o que era imprescindível à modernização do país era importado, e as únicas verdadeiras exportações eram a cortiça e as conservas de peixe. (...) Portugal era o mais atrasado país da Europa, o mais inculto, o mais pobre, o mais triste. (E: 81)

De notar que, neste pequeno trecho, a pretexto da contextualização factual sobre o estado político e social da nação portuguesa na época a que o romance se reporta, é evidente a intenção de introduzir o leitor à subjetividade narrativa presente durante toda a ação do livro, defensora da

catalogação do Portugal imperial desta altura como encontrando-se já em fase de declínio, não só face às suas congéneres europeias, ou seja, as outras nações detentoras de impérios coloniais, mas também rotulando-o de “o mais atrasado país da Europa”.

O retrato que aqui é feito da sociedade portuguesa da época é completamente arrasador no que concerne quer às camadas mais baixas da população, na sua maioria de zonas rurais e vivendo em estado de carência financeira, de pobreza e miséria resultantes da exploração laboral de que são alvo, quer relativamente ao poder que a igreja ainda detém no controlo das suas mentalidades, condicionando-as a crer numa superior vontade divina que determina as suas vidas e impedindo-as de ambicionar melhores condições para as suas existências, quer, e sobretudo, no que respeita à modorra em que parecem viver as elites, denotando um estado de carência intelectual pela futilidade dos interesses revelados, ocupando o tempo em atividades inúteis:

Pequenos sectores, como o vinho do Porto ou o cacau de São Tomé, eram uma pequeníssima contribuição no imenso deficit comercial corrente. Todos os anos, o Orçamento apresentava um desequilíbrio de cinco a seis mil contos, a acumular a uma dívida flutuante de oitenta mil. Mais de três quartos da população de cinco milhões e meio de pessoas vivia nos campos, mas a agricultura, inteiramente baseada numa mão-de-obra barata e miserável, não chegava sequer para evitar a fome. Oitenta por cento da população era analfabeta, noventa por cento não dispunha de cuidados de saúde e vivia exposta à doença e às epidemias, basicamente como na Idade Média. (...) Mesmo entre a elite, pouco mais acontecia do que as cíclicas revoltas dos estudantes de Coimbra contra os exames ou a temporada lírica do São Carlos, que durava os três meses de Inverno e ponto final. Uma aristocracia diletante e retrógrada julgava que o mundo, fora do São Carlos, se resumia às corridas de cavalos organizadas pelo Turf, às noites na «Parada» de Cascais, nas casas da Ericeira ou nas quintas de Sintra, durante o Verão. Apenas os incomodavam ligeiramente os «novos ricos», os «intelectuais» e os republicanos, que, todavia, sabiam circunsritos a um exíguo espaço físico demarcado por meia dúzia de cafés lisboetas, para além dos quais, o povo, como sempre, acreditava nos desígnios da Providência, nos sermões de resignação da Santa Madre Igreja e na vontade divina que comandava a sua infinita miséria e a sobranceira e inútil riqueza patrimonial dos senhores e morgados do país. (E: 81-82)

A crítica é transversal a todos os setores da população metropolitana, transmitindo-se em toda a extensão do romance a ideia de que esta mentalidade pequena e mesquinha, intrínseca à população da metrópole portuguesa, se estende aos que povoam as colónias ultramarinas, como se a principal particularidade que a população de Portugal continental transportasse para os seus territórios colonizados, através dos que os povoam, fosse a carência do visionarismo característico da modernidade quanto à construção do progresso e do desenvolvimento integrado das populações do território imperial. A perspetiva deste romance em relação à comunidade colona de S. Tomé e Príncipe é a de que padece essencialmente da mediocridade das camadas superiores da população metropolitana, sendo avessa à mudança.

Luís Bernardo, em S. Tomé, lê os jornais diários publicados na metrópole:

A grande sensação de momento na capital era a expansão, já em números razoáveis, dos primeiros automóveis, e a realização das primeiras corridas de automóveis, dotados «com um motor de

explosão, movido a gasolina, capaz de transportar o chauffeur e ocupantes a uma velocidade de cinquenta, sessenta ou até setenta quilômetros por hora!». (...) Os cientistas portugueses consultados pelo jornal estavam divididos quanto ao futuro daquele meio de transporte: havia quem visse nele o princípio de uma época revolucionária que rapidamente destronaria todos os outros meios - como sucedera com os «eléctricos», que, poucos anos antes, tinham tornado obsoletos os «americanos», puxados a mulas - e havia quem lhes predissesse uma curta, atormentada e acidentada vida. O Professor Aníbal Lopes, da Faculdade de Ciências, assegurava mesmo que «um engenho movido a motor de explosão só poderá ter como destino habitual aquele que o seu próprio nome indica: a explosão». Outros, como o Professor José Medeiros, viam no combustível utilizado - a gasolina - a razão primeira para a falta de futuro daquela máquina, «devido à raridade mundial de tal combustível, de que as poucas jazidas existentes à face do planeta não asseguram mais do que um par de anos de abastecimento a tão inútil como fugaz descoberta». Quem não parecia comungar desse pessimismo era o Sr. Henrique Mendonça, «ilustre colonialista e benemérito das ilhas de São Tomé e Príncipe», que recentemente, informara o jornal, tomara de arrendamento as cocheiras do Palácio do Marquês da Foz, aos Restauradores, «onde se propõe montar o primeiro stand de venda de automóveis em Portugal, por conta da marca Peugeot». O mesmo Sr. Henrique Mendonça, que, recordava ainda o jornal, inaugurara há menos de um mês o seu magnífico palacete no Campo Santana, dominando toda a cidade do alto da colina, e cuja festa de inauguração batera, em fausto, abundância e glamour, tudo o que Lisboa estava habituada a ver, nos últimos anos. Luís Bernardo sorriu interiormente, ao pensar na visão, no fausto, no glamour e nos dotes de benemérito do senhor da roça Boa Entrada. Terá ele mandado ir dois pretos de São Tomé, de tochas na mão, para receberem os convidados à entrada da festa de inauguração do seu «magnífico palacete»? (E: 326-327)

Ao mesmo tempo que é notória a intenção do autor de demonstrar a investigação histórica e documental subjacente à construção narrativa do romance, insiste-se na mesma percepção negativa quanto às camadas superiores da população de Portugal, desta feita através da falta de visão dos intelectuais lisboetas quanto ao interesse do novo meio de transporte em emergência e das demonstrações de riqueza por parte de um colonialista proprietário de plantações em S. Tomé, sabendo-se já a situação de precariedade vivida pela maioria dos habitantes da colónia.

As plantações deste pequeno e distante território português são pertença de famílias que residem em Portugal continental e que apenas muito esporadicamente visitam estas propriedades que administram à distância, vivendo, por este motivo, alheados da vivência diária das roças:

À noite, antes de adormecer, Luís Bernardo ficava muitas vezes a imaginar quem seria aquela gente, aquela família, os donos daquela roça. Como seriam ali as suas férias, todos os anos ou de dois em dois ou de três em três anos, como se sentiriam ali desterrados durante três meses, acordando com as ordens da «forma da manhã», adormecendo com os ruídos que vinham do óbó. Como ocupariam o tédio, as horas pesadas, o calor, a monótona ampulheta daqueles dias. Sairiam a passear a cavalo, explorariam as cercanias da mata, escutariam os seus pássaros, tomariam banho na água fria das cascatas, desceriam lá abaixo ao mar, nadariam entre tartarugas e barracudas na água quente da praia, cismariam à noite na varanda, cheirando o fumo que subia das chaminés da sanzala, meio entontecidos pelo cheiro do candeeiro a petróleo onde vinham esborrachar-se os insectos nocturnos, pensariam, de vez em quando e com que sentimentos, naquele exército de sombras que dormia de noite na sanzala e partia ao romper da manhã para as plantações onde arrancavam, de sol a sol, esse fruto mágico do cacau que lhes garantia, em Lisboa, os colégios e os palacetes, o clube do pai e os vestidos de Paris para a mãe, as «misses inglesas» e as viagens a Sevilha e a Paris, a frisa para a época em São Carlos, os cavalos no Jockey e o automóvel que o pai acabara de encomendar no stand dos Restauradores? (E: 208-209)

Através dos pensamentos de Luís Bernardo é posta em causa a forma como os portugueses continentais encaram o papel das colónias no seu dia-a-dia, ou seja, apenas como forma de assegurar o seu bem-estar pessoal, sem qualquer outra preocupação a não ser a de aumentar os seus rendimentos pessoais. Luís Bernardo é conhecedor da elite social lisboeta, sabendo os seus hábitos e modos de vida e, no excerto transcrito, imagina as pessoas com quem já privou em Lisboa a viverem o seu quotidiano sem qualquer preocupação relacionada com o que se passa nas terras de que são proprietários. Os problemas relativos à existência ou não de escravatura nas colónias não interessam a estas pessoas que apenas colhem os lucros das propriedades coloniais à distância, não se envolvendo em assuntos que não sejam a extração de riquezas. As condições laborais existentes nas colónias passam-lhes ao lado, como se não lhes dissessem respeito. As terras que estes proprietários controlam a partir da metrópole são encaradas somente como um incremento do número das suas muitas posses, o mesmo acontecendo com todos os que nelas trabalham:

O conde de Burnay, tido como o homem mais rico do Reino, tinha a roça Infante D. Henrique com a mesma displicência ou vontade de simples acumulação com que tinha muitas outras coisas, que às vezes nem se recordava que tinha: bancos, minas, quintas vinhateiras no Douro, fazendas em Angola, palácios em Lisboa, colecções de arte e, acima de tudo, a intermediação da quase totalidade dos empréstimos da banca internacional ao Estado português e a mina de ouro que era o monopólio dos tabacos em todo o território nacional. Tal como escrevera Rafael Bordalo Pinheiro, a sua legenda era: «Compra, vende, troca, empresta. Põe, dispõe, impõe, repõe, fia, fura e faz.» D. Luís fizera-o conde - para lhe agradecer os constantes empréstimos à Casa Real - mas ele era o verdadeiro símbolo da burguesia mercantil, odiado pela velha aristocracia. (E: 428)

Numa época de profunda crise económica vivida em Portugal, o enriquecimento dita o aparecimento desta nova elite social que rivaliza com a antiga aristocracia, sobrepondo-se o poder económico a outros valores sociais ou ideológicos, o que implica, muitas vezes, o cerrar de olhos à forma como esse enriquecimento é conseguido. A distância entre África e a Europa faz, ainda, com que sejam minorizados, na metrópole, os assuntos que dizem respeito às colónias portuguesas.

O esquecimento a que este pedaço do continente africano é votado é visível na pouca literatura que se lhe refere encontrada por David, o cônsul inglês, e a insignificância deste arquipélago no contexto colonial europeu é continuamente confirmada, por sua vez, em vários passos da obra pelos mais variados motivos, sendo um deles a surpresa manifestada por este cônsul quando recebe a notícia da visita do Príncipe Real português à colónia:

- Não está a ouvir-me, Luís? Estou a perguntar-lhe o que vem ele cá fazer?
- Ora! Por que não há-de vir? - (...) - O Príncipe de Gales não vai à Índia e a outras colónias britânicas?

- A Índia não é São Tomé...
- Cada um vai ao que é seu. Ele vem a São Tomé, mas também vai a Angola, Moçambique, Cabo Verde.
- Angola e Moçambique, eu percebo. Mas porquê São Tomé, esta ilha sem importância alguma?
- David, está a ser snob. Já sei que o Império Britânico tem não sei quantas centenas ou milhares de ilhotas. Mas o nosso, não. Por isso, damos importância às tais ilhotas: até nomeamos governadores para elas! (E: 393)

A propósito dos comentários de David Jameson sobre as ilhotas portuguesas em questão, também o próprio Luís Bernardo inferioriza, neste excerto, o império português em comparação com o britânico. Repare-se que o governador de S. Tomé e Príncipe, ao dirigir-se ao representante de uma outra nação colonial europeia, desvaloriza o império que ele próprio representa – apesar de ser o mais antigo da Europa e constituído por territórios conquistados em época bem anterior à das conquistas britânicas – considerando que Portugal domina, no ultramar, terras cuja importância e extensão geográfica não se comparam em termos de relevo internacional e prestigiante às áreas de influência dos ingleses, como se a nação portuguesa estivesse de algum modo abaixo da inglesa pela qualidade inferior dos territórios ocupados. Tentando combater de alguma forma as palavras do cônsul inglês, o governador de S. Tomé transmite, contudo, a ideia de que a nação que representa é menor, pelo que tem de cuidar do pouco que possui. Luís Bernardo não se limita a rebaixar o império português, mas também a sua posição enquanto governador do arquipélago mais insignificante dentro da insignificância geral do império português, perante o representante de um império que ocupa a maior extensão territorial no contexto mundial.

Os ingleses exercem a função “policia” de vigiar o tratamento concedido pelos portugueses aos africanos em terras que, no entanto, não são da sua jurisdição. Legitimados pelo *Ultimatum Inglês*, os ingleses surgem imbuídos de uma autoridade sobre os portugueses que lhes permite atuar sobre eles em territórios onde seria suposto serem os portugueses as autoridades máximas. A tensão existente nas relações entre as duas nações está, por este motivo, implícita ao longo dos acontecimentos reproduzidos no romance:

Como jurista de formação, Luís Bernardo reconhecia a mestria da arquitetura jurídica edificada em abono das razões invocadas há quase meio século pelo lado português: de facto, a que título uma nação estranha teria o direito de se imiscuir e reclamar contra a circunstância de cidadãos portugueses, identificados pelo respectivo passaporte, mudarem de local de residência e de trabalho dentro do território de Portugal? Se acaso os portugueses do Minho quisessem emigrar para o Algarve (e alguns tinham-no feito, em épocas anteriores) que legitimidade tinha a Inglaterra para vir vasculhar o assunto? Ora, Portugal era tanto o Minho e o Algarve quanto Angola, Moçambique, Macau ou São Tomé. Sim, podia-se contra-argumentar que essa legitimidade resultava do Tratado assinado com a Inglaterra e que lhe conferia o direito, justamente, de controlar que essa emigração entre colónias (dizia-se «Províncias», na linguagem oficial) mais não era do que uma forma de esconder o que não passava de um sórdido tráfico de escravos entre uma colónia que tinha mão-de-obra em abundância e outra onde ela escasseava dramaticamente – porque as ilhas tinham sido descobertas desertas pelos portugueses do século XVI. Mas, voltava a argumentação jurídica, como é que poderiam ser considerados escravos os negros que eram

resgatados da escravatura pelos proprietários de São Tomé, comprados e pagos aos que, eles sim, os mantinham em escravatura no interior do sertão angolano, onde a autoridade do Estado não chegava ainda, e levados depois para trabalharem em São Tomé - com alimentação, alojamento, assistência médica e salário? (E: 116)

Nesta passagem, são expostos os motivos das divergências entre os representantes das duas nações coloniais envolvidas no enredo do romance e que resultam, basicamente, da sensação de humilhação experimentada pelos portugueses por terem de se sujeitar às diretrizes impostas pelos ingleses nas terras que administram. Os portugueses fizeram com que a sua independência política e económica no contexto mundial fosse posta em causa e agora sofrem as consequências. A pretexto da melhoria das vidas dos nativos africanos utilizados como mão-de-obra nas colónias europeias, a ideia transmitida é a de que os únicos receios envolvidos são os diretamente relacionados com rivalidades económicas e financeiras existentes no relacionamento entre as duas nações. O entendimento geral dos colonos portugueses em relação a isto é o de se viver uma espécie de hipocrisia geral em que se disfarçam interesses económicos com razões de cariz humanitário, para que Portugal perca o controlo das suas colónias cobiçadas pelos ingleses.

A generalidade dos colonos de S. Tomé e Príncipe é retratada como sendo obrigada a ultrapassar uma série de dificuldades que são incompreendidas pelos que não fazem parte do seu grupo, sendo desdenhada na metrópole portuguesa pela “selvajaria” de hábitos e costumes a que é associada. Entre estes colonos considerados pouco civilizados está D. Maria Augusta:

O Sr. Albano – ela contava isto enquanto ele escutava, sem pronunciar palavra, com os olhos fixos no prato de sopa - fora depois o seu padrinho de casamento e o seu melhor apoio, quando o tenente Matos, de Lamego, se finou, numa agonia de febres e diarreia, após seis anos de roça e de casamento, sem ao menos, suspirava ela, lhe ter deixado coisa que o perpetuasse – nem filhos, nem fortuna, nem pensão digna desse nome, nem uma casa, algures em Portugal inteiro, que lhe desse uma justificação para, finalmente, mortos todos os seus, regressar ao lugar de onde um dia os seus avós tinham vindo. De modo que, tendo decidido ir a Portugal uma vez, tendo feito um roteiro de iniciação que qualquer estranho faria, tendo ido a Lamego procurar em vão raízes ou razões do seu defunto, tendo procurado em Lisboa e Castelo Branco parentela própria que a recebera como se recebe um animal exótico vindo de África, regressara rapidamente à Nova Esperança, onde tinha o único ser que a acompanhava desde a infância, onde conhecia o cântico de cada pássaro e onde, para grande espanto de Luís Bernardo, ele verificou que conhecia cada trabalhador negro pelo seu nome. (E: 211)

Incluída na camada da população colona já nascida no arquipélago africano, D. Maria Augusta, depois da morte do marido, tentou encontrar raízes na metrópole, tendo cedo desistido de lá refazer a sua vida por ser tratada como um “animal exótico”. Esta é uma colona formalmente associada à metrópole, apesar de nada desse território longínquo lhe dizer na prática respeito:

As estruturas da roça eram muito menos modernas e industrializadas do que outras que ele já vira. Não havia linha férrea, a sanzala e as instalações agrícolas eram bastante mais pequenas, o ritmo de trabalho claramente menos intenso: Maria Augusta não tinha a ambição de

visitar Paris todas as Primaveras nem de comprar uma casa no Príncipe Real. Regressaram sempre a passo, sem pressas, em conversa desprendida. A pedido dela, Luís Bernardo contara-lhe coisas sobre a sua família, o seu trabalho e a sua vida de Lisboa. Falaram até da situação política e ele explicou-lhe, em traços gerais, o que era esse país, que também era o seu, mas que ela quase desconhecia. (E: 213)

Maria Augusta, conforme referido, consiste numa colona que se diferencia das outras pela maior consideração pelos seus trabalhadores negros que se infere da particularidade notada por Luís Bernardo de esta conhecer todos os negros ao seu serviço pelo seu nome. Através dos comentários do narrador, observa-se que a sua falta de ligação à metrópole leva a que esta personagem seja desprovida de qualquer ambição a nível de enriquecimento pessoal, verificando-se que, por este motivo, o ritmo de trabalho na sua roça é bastante mais lento e as condições de trabalho mais humanitárias, quando comparadas às das outras plantações visitadas por Luís Bernardo. Está implícita a crítica à ganância dos colonos, verdadeiro motivo pelo qual se verifica a precariedade das condições laborais dos trabalhadores das restantes roças. Maria Augusta não se encontra ligada afetivamente à metrópole, mas sim à colónia portuguesa onde nasceu e continua a viver os seus dias. A sua condição de colona nativa africana faz com que a vivência diária da plantação seja o seu centro de interesse, havendo maior preocupação com a qualidade de vida de todos os que nela estão envolvidos.

Quanto à família real portuguesa, note-se as observações feitas pelo narrador a propósito da visita do Príncipe real às colónias africanas:

Jamais príncipe algum viajara tão modestamente, em lugar algum do mundo. E esta era a primeira vez que um membro da Família Real visitava uma colónia portuguesa, em quase quinhentos anos de poder colonial. Tudo, aliás, parecia ter sido decidido rapidamente e sem demasiadas conjecturas. O príncipe e o ministro chegariam a São Tomé por volta do dia 12-13 de Julho, que era daí a pouco mais de um mês. São Tomé e Príncipe teriam a honra de inaugurar a viagem real, que depois prosseguiria para as colónias inglesas da África do Sul, Moçambique e, na volta, Angola e Cabo Verde. (E: 387)

A família real nunca visitara os territórios ultramarinos portugueses até à data, ou seja, nos quase quinhentos anos de colonialismo, pelo que esta deslocação às terras africanas de jurisdição portuguesa assume uma importância crucial para os povoadores portugueses.

O África chegou, como previsto, na manhã de 13 de julho e o transbordo a terra fez-se nas chalupas a remos do navio, com o próprio D. Luís Filipe como timoneiro de uma delas. Desde que D. João VI, cem anos antes, fugira com toda a Corte para o Brasil, para escapar à invasão francesa do exército de Junot, nunca mais um membro da Família Real reinante pusera pé num território ultramarino de Portugal, desde a tão próxima Ilha da Madeira até à tão distante Ilha de Timor. (E: 436)

O facto de os reis de Portugal não considerarem importante marcar presença nas terras portuguesas para além da Península Ibérica, sem ser pela necessidade sentida no reinado de D. João VI, é demonstrativo do pouco interesse que estas lhes despertam. Por outro lado, é o próprio Luís Bernardo que considera haver maior preocupação com as demonstrações exteriores de fausto e grandeza do que com os verdadeiros problemas enfrentados nos locais que recebem a visita da corte portuguesa, inclusivamente a qualidade do desempenho do seu novo governador:

Luís Bernardo, que se tinha descoberto uma insuspeita vocação para organizador de festas e eventos populares, não se poupara a esforços para tal, muito embora, no seu íntimo, o irritasse a sensação de que o mérito do seu governo de ano e meio em São Tomé seria, em grande parte, avaliado pelo ministro de acordo com o sucesso da organização e da recepção populares. (E: 435)

O governador da colónia de S. Tomé e Príncipe tem consciência de que a sua avaliação enquanto dirigente desta colónia depende do sucesso da receção ao Príncipe e não da sua atuação até à data, ou seja, do que concerne ao desempenho competente das suas funções. Com efeito, o Príncipe revela-se alheado dos reais problemas que esta colónia enfrenta, tomando esta sua visita um cariz meramente superficial, conforme é notado por outros, após o discurso de Luís Bernardo em que se empenha em apresentar as suas ideologias e missão que se propõe concretizar em S. Tomé:

- Belo discurso! É fatal que, em o meu amigo querendo, depois disto, uma carreira política o aguarda em Lisboa!

Já o príncipe não deu quaisquer mostras de ter interpretado, bem ou mal, as mensagens codificadas do seu discurso. (...) ao contrário de David, que veio ter com ele e segredou-lhe ao ouvido, disfarçadamente:

- A metade dos presentes que compreendeu o que queria dizer não me parece que o tenha apreciado muito. Quanto ao seu príncipe, ainda não percebi bem se alguém lhe deu o enredo da história... (E: 446)

O resultado da presença do Príncipe nas ilhas traduziu-se apenas em condecorações formais dos que o receberam condignamente, não havendo qualquer mostra de apoio à função que Luís Bernardo desempenha na colónia. Sem o apoio explícito do governo central português, apesar de ter sido nomeado pelo próprio D. Carlos, a posição de Luís Bernardo em S. Tomé fica fragilizada. O governador do arquipélago não recebe qualquer mostra de apoio à sua atuação por parte do rei português, desde que se encontra na colónia. Depreende-se, neste episódio da visita do Príncipe, que a atitude geral das autoridades régias portuguesas é de uma displicência reveladora do desinteresse no que respeita às suas províncias ultramarinas.

Tendo em conta a obra de Miguel Sousa Tavares, as colónias africanas são entendidas pelas autoridades centrais metropolitanas como demonstrativas da grandeza de um Portugal que não se confina às suas fronteiras europeias, mas, na prática, são negligenciadas como territórios

menores porque incivilizados e distantes e os seus colonos sentem-se isolados e sem apoios. As más práticas verificadas nas colónias resultam da transposição, através dos colonos portugueses, da mentalidade pequena e mesquinha característica dos habitantes da metrópole.

3.3.1. Representação do império português de inícios do século XX

O Portugal colonial da época é visto, na obra de Miguel Sousa Tavares, como sendo um país que se destaca no contexto europeu pelo seu atraso civilizacional relativamente aos restantes países. O arquipélago de S. Tomé e Príncipe é dos territórios portugueses no ultramar menos desenvolvidos. A sua localização distante e o abandono a que é votado por parte das autoridades portuguesas, fazem com que as ilhas do Equador sejam percebidas como um deserto no que respeita aos elementos geralmente associados à civilização ocidental, o que é particularmente notório quando comparado ao território angolano por vezes mencionado no livro. A colónia angolana surge representada na obra como a província ultramarina portuguesa que mais se destaca quer a nível de extensão territorial, quer no que diz respeito ao desenvolvimento das infraestruturas da sua principal cidade, embora se refiram logo as discrepâncias sociais e de desenvolvimento que, também aqui, existem:

Depois das escalas no Mindelo, que ele já conhecia, e no Sal, no arquipélago de Cabo Verde, Luanda apareceu-lhe no horizonte como uma verdadeira metrópole. Havia uma dezena de vapores de grande porte fundeados na baía ou acostados no cais e uma actividade frenética no porto, que parecia tomado por uma urgência de cargas e descargas, de negócios, encontros e despedidas. Era difícil imaginar que no interior do território o exército colonial ainda se empenhava penosamente a combater tribos que lutavam com arcos e lanças, numa vastidão cujos limites os portugueses só tinham começado a realizar verdadeiramente uma vintena de anos antes, quando a Conferência Colonial de Berlim estabeleceu o princípio de que a posse efectiva dos territórios prevalecia sobre o direito de descoberta. Angola era dez vezes maior do que Portugal, cem vezes maior do que São Tomé e Príncipe: a sua colonização efectiva, assim como a de Moçambique, parecia tarefa manifestamente para além das possibilidades físicas, humanas e financeiras de um país tão pequeno como Portugal. Durante anos, a Inglaterra e a Alemanha tinham-se secretamente conluiado para cada uma delas deitar a mão ao seu bocado do Império Colonial português: o pretexto era a desesperada situação financeira do país, a que eles se propunham acorrer com empréstimos que tinham como hipoteca as duas colónias. Com as opiniões divididas, D. Carlos conseguira impor a sua vontade, rejeitando as ofertas envenenadas e, em vez disso e aproveitando o desencadear da guerra anglo-boer e a necessidade que a Inglaterra tinha de utilizar o porto da Beira, em Moçambique, para desembarcar homens e armas, negociou com Londres o Tratado de Windsor. (...)

Mas os ingleses estavam em Angola e em força. Livingston passara por Luanda a caminho de Londres, depois de uma das suas viagens em demanda da nascente do Nilo. Na Royal Geographic Society, que financiara as suas viagens, tivera o cuidado de omitir o seu encontro nas profundezas de Angola com o explorador português Serpa Pinto, pretendendo, pelo contrário, que não encontrara nenhum europeu nas desmedidas matas de Angola. Em Luanda havia um ministro residente inglês, um cônsul, agentes marítimos, adido militar e dois agentes itinerantes cuja função, não oficial, era a de vigiar a proibição efectiva do comércio de escravos. (E: 105-106)

O império português é ainda por diversas vezes referido, conforme se verifica neste excerto - e com base na realidade observada nos terrenos colonizados de que Angola é apenas um exemplo -, como sendo uma impossibilidade que era desde logo confirmada quando comparadas as dimensões do território da metrópole com os das colónias que esta tentava administrar a partir de Lisboa. A pequenez de Portugal comparativamente às suas colónias é vincada em pequenos trechos espalhados ao longo do romance, transmitindo ao leitor a ideia da empresa colonial portuguesa como uma abstração irrealizável face ao que realmente estava em jogo. A incumbência dos povos europeus em territórios ultramarinos defendida pelas ideologias favoráveis ao colonialismo, que se propõem cumprir a missão civilizacional em locais inóspitos e selvagens, esbarra, no terreno, com a grande dificuldade com que o nosso país se depara de tentar povoar e gerir espaços geográficos de dimensões infinitamente superiores à da metrópole. Por sua vez, infere-se do texto acima transcrito o juízo crítico sobre as autoridades metropolitanas que não tiveram, durante séculos, a noção da verdadeira dimensão das áreas dominadas em questão. Apenas neste período de reta final do domínio colonial português se toma consciência destas questões, distinguindo-o de épocas anteriores. A ignorância sobre a real extensão geográfica das colónias portuguesas implicou necessariamente a negligência de grande parte das terras em que a influência europeia no nível de crescimento e progresso civilizacional deveria ter sido exercida. Nesta altura, Portugal ainda se debate com as populações locais em territórios mais remotos e de difícil acesso para manter o seu domínio, esforço que é agravado pela pressão exterior de países com interesses na exploração das terras que fazem parte do império português. A rivalidade com Inglaterra relativamente à posse das terras africanas e respetiva exploração de recursos consiste num dos panos de fundo constantemente presente na ação do romance. Esta nação colonial europeia surge sempre como incomparavelmente maior e mais poderosa do que a nossa, pelo que a disputa entre os dois países pelo domínio dos territórios sob o jugo português é apresentada como uma séria ameaça com que Portugal se debate na época.

Este cenário histórico, apresentado como recurso para a ficção escrita por Miguel Sousa Tavares, prepara o leitor para a vivência difícil de Luís Bernardo numa das sociedades coloniais deste império mais ignoradas, pelos portugueses em particular e pelos europeus de forma geral, por condicionantes associadas aos problemas económicos e políticos que caracterizam o nosso país no início do século XX. O retrato do arquipélago equatorial que é inicialmente apresentado por outras personagens a Luís Bernardo, enquanto este ainda se encontra em Portugal continental, é essencialmente feito pela negativa, ou seja, S. Tomé e Príncipe não é caracterizado pelo que é, mas sim pelo que não é. E não é, essencialmente, um conjunto de ilhas civilizadas. Parece que este pequeno arquipélago africano não tem nada no que respeita a condições geralmente associadas à qualidade de vida dos países desenvolvidos:

- Pois, para um cavalheiro, não há nada, senhor. Não há tinta nem papel de escrever, não há lâminas de barba, não há toalhas nem panos, não há talheres de comer nem loiças, não há roupa de vestir nem calçado, não há arreios para os cavalos, não há velas de cera, não há vinho nem álcool nenhum, tirando uma horrível aguardente destilada lá, não há papel para fotografias, não há instrumentos de música, não há panelas de ferro para a cozinha nem ferros de engomar. Não há nada, senhor.

- Tabaco, não há?

- Tabaco há, às vezes. Vai dos Açores ou de Benguela para lá.

Acabrunhado, despediu o Ascêncio e, sem grande entusiasmo ou inspiração, começou a escrever uma lista daquilo que alguém, que não ele, levaria para São Tomé, se algum dia aceitasse ir para lá viver durante três anos. (E: 80)

Luís Bernardo muda-se para S. Tomé quase por obrigação, a sua renitência em partir para este arquipélago deve-se, em grande parte, às descrições pouco animadoras que lhe são feitas sobre um espaço que se encontra despido de tudo o que o poderia motivar para a sua mudança. O esquecimento a que este território português é votado é desanimador para qualquer um que ambicione algo mais que simplesmente sobreviver.

O mesmo desânimo acontece com David Jameson, o cônsul inglês com a missão de policiar o tratamento concedido aos negros residentes na colónia portuguesa, quando é enviado para este arquipélago como castigo pela falha no exercício das suas funções na Índia.

- Sucede, entretanto - prosseguiu ele, no mesmo tom de penoso desprezo - que o Ministério das Colónias fez circular um anúncio por todos os domínios pedindo um candidato para cônsul numa coisa chamada São Tomé e Príncipe. Sabe onde fica isto?

- Não, Sir, não me lembro de ter ouvido falar.

- Pois não, e é por isso que, aparentemente, não aparecem candidatos para o lugar. Uns porque não sabem onde fica e outros porque sabem e não querem ir para lá. São Tomé e Príncipe são duas ilhotas dos portugueses, situadas algures bem ao largo da costa ocidental de África. Julgo que tem uns trinta mil habitantes, dos quais um por cento são escravagistas brancos e noventa e nove por cento escravos negros, mantidos a chicote e pão e água. E, além disso, tem o pior clima do planeta e toda a espécie de doenças que você possa imaginar.

- Perdoe a interrupção, Sir, mas para que quer o Ministério um cônsul aí?

- Para garantir, ao abrigo de um tratado qualquer, que os portugueses acabem com o seu mercado de escravos local que, ao que parece, faz concorrência desleal às nossas exportações daquela zona de África. É uma espécie de polícia que queremos mandar para lá. Pois, para ir direito ao assunto, esta é a sua segunda e seguramente última oportunidade: o lugar é seu, se quiser. Se não quiser, espero que me poupe a maçada de um processo público para o despedir do serviço da Índia. E acredite que lhe estou a dar a mais generosa das saídas. Portanto, qual é a sua resposta - quer São Tomé ou quer voltar para casa, pior do que veio?

- Quero São Tomé, Sir. (E: 274-275)

A alternativa que David Jameson tem à sua disposição, caso recuse a missão em S. Tomé e Príncipe, não lhe deixa, na prática, qualquer escolha a não ser a mudança para este território que lhe é descrito em termos totalmente depreciativos pelo vice-rei da Índia. Os termos utilizados na apresentação da colónia portuguesa a David Jameson são elucidativos da consideração que esta pequena parte do império português merece por parte da comunidade internacional representada no livro, além do esquecimento a que é votada pelas próprias autoridades portuguesas que se

infeire da precariedade de infraestruturas de desenvolvimento. O único ponto de interesse atribuído ao arquipélago africano é a produção de cacau na qual é utilizada a mão-de-obra forçada, sendo, portanto, visto como um reduto de práticas associadas a tempos medievais pelos quais os portugueses são responsáveis. De assinalar também a discrepância notada entre o número de dominadores e o de dominados nas ilhas, correspondente à divisão entre a população constituída por brancos e por negros presente no território.

O choque sentido pelo cônsul inglês no seu primeiro contacto com a colónia portuguesa é aumentado pelo contraste instantaneamente feito com a maior e mais relevante colónia inglesa de onde provém:

Sentiu o coração apertar-se-lhe no peito: São Tomé e Príncipe era aquilo, nada mais do que aquilo, três montes justapostos, à deriva no meio do mar e envoltos em nevoeiro. Era aquilo o seu destino nos próximos anos, o buraco infecto para onde os seus actos, a sua inconsciência, a sua destemperança, tinham conduzido o seu casamento e a sua fulgurante carreira nas Índias. Ficou petrificado a olhar, bebendo pequenos goles daquele café quente, sem nada dizer e sem nada encontrar para dizer. Em Bombaim, tinha estudado atentamente a posição das ilhas de São Tomé e Príncipe no mapa, tinha lido a descrição do arquipélago na última edição da Geographic Universal Encyclopedia, tinha lido tudo, e era quase nada, o que encontrara sobre as ilhas nos relatórios do Departamento da Marinha e do Foreign Office. (...)

Era um local de degredo. Um degredo, é certo, com o título honorífico de cônsul de Sua Majestade Britânica, uma casa, que esperava decente, à sua espera na cidade, e as mordomias inerentes ao seu cargo. Mas isso, que para alguém em início de carreira poderia parecer até uma simples situação de passagem, um posto de trabalho num local exótico e paradisíaco, para ele, que tivera o Raj a seus pés, era um golpe humilhante e sem disfarce possível. (E: 222-223)

Tanto Luís Bernardo como o cônsul inglês veem, portanto, na sua estadia em S. Tomé e Príncipe, um degredo camuflado de exercício de funções de estado ao serviço dos respectivos países. O isolamento e distância daquelas ilhas em relação ao que é considerado a civilização e a pequenez do território insular fazem com que a permanência na colónia africana seja sentida como um sacrifício ou um castigo decorrente das circunstâncias pessoais de cada um. S. Tomé e Príncipe não tem qualquer atrativo que influencie a mudança para este território de pessoas movidas por ambições pessoais um pouco mais elevadas.

Luís Bernardo parte para o arquipélago ultramarino para exercer o seu primeiro cargo político, sendo desde logo avisado por D. Carlos:

- Antes que me dê uma resposta, meu caro, e, porque penso que você é um patriota e que o preocupam ou interessam as razões nacionais para uma política, deixe-me dar-lhe o enquadramento da questão. Como sabe, há quem pense que Portugal não tem condições, económicas nem humanas, para manter um Império Colonial e que o melhor, portanto, seria vendermos as colónias. Não faltam potenciais interessados, aliás: o Kaiser ou o meu primo Eduardo andam há uma dúzia de anos a soprar-nos aos ouvidos que essa seria a melhor saída para as nossas finanças e para os nossos problemas internos. Eu, porém, não penso assim: não estou convencido de que a redução da dimensão dos problemas acrescente a grandeza das nações. (E: 53-54)

Na exposição que é feita por D. Carlos sobre a situação de crise financeira que Portugal enfrenta, são desde logo colocados os maiores problemas com que o nosso país lida na época, um dos quais a forte rivalidade das outras potências coloniais europeias, nomeadamente a Alemanha e a Inglaterra, que cobiçam os territórios administrados por Portugal no ultramar. Os argumentos de que o nosso país não está dotado de condições humanas ou financeiras que lhe permitam continuar a gerir as colónias sob a sua jurisdição, tendo em conta a vastidão geográfica das terras que controla face à reduzida dimensão da metrópole, é posta totalmente de parte pelo poder régio. D. Carlos espera que Luís Bernardo o ajude a provar aos ingleses que Portugal gere bem as suas colónias, colocando em prática a sua missão em terras africanas de acordo com os parâmetros base de um colonialismo civilizacional, moderno e revelador de ideais humanistas. As razões colocadas por D. Carlos para a escolha deste lisboeta formado em leis, sem qualquer experiência política ou ligação partidária estão, assim, relacionadas com as ideias progressistas expressas pela personagem em relação ao papel civilizador e difusor dos ideais humanistas das colónias sobre os territórios colonizados, algo que Luís Bernardo vem a verificar que não é, na realidade, posto em prática.

Note-se, ainda, o contraste entre as descrições das colónias portuguesas com a que é feita sobre a Índia, a colónia inglesa referida na obra:

David Jameson apaixonou-se pela Índia desde o primeiro instante em que pôs pé em terra, entrando pela célebre Indian Gate, em Bombaim, a porta dos vice-reis, que simbolizava a posse das índias e pela qual qualquer servidor do Raj deveria fazer a sua entrada na jóia do Império, como sinal de bom augúrio mas também de lealdade e dedicação à tarefa que o esperava. A Índia Britânica, que Sua Majestade a Rainha Vitória protegia e amava desveladamente desde os sombrios corredores de Buckingham, era um imenso e, por natureza, ingovernável território, que se estendia dos contrafortes dos Himalaias ao Estreito do Ceilão, do Mar de Bengala ao Mar de Oman, habitado por cento e vinte milhões de hindus, quarenta e quatro milhões de muçulmanos, cinco milhões de católicos e quatro milhões de sikhs, e governado por sessenta mil ingleses, os quais administravam directamente dois terços do território e quatro quintos da população, sendo o restante da alçada dos quinhentos e sessenta e cinco potentados autónomos, governados pelos rajás, marajás e nawabs, a cuja lealdade a Inglaterra devia o sucesso dessa missão demencial de governar as Índias. Havia potentados cuja área não excedia o bairro de Chelsea e outros que eram maiores do que a Escócia, mas, mais do que a área, a importância política dos principados media-se no número de súbditos, de elefantes, de camelos disponíveis e pelo número de tigres caçados pelo príncipe reinante e, sobretudo - do ponto de vista inglês -, pelo número de soldados do respectivo exército privado que eles conseguiam manter e, em caso de necessidade, fazer alinhar ao lado do Exército de Sua Majestade Britânica. (E: 225-226)

Repare-se que a Índia, apesar de referida como um território “por natureza ingovernável”, apresenta-se dividida em potentados autónomos governados por autoridades autóctones, numa conceção já moderna de delegação de poderes que não existe no império português que tenta centralizar os poderes na metrópole, apesar da distância a que esta se encontra das suas províncias

ultramarinas e do alheamento, que nos é constantemente transmitido ao longo do romance, de que estes territórios são objeto por parte das autoridades centrais.

[João:] - Ora, Luís, andei na mesma faculdade de Direito que tu. O que eu sei é que, enquanto a lei não for violada - e, segundo me explicaste, ainda não terminou o prazo para o saber - não é lícito presumir que ela não está a ser cumprida ou que não vai ser cumprida. E não vi nenhum trabalhador agrilhadoado ou chicoteado para ir trabalhar: vi-os formar de manhã para irem trabalhar e regressarem ao fim do dia, pelo seu pé, para a contagem. Caramba, Luís, não podes ser mais papista que o Papa. Isto é África, é uma colónia e, por algum acaso do destino que não interessa agora julgar, nós somos os colonizadores e eles são os colonizados e, que eu saiba, a colonização não está proibida em nenhuma lei ou Tratado Internacional. Ou acaso a Inglaterra, a França, a Espanha, a Alemanha, a Bélgica, a Holanda, não exploram também as suas colónias? E quem é que trabalha nas plantações de cana de açúcar das Antilhas, quem é que trabalha nas minas de ouro do Traansval? (E: 300-301)

João, o melhor amigo de Luís Bernardo, é o emissor das palavras expressas no excerto acima transcrito, quando visita o governador no arquipélago em que este exerce o seu mandato. Apesar da formação de ambos ser idêntica, o amigo de Luís Bernardo revela a mentalidade vigente na metrópole em relação aos povos africanos colonizados sem se deixar levar por idealismos subjacentes a convicções humanitárias conforme já acontece com o protagonista do romance. João demonstra a insensibilidade vigente entre a população de Portugal continental relativamente aos representantes de outras raças que não a branca, considerados como estando à mercê dos povos europeus por motivos que decorrem naturalmente da subjugação de uns aos que lhes estão a nível civilizacional e culturalmente num patamar de superioridade, por força das circunstâncias e efeitos da colonização e do que este conceito implica. A desresponsabilização dos metropolitanos quanto ao que acontece nas colónias é normal e resultante do distanciamento sentido pelo colonizador face aos territórios colonizados. A convicção de João é a de que as províncias ultramarinas africanas são territórios portugueses de segunda categoria onde a possibilidade de não cumprimento da lei não assume a mesma gravidade que teria no continente europeu, pelo facto do sistema colonial se reger pelas suas próprias leis ou regras, não podendo, portanto, ser comparado com o sistema civilizacional ocidental. A argumentação de João encontra o seu suporte nos outros colonialismos europeus - para esta personagem os sistemas coloniais de um modo geral são demonstrativos de valores e práticas semelhantes ao português, o que automaticamente legitima as eventuais ilegalidades cometidas em qualquer colónia, desde que as mesmas não se verifiquem no continente europeu. A suposição de não respeito da lei é encarada com pouca seriedade desde que em territórios longínquos e entre populações que naturalmente se têm de sujeitar ao domínio das civilizações ocidentais, sendo talvez um mal necessário para garantir que estas exerçam eficazmente o seu poder.

O nosso país, uma potência colonial em inícios do século XX, surge retratado, em *Equador*, através de uma imagem pouco elogiosa de uma nação que vive de aparências, conforme se verificará melhor mais à frente. Os protagonistas do povoamento português em África tentam desesperadamente manter uma imagem de grandeza que é contrariada pela realidade experienciada pelo protagonista da obra, esforçando-se por transmitir para o exterior aquilo que, na realidade, não são. E não são, basicamente, parte de uma nação colonial de estatuto elevado como é a inglesa. Para além disto, tentam todos camuflar o que sabem que, de facto, se passa nas suas colónias: a utilização de mão-de-obra forçada que viola as leis do direito internacional e as condições de vida degradantes dos nativos africanos, particularmente dos trabalhadores das roças, ou seja, dos cidadãos de raça negra do império. Estes e os empregados do palácio do Governador são os representantes, na obra, do grupo de colonizados de S. Tomé e Príncipe, um grupo sem voz no romance porque totalmente ignorado pela maioria dos colonos portugueses e pelo império português de uma forma geral.

3.4. A desilusão: contraste entre a metrópole real e a imaginada

Inicialmente, o discurso de Rui, o narrador da obra de Dulce Maria Cardoso, não transmite o negativismo, implícito durante a maior parte da narração à medida que se avança no livro, da sua situação de “retornado” a uma terra onde nunca teria estado. O romance principia com a expressão do sentimento de esperança deste rapaz no sentido de que a mudança da sua família para a metrópole se traduzisse numa passagem para uma terra melhor do que a sua de nascença:

Mas na metrópole há cerejas. Cerejas grandes e luzidias que as raparigas põem nas orelhas a fazer de brincos. Raparigas bonitas como só as da metrópole podem ser. As raparigas daqui não sabem como são as cerejas, dizem que são como as pitangas. Ainda que sejam, nunca as vi com brincos de pitangas a rirem-se umas com as outras como as raparigas da metrópole fazem nas fotografias. (R: 7)

O seu imaginário infantil faz com que confunda a fantasia, refletida nas imagens dos postais provenientes da metrópole que a sua família recebe, com a realidade. A criança ingénua, que Rui ainda é, convence-se de que as fotografias dos postais reproduzem a realidade do ambiente e das pessoas na metrópole - um território longínquo e imaginado segundo os parâmetros de imponência e grandiosidade subentendidas no tratamento concedido à metrópole pelas populações das colónias portuguesas, como seria devido a uma nação considerada como superior em tudo às suas províncias ultramarinas.

Na chegada à metrópole, a sensação dos irmãos, Rui e Milucha, é a de estar a entrar num dos seus manuais da escola:

Descemos as escadas do avião e a minha irmã disse, estamos na metrópole. Não sabíamos o que havíamos de fazer. Foi esquisito pisar na metrópole, era como se estivéssemos a entrar no mapa que estava pendurado na sala de aula. Havia sítios onde o mapa estava rasgado e via-se um tecido escuro ou sujo por trás, um tecido rijo que mantinha o mapa inteiro e teso. Não sabíamos o que havíamos de fazer e era como se estivéssemos a entrar no mapa rasgado, ou então nas fotografias das revistas, nas histórias que a mãe estava sempre a contar, nos hinos que cantávamos aos sábados de manhã no pátio do colégio. (R: 76-77)

A primeira impressão de Rui e Milucha, ao pisarem pela primeira vez a metrópole, é a de terem entrado na realidade que fazia parte da sua imaginação. Para estes descendentes de colonos portugueses, nascidos em África, a metrópole é apenas um território distante sem qualquer relação com a experiência quotidiana vivida na colónia. A evocação de Portugal continental feita na escola, com as respetivas formalidades a que estariam obrigados, as referências à metrópole nos discursos dos familiares e pessoas mais velhas das suas relações e as imagens que, em casa, reproduzem a atmosfera vivida na nação, contribuem para a representação fantasiosa que estes irmãos têm da metrópole, fazendo com que, apesar das circunstâncias, enfrentem a sua mudança com algum entusiasmo. Influenciado pelo discurso da mãe e pelas fotografias alusivas às gentes e costumes de Portugal continental, os irmãos aguardam com expectativa o que os espera na terra que os irá acolher.

No entanto, a imagem que Rui tinha construído sobre a terra dos seus pais é afetada não só pelo que, de facto, se lhe depara em Lisboa, mas também pelos acontecimentos vividos desde a detenção do pai ainda em Angola. A sua mudança para a zona de Lisboa revela-se muito mais dolorosa que o previsto devido a vários fatores: pelas circunstâncias anormais da chegada da família sem o pai, pela rejeição dos metropolitanos à presença dos retornados, pela falta de uma família que os receba, já que os familiares da mãe não se mostram interessados em lhes dar guarida, e pela conseqüente obrigatoriedade de permanência num hotel cujo ambiente lhe é, em tudo, estranho. Por um lado, o seu discurso negativo em relação à metrópole explica-se como sendo um mecanismo de defesa instintivo para fazer face à situação de rejeição em que se encontra na condição de retornado, rejeitando também a totalidade do que o rodeia. Por outro lado, o desdém em relação ao ambiente em que se vê inserido expressa a sua decepção pela diferença que considera existir entre a imagem inicialmente feita da metrópole e seus habitantes, provocada pelas evocações da mãe e pelo discurso oficial do sistema colonial difundido pelas autoridades, e as circunstâncias vividas em Portugal continental. A metrópole, afinal, não é como a mãe lhe fizera crer, nem condiz com a idealização representada nas fotografias dos postais ilustrados ou dos manuais da escola com que convivia na infância.

Não, a metrópole não pode ser como hoje a vimos. A prova de que Portugal não é um país pequeno está no mapa que mostrava quanto o império apanhava da Europa, um império tão grande como daqui até à Rússia não pode ter uma metrópole com ruas onde mal cabe um carro, não pode ter pessoas tristes e feias, nem velhos desdentados nas janelas tão sem serventia que nem para a morte têm interesse. (R: 84)

Rui sente ainda mais do que os verdadeiros “retornados” a Portugal a pequenez de um país despojado do seu império tão glorificado nos manuais da escola, pelo facto de o Portugal aí idealizado ser o único que até então conhecia: “A metrópole tem de ser como este hotel que até no elevador tem uma banquetta forrada a veludo. Portugal não é um país pequeno, era o que estava escrito no mapa da escola. Portugal não é um país pequeno, é um império do Minho a Timor.” (R: 83).

Até à sua partida de África, a metrópole apenas existia na sua imaginação, era a terra da qual ouvia falar em Angola mas na qual nunca tinha estado. A desilusão sentida é de tal forma grande que lhe é dedicada um capítulo em que apenas é incluída a frase “Então a metrópole afinal é isto” (R: 65), em que o “afinal” desencadeia uma implicatura convencional implícita: as expectativas do locutor eram outras e agora são defraudadas. O abismo existente entre a representação de Portugal continental que lhe foi incutida e o ambiente com que, de facto, se depara, contribui também para que o narrador descreva pessoas e situações sempre de forma depreciativa, o que contrasta sobretudo com a representação das pessoas da metrópole evocada no parágrafo inicial do livro e que está constantemente a ser lembrada pelo narrador à medida que enfrenta o que a realidade tem para lhe oferecer:

Nas fotografias o inverno era bonito, com neve nas beirais dos telhados, famílias à volta das lareiras, gatos a brincarem com novelos de lã e crianças nos parques com gorros e luvas coloridas. Afinal o frio não é nada disso, é gente encolhida a esfregar as mãos, gente a bater com os pés no chão para os aquecer, gente triste com camisolas de borboto. (R: 142)

O choque provocado pelas condições de vida em tudo diferentes das do local onde passou a maior parte da existência - o clima agreste quando comparado com África, a ausência de casa própria e a ausência da proteção paterna, principalmente – e a distinção entre a realidade e a imagem que teria da nação imperial fazem com que o narrador se autocensure pelo que agora considera ter sido excesso de credulidade quando encarou a vinda para a metrópole com entusiasmo. O crescimento da personagem vai estando, ao longo do romance, implícito na perda da ingenuidade que ainda revela na primeira parte, para a qual contribui grandemente a desilusão sentida. O simbolismo da sua entrada na idade adulta surge na forma de um despertar para uma realidade dolorosa quando comparada à fantasia que apenas existiria na sua mente. Esta perda da

infância, associada a todas as perdas decorrentes da mudança sem o pai para uma terra que lhe é estranha e à qual considera não pertencer, condiciona a descrição dos ambientes, quer seja a metrópole de forma geral, quer o hotel do Estoril em particular.

Já no Estoril, Rui insiste num discurso marcado pelas referências aos “de cá”, da metrópole, e os “de lá”, de Angola, em que a crítica às pessoas e aos hábitos dos “de cá” atinge mesmo os pequenos detalhes do dia-a-dia: “(...) andam sempre a tomar café, os de cá andam sempre a pedir, um cafezinho, uma bica, e ficam contentes com as mixórdias que lhes servem e que sabem mal como tudo. E as gasosas, que gasosas tão más as da metrópole, é tudo mau.” (R: 145), em que o tom coloquial típico do discurso pouco vigiado de um adolescente é aqui bem visível na deslocação à esquerda de “E as gasosas”, logo seguida da repetição do nome na oração seguinte. Os retornados do hotel do Estoril sentem-se defraudados quando verificam terem ido atrás de uma ilusão de grandiosidade de uma nação que agora se desvanece. A morte do Portugal além-fronteiras como alicerce do mito imperial em que o país assenta o seu imaginário de superioridade territorial e diversidade populacional destrói a condição identitária, suporte da relação de pertença à terra-mãe europeia por parte das comunidades portuguesas espalhadas pelas províncias ultramarinas. O mito de Portugal imperial contrasta agora com a pequenez da dimensão do seu território continental e das mentalidades dos que nele habitam. O narrador dá, na obra, voz ao que é visto por Margarida Calafate Ribeiro como a morte do Portugal imperial imaginado:

Se foi a posição geograficamente periférica de Portugal na Europa do século XVI – elevada a condição identitária de fronteira nos célebres versos de Camões -, que o levou a tornar-se o primeiro império europeu, lançando-o ao mar e convertendo-o em centro do mundo, também foi a posição periférica de Portugal na Europa nas décadas 50 / 60 / 70 – esse “cabo do mundo” de que falavam os exilados – que lhe permitiu ser o último império europeu. A Guerra Colonial foi a defesa desta “ficção” de Portugal como centro, actualizada nas mitologias e cruzadismos do “Novo Encoberto”, da nação pluricontinental e multirracial e de um regime que se ocultava por detrás desta retórica substitutiva da realidade. O Estado Novo, erguido sobre este mito imperial, iria, assim, em África, seguir o seu destino e morrer por ele. (Ribeiro, 2004: 165-166)

Os ex-colonos retratados neste livro não tencionavam voltar a Portugal continental, tinham conseguido uma vida melhor em África e aí tencionavam continuar, dado que a terra natal era associada à pobreza e à miséria em que passaram a sua infância. Rui, por seu lado, na condição do que na prática é a de um imigrante intitulado de “retornado” na terra para onde se muda, vive com maior intensidade a perda identitária experienciada também pelos ex-colonos mais velhos que o rodeiam por terem de abandonar a sua pátria adotiva. O descendente de portugueses, nascido em África, perde a única terra à qual chamava sua, mudando-se para a metrópole que era somente um ponto de referência mencionado pelos mais velhos por motivos que ele não percebia muito bem. “Os de cá” são sempre referidos como fazendo parte de um grupo no qual o narrador não se insere,

dado que se considera aqui um estrangeiro. Não existe qualquer identificação entre o narrador e o povo que vê nas ruas, não se revê em pessoas nem em ambientes que, aos seus olhos, se identificam com a tristeza e a decadência da situação a que os seus semelhantes, na condição de angolanos de coração, se deixaram chegar. Lamenta, por isso, fazer parte de um grupo de pessoas que não defendeu o seu lugar naquela que vê como sendo realmente a sua pátria e à qual considera pertencer: “O pai tinha razão, aquilo era a nossa terra, devíamos ter ficado lá, só um covarde abandona a sua terra sem dar luta. O pai pode não ter sido esperto como o Sr. Manuel mas o pai é que tinha razão, foram todos cobardes, e eu também, eu mais que todos.” (R: 125-126). A lembrança da reação de fuga dos colonos quando os conflitos internos em Angola começaram a intensificar-se, sem que tentassem qualquer defesa da sua posição no território, faz com que Rui sinta alguma animosidade pelos outros retornados do hotel. Por outro lado, inclui-se também neste grupo de foragidos de África ao reconhecer que alinhou num certo entusiasmo quanto à partida para a metrópole, pensando que mudaria para melhor, o que lhe provoca o sentimento de culpa por não ter dado mais ouvidos ao pai. Agora sente-se profundamente desiludido com o que o rodeia. A sua má disposição é sentida em relação a todos os que se limitaram a virar costas a África sem qualquer resistência à tomada do território pelos nativos negros. Na metrópole, o narrador vê-se rodeado pelos que, no seu entender, fizeram parte do grupo dos que decidiram não reagir à perda das terras que eram deles, deixando-se expulsar como se tratassem de estranhos indesejáveis e obrigando o pai a fugir também devido à posição de fragilidade em que acabou por se encontrar:

Há sempre gente dos outros hotéis quando há um plenário, estamos todos metidos no mesmo barco, o que é mau para uns é mau para todos. Deviam ter pensado assim quando os tiros começaram mas em vez disso puseram-se a encaixotar as bicuatas, dias inteiros a martelar ripas de madeira à volta das tralhas, não descansaram enquanto os contentores não ficaram prontos e não os despacharam para a metrópole, pareciam meninas do liceu feminino em vésperas de passeio de finalista, todos excitados com a mudança, vamos para a metrópole, vamos para a metrópole. Até eu apesar de todos os avisos do pai, na metrópole há cerejas, cerejas grandes e luzidias que as raparigas põem nas orelhas a fazer de brincos, raparigas lindas. Até eu. (R: 128)

As palavras de Rui não são motivadas apenas pela sensação de abandono da terra que deveriam ter defendido, mas também revelam o arrependimento por se ter deixado enganar pelos que contribuíram para a ilusão que agora se desmorona. Rui não consegue esquecer sem mágoa a frustração sentida por Mário, que foi até ao último momento dos mais renitentes em abandonar Angola, ao ver todos os colonos nas mesmas circunstâncias de insegurança limitarem-se a retirar os seus pertences apressadamente, deixando a terra pela qual achava que deveriam lutar. Estes colonos veriam a metrópole como porto de abrigo, correndo atrás da ilusão de que nela seriam sempre bem acolhidos. Rui passa de um extremo, descrito na parte inicial do livro, em que parece

pensar que tudo na metrópole seria melhor do que em Angola, até as raparigas, para o outro em que tudo é pior na metrópole.

Rui expressa o sentimento de desilusão generalizada quanto ao afastamento entre a idealização e a realidade com que os “retornados” nascidos em África se deparam, sentindo-a de forma mais intensa que os verdadeiros repatriados. O distanciamento da metrópole, experienciado não só enquanto ainda nas colónias, mas também quando são forçados a deslocar-se para o país que supostamente seria o seu e onde são rejeitados, é algo que marca toda a experiência dos primeiros tempos de estadia em terras de Portugal continental, determinando a visão negativa de todo o envolvente de uma situação já por si dolorosa. A adolescência do narrador e a sua passagem à vida adulta, pela perda da inocência inicialmente revelada na primeira parte do livro quando ainda em Angola, pode ser vista como simbólica da redefinição da sua personalidade, tal como Portugal tem de redefinir a sua identidade após a perda das ex-colónias. A transformação que Rui vai sofrendo ao longo do livro, devido às várias perdas experimentadas, assemelha-se à transformação pela qual Portugal se encontra também a passar na época à qual o texto se reporta: uma época de mudanças profundas, e muitas vezes dolorosas, mas necessárias. Em Rui, tal como em Portugal, o período retratado é de ajustes a uma nova condição, sem retorno, com a qual tem de lidar no futuro. Rui passa a ser um estrangeiro em África, na terra que considerava a sua, tendo de conformar-se com a vida que o espera no continente europeu. Portugal, por sua vez, também tem de aprender a viver sem África - é agora um país realmente pequeno, sem as suas províncias ultramarinas, apenas um dos países mais pequenos da Europa e é para este continente que agora tem de se voltar.

A figuração de um Portugal imperial dividido entre os intelectuais pensantes da metrópole, controladores dos destinos das colónias apesar de distantes dos problemas reais dos seus colonos, e os que, no terreno, enfrentam várias dificuldades que não são entendidas pelo poder central é uma das facetas visíveis nos romances. Os colonos são vistos pelas próprias autoridades centrais, e seus representantes, como sendo inferiores aos habitantes do território europeu por se sujeitarem às condições exigidas pela sua integração em locais considerados incivilizados. Para além da divisão racial existente, a população branca da nação imperial surge como estando também dividida consoante o território de proveniência. Os habitantes das colónias africanas são

tendencialmente desdenhados pelos metropolitanos que os associam à barbárie e ao que consideram selvajaria nos costumes e cultura africanos.

A sensação de isolamento presente nas colónias sobrepõe-se a qualquer ideologia imperial fomentadora do progresso das colónias eventualmente divulgada na metrópole. As políticas emanadas pelo poder central têm efeitos que se repercutem nas colónias distantes, no entanto parecem beneficiar essencialmente os metropolitanos visto que têm por objetivo principal a extração de lucros para o território europeu. As personagens de *O Senhor das Ilhas* têm de se esforçar para conseguir, através dos próprios meios, o desenvolvimento integrado do arquipélago em que se instalaram de forma a colmatar a ausência de incentivos ao desenvolvimento estrutural das colónias por parte das autoridades metropolitanas. Miguel Sousa Tavares usa o seu protagonista para apresentar um Portugal colonial já decadente, apesar de ainda em inícios do século XX, no qual uma metrópole pequena de mais em relação aos territórios colonizados se esforçaria por manter a aparência de grandeza imperial face às outras potências europeias. As autoridades metropolitanas parecem totalmente alheadas dos reais problemas enfrentados pelos portugueses de África, sendo a extração de riquezas através da exploração do trabalho de colonos e colonizados a preocupação central no que respeita ao ultramar.

No romance de Sousa Tavares, a personagem principal é uma vítima do idealismo humanista difundido na metrópole como motivo de base do colonialismo europeu e a sua condição de, teoricamente, representante da metrópole no arquipélago onde se situa a ação resulta num fracasso total pelo facto de esta personagem, afinal, apenas se representar a ela própria, visto que os ideais humanistas e civilizacionais nunca foram um propósito para os metropolitanos, nem o objetivo central da sua incumbência em África. Em *A Árvore das Palavras*, a crítica explícita ao regime do Estado Novo surge de uma personagem forçada a abandonar uma metrópole que não lhe proporcionaria o mínimo de condições de vida e onde viveria uma situação de miséria comum aos habitantes dos meios rurais. Em *O Retorno*, a grande desilusão acontece pelo confronto entre a grandiosidade de uma metrópole imaginária e a pequenez da que a realidade apresenta. Desta forma, os colonos portugueses protagonistas das obras, apesar de representativos da metrópole em espaço africano, são personagens que revelam maior identificação com o mundo africano, vivendo um hibridismo identitário que será analisado no capítulo que se segue.

4. Figura do colono português: entre a Metrópole e África

As obras escolhidas para meu *corpus* trabalham representações do país colonizador e constroem também imagens complexas do colono português instalado em África, em relação ao qual a influência do ambiente africano no dia-a-dia é salientada em todas as narrativas. A identificação das personagens representantes da metrópole com a colónia em que se desenvolve o enredo de cada um dos romances, por oposição ao afastamento físico e intelectual sentido em relação a Portugal continental, é algo que pode ser visto como fator comum em todas as obras, quer se trate de colonos já nascidos em África, como acontece nos casos de *O Senhor das Ilhas* e *A Árvore das Palavras*, quer estejamos perante um metropolitano que se instala temporariamente em África como sucede em *Equador*, ou ainda quando os protagonistas consistem em ex-colonos, obrigados a regressar a Portugal continental na condição de “retornados” após a saída forçada da colónia como consequência da guerra colonial, como se verifica em *O Esplendor de Portugal* e *O Retorno*.

Observa Isabel Ferreira Gould a propósito dos romances *O Senhor das Ilhas*, *O Esplendor de Portugal* e *Equador*, aqui analisados, aos quais integra ainda *A Casa das Rugas* (2004) de Eduardo Bettencourt Pinto:

Most of these texts reflect on genealogy, transmission, and transgression and often use the generational framework to trace links between generations and to emphasize the transmission both of authority (and the threats to this authority) and of colonial legacies. Tensions between members of the same generation, as well as of different generations of families, mostly between colonizing parents and their children, are particularly dominant in the specific case of accounts told by first-person narrators—the Portuguese or the mulatto children born in the African empire—who not only witnessed significant sociopolitical shifts, but also confronted individual and family transformations. (Gould, 2008: 184)

Efetivamente, as tensões individuais ou familiares experienciadas pelas personagens nas obras aqui analisadas refletem as crises identitárias resultantes da sua situação no espaço colonial representado e das mudanças profundas por que vão passando como consequência da sua tentativa de integração no sistema colonial com que têm de lidar no seu quotidiano. Todos estes fatores, irremediavelmente, refletem-se nos respetivos ambientes domésticos. A vivência em África é, em todas as obras analisadas, determinante para a construção da individualidade das personagens representadas e condiciona a densidade psicológica dos protagonistas retratados.

Atente-se no que refere Stuart Hall quanto à formação das identidades na era pós-moderna:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Hall, 2006: 12-13)

A figura do colono representada nas obras em análise reflete esta fragmentação do "eu" de que há consciência na literatura pós-moderna. São personagens que, de certa forma, se encontram a representar papéis contraditórios entre si: o de subordinados a uma metrópole que não quer saber deles e de subordinadores dos que consideram mais iguais a si; o de portugueses representantes da metrópole e de portugueses representantes de África; o de civilizadores face aos colonizados africanos e o de selvagens face aos metropolitanos. Os colonos portugueses podem ser considerados personagens híbridas quanto à sua inserção nos dois mundos em confronto ao longo de todas as obras – o ocidental e o africano – devido à sua condição de representantes de uma metrópole com a qual a maioria dos representados nestes romances não se identifica, mas com a qual é identificada pelos que os rodeiam. A sua aproximação ao espaço e cultura africanas é evidente e realçada em todas as narrativas em estudo por oposição ao distanciamento sentido relativamente à nação ocidental à qual formalmente pertencem. No entanto, são personagens que vivem um meio-termo identitário resultante do dever de obediência a uma metrópole distante que praticamente os ignora e discrimina por os associar ao espaço africano ao qual, na prática, também não pertencem. Em África, contudo, também não são vistos como fazendo parte do ambiente que os rodeia devido à diferença racial e cultural que simbolizam, mantendo, assim, um afastamento formal em relação a tudo o que é associado ao mundo dos autóctones das respetivas regiões em que se situa a ação, muitas vezes de forma forçada e apenas devido às circunstâncias que estão na base da sua instalação no continente africano.

Assinala Linda Hutcheon:

Postmodernist discourses – either those by women, Afro-Americans, natives, ethnics, gays, and so on, or those provoked by their stands – try to avoid the trap of reversing and valorizing the

other, of making the margin into a center, a move that many have seen as a danger for deconstruction's privileging of writing and absence over speech and presence or for some feminisms' gynocentralizing of a monolithic concept of Woman as other than Man. Postmodern difference is always plural and provisional. (Hutcheon, 1988: 65)

Acontece que, nestas obras, o colono português continua no centro das narrativas trabalhadas, apesar da sua negativização em algumas das obras a que se contrapõe a imagem positiva do colonizado africano, conforme mais à frente se verá. Contudo, o que se pode verificar é que a sua representação se pauta, na maioria dos romances, pela construção de personagens sensíveis à diferença que consiste o mundo africano onde estão inseridas coincidindo com o que a mesma autora refere sobre a arte pós-moderna: "Postmodern art is always aware of the difference, difference *within* any grouping too, difference defined by contextualization or positioning in relation to plural others" (*idem*: 67).

Em algumas das obras analisadas, a figura do colono surge negativizada, como acontece em *Equador*, em certos casos de forma extrema, como em *O Esplendor de Portugal*, algo que não se pode deixar de parte nesta análise, dado que são livros publicados em Portugal por autores nacionais que parecem colocar-se propositadamente numa posição de afastamento das ideologias de base do colonialismo, sustentadoras do império colonial português e originadoras da Guerra Colonial que faz parte do passado recente da história de Portugal. Refira-se, a propósito, as palavras de Birgit Neumann sobre as representações da memória:

Narratological approaches [of the representation of memory] draw attention to formal-aesthetic characteristics of literature and thereby bring into view the fictional possibilities for world - or memory – creation. Such approaches are based on the assumption that works of fiction have specific, genuinely literary techniques at hand to plumb the connection between memory and identity. Not only can literature make the nexus of memory and identity the object of explicit reflections, but it can also represent this nexus implicitly – that is, through a variety of semanticized forms. (...) True, literature draws upon the extra-textual reality. However, as a de pragmaticized medium, it represents a constructive way to encounter the world, and creates its own memory worlds with specifically literary techniques. (Neumann, 2010: 333-334)

A literatura em questão parece ter aqui a função de criar uma nova memória do colono português em África, e da missão civilizacional que simboliza, retirando-lhe a carga de "esplendor" que foi construída ao longo dos vários anos de colonialismo português.

4.1. Sobre a aproximação do colono português ao espaço africano

O hibridismo acima referido é particularmente evidente na obra de Maria Isabel Barreno, *O Senhor das Ilhas*. Apesar de serem os detentores do poderio administrativo e económico nas ilhas, os colonos brancos retratados na obra situam-se numa ambiguidade identitária devida à sua

situação de amos relativamente aos nativos das ilhas e de subalternos em relação ao reino português. Nesta obra, a ambiguidade dos colonos retratados é complexa pela aproximação emocional sentida pelos colonos em relação ao território colonizado, por oposição ao afastamento sentido relativamente a uma metrópole à qual são pelos outros associados por se encontrarem na posição de seus representantes e com o respetivo dever de obediência. A sensação de afastamento dos seus mandatários origina só por si conflitos identitários que se tornam ainda mais graves quando se acredita que os que os governam tendem a prejudicar os nativos e colonos que seria suposto beneficiarem.

O desempenho das funções de Manuel António nas ilhas reflete esta posição intermédia:

Manuel António leu o seu [correio de Lisboa] tranquilamente, anunciou fleumaticamente que lhe enviavam mais uma condecoração de Lisboa. Agora porquê, perguntou Maria Josefa. Agradece-me D. João VI toda a minha actuação para que se conseguisse que Cabo Verde continue ligado a Portugal, disse seu marido (...) (SI: 243)

A identidade híbrida do papel de Manuel António em Cabo Verde é visível no reconhecimento do poder central quanto ao seu papel como recurso fundamental para a ligação entre a metrópole e a colónia. Ao mesmo tempo que o futuro governador de Cabo Verde critica o poder político metropolitano na sua atuação face aos territórios ultramarinos, cumpre o seu dever como elemento conciliador entre as duas entidades e é reconhecido pelo poder central sendo recompensado pelo governo: “Nomeado Prefeito de Cabo Verde a 17 de Dezembro de 1833, por ter coadjuvado a causa da rainha e da Carta Constitucional e ter dado provas de amor à Pátria, Manuel António entrou em funções a 5 de Fevereiro de 1834.” (SI: 287). O amor à pátria sobrepõe-se ao seu afastamento físico e intelectual relativamente à metrópole, mesmo que não concorde com as determinações emanadas pelos políticos metropolitanos relativas às suas queridas ilhas de Cabo Verde. Apesar das várias discórdias, não descarta as suas obrigações para com as entidades que representa nas ilhas. Manuel António empenha-se em aproveitar as potencialidades do arquipélago de forma a contornar as políticas metropolitanas que os colonos consideram desastrosas para as colónias:

Quando, em 1810, D. João fez o tratado de comércio com os ingleses, mais favorável ao Brasil do que a Lisboa, abrindo os portos brasileiros ao comércio estrangeiro, redobram as lamentações de Aniceto, que declarou estar perante a flagelação da pátria, ou mesmo a sua coroação de espinhos, e perante a sangria das colónias. Levar-nos-ão tudo, vaticinou. Eles, os ingleses. (SI: 135)

Apesar da aparente organização ocidental da família de colonos portugueses representada na obra, comparativamente às outras obras aqui analisadas, a sociedade colonial de Cabo Verde surge retratada em *O Senhor das Ilhas* com uma organização diferente das verificadas nas

restantes colónias africanas, ou seja, caracterizada por uma maior aproximação entre colonos e nativos africanos, o que é desta forma justificado pelo narrador da obra:

Perante os ataques dos piratas, quando a defesa se tornava impossível, senhores e escravos fugiam lado a lado para o interior da ilha. (...) Foi essa solidariedade no perigo o que trouxe tom tão específico às relações entre amos e escravos, entre brancos e negros, nestas ilhas – muito mais amenas e fraternais do que no grande continente, onde as selvas são imensas e os rostos e os sentimentos se tornam anónimos. (SI: 171)

Descrita como uma sociedade mais solidária devido ao isolamento das ilhas, implicando uma maior entreatura dos grupos sociais que a compunham mesmo que se tratassem de pessoas aparentemente separadas pela raça e condição social, os habitantes de Cabo Verde relacionam-se de forma mais unida que os habitantes das colónias africanas continentais. A caracterização desta família não é, por isso, feita de forma isolada, as vidas dos seus membros aparecem como estando totalmente interligadas com os elementos da comunidade em que estão inseridos, em que os escravos e os colonos são apenas dois dos grupos que a compõem. A colonização portuguesa surge, nesta obra, como distinta das restantes colonizações europeias pela aproximação aos nativos por parte dos protagonistas da obra, deduzindo-se isto quer pelas ações das personagens nos vários acontecimentos relatados, quer através dos comentários das personagens pertencentes a outras nações ocidentais relativamente ao comportamento dos portugueses nos territórios africanos que são por eles dominados:

Conversámos mais um pouco, e não sei por que encadeados de conversa, me advertiu ele [Pitt] contra a auto-indulgência. É uma característica muito comum no seu povo, disse-me. Perguntei-lhe se me criticava e encolheu os ombros. Quando aplicada aos outros, a indulgência pode ser boa, respondeu depois de um silêncio; a colonização dos portugueses é muito ineficaz, mas já me tenho perguntado o que teria acontecido no mundo se os primeiros europeus a chegar a todos os novos territórios tivessem sido os meus arrogantes compatriotas – possivelmente mais crueldades e destruições. (SI: 344)

Os colonizados de Cabo Verde são essencialmente representados na obra pelos escravos da família de Manuel António, sendo os principais membros deste grupo as amas de leite das crianças. A situação dos nativos africanos presentes na casa familiar é sempre apresentada com grande pormenor ao longo de todo o livro, havendo um especial cuidado por parte do narrador em atribuir importância ao papel que estes desempenham no percurso de vida desta família em África: “Nossos destinos também cada vez mais se misturavam com os destinos dos escravos, e não só através de nossas amas e irmãos de leite.” (SI: 108).

A aproximação deste casal ao espaço africano é, logo no início da obra, afirmada através de Maria Josefa: “Acho injusto que limitem o nome de “filhos das ilhas” aos bastardos e pardos, parece que nós outros que aqui nascemos não temos o direito de amar esta terra como nosso berço,

acrescentava Maria Josefa sempre que vinha a propósito. E acrescenta Marta também.” (SI:46). As personagens femininas de maior relevo no livro consideram-se nativas do arquipélago, não vislumbrando qualquer justificação para o facto de não serem também designadas como filhas das ilhas. A sua associação à metrópole por parte das autoridades, em contraposição com a ausência de identificação com a colónia onde nasceram e fazem a sua vida, não faz para elas qualquer sentido. Estas colonas portuguesas nascidas em África representam a primeira geração de africanos brancos de raízes ocidentais que não se identificam com a sociedade de Portugal continental com a qual as relacionam e que por elas é vista como estranha e distante. O seu berço é o arquipélago de Cabo Verde e julgam legítimo o seu desejo de serem também elas designadas como nativas das ilhas.

Os dois membros do casal Martins consideram o território de Cabo Verde como seu por afinidade, não vivendo num mundo à parte dos nativos africanos, mas antes partilhando com eles convicções e interesses - e, no caso de Manuel António, partilhando também descendência com as negras nativas. As ideias progressistas de Manuel António são o motor do desenvolvimento do arquipélago, assim como das mudanças que os dois membros do casal vão tentando fazer impor no respetivo tecido social, em particular no que respeita à situação dos escravos. Manuel António devido ao seu permanente desejo de mudança e de desenvolvimento das populações e território e Maria Josefa pelas suas profundas crenças cristãs de ajuda aos mais necessitados.

Manuel António começa por se insurgir contra a escravatura dos nativos:

Recordo ouvir Mécia afirmar que o mal-estar de nosso pai contra a escravatura começara com Cremilde. E argumento que a repulsa do escravagismo terá tomado nosso pai muito mais por caminho intelectual, e não por sentimentos e emoções, como o pretendem minhas irmãs. (SI: 61-62)

É de Manuel António que partem duas iniciativas consideradas como extremamente progressistas para a época: a permissão aos escravos para se casarem e as cartas de alforria concedidas a uma grande parte de elementos deste grupo subalterno. A sua preocupação com a situação dos escravos, pouco habitual para a época, é referida por Manuel Maria como sendo mais uma manifestação da preocupação revelada pelo pai com a melhoria das condições de vida das populações das ilhas. Um sentido de justiça social fora do comum estaria por detrás das atitudes do pai nas batalhas que protagoniza em várias frentes. O narrador é defensor da ideia de que a preocupação do pai com a situação dos escravos seria mais uma forma de colocar em prática os seus ideais humanistas, decorrentes da sua crença nas capacidades do Homem independentemente das suas origens ou grupo racial.

Já no tempo de D. Aniceto,

Os escravos da casa haviam todos sido batizados, evidentemente. Meu avô não tinha dúvidas de que era esse o principal desígnio da existência de colónias portuguesas, o desígnio divino: o resgate dos negros de suas crenças pagãs, a sua evangelização. Filipa Inês, primeiro, e depois Maria Josefa, haviam acrescentado a este cristianismo austero e regulado o seu toque de bondade, ensinando o catecismo aos mais aptos, aos mais próximos. (SI:29)

A cristianização dos africanos considerados inferiores e selvagens seria, na concepção tradicional da colonização europeia, entendida como a missão fundamental do povoamento das colónias em África. A preocupação com a conversão dos nativos das colónias à religião católica e respetivos rituais era dada como existente desde os tempos em que D. Aniceto exercia o seu papel de chefe de família, sendo atribuída particular importância à cerimónia do batismo dos negros como símbolo da sua aceitação da nova religião. A mulher e a filha de D. Aniceto dão continuidade a este ritual, preocupando-se as mulheres, contudo, com a transmissão de conhecimentos ligados à concepção de vida cristã através do ensino do catecismo, para além da mera prática de cerimoniais católicos. Anteriormente, o batismo seria encarado como representativo da conversão à religião, sem que aparentemente houvesse qualquer outra preocupação para além da obrigação à prática da cerimónia.

Nos tempos áureos do casal, e apesar de a partir de certa altura viverem em mundos separados, as determinações de Manuel António a favor dos escravos encontram sempre apoio em Maria Josefa que é logo desde o início da obra caracterizada pelo narrador como sendo particularmente preocupada com os mais desfavorecidos socialmente, uma personagem em que “a sua atenção vira-se quase sempre para os fracos e desprotegidos, para os grupos particulares.” (18-19). Maria Josefa é constantemente retratada no livro como uma personagem que se insurge contra qualquer tipo de vingança sobre seres humanos, defendendo sempre a prática do bem sobre o mal, nunca se revoltando contra os negros como represália pelas traições do marido. Contrariamente ao que seria esperado, a mulher de Manuel António aproveita as ações do marido em favor dos escravos para lhe demonstrar o espírito superior que a caracteriza, ajudando-o nas suas determinações em melhorar a situação dos escravos. Aquando da perda de uma das suas filhas, raptada na sequência de um ataque protagonizado por piratas durante uma das ausências de Manuel António, Maria Josefa reage discutindo violentamente com o marido contra a sua intenção em castigar os empregados que não conseguiram encontrar a filha:

Maria Josefa invocou sua convalescença precária, pronta à recaída, e ganhou. Terá sido mesmo a partir dessa discussão que ela determinou que todos os negros aprenderiam a ler e escrever, e não só aqueles mais intimamente ligados à casa, como até aí. Pretendia acabar com os privilégios dos que julgava serem filhos ilegítimos do meu pai; ou preferiu contrapor à vingança uma boa acção, como expiação de faltas e invocação da misericórdia divina; ou terá simplesmente posto em prática sua convicção de que as gentes instruídas são sempre mais aptas para qualquer tarefa. Sua decisão foi inabalável. (SI: 175)

Maria Josefa aproveita para colocar em prática as suas ideologias cristãs e a sua fé nos ensinamentos do evangelho, mesmo quando os assuntos estão relacionados com o grupo dos que protagonizam traições à sua figura de esposa de Manuel António, ou seja, as escravas negras das ilhas. A matriarca da família nunca se revolta contra as escravas, antes pelo contrário, é nelas que se apoia no seu quotidiano doméstico e com elas mantém um relacionamento mais aproximado à amizade que à tradicional relação entre patroa e empregada.

Manuel António mantém vários relacionamentos com escravas negras, muitas delas empregadas que convivem na casa familiar com Maria Josefa, dos quais resultam nascimentos de muitos filhos mulatos bastardos. As relações de intimidade mantidas por Manuel António com as escravas são do conhecimento da sua mulher, mas, apesar do seu desagrado, acabam por ser resignadamente aceites, considerando-se Maria Josefa impotente para alterar os comportamentos do marido em assuntos que parecem ser por todos percebidos como não lhe dizendo diretamente respeito por não afetarem a dedicação que o patriarca da família revela em relação à manutenção do lar familiar. Maria Josefa, esposa legítima de Manuel António, deve, só por este facto, contentar-se com a sua situação, dado que os relacionamentos com as escravas não alteram o seu estatuto social. Socialmente limitada ao interior da casa e dependente do marido, Maria Josefa resigna-se a tomar conhecimento dos filhos bastardos do marido como se de uma fatalidade se tratasse, sendo algo, contudo, que contribui para o afastamento emocional do casal.

O envolvimento de Manuel António com pessoas que não fazem parte da mesma esfera social, pertencendo a um mundo separado pelo distanciamento implícito no desempenho de papéis de empregado e patrão, considerados opostos, para além da divisão racial, tem como consequência o seu afastamento do mundo ocidental em que se movimenta, conduzindo a uma cada vez maior aproximação ao mundo dos subordinados africanos, apesar de o próprio parecer não ter grande consciência disto. Consequentemente, as atitudes tomadas ao longo da sua vida a favor da melhoria da situação dos negros nas ilhas são permanentemente associadas à sua situação de pai de vários filhos mulatos:

Foi por esse tempo que Manuel António decidiu autorizar seus escravos a casar.

(...)

Não era fácil perceber o que levara Manuel António a dar este passo: se uma preocupação com o bem-estar de alguns escravos que ele particularmente estimava, garantindo-lhes assim que não os separaria de suas companheiras e uma plausível permanência na casa até à morte; se uma forma de protecção às mães de seus filhos, e de dar a estes pais substitutos; se uma forma de mostrar a Maria Josefa um novo terreno seu de afirmação de vontade e de poder. (SI: 119-120)

Pouco tempo depois Manuel António resolveu dar carta de alforria a vários de seus escravos, entre os quais os filhos e as mães de seus filhos e os padrastos de seus filhos, e nossas amas e seus filhos. (SI:122)

Na sua condição de progenitor de vários filhos mulatos, o seu interesse na melhoria das condições de vida dos negros em Cabo Verde é determinante para a imposição de algumas mudanças de cariz político e religioso respeitantes à melhoria da condição social dos nativos africanos. Vista também como forma de demonstrar o seu poder à mulher, as atitudes tomadas por Manuel António relativamente aos seus subordinados negros beneficiam os nativos cabo-verdianos que, progressivamente, vão adquirindo mais direitos na sociedade colonial representada.

A personagem que mais se insurge contra os relacionamentos extraconjugais de Manuel António é a sua filha Marta. No dia em que esta tem conhecimento da existência de vários irmãos mulatos, filhos das relações que o pai mantém com as escravas, a sua reação é de choque total:

Tudo correu bem durante algum tempo, Marta e Mateus trabalhavam juntos.

Até ao dia em que este a olhou com olhar estranho e lhe perguntou se ela não sabia quem era o pai de Américo. Tinha então Marta dezassete anos. Mateus revelou-lhe o segredo do nascimento de Américo, e falou-lhe de outros filhos mulatos de Manuel António, entre os quais só sabia nomear Altino. Seu pai tem muito filho escravo, repetiu rindo. Marta revoltou-se.

Era uma lesão na figura paterna, e também na figura materna – que diferença afinal entre sua mãe e as escravas? Só na responsabilidade do andamento da casa. (...) E acima de tudo, ruína seu ídolo.

(...) Pressentiu um elo entre o facto de seu pai ter filhos das escravas e o olhar do mestiço, até aí afeiçoado companheiro de infâncias, contando-lhe isso. (SI: 117)

Para esta personagem, a imagem do pai sai gravemente ferida por este se envolver com outras mulheres e sobretudo por estas serem mulheres de estatuto inferior, abalando a figura paterna até então idolatrada por se aproveitar da sua condição social superior às das mulheres com quem se envolve. No entanto, a figura da mãe também é afetada por, no seu entender, se colocar à mesma altura das escravas, quando partilha com elas o mesmo homem. O facto de o pai se envolver com mulheres de estatuto inferior terá sido determinante para a revolta de Marta contra as traições do pai. Infere-se que este tiraria partido da sua posição de superioridade sobre as nativas, que se submeteriam não só ao seu poderio sexual, mas também ao poderio económico que parece sobrepor-se ao dos restantes habitantes das ilhas. Esta faceta da vida do pai seria contrária ao respeito que demonstra pela valorização do ser humano por si próprio, e não pelo que representa. Marta é a única que se insurge contra esta situação, e, por associação, contra o grupo dos escravos que fazem a mãe passar pela humilhação de se saber traída: “Mas tão bem conheço minha irmã, até nas suas semelhanças com nosso pai, que sei as causas de suas iras. Marta pensa: foi um dique que se rompeu; a muralha que o separava da raça negra e das suas próprias fraquezas; e uma linha que mudou no futuro de todos nós.” (SI: 74). Posteriormente, Marta manifesta-se também contra a forte oposição familiar ao casamento da sua irmã Aurora com um mulato, dando conta da discriminação de que a miscigenação entre mulheres brancas e homens negros é alvo, por contraste com a sua aceitação quando o envolvimento é entre colonos brancos e escravas negras.

Rejeita, desta forma, os preconceitos sociais associados à miscigenação da mulher branca com um elemento do sexo masculino de outra raça. Marta, de espírito moderno para a época, insurge-se contra o tratamento desigual de que a sua irmã é alvo ao ser censurada por todos pelo relacionamento com um homem de raça negra. Neste excerto, Marta apropria-se da narração para fazer valer os argumentos utilizados a favor da irmã:

Retorquiu nosso pai que suas filhas não eram mulheres, eram senhoras. E eu teimei: desde quando se interessa por berços e linhagens, senhor meu pai? Sempre se recusou a dizer que história ou família deixou para trás, em Portugal; a seu respeito só contou contos inventados. Mais ninguém falou. Aurora chorava sem parar. Os meus irmãos mais velhos, e irmãs, e cunhados, porque temiam o pai, porque desaprovavam o casamento e as minhas palavras, mas invejando-me também, porque nunca conseguiriam dizer o que pensavam. (SI:300)

Na família Martins, a oposição ao casamento de Aurora é praticamente unânime, embora ninguém consiga dizer exatamente por que razão. Perante os argumentos de Marta, os restantes familiares não encontram motivos válidos que justifiquem a rejeição das ambições matrimoniais de Aurora, pelo simples facto de, racionalmente e perante a mistura de raças que se verifica existir em todo o território, não fazerem sentido. Por outro lado, a conceção do relacionamento sexual como uma relação desigual, baseada no direito de propriedade do homem sobre a mulher é algo que está inconscientemente instalado na mentalidade da maioria das pessoas, não sendo nunca expressamente abordada, conforme será referido mais à frente. No entanto, Marta consegue ser convincente, conseguindo que Manuel António e restante família se deem por vencidos. Mas o casamento de Aurora é, mesmo assim, alvo de tratamento distinto das outras festividades familiares: “Manuel António foi vencido. Partiu para a Praia dizendo: pois resolvam como quiserem. Aurora casou discretamente. Estava então meu pai no sexto mês de seu governo, pretextou suas grandes obras em muitas ilhas para se escusar a assistir.” (SI: 301).

Verifica-se, assim, que apesar de Manuel António ser retratado ao longo de toda a narrativa como uma personagem de mentalidade avançada para a época, determinado em melhorar as condições dos africanos residentes nos territórios sob a sua alçada e sem revelar quaisquer preconceitos raciais em outras circunstâncias, a aceitação do casamento de Aurora é feita de forma resignada dado que os convencionalismos sociais das sociedades tradicionais acabam por se sobrepor às razões humanitárias defendidas por Marta. Opõe-se ao casamento apesar de não conseguir encontrar as justificações racionais, por ele tão defendidas, para a oposição a uma situação que deveria ser considerada justa face à sua própria condição de pai de vários filhos mulatos. Ou seja, apesar do afastamento da família quanto aos condicionalismos sociais característicos da sociedade ocidental de suas origens, devido à importância atribuída à predominância de uma visão racional sobre a sociedade envolvente em detrimento dos

preconceitos determinantes da imposição de normas de conduta restritas, estes nunca são totalmente varridos do inconsciente das personagens, mesmo quando considerados absurdos e paradoxais relativamente a outras situações. A estratificação social alicerçada no género e raça dos habitantes, derivada das normas vigentes nas sociedades tradicionais, faz-se aqui sentir, mesmo que não encontrem para ela justificação lógica, sendo algo que estará implicitamente instalado, mesmo na mentalidade de Manuel António.

A aproximação desta família ao mundo do colonizado é evidente ao longo de toda a narrativa, desde que não interfira com os preconceitos de género que estão, de forma inconsciente, enraizados profundamente na mentalidade das personagens que, apesar de parecerem inseridas no ambiente de Cabo Verde, revelam a mentalidade da metrópole que afinal representam. Por muito distanciados que se sintam da metrópole e apesar de quererem modificar a situação de desprezo a que os africanos são votados nas suas próprias terras, os colonos portugueses representados nesta obra não conseguem evitar a influência do seu ambiente de proveniência que se revela nas ideias profundas instaladas nas mentalidades dos protagonistas, para as quais não encontram explicação lógica mas das quais não se conseguem libertar.

4.2. Sobre a disfuncionalidade do colono português

Em *O Esplendor de Portugal*, a representação da família de colonos portugueses na obra é a de um grupo desconcertante de pessoas caracterizadas por uma perturbadora ausência de qualidades morais e de afetividade, dado que revelam sensibilidades inexistentes ou muito reduzidas. Os pais de Isilda vivem um casamento de fachada devido à indiferença que Eduardo revela por sua mulher, Eunice. A mãe de Isilda mendiga o carinho do marido sem sucesso, suplica à porta do seu quarto que lhe abra a porta, mas o relacionamento entre os dois é marcado pelo adultério de Eduardo que mantém vários relacionamentos com amantes com o conhecimento da mulher, de acordo com as considerações de Eunice:

[Eduardo] um marido que escolheu o quarto dos hóspedes para se não deitar comigo e me trocava sem o pudor de se esconder por todas as desgraçadas da ilha e todas as mulheres das fazendas vizinhas, conversando com elas, rindo-se com elas, respondendo-me enervado se lhe dizia qualquer coisa, perguntava qualquer coisa, me interessava por ele

- O quê?

nem um sorriso nem um olhar nem um gesto não digo de meiguice, de atenção (EP: 270)

O retrato da avó da família contribui para a apresentação de Isilda como uma desgraçada incompreendida até pela própria mãe. Eunice desdenha os filhos de Isilda, tem vergonha de Carlos por ser mestiço, rebaixa Rui por ser um doente de epilepsia e censura permanentemente Clarisse pela vida desregrada que leva desde os tempos da juventude. Nas palavras da Isilda,

(...) a minha mãe percorrendo os miúdos no desprezo circunflexo da boca Os meus netos, dizes tu, quais netos, um mestiço, um epilético e uma desgraçada que pela amostra se vê logo ir acabar na primeira sarjeta de Luanda, é a isto que chamas os meus netos Isilda, não são meus netos, nunca foram meus netos (...) (EP: 236)

Eunice nada tem de avó convencional, renega os próprios netos e humilha a filha pela descendência que a envergonha. Os filhos de Isilda são desprezados por simbolizarem a perda de estatuto da família, incluindo no seu seio mistura de raças, doença e depravação. Eunice vive um casamento infeliz, marcado pelas várias traições do marido, Eduardo, que parece ser totalmente indiferente às suas mostras de afeto. A própria Eunice afirma, num dos trechos da sua responsabilidade que intercala a narração de Rui, sendo de constatar a confissão de Eunice da própria infelicidade e frustração pessoal proveniente de um casamento falhado em que é evidente a ausência de sentimentos de afeto por parte do seu marido:

todos temos a nossa cruz e a minha são os meus netos, o meu genro e os meus netos, quantas vezes disse ao meu marido
- Eduardo
quantas vezes preveni o meu marido
- Toma atenção Eduardo
e o meu marido sem me ouvir
- Não te apoquentes
preocupado com as amantes de Luanda, a francesa que me fez sofrer até à morte, o meu marido a ignorar-me, a rebaixar-me, a humilhar-me, a não querer saber de mim meses a fio, não semanas, meses a fio, se lhe falava com ternura
- Eduardo
fugia como se o picasse ou sofresse de uma doença da pele (EP: 252)

A mãe de Isilda, marcada pela desventura e pela solidão, é talvez a personagem que, no livro, mais demonstra os preconceitos da época relativamente aos nativos angolanos. Despreza Carlos por ser mestiço, considerando a aceitação de um ser de raça negra na casa familiar um desprestígio. No entanto, no seu leito de morte, devido à solidão em que vive na família por não se identificar com a filha, escolhe para as últimas confidências Josélia, sua criada negra, junto de quem busca conforto.

A caracterização das personagens pertencentes ao grupo dos colonos é deliberadamente negativa: são seres com os quais o leitor tem dificuldade em se identificar, e cujas qualidades, quando existem, são diminuídas face à evidência das faculdades negativas que se lhes sobrepõem. Os comportamentos que podem ser conotados como superiores e reveladores de uma qualquer grandeza moral por parte dos elementos desta família são enfraquecidos perante o leitor, na medida em que acabam por lhe serem apresentados como não tão positivos como se poderia pensar, por não serem compreendidos pelos outros, ou por terem como consequência resultados

negativos que conduzem à destruição de si próprios ou dos que com eles convivem. As ações que podem ser vistas como reveladoras de qualidades temperamentais positivas não são reconhecidas pelos que os rodeiam, são minoradas pelas próprias personagens que se encarregam de lhes atribuir intenções de contornos duvidosos, como é o caso de Clarisse na sua interpretação do comportamento privilegiado que a mãe concede a Carlos.

A figura de Clarisse é também a de uma mulher que não revela sentimentos de afeto por ninguém, a não ser a preocupação com Rui, de quem assume as despesas do lar onde reside depois da sua expulsão da casa de Carlos. A filha de Isilda é uma personagem solitária que denota um vazio sentimental na sua relação com um homem mais velho e casado que lhe sustenta o apartamento onde vive no Estoril. Desde criança que manifesta não valorizar os que por ela demonstram nutrir um carinho especial como é o caso do seu pai. Amadeu, que parecia viver alheado de tudo o que rodeava, apenas reagia no que respeitava à filha, único elemento da família capaz de o fazer despertar do torpor alcoólico em que vivia. Na família, Clarisse era a única que parecia interessar-lhe, a quem tentava sempre agradar, procurando mesmo melhorar o seu aspeto quando a sentia por perto. No entanto, Clarisse desdenha dessa faceta do pai, achando-o patético.

Pelos comentários dos restantes elementos da família, desde cedo que Clarisse tem tendência para uma vida que os outros consideram devassa, pinta-se exageradamente, sai com vários homens, chega a casa a horas consideradas impróprias e os seus relacionamentos amorosos são condenados por Carlos e pela avó. Revela-se sempre insensível à preferência que o pai demonstra sentir por ela, não correspondendo nunca às suas manifestações de carinho:

(...) a Clarisse ressuscitando devagarinho numa voz de menina

- Que horas são?

uma maneira de falar a que o meu pai não resistia, dava-lhe dinheiro, emprestava-lhe o automóvel, argumentava com a minha mãe que magicava castigos para a deixar em paz, o meu pai que a tratava como um namorado a segui-la suspenso numa admiração extasiada, um alcoólico ainda com menos juízo se possível do que ela, encontrando-lhe graça em tudo, sensibilidade em tudo, uma inteligência especialíssima nas coisas mais vulgares, na época em que estava praticamente a morrer, magro como um cão, sem dentadura postiça, de bochechas chupadas na almofada, soltou um soprozinho, pensei

- Foi-se

(...)

um novo sopro, uma nova pausa, um espasmo do polegar, uma vibração nas bochechas chupadas, a ponta da língua entre as gengivas

- Clarisse (EP: 76)

A obsessão de Amadeu pela filha por vezes assume contornos incestuosos, havendo partes da obra que o indiciam mas sem nunca o explicitar, o que contribui para a perceção da anormalidade dos relacionamentos vividos na família. No entanto, Clarisse não reage nunca ao afeto do pai, os comentários das outras personagens são sempre de um relacionamento desequilibrado entre pai e filha. Mesmo na hora da sua morte, as últimas palavras de Amadeu são para a filha que seria a

única pessoa que teria o poder de o animar. Contudo, a indiferença de Clarisse para com o pai é notória até aos últimos dias:

pode achar-se impossível e no entanto ia jurar que o meu pai finado, vestido de noivo, dispensava a casa, a fazenda, a minha mãe, os homens fumando no jardim, o próprio uísque, tudo menos a Clarisse que a maior parte das vezes nem um beijo lhe dava, entrava num turbilhão perfumado e saía num segundo turbilhão esvaziando-lhe os bolsos pelo meio, a Clarisse aos pés da cama sem uma expressão de pena, uma lágrima (...) (EP: 77)

A figura de Clarisse, na obra, contribui para a representação deste grupo familiar como antítese da imagem convencional de uma família de portugueses prototípica, dado que esta personagem feminina se aproxima mais do estereótipo da mulher promíscua africana, pela vida leviana já verificada em Angola que culmina com o quotidiano de prostituição como meio de subsistência em Portugal. Amadeu não corresponde também ao que se esperaria de uma figura paterna, é um alcoólico inútil, caracterizado pela inércia em relação a tudo e a todos, exceto à filha, o que, por vezes, toma contornos menos dignos na interpretação do seu afeto pelo que é indiciado na obra. O amor de Amadeu pela filha por vezes parece excessivo, ultrapassando o esperado de um amor paternal.

Clarisse assume uma posição de afastamento em relação à família, desde logo nos tempos de juventude. A sua irreverência manifesta-se desde cedo pelos múltiplos relacionamentos amorosos com vários companheiros em Angola e pela recusa da afetividade na escolha de homens casados. A atitude de desprendimento emocional desta personagem não se cinge apenas às ligações amorosas, mas também à família, principalmente na falta de correspondência ao afeto do pai, e ao espaço envolvente. Com efeito, Clarisse expressa o seu desprendimento quer em relação a Angola, quer a Portugal, conforme Isabel Ferreira Gould nota, simbolizando “a consciência aguda da despertença e do deslocamento, que reconhecemos no seu constante desejo de partida e fuga.” (Gould, s.d: 22). A rejeição de vínculos sentimentais com o que a rodeia caracteriza esta personagem na sua posição de marginalidade social, de isolamento interior e de confronto com os preconceitos da época, que apenas a conduzem à infelicidade e ao vazio em que se encontra em Portugal.

Em Lisboa, enquanto partilha o apartamento da Ajuda com os irmãos, Clarisse tem vários conflitos com Carlos que a insulta e condena o que considera a vida depravada da irmã, censurando as suas saídas noturnas e as relações que mantém com o sexo oposto. Já no Estoril, vive uma vida caracterizada pela ausência de convívio social, a sua posição na sociedade que a rodeia parece ser afetada pelo estatuto de amante de um homem casado, algo pelo qual os próprios vizinhos a condenam. Tirando o facto de ser a única que, em Portugal, se preocupa com Rui, o irmão epilético, enfrentando a oposição do seu amante, não demonstra mais ligação sentimental

com alguém. Clarisse não revela ao longo de toda a obra sentimentos de simpatia ou afeição, mantendo o relacionamento com um homem muito mais velho somente por questões financeiras e de subsistência. A filha de Isilda caracteriza-se por um vazio emocional. Os cuidados de Clarisse com o irmão Rui não são suficientes para apagar a imagem de mulher amarga, fria e infeliz que é transmitida ao leitor pelos relatos da sua responsabilidade, em que a ausência de sentimentos é claramente assumida pela personagem: “Não sei se gosto da minha família. Não sei se gosto de quem quer que seja. Não sei se gosto de mim.” (EP: 355).

Rui desde criança sofre de epilepsia. Para além desta doença, em certas passagens percebe-se que terá outros problemas pois é retratado como tendo um atraso mental. Rui é uma personagem alheada do que o envolve, tem reações infantis e por vezes reveladoras de estados psicóticos que se caracterizam pela violência dirigida a pessoas ou objetos ou pela obsessão por pormenores que lhe despertam a atenção despoletando reações incompreensíveis para os outros: “o Rui não era como os outros, não falava como os outros, imobilizava-se a meio das refeições de garfo pendurado como se tivesse partido para muito longe (...)”. (EP: 34). Rui limita-se a descrever os ambientes que o rodeiam sem que o seu discurso espelhe grande ligação emocional a alguma das outras personagens. Através das narrativas dos irmãos e de Isilda, esta personagem parece caracterizar-se essencialmente pela inconsciência relativamente ao que se passa à sua volta; Isilda descreve o seu comportamento no dia da morte do pai:

(...), o Rui
- *Um problema hereditário no cérebro minha senhora correntes eléctricas desordenadas*
epilepsia
(...)
sem respeito nenhum pelas visitas e por mim a começar a rir, sentado na cama do pai morto
a rir (...) (EP: 35)

É uma personagem descrita pelos outros como vivendo centrada em si própria, não questionando acontecimentos ou situações, não tendo vontade própria e vivendo apenas o que lhe vai acontecendo no dia-a-dia, sendo-lhe indiferente o que o rodeia. Da mesma forma que não parece aperceber-se de ter sido expulso de casa pelo irmão Carlos e colocado num lar para desgraçados que não têm quem cuide deles, não demonstra ter grande consciência do que a sua irmã faz por ele e não manifesta gratidão. Vítima da crueldade de Carlos que deixou de pagar o lar, só não ficou sem teto graças à caridade da irmã que assumiu os pagamentos em falta. No entanto, apesar de todo o seu aparente alheamento em relação ao que o rodeia, Rui surge com um discurso bastante mais lúcido do que seria de esperar ao longo dos excertos narrativos da sua responsabilidade:

eu sem vontade nenhuma de me levantar interessado num mundo feito de sapatos e tornozelos com vozes, fios soltos de passadeira, cheiro de cera e lama ressequida, falhas de sobrado, galope de baratas, um universo ao rés da terra onde descobrimos tocos de lápis, moedas que se

confundem com as tábuas, fósforos queimados, pedacinhos de papel, uma infantaria atarefada de formigas, eu de orelha contra o chão a dar-me conta das guinadas da água nos canos e da fala dos caboucos, do capim, das ervas, das raízes das árvores, da casa sob a casa, a minha mãe convencida que eu morrera (EP: 172)

O discurso de Rui, ao longo de toda a obra, não se distingue a nível formal das narrativas das outras personagens: apesar de serem excertos narrativos enunciados por um débil mental, não há nada que linguisticamente o separe dos outros narradores nos trechos em que este revela a sua interioridade. A personagem tem um discurso articulado, semântica e sintaticamente aproximado aos excertos cujas vozes dos restantes elementos da família se fazem ouvir. O discurso de Rui é mesmo mais coerente na maioria dos excertos que o de Isilda que, no final da vida, se aproxima da loucura ao misturar, quase de forma indestrinçável, realidade com fantasia. Quanto a Rui, apenas se infere a debilidade mental da personagem através das descrições do seu comportamento aliadas aos comentários das outras personagens. Não manifesta, contudo, preocupação em relação quer à situação dos seus irmãos, quer da mãe. Rui vai partilhando o tempo entre o lar na Damaia e o apartamento da irmã no Estoril, apesar da oposição do amante desta, sem qualquer outra inquietação além de viver o presente, recordando o passado. Não parece retribuir de alguma forma os cuidados que a mãe declara sempre ter tido com a sua condição de doente ao longo dos trechos narrativos de sua responsabilidade. Rui, em todas as suas intervenções, não expressa qualquer desassossego devido à ausência de notícias da mãe.

Isilda, o pilar da família, apesar de revelar efetivamente elevadas qualidades como mãe protetora dos seus filhos, mesmo que um deles não o seja biologicamente, não é por isso reconhecida e acaba abandonada à sua sorte pela família em África, sem que os filhos demonstrem por ela grande preocupação. Carlos odeia todos os que o rodeiam e o afeto demonstrado a Maria da Boa Morte pode ser visto como mais uma arma de ataque à mãe. O amor de Amadeu pela filha Clarisse não é valorizado nem correspondido. Os casamentos de Eduardo e Eunice, de Isilda e Amadeu e de Carlos e Lena são meras representações para o exterior, caracterizados pela ausência de reciprocidade de sentimentos, sendo a afetividade revelada por um dos elementos do casal apenas mais um fator de sofrimento. Ou seja, a negativização das personagens é extrema, caindo mesmo num exagero propositado. Nestas personagens, as noções de bondade ou compaixão praticamente não existem ou, quando as há, são faculdades inglórias que esbarram na incompreensão dos outros. Todos os atos que podem ser considerados como nobres, protagonizados pelos elementos da família, são desconstruídos na obra e reduzidos a meros gestos cujas intenções têm contornos menos dignos, desconstrução esta que é feita por eles próprios, na revelação da sua subjetividade, ou pelas outras personagens.

A caracterização geral da família pretende contrariar ideias feitas geralmente associadas à chamada família tradicional. Há uma negativização propositada na sua representação ao longo de todo o livro, sendo o grupo familiar marcado como um todo destituído de qualidades associadas à normalidade de funcionamento das relações familiares. Esta corresponde ao modelo de família alargada em que seria suposto os membros apoiarem-se uns aos outros, ou seja, uma família com todos os suportes necessários para garantir a felicidade dos seus elementos. Predomina, contudo, o ódio, a indiferença e o ressentimento. Os laços familiares não são suficientes para garantir o amor ou a amizade entre as personagens como é comumente aceite pela sociedade em geral, sendo esta a faceta que mais choca o leitor ao confrontá-lo com a imagem de um núcleo familiar em que os filhos não demonstram carinho ou afeição aos pais, apesar dos sacrifícios da mãe, em que a avó desdenha dos netos e o rancor entre irmãos parece ser o sentimento que prevalece. A sensação de injustiça nos comportamentos e ações das personagens perpassa toda a obra e angustia quem a lê, de tal forma que o leitor se junta à afirmação final: “Finis Laus Deo” (EP: 414).

4.3. Sobre a transposição do mundo do colono ocidental para África

Gita, a protagonista de *A Árvore das Palavras*, evoca a sua infância através de um discurso fragmentado de tom memorialista em que dá particular relevo à transmissão das sensações que as pessoas, objetos ou locais lembrados provocavam nela. As impressões causadas pelo contacto com o meio físico e social envolvente em que os sentidos prevalecem sobre o raciocínio são rememoradas e transmitidas ao leitor através de um discurso que valoriza sobretudo os registos sensitivos e as perceções resultantes das suas experiências de menina (Azevedo, 2010: 39). São essas sensações que a fazem recordar a casa onde passou a infância como sendo um espaço desunido: “E logo ali a casa se dividia em duas, a Casa Branca e a Casa Preta. A Casa Branca era a de Amélia, a Casa Preta a de Lóia. O quintal era em redor da Casa Preta. Eu pertencia à Casa Preta e ao quintal.” (AP: 11). Uma casa familiar dividida apenas ao nível das impressões de uma personagem que capta a diferença entre as duas formas de estar e de vivenciar a realidade moçambicana nas duas “donas de casa” que nela conviviam durante a sua meninice. Gita, na primeira parte do romance, salienta desde logo a sua posição quanto a esta dicotomia existente na casa desta família de colonos portugueses, considerando-se inserida na casa preta e não, como seria de supor, na casa branca. A visão da personagem principal do livro sobre a casa e, conseqüentemente, a sociedade retratada, está já condicionada à partida por este seu julgamento inicial, sendo o leitor de imediato alertado para isso (Azevedo, 2010: 33-34).

A Casa Branca é o espaço que Amélia tenta manter ordenado, representa na casa a presença do mundo ocidental no espaço africano, com a correspondente imposição de regras restritas. É o reinado de Amélia que, nunca se adaptando à realidade africana, tenta civilizar o espaço doméstico, regendo-se pelos padrões do que ela considera ser a “civilização”.

A Casa Preta é o espaço de Lóia, a ama negra, surge ligado à cultura e tradições moçambicanas com as quais Gita se identifica pela associação que delas faz à liberdade e ausência de convencionalismos do mundo ocidental que lhe são impostos por Amélia. Gita considera-se inserida no mundo do negro, apesar de ser uma menina descendente de portugueses brancos. Amélia tenta manter o mundo branco separado do mundo preto, não admitindo qualquer interferência do ambiente moçambicano no seu espaço. (*idem*: 40-41)

A filha de Amélia identifica-se com o mundo do colonizado moçambicano apesar de não fazer parte dele porque é filha de colonos: identifica-se com o mundo ao qual não pertence e pertence a um mundo com o qual não se identifica. A rainha da Casa Preta é Lóia: “Lóia estava no quintal e as coisas andavam em volta. É assim que a vejo: ela imóvel, fixa num ponto, e as coisas girando à sua volta.” (AP: 18). A narradora prefere os sons, os cheiros e a desordem da Casa Preta e do quintal à ordem apenas aparente da Casa Branca que Amélia tanto se esforça por manter diferente do espaço de Lóia. Na Casa Preta, as coisas e as pessoas vivem no seu ritmo natural, sem imposições externas forçadas por convenções artificiais (Azevedo, 2010: 41): “Na Casa Preta não havia medo dos mosquitos, nem se receava, a bem dizer, coisa nenhuma. Na Casa Preta as coisas cantavam e dançavam.” (AP: 12); O fascínio experimentado pela personagem principal por tudo o que neste espaço colonial é característico do ambiente africano onde está inserida contrasta com a forma destrutiva e amarga com que a sua mãe a ele se refere:

[O quintal] Estava lá e cercava-nos, e ou se era parte dele, ou não se era. Amélia não era. Ou não queria ser. Por isso não desistia de o domesticar. Quero isto varrido, dizia ela à Lóia. Nenhuma casca de fruta podia ser abandonada, nenhum caroço deitado ao chão. Isso é lá no ‘Caniço’, insistia, sempre que queria repudiar qualquer coisa. Aqui não. (AP: 11)

O Caniço é o mundo do nativo moçambicano, zona de terra batida e de bairros pobres em Lourenço Marques, considerado por Amélia como uma selva sobre a qual é necessário exercer algum controlo. Amélia tenta marcar a distinção entre os dois espaços na sua casa, o do colonizador e do colonizado, evitando que os dois se misturem e vincando, assim, a diferença entre Casa Branca e Casa Preta sentida pela sua filha (Azevedo, 2010: 40).

A divisão da casa é correspondente à que se faz sentir em Lourenço Marques, conforme se verifica na terceira parte do romance. Na sua infância, Gita ainda não sabe que a cidade se encontra ela também separada em “cidade branca” e “cidade preta” e que em sua casa apenas se

reproduz essa divisão. No entanto, quando já crescida, relata as suas memórias de adolescente, revela ter consciência da existência mais abrangente destes dois universos que se estendem para além do ambiente doméstico de Amélia e Lóia (*idem*: 42):

Chegou entretanto a época das chuvas e como sempre a cidade ficou partida ao meio, foi bênção de um lado e maldição do outro; a chuva lavava os prédios e as ruas, regava os jardins e fazia nascer flores na cidade dos brancos, e abria feridas profundas na cidade dos negros, convertida em pântano. As areias tinham-se tornado em lama, as fossas transbordavam de dejectos, água suja invadia as casas, água putrefacta, juncada de detritos. (AP: 197)

Para a Gita adolescente, a cidade preta não tem a mesma dimensão mágica que a casa preta de Lóia, é um mundo de sujidade, miséria e maus odores, é o espaço dos pobres em contraste com o espaço dos ricos. A cidade preta é o espaço dos pobres que se encontram isolados dos ricos da cidade branca. Gita constata, na missa de domingo em Lourenço Marques, que a separação entre “pretos” e “brancos” é espelhada na divisão espacial da cidade e não é meramente física mas algo de raízes mais profundas. Enquanto narradora principal da obra, Gita exerce agora um julgamento crítico sobre a sociedade em que está inserida, tecendo considerações abrangentes e apreciativas sobre a organização social de Moçambique (Azevedo, 2010: 42):

As pessoas gostavam de pisar os outros, constato. Até na missa de domingo esse modo de estar era visível. (...) os que podiam e mandavam iam lá para serem vistos, para cumprimentar e serem cumprimentados à saída, e era bem vestirem-se com toilettes caras, embora conviesse terem ao mesmo tempo um ar simples, por vezes quase desportivo, e se não fosse tudo hipocrisia seria até bonito de ver, as famílias alinhadas nos bancos (...). Cá fora automóveis esplêndidos à espera, chauffeurs negros abrindo e fechando as portas com botões brilhantes na farda. (AP: 205)

Já quase adulta, Gita constata que a separação é mais lata do que a que antigamente sentia em sua casa – o que dividia Lóia e Amélia não era apenas uma questão de personalidade, de carácter ou de raça, mas sim por algo de raízes mais profundas e entranhadas numa lógica social mais vasta que só na adolescência é evidente para Gita. Os valores ocidentais fazem-se prevalecer em Moçambique, verificando-se a valorização dos colonos com mais recursos económicos, o que faria que pertencessem a uma elite privilegiada, por oposição aos negros e aos colonos mais pobres que apenas detêm a posição de serventes, exercendo cargos de baixo estatuto. (Azevedo, 2010: 43) A posição narrativa de Gita é contrária a esta lógica ocidental instalada na sociedade moçambicana.

Rodrigo, namorado de Gita na adolescência, funciona como um dos símbolos da cidade branca na obra. O relacionamento entre ambos falha por motivos económicos e sociais, pelo que Gita se depara com os obstáculos vistos como intransponíveis nas sociedades ocidentais que

impedem a aproximação entre colonos ricos e pobres. A casa de Rodrigo é reveladora do mundo dos colonos de mais posses, admirado por Amélia (Azevedo, 2010: 43):

Passarão semanas, depois meses, antes que eu comece a notar os pormenores, com surpresa: a sala de jantar, enorme e vazia, o escritório severo, forrado a madeira de umbila, o retrato da mãe na escrivaninha, emoldurado a prata, o retrato do pai, pintado a óleo, na parede atrás da secretária. (...)

O ar condicionado sibilando. Criados fardados em bicos de pés. O silêncio assustador da casa, onde as coisas parecem mortas, catalogadas, arrumadas como em museus. Ou em jazigos. (AP: 220)

Ao colocar a namorada automaticamente de lado por supor que esta estaria grávida, Rodrigo revela a separação entre o seu mundo e o de Gita. A protagonista do romance é forçada a reconhecer as barreiras até então ignoradas: “Não me ocorre, na altura, que aquela é uma casa rica, apenas a acho escura e asfíxiante.” (AP: 221) e “ Por que não haveria António Juliano ou Joaquim de estar do nosso lado – admitindo que havia realmente dois lados? E por que estaria o pai de Rodrigo necessariamente contra nós?” (AP: 227).

Identificando-se essencialmente com o mundo do colonizado, o relato de Gita sobre a sua infância na primeira parte da obra de Teolinda Gersão é extremamente crítico em relação à sua mãe que é evocada constantemente como uma mulher amarga cujas ações quotidianas espelham o ressentimento resultante da frustração da sua ambição de ascensão social ao longo da vida, motivo pelo qual decidiu mudar-se para Moçambique. Esta ambição é uma obsessão que se sobrepõe a tudo o resto na vida de Amélia. Esta personagem está sistematicamente a transmitir à filha a sensação de desagrado por, tanto Gita como Laureano, seu marido, não vincarem o distanciamento entre eles, grupo formado por uma família de colonos brancos, que para ela estão numa posição de superioridade em termos de estratificação social, e a população nativa negra que considera estar na base da pirâmide das relações sociais estabelecidas em terras de Moçambique (Azevedo, 2010: 27)

Amélia que nos repetia a todas as horas que o importante era ganhar dinheiro, entrar na sociedade, subir na vida. Mas havia pessoas, dizia ela olhando-nos com raiva, que se tornavam iguais aos negros, como se fossem também daqui. Filhos do mato como eles. Só lhes faltava estenderem a esteira e dormirem na palhota. Na vida era assim: Havia os que subiam e se refinavam, e os que andavam sempre para trás. Nós éramos destes últimos, Laureano e eu. Segundo Amélia. (AP: 65)

A divisão entre brancos e negros é imposta pela mãe no único espaço que pode controlar, ou seja, na sua própria casa. Amélia despreza tudo o que provém do espaço africano ou da sua população nativa, tentando desesperadamente imitar as suas clientes que, por sua vez, transportam os valores e modo de estar ocidentais para o espaço africano, impõem as suas estritas regras sociais e desdenham de tudo o que delas difere (Azevedo, 2010: 27):

Para Dora Flávia e os amigos, por exemplo, a comparência nas Tômbolas de Caridade e nas Exposições Caninas, nos ‘Pools’ no Centro Hípico, ou nas competições internacionais do Autódromo, dir-se-iam concessões feitas à pequena vida local. Desdenhavam das praias dali e todos os verões partiam com os maridos e as crianças em busca das águas sul-africanas, mais frescas e cheias de brisa e de espuma. (AP: 135)

Amélia esforça-se sem sucesso para ser identificada com a elite da sociedade moçambicana, tentando afastar-se da possibilidade de ser associada aos nativos africanos, implícita no tratamento que recebe por parte das suas clientes, ou seja, na forma como igualmente a ignoram. Ao desprezar os nativos de Moçambique, julga marcar a distinção que crê necessária para a sua ascensão na sociedade, dado que as classes mais elevadas retratadas no livro não manifestam qualquer consideração pela população nativa, tornando-se imperativo para as pretensões de Amélia que a filha e o marido se afastem deste grupo (Azevedo, 2010: 28).

Parecia tudo tão simples a quem estivesse de fora, como se não houvesse mais nada a fazer senão sentar-se na varanda, nas cadeiras com almofadas de flores, e jogar canasta, bridge ou mah-jong, comer scones com doce e tomar chá em bules de prata, servido por mãos negras enluvadas de branco. (AP: 137)

A ordem considerada natural das coisas por Amélia é a que vê nos seus passeios ao domingo pela parte nobre de Lourenço Marques, ou seja, os brancos ricos a divertirem-se e os negros a servi-los. A mãe de Gita admira tudo o que é estrangeiro, “sobretudo se são os sul-africanos, louros, de olhos azuis, com dois metros de altura” (AP: 66) e despreza tudo o que é moçambicano. Segundo a sua filha, Amélia “persiste na convicção de que os loiros estão no ponto mais alto da hierarquia das raças e de que os escuros portugueses estão no fundo da escala, logo a seguir a indianos e negros.” (AP: 67). Contudo, Amélia pertence de facto a um mundo que está mais perto do nativo moçambicano por fazer parte do grupo formado pelos colonos brancos pobres, sendo ambos tratados de forma semelhante pelos colonos de classe social mais elevada. (Azevedo, 2010: 29)

As clientes de Amélia desfrutam de um modo de vida totalmente distinto do da restante população residente nesta colónia portuguesa, separados dos outros habitantes, habitam a zona nobre da cidade, o lado dos ricos constituído por “avenidas, longas e largas, espraiadas ao longo de quilómetros” (AP: 105) e não o outro lado “onde a cidade se perdia bruscamente no Caniço” (*ibidem*), e não se misturam com a restante população. Segundo Amélia “o outro lado existia para servir este, levantado em frente ao mar” (*ibidem*):

Ali, as coisas eram defendidas. As casas tinham grandes portões e vedações de ferro pintado, e dissimulavam-se atrás de árvores, na sombra, camufladas com heras, buganvílias e canteiros de flores. Escondiam que tinham dois salões, cinco quartos, sala de jantar, três casas de banho, varandas, escritório, atelier, arrumos, dependências de criados, churrasco, duas garagens, um enorme jardim. (*ibidem*)

A civilização ocidental é o ponto de referência a não perder de vista para o nível elevado de construção social que se pretende atingir em Moçambique, pelo que os nativos africanos têm apenas o dever de se subjugar aos “civilizados”. As clientes de Amélia são um grupo privilegiado que vive à parte e invejado por Amélia que reproduz os valores dos colonos brancos de estatuto social superior.

Esta separação é também sentida por Gita que, no entanto, tem um ponto de vista totalmente contrário: despreza e considera ridículos os grupos de habitantes que constituem as classes mais favorecidas:

Laureano e eu vêmo-los também passar, às vezes a cair de bêbedos, ou encontramos-los a partir garrafas em bares e restaurantes, e não conseguimos atinar com nenhuma superioridade, têm enormes pés e um ar patético de lagosta cozida, porque não se bronzeiam como nós, ficam encarnados e sem pele (...). Não percebemos por que razão a sua pele, obviamente de tão má qualidade, haveria de suscitar admiração. (AP: 66-67)

A personagem principal do romance tem um posicionamento completamente oposto relativamente à estratificação social que vê existir em Lourenço Marques, vivendo à margem das preocupações da sua mãe com quem não se identifica minimamente. Para Gita, a sua mãe afetiva é Lóia, a ama-de-leite que vive na mesma casa, responsável por todas as tarefas domésticas. Gita não compreende nem aceita a preocupação contínua da mãe com a classificação social das pessoas consoante a raça ou o nível económico (Azevedo, 2010: 32). Mas apercebe-se da divisão de classes à sua volta, tal como Amélia:

Os da classe rica são iguais a estes [estrangeiros], a única diferença é que não fazem barulho e falam pouco, instalam-se em hotéis onde exigem que não se admitam crianças e os cabides fiquem à altura do seu braço. Mas não valem mais do que estes, que se amontoam num espaço da praia onde lhes instalaram chuveiros quentes, e nem uns nem outros valem mais do que nós ou do que os negros, por que é que alguém há-de valer mais do que o outro. (AP: 67)

Verifica-se no excerto transcrito que Gita separa os “da classe rica” e os “estrangeiros” de “nós” e dos “negros”. Para esta personagem, a valorização de uns em detrimento de outros, com base em critérios externos à própria pessoa ou que tenham a ver com a cor da pele, não faz qualquer sentido. Durante a sua infância, o seu olhar sobre as pessoas é revelador da ingenuidade característica das crianças relativamente ao mundo à sua volta, onde não há lugar para mais distinções a não ser as que derivam da personalidade de cada um. A personagem principal do romance de Teolinda Gersão diferencia, juntamente com Lóia, apenas as pessoas boas das pessoas más, divisão na qual se inserem a mãe e o pai (Azevedo, 2010: 32). As considerações de Lóia são

utilizadas muitas vezes como forma indireta de expor os seus próprios sentimentos sobre a sua mãe: “Ela não me gosta, diz Lóia falando de Amélia. O coração dela é duro. Mas de Laureano ela diz: Coração grande. E sorri, com todos os dentes brilhantes, voltando para ele a cabeça. “(AP: 22). Gita e Lóia desconhecem a hipervalorização dos hábitos do mundo ocidental e da raça branca, que faz parte do mundo dito civilizado, e que só se adquire por aprendizagem. A filha de Amélia mostra-se incapaz de dar qualquer valor à aparência, aos sinais exteriores da civilização ocidental, por oposição à mãe:

Amélia ralha sempre, depois, porque caiu um pingo de gelado no vestido, ou porque o enrodilhei ao sentar-me. Odeio os vestidos de tobralco, de seda, os boleros e as blusas de renda, as saias de percal, que não deixam os movimentos livres e me fazem sentir um manequim com fitas e folhos pendurados, uma boneca de celulóide, de cabelo aos caracóis e olhos de vidro, parada na vitrine e morta como ela está morta. (AP: 73)

Segundo a narradora da primeira parte, Laureano também pertence à “casa preta” dado que a sua forma de estar em África se aproxima mais dos hábitos e costumes dos nativos. Gita admira no pai o seu caráter e estilo de vida:

Algo na tua cara me faz lembrar um coelho, penso enquanto falas – talvez um certo ar tímido, que poderia parecer esquivo se eu não te conhecesse tanto, a tua forma lépida, quase furtiva, de andar pela casa, o modo como algumas vezes não acabas as frases (...)
Mas o que te aproxima mesmo, é que os coelhos são sempre os mais espertos, nas histórias. O coelho leva sempre a melhor ao leão, ao javali, ao elefante, ao leopardo e a todos os animais da selva. E porque é o mais forte, é ele o rei. (AP: 30-31)

No entanto, Amélia, expressa mais uma vez uma visão totalmente contrária à da filha no que concerne à caracterização que faz do seu marido. Gita reproduz em discurso direto ou indireto livre a violência da caracterização feita por Amélia referente à personalidade de Laureano (Azevedo, 2010: 45-46):

Um coelho, julgas tu, disse na minha direcção, apontando-o com o dedo. Os coelhos são espertos. Mas ele não. Uma marmota, digo eu. Uma marmota é o que ele é, uma estúpida marmota africana sem unhas nem fel. Bom para ser comido e mais nada. (AP: 94-95);

Laureano não tinha ambição, grita Amélia chorando de raiva, sufocada. Mas ela sim, oh, ela sim. Porque a vida não era só isso – fazer amor e ficar depois de mãos dadas no cinema. (AP: 65)

Apesar de pertencerem ao grupo dos colonizadores brancos, Gita e Laureano identificam-se mais com o mundo dos nativos colonizados e não se reveem nas regras ocidentais que Amélia tenta impor no seu espaço doméstico. Pai e filha ocupam um posicionamento próprio na distinção entre os dois grupos sociais retratados, colonos e colonizados, na casa e na cidade de Lourenço

Marques, não pertencendo totalmente nem a um nem a outro, mas fazendo a transição entre estes dois mundos (Azevedo, 2010: 33).

A figura desagradável de Amélia é, assim, utilizada para criticar indiretamente os juízos de valor, os hábitos e a estratificação social ocidentais que são transpostos para o meio africano e com os quais os que se inserem neste ambiente não se identificam. Pelo contrário, ao apresentar Lóia como uma personagem mais aproximada à psicologia dominante ao longo de todo o romance, a narradora contribui para a apreciação positiva desta personagem por parte do leitor, implicando uma maior aproximação a esta figura do que à de Amélia, por quem a antipatia é praticamente inevitável.

A separação entre o mundo dos brancos e o mundo dos negros é, na casa familiar, contrariada não só por Gita como também por seu pai Laureano. O fator económico e racial é determinante na separação social retratada na obra, entre colonos e colonizados, brancos e negros e brancos pobres e brancos ricos, segundo uma lógica de hierarquização eurocêntrica e ocidental (Azevedo, 2010: 46). Gita apercebe-se que o mundo da Casa/Cidade Branca lhe estava vedado por convencionalismos sociais que não fazem parte do mundo africano em que se inclui, sendo ela mesma forçada a incluir-se na estratificação social que tanto repudia, resultante das regras e costumes das sociedades ocidentais. Termina o romance abandonando África, transferindo-se para o mundo ocidental a que teoricamente pertence, mas com o qual não se identifica.

4.4. Sobre a desclassificação do colono português

4.4.1. Passagem para África: transformação de um ocidental

Transição contrária verifica-se no romance de Miguel Sousa Tavares em que a tomada de posse do cargo de governador de S. Tomé e Príncipe parece ser encarada pelo próprio protagonista da narrativa, Luís Bernardo, como uma forma de contrariar a vida sem rumo até então revelada por esta personagem. A passagem desta personagem de Portugal continental para o continente africano resulta da consciencialização, aos 37 anos, da vida vazia e despida de qualquer mostra de grandiosidade até então experienciada, da inutilidade da sua existência, quer a nível pessoal, quer profissional, decidindo-se por um gesto de altruísmo a favor da sua pátria que parece motivado por um desejo íntimo de demonstração a si próprio e aos outros da sua utilidade enquanto cidadão português.

Tudo, na sua figura, na maneira como se vestia, na sua forma de andar, denunciava a sua atitude perante a vida: cuidava da aparência, mas não tanto que isso se transformasse num incómodo; estava a par da moda, do que se passava lá fora, mas não prescindia do seu próprio critério; passar despercebido era motivo de angústia, ser demasiado notado, apontado a dedo, era-lhe

constrangedor. A sua qualidade era não alimentar demasiadas ambições, o seu defeito o de não alimentar, provavelmente, ambição alguma. E, todavia, quando se examinava a si próprio, tentando manter uma distância razoável para análise, Luís Bernardo reconhecia, sem excesso de vaidade, que estava vários planos acima do meio da sua frequência: era mais bem-educado do que os imediatamente abaixo, mais inteligente e culto, menos fútil do que os acima. E assim se foram passando os anos e a sua juventude deslizando ao longo deles. Fora no amor como na vida: as mulheres que verdadeiramente achava irresistíveis pareciam-lhe sempre para além do alcance; as que achava disponíveis pareciam-lhe sempre decepcionantes. (E: 16-17)

O retrato de Luís Bernardo enquanto ainda na metrópole portuguesa corresponde ao de uma personagem desprovida de objetivos de vida concretos, o que não corresponde ao elevado nível intelectual que ele mesmo considera caracterizá-lo. É uma personagem desprovida de ambições, quer a nível pessoal, quer no que respeita à sua faceta profissional. Apesar de aparentemente integrado no meio social em que se movimenta, na realidade Luís Bernardo não encontra o seu próprio espaço entre as pessoas que o rodeiam, considerando-se a si mesmo como dotado de mais e melhores qualidades distintivas respeitantes à personalidade e carácter quando confrontado com os seus pares, vendo-se também como comparativamente superior no que respeita às faculdades intelectuais. O seu permanente descontentamento em relação ao setor feminino estaria relacionado com um nível elevado de autoconceito que não lhe permitiria encontrar simetria na imagem das mulheres disponíveis que se lhe apresentariam. Considera-se de valor mais elevado em comparação com os elementos do grupo social a que pertence, embora o seu estilo de vida desconstrua a autoimagem que parece ter interiorizado. De facto, Luís Bernardo não desempenha qualquer papel de relevo no meio social lisboeta, limitando-se a tirar partido da ausência de responsabilidades que caracteriza o seu dia-a-dia.

D. Carlos de Bragança parecia um pacóvio fardado de Rei; ele parecia um príncipe disfarçado de burguês. (...) [Luís Bernardo] Estivera noivo, uma vez, de uma menina muito nova, bonita, dotada, com um devastador peito de adolescente que lhe subia acima dos decotes onde ele se prendia em contemplação e onde, por duas vezes, passeara as mãos, encostara o nariz e destapara para melhor o devassar com os olhos e sem pudor. Chegara a oferecer-lhe o anel de noivado, houve data apalavrada entre a sua tia Guiomar, que fazia as vezes de mãe, e o putativo sogro, mas ele tropeçara finalmente na ignorância da noiva, que confundia Berlim com Viena e supunha que a França ainda vivia em monarquia. Imaginou os anos todos pela frente ao lado daquele peitinho de rola, a pasmaceira dos serões, a imbecilidade da conversa, o desfastio dos almoços de domingo em casa do sogro, e bateu em retirada, sem elegância nem circunstância, insultado aos gritos pelo pai do peitinho de rola em pleno Grémio, saindo de mansinho, vexado mas aliviado, pensando para consigo, e com razão, que tudo se resolveria com quinze dias de maledicência de que ele seria o alvo e depois, outra vez, a vida inteira à sua frente. E a tanto se resumiram as suas tentativas daquilo a que os outros chamam «uma vida a dois». (E: 16-17)

A superioridade cultural e intelectual em que esta personagem se tem em conta quando se confronta com os que convive na sociedade lisboeta em que se movimenta, impede-o não só de encontrar uma parceira amorosa, mas também de fazer aquilo de que realmente sente vontade quando desafiado por D. Carlos para o posto em S. Tomé e Príncipe, ou seja, recusar a proposta. A

governança do arquipélago é uma forma de contrariar o percurso de vida passado que poderia ser considerado oco e vazio, não correspondendo ao elevado nível de consideração em que inconscientemente se coloca quando mede o seu estatuto social no meio lisboeta. A mudança para S. Tomé e Príncipe não se deve a uma tomada de posição resultante das suas convicções ou ideologias políticas, mas é, sobretudo, a consequência de uma série de fatores que se conjugam e fazem com que se sinta na obrigação de desempenhar condignamente o que, tanto ele como os que o rodeiam, consideram ser seu dever enquanto cidadão português:

A decisão de partir não fora tomada de repente, sob um impulso. Tinha-a tomado aos poucos, insensivelmente, como se no fundo, desde o princípio, desde aquela tarde em Vila Viçosa, o destino lhe tivesse escapado das mãos e já não fosse a sua vontade que o comandava. Mais tarde, sentira que, de facto, fora vítima de uma cilada, em que todos pareciam conjurados para o empurrar para ali, onde estava: tinham sido as palavras do Rei, secundadas pelas do conde de Arno; os argumentos do João, fazendo-o sentir-se envergonhado se dissesse que não ao Rei; a proposta de compra da Insular, tão extraordinariamente caída do céu, justamente naquela altura. Fora-se sentindo cercado, empurrado, cada vez mais fechado dentro de um círculo de circunstâncias, de onde já não havia fuga, pelo menos honrosa. Tinha sido desafiado o seu espírito de aventura e de descoberta, o seu sentimento de dever patriótico e de serviço de uma causa nobre, a sua coerência de ideias e de carácter e, acima de tudo e como dissera o João, a necessidade de marcar, pela grandeza de um gesto, inesperado e altruísta, a legitimação de uma vida até então apenas confortável e ociosa. Fora assim que tinha sido cercado. (E: 95)

O protagonista do romance de Miguel Sousa Tavares aceita a posição de governador da mais pequena colónia portuguesa em África como sendo um desafio que coloca em prova o seu elevado autoconceito. Não encontrando justificação plausível para a rejeição do desafio que lhe é proposto, sem que o alto conceito em que se tem sofresse uma diminuição aos seus próprios olhos e aos da sociedade envolvente, cede à proposta do Rei D. Carlos. Luís Bernardo não encontra uma escapatória suficientemente dignificante que lhe permita recusar a proposta do rei sem que a sua autoestima saia abalada, considerando, ainda, que a sua projeção social seria afetada pelo voltar de costas que se sente tentado a fazer a esta missão de que se vê incumbido pelo monarca. Luís Bernardo é, no fundo, um comodista, no entanto, é um comodista vaidoso e acaba por aceitar o cargo não tanto por patriotismo, mas antes pela consideração e estima que sente por si próprio. São estes os principais fatores impulsionadores da sua tomada de posse do cargo administrativo mais elevado na pequena colónia africana. Luís Bernardo, surge, logo desde o início do livro, retratado como sendo uma personagem solitária e egocêntrica que vê na sua posição de governador de S. Tomé e Príncipe uma oportunidade de provar a si mesmo e à sociedade que o rodeia a sua distinção relativamente aos que o circundam.

A aceitação do desafio proposto pelo rei de Portugal não se coaduna, contudo, com a sua personalidade de amante da vida fácil e confortável no seio da elite da sociedade lisboeta em que se movimenta, constituída por todo um ritual de receções e festas sociais, em que seriam habituais

as temporadas passadas nos circuitos considerados mundanos e pontos de encontro da camada elevada da população da capital de Portugal. A cedência ao desejo do monarca consiste numa alteração profunda dos seus hábitos e estilos de vida, já prevista na rápida investigação que faz sobre a colónia para onde estaria prestes a viajar, conforme refere na carta de despedida à sua última conquista feminina em território de Portugal continental:

Em nome disto, dispus-me a aceitar a liquidação sumária e expedita de tudo aquilo que, até aqui, constituiu a minha vida. Abandono casa, família e amigos; abandono comodidades e confortos, hábitos sociais e de cultura, sem os quais não suponho sequer o que possa ser o dia-a-dia. Abandono o meu próprio trabalho, o meu negócio, e vendo à pressa a minha empresa, para me ir enfiar numa ilha, no meio do mar e no fim do mundo, para onde os condenados preferiam morrer a embarcar e para onde, ao que sustentam os ingleses, os próprios negros só embarcam à força. Mas de tudo isso não me queixo, visto que há alturas em que é o destino que se impõe à nossa vontade e que razões mais altas do que as pessoais devem passar à frente de tudo o resto: servir o meu país o melhor que posso e sei, numa hora de necessidade, e ser digno de quem me achou digno desta tarefa, é, sem dúvida, uma dessas ocasiões em que não há escolha nem liberdade própria. (E: 99)

A grandiosidade do seu gesto é vincada pela própria personagem nesta carta, em que expressa ter consciência das privações pelas quais se irá pautar a sua passagem pelo território ultramarino português. Luís Bernardo é apenas mais um português que encara a sua transição para a colónia como um degredo, neste caso imposto a si próprio mais por uma questão de vaidade pessoal que por motivos externos à sua pessoa. O protagonista de *Equador* parece querer redimir-se da vida fútil levada até então, pelo que se decide por um gesto de altruísmo em prol do seu país que considera coincidir com a imagem que faz de si próprio e elevá-lo também aos olhos dos outros portugueses. Por outro lado, a aceitação do convite é também motivada pelo facto de esta personagem temer o julgamento social de que seria alvo se a resposta fosse a recusa. Luís Bernardo é, assim, uma pessoa que se preocupa essencialmente com o que os outros pensam de si.

Mas o que de tudo lhe causava mais angústia nem era a falta de distrações, para as quais já se tinha mentalizado. Era a angústia de quem se preparava para se fechar três anos, numa pequena ilha, perdida no vazio do mar e cercada de selva virgem, onde tudo devia ser desesperadamente igual e monótono cada dia. Por alguma razão, São Tomé fora, até há uns quarenta anos atrás, a colónia penal favorita para enviar os piores degredados do reino. Que prisão mais perfeita do que aquela lhe poderiam ter dado para governar? (E: 119)

A sua mudança para o Equador consiste numa alteração radical das condições de vida a que se habituou até à data. Homem mundano, habituado ao conforto dos ambientes citadinos, enfrenta agora a perspectiva de deslocação para um meio totalmente oposto, associado à selvajaria característica de povos socialmente inferiores, ou seja, às civilizações não ocidentais. A missão que lhe é incumbida é a de governar uma colónia em tudo diferente no que respeita às condições de vida a que está habituado, para a qual a população europeia só se muda sob motivos de força

maior. A governação de Luís Bernardo da pequena colónia portuguesa é considerada pelo próprio um desterro imposto por si mesmo à sua própria pessoa, por uma questão de mero altruísmo patriótico e não de vaidade pessoal, conforme efetivamente é.

O protagonista do romance sofre uma alteração profunda no seu retrato à medida que decorrem os acontecimentos na obra. A transformação na caracterização de Luís Bernardo, de homem apático e sem grandes convicções para um ser profundamente empenhado na missão que se propôs desempenhar em África, vai-se dando gradualmente ao longo do romance até assumir proporções quase obsessivas já mais perto do final da narrativa. De homem com poucas ambições e com um estilo de vida medíocre, conforme é apresentado pelo narrador no início da obra, passa a governador obcecado com a missão que se propôs cumprir, passando por cima do que os outros pensam sobre ele, de tal forma está empenhado em modificar o estado de coisas no arquipélago que dirige. O carácter da personagem central do livro vai evoluindo durante a ação até chegar a um ponto em que o próprio leitor se angustia com o estilo cego e desenfreado com que Luís Bernardo parece querer fazer impor as suas ideologias aos outros, mesmo que estas sejam consideradas moralmente corretas nos dias de hoje. Contrapõe os argumentos expostos pelo seu amigo João que defende a normalidade da exploração do trabalho dos africanos por ser prática corrente em todas as potências coloniais:

- Não, João, são coisas diferentes. Já não temos servos da gleba em Portugal há muitos anos. Os trabalhadores podem ser maltratados, mas são sempre livres de se irem embora, mesmo que isso, em muitos casos, possa significar a fome. Mas, aqui, eles estão a cinco mil milhas de oceano de casa. Eles não são de cá, João, vê se percebes a diferença! Para se poderem ir embora é necessário que não caiam na armadilha de pôr o dedo num contrato de renovação que não querem e que não sabem o que significa e que nós os repatriemos por mar para as terras de Angola onde os fomos buscar. Ora, tudo pode parecer muito legal, o filho da mãe do curador, que devia vigiar pelos direitos dos trabalhadores e que está obviamente feito com os roceiros, pode-me apresentar milhares de contratos de renovação e números onde se prova que, como no ano passado, apenas quatro - quatro, João! - quatro trabalhadores quiseram voltar para casa. E isso significa o quê? A meus olhos, significa tão simplesmente, trabalho escravo disfarçado em papéis pseudo-jurídicos. E talvez tu não estejas lembrado de uma coisa, João: eu fui convidado para este cargo porque sou contra o trabalho escravo e o disse e escrevi. E porque tu, entre outros, me explicaste que tinha o dever de consciência de pôr em prática as minhas ideias, uma vez que tinha sido convidado exactamente por causa delas. Eu não vim para cá para pactuar, para enganar o inglês ou enganar a minha consciência. Porra, para isso ficava em Lisboa que, acredita, é bem mais cómodo e agradável! (E: 302)

As alterações de carácter desta personagem vão-se tornando cada vez mais notórias ao longo do desenrolar da ação – de homem pouco ambicioso e socialmente pouco interventivo, ao qual apenas interessa o seu bem-estar pessoal, passa-se para o oposto da sua caracterização agora em terras africanas. O governador de S. Tomé já não se importa com o que dele dizem ou pensam e põe em causa a sua tranquilidade e conforto a nível social, interessando-se exclusivamente pelos direitos dos cidadãos nativos africanos e tentando a todo o custo, contra tudo e contra todos, fazer

prevalecer as suas ideologias sobre a escravatura encapotada dos sistemas coloniais. O egoísmo e egocentrismo inicialmente caracterizadores desta personagem dão lugar a um altruísmo de proporções excessivas, na medida em que coloca em risco o seu cargo político e a sua própria segurança na colónia que dirige. A teimosia de Luís Bernardo em levar as suas convicções avante tem consequências desastrosas na sua imagem perante os colonos do arquipélago. São sempre outras personagens que têm de lhe fazer ver os resultados negativos das suas escolhas e comportamentos, dado que Luís Bernardo não tem a destreza nem a experiência política necessárias à previsão das consequências dos seus atos, não adiantando as possibilidades interpretativas dos seus gestos pelo público que o envolve:

Na mesa de Luís Bernardo, o conde Sousa Faro fizera praticamente todas as despesas da conversa. Era uma espécie de decano, em antiguidade, em linhagem e em conhecimento da colónia. (...) Findo o desagradável e longo jantar (como ele se arrependia de ter destinado quatro pratos e três sobremesas!), Luís Bernardo puxou o conde por um braço e disse-lhe:

- Gostaria que me concedesse uns momentos a sós. É possível?

- Claro que sim, meu caro governador! Tem um cognac e um charuto que me ofereça?

(...)

- Conde, queria fazer-lhe uma pergunta sincera, para a qual lhe peço o favor de uma resposta igualmente sincera: a que devo esta descortesia da colónia?

- Refere-se às ausências?

- Inúmeras, algumas nem sequer justificadas.

Souza Faro puxou com prazer uma baforada do seu charuto, antes de responder. Visivelmente, agradava-lhe aquele papel de conselheiro.

- Quer que lhe diga a verdade, não é assim?

- Já agora...

- Pois bem, a verdade é que a colónia não gosta de si. Sempre desconfiou de si, mesmo antes de você chegar e, ao longo deste ano, as desconfianças acentuaram-se e acho que a antipatia já é irremediável.

- E porquê?

- Porque pensam que você está mais virado para entender e abraçar as razões e os interesses dos nossos inimigos do que os nossos.

- E porquê, pergunto-lhe outra vez?

- Bom, por um lado, é evidente e toda a gente vê que você, meu caro, caiu sob o charme do inglês e da sua mulher: são os seus amigos de estimação em São Tomé. Toda a gente sabe isso e você, honra lhe seja, não o tem escondido.

- E acham, você acha, Souza e Faro, que as minhas relações pessoais podem determinar a minha opinião e a forma como exerço o meu mandato?

- Quer a verdade, outra vez? Eles acham e eu acho que sim. (E: 345-346)

Aliado a isto, surge o relacionamento que o governador mantém com o casal de ingleses, o cônsul David Jameson e a sua mulher Ann, escolhidos para amigos íntimos por se destacarem pelo elevado nível cultural e social que representam numa sociedade que Luís Bernardo considera medíocre e vazia. Luís Bernardo mostra que não tem consciência da forma como os outros veem a sua amizade com o casal de ingleses com quem mantém uma relação de amizade à vista de todos e um relação amorosa às escondidas. A inabilidade política deste governador está constantemente presente ao longo de toda a ação da obra pela propensão em agir consoante o que sente e pensa,

não dando a devida importância às conveniências ou à opinião dos outros, sendo este o seu pecado capital.

Luís Bernardo acha, erradamente, que todos à sua volta farão o exercício de se colocar na sua pele, compreendendo o que o move. Considera-se arrastado pela solidão e por condicionantes intrínsecas ao ambiente africano onde agora se movimenta:

Poderia alguém condená-lo por se ter apaixonado por Ann? Quantos homens não se teriam apaixonado por uma mulher tão fantástica, para mais ali, onde tudo era diferente, desde a premência dos sentidos até às regras de comportamento social? Ali, onde todos os instintos eram vorazes, onde o desejo crescia como as simples plantas que se transformavam em árvores de um dia para o outro, onde os negros se passeavam quase tão nus como os animais, onde o calor, a lassidão e a lonjura, diluíam aos poucos o que noutra lugar estaria seguro por regras e convenções acatadas sem esforço? Ali, onde cada mulher acabava por se tornar apetecível para um homem só, e onde a simples presença e a figura de Ann se tornava uma tortura aos olhos de qualquer homem?
(E: 464)

Quando Luís Bernardo faz o exercício de tentar desculpar-se pelos erros cometidos, toma em linha de conta as circunstâncias totalmente diferentes em que se encontra agora em terras africanas, como se estas lhe despertassem de forma inexorável os sentidos e os sentimentos mais básicos, o que não acontece em outros ambientes mais sofisticados. O ambiente africano é associado à sensualidade libidinosa do ser humano, fazendo despertar os instintos mais animais pela influência da exuberância da paisagem e do calor tropical, aliados ao isolamento civilizacional do território. Luís Bernardo vê-se a si próprio como uma pessoa cuja racionalidade foi condicionada pelo meio envolvente, como se este tivesse o poder de adulterar o seu discernimento sobre as situações, principalmente no que respeita à sua vida amorosa. Contudo, no conflito que o opõe aos colonos das ilhas, está sempre implícito o julgamento que continua a fazer de si mesmo como distinto dos portugueses comuns com quem lida, devido a uma superioridade moral e intelectual que o separa dos restantes membros da comunidade colona portuguesa, não tendo nunca em conta que as circunstâncias vividas na colónia por estas pessoas, já há muito mais tempo em África do que ele, podem também afetar o comportamento deste grupo de brancos igualmente deslocados da sua terra natal.

- Ah, os factos que aqui temos! - Luís Bernardo falava num tom de ironia cansada, como quem se aborrece por ter de explicar coisas evidentes por si. - Sabe quais são os factos que temos, agora? São cinco assassínios, uma revolta que, se não for travada já, poderá alastrar às outras roças da ilha e talvez até a São Tomé. E tudo isto a poucos dias da chegada do Príncipe da Beira e do ministro das Colónias, cuja visita aqui ao Príncipe terá obviamente de ser cancelada, devido ao ambiente que a sua interpretação negligente dos factos permitiu que se instalasse. Não duvide de que o tornarei pessoalmente responsável por isso e pelo que demais vier a suceder!

À volta deles tinha-se aglomerado agora uma pequena multidão, constituída por todos os brancos da roça. O ambiente era claramente hostil para com Luís Bernardo. Olhos injectados de sono, de raiva ou de antigas febres olhavam-no com indiferente animosidade ou mesmo desdém. O ar estava carregado de violência reprimida, de cheiro a sangue por derramar, de muita dureza, muito cansaço e muitas frustrações longamente abafadas. Naquela hora de confronto e de perigo,

teriam esperado que o governador estivesse com eles: brancos contra pretos, cristãos contra selvagens, sem lei nem moral. E eis que lhes chegava aquele emproado político lisboeta, de discurso fácil e demagógico, falando em nome do Estado ou da justiça, como se esses palavrões pudessem significar alguma coisa para eles, que estavam ali, não de passagem, mas condenados ao Inferno sem fim à vista. (E: 412-413)

Luís Bernardo só tem em conta a influência do meio envolvente quando pondera a sua própria atuação em África, apesar de se encontrar há apenas dois anos neste continente, não considerando este fator quando julga o comportamento dos colonos portugueses, ainda mais quando estes, ao contrário do governador, não se encontram de passagem mas tomam estas terras como a sua pátria de adoção, o território ultramarino onde escolheram residir de forma permanente. Por outro lado, os próprios colonos denotam nas falas de Luís Bernardo a inferiorização que nelas está implícita no que concerne às suas mentalidades e ao desempenho das suas funções em terras africanas, considerando-se traídos por quem deveria estar do seu lado. Neste trecho acima reproduzido, Luís Bernardo encontra-se na ilha do Príncipe a tentar controlar uma revolta de trabalhadores de uma das propriedades desta ilha. Os negros ao serviço desta roça, cansados de serem maltratados, exigem melhores condições de trabalho. Luís Bernardo deslocou-se ao Príncipe com o propósito de resolver o conflito entre negros e brancos, no entanto usa a ironia e um tom condescendente quando se dirige ao responsável pela plantação, como se este e os que o acompanham fossem incapazes de entender as evidências da situação que enfrentam.

O governador de S. Tomé e Príncipe não esconde as suas ideias negativas em relação aos colonos das ilhas nem a amizade que sente pelo casal que é encarado como inimigo da nação portuguesa. Por outro lado, sofre uma modificação de personalidade ao encontrar-se, pela primeira vez, a desempenhar uma função que considera de interesse nacional, deixando com que esta ideia ofusque tudo o resto à sua volta, inclusivamente a preocupação que anteriormente sentia com a imagem transmitida à sociedade que o rodeia. A alteração do retrato do protagonista do romance é evidente, principalmente quando a sua obsessão em relação à realização da missão que o levou a África é logo vista através dos olhos do seu melhor amigo com quem anteriormente se identificava a nível intelectual e ideológico e, melhor do que ninguém, o conhecia e compreendia. Pouco tempo depois do início das funções de Luís Bernardo no arquipélago africano, João já não consegue perceber o amigo nem as razões pelas quais este parece levar tão a peito a sua incumbência governativa:

A seus olhos, via, de repente, um homem de sociedade, que se tinha tornado num solitário; um homem tolerante e que adorava a controvérsia, que se tinha tornado estranhamente intransigente; um homem tão desprendido e mesmo fútil em tantas coisas, que agora quase se dava ares messiânicos, como se o mundo inteiro tivesse os olhos postos na sua obscura tarefa, ali, nos confins do mar, naquele arremedo de terra e de civilização. Estaria tomado pela importância que atribuía à sua própria missão, sob pena de se sentir ali totalmente inútil, desperdiçando um

precioso tempo que poderia gastar algures, a viver? Estaria transtornado pela solidão, pelo silêncio das noites e noites consecutivas a falar e a ouvir-se falar sozinho? Estaria perdido, teria perdido o sentido da proporção das coisas? (E: 303)

Ao analisar a situação do seu amigo, João considera que a mudança da personalidade de Luís Bernardo é óbvia. João toma sempre em linha de conta o facto de este se encontrar num pequeno arquipélago perdido em África, pelo qual ninguém se importa e do qual a maioria das pessoas desconhecem sequer a sua existência. Na verdade, para João esta colónia é apenas um pedaço de terra insignificante e distante. Os seus pensamentos em cima descritos expressam a opinião generalizada de Portugal continental quanto à globalidade das colónias e em particular no que respeita a um território de reduzidas dimensões e elevada distância geográfica do continente europeu.

Sem que disso se dê conta, Luís Bernardo acaba por virar contra si a população branca das ilhas, vivendo numa espécie de cegueira ideológica que ofusca todos os restantes propósitos da sua mudança para o arquipélago:

Preparava-se para retomar o trabalho, depois do almoço, quando o Sebastião lhe veio anunciar a mais do que inesperada visita do delegado do procurador da República, João Patrício. Desde aquela longa manhã no tribunal, só se haviam voltado a falar, por dever de ofício, aquando da cerimónia de apresentação das autoridades locais ao príncipe D. Luís Filipe. A única coisa que os ficara a unir era o ódio e o desprezo mútuos. Depois de introduzido na própria copa, Luís Bernardo fez-lhe sinal para que se sentasse e, com um gesto de mão, indicou-lhe que aguardava que dissesse ao que vinha. Ele assim fez:

- Como julgo que sabe, considero que o senhor, senhor governador, traiu a sua missão e os interesses de Portugal, com a forma como tem desempenhado aqui o seu mandato. Muita gente pensa como eu, pessoas que aqui vivem e verdadeiramente amam São Tomé e Príncipe, não se limitando a estar aqui de passagem e com um olhar sobranceiro e desprezivo sobre tudo isto.

(...)

- Pare de ver se me mete medo e pare com esses seus mistérios idiotas: diga lá de uma vez por todas em que consiste a sua chantagem!

- Se até amanhã o senhor Jameson não enviar este relatório para Londres, eu estarei aqui para o prender a si.

- Prender-me? - Luís Bernardo soltou uma gargalhada pouco espontânea.

- Sim, como sabe, eu tenho legitimidade para mandar prender à ordem do tribunal qualquer pessoa no território, incluindo o próprio governador.

- E qual é a acusação em que pretende fundamentar a minha prisão - não me diga que é a de traição à Pátria?

- Não: é a de adultério. (E: 490-492)

O isolamento da personagem é cada vez mais óbvio e a sua estadia em África é suportada apenas pelo relacionamento amoroso que mantém com Ann, estando próximo o seu fim trágico. Luís Bernardo não consegue escapatória para a humilhação que se avizinha com a formalização da acusação de adultério, sabendo-se culpado.

Acaba por lutar sozinho pela prossecução dos seus objetivos, sem que ganhe aliados que o apoiem nas reformas que pretende implementar, o que vai ser determinante para o insucesso da sua causa e para o seu fim.

- O que esteve errado, meu caro governador, é que você não se limitou a seduzir o inimigo: você seduziu-lhe também, e no sentido literal, a sua lindíssima mulher.

Luís Bernardo não mexeu nem um músculo da cara. Deixou que o ministro continuasse, como um pai ralhando a um filho:

- E, ao fazê-lo, você transformou um amigo em inimigo. Eu estive com ele há pouco e posso-lho garantir. Você saberá as razões pelas quais, em vez de lhe enfiar um tiro – o que, apesar de tudo, seria para si um honroso fim por amor - ele preferiu ameaçar-me com um relatório devastador para os nossos interesses e para o prestígio do seu mandato.

Luís Bernardo entrara na sala para a conversa com o ministro com uma raiva que lhe parecia capaz de tudo levar avante. Saía agora como um assaltante apanhado na sua própria ratoeira. Tudo pesado, preferiu render-se ao ministro, na intimidade daquela sala, do que render-se ao mundo inteiro, à luz do dia. (E: 459)

No final da narrativa, a imagem de Luís Bernardo é a de um governador completamente derrotado na missão que se propôs realizar em África. Além de ter virado os colonos contra si, o que o impede, nesta sociedade colonial, de concretizar a mudança de comportamentos, conotada com as sociedades verdadeiramente desenvolvidas e necessária à efetivação das suas intenções humanitárias quanto à população negra, mantém um relacionamento adúltero com a mulher do cônsul inglês, fazendo com que termine também a amizade suporte da sua estadia nas ilhas. São igualmente estes os motivos pelos quais não encontra apoio por parte do governo português que lhe censura a forma como conduziu o desempenho das suas funções, considerando que perdeu o sentido fundamental da sua missão na colónia ao revelar falta de profissionalismo na decisão de se envolver com uma mulher vista como fazendo parte da oposição às práticas coloniais portuguesas e de sensibilidade necessária à conquista dos colonos portugueses. O isolamento trágico de Luís Bernardo nestas ilhas é o resultado de um homem sem sentido político de preservação da sua imagem social que lhe permita pôr em prática as suas convicções e de uma pessoa que se deixa guiar exclusivamente pelos seus princípios e emoções, características que determinam um percurso governativo constituído de erros vistos como fatais na política.

Note-se as considerações do narrador perto do final da narrativa, quando já se avizinha o suicídio de Luís Bernardo:

Apesar de tudo, apesar de toda a solidão daqueles dois anos, apesar do aborrecimento sem fim daqueles dias, do sufoco daquele clima, apesar daquela ser a terra do seu angustiante amor por Ann e a terra onde aprendera a ler o ódio no olhar dos outros, ele amava aquela ilha, o verde da mata, o azul do mar e o cinzento translúcido do nevoeiro que o envolviam, como se o protegessem nos seus braços de seiva, de sal, de névoa. Agora, que o seu mundo de outrora se tornara apenas uma recordação antiga, alimentada em notícias de jornal ou esparsas cartas de amigos, aquela paisagem das ilhas era o que lhe restava de íntimo, de familiar, de território seu. Agora, que tudo parecia aproximar-se do fim, ele compreendia pela primeira vez o que sempre lhe parecera incompreensível: o apego de tantos homens brancos a África, aquela ligação desesperada e quase doentia que prendera tantos para sempre àquelas ilhas, de que só pensavam partir, mas de que verdadeiramente não conseguiam desprender-se. (E: 495-496)

A influência das ilhas de S. Tomé e Príncipe em Luís Bernardo é dada a entender ao leitor como estando perto de ser considerada como uma dependência fatal que leva inevitavelmente o protagonista do romance à sua destruição final. A espiral recessiva em que esta personagem se deixa enredar desde a sua chegada ao arquipélago africano até ao final do livro, é entendida como um encantamento que arrasta a personagem, modificando até a sua personalidade. A terra a que chegou parece envolvê-lo como se de um vício se tratasse, embora a princípio não se dê disso conta. Só perto do seu final trágico é que Luís Bernardo se apercebe de que se deixou embriagar por África como se esta detivesse um poder quase mágico que lhe absorveu todos os sentidos e todo o seu discernimento de homem mundano habituado a lidar com todas as situações. Luís Bernardo entende agora que este é o efeito que África tem o condão de exercer nos que acolhe e que acabam por se apegar de forma irremediável àquelas paragens, fazendo com que nunca mais regressem aos seus territórios de origem. Mesmo a paixão avassaladora por uma mulher como Ann, casada com um amigo e inalcançável em todos os aspetos, é colocada no livro como se resultasse de um feitiço mais forte que a sua personalidade de homem vivido e experiente, mais habituado a usar as mulheres a seu belo prazer do que a ser um juguete nas suas mãos. O ambiente africano retratado no romance de Sousa Tavares apodera-se da personagem principal, parecendo ser o principal responsável pela transformação a que o leitor assiste no decorrer da obra, conduzindo-a fatalmente ao estado obsessivo em relação ao qual nada na sua caracterização inicial faria prever.

No fim de contas, a amante que conduz Luís Bernardo à morte é África.

4.4.2. Representação negativa do colono de S. Tomé e Príncipe

As ideias de Luís Bernardo publicadas num artigo de opinião sobre o colonialismo português são o fator determinante da sua condição de “degradado” em S. Tomé e Príncipe:

Defendia ele [Luís Bernardo] um colonialismo moderno, de matriz mercantil, centrado na exploração efectiva das coisas que Portugal tivesse capacidade para levar a cabo, através de empresas vocacionadas para a actividade em África, geridas com espírito profissional e «atitude civilizacional», e não mais «entregue aos desígnios dos que aqui não sendo ninguém, lá se comportam como sobas, piores do que os que encontraram, e não como europeus, idos da civilização do progresso, ao serviço do seu país». (E: 14)

Luís Bernardo parte para o território ultramarino português interiorizando a sua missão de convencer os ingleses da ausência de trabalho escravo na colónia portuguesa como a oportunidade da sua vida de demonstrar a si próprio e aos outros o seu valor enquanto cidadão, por demonstrar

nesse gesto haver coerência entre as suas ações e as suas palavras. Repare-se que a sua visão do colonialismo português, resumidamente exposta na passagem transcrita, é de cariz essencialmente negativo no que respeita ao desempenho local dos responsáveis pelo povoamento das colónias. Com a ideia de que estes se comportam nos territórios ultramarinos como “sobas” incivilizados que compensam o papel social irrelevante desempenhado na sociedade ocidental de Portugal continental com o autoritarismo cego frente aos que consideram inferiores a nível racial e cultural, revela, desde logo e ainda antes da sua partida para S. Tomé e Príncipe, que o futuro governador do arquipélago africano de jurisdição portuguesa se considera também superior intelectualmente em relação aos portugueses que habitam as colónias. O leitor apercebe-se cedo de que Luís Bernardo tem, à partida, uma imagem dos colonos portugueses como seres que são, também eles, intelectualmente inferiores, cujo estilo de vida de comando sobre terras e pessoas não corresponde ao seu real valor individual verificado na metrópole.

A maioria da população branca deste arquipélago português representada no romance não se encontra naquele território por escolha própria, ou como resultado da sua livre e espontânea vontade, mas sim por outros motivos. Estas ilhas não são o local escolhido para viver como resultado da livre iniciativa da sua população, quer se trate de brancos ou de negros. Ilhas desertas aquando da sua descoberta, não têm, portanto, população considerada autóctone, pelo que os seus habitantes são pessoas originárias de outros locais pelos mais diversos motivos que, salvo uma ou outra exceção, quase nunca consiste numa escolha pessoal de um local mais aprazível para viver ou que proporcione melhores condições, mas antes no resultado de diversas outras condicionantes dos seus locais de origem. No que diz respeito à população branca das ilhas, a relutância relativamente à mudança para este arquipélago acontece devido à falta de condições de habitabilidade e à ausência de infraestruturas que caracterizam o arquipélago:

Quanto ao mais, como lhe dissera o capitão Ascêncio em Lisboa, não havia quase nada em São Tomé. Não havia um único automóvel e, logicamente, nem um metro de estrada digna desse nome em toda a ilha. O melhor meio de locomoção e transporte do cacau entre as roças e a cidade eram os navios de cabotagem de algumas roças. Só na capital e no seu centro havia iluminação pública, com candeeiros a petróleo, que era importado da Rússia. Não havia criação de gado, nem frota de pesca, sequer artesanal. Havia telégrafo, mas apenas nos correios públicos e cinquenta e dois telefones em toda a ilha, exclusivamente internos e dos quais trinta e quatro estavam ao serviço da administração - talvez para que alguns funcionários pudessem avisar para casa que estavam a caminho para o almoço. Não havia nenhuma fábrica ou indústria digna desse nome, excepto a secagem e embalagem de cacau. Não havia um teatro, um animatógrafo, uma sala de concertos, uma banda musical. Luís Bernardo, que lera a lista exaustiva de todas as importações das ilhas nos últimos vinte anos, chegara à conclusão de que existia um único piano na província, importado pelo marido de alguma nostálgica senhora, no ano anterior. «Deve ser mais animado - pensou ele - ser governador de uma quinta no Douro». (E: 119)

Os colonos de S. Tomé e Príncipe responsáveis pelas roças encontram-se sozinhos no terreno a enfrentar as dificuldades inerentes à vivência num território em tudo completamente distinto dos de suas origens, onde, no entanto, a influência da metrópole é evidente:

Embora ao fim de um tempo, as paisagens e o ambiente das roças já se tivessem tornado monotonamente familiares e quase sempre iguais, [Luís Bernardo] nunca deixara de se espantar com as construções, em particular com as Casas Grandes das roças. Ficava sempre maravilhado com a sua arquitectura de linhas rectas e compridas, as suas paredes de um branco imaculado, os seus telhados de telha de canudo, como nas aldeias de Portugal, os algerozes em latão que corriam sob os beirados para escoar a água da chuva dos telhados, os soalhos de madeira de tábua corrida, as pesadas portas de madeira escura, envelhecida pelo verniz e pelos anos. Imaginava quantas viagens de barco tinham sido necessárias para trazer da Europa tudo o que ali estava à vista e que não era fabricado nas ilhas, as maçanetas de porcelana branca das portas, os serviços de loiça dos louceiros das copas e salas de jantar, as camas Dona Maria e D. José onde várias vezes dormia, os jarros e bacias de loiça dos quartos, os crucifixos e quadros com santos ou paisagens alheias e absurdas, as painéis de ferro e de cobre das cozinhas, os espelhos de cristal dos salões, os sofás de veludo ou de couro velho, os lustres de pendentés dos tectos, os potes e jarras de Cantão, os móveis da Índia em madeira preta rendada, os dois pianos de cauda que encontrara em dois salões e até o gramofone que vira no salão de outra roça, provando que o seu não era o único na ilha. Quando, como sempre sucedia nas grandes roças, os administradores não eram também os seus proprietários, as Casas Grandes permaneciam desabitadas o ano inteiro, à espera da visita dos donos pelo Verão - época da gravava, o tempo seco. (E: 207-208)

Grande parte da população colona representada no livro consiste em funcionários da administração pública local, como, por exemplo, o juiz responsável pelo julgamento dos trabalhadores evadidos da roça:

O juiz suspirou. Puxou do lenço novamente e desta vez limpou umas gotas de suor que se lhe tinham formado nas têmporas e na testa. Velha raposa de tribunal, a quem dois julgamentos mal sucedidos e que, para azar seu, tinham tido ampla cobertura da imprensa, haviam conduzido a São Tomé, o Dr. Anselmo de Sousa Teixeira procurou ganhar tempo, interpelando o estupefacto procurador régio. (E: 354)

O juiz é somente mais um exemplo de uma personagem que se encontra desterrada neste arquipélago por motivos alheios à sua vontade. Mesmo os que inicialmente escolheram estas ilhas como destino acabam por nelas permanecer contrariados. Repare-se, a este propósito, em Agostinho de Jesus Júnior, o secretário-geral do governo:

Assim que pôs pé em terra, avançou para ele um sujeito baixinho, de fato preto completo, com colete, gravata e camisa branca cujos colarinhos o suor tinha já manchado. Aparentava ter uns quarenta e poucos anos e apresentou-se-lhe como sendo Agostinho de Jesus Júnior, secretário-geral do Governo, o que ali significava secretário do governador. Catorze anos de São Tomé e, «com V. Ex.a, o quarto governador que tenho a honra de servir». Transpirava suor, respeito, cansaço e acomodação: visivelmente, era um desses portugueses que tinham vindo para África por ambição e sonho e que por aqui se quedavam, domesticadas todas as ambições e transformados os sonhos num olhar fugidio à impossível distância que os separava da Pátria. Os Agostinhos de África jamais regressavam. (E: 123)

O retrato que desta personagem é feito indica, logo à partida, a sua acomodação a condições e estilos de vida que já em nada combinam com as suas ambições iniciais impulsionadoras da mudança de Portugal para a colónia africana. Os Agostinhos de África são os portugueses que procuram as colónias no ensejo de melhorar as suas vidas e terminam acomodados a condições de vida precárias e forçadas pelo dever de obediência à administração central portuguesa. A pequenez da missão dos Agostinhos em África e o seu conformismo são indiciados nas marcas da subjetividade narrativa que se infere da caracterização da personagem que os representa: “transpiram” “suor, respeito, cansaço e acomodação” e são qualificados como sendo de ambições “domesticadas” e de sonhos “transformados” pela distância a que se encontram da metrópole - não lhes resta outra alternativa se não a resignação ao pouco que as colónias têm para lhes oferecer, aí permanecendo em vidas medíocres.

Agostinho de Jesus é um dos colonos, igual a tantos outros, que, por se ter juntado a uma mulher negra, é um dos responsáveis pela miscigenação racial existente nas ilhas:

- E o secretário, o senhor Agostinho, é casado, ele?
- Sebastião fez uma pausa e olhou de viés. Luís Bernardo percebeu que vinha aí uma informação codificada.
- É, é casado... com uma senhora de cá.
- Ah... - «com uma preta», pensou Luís Bernardo.
- Mas o pai dela era português... - apressou-se a completar Sebastião.
- «Uma mulata», concluiu Luís Bernardo.
- E isso faz diferença aqui, entre os portugueses?
- Entre os brancos, dotôr? Então não havia de fazer diferença? Branco é branco, preto é preto, mas mulato, aqui, não beija mão nem dá mão a beijar. O melhor mesmo é ficar em casa, compreende, dotôr? (E: 135)

Miscigenação essa que se subentende rebaixada socialmente, até pelos próprios locais como Sebastião que se apressa a frisar o facto de a mulher de Agostinho ser descendente de portugueses. Percebe-se também, pelo diálogo entre Luís Bernardo e o seu empregado, que esta mistura de raças é prática corrente na ilha há já várias gerações. No entanto, este facto não impede que os descendentes destes cruzamentos raciais sejam objeto de discriminação social, não encontrando uma posição intermédia na estratificação existente entre brancos e negros.

Agostinho de Jesus Júnior já tinha conhecido e servido três governadores de São Tomé e Príncipe e São João Baptista de Ajuda - onde quer que isso ficasse. O primeiro era um coronel, que devera a nomeação a uma «cunha» política e que pensava poder disfarçar a sua chocante estupidez com um receituário de formalismos e cerimoniais tão ridículos quanto a sua pessoa - fora dele e do seu convívio que Agostinho herdara essa tentação pelo salamaleque hierárquico que perseguia, como uma doença venérea, toda a administração pública portuguesa, mesmo nas lonjuras dos trópicos. O segundo era um pobre diabo, viúvo e alcoólico, sem ter verdadeiramente onde cair morto e que, ao contrário do primeiro, tinha pelo menos a lucidez de jamais se levar a sério e ser penosamente consciente da sua absoluta incompetência para a função: toda a gente fizera dele o que quisera e, com a sua inércia, Agostinho aprendera a governar, de facto, na sombra, manobrando com destreza os cordelinhos da pequena intriga do pequeno palácio - um gosto que para sempre lhe ficara agarrado à pele. Mas veio o terceiro, que era a figura acabada da consumada

besta e que, felizmente, antes do final do mandato, fora morrer a Lisboa, afogueado em tantos berros, tantas ameaças de chicote, tantas ordens gritadas aos quatro ventos. Após o que, e catorze anos de serviço colonial passados, dois ataques de malária quase fatais, uma mulher mulata que os anos haviam tornado gorda e desinteressante e dois filhos tardios, cor de caramelo, Agostinho de Jesus Júnior já a nada mais aspirava do que o serviço de um governador que fosse pessoa normal e compreensiva, um mandato pacato e sem história, e a espera tranquila pelos anos que lhe faltavam para a reforma. Posto o que talvez lhe sobrassem economias e ânimo para voltar à Pátria, comprar umas leiras no Minho e uma pequena casa de granito, com uma lareira para os Invernos e uma seara de batatas para a gorda se entreter enquanto ele passasse os dias a jogar dominó com os conterrâneos na tasca da aldeia, acedendo, de quando em vez e contrariado, aos pedidos para contar novamente as suas aventuras de África. Oh, sim, voltar a dormir sem mosquitos e sem acordar encharcado em suor, voltar a sentir o frio e o vento seco e as quatro estações do ano! Esquecer essa terra maldita de África e os anos perdidos a olhar para o mar e a contar os tostões para o regresso. Sabia histórias de muitos como ele que nunca mais queriam voltar, que se tinham enfiado pelo interior de Angola e de Moçambique, aberto tabancas em pleno mato, desbravado e semeado fazendas, alistado no Exército ou nas obras públicas, juntado com pretas e semeado os arredores de filhos, cafrealizando-se ao ponto de já não saberem bem de onde tinham vindo e por que tinham vindo. Mas ele, não: ele odiara aquela terra desde o primeiro instante em que lá pousara pé e não houvera um só dia, um só dia, na eternidade daqueles catorze anos, em que não tivesse olhado o mar antes de se deitar, pensando se o destino lhe consentiria essa felicidade de voltar um dia por onde viera. (E: 137-138)

Agostinho de Jesus é caracterizado como sendo uma pessoa que vive frustrada na terra onde acabou por ir parar. Odeia África e ali ficou com o desejo permanente de regressar à metrópole e apenas ansiando pela reforma. Ao mesmo tempo que nos é descrita esta personagem, o narrador, centrado agora na descrição psicológica deste secretário do governo, aproveita para fazer um retrato bastante negro dos antigos governadores desta colónia ao serviço dos quais esteve este funcionário do governo. A imagem que perpassa ao longo do excerto é a de nomeação sucessiva de governadores incompetentes, escolhidos não pelo percurso profissional mas por outros motivos como o pagamento de favores e que partilham a frustração de Agostinho Júnior no seu “desterro” em África. As governações desastrosas que antecederam a de Luís Bernardo fazem com que a imagem que é fornecida ao leitor sobre o desempenho deste cargo fique totalmente destituída do prestígio que à partida poderia ter. Por tudo isto, o leitor fica com a percepção de que a falta de condições que permitam classificar este território como civilizado faz com que muitos que nele habitam vivam contrariados, o que propicia, principalmente no caso dos que ocupam as posições hierárquicas mais altas da administração pública, o esvaziamento dos seus ressentimentos no exercício das suas funções por parte de alguns, tal como aconteceu com o antecessor de Luís Bernardo. Repare-se, ainda, na referência à cafrealização de colonos portugueses como sendo algo de comum em África, marca que é considerada distintiva das restantes colonizações europeias, tal como é mencionado no episódio em que se descreve o encontro de Luís Bernardo com o governador de Angola. A sensação de que os ocupantes de altos cargos públicos nas colónias são pessoas de baixo nível pessoal e intelectual é já transmitida inicialmente na obra, nomeadamente durante o episódio em que se relata o primeiro contacto de Luís Bernardo com os detentores de

altos cargos nas colónias portuguesas, ou seja, quando em Angola e ainda a caminho de S. Tomé e Príncipe, se encontra com o respetivo governador:

[Governador de Angola:]- Os ingleses! Os hipócritas, os presumidos dos ingleses! Tão humanistas, tão preocupados, que não distinguem um preto de um amarelo! Diga-me, ó Valença, algum inglês algum dia terá fodido com uma preta? Não! Mas nós, sim, caramba! Sabe como é que estamos a povoar e a ocupar esta terra imensa de Angola? Não, não é com o Exército, que toca e foge. Não é com famílias de colonos - quem é o louco que levaria a mulher e os filhos para o meio do mato, onde não há nenhum sinal de vida civilizada? Não, nada disso! Sabe como é que ocupamos isto?

- Diga-me.

- É com os desgraçados dos minhotos e dos alentejanos, com uns transmoutanos esfarrapados que aí desembarcam sem ter onde cair mortos e a quem nós, o governo, oferecemos uns títulos de propriedade, que os pobres diabos nem conseguem decifrar, quanto mais saber onde fica. Mas é terra, propriedade deles, que nunca tiveram nem uma eira em toda a vida! E então os desgraçados metem-se ao caminho, sabe Deus como, a perguntar onde é que fica a fazenda Nova Esperança no Distrito do Uíge ou a fazenda Paraíso no Quanza Norte. E, se por milagre, lá conseguem chegar a salvo e tomam posse do que não é nada senão mato cerrado, se, por milagre, conseguem sobreviver e plantar umas batatas ou vender umas bugigangas aos pretos, onde é que está a família? Ah, a família são as pretas que eles compram aos chefes da aldeia, uma saca de feijão por uma mulher, um porco por duas mulheres. Padre, casamento, filhos registados? O caraças! Ali trata-se de sobreviver e os desgraçados dão-se por muito felizes por terem uma, duas ou três pretas a que chamam mulheres e sabem muito bem que jamais sairão daquele buraco. E nós, governo, damo-nos por muito contentes por haver transmoutanos a viverem lá no mato e só pedimos que ensinem português aos mulatinhos dos filhos! É assim que estamos a ocupar o interior de Angola e o resto é muito bom para os tais Tratados e para as conversas de salão dos diplomatas. Mas eu gostava era de ver um inglês, no seu fatinho de flanela branco, de King's Road, não é, a viver lá na puta da fazenda Nova Esperança e a virar-se para a mulher preta e perguntar «Oh, dear, do you care for a drink?» - como vê, também arranho o meu inglês. (E: 112-113)

O resumo feito pelo governador de Angola sobre o povoamento das colónias de África é elucidativo quanto à forma como a própria administração pública portuguesa encara a missão colonial, desdenhando dos que chegam de Portugal continental com a esperança de refazer as suas vidas em terras que lhes propiciem as condições que não encontram na sua terra natal. É a figura máxima do governo local de Angola que retira toda a importância ao papel da maioria dos colonos portugueses em África, considerando que a missão civilizadora não passa de um mito na medida em que a influência cultural se exerce em sentido inverso: não são os africanos que se europeizam, mas sim, pelo contrário, são os portugueses que se africanizam. Os que são teoricamente responsáveis pela aculturação de povos considerados selvagens são reduzidos à condição de selvagens aos olhos dos responsáveis coloniais por se deixarem misturar social e racialmente com os povos colonizados. Vistos como pessoas que se contentam em viver pouco acima da miséria, são logo à partida inferiorizados pelas autoridades em grande parte por serem provenientes de meios rurais de Portugal continental onde grassa a fome e a pobreza extrema. É dado a entender, através da fala deste governador, que lhes são destinados terrenos e condições de vida em África associados a dificuldades extremas das quais são obrigados a desvencilhar-se sozinhos, sem qualquer apoio por parte dos que teriam a obrigação de os auxiliar e proteger. A missão destas

peças nas colónias africanas é minorizada, presumindo-se que apenas serão valorizados os que chegam a África já detentores de meios e posses que lhes permitam ocupar posições elevadas na hierarquia social que aí se estabelece. Por um lado, desdenha-se do facto de estes colonos se misturarem na selva com os nativos, estabelecendo-se entre eles e com eles convivendo e criando famílias multirraciais, por outro, é o próprio governo que não lhes cria as condições necessárias a que estas pessoas possam fugir a um destino visto como miserável e desprezível e que não é entendido nem pelas autoridades, nem pelos metropolitanos.

A colonização portuguesa é vista como distinta da protagonizada pelas outras nações europeias, mais especificamente pelos ingleses que não se misturam com os povos nativos das suas colónias. As colónias portuguesas são apresentadas como distintas das inglesas na promoção da miscigenação, no entanto essa faceta é menosprezada pelos próprios fomentadores da mistura racial verificada nos territórios colonizados. E a reação inicial de Luís Bernardo às palavras do governador é uma mistura de desapontamento e vergonha pela realidade com que começa a deparar-se pouco depois do abandono do continente europeu, sentindo-se cedo arrependido da resolução tomada:

E o governador de Angola calou-se, satisfeito, olhando de alto o seu hóspede. Fora eloquente, devastadoramente eloquente. Luís Bernardo estava silenciado, envergonhado. Estava mesmo angustiado. «Meu Deus, o que faço eu aqui, o que tenho eu a ver com isto tudo, com este Napoleãozinho dos Trópicos, com os transmontanos amancebados com as suas pretas do mato, com esta humidade, com este calor demencial, com esta selvajaria que se pressente por todo o lado e em toda a gente - brancos, pretos ou ingleses?» (E: 114)

O seu desejo seria o de, se possível, continuar a viver alheado deste mundo que agora é obrigado a enfrentar, tendo de lidar com as mentalidades pequenas e mesquinhas de que a do governador de Angola é apenas a primeira amostra. A vergonha que Luís Bernardo sente resulta de um sentimento de brio nacional que sai frustrado pela mera audição do discurso deste governador. O detentor do mesmo cargo em S. Tomé começa a aperceber-se do distanciamento entre as ideias divulgadas na metrópole sobre a empresa colonial que Portugal leva a cabo em África e a vivência real no terreno devido ao que considera a “selvajaria” dos envolvidos, sejam eles colonos ou colonizados. Luís Bernardo sente-se já desiludido com o Portugal imperial com que se depara na sua missão em África e qualquer idealismo que esta personagem pudesse manter sobre o império português vai sendo progressivamente deitado por terra, no desenrolar da ação, pelo contacto com a realidade do que efetivamente acontece nas colónias ultramarinas.

A realidade que Luís Bernardo é obrigado a enfrentar, no arquipélago para onde é enviado, é a de uma colónia que vive da exploração ilegal de mão-de-obra nativa escrava encapotada que, por sua vez, é considerada elemento fundamental à sobrevivência da comunidade colona:

- Oiça. Meu caro governador - Souza e Faro explorava o silêncio dele -, admitamos que um terço, apenas um terço, dos trabalhadores das roças declaravam que queriam ser repatriados: você sabe qual era o destino inevitável das roças, o destino de São Tomé?

Luís Bernardo continuou calado.

- Era a ruína, a falência inevitável. As roças ficariam para os bancos e eu não conheço nenhum banco que saiba ou queira gerir uma colónia africana no Equador. Esta gente, que você se queixa que não vieram ao seu jantar, é gente que sacrificou o melhor das suas vidas aqui, que trabalhou de sol a sol, que suportou o tédio e as recriminações das mulheres, a dor dos filhos mortos pela malária, e as incompreensões e as injustiças dos proprietários que lhes perguntam, lá do conforto de Lisboa, porque é que a safra deste ano rendeu menos mil toneladas do que a do ano passado e não querem saber de mais nada. São uns brutos, claro que são. E você, que fala inglês e ouve ópera no seu terraço, é um príncipe ao pé deles, que lhes vem tentar explicar que o seu modo de vida e de sobrevivência caducou - pela força das novas ideias, dos tratados, das leis ou do desejo do Senhor D. Carlos de continuar a ser convidado para caçar pelo seu primo Eduardo, de Inglaterra. E, então, acha que eles lhe deveriam estar agradecidos, que o deveriam admirar por isso, por lhes servir de arauto dos novos tempos? (E: 347-348)

Em diversos momentos ao longo da obra, Luís Bernardo é confrontado com a incompreensão das suas ambições para o arquipélago, essencialmente devido à distinção fundamental que os colonos consideram existir entre as teorias de uma elite intelectual, confortavelmente instalada nos seus ricos aposentos situados na metrópole e determinando os destinos das colónias e as práticas da comunidade colona em África que enfrenta, no terreno, as agruras diárias no cumprimento dos objetivos exigidos pelos primeiros. Os colonos criticados na metrópole são, contudo, os que contribuem para o elevado nível de vida de alguns que nela habitam e são considerados como fazendo parte de uma classe social privilegiada.

Para João, o amigo de Luís Bernardo, o empenho do atual governador são-tomense em alterar os comportamentos instalados nesta sociedade colonial, perdida no meio do mar, não faz sentido nem encontra justificativo de peso por ser desproporcionado quando comparado com a relativa importância da colónia no contexto dos impérios coloniais português e europeu:

Não podes chegar aqui e, em meia dúzia de meses, convencer todos os portugueses que cá estão há gerações, sofrendo desde sempre o que tu sofres há meses e com a contrapartida de, pelo menos, fazerem fortuna em vida, que todo o código de conduta deles, todo o edifício que ergueram e de que vivem está errado, porque tu trazes de Lisboa decretos ou instruções ou acordos secretos com a Inglaterra a que eles têm de passar a obedecer, de um dia para o outro. Tu podes ter razão, mas isso requer tempo, Luís. Tempo e persuasão.

- Não, João - Luís Bernardo levantara os olhos da contemplação do mar e falava, como se estivesse sozinho, como tantas vezes falara à distância com João, como se este o pudesse ouvir, então. - Tu não conheces esta gente. Eles nunca mudarão, nunca evoluirão, nunca acreditarão que a escravatura encapotada que praticam nas roças não é um direito natural que a Providência colocou ao seu alcance, para que o desfrutem e aproveitem. Estão só à espera que o David faça o seu relatório e se vá embora e que eu me canse e me vá embora também, para que a seguir venha outro igual àqueles a que estavam habituados e a vida retome a sua normalidade. E é isso que queremos, como nação, João? Para que chamamos a isto, então, Províncias Portuguesas e por que não lhes chamamos antes Entrepósitos Portugueses de Escravos em África? (E: 304)

Enquanto João tenta analisar a situação vivida por Luís Bernardo na colónia segundo a perspectiva do colono que prescindir do seu conforto na metrópole e considerando os sacrifícios passados nestas terras africanas, Luís Bernardo contrapõe com argumentos ideológicos. João compreende que os colonos portugueses em S. Tomé tenham por ambição o enriquecimento, sendo este o único motor que os conduziu a esta colónia onde passam dificuldades, Luís Bernardo entende que o caminho para a modernidade e civilização deve prevalecer sobre todas as práticas que se lhe opõem. As suas motivações são as de conseguir que Portugal seja associado a práticas coloniais ligadas ao que se considera ser uma nação moderna e avançada, em que os valores humanitários prevaleçam sobre os económicos. A missão que Luís Bernardo se propõe cumprir em África é, neste diálogo, posta em causa por ambas as partes, sendo sintetizados os motivos pelos quais o novo governador do arquipélago está condenado ao fracasso. O próprio Luís Bernardo refere estar consciente de que os habitantes das colónias “não mudarão nunca”, considerando que as mentalidades instaladas no seio da comunidade colona são o mais forte obstáculo ao sucesso da sua missão em África. No entanto, Luís Bernardo, paradoxalmente, propõe-se a conseguir o que ele mesmo sabe ser impossível, estando já aqui indiciado o desfecho da obra.

O governador de S. Tomé encontra sérias dificuldades em combater a argumentação de Souza e Faro, um dos responsáveis pelas roças são-tomenses, na defesa dos comportamentos considerados habituais nas ilhas, dado que a opinião praticamente unânime entre os povoadores da colónia é a de que Luís Bernardo faz parte da elite pensante lisboeta que não se consegue colocar no lugar da camada trabalhadora da população em África:

- Os seus discursos, senhor governador - o engenheiro Leopoldo falava como se cuspiasse as palavras -, são muito bonitos para conversas de salão lisboeta. Mas isto aqui é África, é o inferno de uma ilha de merda onde nem o senhor se digna vir, se não em caso de emergência! (E: 410)

A perspectiva de crítica quanto ao povoamento das colónias desempenhado por população proveniente de Portugal continental não se prende a uma visão exclusivamente negativista em relação aos comportamentos dos colonos observados pela personagem principal do romance, havendo, também, algumas referências a práticas que se distinguem das habituais. Um desses exemplos consiste em Henrique Mendonça, proprietário de plantações em S. Tomé:

Muito embora a sua riqueza desse nas vistas tanto como a do Valle Flor, [Henrique Mendonça] era mais culto do que este e fora o primeiro roceiro de São Tomé a manifestar preocupações sociais com os seus trabalhadores, para os quais mandara construir um hospital exclusivo na roça, fazendo a sanzala em casas de tijolo, caiadas de branco e com tecto de colmo. A roça tinha mil e setecentos hectares de área, onde além do café e do cacau, ele cultivava também borracha e alinhava extensas plantações de bananeiras, coqueiros, abacata, jaca e manga. A visita prolongou-se por umas três horas, com D. Luís Filipe sempre incansável de curiosidade e

entusiasmo, arrastando toda a comitiva atrás, a passe de trote. Henrique Mendonça mandara construir uma extensa cobertura de folhas de palmeira sobre o terreiro grande e foi aí, à sombra e ao ar livre, que serviu um almoço para umas sessenta pessoas, incluindo, por pedido expresso do príncipe, um generoso cardápio dos peixes de São Tomé, regado com um excelente vinho branco de Colares que trouxera na bagagem de Lisboa. (E: 448)

Este proprietário foi o escolhido para acolher o almoço de recepção ao Príncipe real, não por acaso, mas sim por revelar preocupações sociais com os trabalhadores da sua roça, preocupações que, sabe-se pelo contexto da obra, não são habituais no arquipélago. No entanto, este colono corresponde à figura do português residente em África, difundida na metrópole, do colono empenhado na melhoria das vidas da população das colónias, pelo que a sua função aqui é a de encapotar a realidade.

As convicções de Luís Bernardo no que concerne à qualidade do povoamento das colónias portuguesas não deixam dúvidas quanto à perspectiva crítica sobre este assunto que o novo governador de S. Tomé transporta para a colónia equatoriana e da qual não pretende abdicar:

Ele era, sempre fora e continuaria a ser fosse o que fosse que o esperava no seu destino, um homem de convicções feitas e inabaláveis naquilo que lhe parecia essencial: era contra a escravatura, a favor de uma colonização feita por processos e métodos modernos e civilizados - só isso garantia, em pleno século XX, o direito de posse que outrora se justificara pela descoberta ou pela conquista. Acreditava que, como rezava a Constituição americana, todos os homens nascem livres e iguais, e que só a inteligência, o talento e o esforço - vá lá, a sorte também - poderiam fazer legitimamente a diferença. Isso, e não a força, o arbítrio, a ignomínia. Mas, perguntava-se a si mesmo, o que incomodava verdadeiramente a Inglaterra era a escravatura ou a protecção dos seus interesses comerciais nas colónias? Os ingleses, os franceses, os holandeses, tratavam melhor os negros do que os portugueses, ou tudo não passava de uma imensa hipocrisia através da qual o mais forte ditava a sua lei? (E: 117)

As suas atitudes de afronta aberta às práticas correntes no que respeita ao tratamento concedido aos trabalhadores africanos das roças fazem com que os colonos brancos se sintam atacados pelo próprio governador que os deveria representar, tendo o efeito perverso de voltar toda a comunidade colona contra o detentor do cargo administrativo máximo das ilhas:

[Ayres d'Ornellas:] - Eu não estou a sugerir coisa alguma. Mas o simples facto de ter havido quem mo tenha insinuado demonstra até que ponto você, Valença, deixou que se formasse a opinião de que estava do lado do inglês, contra os nossos colonos. Ou seja...

- Isso, Excelência - Luís Bernardo sentia o sangue ferver-lhe - é tremendamente injusto e até insultuoso. Eu não me pus do lado de ninguém. Pus-me do lado do bom desempenho da minha missão - a qual me foi descrita pelo Senhor D. Carlos, em Vila Viçosa, como sendo a de convencer o mundo, a começar pelo cônsul inglês, de que Portugal não tinha trabalho escravo em São Tomé e Príncipe. Foi isso que me foi pedido e foi isso que eu aceitei fazer. Nada mais.

- Não: foi-lhe também pedido que tivesse em consideração as condições particulares da economia de São Tomé e que a prosperidade da colónia não pode subsistir sem mão-de-obra.

- Escrava?

- Não, não é escrava! - foi a vez de Ayres d'Ornellas se irritar e levantar a voz. - Não é mão-de-obra escrava! Mas entre isso e a hipocrisia humanística dos ingleses, que apenas estão

preocupados com a concorrência comercial com as suas próprias colónias, como você muito bem sabe, há uma grande diferença. É nessa diferença que você deveria ter trabalhado junto do inglês, e não na aposta num mundo perfeito - que não existe aqui, não existe em África e não existe em nenhuma colónia de Sua Graciosa Majestade Britânica. Pedia-se-lhe sensibilidade e sensatez e você tratou de exigir a revolução ao virar da esquina e deixou o seu inglês, rendido aos seus encantos, à espera que você conseguisse realizar o seu milagre! (E: 456-457)

A censura evidente do Ministro das Colónias à atuação do governador de S. Tomé expressa diretamente o descontentamento das autoridades portuguesas com o seu afastamento em relação à opinião pública das colónias. Além disso, põe em evidência a falta de sentido prático de Luís Bernardo, que se deixa levar pelo seu idealismo baseado em convicções humanistas, e a sensação existente em toda a colónia de S. Tomé de este se ter colocado do lado dos ingleses.

Apesar dos esforços de Luís Bernardo para pôr em prática as suas ideias de igualdade entre os cidadãos portugueses, só se dedica a tentar melhorar o tratamento concedido aos negros, acabando por falhar no que seria realmente fundamental neste arquipélago, tendo em conta as circunstâncias decorrentes do contexto situacional e histórico em que se encontra: no tratamento concedido por si próprio aos colonos brancos. O governador manifesta abertamente a ideia negativa que tem dos colonos, considerando que estes apenas confirmam as ideias pré-estabelecidas que já trazia de Lisboa sobre a qualidade do povoamento português das colónias. Censura os brancos com quem lida em África por inferiorizarem os negros africanos, mas ele mesmo inferioriza, desdenha e menospreza este grupo de pessoas que representa o domínio de Portugal continental no terreno ultramarino, sendo a face mais visível da metrópole no arquipélago são-tomense.

Com o dever de obediência às autoridades metropolitanas, que ignoram os grupos nativos dos territórios africanos, ou percecionados pela sociedade envolvente como pertencendo a um grupo racial ao qual são associados comportamentos discricionários em relação aos negros, mas identificando-se essencialmente com os povos originários do território onde fazem as suas vidas, as personagens pertencentes às famílias de portugueses retratadas nestes romances vivem um hibridismo no desempenho dos seus papéis sociais não coincidente com a estratificação social de raiz ocidental imposta aos colonos, pelo que tendem a afastar-se das suas raízes identitárias. Este é o resultado da dedicação que estas personagens representativas de grupos específicos de colonos

demonstram em relação às colónias onde constroem as suas vidas, ou seja, não as olhando como meros meios para atingirem benefícios individuais, como seria normal, mas antes demonstrando uma visão integrada dos elementos que compõem as comunidades formadas por europeus e africanos. Em *O Senhor das Ilhas*, é evidente o que a família retratada considera ser objetivo principal na sua estadia em África: o desenvolvimento e progresso do arquipélago e das condições de vida de toda a sua população, de forma a conseguir retirar maiores proveitos da expansão portuguesa ultramarina, não sendo, no entanto, correspondidos pelo poder central metropolitano.

Se os colonos retratados nos romances exercem a sua influência nos ambientes africanos para onde partiram, ou onde nasceram como se verifica em *A Árvore das Palavras*, é ainda evidente, em todos eles, que África, a sua cultura, os seus costumes e as suas pessoas são fatores determinantes na construção identitária destas personagens. O ambiente africano que envolve os protagonistas das obras aqui trabalhadas molda as personalidades de personagens representativas do sistema colonial, contribuindo também para o afastamento destes brancos das suas origens metropolitanas, diferenciando-os dos outros colonos. A individualidade das personagens é afetada de forma irreversível pela vivência nas colónias, deixando marcas que podem repercutir-se por muitos anos em que África já faz parte do passado, conforme se verificará melhor sobre *O Esplendor de Portugal*.

Embora a maior parte das personagens que protagonizam os acontecimentos nas narrativas em que estão não se reveja nas convicções quanto à sua suposta superioridade moral e intelectual que circulam no grupo de colonos em supostamente se inserem, outras há que expressam os preconceitos ocidentais associados à raça e estatuto social dos restantes membros das comunidades em que se movimentam e que se revelam totalmente desajustados à mundividência do leitor do século XXI, como acontece em *O Esplendor de Portugal*. Esta obra distingue-se das outras analisadas pela caracterização das suas personagens principais que revelam a visão estereotipada da sociedade envolvente, distinguindo os seus membros consoante a cor da pele ou o estrato social de proveniência. São personagens que não manifestam os mesmos sentimentos humanitários demonstrados pelos protagonistas das restantes obras, nem mesmo em relação aos membros da sua própria família, pelo que, no que respeita aos relacionamentos com os colonizados, discriminam também os negros nas suas vivências diárias.

Verifica-se, assim, que às representações dos colonos apresentadas nas obras analisadas, correspondem também diferentes representações dos colonizados consoante o ponto de vista narrativo escolhido pelos seus autores, sendo este o aspeto em análise no próximo capítulo.

5. Figura do colonizado africano

A imagem negativa do colono português na forma como é representado em algumas das obras analisadas, conforme foi já referido, salienta-se sobretudo quando posta em contraste com a figura do colonizado africano. A figura do colono branco realça-se como sendo limitada por uma série de condicionalismos sociais ocidentais devido à posição que ocupam no espaço colonial em relação aos quais os africanos não se cingem. Os colonos vivem, por isso, sem a mesma liberdade que permite aos que estão socialmente abaixo usufruir do espaço envolvente.

Segundo Cláudia Castelo,

Por influência do paradigma evolucionista do “darwinismo social”, que em Portugal se impôs entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, desenvolveu-se uma corrente de opinião segundo a qual os negros constituíam uma “raça inferior” que inclusivamente devido às suas características biológicas seria insusceptível de evolução pela educação. (J. Martins, 1953 [1880], p. 253-255). Sensivelmente pela mesma altura, havia uma outra corrente, baseada no humanismo liberal, que acreditava que o atraso no negro era apenas uma etapa da sua evolução civilizacional (...). Cabia ao europeu contribuir para acelerar esse processo, através da instrução, da criação de hábitos de trabalho, etc. Estas duas correntes seguiram paralelas *grosso modo* até à II Guerra Mundial (...). (Castelo, 2007: 267-268)

Na verdade, no espaço colonial português, a percepção generalizada do nativo era ditada por preconceitos vários sobre a sua personalidade, sustentados pela convicção geral de que a sua cor de pele e constituição física lhes garantiam uma maior resistência ao clima, ao esforço físico e à dor, crenças estas que não passariam de subterfúgios usados com o objetivo de sustentar os interesses próprios do sistema colonial que “pretendia compeli-los ao trabalho, integrá-los no mercado, criar-lhes necessidades de consumo, convertê-los ao catolicismo, afastá-los de práticas consideradas imorais ou desumanas, numa palavra: civilizá-los.” (Castelo, 2007: 268). O indígena era, assim, considerado à partida:

(...) indolente, preguiçoso, sem preocupações de consumo e poupança, sem interesse pelo trabalho, capaz de explorar o trabalho das mulheres e das crianças, com propensão para o alcoolismo, mentiroso, vaidoso, supersticioso, primitivo em termos culturais; dominado pelos instintos, sobretudo pelo instinto sexual e ainda não totalmente liberto da condição selvagem ou animal. (*idem*: 268-269)

Nas obras em análise, o negro “incivilizado” assume, em muitos casos, o papel de sabedor de uma mundividência instintiva e baseada no senso comum que supera a cultura livresca ocidental por permitir a vivência livre de regras restritivas aos reais desejos do ser humano. Os africanos são retratados como vivendo num mundo à parte dos colonos, sem as mesmas condições

financeiras, mas dotados de uma espontaneidade e inteligência emocional que fazem com que os seus retratos os elevem aos olhos do leitor, o que pode também corresponder a uma noção ocidental estereotipada em relação aos negros: “A infantilidade [dos indígenas africanos] era simultaneamente considerada uma característica negativa (quando associada à irresponsabilidade) e positiva (quando associada à ingenuidade).” (*idem*: 269). Conforme refere ainda Cláudia Castelo, “Nas colónias, só muito tardiamente se começou a investir na escolarização dos africanos. Não havia qualquer interesse em fornecer oportunidades de ascensão social aos nativos: o trabalho indiferenciado era a sua única utilidade.” (*idem*: 286) e “No trato com o indígena, fosse no trabalho, no posto administrativo ou dentro de casa, o branco era aconselhado a evitar qualquer aproximação. O colono tinha que manter as distâncias; o tratamento afável nunca poderia resvalar para o tratamento de igual para igual, sob pena de hipotecar o respeito dos indígenas. (*idem*: 269).

Só depois do início da guerra colonial, sentindo-se a necessidade de conquistar as populações, o poder político procedeu à tentativa de alterar a imagem que circulava entre os metropolitanos sobre os africanos, desde logo com a abolição do estatuto do indigenato - “indivíduos de raça negra ou deles descendentes que, pela sua ilustração e costumes se não distingam do comum daquela raça” (Silva, 2009: 111), que teria mais obrigações que direitos e aos quais não era concedida a cidadania nacional - e a concessão da cidadania portuguesa a todos os habitantes das províncias ultramarinas, desenvolvendo-se, durante a guerra colonial uma ação psicossocial que tinha por objetivo promover a aproximação entre negros e brancos. Contudo, a política de integração e harmonia multirracial entrava em choque com práticas culturais dos colonos reproduzidas há décadas (Castelo, 2007: 274).

Nas obras trabalhadas, a intenção por parte dos autores de representar os seus protagonistas como mais próximos do mundo africano é evidente na maioria das obras, tais como em *O Senhor das Ilhas*, *O Esplendor de Portugal*, *A Árvore das Palavras* e *Equador*, conforme se verá, apesar de os negros serem, na sua maioria, personagens que são exploradas pelos outros colonos, utilizadas como mão-de-obra barata ou escrava e desumanizadas quando lhes são atribuídas qualidades mais próprias dos animais que dos humanos. Como lembra Homi Bhabha,

O discurso racista estereotípico, no seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que é enformada por uma cisão produtiva na sua constituição do conhecimento e do exercício do poder. Algumas das suas práticas reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaboradas por conhecimentos estereotípicos, teorias raciais, experiência administrativa colonial, e, nessa base, institucionalizaram uma série de ideologias políticas e culturais que são preconceituosas, discriminadoras, vestigiais, arcaicas, “míticas”, e, o que é crucial, reconhecidas como tais. É por se “conhecer” a população nativa nestes termos que se considera que as formas discriminatórias e autoritárias de controlo político são adequadas. A população colonizada é então considerada como sendo a causa e o efeito do sistema, encerrada que é no círculo hermenêutico. Aquilo que é visível é a necessidade de tal domínio, justificado por essas ideologias de aperfeiçoamento moralistas e normativas como a Missão Civilizadora ou o Fardo do Homem Branco. Contudo, no seio do

mesmo dispositivo do poder colonial, coexistem sistemas e ciências de governo modernos, formas “ocidentais” de organização económica e social progressistas que fornecem a justificação manifesta para o projecto do colonialismo – um argumento que, em parte, impressionou Karl Marx. É neste ponto de coexistência que as estratégias de hierarquização e marginalização são usadas para a administração das sociedades coloniais. (Bhabha, 2005: 165-166)

A raça negra é geralmente conotada com a falta de conhecimento e com costumes considerados selvagens, sendo geralmente desdenhados pela fação colonizadora, contudo, salienta-se a forma respeitadora como os autores das obras analisadas dão a conhecer a cultura e tradições dos africanos, transmitindo uma ideia de afastamento pessoal dos preconceitos legitimadores da missão colonial em África. Ao longo das obras em análise, a noção estereotipada do colonizado africano é visível através da representação de um contexto de sustentabilidade de um sistema colonial que se baseia no estereótipo dos representantes da raça negra, mas com o qual a maioria dos colonos protagonistas das obras não se identifica, como veremos ser o caso de *O Senhor das Ilhas*, *A Árvore das Palavras* e *Equador*.

Em *O Esplendor de Portugal*, contudo, a construção narrativa diarística do romance de Lobo Antunes faz com que o estereótipo do negro africano selvagem e preguiçoso que precisa de ser “domado” pelo branco seja reproduzido pela maioria dos narradores implicados. Contudo, de facto, o colonizado africano acaba por surgir representado por oposição ao colono português pelas qualidades humanas que se podem verificar na sua caracterização, traços que ficam especialmente realçados pelo confronto que, na obra, é feito entre a forma como o preconceito racial associado ao negro africano é reproduzido pelos membros da família e o comportamento dos seus representantes. Os negros de *O Esplendor de Portugal* emergem humanamente em comparação com a figura dos brancos que são totalmente desprovidos de sentimentos, conforme já foi referido.

Por outro lado, na obra mais recentemente publicada, *O Retorno* de Maria Dulce Cardoso, a figura do negro angolano surge retratada exclusivamente segundo o estereótipo associado aos africanos negros, através da visão dos antigos colonos já regressados a Portugal continental na situação de Retornados. O narrador adolescente deste livro reproduz os juízos de valor dos colonos angolanos em relação aos nativos do território que ocupavam, sem que estes sejam retratados de forma oposta em algum momento da obra, contrariamente ao que sucede nas restantes. É justamente no único romance já publicado na segunda década do século XXI que não existe um contraponto ao estereótipo reproduzido nos discursos dos seus protagonistas que são personagens revoltadas pela situação que enfrentam na antiga metrópole, tentando, a todo o custo, legitimar o seu passado como colono através da menorização dos seus expulsos e da ridicularização dos princípios que conduziram à sua expulsão de África.

A propósito destes dois últimos romances, lembro as palavras de Linda Hutcheon na sua obra *A Poetics of Postmodernism*:

Margins and edges gain new value. The “ex-centric” – as both off-center and de-centered – gets attention. That which is “different” is valorized in opposition both to elitist, alienated “otherness” and also to the uniformizing impulse of mass culture. And in American postmodernism, the different comes to be defined in particularizing terms such as those of nationality, ethnicity, gender, race, and sexual orientation. Intertextual parody of canonical American and European classics is one mode of appropriating and reformulating – with significant change – the dominant white, male, middle-class, heterosexual, Eurocentric culture. It does not reject it, for it cannot. Postmodernism signals its dependence by its use of the canon, but reveals its rebellion through its ironic abuse of it. As Said (1986) has been arguing, there is a relation of mutual interdependence of the histories of the dominated and the dominators. (Hutcheon, 1988: 130)

Considero que o abuso do estereótipo nos romances de Lobo Antunes e de Dulce Maria Cardoso pode ser visto da mesma forma com que Hutcheon interpreta a apropriação do cânone por parte da literatura americana pós-moderna, ou seja, uma forma de imitação irónica que apenas acentua o seu contrário. Este exagero funciona como técnica narrativa utilizada nestas obras que permite o descrédito, aos olhos do leitor do século XXI, dos preconceitos raciais nelas reproduzidos, hoje em dia vistos como totalmente desajustados e sem sentido. O “abuso irónico” do estereótipo serve apenas para demonstrar a falta de sustentabilidade de um sistema desumano e economicista que se manteria com base em pressupostos errados, assentando num eurocentrismo exacerbado que incentivaria a exploração de seres humanos despojados dos seus direitos mais básicos. A memória do passado colonial português fica, desta forma e através desta literatura, deslegitimada, passando a representar um passado que, apesar de recente, se revela bem mais antigo e decadente do que à partida se poderia pensar pela aproximação temporal da maioria das épocas retratadas.

Tal como é mencionado por Carolina Peixoto,

De modo geral a abordagem portuguesa da guerra “colonial” está embebida numa recusa do reconhecimento de outras memórias sobre este conflito e numa falta de problematização dos conteúdos, das razões e dos projetos políticos ali envolvidos. Situação que parece reproduzir a ausência de uma verdadeira confrontação com o fenómeno colonial, isto é, o fato de que, em termos epistêmicos, Portugal nunca problematizou o que foi realmente a colonização. Pelo contrário, conservou, no essencial, uma leitura que justifica e não desafia a história ocidental da colonização. Na maioria das vezes a intervenção colonial é vista pelos portugueses como uma experiência positiva, de bons resultados. Sua essência, a violência de negar ao outro o direito de ser percebido como igual, é silenciada e relegada ao esquecimento. (Peixoto, 2011: 17),

Por tudo o que foi dito, os autores das obras analisadas neste trabalho parecem querer colmatar, de alguma forma, o esquecimento a que esta autora se refere.

5.1. Convivência entre colonos e colonizados

Em *O Senhor das Ilhas*, na casa familiar convivem patrões e empregados, de diferentes etnias e posições sociais, apoiando-se mutuamente, cada grupo com as suas crenças e convicções. Entre as escravas da casa, os papéis de maior relevo são atribuídos às amas-de-leite das crianças de Maria Josefa e às empregadas que cuidam dos seus filhos, entre as quais assume importância particular no livro a figura de Cremilde. Esta escrava comprada para amamentar Maria Josefa, permanece na casa familiar até à morte, com a missão de ajudar Maria Josefa nos partos e nos cuidados com as crianças:

Viera grávida, mas seu filho nascera morto. Ficou na casa com o poder dos seus afectos, acumulando-os, vivendo-os ruidosa e ostensivamente. Foi parteira e ama-seca de nós todos, gorda, terna e insistente; ainda acompanhou preocupadamente os sete primeiros anos da minha existência, já velha e muito desdentada. Minha avó escolheu-lhe o nome de Cremilde, não sei porquê, e assim fora baptizada: o velho nome africano ficou na selva donde a haviam trazido, mas tudo o resto dessa selva ela trouxe e guardou discretamente no seu coração, cada vez mais discretamente à medida que os anos passavam, à medida que os afectos e os costumes europeus tomavam o primeiro plano na sua vida diária. (SI: 52)

Num relato em que as descrições são poucas ou pouco detalhadas, Manuel Maria detém-se na descrição pormenorizada do carácter de Cremilde pela posição de destaque que, desde cedo, a escrava assume no seio da família. A importância de Cremilde no ambiente doméstico desta família de colonos é fundamental como figura de suporte às mulheres da família. A sua principal função de assistência a tudo o que diga respeito às crianças facilmente se transpõe para campos que, em teoria, não seriam da sua competência. A dedicação da escrava à sua família de acolhimento estende-se a tudo o que diga respeito ao seu bem-estar. Cremilde nunca se liberta das suas crenças africanas, sendo a principal representante da cultura e tradições africanas na obra. Apesar de lidar com um grupo familiar de cultura ocidental, Cremilde utiliza sempre que possível a sua sabedoria de raízes africanas com o objetivo de dar o seu contributo para a melhoria das condições de vida dos que a rodeiam:

Quando o primogénito de meus pais nasceu, atrasado, roxo e morto, quando outros filhos machos tiveram a mesma breve sorte, Cremilde entrou numa azáfama para afastar os maus espíritos. (...)

Houve galos pretos, cabidelas para alimentar a convalescença da parturiente, folhas e raízes, fumigações. Cremilde garantia que havia feitiço forte, talvez maldição. Ninguém é impunemente trazido a uma terra saído das águas e esfarrapado, quase num segundo nascimento, apagamento do primeiro que também nos trouxe à vida nus e molhados. (SI: 53)

As suas crenças nos feitiços e rituais africanos nunca desaparecem apesar do convívio com a família de brancos. O narrador detém-se com frequência na descrição detalhada dos esforços da escrava no cumprimento de ritos associados às tribos selvagens, cumprindo cerimoniais que não

encontram qualquer justificação racional na sociedade ocidental, baseados apenas em crenças pagãs, em poderes sobrenaturais.

No entanto, as crenças de Cremilde têm uma adepta incondicional na casa familiar que é Maria Josefa. A posição de Cremilde no ambiente familiar destes colonos portugueses não se resume à habitual de uma mera escrava: esta negra é a principal confidente e conselheira de Maria Josefa que a ela e aos seus serviços recorre em situações de aflição perante as ausências do marido. A escrava consiste no seu maior apoio na organização das atividades domésticas e é conhecedora da intimidade de Maria Josefa. A sua fé em presságios e feitiços é seguida em diversas situações por Maria Josefa que a ela se entrega na tentativa de resolução dos seus problemas.

(...) Manuel António regressou. Encontrou Maria Josefa a caldos de galinha, em dieta rigorosa imposta por Cremilde que decidira ser urgente purificar-lhe o sangue. (...) Que a limpeza do sangue ajudaria a futuras boas gestações e bons partos. Disse que o último recém-nascido acabara por ficar sufocado por sangue demasiado espesso que trouxera da barriga da mãe e que o seu corpito não soubera eliminar. O sangue espesso também poderia ter origem em desejos maus, disse, olhando Manuel António fixamente. (...) Cremilde insistiu na origem desconhecida de muitos dos maus desejos, explicou que se podia ser maleficamente atravessado pelos desejos de outrem, e Manuel António sentiu que ela o acusava. De quê?, perguntou, e arrependeu-se, porque era despropositado ter aquelas conversas com uma escrava, apesar das dádivas lácteas que ela colocara no sangue da casa. (SI: 71)

Cremilde não cuida apenas das crianças da casa, parece cuidar essencialmente da mãe das crianças. O próprio Manuel António, com todo o seu pragmatismo, aceita a cumplicidade entre a sua mulher e a escrava e, conseqüentemente, os feitiços de Cremilde, habituando-se aos cuidados que esta tem na tentativa de solução dos problemas de gestação da mulher. Manuel António também se esquece que a negra é apenas uma empregada, não reagindo às acusações que por vezes lhe são feitas no que respeita ao seu comportamento com outras escravas. A intervenção de Cremilde em assuntos que fazem parte do foro íntimo do casal é feita com a conivência de Maria Josefa que com ela partilha confidências que seriam impensáveis num relacionamento tradicional entre empregada e patroa:

Se entre 1803 e 1813 houve nove filhos, e não um por ano perfazendo onze, nem menos de nove, creio que isso se deveu a estratégias de minha mãe, com conselhos de Cremilde. Esta insistia que filho feito sem prazer era filho triste e com pouca vontade no mundo; insistia também que Manuel António deveria encontrar em Maria Josefa aquilo que procurava nas escravas. Conseguiu que Maria Josefa lhe confessasse, envergonhada, que se limitava a ficar quieta, num coito passivo, sob seu marido activo, e logo lhe aconselhou movimentos vários, uns brandos outros enérgicos. Aconselhou-lhe que passasse a governar o tempo, governo que deveria ser sempre das mulheres, e que exigisse algum descanso contra a genitalidade rotineira e eficaz de Manuel António. E aconselhou-a também, vivamente, a que por vezes se colocasse sobre seu marido, cavalgando-o, na cópula. (...) Cremilde acreditava que o carácter das pessoas se devia principalmente à posição de seus pais na hora da concepção.

Os conselhos de Cremilde deram alguns resultados. Maria Josefa sentiu-se mais dona do seu corpo, mais senhora dos seus desejos. (SI: 106)

A situação privilegiada de Cremilde na família é sustentada sobretudo pela crença de Maria Josefa na conceção de vida da empregada negra, contrariamente ao que acontece com as personagens retratadas como mais intimamente ligadas à sociedade ocidental de Portugal continental, como é o caso de seu pai, D. Aniceto:

Mas à menor suspeita de desgraça, doença ou simples tristeza, logo nela despontavam os antigos segredos, as raízes e as bagas com que nos tratava, os feitiços talhados em pau ou entrançados em fibra de coqueiro e palmeira, os animais sacrificados. Tudo às escondidas do meu avô, muito severo contra tudo o que lhe parecesse selvajaria. (SI: 52)

D. Aniceto, nascido e criado na metrópole, não se deixa influenciar culturalmente pelo ambiente africano, sendo adepto da transposição da cultura e civilização da sociedade que o viu crescer para as colónias portuguesas, como fazendo parte da sua principal missão no desenvolvimento da sociedade africana. Maria Josefa, contudo, age de forma diferente na sua condição de africana branca já nascida em terras do ultramar, contactando com os costumes e crenças dos nativos negros desde a infância. A sua forma de ver o mundo à sua volta não encontra explicação na cultura e tradições das origens do seu pai, mas sim no entendimento que dele é feito pelos representantes da terra que a viu nascer, e nas interpretações baseadas em superstições que são, pelos ocidentais, associadas à ignorância dos povos selvagens:

Depois que Cremilde contara a sua história, os escravos tinham composto seu ritmo, sua música, seus versos. Dançavam-na frequentemente, à noite, nas festas que lhes eram permitidas. Nem tudo lhes podemos proibir, temos que condescender com alguns costumes da sua raça, dizia Aniceto. Mas minha mãe ouvira a história de Cremilde, que lhe parecera um presságio. Percebia nas danças dos negros a repetição do enredo, (...) e hesitava, não sabendo que forças maléficas ou benignas acrescentaria ao presságio usando uma jóia com tais motivos. (SI:101);

Também a ajudou a influência de Cremilde. Esta mostrava-lhe todos os dias o prazer do mundo. Até a luta contra os maus presságios e feitiços era, em Cremilde, afirmação do poder da vida. (SI: 107).

O desaparecimento da ama negra é sentido com consternação por toda a família, particularmente por Maria Josefa que perde um dos seus principais suportes:

E quase de seguida, morreu Cremilde. Foi então que minha mãe soltou todas as suas lágrimas, como se na morte de Cremilde revivesse todos os desgostos passados, as mortes que já atravessara, suas e dos seus entes queridos.

Nunca mais esta ilha será a mesma, disse. E todos sabíamos que era verdade. (SI: 252)

A escrava é considerada um membro da família, uma ajuda preciosa para a manutenção da união entre os seus elementos e a falta que Maria Josefa dela sente assemelha-se à do seu pai, reputando-a ao mesmo nível como ponto de referência da estabilidade familiar: “Maria Josefa sentia a família desunida, e surpreendia-se com tal resultado. Pensava que Aniceto e Cremilde faziam falta, que ela sozinha não tinha atenção suficiente para congregar todas aquelas forças dispersas.” (SI: 270). A importância da posição de Cremilde na casa é confirmada após a sua morte pela sua substituição por Joana, outra ama-de-leite. O estatuto que Cremilde teve ao longo de vários anos é atribuído a outra negra que assume então o papel de conselheira da família:

Interveio também Joana, ama-de-leite de Doroteia, de Anselmo, de Leonardo e de Filipe. Desde a morte de Cremilde, e por natural ascensão entre as outras escravas, ela ficara como voz proeminente. De facto, já não era uma escrava: todas as nossas amas-de-leite haviam recebido carta de alforria tempo atrás, logo nas primeiras vagas de generosidade que as lutas de meu pai e minha mãe tinham determinado.

(...)

Joana tinha uma personalidade que em muito ultrapassava as meras capacidades alimentícias e puericultoras, e tornara-se a herdeira oracular de Cremilde. (SI: 283-284)

Maria Josefa elege para o estatuto de suas conselheiras duas empregadas negras, por confiar mais na sabedoria dos nativos africanos do que nos representantes dos conhecimentos das sociedades ocidentais, sendo de sua particular antipatia o cônego da ilha da Boavista. Maria Josefa revela-se sempre contra a visão egoísta e interesseira do religioso, opondo-se a todos os seus juízos, fazendo questão em contrariar as teorias expressas pelo clérigo: “Maria Josefa detestou o cônego. Di-lo-ia mais tarde, a toda a gente. (...) Repetiu-o insistentemente a seu marido, quando este veio a utilizar vários serviços do cônego.” (SI: 121). O contraste entre a desconfiança de Maria Josefa da autoridade representante do catolicismo e a fé religiosa com que escuta as opiniões das escravas constitui prova evidente da sua maior aproximação à mundividência africana, apesar do desdém a que é votada por alguns dos que consigo convivem. Desdenha o entendimento do mundo e do ser humano dado pelos alegados sábios provenientes da cultura de Portugal ocidental que, em terras de África, parece inadequado ao modo de vida e formas de estar das suas populações.

Os dizeres de Cremilde são também ouvidos e aceites pela maioria dos membros da família; mesmo Marta, mais pragmática como o pai, aceita, em certas alturas, a visão dos acontecimentos baseada em poderes sobrenaturais, em passagens em que Manuel Maria lhe concede a responsabilidade narrativa: “Dos meus irmãos não há muito a dizer. De facto, eles pareciam atingidos por qualquer maldição, como dizia Cremilde, todos eles oscilando entre a doença, a fraqueza de carácter ou uma revolta silenciosa que só os levava à ausência.” (SI: 116).

As histórias imaginárias que Cremilde e Joana relatam a propósito de acontecimentos ocorridos na família, fundamentadas em deuses, espíritos e outras entidades superiores pagãs, com o objetivo de sustentar as suas teorias explicativas desses mesmos acontecimentos são literalmente

reproduzidas pelo narrador do livro, o que simboliza a importância a elas reconhecida, de tal forma que devem ser transmitidas ao leitor. A crença nos dizeres dos africanos é assumida pelo próprio narrador, apesar de não encontrar neles explicação lógica racional: “Às vezes penso que Cremilde teria razão, e que os intensíssimos desejos das pessoas se propagam à distância, indo desencadear longínquas violências.” (SI:169). Infere-se, deste modo, o relevo atribuído pelos membros desta família, às considerações e saberes provenientes dos nativos que com eles convivem. Postos de parte pelas autoridades das ilhas e da metrópole, é no âmbito particular das vivências dos membros da sociedade colonial cabo-verdiana que a influência dos nativos africanos se faz notar, dado que nos restantes campos a importância lhes teria sido retirada.

Verifica-se, em diversos momentos ao longo da obra, o confronto inevitável entre a sabedoria e cultura de uma sociedade ocidental com os costumes e crenças característicos do saber popular africano, expostos através das explicações das escravas para os mais diversos acontecimentos:

Dizia Feijó: quando descobertas estas ilhas eram densas de vegetação e desertas de homens. Ficaram célebres aos olhos de todos as florestas de Santo Antão, as densas savanas internas de Santiago, as luxúrias de estufa dos baixios do Fogo. E a Brava deve seu nome à impenetrabilidade de seus bosques, tantas árvores enredadas em lianas. Nunca os negros africanos aqui se atreveram.

Dizia Cremilde: eram ilhas sagradas. Esta, apontada à terra grande de onde cheguei, era uma ilha de oráculos. Os negros só vinham aqui para ouvir e regressar, nunca trouxeram barcos grandes como florestas que rompessem o silêncio sagrado. (SI:58)

Pelas constantes citações dos seus dizeres, a sabedoria africana, baseada em crenças pagãs, é mais uma das formas de conhecimento a ter em conta para a retirada de ensinamentos do percurso desta família em colónias africanas. Contudo, os africanos são também caracterizados como profundamente renitentes à aceitação dos conhecimentos trazidos pelos ocidentais, não se deixam influenciar totalmente pelos costumes e tradições dos colonos, apesar de com eles conviverem no seu dia-a-dia:

Dizia-lhe Agostinha que há erva onde há animais para a comer. Porque os desejos dos animais fazem a erva crescer. Tentou Manuel António explicar-lhe que era ao contrário: que primeiro cresce a erva, ocorrendo então os animais. Mas Agostinha, (...), insistia que não. Que em todos os lugares aparecem as coisas conforme as necessidades. Da fome dos leões nascem as impalas, da fome destas nasce a erva, da fome da erva nasce a terra, da sede da terra nasce a água. Explicava, assim, longamente, todo o Universo ao contrário, das consequências para as causas. (SI:141-142)

A insistência da escrava Agostinha em explicar o universo ao contrário do que lhe terá sido explicado pelos detentores dos saberes ocidentais é simbólica da resistência nativa à aceitação da

sabedoria associada à civilização dos povos, havendo, assim, na obra, dois saberes provenientes de culturas totalmente distintas em constante comparação.

Manuel António, colono nascido e criado em Portugal e instalado no arquipélago somente após o seu casamento com Maria Josefa, é representado, na obra, também como sendo uma personagem mais aproximada aos nativos africanos do que à sociedade, cultura, interesses e convicções característicos das suas origens ocidentais. No entanto, a posição de Manuel António em relação aos escravos é, na perspetiva dos que o rodeiam, marcada pelos relacionamentos que mantém com as negras, das quais resultam vários filhos bastardos. Manuel António não seria o único a ter filhos bastardos de nativas negras, as lembranças de Maria Josefa do seu casamento incluem a referência aos mestiços e pardos que já proliferavam na altura:

Infelizmente não ficou do casamento qualquer memória escrita. Quando interroguei minha mãe, ela disse-me já pouco recordar. Falou, no entanto, nos mestiços legitimados. Eram já muitos os pardos, nesse tempo, acrescentou, muitos deles usando nomes ilustres, por serem filhos bastardos ou escravos forros das famílias com esses nomes; mas legitimados e proprietários poucos eram. (SI: 47)

Os relacionamentos entre colonos brancos e escravas negras seriam considerados comuns entre a comunidade colona portuguesa, embora nem por isso fossem vistos como normais. A miscigenação entre brancos e negras seria algo que proliferava por todas as ilhas e é referido como marcando a colonização portuguesa, distinguindo-a das restantes colonizações europeias. Esta posição é referida pelo capitão Pitt, um inglês visitante das ilhas, numa conversa com Marta:

O capitão Pitt, (...), dizia que (...) os filhos bastardos, os mulatos, lhe pareciam um erro. Nem digo moral, falo de erro político, explicava: contrariamente ao que se poderia pensar, a mestiçagem não produz convergência, produz divergências cada vez maiores, produz indivíduos revoltados com seu destino porque não sabem seu lugar no mundo. (...) Ficou Marta pensativa, dizendo que talvez, mas que a mestiçagem não começava na cor da pele, começava com a cristianização, a conversão aos costumes europeus. Privamos essas gentes do que tinham antes e não lhes damos inteiramente o que é nosso. Pitt contestava que de qualquer forma se livravam os negros de costumes selvagens; e que o erro de Portugal, pelo qual não progrediam as economias de suas colónias, era esse, o deixar que em toda a sua administração se infiltrasse o espírito africano, lento, atavicamente selvagem. Destas ilhas desertas poderia ser feito um território branco, diz, mas não, cada vez mais negro se torna, e negro e pobre prevejo seu futuro. Riu com seu próprio trocadilho, com esse duplo sentido do negro. (SI:215-216)

Embora vista como corriqueira, a mistura entre colonos e nativos é mencionada por este inglês como característica exclusiva do colonialismo português. A aproximação entre colonos e colonizados tem a sua expressão máxima nos relacionamentos sexuais entre homens brancos e mulheres negras, sendo vista pelos outros povos colonizadores como factor de enfraquecimento do poder colonial. Na perspetiva do capitão Pitt, este é um factor determinante do atraso das colónias portuguesas em relação às suas congéneres europeias; deixando-se “africanizar”; as colónias

portuguesas não criam as condições necessárias ao desenvolvimento pois deixam-se levar pelos hábitos e costumes considerados selvagens, em vez de promoverem a civilização das suas populações. A influência de culturas é referida como sucedendo no sentido contrário do que seria suposto, na medida em que os colonizadores são vistos como permitindo interferências das culturas nativas no seu dia-a-dia, em vez de terem a preocupação de as eliminarem por não se coadunarem com as nobres missões de evangelização e progresso global dos povos que as políticas coloniais procuram atingir. A mistura de raças é automaticamente associada à mestiçagem generalizada da população residente nas colónias, gerando indivíduos potencialmente revoltados pela sua falta de integração social numa sociedade que essencialmente se divide em brancos colonizadores e negros colonizados.

5.2. A valorização da figura do colonizado

Em *O Esplendor de Portugal*, o presente, no momento da enunciação narrativa, de declínio de estatuto social de Isilda em Angola, contrasta com os excertos descritivos do passado de ascendente sobre os subordinados da família, onde são frequentemente descritos os episódios de tratamento desigual e injusto sobre os nativos negros angolanos. As desigualdades e injustiças são protagonizadas por parte não só da matriarca da família, mas também dos restantes membros. A família e a casa colonial representadas na obra são simbólicas das relações coloniais mantidas pelos portugueses em África. Isilda e os seus familiares são representativos de colonos de estrato social alto, de posses elevadas, senhores de terras e de pessoas e detentores de privilégios em terras africanas.

É através do simbolismo da personagem Isilda que é observável a ascensão e queda do império português em Angola. O passado glorioso de Portugal colonial e a posterior decadência são bem visíveis no discurso dominante da obra, o que faz com que o contraste seja mais evidente. O verdadeiro esplendor da colonização portuguesa em África é o que emerge das suas recordações de infância, um passado glorioso para o colono branco de posses elevadas como é o caso dos pais de Isilda. A vida de luxo e abundância dos colonos em Angola é evocada por Isilda, ganhando mais força quando contraposta à miséria e privações que suporta desde a independência do território que a viu crescer:

o meu pai (...) barbeava-se e vestia fato e gravata para jantar na fazenda sob as centenas de lâmpadas do lustre reflectidas nos talheres e nos pratos, a minha mãe chiquíssima, eu de laço à cintura e lá fora, em lugar de uma cidade, Londres por exemplo, o restolho do algodão, o cheiro da terra entrava pelas janelas abertas de vento a palpitar nas cortinas (...) (EP: 30)

Um quotidiano de hábitos e estilos de vida europeus transpostos para o ambiente africano em que os próprios intervenientes se imaginam numa qualquer cidade europeia; a elegância e o charme da vida social europeia são reproduzidos em Malanje pelos pais de Isilda e outros colonos das suas relações, em festas e jantares na fazenda dos quais Isilda recorda as sensações resultantes da predominância de elementos de conforto e prazer que denunciam a vida de aparato e ostentação da sociedade angolana:

cavalheiros de smoking fumavam charuto, as luzes apagadas para a sobremesa, atritos de linho, atritos de pulseiras, saquitos de vidrilhos, saltos que bicavam o soalho numa prensa de cristal, pernas cruzadas nos sofás, uma mesa de bridge, o meu pai distribuindo conhaques e licores com aquela expressão que não era um sorriso mas parecia um sorriso, beijos que me deixavam atordoada de essências, os carros a partirem um a um acendendo o girassol (...) (EP: 31)

Vida de charme e ostentação dos que transportam para o ambiente africano os hábitos e costumes da vida na Europa e que é relembrada por Isilda, com saudade, ao contrastar com o seu presente de despojamento dos bens materiais da sua infância. Transposição esta que é simbolicamente satirizada pela menção de Carlos ao pisa-papéis que se encontrava na casa familiar associado às suas recordações dos Natais passados em Angola:

Na secretária do escritório havia um pisa-papéis que era uma esfera de vidro com renas a puxarem um trenó e sentado no trenó um senhor gordo de barba, fato de lã e carapuço encarnado. (...)

- É o Pai Natal

e eu não entendia como aquela criatura de plástico lograva sair da sua prisão de vidro, (...), para nos oferecer as prendas que apareciam de manhã na sala de jantar com os nossos nomes em rótulos colados aos embrulhos, e ainda menos entendia que o Pai Natal os comprasse nos estabelecimentos de Luanda

(...)

por se me afigurar difícil um par de renas e um trenó deslizarem na marginal sob as palmeiras numa espira de neve a trinta e oito graus à sombra quando as casas amoleciam no calor, as pessoas suavam nas esplanadas e na praia o mar fervia bolhas de gordura como uma sopa ao lume. (EP: 39-40)

Um pisa-papéis que reproduz algo totalmente alheio à cultura e tradições africanas, apresentado como símbolo de uma tradição que ali surge completamente deslocada do seu contexto. A figura do Pai Natal é teimosamente apresentada às crianças como explicação para a distribuição de presentes habitual nesta época, apesar de se lhes afigurar ridícula e sem sentido, por não combinar em nada com o meio em que estão inseridas.

Os nativos africanos estão representados, no livro, sobretudo através das figuras dos empregados da família de Isilda. Isabel Ferreira Gould considera, a propósito de *O Esplendor de Portugal*, que a representação silenciada do africano reflecte “as estratégias tácitas de apropriação, domesticação, legitimação e marginalização postas em prática pelo colono” (Gould, s.d. : 12). Os

negros são-nos sempre apresentados através dos olhares dos colonos, não têm voz própria, são caracterizados ao longo do discurso dos narradores membros da família, o que condiz com a faceta que mais os particulariza na obra: o facto de não terem vontade própria. Os nativos negros, na sua maioria, são expostos pelos responsáveis pela narração como seres desprovidos de personalidade, aproximando-se mais dos animais que dos seres humanos.

é isso que me enfurece nos bailundos, não alterarem a expressão, o comandante da polícia erguia a chibata ou encostava-lhes a pistola ao ouvido e um silêncio sem queixas, um alheamento da coisa, uma inocência infantil sem relação com orgulho ou dignidade ou coragem, ia dizer uma atitude de frango mas os frangos, caramba, ainda esperneiam, tentam escapar-se, percebe-se perfeitamente que têm medo de nós, os bailundos quando muito

- Senhor

quando muito

- Patrão

não protestando, não revoltando-se, pedindo-nos desculpa da maçada de os castigarmos sem motivo como a gente diante dos brancos de Lisboa arrastando os papéis de secretaria em secretaria a pedirmos desculpa de nos roubarem, aceitando esmolas, refeições de miséria, pré-fabricados em escolas, quartéis vazios, antigos palácios de muros apainelados e sem tecto no meio de jardins de arbusto, ervas de acaso, gradeamentos a que faltam lanças, caramanchões poeirentos (...)(EP: 375)

A passividade dos africanos face ao sofrimento é referida por Isilda como sendo ainda maior que a dos animais, como se não fossem totalmente conscientes do seu percurso. O juízo e sensibilidade quanto à sua situação são-lhes negados pelos que se consideram seus proprietários. Os nativos são desprovidos de identidade própria, como se diferentes da normalidade da condição humana, sendo este aspeto ponto fulcral de legitimação da colonização. Os negros são considerados seres incapazes de controlar as suas próprias vidas, alheados dos seus interesses, sem convicções ou crenças capazes de os fazer agir, nem mesmo em benefício próprio. O défice civilizacional dos africanos é considerado consequente da incapacidade de prossecução de interesses relativos ao bem comum e de uma visão do mundo mais aproximada à dos seres irracionais, facto impeditivo do desenvolvimento social que é necessário colmatar. No excerto acima transcrito, compara-se a atitude dos africanos perante os colonos, à dos futuros retornados frente aos metropolitanos; expõe-se a dependência total dos colonizados relativamente aos que os dominam, antecipando-se o paralelismo desta impotência face ao poderio colonial, à impotência dos colonos face ao poderio dos brancos que encontram na metrópole quando, posteriormente, são obrigados a rumar a Portugal sem os seus bens ou terras. A situação de fragilidade de uns e de outros é então equiparável, e as ações assemelham-se, o que faz com que a ausência de personalidade dos negros, antes defendida por Isilda como sendo o que os caracteriza, seja, no mesmo excerto, contrariada e apresentada como mera consequência na personalidade de quem vive uma posição de inferioridade, como resultado da vulnerabilidade do ser humano perante o controlo social e domínio económico de outros seres. O domínio de grupos sociais sobre outros, imposto a quem

não detém nada que possa ser considerado seu, é algo frequente no mundo ocidental e transposto para terras africanas através da colonização. Os povos africanos, despojados dos seus bens e terras, estão também despojados de qualquer poder que eventualmente pudessem deter aos olhos dos ocidentais, não tendo outra hipótese senão a de se sujeitarem às humilhações características da inferioridade daí resultante. As palavras de Isilda, inspiradas nas do seu pai, são premonitórias da situação dos retornados a Portugal que, também desapossados dos seus bens, serão igualmente obrigados a submeterem-se ao rebaixamento consequente da respetiva perda de poder.

A separação racial na sociedade angolana está bem patente na casa familiar de Isilda através da representação dos criados negros da família, particularmente Josélia, Maria da Boa Morte, Damião e Fernando. O tratamento dado a estes por parte de Isilda não contraria em nada a estratificação socialmente aceite relativamente aos nativos, antes a confirma através da separação racial que impõe na sua família ao longo de toda a sua vida de adulta. A exceção a este estado de coisas consiste na amizade mantida com Maria da Boa Morte durante a infância.

Quando, há quantos anos, a Maria da Boa Morte deixou de me chamar Isilda para me chamar senhora? Lembro-me da avó dela com um capacete do meu pai na cabeça e um casaco não sei de quem flutuando em torno, de entrar na palhota onde moravam e comer funge e peixe seco sentada na esteira, recusando o garfo que o tio cipaio teimava em oferecer-me sempre de olhos na porta como se o chefe fosse entrar de repente e castigá-lo por me ter ali, lembro-me de me espantar o chão de terra, da ausência de tarecos, da boneca que atirara ao lixo por lhe faltar um braço e já não dizer num balido que me transtornava

- Mamã

(...)

a boneca que a Maria da Boa Morte ou a avó ou o cipaio descalço, muito sério na sua careta de uniforme com uma caricatura de espingarda ao ombro, apanharam do lixo e colocaram em cima da única mesa como quem entroniza um ícone (...) (EP: 135)

Enquanto pequena, Isilda convive com Maria da Boa Morte como com qualquer outra criança, apesar de as diferenças de condições de vida serem notórias. As referências aos negros na obra são sempre como vivendo vidas miseráveis, especialmente quando comparadas às condições de vida dos brancos, e Maria da Boa Morte e os seus familiares não são exceção. Durante a infância, a companhia de Isilda é esta negra de condição social muito inferior à sua; dormem e brincam juntas até à altura em que a sociedade lhes impõe o afastamento decorrente de estatutos totalmente distintos na sociedade, como é afirmado pela própria Isilda: “eu jogando às cartas no terraço e ela a semear mandioca na lavra embora se me afigurasse impossível que nos separássemos um dia” (137). Enquanto criança, Isilda chega a identificar-se mais com o mundo africano ao qual pertence a sua amiga negra:

a mim que aos cinco ou seis anos me apetecia ser preta, esfregar os dentes com um pau, pentear-me com um ancinho de arame, agachar-me tardes inteiras numa pedra olhando a Pacagranja com os

meses a decorrerem diante de mim numa lentidão de nevoeiro, afigurava-se-me impossível que deixássemos de ser irmãs (...) (EP: 137-138)

À Isilda criança a diferença de cor da pele que a distingue de Maria da Boa Morte não diz nada e não tem qualquer importância; ela e Maria da Boa Morte são apenas duas amigas e gosta da negra como se fosse sua irmã. A criança não conhece a hierarquização racial imposta na sociedade pela visão do homem ocidental, no entanto, com a chegada da idade adulta, a separação das duas “irmãs” é inevitável. A separação não tem apenas a ver com o desempenho de papéis sociais diferentes, mas antes com a assunção da superioridade de uns em detrimento da inferioridade dos outros com base na cor, algo de que Isilda também só se apercebe mais tarde.

(...) a minha madrinha acendia a luz em sobressalto à cata da armadura do xaile
- Tu e essa preta nojenta rua
e suspeitei pela primeira vez que a Maria da Boa Morte e eu não éramos iguais por a minha madrinha não me chamar preta nojenta, me não olhar num desgosto indignado, suspeitei que a Maria da Boa Morte era inferior a mim, não tinha alcatifa nem tapetes somente duas ou três esteiras, pratos de metal desirmanados, uma telefonia sem pilhas com a antena quebrada e a boneca a presidir à miséria na sua inocência de pasta (...) (EP: 139)

Quando adulta, Isilda alinha na separação instalada, a amizade com Maria da Boa Morte acaba e o seu relacionamento passa a ser o normal entre patroa e criada. A que passa a ser a chefe da família de colonos aceita a divisão com base na raça e o tratamento dado aos criados negros, na gestão da sua fazenda, será o apropriado à respetiva condição inferior. “(...) A Josélia herdada da minha mãe como se herda um sofá, a Maria da Boa Morte que mandei vir da sanzala ao casar-me por ser a empregada que tínhamos de que me recordava o nome e já não dizia Isilda, dizia patroa (...)” (EP: 143). Maria da Boa Morte e Josélia, antiga criada da mãe, serão meras serventes na fazenda e, neste excerto, o relacionamento entre as duas amigas de infância já nem é lembrado por Isilda que nunca mais terá intimidade com a negra, mantendo-se o distanciamento normal entre patroa e subordinada. Isilda partilha, assim, das convicções de superioridade racial dos brancos sobre os negros, sendo a sua identificação com Maria da Boa Morte em criança apenas uma consequência da falta de consciência social própria da idade.

Afirma Hélia Santos sobre *O Esplendor de Portugal*: “Lobo Antunes apresenta-nos o colonizado e o colonizador enquanto actores que interagem e se influenciam mutuamente nas suas identidades, nos seus quotidianos, enquanto actores, mas também enquanto parte, de um sistema profundamente desigual.” (Santos, 2005: 14). A colocação intencional dos africanos em situação de total dependência económica por parte dos colonos é referida em vários excertos ao longo do livro. Seria prática comum e estratégica como fator de enriquecimento rápido ao permitir a manutenção de mão-de-obra barata sem quaisquer direitos sobre a produção de riqueza. Os maus tratos e o trabalho forçado são encarados por Isilda de forma ligeira em alguns excertos:

(...) seguiu atrás do bailundo, um sedutor, um esteta que tomava no caminho dos serafins o desvio da sanzala no fito de analisar as mulheres chegadas na véspera para a colheita do arroz, apanhei-o com a boca na botija, todo salamaleques, todo languidezes, a comboiar uma serigaita para os caniços do rio, o Fernando a perder o sorriso galante

- Não bata senhora

a frase que os palermas repetem quando fazem asneiras

- Não bata senhora

com mais receio do chicote que das camionetas de gado em que viajavam uma semana a fio do Huambo a Luanda e de Luanda a Malanje para lhes enfiarem um saco nas unhas e os obrigarem a colher arroz das seis da manhã à seis da tarde a cinco escudos por dia quando pagavam dez de comida e quinze do aluguer da cubata sem mencionar o imposto do Estado (...) (EP: 241)

O tratamento dado por Isilda aos nativos que com ela convivem na fazenda condiz com a visão racista dominante da época. O desdém pela condição de opressão dos negros é evidente nas expressões utilizadas pela personagem que se lhes refere como “os palermas”. Os maus tratos infligidos aos trabalhadores estão implícitos na reação de Fernando ao ser descoberto. A resistência dos colonos à perda do poderio económico em terras de África encontra-se simbolizada em Isilda, que combate, assim, a perda de ascendente sobre terras e pessoas, a supremacia de colonizadores sobre colonizados. No entanto, é através de Isilda e das suas considerações ao longo do livro que se manifesta a consciência de a presença dos colonos portugueses nas terras de África ser já longinquamente considerada algo de ilegítimo, ainda antes da independência de Angola. As vozes discordantes da ocupação das colónias pelos europeus far-se-iam já ouvir, apesar da forte resistência dos que mantinham o domínio de pessoas e terras. As recordações de Isilda não expressam só o charme e riqueza da vida dos colonos, a referência à morte do pai e de outros grandes proprietários como ele é já reveladora de alguns aspetos menos agradáveis para os próprios colonos que teriam já, mesmo naqueles tempos, de enfrentar uma forte oposição por parte das populações nativas que aqui e ali se rebelavam contra a dominação portuguesa:

(...) quando um amigo aparecia morto no jipe, de rasgão no peito, o meu pai, no regresso dos funerais, perguntava a ninguém o que vale a vida aqui expliquem-me o que vale a vida aqui, e julgo que morreu sem o saber, no girassol, com a lâmina de uma das nossas enxadas nos rins, o sargento, espevitado de zelo, sacudiu uns feitores sem encontrar culpados, enxotou uns tantos para a cadeia de Luanda a fim de nos calar os protestos, amontoados numa camioneta a uivarem de medo (...) (EP: 59)

A revolta das populações é já indiciada na infância de Isilda, a morte do seu pai denuncia o descontentamento de nativos relativamente à ocupação colona, embora a maioria dos representantes dos negros surjam retratados na obra através dos olhares dos diferentes narradores como seres submissos, silenciosos e passivos face aos acontecimentos. Isilda afirma ainda em outro excerto:

(...) a erva das campas contava uma história muito antiga de gente e bichos e assassínios e guerra que eu não entendia por medo de entender, segredando sem parar a nossa culpa, acusando-nos que injustiça de termos chegado como gatunos inclusive os missionários, os cultivadores, os enfermeiros que curavam a lepra, a erva das campas repetindo mentiras que o meu pai aconselhava tapando-me as orelhas
- Não escutes (EP: 90)

Sendo das poucas passagens em que se presume a intenção de dar a entender que os próprios colonos teriam vaga consciência da ilegitimidade da missão que estariam a desempenhar em África ao despojar os habitantes naturais das terras que ocupavam em nome de uma suposta civilização. À crítica implícita não escapa nenhum dos protagonistas da usurpação de terras, nem mesmo a igreja.

Através da voz de Eunice, em outro excerto, é resumida a condição dos angolanos negros em África:

se me perguntarem se acredito em Deus não faço a menor ideia do que respondia mas se Deus existe é branco e portanto não sobeja Deus para os pretos de onde resulta que se fosse preta não acreditava em Deus ou antes nem sequer a ideia de Deus me vinha à cabeça por um momento ocupada como estava com a lepra a fome o paludismo e assim (EP: 244)

Eunice, que representa a expressão máxima do racismo na família, tem também noção das condições de extrema pobreza e miséria em que os negros são forçados a viver, não lhes restando outra solução para as suas vidas senão a de tentar sobreviver às dificuldades que enfrentam todos os dias. Eunice é o elemento da família que mais expressão dá à visão profundamente racista da sociedade, assumindo como verdadeiros os estereótipos associados aos seres de raça negra. Ao recordar a avó, Rui lembra as suas considerações sobre os nativos de África:

(...) a minha avó para quem os africanos eram não uma raça diferente mas uma espécie zoológica distinta capazes até certo ponto de imitar as pessoas e todavia sem nada meu Deus que os aparentasse a nós, basta ver do que se alimentam que até baratas engolem, basta ver como andam, reparar como transportam os filhotes, iguaizinhos aos mandris (...) (EP: 157)

Propriedade dos patrões, tal como os animais, a fazenda e as terras, os criados negros são associados por todos os elementos da família à vida quotidiana dos anos passados em África. O paternalismo com que são tratados na época da colonização é uma constante ao longo da obra: são educados, obrigados a obedecer e castigados como as crianças ou os animais domésticos.

(...) Maria da Boa Morte Josélia Damião Fernando, serviam à mesa de casaco branco com botões doirados, emprestei-os ao bispo para a recepção do núncio, música ao ar livre, toldos amarelos, o coro da igreja, os convidados a suarem nas flanelas festivas e o núncio surpreendido com a eficiência dos criados
- O trabalho que não lhe devem ter dado (EP: 29)

A infantilização dos subordinados negros tem particular expressão quando se relembra a figura de Josélia nos tempos áureos da casa familiar. A criada particular de Eunice, herdada por Isilda, é tratada como sendo mais uma criança da família:

(...) a Josélia que herdei da minha mãe bebia às ocultas o álcool das feridas, mostrava-lhe o frasco vazio
- Josélia
a Josélia confusa derrubava talheres em gestos que lhe desobedeciam, corria atrás das próprias mãos como de duas borboletas diferentes
- Desculpa senhora
(...)
- As palmas para cima Josélia
e mesmo sem olhar via a minha mãe entre os retângulos de luz nos ladrilhos, (...), o movimento da escova do tecto à Josélia e da Josélia ao tecto (...) (EP: 183-186)

A convivência entre a família de colonos e os seus subordinados é descrita como sendo baseada na violência e opressão de brancos sobre negros. Os episódios de tirania e injustiça exercida sobre os colonizados são constantes e protagonizados por todos os membros da família com a conivência das autoridades. Até o filho demente de Isilda teria os seus momentos:

(...) [o Rui] tardes e tardes regalado da vida a assistir ao mercado e aos ciganos como assistia de espingarda de chumbinhos à sementeira do arroz, o soba queixou-se à minha mãe, a minha mãe queixou-se ao chefe do posto, o chefe do posto queixou-se aos cipaíes e os cipaíes entraram na sanzala pisando pés de liamba, bácoros, pintos, chamaram as mulheres de filhos à cintura e esbofetaram o soba à frente delas para o ensinar a ter modos, o soba veio pedir desculpa ao Rui e oferecer-lhe uma dúzia de ovos, o Rui a deixar cair os ovos
- Não quero esta porcaria para nada (EP: 48)

O divertimento favorito de Rui, segundo Carlos, consiste em atirar chumbos da sua espingarda aos trabalhadores negros, o que, neste episódio, teve consequências desastrosas para os nativos, com a colaboração de Isilda. Rui é o demente da família, descrito como não tendo noção das consequências dos seus atos, pelo que a responsabilidade pelo seu comportamento recai sobre Isilda. Esta é, por várias vezes, mencionada como compactuando com a violência perpetrada sobre os negros e os acontecimentos acima descritos surgem logo no início da obra, não por acaso: as relações entre colonos e colonizados são de imediato reveladas no princípio do livro. A versão de Isilda sobre o entretenimento de Rui é mencionada pela própria mais à frente:

o Rui (...) o mais inteligente dos meus filhos, o mais sensível, o mais divertido, sempre a fazer partidas engraçadas às pessoas com a espingarda de chumbinhos, um grãozito nas nádegas, um grãozito nas coxas que se tirava num instante com uma pinça (...) (EP: 62)

As injustiças e desigualdades de tratamento são indiciadas por pormenores que acontecem um pouco por toda a obra, mas em alguns episódios descritos são relatadas verdadeira barbaridades que chocam totalmente com os princípios e valores da atualidade.

Segundo Hélia Santos, em *O Esplendor de Portugal*,

(...) Lobo Antunes reforça a brutalidade do colonialismo português exercida em ambos os lados da ferida. Ou seja, as condições assimétricas de poderio económico, cultural e social, são bastante exploradas e reforçadas pelo romance, as quais atingem colonizadores e colonizados. O autor parece entender um conceito de “colonialismo” como negativo para todos/as os/as envolvidos/as, inclusivamente para os que beneficiaram dele. O colonialismo é explorado como um sistema de relações sociais profundamente desiguais e dolorosas, envolvendo outras dimensões para além da “raça”, como por exemplo a desigualdade entre homem e mulher, patente no relacionamento dos pais de Isilda. Este romance não foca apenas ou fundamentalmente as relações inerentes a uma situação de imperialismo, foca principalmente a *colonialidade do ser* (Mignolo, 2003: 632-3) e a degradação humana, levada ao extremo pelo colonialismo. (Santos, 2005: 14-15)

A autora defende que a distinção entre oprimido e opressor na obra é difícil dado que a figura do colonizador é apresentada por uma família moribunda que é destruída e arrasada economicamente e na sua coesão familiar e individual pelo fim do colonialismo e consequente desterritorialização geográfica e identitária. (Santos, 2005: 10), adiantando que este facto conduz o leitor a experimentar um sentimento de piedade pelos colonizadores da obra (*ibidem*). No entanto, a piedade relativamente aos colonizadores é um sentimento negado na obra pelos maus tratos infligidos aos nativos e pela distinção verificada na caracterização do grupo dos colonizados relativamente à já referida negativização representativa do grupo dos colonizadores, conforme faremos notar.

O discurso das personagens, principalmente de Isilda, denota a intenção de salientar a faceta dissimuladamente hostil e violenta dos revoltosos negros em relação aos colonos em geral e, em particular, aos seus patrões brancos.

por exemplo quando foi da independência a minha prima do Lobito a brincar com o criado porque punha as mãos no fogo por ele e o trazia nas palminhas como uma pessoa da família
- Vê lá agora que vocês mandam em tudo não me mates
e o mal agradecido no tom mais sério do mundo
- Fique tranquila que combinei com o criado da senhora do sexto andar eu matar a patroa dele e ele matá-la a si (EP: 95)

Após a independência de Angola, a situação dos colonos que permaneceram no país alterou-se drasticamente, as descrições de episódios de violência em que, agora, são os brancos as vítimas são frequentes relatados por Isilda que os presencia. A posição de fragilidade social passa a ser vivida pelos antigos patrões sobre os quais são perpetrados atos bárbaros de vingança:

Devia ter desconfiado que Angola acabou para mim quando mataram as pessoas das fazendas a norte da nossa, o homem de pescoço para baixo nos degraus, isto é pregado aos degraus por um varão de reposteiro que lhe atravessava a barriga, a mulher nua de braços na desordem da cozinha, muito mais nua do que se estivesse viva, sem mãos, sem língua, sem peito, sem cabelo, retalhada pela faca de trinchar com um gargalo de cerveja a espreitar-lhe das pernas, a cabeça do filho mais velho fitando-nos de um ramo, o corpo que a serra mecânica decepara em fatias espalmado no canteiro, o filho mais novo nas traseiras

(onde tomávamos chá à tarde com eles, a comer bolinhos secos e a refrescarmo-nos com leques de ráfia)

misturando as tripas com as tripas do cão (...) (EP: 209)

A carnificina que se sucede à liberdade dos africanos tem como alvo os antigos colonos como forma de vingança pelo tratamento recebido nos anos de ocupação do território. Ao tentarem recuperar o domínio do território, os assassínios e saques acontecem um pouco por todo o lado. Opressores e oprimidos trocam de posições, os antigos amigos da família de Isilda são dizimados pelos tropas negros, sendo o primeiro forte sinal que Isilda entende como de alteração profunda da sua situação em África. A fazenda da família de Isilda não é exceção e a casa é ocupada pelos guerrilheiros. “[Os tropas] instalados na minha sala, na minha cozinha, desenrolando esteiras no meu escritório, guisando ratos no meu terraço, obrigando a Maria da Boa Morte a cozer-lhes andorinhas para a ceia, passeando no corredor com cintos de granadas e suspensórios de fitas de metralhadora (...)” (EP: 91). A ocupação e destruição da casa familiar de Isilda são o que pode motivar o sentimento de piedade relativamente aos colonos brancos protagonistas deste livro, conforme é em cima referido por Hélia Santos. As passagens em que Isilda menciona a queda do seu “império” em África são fortemente contrastivas com a evocação dos tempos áureos da fazenda familiar em terras angolanas. O trabalho de mais do que uma geração de elementos da família é arrasado pelos nativos angolanos e a casa da família fica à mercê dos que combatem na sangrenta guerra civil que se sucede às lutas pela independência do território. A antiga patroa fica sujeita às ordens de angolanos que não a respeitam e acabam por a expulsar da sua própria casa, sendo de notar os desabafos em que Isilda contrapõe os esforços feitos pelos antepassados para erigir a fazenda, tornando-a produtiva, com a facilidade com que se destrói tudo depois em nome da liberdade dos antigos colonizados:

comigo a pensar arrancámos uma fazenda palmo a palmo a vinte mil hectares de pântanos e mata com catanas, sachos, tractores e antigamente degredados homicidas e gatunos que nos roubavam, arrancámo-la a poder dos nossos ossos e da nossa carne como o mostra o cemitério das traseiras e as sepulturas que o milho engoliu, e expulsaram-nos dela sem outro motivo que não fosse uma palavra cujo significado desconheço, liberdade, (...) (EP: 316)

A situação dos portugueses em Angola sofre uma reviravolta profunda que, no livro, assume uma dimensão ainda maior no entrelaçamento constante de presente e passado ao longo dos discursos dos que veem a sua situação totalmente alterada. Isilda passa a ocupar uma posição

subalterna no contexto social africano onde se move, dependendo das antigas criadas para a sua sobrevivência, o que consiste num revirar total do estado de subalternidade vivido até então pelas negras. Isilda, Maria da Boa Morte e Josélia deambulam por Angola, obrigadas a sair de casa, procurando chegar a Luanda e encontrar refúgio em plena guerra civil.

Por tudo isto, Hélia Santos afirma o sentimento de piedade experimentado pelo leitor perante a situação de decadência dos colonos. Considero, contudo, que a representação do colono na obra, quando confrontada com a caracterização dos colonizados que é fornecida pelos próprios colonos responsáveis pelos discursos narrativos ao longo do livro, é propositadamente contrastante e impeditiva do sentimento de piedade referido por esta autora, começando, desde logo, na posição de Carlos no interior da família de colonos.

A situação de Carlos na casa oscila entre os dois grupos, colonos e colonizadores. O filho adotivo de Isilda não pertence totalmente nem ao grupo dos nativos, nem ao grupo dos colonos devido à sua posição de filho de uma negra nativa, mas aceite na família de brancos. A consciência da mistura racial está constantemente presente no tratamento dado a esta personagem ao longo de toda a narrativa, apesar de ser algo que toda a família evitaria mencionar. A exclusão implícita na família conduz a personagem ao isolamento interior e ao balanceamento identitário entre os dois grupos de que dá conta a obra, com todas as consequências na personalidade e comportamento que daí decorrem, conforme já foi anteriormente referido. Através desta personagem, é verificável a negação da diferença e miscigenação promovidas, em teoria, pelo colonialismo, mas negadas, na prática, pelas práticas colonizadoras.

Relativamente aos principais representantes dos colonizados no livro, ou seja, os criados negros da família, não se verifica qualquer alteração na caracterização inicial, pois cabe-lhes do princípio ao fim da narrativa o papel de oprimidos e injustiçados. Apesar de serem retratados indiretamente através dos relatos dos patrões, os criados negros da família são tratados como detentores de qualidades que contrastam de forma radical com os elementos da família que servem, sendo este aspeto particularmente notório no que diz respeito às mulheres nativas. Depois da independência, Damião abandona a casa de Isilda, decidindo deixar para trás os ensinamentos transmitidos pela família, assumindo a sua condição de africano e decidindo juntar-se aos combates dos seus compatriotas. Retoma as suas raízes angolanas, resolvendo virar costas ao ambiente europeu em que foi forçado a entrar, simbolizado pelo traje de empregado que era obrigado a usar:

(...) o esqueleto da casa sem ninguém excepto eu, as criadas e a trepadeira da varanda a amortalhar-nos no seu lençol de insectos. Foi de certeza por isso que o Damião se foi embora: ao acordar-me esta manhã não trazia as luvas nem o casaco nem os botões dourados: vinha descalço, sem brilhantina, com uma camisa do meu marido que lhe dei há séculos na condição de não a vestir à minha frente, tornara-se como os tropas do Governo que ocupam a sanzala agora à espera dos

guerrilheiros da Unita ou dos sul-africanos ou dos mercenários ocupados a perseguir os leitões que os cubanos se esqueceram de levar ao fugir (...) (EP: 84)

Fernando é apanhado pelos guerrilheiros, considerado um traidor e morto de forma bárbara pelos africanos em guerra, o que é representativo do ambiente de extrema violência e insegurança vivido entre os próprios angolanos e visível na descrição da sua morte transmitida por Isilda:

os soldados apanharam o Fernando na picada da Chiquita, trouxeram-no de regresso à fazenda apertando-lhe os tornozelos com nós de cipó, de malares transformados em chagas azuis, uma pasta confusa no lugar da boca, as calças rasgadas até ao osso da perna, o Fernando de joelhos no terraço golpeado pelas botas da tropa, as coronhadas na cara, as fivelas de cinturão nos rins, o primeiro tiro e um estremeção, o segundo tiro e um bando de morcegos gritando o seu terror nos campos incapazes de sementes (...) (EP: 117)

Relativamente às representantes femininas do grupo dos empregados da casa, verifica-se que a caracterização das mulheres negras é sempre feita em tom compreensivo para com as atitudes tomadas por estas, do princípio ao fim do livro. Os seus comportamentos são descritos de forma indireta pelos vários narradores, mas os retratos que delas se inferem, através destas descrições, são reveladores de características opostas às dos colonizadores representados. Esta característica estende-se à mãe de Carlos que não desempenha um papel ativo na ação, mas surge nas recordações de Amadeu. O marido de Isilda tem uma intervenção curta como narrador, parecendo que o seu papel, interrompendo o discurso de outras personagens, tem por função principal a desculpabilização da empregada negra da Cotonang quanto ao abandono, ou venda, do filho. Nas considerações de Amadeu quanto à mãe biológica de Carlos, são apresentadas justificações para atos que, à partida, podem ser vistos como injustificáveis.

(...) porque tenho de pagar o preço do que aconteceu na cubata da empregada do refeitório da Cotonang há anos e anos, pagar o preço da desconsideração da Isilda (...), limitei-me a reparar-lhe no corpo do outro lado do balcão enquanto me aproximava com o tabuleiro e via servir os almoços e os jantares, limitei-me a perguntar no escritório pelo número da cabana dela e o dactilógrafo

- Vinte e seis

nunca conversámos, nunca bati à porta, nunca pedi licença, entrei, encontrei-a no sopro das galinhas quer dizer a minha mão, a que trazia a prenda da cerveja alemã encontrou-a no sopro das galinhas, um braço, um cotovelo, o que parecia o peito nem escapando-se nem pedindo-me, quieta, a respiração quieta, as pernas quietas (EP: 255)

A postura da mãe verdadeira de Carlos é a de uma mulher habituada à posição de subordinação ao homem branco, visível nesta passagem. A entrada de Amadeu na cabana faz-se sem pedir licença e o ato sexual é silenciosamente consentido, sem que, pelo outro lado, haja correspondência à atração física. O comportamento de ambos os intervenientes neste episódio é revelador do domínio físico e psicológico do homem branco sobre a mulher negra, implicitamente aceite por

ambos. Amadeu limita-se a saber onde está a negra para satisfazer o seu desejo, sem mais explicações, a negra sujeita-se à sua condição de objeto de satisfação do desejo, sem interrogações. Verifica-se, contudo, que Carolina foge à imagem preconcebida de lascívia e sensualidade da mulher africana pela assimetria demonstrada por ambos na manifestação da vontade de realização do ato sexual, em que a postura imóvel da negra durante a concretização das intenções de Amadeu denota a indiferença com que a ação é encarada. O comportamento da mãe de Carlos corresponderia à imagem estereotipada da leviandade e sexualidade exacerbadas da mulher africana ao deixar entrar um homem desconhecido na barraca e ter com ele relações sexuais como se de um ato do quotidiano se tratasse, se não fosse a descrição da sua atitude estática e ausência de reação.

porque tenho de pagar de pagar o preço do que aconteceu na Cotonang, o preço do Carlos, de um filho mestiço numa casa de brancos, no dia seguinte servia-me no refeitório como servia os restantes, nós de tabuleiro ao balcão e ela sem reparar na gente a tirar comida para os pratos, usava um fio de oiro barato, metal com um banho de oiro, convidei-a um domingo para passear comigo em Malanje e recusou, não me importava de entrar no cinema ou no café com ela
Carolina
e recusou, estava sem bata a lavar roupa cá fora e recusou como recusava o dinheiro que lhe queria dar, um colarzinho de conchas, uma almofada nova e no entanto aceitou o cheque da minha mulher como aceitou que lhe levassem a criança por achar que era uma paga justa pelo filho de um engenheiro ou por achar que o filho de um engenheiro não lhe pertencia sem que
por admitir que era preta
me admitisse a mim (EP: 255-256)

A descrição de Carolina e das suas atitudes no seguimento do encontro sexual continuam através da voz de Amadeu, sendo a africana retratada como uma negra que, apesar da sua posição de inferioridade, sempre recusou um maior envolvimento com o marido de Isilda, assim como recusou o seu dinheiro. Contraria-se também, desta forma, a ideia da miscigenação entre negras e brancos como sendo generalizada e vista como relativamente normal. Apesar de Amadeu se mostrar recetivo à manutenção de um relacionamento à vista dos outros e de a negra anteriormente já o ter aceitado como parceiro sexual, a mãe de Carlos recusa sempre os seus convites posteriores, que já não envolvem o contato físico, como se estes implicassem maior envolvimento afetivo do que uma mera relação sexual, sendo este o motivo pelo qual são rejeitados. Carolina recusa a relação emocional com Amadeu e não usa o homem branco como forma de melhorar a sua situação, embora viva na pobreza extrema. De acordo com Amadeu, a decisão de “vender” Carlos a Isilda está relacionada com a rejeição do pai da criança pois ao não aceitar o pai, considera que o filho também não lhe pertence. A rejeição de Carolina pressupõe uma interioridade mais complexa do que inicialmente se poderia pensar sobre uma negra com uma vida miserável e contraria o que seria expectável de uma subordinada em posição de fragilidade social.

A situação económica parece estar em segundo plano para esta personagem e a posterior aceitação do dinheiro de Isilda é interpretada por Amadeu como uma decisão mais relacionada com factores emocionais que materiais. Por este constituir um dos raros trechos de responsabilidade narrativa desta personagem, as considerações de Amadeu funcionam como meio de desculpabilização de Carolina, servindo o pai de Carlos de intermediário na sua defesa.

As caracterizações de Maria da Boa Morte e Josélia opõem-se também à negativização dos colonos brancos tratados na obra. Através de Isilda, Maria da Boa Morte é logo no início descrita como tendo verdadeira afeição às crianças da casa. Os filhos não são seus, mas a criada negra dorme voluntariamente no corredor dos quartos, vigiando o bem-estar dos pequenos colonos:

(...) os pequenos dormiam lá em cima com a Maria da Boa Morte, sem que nós lhe disséssemos deitada no corredor a vigiá-los
(esta gente é verdade ganha afeição às crianças)
pronta a acudir se chamassem a acalmar-lhes o medo (...) (EP: 56)

Quando adultos, Carlos, Rui e Clarisse encontram-se em Portugal e não telefonam à mãe. Contudo, com vergonha deste facto, Isilda por vezes finge que está a falar ao telefone com Carlos. A reacção de Maria da Boa Morte é de total felicidade:

(...) a Maria da Boa Morte alvoroçada no corredor, enxugando as mãos ao avental a pedir-me o telefone para escutar o Carlos, chegando-o à orelha num riso infinito
- Patrão
E eu como se falasse com eles, como se falasse realmente com eles, a aconselhar isto e aquilo, animadíssima para o aparelho calado, a pedir que se agasalhem, a recomendar que se alimentem bem, a enviar abraços, a fazer uma pausa, a enviar mais abraços, a poisar a maquineta, a abandonar o banco, a explicar à Maria da Boa Morte
- Desligaram (EP: 67)

Josélia é, por um lado, retratada através da visão de Eunice que vive permanentemente angustiada pela falta de carinho demonstrada por Eduardo. Por se insurgir contra a filha devido ao genro e aos netos, a mãe de Isilda é uma personagem que vai seguindo um percurso de progressiva solidão e ausência de apoio familiar. Nos momentos de sofrimento pelas traições de Eduardo, vê-se obrigada a eleger Josélia como sua confidente, apesar das convicções racistas que demonstra em toda a narrativa. A negra é então descrita através dos olhos de Eunice que comenta o seu comportamento nos momentos em que é escolhida para amiga da patroa:

eu acordada a escutar o relógio, a escutar o silêncio por dentro do relógio e a ter pena de mim, a minha filha igual ao pai, os meus netos iguaizinhos ao pai deles, se me deixassem ir embora, me deixassem sozinha, se não fosse a Josélia, digam-me se há coisa mais triste do que encontrar consolo na companhia de uma africana, conversar com uma africana, conversar com uma africana que

*naturalmente
não percebe, perguntar-lhe*

- *O que achas Josélia?
e a africana que sim com a cabeça*
- *Senhora*
à procura do meu lenço na gaveta da cómoda, a estender-me com aqueles dedos esquisitos
deles
- *Não chora senhora*
digam-me se há coisa mais triste do que chorar diante de uma criada, abraçar-me a uma
criada a chorar, palavra que cheguei a abraçar-me à Josélia a chorar
- *Senta-te ao pé de mim*
a Josélia na ponta da cadeira com aquilo que para eles é vergonha
- *Senhora*
a olhar-me com o que para eles é dó (EP: 252)

De notar neste excerto a representação propositadamente contrastante de uma criada negra e que é maltratada, mas tem uma postura de dó para com esta patroa, e a representação de uma colona branca, de convicções extremamente racistas, que sempre maltratou, mas que, perante a compreensão da empregada, ainda expressa vergonha de a eleger como amiga. Eunice considera-se diminuída por manifestar fraqueza perante uma subordinada, revelando, mesmo assim, a convicção da sua superioridade, enquanto a criada é retratada como uma negra cuja atitude perante a outra é sempre de humildade e compaixão, quer se encontre em posição de inferioridade, quer em situações de relativa superioridade, por a outra se encontrar fragilizada pela incompreensão dos que a rodeiam. Josélia não se rebela nunca contra a prepotência da patroa. Enquanto Eunice infligiu humilhações aos negros ao longo da maior parte da sua vida e só modificou a sua atitude perto da morte quando se sentiu sozinha, a dedicação de Josélia à patroa é constante:

[Eduardo]- Onde julga que vai em Moçâmedes com a Josélia deve estar a sonhar um braço que quase não existia sob a manga, o relento de mofo da mala, o guarda-chuva de mendigo, a Josélia num pasmo submisso pronta a seguir de camioneta até ao pólo sul apesar de incomodada pelos colchetes e pelo fecho éclair (...) (EP: 166)

Josélia é sempre descrita como vivendo num patamar de profunda desigualdade social e económica quando comparada com os elementos da família que serve, do qual o vestuário é o primeiro indicador. A magreza é também sugerida por debaixo da roupa. A inadaptação ao vestuário europeu é aqui mencionada a propósito de uma situação excepcional em que foi forçada a usar trajes ocidentais.

Noutro capítulo, Isilda descreve o comportamento de Josélia quando a sua mãe morreu, em trechos dispersos devido à intercalação constante do presente com a narração deste acontecimento do passado:

a Josélia não de blusa e saia como nós, de avental, a estender a palma para a minha mãe como se a defunta, de crucifixo no peito, fosse pegar-lha, conversar com ela, doar-lhe o prédio do Caxito, deitámo-la no damasco, trouxemos o oratório do corredor e as cadeiras do salão, o Fernando

tapou as janelas com os crepes por sinal caríssimos que vieram de Malanje quando foi do meu pai e a parvalhona da Josélia plantada no meio das visitas, dos amigos, dos fazendeiros que nem tempo tiveram para mudar de camisa, (...), a parvalhona da Josélia sem reparar em nós defendendo-a do caixão (...) (237)

a Josélia que ao regressarmos do cemitério continuou sozinha à chuva, de mão estendida para a campa não fosse a minha mãe procurá-la nas lápides, chamá-la (...) (239)

na manhã seguinte o tractorista veio contar-me que a Josélia permanecia junto à pedra que marcava o lugar enquanto não traziam o anjo de calcário de Luanda escolhido no catálogo dos anjos de preço que variava consoante a atitude (...) (EP: 240)

Josélia não abandona nunca a sua patroa branca, nem mesmo no dia da sua morte. Pelo descrito, parece ser a personagem que mais sente a morte de Eunice, permanecendo perto da sua campa. O desconsolo isento de segundas intenções pela ausência da patroa é evidente e contrasta com o tratamento que Isilda dá à personagem. A diferença de carácter entre as personagens representantes do grupo de colonos e a colonizada é marcada pelos comentários de Isilda ao comportamento de Josélia, chamando-a por mais de uma vez de “parvalhona”. O vestuário distingue a negra dos restantes presentes na última homenagem a Eunice, continua a usar o avental, simbólico da posição inferior na casa.

Nos momentos finais da sua vida, Eunice reconhece a entrega de Josélia, sendo a empregada escolhida para o consolo final. A preferência de Josélia à sua própria filha para a cabeceira do leito de morte é a admissão final de quem percebe onde se encontra a verdadeira afeição. Isilda, todavia, recusa-se a ver o real significado da atitude da mãe:

Sinceramente ignoro o que minha mãe via na criatura mas quando estava a morrer foi a ela que chamou, não a mim, a ela que pediu ajuda para encontrar o ar que faltava segurando-lhe a mão, e agora imagine-se a minha figura, o padre às voltas no quarto com as rezas e as benzeduras e em lugar da filha dava com uma bailunda de sandálias de plástico armada em parente à cabeceira da cama, eu empurrada para um canto como ferro-velho junto ao pateta do meu marido, um verbo de encher a que ninguém de bom senso dava atenção, imagine-se a vergonha do quadro, a ingrata da minha mãe trocando a dedicação da família pela criada, trocando-me diante de toda a gente por uma mulherzinha de sanzala. (EP: 235)

A devoção da negra à patroa desafia a determinação do carácter geral dos membros da família colona anteriormente vista, em que não há lugar para manifestações sentimentais entre si, nem a revelação por parte das personagens de qualidades morais indicadoras da existência de qualquer tipo de intimidade relativamente a outros. As capacidades de compaixão e compreensão estão personificadas na negra Josélia; Isilda demonstra apenas ciúme, inveja e vergonha por ter sido preterida.

Por sua vez, Isilda fica em Angola completamente abandonada à sua sorte pelos filhos, mas não é nunca abandonada pelas negras Maria da Boa Morte e Josélia. É Josélia quem mais a defende dos tropas, colocando a própria vida em risco:

[a Josélia] conforme me ordenava
- Deita
me ordenava
- Levanta
me conduzia ao rio, me lavava, me trazia do rio, discutia com os soldados a colocar-se à
minha frente, a defender-me deles, uma mulher tão fraca quanto eu
- Não é patroa é comadre
a desviá-los, a afastá-los de mim, a bater-lhes enquanto se riam com o galho seco de
mangueira com que animava o lume
- Não é patroa é comadre
os tropas a fingirem-se aleijados pelo galho
- Comadre
(...) a Josélia cobria-me da chuva com uma lona de jipe
- Assim
não por respeito, não por deferência, pelo prazer de humilhar-me (...) (EP: 184)

A negação da afetividade por parte de Isilda em relação às pessoas de raça negra é algo que permanece na sua figuração em adulta ao longo da obra. Da mesma forma que nega qualquer tipo de apego aos seus subordinados, recusa-se a admitir que os comportamentos das suas empregadas sejam demonstrações de sentimentos considerados mais nobres. Isilda tenta retirar de todas as atitudes de Josélia ou Maria da Boa Morte qualquer carga emocional positiva que se lhe possa atribuir. O discurso de Isilda pretende refletir a subjetividade de uma personagem despojada de qualquer sentimento solidário em relação às suas criadas que passam de uma posição de oprimidas para uma situação de protetoras. O discurso de Isilda, mesmo na situação em que se encontra como dependente das suas criadas negras, é sempre o de alguém que tenta justificar como certos os maus tratos infligidos às outras, recusando-se a admitir que o tratamento dado não terá passado de uma série continuada de injustiças. O reconhecimento da afeição das outras personagens à sua pessoa seria a admissão de um passado constituído basicamente por erros de tratamento aos que a rodeavam em África.

Contudo, pela descrição do comportamento das nativas, a afetividade aos patrões por parte das subordinadas negras é evidente e opõe-se ao vazio de sentimentos retratado na família de colonos, sendo este o fator que mais distingue o tratamento dado às personagens. A caracterização negativa dos colonos, em contraste com o retrato positivo dos subordinados, chega ao seu ponto máximo no excerto descritivo da morte de Josélia ao salvar a vida a Isilda, excerto este que chega a tomar proporções quase burlescas pelos comentários da narradora:

a Josélia que sinceramente não sei o que minha mãe via nela mas a preferia a mim
a preferia a mim

dado que ao morrer foi à bailunda que chamou exigindo-a ali, segurando-lhe a mão e agora imagine-se a minha zanga, o que lhe faria depois a seguir ao velório, ao enterro, o que lhe faria logo que os cachorros do mato desandassem, a felicidade dela foi a Maria da Boa Morte puxar-me o braço, tornar a puxar-me e a puxar-me o braço na direção da jangada do segundo rio onde os cachorros do mato não chegavam, a sorte dela foi a Maria da Boa Morte obrigar-me contra a minha vontade a ir consigo desviando-me dos ganidos, dos dentes, das patas, dos olhos de crianças cruéis, das caudas fosforescentes nos intervalos das árvores, a sorte dela foi eu estar na jangada enquanto a Maria da Boa Morte girava as roldanas e as cordas que ligavam as margens, a plataforma de ripas avançava na água

(...)

enquanto a Josélia olhava para nós a certificar-se que abandonávamos o estrado e caminhávamos no sentido da Marimba (...)

a felicidade da Josélia foi cair mal um cachorro lhe prendeu o tornozelo, um segundo cachorro lhe prendeu a coxa, foi continuar primeiro de joelhos e a seguir deitada a bater nos bichos com o ramo quebrado, foi desaparecer por fim sob uma confusão de latidos e uivos, uma confusão de unhas, patas, caudas fosforescentes, dorsos que pulavam, a felicidade da Josélia

(...)

foi os cachorros do mato abrirem-lhe caminho no interior da pele, das costelas, arrancando nacos de pulmão de músculos de fígado, olhando-me

(...)

uma última vez como se quisesse dizer qualquer coisa que eu não entendia, que o barulho do rio me não deixava entender, tentando desculpar-se do que eu não lhe desculpava porque tal como o meu avô não admito liberdades nem má criações a uma indígena, não consinto liberdades nem má criações a uma fulana qualquer (EP: 247)

O excerto pretende retratar Isilda como uma personagem em permanente negação do reconhecimento de que os seus comportamentos em África para com os negros seus empregados constituem atrocidades que foram por si cometidas, por ter-se guiado por pressupostos errados. Recusa-se a admitir os gestos das negras como nobres pois ao admiti-lo teria que questionar todo o seu passado em Angola. Apesar de as nativas serem sempre retratadas de forma indireta através dos colonos, as ações relatadas denotam a preocupação de retratar estas personagens como moralmente mais elevadas que os membros da família de colonos.

Os momentos finais de Maria da Boa Morte são também descritos por Isilda, depreendendo-se, mais uma vez, a preocupação com a proteção da patroa como sendo o motivo da morte desta personagem:

(...) eu, a afugentar os cães, para os fantoches vestidos de soldados, armados de metralhadoras de brincar

- Não me vou embora

(...)

eu na estrada da Corimba sem nenhum barco que me leve ao Mossulo, nenhum cipaio que me defenda

(a Maria da Boa Morte desviando a metralhadora de brincar

- Senhora)

nenhum ajudante de campo do governador, nenhum chefe de posto, nada senão os fantoches vestidos de soldados e aquela pateta que me agarrava o braço, pedia

- Senhora

e pedia

- Senhora

e continuava a pedir

- Senhora

(...)

- Não me vou embora
a metralhadora de brincar a emitir estalinhos de brincar, os cães que sabiam o seu papel de cor trotando para longe de nós, o adrecista a despenhar telhas e pranchas, a Maria da Boa Morte a pedir

- Senhora
como se tivesse medo e as armas de plástico disparassem a sério, imagine-se, até o contra-regra e o ponto lhe perguntarem

- Então?
a Maria da Boa Morte, obediente, se desprender de mim, colocar à pressa meia dúzia de nódoas de tinta na barriga, no peito, na cara, tentar falar, calar-se, tentar falar de novo
(...)

a Maria da Boa Morte num papel igual aos actores que representavam cadáveres, de braços no chão a esvaziar-se, a alongar uma mancha que não era sangue, tudo o que quiserem menos sangue, não me conseguem convencer que era sangue, ao comprido da perna, eu impaciente

- Acaba com isso não tem graça levanta-te
dobrada para ela a sacudir-lhe o ombro

- Disse levanta-te não disse? (EP: 373-374)

Maria da Boa Morte acaba sendo morta pelos soldados ao tentar defender a sua antiga patroa, numa cena em que a protegida se recusa a admitir como verdadeiros os acontecimentos à sua volta, imaginando-se como estando no centro de uma representação teatral em que tudo seria fingido. A negação da realidade e a mistura com a fantasia é uma estratégia frequente na expressão da interioridade de Isilda, manifestando a sua necessidade de evasão de um presente que prefere evitar. Perante a morte da companheira, Isilda refere-se ao modo como vê a sua ligação com esta personagem:

eu para a Maria da Boa Morte porque era tarde
- Acaba com isso não tem graça levanta-te
nódoas de tinta na barriga, no peito, na cara, tentar falar, calar-se, uma mancha que não era sangue (...) os soldados de metralhadoras de plástico surpreendidos com os meus aplausos

- Foste óptima
foste óptima mas somos tão velhas e é tarde agora, levanta-te, tão velhas, não vou ao ponto de confessar que sou tua amiga
tenhamos senso
preciso de ti como os brancos de Lisboa precisaram de nós para vender Angola, o café, o algodão, o milho, o tabaco, (...) (EP: 377)

Recusando-se, mais uma vez, a ver o gesto da antiga empregada como manifestação da dedicação extrema que lhe devota e a admitir a sua amizade pela negra, reduzindo o relacionamento entre as duas a uma situação de conveniência. A recusa de Isilda em confessar a si mesma a amizade pela negra é simbólica da sua insistência, até às últimas consequências, na defesa dos anos de colonização, negando-se a ver a mudança do estado das coisas. O reconhecimento de Maria da Boa Morte e Josélia como as suas duas únicas verdadeiras amigas implicaria o seu arrependimento pela forma injusta como sempre lidou com elas ao longo de todos os anos em que eram apenas suas subordinadas, dando razão aos que finalmente se rebelaram contra os colonos.

(...) porque nos enganamos a cada passo na idade deles, ou parecem muito menos ou muito mais do que de facto têm como nos enganamos no temperamento, no carácter, na honestidade, na obediência e no afecto se é que se pode chamar afecto ao que sentem, não se ligam a nós, não são fiéis, não são reconhecidos, odeiam-nos, o meu pai coitado sempre me preveniu

- Não sejas parva não cries ilusões que eles detestam-te (EP: 95)

Os conselhos de Eduardo são seguidos à risca pela filha, pois até ao fim da vida recusa-se olhar para os nativos como seres capazes de sentir afeto. Reconhecer a afeição dos negros pelos colonos seria reconhecer que os ensinamentos do seu pai transmitidos desde a infância estavam errados, assim como, conseqüentemente, todo o percurso familiar em África.

O pressuposto do angolano colonizado como destituído das particularidades dos seres humanos, os sentimentos e o raciocínio, e mais aproximado dos animais marca o processo colonial na sua globalidade e nesta família em particular. A anulação do sujeito, promovendo o sentimento de inferioridade, garante a manutenção da exploração colonial, ao mesmo tempo que justifica a substituição da identidade historicamente construída pelo povo colonizado por um ideal europeu de civilização. Ao despojar os nativos da sua humanidade e reduzindo-os à condição selvagem, os colonizadores expropriam culturalmente os colonizados, facilitando a dominação de um povo pelo outro. A inferiorização ou anulação dos fatores identitários de grupos considerados inferiores afirma-se como desígnio civilizacional dos colonizadores, possível apenas através da anulação das marcas da diferença cultural. O processo de expropriação destitui o colonizado, não só da terra e das riquezas que ela oferece, como também da sua memória cultural e identitária, dos seus costumes e tradições. Ao destituir as comunidades colonizadas dos seus referentes culturais e geográficos, anula-se também a personalidade do outro, subjugando-o, retirando-lhe a humanidade e atribuindo-lhe a condição de objeto. Convertendo os povos subjugados em coisas, retira-lhe qualidades intelectivas que lhes possibilitem pensar racionalmente e, portanto, também agir civilizadamente.

O padrão de pensamento e comportamento europeu é concebido como o único a seguir para atingir a civilidade necessária ao progresso dos povos, devendo-se, portanto, conduzir o nativo culturalmente e socialmente para que ele possa atingir o estatuto de ser racional. Isilda, como símbolo da resistência dos antigos colonos à entrega destas terras aos seus nativos, não pode admitir as barbaridades que são agora associadas aos anos de permanência dos portugueses em Angola e que estariam implícitas na visão dos nativos como seres humanos, com todas as qualidades inerentes à sua humanidade. Teima em vê-los como seres destituídos de inteligência e de sentimentos, recusando-se, até ao limite, a encará-los de acordo com a perspetiva legitimadora do colonialismo, segundo a qual a independência do colonizado não teria sentido por este ser incapaz de assegurar o seu próprio bem-estar. Transpõe esta rejeição para a sua vida particular e, da mesma forma que não se permite ver a realidade que a cerca, resiste em assumir que sempre

lidou com os nativos que lhe estavam próximos partindo de pressupostos errados, sendo o erro agora visível. Ao confiar nos filhos que a traíram e ao maltratar e desconfiar dos negros que não a abandonaram nunca, Isilda nega a si própria o que a realidade lhe diz.

A representação do grupo de colonizados na obra de Lobo Antunes contrasta com a representação negativa geral dos protagonistas, ou seja, da família de colonos. As personagens secundárias são as únicas detentoras de qualidades humanas associadas à superioridade de caráter, contrariando a inferioridade da posição social. Denotam sentimentos e emoções que implicam a elevação moral relativamente aos que, pela educação e pelo meio de onde provêm, seriam os mais prováveis detentores dessas qualidades. A conceção e filosofia de vida cristã, com todos os seus ensinamentos de amor ao próximo, seria, teoricamente, a seguida pelo grupo de colonos. Tal não se verifica neste livro, o amor ao próximo é praticado pelos designados de “selvagens” pelo estilo de vida e cor da pele. A missão civilizadora praticada por esta família resume-se à transmissão de regras de trabalho, de etiqueta e à mudança de vestuário dos nativos, os ensinamentos morais ficam a cargo dos negros, principalmente das negras, e são apreendidos não pelas personagens da obra, mas pelo leitor atento.

5.3. A valorização do mundo do colonizado africano

Todas as coisas, no quintal, dançavam, as folhas, a terra, as manchas de sol, os ramos, as árvores, as sombras. Dançavam e não tinham limite, nada tinha limite, nem mesmo o corpo, que crescia em todas as direcções e era grande como o mundo. O corpo era a árvore e o corpo era o vento. (AP: 16)

Em *A Árvore das Palavras*, não é apenas a figura do colonizado que é valorizada, mas sim todo um mundo conotado com o ambiente africano em que as personagens se movimentam, simbolizado pela Casa Preta, espaço da casa familiar em que reinam os hábitos e costumes africanos. A Casa Preta é o espaço doméstico associado à liberdade, à fusão do ser humano com a natureza, contrariamente à Casa Branca onde tudo tem regras bem definidas. Para Gita, a sua mãe é Lóia, a negra em tudo distinta de Amélia, e Orquídea, filha de Lóia, é a irmã que nunca teve. Nos seus sonhos, Gita e Laureano vivem na Casa Preta e a figura materna de referência é Lóia, retratada pela menina como mais meiga, mais feminina e mais condizente com o que se espera de uma mãe do que Amélia. Gita, em criança, não distingue as duas mulheres pela cor da pele, apenas as distingue como pessoas, e no seu mundo ideal não existem diferenças entre brancos e negros: “De noite, pensava ainda outras vezes, de noite não havia diferenças. Eu reencontrava a minha cara escura, e vivia com Laureano e Lóia na Casa Preta.” (*idem*: 47). A negra exerce um grande fascínio sobre a menina, por oposição à contrariedade que lhe provocam as regras estritas impostas

por Amélia. Gita prefere, sem dúvida, a espontaneidade e alegria de Lóia ama às permanentes censuras de sua mãe (Azevedo, 2010: 42):

Quando Lóia não vinha ia eu em pensamento até ao lugar onde ela morava, que não sabia exactamente onde era, seguia até ao fim da cidade de cimento e entrava no ‘Caniço’, andava pelos caminhos de areia, nas sombras ralas de árvores dispersas, atravessava o emaranhado das construções muito pequenas, barracas, casa cobertas de zinco, palhotas maticadas. (AP: 46)

A ordem social instalada em Moçambique é criticada por Gita que se coloca sempre do lado dos nativos negros. Na terceira parte do livro, a Gita adolescente denuncia o papel da igreja na manutenção das injustiças sociais verificadas na colónia portuguesa, apesar da separação racial ser contrária à ideologia pregada:

Mas era tudo impostura e fingimento, iam lá [igreja] não para se sentirem iguais aos outros, mas para afirmarem a sua posição de privilégio, e saíam de lá para continuarem a viver da mesma forma, para que haviam de mudar alguma coisa se tudo estava tão bem organizado assim, eles reinando e os outros servindo, agora e para sempre amén.
No entanto o padre voltava-se para todos e dizia abrindo os braços: Caríssimos irmãos.
Mas não era verdade. E os padres bem viam que era tudo hipocrisia, mas fingiam não ver, e não saber. (AP: 205-206)

Gita tem sempre uma posição contrária à ordem social instalada em Lourenço Marques e é extremamente crítica em relação ao grupo dos colonos brancos. Não se considera integrada num setor da sociedade que se crê superior à população negra: “E no entanto nenhuma pessoa, e nenhuma cultura, é melhor que a outra, e também os brancos têm muito a aprender com os negros, digo [a Roberto].” (AP: 206). Gita expressa posição contrária à ideologia social dominante, denotando um olhar compassivo sobre os que na altura constituíam o grupo ignorado pelas classes dominantes. Na última parte do livro, Gita continua a revelar-se sempre solidária com a situação dos negros colonizados, tentando contrariar o afastamento entre os dois grupos e respetiva hierarquização.

Na primeira parte a protagonista da obra opõe-se à mãe pela separação entre o mundo do colono e do colonizado que esta impõe na sua casa, na sua adolescência mantém a posição contrária aos que insistem em repudiar a população negra, considerando-a inferior e promovendo o seu afastamento do grupo dos brancos. Mantém amizade com Roberto, o negro seu colega de escola desde a infância e é contra a discriminação racial, sustentando a visão uma visão humanista sobre os que a rodeiam. A antipatia sentida por Rosário, a empregada negra do pai com quem este casará após a partida de Amélia, é baseada apenas nos componentes da sua personalidade e são exclusivamente estas as características que se revelam determinantes para os seus juízos de valor sobre os que a rodeiam (Azevedo, 2010: 44)

Laureano, pai de Gita, funciona como exemplo do colono de poucos recursos que, pela sua situação de dependência económica, se identifica mais com os negros oprimidos pelas classes privilegiadas do que com a maioria dos colonos brancos que enriquecem à custa da mão-de-obra nativa. A perspetiva de Laureano sobre o ambiente que se vive em Moçambique é transmitida ao leitor na segunda parte da obra, em excertos intercalados com o ponto de vista de Amélia, em que é o pai de Gita que assume também o fio condutor da história. Laureano faz, juntamente com a filha, a transição entre os universos de colonos e colonizados retratados na obra, desempenhando nessa transição um papel importante, dado que é a figura inspiradora da filha e a quem ela dedica a narrativa da primeira parte do livro.

Em fragmentos que se intercalam com o relato de Amélia na terceira pessoa, é transmitida ao leitor a perspetiva de Laureano sobre o meio social em que se movimenta em Moçambique ainda antes da chegada da sua mulher a estas terras, revelando ser, desde logo, uma personagem solidária com a situação dos negros em Lourenço Marques (Azevedo, 2010: 46): “Conhecia o sofrimento dos negros, conhecia-o a partir de dentro, podia pôr-se no lugar deles, porque não sentia, nunca sentira a distância. Ele não era diferente.” (AP: 145). Laureano identifica-se mais com os negros de Moçambique do que com os elementos do grupo dos colonos ao qual pertence. Os outros brancos são por ele vistos como estando naquelas terras apenas para retirar benefícios económicos em proveito próprio, sem olhar para a situação dos nativos que são vistos como meros instrumentos para conseguirem os seus fins:

Lembrou-se do caixão do pai de Relito Matunga a ser coberto de terra, na parte de trás do cemitério, onde não havia jazigos com estátuas de anjos segurando ampulhetas, placas de mármore nem lampadários. No lugar onde ficavam os brancos pobres e os negros. Ali, pensou, ficaria também ele um dia. Estaria bem, junto dos negros. Em paz. (AP: 145-146)

A visão de Amélia sobre a sociedade envolvente não é tão descabida quanto a filha parece sugerir na primeira parte, mas haveria, de facto, tendência para as classes mais favorecidas associarem os colonos pobres ao grupo desprestigiado dos negros. Os colonos de poucos recursos económicos surgem como sendo igualmente ignorados e ocupando posições inferiores: a divisão entre colonos ricos e colonos mais pobres e negros é referida por Laureano como estando presente até depois da morte, divisão que é motivada por fatores económicos. O nível económico funciona como fator de aproximação entre ele, que faz parte do grupo dos pobres sem instrução que foram para África com o objetivo de tentar melhorar as suas condições de vida, e os negros nativos que são igualmente pobres, analfabetos e cuja função é apenas a de servir as classes mais elevadas. Laureano sente-se bem entre os negros, para ele não existe qualquer diferença entre os colonos

mais desfavorecidos financeiramente e os negros explorados pelos brancos ricos sem escrúpulos (Azevedo, 2010: 47).

As diferenças mais acentuadas que Laureano encontra são entre ele e os colonos das classes mais elevadas, metaforicamente considerados vampiros:

Enquanto os outros, os vampiros que se tinham alimentado do sangue dos negros, saíam um dia dos seus jazigos sumptuosos, onde quer que estivessem, e errariam entre as campas, mortos-vivos sem descanso e sem sono. Mas ele não. Ficaria em paz, em campas, entre os negros. (AP: 146-147)

A separação interior do grupo dos que partiram de Portugal para terras de Moçambique para melhorar as suas vidas parece ser vista por Laureano não tanto baseada numa divisão entre colonos pobres e ricos, mas antes entre os brancos que, como ele, têm uma atitude compassiva e solidária para com os negros e os que estão ali apenas para os explorar, vendo-os somente como mão-de-obra barata e acessível. No seu ensaio sobre o livro de Teolinda Gersão, Kate Sherwood Sotelino refere-se também a esta personagem masculina:

Laureano is apparently representative of those Portuguese whose sense of national ethnic boundary is not frozen in nationalistic, racist precepts; rather he looks outward, strives to blend and absorb. His modest, yet dignified, way of establishing his life in Mozambique leaves no doubt as to his cognizance of where he fits on the socio-economic scale. (Sotelino, 2007: 226)

Laureano faz maioritariamente uma separação entre empregado, quer este seja branco ou negro, e patrão, este sim sempre branco dado que os negros não ocupavam nunca posições de chefia. As preocupações humanitárias de solidariedade para com os que, como ele, ocupam uma posição socialmente mais vulnerável em relação aos grupos de maior poderio económico, porque deles dependentes para o seu sustento, estão na base dos juízos de valor respeitantes aos outros membros da sociedade moçambicana. Este colono branco, pobre e de posição subalterna, sem representatividade ou influência junto das esferas do poder, está mais perto do colonizado negro do que do colono branco rico pela sua situação de dependência económica, o que supera a diferença racial. As classes economicamente privilegiadas são retratadas como detendo poder à custa da mão-de-obra dos mais desfavorecidos, particularmente dos negros que até pela igreja são socialmente desprotegidos (Azevedo, 2010: 48).

Ele [Laureano] gostava de contar essas coisas. Talvez porque não tinha estudos, o que sempre considerou uma fatalidade (embora eu tenha levado tempo a perceber porquê), dava muita importância a pequenos conhecimentos, pormenores aparentemente sem importância que guardava, como preciosidades, na memória (...) (AP: 193)

Laureano pertence a um grupo específico de colonos portugueses sem instrução, sem dinheiro e sem uma ocupação independente das classes de maior poderio económico, o que o aproxima dos negros. Laureano é apresentado até ao fim da obra como uma personagem solidária com a situação dos negros: é o pai de Gita que cuida de Lóia quando esta adoece e morre, e toma a seu cargo as filhas dela, atribuindo-lhes uma mesada para assegurar o seu bem-estar. Dá dinheiro às filhas de Lóia sem estabelecer entre elas e a sua família qualquer distinção racial, o que confirma a percepção que a filha tem dele como pertencendo à Casa Preta no espaço doméstico. Depois da partida de Amélia, através das palavras da filha, a associação da forma de estar de Laureano com a da população africana é reforçada, estabelecendo-se, pelo contrário a separação entre esta figura da família de Gita e o colono ocidental de forma geral (Azevedo, 2010: 48-49):

Isso, entre outras coisas eu aprendi com África: a pequenez do ser humano, diante da vastidão do que não é humano. Não somos nada, poeira no vento, silhuetas minúsculas, na imensidão da paisagem.
Basta-nos no fundo muito pouco, porque somos também pouco: matar a fome, a sede e o desejo de sexo, a esteira para dormir e o coração em paz.
Laureano sempre viveu desse modo, e eu compreendo-o. (AP: 206-207)

No excerto acima transcrito, Laureano aproxima-se mais da caracterização que na obra é feita do colonizado negro, nomeadamente de Lóia quando afirmava, referindo-se a Amélia, que “ambição grande não é bom” (AP: 65), “o coração fica pesado” (*ibidem*). Gita atribui ao pai uma vivência caracterizada pela ausência de ambição, sem grandes expectativas para o futuro e tentando tirar partido do que o presente tem para lhe oferecer, tal como Lóia. A incompatibilidade entre Laureano e Amélia residia essencialmente na forma de viver africana de um, por oposição ao modo de estar característico das sociedades ocidentais do outro (Azevedo, 2010: 49).

No que concerne aos representantes dos colonizados de Lourenço Marques, Roberto é uma das personagens do livro que, juntamente com Lóia, a sua família e Rosário, representa o grupo dos negros nativos de Lourenço Marques. Roberto é o colega de Gita do liceu, detentor de um grau de escolaridade que lhe permite ser uma personagem mais interventiva ideologicamente, contrariamente a Lóia e Rosário devido à falta de instrução destas personagens. Roberto é já representativo de um novo mas reduzido grupo de nativos, que emerge nos anos finais da colonização portuguesa, que frequenta a escola e a quem é dada oportunidade de escolarização, a par dos brancos filhos de colonos. Por esse motivo, é uma personagem reveladora de uma consciencialização apurada em relação aos problemas políticos e sociais existentes na colónia portuguesa e é quem, em vários momentos, chama a atenção da narradora para as injustiças sociais de que os negros são vítimas no seu próprio país (Azevedo, 2010: 44).

Repare-se na reprodução que Gita faz dos comentários do seu amigo sobre a missa de Domingo:

Porque logo a seguir eles [ricos] comem com talher de prata o caril dominical de camarão ou de lagosta, servidos por criados negros de luva branca, diz Roberto. Enquanto nas palhotas os negros comem caril de gafanhotos e ratazanas gordas assadas no espeto, e de noite os ratos roem as crianças adormecidas. (AP: 206)

Roberto refere a discriminação social em Moçambique: as diferenças entre as condições de vida dos colonos brancos ricos e a dos seus serventes são analisadas através da perspectiva de um nativo negro. Esta personagem revela o seu nível educacional quando denota uma preocupação de cariz ideológico e social mais abrangente da sociedade como um todo. Acusa os colonos de mais posses financeiras de viverem completamente alheados dos restantes habitantes que vivem na miséria e sem denotarem qualquer preocupação em melhorar as vidas dos outros à sua volta. É Roberto quem faz a afirmação premonitória sobre a situação política que, em breve, se irá viver em Moçambique: “Um dia a cidade de caniço vai engolir a de cimento. Esse menino ainda não sabe. Mas espera.” (AP: 180), podendo ser representativo das vozes que se insurgem contra o domínio português nos territórios africanos ao expressar os motivos conducentes às rebeliões por parte das populações locais (Azevedo, 2010: 45).

5.4. Os negros como únicos aliados no espaço africano

À semelhança do romance de Teolinda Gersão, na obra de Miguel Sousa Tavares os negros representados que assumem papéis de maior relevo dizem respeito essencialmente à esfera doméstica, apesar de haver referências importantes aos trabalhadores das roças do arquipélago de S. Tomé e Príncipe que, no entanto, não têm grande intervenção na narrativa. Em *Equador*, o protagonista Luís Bernardo defronta-se com o facto de, nas colónias, não existir qualquer respeito pelas populações autóctones africanas que são consideradas somente como mão-de-obra barata e acessível devido à ignorância que revelam sobre os seus direitos. O sentido humanitário da missão colonial, propagandeado na metrópole, não passa de mera especulação com fins lucrativos.

Era um longo relatório e, por isso, iria seguir, não por via telegráfica, mas por vapor normal. Demoraria bem mais tempo a chegar às mãos de Ayres d'Ornellas, mas Luís Bernardo entendia que esse inconveniente era compensado pela vantagem de ter tornado claras, desde logo, as suas regras de jogo, perante o novo ministro. Ele estava ali, não por interesse próprio, mas pela vontade de serviço ao país; viera, não para mudar as ideias que tinha em relação a um tipo de exploração colonial que entendia insustentável ou para pactuar com a situação existente, evitando os conflitos, mas justamente para lhe pôr termo, no que ela tinha de intolerável; se este não fosse o entendimento do Governo, ficava claro que não era ele, afinal, a pessoa indicada para aquele cargo e cabia a quem de direito substituí-lo; e se, por outro lado, no que dependia do apoio e da

colaboração do governo - sobretudo, nas instruções a dar ao curador-geral - ele não recebesse esse apoio e essa colaboração, que lhe eram devidos, ficava desde logo desresponsabilizado do resultado da sua missão. Sabia que o tom do relatório estava quase no limite do aceitável por parte de um superior hierárquico. Era quase como se dissesse «estas são as minhas condições: se querem, muito bem, se não querem, façam o favor de me dizer». Mas, de outro modo, que sentido fazia estar ali? Se nada havia para mudar, para que o teriam ido buscar? Qualquer coronel ou general desocupado, qualquer administrador ultramarino ansioso por progredir na carreira faria a função com mais vantagens para todos ou quase todos... (E: 204-205)

É desde cedo claro para o novo governador de que o seu poder é limitado pela resistência ao seu trabalho que, à partida, é colocada por todos os que teriam de funcionar como agentes de mudança na sociedade, a sua função no arquipélago não passa de uma farsa com o objetivo de encobrir a verdade dos acontecimentos aos ingleses, sem que realmente se espere que consiga qualquer tipo de mudança comportamental por parte dos habitantes das colónias.

Os nativos africanos em *Equador* são personagens caracterizadas indiretamente através das suas ações. Conforme já foi referido neste trabalho, a focalização narrativa omnisciente diz sempre respeito às personagens que fazem parte do grupo de colonizadores presentes na obra, não havendo, em qualquer momento da narrativa, a perspetiva dos colonizados sobre os acontecimentos ou o seu papel na sociedade representada. Os negros colonizados não têm, assim, voz própria neste romance nem um papel de destaque, sendo a todos atribuída a função de personagens secundárias. Desempenham também papéis de subordinados aos colonos e os relacionamentos mantidos com os brancos não ultrapassam nunca a distância formal decorrente das respetivas posições sociais distintas, apesar dos esforços de Luís Bernardo em quebrar este estado de coisas, principalmente no que se refere a Sebastião e Doroteia. Na sua chegada à ilha de S. Tomé, Luís Bernardo tenta desde logo demarcar a forma diferente como considera este grupo de habitantes, fazendo questão de mostrar que, no seu entender, não deve haver uma diferença tão vincada entre o tratamento devido a negros ou a brancos como a que os colonos tomam por natural. O seu primeiro contacto com os negros das ilhas consiste no encontro com os que têm por função zelar pelo palácio do governador:

À porta esperava-o o novo comité de boas-vindas, o da criadagem do palácio. À frente, todo fardado de algodão branco com botões dourados reluzentes, avançou um preto alto, de ombros largos, aparentando cerca de 60 anos, com o cabelo já quase todo branco a rarear. Mais uma vez foi Agostinho de Jesus quem fez a apresentação:

- Este é o Sebastião, o chefe dos criados, que vai ser assim uma espécie de oficial às ordens de V. Ex.a. O Sebastião entrou para cá em miúdo, como moço de fretes, e está cá...

há quantos anos, Sebastião?

- Há trinta e dois, Senhor Agostinho.

- Então, você tem quantos anos? - perguntou Luís Bernardo.

- Tenho 41, senhor governador.

Parecia vinte anos mais velho, mas Luís Bernardo notou o seu sorriso aberto, de criança, a que duas fiadas inteiras de dentes imaculadamente brancos e um olhar vivo e sem sombras transmitiam um ar de simpatia imediatamente cativante. Luís Bernardo abriu também um largo sorriso e estendeu-lhe a mão:

- Muito prazer em conhecê-lo, Sebastião. Tenho a certeza de que nos vamos dar bem.

Houve um momento de hesitação, em que Luís Bernardo ficou com a mão estendida, no vazio. Pelo canto do olho, Sebastião lançou um olhar ao secretário-geral, cujo embaraço momentâneo também não escapou ao recém-chegado. Depois, decidiu-se rapidamente e apertou a mão que Luís Bernardo lhe estendia, murmurando um «muito obrigado, senhor governador», cuja formalidade se desvanecia de novo no sorriso que lhe brilhava na boca e no olhar. Com visível prazer, passou de seguida a apresentá-lo ao seu pequeno exército doméstico: Mamoun, o cozinheiro e Sinhá, a sua mulher e ajudante de cozinha; Doroteia, criada de quarto e «de fora», encarregue também das roupas do governador, uma jovem beldade negra, com corpo de palmeira e olhar escondido e envergonhado; Tobias, cocheiro e moço de estrebaria, que os tinha conduzido na charrete desde o molhe; e um garoto, afilhado de Sebastião, chamado Vicente e que funcionava como moço de fretes e «topa-a-tudo». (E: 128-129)

A atitude de Luís Bernardo ao tomar a iniciativa de apertar a mão a Sebastião, do mesmo modo que fez com todos os que lhe foram sendo apresentados à sua chegada ao arquipélago que vai governar, é estranhada por não ser um gesto habitual por parte dos colonos em relação aos nativos das ilhas. No entanto, Luís Bernardo vinca logo a sua postura diferente em relação à população negra. O novo governador chega determinado em mudar as mentalidades no que concerne ao tratamento dado aos africanos, revelando uma consideração por estes que os brancos geralmente não têm. O simples facto de cumprimentar um empregado negro, apertando-lhe a mão, é interpretado pelos que o rodeiam e observam este gesto como se tratando da atribuição de uma importância a estas pessoas que elas não têm. Os patrões não apertam a mão aos empregados nem os olham na qualidade de seres humanos iguais a eles, muito menos quando se trata de pessoas de raça negra. Luís Bernardo, contudo, tenta marcar a distinção quanto à sua forma de ver estas pessoas assim que chega às ilhas.

Vivendo uma situação de isolamento em S. Tomé, não só devido à distância geográfica em que se encontra da terra natal, mas também pela ausência de relações familiares e de amizade com as pessoas que realmente estimava enquanto na metrópole, Luís Bernardo tenta, muitas vezes, encontrar nos empregados negros que habitam o palácio os substitutos que colmatem o sentimento de carência afetiva decorrente da sua solidão. Doroteia e os empregados do palácio do governador são descritos como sendo os que estão sempre do lado de Luís Bernardo, logo desde o início da sua estadia na ilha. A lealdade de Sebastião e Doroteia e a forma cuidadosa como tentam agradar ao novo habitante do palácio são referidas de forma contrastante com a animosidade em relação à pessoa de Luís Bernardo por parte dos restantes habitantes das ilhas. A consideração com que trata os negros seus subordinados é correspondida pelas demonstrações de afeto que todos os empregados do palácio do governador demonstram em relação a Luís Bernardo:

O mais reconfortante nas suas vindas a casa era constatar como o Sebastião e todo o pessoal pareciam ter sentido as suas ausências, tratando-o como um soldado de regresso da frente de batalha para se restabelecer na retaguarda. Da cozinha, vinham pedidos insistentes de Mamoun e Sinhá para que «o senhor governador diga o que mais lhe apetece para o jantar» e qualquer coisa

que ele dissesse transformava-se imediatamente em jantar, como se os seus desejos já tivessem sido adivinhados. (E: 188)

Estas pessoas que surgem como “pano de fundo” no enredo do romance, são-lhe gratas e, conclui-se no fim do livro, são as únicas que revelam preocupar-se verdadeira e desinteressadamente com o governador de S. Tomé. São estas personagens que cuidam de Luís Bernardo quando está doente:

Luís Bernardo passou todo esse primeiro dia em completa inconsciência. Jamais deu sinal de reconhecer alguém ou sequer o sítio onde estava. Sempre ajudado pela Doroteia, Sebastião passou o dia a mudar os lençóis encharcados, a limpá-lo do suor, a medir-lhe a febre, a aplicar-lhe a toalha fria e a forçá-lo a sentar-se para beber água por uma palhinha de cana que tinha mandado recolher ao jardim. Doroteia puxara uma cadeira para ao pé da cama e não se retirou do quarto jamais. Cada vez que ele gemia ou ensaiava falar, ela procurava acalmá-lo, passando-lhe a mão pela testa ou pela cara. Nunca comentou nada com Sebastião, mas via-se que estava impressionada pelo estado de prostração física do doente. Depois da visita do médico, à tarde, eles resolveram estabelecer entre ambos turnos para passarem a noite à cabeceira de Luís Bernardo. A Doroteia ficou com o primeiro turno até às duas da manhã, e o Sebastião substituiu-a depois até à chegada do médico, ao princípio do dia. (E: 379)

Da mesma forma que os negros lhe são reconhecidos pelos cuidados que o patrão demonstra ter no seu trato, Luís Bernardo sabe igualmente que estas são as únicas pessoas com que pode contar no arquipélago que dirige, já que existem provas concretas da amizade e dedicação concedidas pelos seus empregados:

Foi ao ler, com ternura, o caderno onde a Doroteia e o Sebastião tinham anotado religiosamente as suas temperaturas de hora a hora, durante esses dias e noites, que ele realizou como andara por cima dessa ténue linha que separa a escuridão definitiva do regresso à luz. Tinha estado ausente e indefeso e eles tinham velado por si, hora a hora, minuto a minuto, trazendo-o de volta - de volta ao corpo de Ann, de volta ao cheiro do jardim, ao som do mar, à humidade suspensa sobre a cidade, aos gritos das crianças à saída da escola, de volta à vida. (E: 385)

É ainda Sebastião que tenta impedir que o fim trágico de Luís Bernardo, perseguindo-o quando este procura Ann. A preocupação deste criado com o patrão é reveladora do facto de Luís Bernardo apenas ter conseguido criar relações de verdadeira amizade com os seus empregados negros:

- Que fazes tu aqui, Sebastião? - a sua própria voz parecia-lhe vir de muito longe, de tão longe que era como se fosse outra pessoa que perguntava.
- Tenho vindo a segui-lo, patrão. Desde que saiu de casa à tarde, depois de receber o delegado. Segui-o até à praia, segui-o de volta a casa e segui-o depois até aqui.
- E por que te dás tu a esse cuidado, Sebastião?
- Perdoe-me, patrão. Porque há qualquer coisa que está mal. Sinto um cheiro mau no ar.
- Sebastião, sou doutor, não sou patrão.
- Sim, dotôr.
- Não há nada de mau, Sebastião. Havia apenas umas dúvidas que eu tinha. Essas dúvidas acabaram agora. Tudo morreu ali, naquela casa.

- Essa mulher, essa inglesa, patrão, vai desgraçá-lo. Eu sempre o senti. (E: 506)

Apesar de haver poucos elementos que permitam caracterizar Sebastião para além das conversas que vai mantendo com Luís Bernardo nos serões passados sozinhos nos aposentos do governador no seu palácio e da apresentação que ele mesmo faz a Luís Bernardo na sua chegada à colónia, verifica-se aqui a intenção de demonstrar a aproximação afetiva entre estas duas personagens, para além das relações formais entre patrão e subordinado. Sebastião adivinha a destruição do governador que a seus olhos se torna um brinquedo nas mãos de Ann, como se esta fosse dotada de poderes superiores que o conduzem à desgraça, sendo este pequeno excerto um dos poucos reveladores de uma mentalidade associada aos nativos africanos crentes em poderes sobrenaturais.

Ao contrário das ordens recebidas de Luís Bernardo, Sebastião não fora dormir. Permanecia lá fora no jardim, sentado junto a uma árvore e cabeceando de sono, na vigília à luz acesa no escritório de Luís Bernardo. Não iria deitar-se enquanto não visse que a luz se tinha apagado. Também a Doroteia esperava sentada numa cadeira no corredor do andar de cima, outra vela apagada nas suas mãos, mas com uma caixa de fósforos pronta a acendê-la, assim que ouvisse os passos de Luís Bernardo atravessando o corredor para se vir deitar.

O tiro sobressaltou-os a ambos, já quase adormecidos. (E: 512)

Sebastião e Doroteia são, também as últimas pessoas que veem Luís Bernardo ainda em vida e que, depois, o encontram morto. São ainda beneficiários do seu testamento.

Luís Bernardo interpretou a missão que lhe foi atribuída como sendo a de, sobretudo, tentar modificar as mentalidades da população colona em relação à forma como consideravam os nativos negros das ilhas. Por este motivo, cedo revela interesse pelas condições de vida deste setor da população são-tomense. Num dos seus passeios pela ilha, pede a uma negra que encontra pelo caminho que o deixe entrar na sua cabana:

[Luís Bernardo] Desmontou do cavalo, dando as rédeas ao Vicente para que as segurasse, e levou a mão ao bolso do casaco, tirando um punhado de moedas que estendeu à mulher. Ela olhou as moedas, pareceu ainda hesitar, depois guardou-as na mão fechada e afastou-se da porta, para que ele pudesse entrar. O calor e o cheiro dentro da cabana eram sufocantes. Um cheiro desagradável, a farinha queimada, a mato e sujidade, tudo envolto numa nuvem de fumo que subia do chão de terra, onde ardia um lume rasteiro sobre o qual assentava uma panela de barro. O ar era quase irrespirável, nauseante e rarefeito. Ao princípio, vindo da luz de fora, ele não conseguia distinguir nada. Depois, à medida que os olhos se foram habituando àquela penumbra toldada pelo fumo, olhou à roda e viu, dispersos pelo chão ou sobre uma mesa de madeira artesanal, uma série de utensílios de cozinha e de lavoura, umas ferragens, umas grandes tijelas de barro e enxergas em pleno chão. Sentiu o suor empapando-lhe o cabelo e escorrendo pelo peito e pelas costas, as pernas fraquejaram-lhe de repente e a custo conteve um vômito que lhe subira, sem aviso, pela garganta acima. Pensou se estaria com febre, numa fracção de segundo imaginou-se perdido, já envenenado pela malária, e, reunindo forças, saiu intempestivamente cá para fora, para a luz e para o ar que lhe pareceu uma bênção fresca. Todos estavam calados, a olhar para ele. Firmou o passo, tanto quanto pôde, e subiu para o cavalo que Vicente segurava pelas rédeas. Atabalhoadamente, levou dois dedos ao chapéu, despedindo-se da mulher, e tocou em frente, a trote pelo caminho. (...)

Quase vomitara ao descobrir o lado oculto da «missão de progresso e desenvolvimento que Portugal conduz em São Tomé e Príncipe». Sim, é verdade, que havia a contra-argumentação: na

noite do baile, em conversa na sua mesa, alguém comentara: «Dêem a um negro uma casa de branco, com paredes de alvenaria, lavabos e tudo, e num instante ele transforma-a num pardieiro.» (E: 166-167)

A distinção entre o discurso oficial sobre a missão colonial de Portugal e a realidade que enfrenta agora numa das suas colónias é evidente para Luís Bernardo. O desenvolvimento e progresso propagandeados na metrópole não existem para as populações nativas que vivem em condições extremamente precárias. O modo de vida dos negros não condiz em nada com as teorias de propagação das condições civilizacionais ocidentais aos povos africanos. Estas teorias propagandeadas apenas conseguem aceitação na metrópole valendo-se do distanciamento geográfico das colónias. Encontrando-se agora no terreno, Luís Bernardo dá-se facilmente conta do logro ideológico que sustenta o colonialismo português, verificando localmente a sobreposição dos interesses económicos a quaisquer princípios humanitários que possam estar na base da argumentação legitimadora da empresa colonial europeia.

Todo o jantar, Germano André Valente, o curador-geral, mantivera-se afastado do olhar de Luís Bernardo, sentado dois lugares à direita deste, e silencioso estivera até aí. Já no dia da sua chegada, quando lhe fora apresentado, Luís Bernardo notara o seu olhar esquivo e o pouco entusiasmo com que o saudara. Na recepção oficial, por acaso ou deliberadamente, nunca estivera perto do governador e agora parecia querer continuar tão invisível quanto possível. Mas, mesmo que o quisesse, Luís Bernardo não poderia vir a evitá-lo: Germano Valente tinha por função oficial averiguar e relatar as condições de trabalho nas roças, a legalidade dos contratos de trabalho, supervisionar a importação e repatriamento de trabalhadores, e representar simultaneamente os interesses dos serviçais e os dos seus patrões. Reportava e respondia directamente perante o governo de Lisboa, o que podia implicar uma sobreposição de competências com o próprio governador – mas jamais acontecera até então que governador e curador divergissem publicamente na apreciação feita ao que se passava nas roças. (E: 173)

As intenções de Luís Bernardo esbarram sempre na falta de vontade em modificar o estado de coisas por parte dos únicos que o poderiam ajudar. São as próprias autoridades que colocam entraves a qualquer tentativa do governador que tenha por objetivo melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores negros das plantações, por estas se traduzirem na perda de lucros ou de privilégios que os colonos se habituaram a tomar por garantidos. A extração de riqueza como resultado da exploração dos territórios colonizados é considerada o único fator de incentivo à estadia dos brancos em terras inóspitas e selvagens. A personagem do livro que faz parte da administração local das colónias e se opõe a Luís Bernardo de forma mais frontal, mostrando abertamente a sua oposição às exigências de Luís Bernardo, é Germano Valente, o curador-geral do governo de Lisboa. Esta personagem revela-se um forte opositor às diretrizes que o novo governador tenta fazer impor na colónia com o objetivo de permitir o livre arbítrio dos trabalhadores negros das plantações quanto à sua permanência nos seus postos de trabalho. Germano Valente não cumpre a função que lhe foi incumbida pelo governo central de Lisboa que

tem como vetor central zelar pelo cumprimento dos contratos de trabalhos estabelecidos com os negros recrutados em Angola para o exercício das tarefas mais pesadas nas plantações do arquipélago são-tomense, por estar mais ligado à defesa dos interesses dos colonos que dependem desses trabalhadores para o sucesso das suas roças:

Na sua primeira viagem, o Minho levou de volta para Angola setenta e oito serviçais angolares e respectivas famílias, cujos contratos haviam terminado. Voltou uma semana depois, na terceira semana de janeiro, e levou mais vinte e cinco angolares repatriados. Na terceira viagem, Luís Bernardo estava no cais-ponte, de manhã, a assistir ao embarque: entraram cinco serviçais, três mulheres e quatro crianças a bordo. Luís Bernardo virou as costas à cena e deu de caras com Germano Valente, que tomava notas num caderno preto, parecendo muito compenetrado das suas funções. Cumprimentou Luís Bernardo com um aceno de cabeça e voltou a mergulhar nas suas notas, como se nada fosse. Luís Bernardo sentiu o sangue subir-lhe à cabeça.

- Oiça lá! Julguei que tínhamos ficado entendidos: isto era um repatriamento a sério e não mais uma das suas fantochadas. Germano Valente levantou os olhos do caderno e respondeu, com toda a calma do mundo:

- O que quer que eu faça? Que os obrigue a embarcar à força?

Luís Bernardo sentia ganas de lhe deitar as mãos ao pescoço e estrangulá-lo ali mesmo. Deu dois passos em frente e deteve-se a uma distância demasiado próxima do outro:

- Você está a gozar comigo, não está?

- Acha?

Luís Bernardo deu mais um passo em frente, enquanto que Germano Valente continuou sem se mexer, impassível, a enfrentá-lo.

- Uma coisa lhe garanto: hoje mesmo e sem mais tardança, Lisboa vai ter de escolher entre si e mim. E um de nós vai ter de sair daqui, com o rabo entre as pernas.

- Talvez lhe caiba a si essa sorte, senhor governador...

Luís Bernardo cerrou os punhos até os nós dos dedos ficarem brancos e cuspiu as palavras:

- Amanhã saberá a resposta, seu filho de uma puta vendido aos roceiros! (E: 488-489)

Luís Bernardo enfrenta constantemente a animosidade desta personagem, deparando-se, assim, com um entrave que vai ser determinante para o seu fracasso em África: não consegue que as autoridades locais cumpram as suas funções devido à existência de compadrios e influências, o que leva a que as ilegalidades sejam cometidas impunemente. Neste livro, a corrupção do sistema devido a interesses económicos e à ganância dos representantes do grupo dos colonos revela-se mais forte que todas as intenções do novo governador e consiste no principal obstáculo à prossecução dos seus objetivos.

Os negros ao serviço dos colonos de S. Tomé e Príncipe trabalham em condições desumanas, que são descritas em vários excertos ao longo do livro, com a conivência das autoridades portuguesas. Luís Bernardo constata, no local, a diferença entre os relatos que circulam na metrópole sobre o quotidiano das colónias e o que efetivamente acontece nas plantações que tem o cuidado de visitar:

Ao soar do toque das seis, rigorosamente ao pôr do Sol, os trabalhadores começaram a convergir de todos os pontos da roça para o grande terreiro central. Vinham sozinhos ou em grupos, de maxins caídos, ombros curvados e passo cansado. Deixavam-se cair no chão e ali

ficavam, sentados ou deitados, sem grandes conversas, uma lassidão extrema em cada um dos seus gestos. Às seis e meia, o capataz chamou a reunir e organizou-se a forma da tarde, para nova contagem de cabeças, não fosse alguém, tomado por um acesso de loucura, ter-se despedido para sempre do seu contrato, da legalidade e da «segurança» da vida na roça, trocando tudo pela escuridão da selva, densa de perigos e sem nenhum futuro feliz para oferecer. Feita a contagem, desfilaram para receber o jantar que iriam cozinhar na sanzala: peixe seco, arroz e bananas, para si e para as suas famílias - aqueles que as tinham. Seguindo a cena, do seu posto de observação na varanda da Casa Grande, Luís Bernardo lembrou-se da descrição idílica do que se iria seguir, da autoria de um dos donos de roças em São Tomé e que ele lera algures: «Dado o sinal de dispersar, retiram-se para a sanzala, onde comem, entretendo-se depois a conversar e a dançar até ao toque do sino, que às nove horas anuncia a hora do repouso. Nos dias de folga, em que habitualmente lhes é permitido recolherem mais tarde, é frequente entreterem-se organizando grandes batuques, dando expansão aos seus sentimentos de alegria, por meio de danças e gestos desconcertados. nenhuns cuidados os preocupam relativamente à sua subsistência ou de suas famílias, visto que todos se acham a cargo dos patrões, que lhes fornecem alimentos três vezes ao dia, bem como vestuário, habitação e tratamento médico, salário em dinheiro e passagem de ida e regresso aos portos de onde procedem... Com todas estas vantagens e regalias, e com o interesse e apoio paternal que encontram em todos os mais actos da sua vida, tanto da parte dos patrões, como do curador, os trabalhadores gozam de uma existência relativamente invejável e, por isso, ao terminarem os seus contratos, usufruindo de um bem-estar que estavam longe de encontrar nas terras onde nasceram, os indígenas angolenses preferem fixar a sua residência nas ilhas a regressar a Angola...»

Luís Bernardo sorriu, ao lembrar-se desta citação que fixara de cor. Viu as centenas de homens, rotos de cansaço e acobalhados, arrastarem-se em silêncio para as suas casas da sanzala, o «maxim» pendente numa mão, a ração da noite na outra, e perguntou-se se o autor daquelas palavras porventura queria fazer passar por «sentimentos de alegria» o cântico pungente que ele lhes ouvira, manhã cedo. Imaginou-o em Paris, nesse mesmo momento, talvez instalado no Bristol ou no Créteil, preparando-se para gastar numa noite nas Folies Bergère e em companhia de uma qualquer corista, o que uma alma daquelas, trabalhando numa sua roça, cumulada de «regalias e vantagens» e «apoio paternal», não conseguiria juntar numa vida inteira, dia após dia, de sol a sol. (E: 183-184)

Luís Bernardo ironicamente recorda o relato sobre as condições de trabalho nas roças são-tomenses feito por um dos colonos, comparando o discurso lido com o que presencia nas roças da colónia. Assiste ele mesmo ao discurso apresentado pelo colono Souza Faro, na condição de representante dos brancos de S. Tomé, ao Príncipe real, em que este o afronta diretamente, sustentando uma realidade que vê contrariada no seu dia-a-dia na colónia:

- Em tais condições, facilmente se compreenderia que a repatriação obrigatória dos nossos colonos, pretendida com intuídos meramente interesseiros pelos adversários da nossa imigração, seria um acto de inqualificável violência que nenhum governo poderia de ânimo leve sancionar. A Vossa Alteza Real e ao nobre ministro podemos asseverar, com a verdade que lhes é devida, que, de entre os nossos colonos angolanos, dos que têm aqui família constituída - e são-no quase todos - não há um só que se preste de vontade a abandonar a Pátria que adoptaram, pela simples razão de que aqui se lhes faculta tudo quanto possam ambicionar. E é doutrina corrente que, onde se está bem, é aí a Pátria. (E: 452)

Os colonos tentam fazer passar a mensagem de contentamento de todos, brancos e negros, com as condições de vida experimentadas na colónia equatoriana, o que é desmentido durante todo o romance. Têm também o cuidado de transmitir, nos seus discursos ao Príncipe real, o que consideram ser o que este pretende ouvir, camuflando o que realmente acontece nas ilhas no que

respeita aos negros que trabalham nas suas plantações, ou seja, o facto de não lhes ser dada outra alternativa a não ser a de permanecerem no arquipélago a serviço das plantações. Os negros não têm qualquer poder de escolha quanto aos seus próprios destinos, são joguetes nas mãos dos colonos.

Os donos das plantações utilizam como argumento a favor do regime de trabalho que se vive nos seus cultivos o facto de os negros terem a sua subsistência assegurada. As restrições de liberdade vividas por estas pessoas são totalmente desvalorizadas, assim como o facto de não serem devidamente informados sobre os seus contratos de trabalho. As razões de Luís Bernardo sobre o que considera serem condições de trabalho desumanas encontram respostas por parte da comunidade colona difíceis de objetar:

- Depende. Para si, e para mim talvez, não serão muito maltratados. Há pior em África, de certeza. Mas, se lhes perguntar a eles, a resposta é capaz de ser outra.

- Que resposta, senhor governador?

- Não sei, senhor Feliciano. Já se imaginou no lugar deles?

- No lugar deles?

- Sim, já se imaginou ali, a trabalhar dez horas por dia na plantação, a levantar-se quando o sino toca e a adormecer quando o sino manda, e a ganhar dois reis e cinquenta centavos por mês?

- Bem, senhor governador, isso nem parece conversa do senhor. Cada um tem o seu lugar, não fomos nós que fizemos o mundo, foi Deus. Foi ele, que eu saiba, que fez os brancos e os pretos, os ricos e os pobres.

- Pois, senhor Feliciano, tem razão. A minha fé é que ultimamente não anda lá muito fortalecida.

E embarcou na pequena chata a vapor, deixando o Sr. Feliciano Alves visivelmente apreensivo. (E: 186-187)

A argumentação utilizada por este colono utiliza a crença religiosa numa ordem divina que não pode ser contrariada pelo ser humano como base de sustentação das diferenças hierárquicas entre os seres humanos. A mentalidade vigente é a de que os homens se têm de sujeitar às vontades de Deus que determina o lugar de cada um no mundo, não havendo espaço para o livre arbítrio humano conducente à mobilidade social. A distinção fundamental na sociedade das ilhas de S. Tomé e Príncipe é referida como sendo entre brancos e negros e ricos e pobres com as respetivas discriminações. Esta separação é convenientemente aceite pelos brancos do arquipélago como natural e predeterminada por forças sobrenaturais a que os homens apenas têm o dever de se sujeitar. A ordem natural das coisas consiste na discriminação social a que sujeitam os nativos africanos, estando implícita a superiorização do homem branco. As condições em que vivem os negros nas plantações são descritas como totalmente degradantes e animais:

O cheiro reinante era nauseabundo, um cheiro de suor e de dejectos que o ar rarefeito do barracão não conseguia arejar. Vindo da luz crua do meio-dia para a penumbra, Luís Bernardo começou por não conseguir distinguir nada, senão uma massa negra que se movia lentamente, como a lava no interior de um vulcão. Era uma massa escura, disforme, de corpos que ondulavam devagar e respiravam pesadamente. (E: 424)

O governador entra neste barracão onde estão os trabalhadores amotinados de uma plantação na ilha do Príncipe e é como se tivesse entrado numa pocilga, em que os negros são percebidos como uma massa indistinta de pessoas. Luís Bernardo vê-se impotente para combater a mentalidade que reina entre a comunidade colona quanto ao trato devido aos seus empregados negros, sendo conduzido para o seu final infeliz pela forte oposição que enfrenta nas ilhas.

O relatório apresentado em Lisboa pelo representante das firmas importadoras de cacau de S. Tomé em Inglaterra, Sr. William Cadbury, com base no relato de David Jameson, não deixa margem para dúvidas quanto às conclusões do cônsul inglês sobre a mão-de-obra utilizada nas plantações do arquipélago colonial português:

«A grande maioria dos indígenas de Angola que são levados para São Tomé, são trazidos para a costa e levados para as ilhas contra sua vontade.

As boas leis que estabelecem a repatriação são ainda letra morta, porque, se exceptuarmos Cabinda, nunca se fez a repatriação dos indígenas de São Tomé para Angola. Além das provas evidentes e estatísticas vitais que agora se possuem, há e haverá sempre, enquanto Vossas Ex.as não introduzirem o trabalho livre, inúmeras ofensas contra as pessoas dos indígenas, que é impossível descobrir, mas que são a consequência inevitável do actual sistema. É ponto assente para nós que não existe repatriação dos trabalhadores para Angola, porquanto os vapores que vão carregados de indígenas para São Tomé não trazem nenhum de regresso para a sua terra. Enquanto este estado de coisas não mudar, não há argumento que convença o mundo de que isto é trabalho livre. (E: 481)

Da mesma forma, o relato sobre a mão-de-obra nativa africana nas plantações são-tomenses, que Luís Bernardo deixa para enviado para D. Carlos após a sua morte, é elucidativo sobre o resultado da sua observação feita no terreno ao longo dos dois anos de estadia nas ilhas:

Demito-me, pois, porque falhei na minha missão de terminar com o trabalho escravo em São Tomé e Príncipe - um regime contra o qual eu sempre me manifestei publicamente e, por isso mesmo, mereci a honra de ser escolhido por Vossa Majestade para a missão de lhe pôr fim.

Meu Senhor D. Carlos:

As condições em que vivem e trabalham os serviços angolanos de São Tomé e Príncipe, para aqui deslocados contra sua vontade e a quem, para efeitos de retórica jurídica, chamamos cidadãos portugueses, são indignas de uma nação civilizada, indignas do nome de Portugal e indignas do Estado que Vos cabe representar. Nenhuma argumentação pseudo-jurídica poderá disfarçar a evidência da verdade pura e crua que eu vi com os meus próprios olhos e de que a consciência me manda dar-Vos testemunho. (E: 511)

A vontade do protagonista do livro em alterar este estado de coisas esbarra nas mentalidades instaladas, não só nas colónias, mas também na metrópole: a vontade individual não chega para vencer a falta de vontade coletiva. Luís Bernardo limita-se a constatar a realidade que todos querem distorcer, expressando a intenção evidente por parte do autor de *Equador* em revelar uma faceta da colonização portuguesa que, com base nas suas investigações históricas, todos se

esforçariam, já na época, por ocultar o que, ainda nos dias de hoje, é por muitos omitido no discurso saudosista da gloriosa época colonial portuguesa.

5.5. O estereótipo do negro angolano

Enquanto no romance de Sousa Tavares o protagonista revela um olhar compassivo em relação aos colonizados, ao longo do livro de Dulce Maria Cardoso, as referências que existem aos nativos angolanos são feitas utilizando a designação pejorativa de “pretos”, presumindo-se que seria esta a forma de tratamento usual entre os colonos, quando os negros angolanos eram o motivo de conversa. Em grande parte dos casos em que estas referências existem, é bastante óbvio que traduzem as convicções que foram interiorizadas pelo narrador pela sua convivência com o grupo dos colonos de que faz parte:

Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí é o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como os lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhes diz, o preto é abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer é preto e já se sabe do que a casa gasta. (R: 25)

Na fala deste adolescente, denota-se a intenção de reproduzir os discursos que se habituou a ouvir em casa, ou nas conversas dos pais com os vizinhos ou amigos das suas relações. No excerto acima transcrito, Rui emite os juízos de valor sobre os nativos africanos que seriam usuais nas falas dos brancos, dando a entender que seriam estas as considerações habitualmente feitas pelos colonizadores quando o assunto tinha como tema central os negros de Angola que com eles conviviam na colónia portuguesa. O tom depreciativo utilizado no tratamento dos “pretos” que se verifica neste excerto é o que Rui também utiliza quando a eles faz alusão ao longo de todo o romance, estando subentendido que este descendente de colonos portugueses terá interiorizado a caracterização estereotipada dos negros, propagada entre a comunidade branca.

Segundo Cláudia Castelo, apesar da ação psicossocial desenvolvida durante a guerra colonial baseada na aproximação entre brancos e negros,

Era difícil convencer indivíduos que cresceram ouvindo que os ‘pretos’ eram inferiores, serviam apenas para trabalhar, era necessário coagi-los ao trabalho, porque eram por natureza ociosos, a conviverem de igual para igual com os africanos, precisamente no momento em que alguns deles contestavam o domínio português. (Castelo, 2007: 275).

Na obra de Dulce Cardoso, estes são designados frequentemente como um todo sem distinções entre eles, sendo a raça negra o seu fator de aproximação, fazendo com que a individualização dentro deste grupo de pessoas se perca. O que aqui é transmitido são ideias feitas sobre os indivíduos de raça negra como resultado de um sentimento de superioridade da raça branca relativamente à negra e da visão preconceituosa da civilização ocidental sobre as outras, encaradas como inferiores e atrasadas.

Não fica cá nada, diz o pai empurrando a ponta da faca em direcção ao centro da dália que a mãe bordou a castanho-escuro, nem o pó dos sapatos cá deixo, eles não merecem nada. Eles são os pretos. Todos. Os que não conhecemos e não têm nome e os que conhecemos e têm nomes da metrópole que não sabem pronunciar, Málátia, Ádarbeto, é preciso ser-se bem matumbo para nem o próprio nome se saber dizer. (R: 21)

Os “pretos” são, na grande maioria das vezes, nomeados como um conjunto em que não há lugar para personalizações, nem mesmo em relação aos que com eles convivem. Os empregados do pai são desdenhados por Rui quando lhes chama de “matumbos”, isto é, rafeiros, boçais ou ignorantes na gíria de Luanda¹⁵, devido à sua pronúncia incorreta. No livro, entre os poucos negros que têm nome, estão estes trabalhadores da empresa de Mário, Malaquias e Adalberto, que são ridicularizados por Rui pela pronúncia incorreta da língua portuguesa. Pela tenra idade do narrador, infere-se que estes seriam comentários frequentes, na comunidade colona, que Rui tenta legitimar através da sua experiência e contacto com os negros de Angola. Rui procura pormenores que confirmem os estereótipos associados aos representantes da raça negra, fazendo o inverso do que seria de esperar de um narrador adulto que provavelmente apresentaria o seu ponto de vista pessoal sobre os negros; este narrador, habituado a ouvir os preconceitos correntes sobre os nativos africanos, apenas tenta sustentar as afirmações generalistas com o que vai observando, sem revelar grande espírito crítico.

(...) o pai ria-se do Sr. Manuel, nós é que não lhe damos um ano para estar de volta, menos de um ano e carrega as bicuatas para cá outra vez, o Sr. Manuel insistia, olhe que os revolucionários venderam-nos a esta pretalhada, o Sr. Manuel dizia sempre pretalhada e mulatagem, olhe que esta pretalhada não descansa enquanto não nos limpar o sebo, (...) (R: 28)

O valor dos sufixos em “pretalhada” e “mulatagem” é evidente da intensão insultuosa e pejorativa com que, propositadamente, é feita a referência às pessoas de raça negra.

As referências às negras são muito reduzidas e assumem também o tom transmissor do estereótipo da sexualidade exacerbada geralmente associada às representantes do sexo feminino deste grupo racial:

13 www.dicionarioinformal.com.br

(...) passávamos horas a falar de como seria fazer ginga ginga com raparigas brancas, sabíamos que não era a mesma coisa do que fazer com as pretas que nem cuecas usam e fazem aquilo com qualquer um e se quisermos até fazem com dois ou três de seguida, a Fortunata uma vez fez com sete, uns a seguir aos outros, até fizemos fila como na cantina do liceu. (R: 43)

A Fortunata é também a única negra com nome neste romance e é recordada como implicitamente inferior às raparigas brancas pela falta de pudor e de recato, para além da roupa. Mais parecida com as fêmeas do mundo selvagem do que com as raparigas da mesma cor que Rui, o seu comportamento caracteriza-se pela total liberdade sexual, sendo por esse motivo desdenhada como ser humano. As “pretas” são todas incluídas num grupo uno, sem marcas distintivas, e têm todas o mesmo comportamento a nível sexual, sendo Fortunata apenas um exemplo.

Rui integra-se completamente na sua família de colonos brancos, identificando-se fundamentalmente com o pai que, por sua vez, se insere no grupo mais alargado da comunidade de portugueses provenientes da metrópole, e não parece pôr em causa a imagem global construída sobre os negros que circula entre os que o rodeiam. Rui é ainda muito novo para ter a capacidade de analisar criticamente o que vê e ouve entre os membros da sua própria comunidade, limita-se, portanto, a ser o recetáculo da informação veiculada pelos outros e a transmitir o que toma por certo, por ser a realidade com que convive desde a infância. Os estereótipos utilizados pelos brancos na caracterização dos nativos são usados pelo narrador muitas vezes em comentários de assuntos triviais: “(...) a minha irmã não gosta de estudar, eu também não gosto, o pai diz que somos mangonheiros como os pretos e já jurou umas quantas vezes que nos arranca a mangonha do corpo nem que seja à cinturada porque os estudos são a melhor enxada para lavrar a vida.” (R: 38).

Os negros não têm voz própria neste romance e são, portanto, caracterizados sempre pela perspectiva dos colonos, através da voz de Rui que se limita a emitir as opiniões que seriam correntes entre os elementos colonizadores, particularmente as do seu pai. Não parecendo ter opinião pessoal sobre este assunto, as convicções apresentadas sobre os negros angolanos não o individualizam como personagem. O narrador apropria-se, no que diz respeito a este assunto em particular, do discurso da comunidade branca de ex-colonos para caracterizar os nativos africanos, limitando-se a encontrar motivos de sustentação desse discurso na sua experiência particular: “(...) os carteiros brancos já se foram quase todos embora e os pretos nem sequer sabem ler as moradas, é preciso ser-se matumbo para nem uma morada saber ler.” (R: 44). Desta forma, na caracterização dos negros é evidente a influência do ressentimento sentido entre a comunidade colona pela rejeição de que os brancos são alvo na terra que consideravam como sendo também sua, na época final da colonização portuguesa. Os termos utilizados por Rui nas várias menções

aos negros ao longo do livro não são abonatórias em relação à sua causa ou às razões que pudessem estar por detrás do seu comportamento em relação aos brancos, apenas se verificando estas considerações na reprodução de falas de outras personagens: “O tio Zé tenta sossegar-nos, tenta sossegar a mãe, diz que o Nhé Nhé foi tratar de tudo, os pretos vão perceber que estavam enganados e vão libertar o pai, os pretos são justos, às vezes enganam-se mas os enganos podem ser corrigidos, o tio Zé diz que podemos ficar descansados.” (R: 61). Os negros são constantemente percebidos pelo narrador como se tratando de traidores para com os brancos que, por sinal, até estariam do seu lado se o objetivo era criar e desenvolver uma nova nação liberta do poder colonial da metrópole:

Os pretos não começaram logo a matar os brancos a eito mas quando lhe tomaram o gosto não quiseram outra coisa e os brancos ainda foram embora mais depressa. A cidade foi ficando mais vazia de dia para dia, se o pai pudesse amarrar os brancos para não se irem embora tinha-o feito, às vezes o pai exaltava-se, não se podem ir embora assim, ao menos dêem luta, mas os brancos só queriam correr para o aeroporto e ir para a metrópole, tão cobardes, o pai não sabia a quem desprezar mais, se os pretos, uns assassinos ingratos, se os brancos, uns cobardes traidores. (R: 33)

Os colonos que tinham as suas vidas construídas apenas em Angola, onde desejavam permanecer mesmo após a libertação de Portugal, sentem-se abandonados por todos, ficando na posição de alvo fácil da agressividade sentida por parte dos nativos. Os acontecimentos decorridos na reta final da colonização portuguesa em África condicionam todos os julgamentos emitidos pelo narrador sobre a personalidade e o carácter dos negros, sem marcas distintivas entre os elementos que o compõem. Os anos anteriores ao processo de descolonização da colónia parecem ter ficado abafados pela violência exercida pelos negros contra os brancos nos últimos anos de permanência dos colonos em África. O único vislumbre do que aconteceria na época anterior à revolução de abril, ou seja, da submissão dos nativos em relação aos colonos brancos, diz respeito à evocação de episódios passados em tempos pouco distantes do golpe de estado da metrópole, quando as populações começam a rebelar-se. Em algumas passagens do livro, Rui refere-se a acontecimentos que revelam pormenores que permitem inferir o tratamento dado aos nativos quando se viveriam os tempos considerados “normais” nas antigas colónias:

Uns meses depois do golpe de estado na metrópole, os irmãos do Malaquias mandaram o pai à tugi, os irmãos do Malaquias também trabalhavam para o pai e naquele dia no armazém só por o pai lhes ter dito que não podiam beber cerveja nas horas de trabalho, vai à tugi branco da tugi. O Malaquias teria pedido desculpa ao pai mas nunca mais veio trabalhar, os irmãos eram uns bandidos e não o devem ter deixado. Vai à tugi branco da tugi, nem insultar sabem, se vos torno a ver aqui levam com um balázio que vos arrebento os cornos, escarumbas, cabrões de merda, o pai sabe como insultar. Vai à tugi branco da tugi, até dá vontade de rir. (R: 25-26)

A lembrança deste acontecimento contrasta sobremaneira com a ação da primeira parte do romance, em que a comunidade branca em Angola se sente já ameaçada pela população negra. No excerto transcrito, relembra-se um episódio acontecido pouco depois do 25 de Abril, ainda durante um período de tempo em que os colonos não se tinham apercebido das consequências dos acontecimentos vividos na metrópole. Deduz-se que Malaquias seria um empregado considerado leal e submisso a Mário, pelo que as culpas da sua insurreição são transferidas para os seus irmãos. Mário trata os negros da maneira que Rui considera normal e digna de elogios: utiliza a sua arte de insultar superior à dos negros, usando palavras bastante grosseiras para fazer face à atitude provocatória dos seus empregados. Percebe-se que os comportamentos dos trabalhadores de Mário seriam habitualmente merecedores de escárnio por parte dos brancos empregadores, pelo que Rui expressa a atitude de zombaria com que o pai, na altura, ainda teria lidado com a situação perante a atitude de afronta direta dos seus trabalhadores.

Mesmo quando o pai é levado pelos soldados negros, nas vésperas da partida prevista para a metrópole, Rui continua a expressar os julgamentos que se habituou a fazer sobre os nativos. Numa altura em que, tanto ele como o pai, se encontram extremamente fragilizados frente aos nativos que lhes batem à porta, Rui vai buscar o antigo menosprezo utilizado pelos brancos perante a linguagem dos negros:

Eu não morri mas quando voltei a mim o pai estava a ser metido no jipe com a sua própria arma apontada à cabeça, um dos soldados, vamos matar-te com a tua arma e com a tua bala nem precisamos de gastar nada. Não, os cabrões de merda não falaram assim que os cabrões de merda nem falar sabem, vámo matáti cum tuá arma e tuá bála nei precisámo di gastá nada. (R: 76)

Perante a concretização do pior que teria imaginado, o pai a ser detido pelos soldados negros, correndo risco de vida, o único recurso encontrado por Rui para fazer face ao terror que sentiu consiste no rebaixamento dos negros, tal como seria usual quando a sua posição era de superioridade, através da consideração da sua linguagem como sendo inferior. A evocação desses momentos é aqui utilizada como expressão da revolta pela impotência sentida no momento.

No entanto, apesar dos estereótipos relativos à figura dos representantes da raça negra, usados por Rui para apresentar os nativos angolanos, os negros africanos aqui retratados não correspondem à imagem modelar do nativo obediente e submisso da época colonial. Os angolanos, neste livro, são já independentes do jugo colonial e a sua caracterização, na primeira parte, corresponde já à da generalidade dos combatentes dos vários movimentos independentistas que surgiram em Angola, dando origem à guerra civil. Os negros são vistos como elementos

ameaçadores da integridade física dos antigos colonos ainda residentes em Angola, tendo passado a ser o inimigo do qual é necessário fugir. É assim que Rui os vê e dá a conhecer ao leitor:

Até o preto que durante cinco anos nos engraxava os sapatos ao domingo de manhã avisou a minha irmã numa das últimas vezes que o vimos, cuidado menina que ainda te fazem o mesmo que os brancos fizeram às nossas mulheres. (R: 47);

(...) ainda a semana passada apareceu na estrada de Catete a cabeça de um branco espetada num pau. (R: 22)

Entre os poucos negros intervenientes na sucessão de acontecimentos do romance, estão os soldados que prendem o pai de Rui no primeiro capítulo. A postura destes africanos é em tudo diferente da imagem geralmente associada aos antigos colonizados em que a obediência aos brancos seria fundamental para a manutenção da ordem colonial. Na fase final da colonização, são os brancos que se sentem ameaçados ao não terem defesa contra os preconceitos que agora lhes são atribuídos. Os colonos apercebem-se que os africanos de raça negra que com eles convivem associam a raça branca a atitudes de superioridade no tratamento dado aos negros e de exploração do trabalho nativo, supostamente mais usual nos colonos de estatuto económico e social elevado. Agora são os antigos colonos o alvo de estereótipos apenas devido à cor da pele, não havendo qualquer distinção individual entre os membros deste grupo racial:

O soldado não baixa a arma, um branco é um escravagista, um colonialista, um imperialista, um explorador, um violador, um carrasco, um gatuno, qualquer branco é isso tudo ao mesmo tempo e não pode deixar de ser odiado. (R: 48);

(...) um branco com uma arma é um racista que não abdica dos seus direitos, um elemento menos evoluído que tem medo de perder as suas regalias, um imperialista ressentido por já não viver num mundo que nunca devia ter existido. (R: 50)

Os soldados que surgem em casa da família de colonos, com o objetivo de levar Mário como suspeito de assassínio, são figuras ameaçadoras que controlam toda a cena da detenção de Mário. A inversão de situações comparativamente à época colonial é notada por Rui na reação do pai às palavras dos soldados negros:

O pai diz-me estes homens precisam de mais bebida, vai buscar outra grade, o soldado que está de pé esborracha a beata com a bota, e mais cigarros, grita o pai, os soldados do jipe parecem desinteressados, o soldado que está de pé diz, dá corda aos sapatos, rapaz, imitando o que o pai disse há pouco, os outros soldados riem-se e o pai também, pode parecer que está tudo bem, que são homens que se divertem, mas não, se o pai tivesse tido escolha, se pudesse ter escolhido rir-se era diferente, o pai tem de se rir. Dantes era o pai que decidia quando se ria, como te chamas, Málátia, patrão, que matumbo, nem o nome sabe dizer, o Malaquias também tinha de se rir quando

o pai se ria, agora é a vez de o pai ser o último a rir, e não é verdade que quem ri por último ri melhor, quase nada do que se dizia é verdade, Angola já não é nossa, (...) (R: 53)

O contraste observado nos excertos transcritos resulta essencialmente do facto de se retratarem os negros como figuras poderosas e detentoras de armas por oposição aos brancos desarmados e vulneráveis perante as ameaças sentidas. A ridicularização dos negros, antigamente feita pelos colonos, deixou agora de fazer sentido. As posições de superioridade e inferioridade estão invertidas entre os representantes das duas raças em confronto. Após a conquista do direito de independência, os negros passaram a deter o poder de determinar os destinos dos brancos que decidiram permanecer em Angola, estando esse facto subentendido na situação vivida pelo pai de Rui. Agora são os brancos que são vistos como um todo representativo de um sistema rejeitado pelos movimentos independentistas e o objeto de preconceitos baseados na atitude de superioridade racial em que o sistema colonial assentou os seus princípios. O sistema político em Angola mudou e os brancos já não são capazes de controlar os nativos, encontrando-se à mercê deles, por isso Angola já não é dos brancos. Os antigos colonizadores veem-se forçados a adaptar os seus comportamentos à falta de organização social nas colónias portuguesas que sucede o golpe de estado em Portugal e a situação é caótica devido às lutas internas que se instalam nos territórios portugueses de África em geral e em Angola em particular: “Temos de cumprimentar os soldados com a saudação do movimento a que pertencem, os pretos de um movimento ainda odeiam mais os pretos dos outros movimentos do que odeiam os brancos, não podemos confundir as saudações, perde-se a vida por menos que isso.” (R: 48). Pelo que o abandono definitivo da antiga colónia por parte dos ex-colonos terá sido devido não à emergência de Angola como um novo país independente da administração portuguesa, mas antes o resultado das represálias dos angolanos em relação aos que representavam o colonialismo em África. A sensação de fraqueza da comunidade branca em Angola, face ao súbito poderio dos que, até há bem pouco tempo, lhes seriam inferiores, contribui para o ressentimento experimentado em relação aos nativos e que é transportado para a antiga metrópole.

A negativização dos negros é difundida pelos retornados não só numa atitude defensiva pela violência de que foram alvo, mas também como reação relativamente à estigmatização de que posteriormente seriam objeto por parte da população da metrópole. A defesa dos retornados face às reações anti-colonialistas das gentes de Portugal continental consiste em expressar o óbvio preconceito racial que fazia parte das convicções deste grupo. Em Portugal continental, os retornados das ex-colónias vão sentir permanentemente o rótulo de exploradores dos africanos como um carimbo do qual não conseguem dissociar-se e usam a imagem de pouca autonomia intelectual e política dos negros como argumento para a legitimação do seu antigo papel

desempenhado em África. Os retornados, já na antiga metrópole, tentam difundir a representação dos africanos como seres incapazes de, sozinhos e sem a orientação dos brancos, tomar as rédeas ao destino da nova nação angolana, pelo que preveem uma catástrofe total como consequência da sua partida da ex-colónia: “[Um dos retornados no hotel:] (...) aquilo é gente que não se sabe governar, vai haver fome e da que mata mais do que os tiros, sem os brancos lá aqueles desgraçados vão matar-se uns aos outros, (...)” (R: 96).

A situação caótica que se vive nos últimos tempos de permanência da comunidade portuguesa de raça branca em Angola é decisiva para a associação da identidade dos negros ao desgoverno em que o país se encontra. A convicção de que os negros africanos são pessoas que não sabem dirigir os seus próprios destinos serviu de suporte para a hierarquização racial vivida, nas colónias em geral, e nas portuguesas em particular, sendo aqui mencionada como uma faceta determinante da raça negra. Esta convicção é utilizada sub-repticiamente como argumento justificativo das lutas internas já ocorridas nas antigas colónias na fase final da sua estadia em África e para as conjeturas feitas por este retornado, no excerto acima transcrito, sobre a perpetuação dos conflitos em Angola. A falta de autonomia administrativa dos negros justificaria o sistema colonial anteriormente vivido e inviabilizaria o desenvolvimento da nova nação independente. A infantilização dos nativos angolanos é evidente, mesmo depois dos esforços destes em demonstrar aos ex-colonos que as suas capacidades teriam sido subestimadas nos tempos de colonização, tentando contrariar os estereótipos que foram sendo construídos ao longo dos muitos anos de dominação portuguesa do território. Os preconceitos em relação aos negros africanos continuam bem presentes nos comentários que se fazem ouvir no hotel do Estoril, mas agora são usados como único recurso justificativo de todo um passado, perante a impotência sentida na situação de discriminação vivida no hotel, para além de continuarem a expressar a convicção da superioridade racial dos brancos. Os retornados tentam justificar a vivência do papel de colonizadores nas antigas colónias, entendido agora pela maioria dos que os rodeiam como tendo assentado na exploração ilegítima do trabalhador nativo, através do rebaixamento da figura do negro que não se sabe governar sem a ajuda do branco. É a estratificação social bem marcada que se vive nas colónias portuguesas que constitui o grande impulsionador das lutas nacionalistas e independentistas, conforme é referido por Carolina Peixoto:

(...), no espaço português formado pela nação-império as noções de raça (branca) e cultura (européica ocidental) foram simultaneamente acionadas para definir uma ideia de portugalidade que diferenciava os cidadãos – metropolitanos e colonos –, dos súditos, as populações autóctones (negras e “bárbaras”) dos territórios colonizados. A estrutura hierárquica da nação-império faria de todos portugueses, mas a cada “português” caberia uma classificação de acordo com seu local de origem (metrópole ou colónias), sua raça e sua cultura. Isso pode explicar o fato de que nas colónias o nacionalismo não tenha sido o primeiro alicerce da construção identitária, quer dos colonos quer dos colonizados, mas sim o racismo, uma vez

que, no espaço colonial, importava ser-se europeu ou africano, branco ou negro – categorias que definiam estatutos e que eram prescritivas das relações sociais. Da percepção de que as diferentes origens e cores de pele refletiam também disparidades sócio-culturais, isto é, distintas maneiras de ser e estar no mundo, nasceriam os movimentos nacionalistas africanos. (Peixoto, 2011: 6-7)

Os negros exigem o reconhecimento da sua diferença cultural e civilizacional, até então alvo de tratamento discriminatório no que respeita ao seu tratamento como cidadãos legítimos portugueses, intimamente ligado à raça e ao território de origem. A rotulagem da população branca de África como imperialistas, escravagistas e exploradores, sem contemplações quanto ao percurso individual de cada um deles, constitui a represália dos povos autóctones à marginalização imposta pelo sistema colonial e é fator determinante para a interrupção dos destinos destes colonos em Angola, apesar de muitos serem a favor da independência do território. A estratificação social alicerçada na convicção da desigualdade de raças foi sempre a base dos sistemas coloniais, pelo que os colonos que permanecem em África após o 25 de Abril de 1974 sofrem as consequências de representarem uma organização social baseada na hierarquização racial em que os negros estariam na base da pirâmide social.

Enquanto ainda em Angola, Rui nota:

Alertados pelos tiros, os ocupantes da casa da D. Gilda vêm às janelas e às varandas e acenam ao jipe dos soldados. Os ocupantes das casas mais afastadas também vêm às janelas. Um grupo de miúdos pretos pendura-se no baloiço de ferro forjado da D. Gilda. Um dos maples de veludo castanho da D. Gilda foi arrastado para o quintal e está todo desconjuntado. Se a D. Gilda visse o que lhe fizeram à casa, se visse o maple de veludo castanho assim, era capaz de ter um ataque de coração. (...) Nos muros das casas escreveram, Kwacha UNITA, por cima a tinta preta, A Luta Continua, por cima, Oyé Oyé Angola Liberté, Angola Populé. Também escreveram a letras maiores e mais carregadas, Brancos rua, Brancos fora daqui, Brancos para a terra deles e Morte aos brancos. (R: 51-52)

A figura do nativo africano assume uma dimensão assustadora para a maioria dos brancos que se vê inserida num ambiente em tudo hostil à sua presença. O declínio a pique do seu prestígio e influência na que em breve será uma ex-colónia portuguesa toma proporções insustentáveis. As lutas internas vividas entre as várias facções independentistas de Angola são já notadas pelos brancos, aumentando ainda mais a sensação de insegurança. O comportamento dos negros em relação aos colonos, durante os últimos tempos da sua permanência em África, é decisivo para o retrato que deles é feito por Rui, depois, ao longo de todo o livro. Por um lado, a caracterização negativa dos negros é uma forma de represália pelos rótulos de que, por sua vez, os colonos foram objeto por parte dos angolanos. Contudo, por outro lado, expressa também o sentimento de revolta generalizado quando se veem espoliados de todos os seus pertences:

O preto que atendeu o telefone de casa já deve ter percebido que a malinha é um gira-discos, já deve ter ouvido os nossos discos todos, até os do Roberto Carlos que eram da mãe e em que

ninguém podia mexer, já deve ter descoberto que o La década se está riscado mas não deve saber que tem de levantar a agulha, os pretos só sabem acusar inocentes como o pai. (R: 100)

Depreende-se, assim, que o retrato global dos nativos africanos feito pelo narrador tem, por base, vários fatores conjugados: Rui repete os estereótipos que estaria habituado a ouvir desde tenra idade no interior da comunidade branca onde se movimentava em Angola, inconscientemente interiorizados e tomados como certos devido à sua juventude, servindo o estereótipo, posteriormente, para justificar todo um passado colonial que agora é censurado pela maioria dos que o rodeiam; por outro lado, retrata os negros no seguimento do sentimento de insegurança sentido pelos colonos no período final da sua estadia em Angola, constituindo esta uma forma de represália pelo tratamento concedido aos brancos; finalmente, expressa também o sentimento de revolta pela usurpação, por parte dos nativos angolanos, das terras e bens dos antigos colonos, o que contribui para a situação de miséria em que os retornados se encontram na metrópole. Por isso, já na posição de “retornado” e profundamente descontente com a situação que vive agora em Portugal continental, os sentimentos de Rui relativamente aos negros africanos são, mais uma vez, os vulgarizados entre a maioria dos que enfrentam os mesmos problemas.

Os de cá podem dizer o que quiserem que não vão mudar a minha opinião, os pretos não prestam. Também se riam para nós até terem uma catana na mão, os de cá ainda vão arrepende-se mas já vai ser tarde demais. E eu não vou ter pena nenhuma. (R: 92)

Apesar de todas as vozes contrárias ao que representam em Portugal continental, vistos como protagonistas vivos de recordações amargas de um passado conotado com ideologias de extrema-direita, de inferiorização e exploração de seres humanos por motivos económicos, Rui dá voz, mais uma vez, às convicções de todo o grupo de retornados, como forma de proteção de todo um percurso de vida. Já na metrópole, Rui escolhe não ceder na imagem dos negros anteriormente construída e amplamente difundida pelos seus, que consistiu o alicerce para a experiência vivida pelos retornados em África, enquanto colonos de um país europeu. A cedência, neste caso, implicaria pôr em causa todo o passado colonial europeu, dando razão a todos os que os expulsaram dos territórios ultramarinos ao deslegitimar o papel do colono desempenhado em África. (Como Isilda em *O Esplendor de Portugal*) Tal como é mencionado por Carolina Peixoto,

De modo geral a abordagem portuguesa da guerra “colonial” está embebida numa recusa do reconhecimento de outras memórias sobre este conflito e numa falta de problematização dos conteúdos, das razões e dos projetos políticos ali envolvidos. Situação que parece reproduzir a ausência de uma verdadeira confrontação com o fenómeno colonial, isto é, o fato de que, em termos epistémicos, Portugal nunca problematizou o que foi realmente a colonização. Pelo contrário, conservou, no essencial, uma leitura que justifica e não desafia a história ocidental

da colonização. Na maioria das vezes a intervenção colonial é vista pelos portugueses como uma experiência positiva, de bons resultados. Sua essência, a violência de negar ao outro o direito de ser percebido como igual, é silenciada e relegada ao esquecimento. (Peixoto, 2011: 17),

pelo que, neste livro, os retornados, em Portugal continental, preferem continuar a olhar apenas para o que tinham, em vez de para o que os outros não tinham, de forma a manter alguma tranquilidade nas suas próprias consciências.

Os colonizados de África são personagens que desempenham papéis secundários nas obras trabalhadas, da mesma forma que desempenharam papéis secundários na história das colonizações europeias, executando as tarefas consideradas “menores” e os trabalhos de maior exigência física. Os seus retratos são da responsabilidade exclusiva dos narradores e personagens que com eles convivem e as suas falas ou comportamentos são apenas reproduzidos, pelo que os nativos de África não têm voz própria em nenhuma das obras aqui trabalhadas. No entanto, estes autores tentam tirá-los da sombra ao atribuir-lhes destaque no que concerne à sua representação individual, destaque esse que não teriam enquanto membros da sociedade em geral. É no ambiente doméstico e no domínio privado que estas pessoas ganham dimensão mais elevada, partilhando da intimidade dos colonos e funcionando em muitos casos como seus conselheiros ou confidentes, dado que socialmente perdem a sua individualidade, sendo vistos como um todo indistinto. A visão pós-colonial das obras resulta essencialmente da posição de relevo moral atribuída aos nativos africanos, muitas vezes em contraste com os representantes dos colonos, o que se contrapõe ao mito da superioridade do colono branco existente no discurso de legitimação do colonialismo.

O que, de facto, se extrai de todas as narrativas trabalhadas é a recusa da maior brandura atribuída aos portugueses por oposição às práticas verificadas nas restantes nações coloniais europeias, visto que os comportamentos considerados usuais no mundo dos colonos não implicam a atribuição de qualquer valor ao colonizado para além do seu trabalho físico. A aproximação ao mundo dos autóctones africanos que é feita por protagonistas de obras analisadas e a valorização da sua cultura e tradições não seriam habituais nas sociedades representadas e iriam contra os comportamentos considerados habituais nas províncias portuguesas de África. Personagens de obras cuja ação se centra nas colónias, como é o caso de *O Senhor das Ilhas*, *A Árvore das*

Palavras e Equador, manifestam, contudo, um interesse e preocupação em relação aos autóctones africanos que se aproximam menos das mentalidades em vigor nas épocas evocadas que dos ideais humanistas defensores da igualdade de direitos característicos da atualidade.

Na obra de Maria Isabel Barreno, o contributo para a representação do colonialismo português como sendo de cariz mais brando e humanitário em relação aos povos colonizados, comparativamente ao que aconteceria nos territórios governados pelas restantes nações colonas da Europa, deve-se à figura do seu protagonista como principal impulsionador das modificações relatadas ao longo do romance. A personagem, baseada numa figura histórica do passado comum de Portugal e Cabo Verde, toma o partido dos escravos e defende uma sociedade mais justa e igualitária por não se deixar condicionar pelas políticas coloniais da metrópole, impondo as suas regras e convicções aos que com ela lidam, pelo que a menor discriminação racial resulta apenas de decisões individuais e não de normativos comuns aos territórios colonizados.

É minha opinião que o distanciamento implícito entre os juízos de valor produzidos por algumas personagens que expressam as rotulagens de que eram alvo os negros africanos e os que atualmente vigoram como normas de conduta nas sociedades ocidentais, muito provavelmente partilhados por uma maioria de leitores, consiste no principal fator de questionamento das ideologias expressas que funcionariam como suporte da empresa colonial. Ou seja, muito dificilmente o leitor da atualidade partilhará das opiniões estereotipadas sobre os “pretos” emitidas pelas personagens de romances como *O Esplendor de Portugal* ou *O Retorno*, pelo que tenderá a acolhê-las com ceticismo ou rejeição devido ao estranhamento provocado. A reprodução exagerada do estereótipo verificada nestas narrativas consiste, assim, numa forma camuflada de denúncia e questionamento de princípios e comportamentos que, nos dias de hoje, se revelam obsoletos, visto que se referem a uma estratificação baseada exclusivamente em julgamentos sobre a cor da pele, não tendo em conta o fator humano.

Os colonizados são apresentados como as principais vítimas de um sistema injusto que promove a expropriação indevida, não só das terras a que originariamente pertencem, mas sobretudo da sua dignidade individual e coletiva enquanto seres humanos, vitimização esta que se estende a um grupo simbólico do multirracismo entendido como característica distintiva do colonialismo português: os mestiços, de que me ocuparei no capítulo seguinte.

6. Figura do mestiço

O mestiço é apresentado nas obras trabalhadas como estando desinserido em qualquer dos grupos anteriormente referidos: não pertence ao mundo dos colonos, nem ao dos colonizados devido à sua mistura racial. A sua situação como filhos de colonos brancos e de colonizadas negras faz com que sejam personagens socialmente híbridas, situando-se num meio-termo identitário no que respeita à raça e ao grupo social. Numa sociedade profundamente estratificada com base na raça dos seus membros, os mestiços não se integram em nenhum dos dois grupos dominantes: brancos ou negros.

De acordo com Stuart Hall, a ideia de cultura nacional deve ser baseada numa conceção de diferença racial, por oposição à ideia de unificação cultural no interior das nações, geralmente defendida. Hall cita Paul Gilroy que analisa as ligações entre, por um lado, o racismo cultural e a ideia de raça e, por outro, as ideias de nação, nacionalismo e pertença nacional:

Enfrentamos, de forma crescente, um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar "raça" com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras ideias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional — homogênea na sua branquidade, embora precária e eternamente vulnerável ao ataque dos inimigos internos e externos... Este é um racismo que responde à turbulência social e política da crise e à administração da crise através da restauração da grandeza nacional na imaginação. Sua construção onírica de nossa ilha coroada como etnicamente purificada propicia um especial conforto contra as devastações do declínio (nacional) (Gilroy *apud* Hall, 63).

Considera este autor que as sociedades modernas vivem um racismo diferente em comunidades que não aceitam a sua heterogeneidade, pretendendo uma unificação irreal à volta da ideia de cultura nacional. Continua Hall:

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para "costurar" as diferenças numa única identidade. (Hall, 2006: 65)

As sociedades modernas devem ter consciência das diferenças que as compõem, a nível racial ou étnico, e só assim poderão formar as culturas nacionais “como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (Hall, 2006: 61), dado que “As nações modernas são, todas elas, híbridos culturais” (*ibidem*). Considera ainda:

É ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno da raça. Em primeiro lugar, porque - contrariamente à crença generalizada - a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. Há diferentes tipos e variedades, mas eles estão tão largamente dispersos no interior do que chamamos de "raças" quanto entre uma "raça" e outra. A diferença genética - o último refúgio das ideologias racistas - não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (Hall, 2006: 61-62)

Com efeito, em Portugal, no que diz respeito aos retornados de África, o “lusotropicalismo” do sistema colonial português defendido por Gilberto Freyre¹⁶ em que se tentava unificar a nação com base no multirracismo revelou-se uma falsa ideia, um discurso propagandístico difundido por propósitos economicistas, visto que, segundo Carolina Peixoto:

Fenotipicamente definida, a raça manteve-se uma inegociável pedra angular da comunidade imaginada portuguesa. Os portugueses entendiam-se enquanto brancos, logo, os retornados com outras características representavam uma mácula para essa imagem. A solução encontrada foi invisibilizá-los. Então eles foram reclassificados e aglomerados junto com outros “imigrantes negros” que não tinham direito à cidadania – particularmente o grande número de caboverdianos que imigraram para Portugal nos anos 1980. Sua identidade foi assim involuntariamente reescrita conforme uma concepção da identidade nacional portuguesa na qual raça, nação e cada vez mais a localização podiam ser vistas como coincidentes (Lubkemann, 2005). Situação indicadora de que politicamente Portugal podia parecer inserido na era pós-colonial, mas o discurso público que dava forma à sua identidade nacional continuava impregnado pela colonialidade. E até os dias atuais a imagem de si mesmo que Portugal tem apresentado ao resto do mundo retrata mais continuidades do que descontinuidades críticas com o período colonial. (Peixoto, 2011: 15-16)

A nação portuguesa, não sendo exceção das nações referidas por Stuart Hall, padeceu ao longo de décadas, e parece padecer ainda, de uma visão idealizada de falsa unidade racial e cultural como vestígio da propaganda do Estado Novo que perdura até hoje, servindo na atualidade outros propósitos políticos e económicos no que concerne às suas relações com a Europa, por um lado, e com África, por outro. Com efeito, a suposta aceitação e integração social da diferença racial como fator distintivo do colonialismo português em relação aos outros impérios coloniais europeus é ainda hoje utilizado como argumento legitimador do passado colonial português. Afirma Conceição Neto, desmistificando esta noção introduzida por Freyre:

¹⁶ Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo, antropólogo, escritor e pintor brasileiro atacou em *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, os preconceitos sobre a inferioridade dos negros, índios e mestiços, considerando a mestiçagem uma fusão harmoniosa de raças e culturas e valor a ser preservado. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u469488.shtml>). Defensor de que “a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” radica no “seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (Castelo, 2011: 262), ideia de raiz do chamado “lusotropicalismo” do sistema colonial português.

Ao pretender encontrar na colonização portuguesa de certas áreas tropicais um “espírito”, uma “forma de estar”, que teria permanecido inalterável nas diferentes etapas da colonização e que distinguiria absolutamente “o português” de todos os outros colonizadores, o lusotropicalismo é claramente anti-histórico. Isto não impediu que a sua explicação pseudo-científica das realidades sociais das colónias e ex-colónias portuguesas abrisse caminho, quer entre os que conscientemente precisavam de novos argumentos para o domínio colonial, quer entre os que simplesmente buscavam uma explicação para certas especificidades sociais ou estritamente culturais.

Uma alegada “brandura” da exploração colonial, a “tendência inata para a mestiçagem”, o “carácter não racista dos portugueses” nas colónias, seriam paradigmas da colonização portuguesa. As raízes dessas características residiriam, segundo Freyre, na herança já mista dos portugueses antes da expansão, habituados à convivência com mouros, e na religião católica que teria contribuído para essa “cordialidade” do brasileiro e, finalmente, para a “suavidade” do colonialismo português em África, quando comparado aos outros. (*idem*, 1997: 333)

Sabe-se hoje que a partir da época do Estado Novo a ideia do lusotropicalismo foi particularmente manipulada de forma a legitimar a presença portuguesa nas suas colónias. O suposto sucesso de integração e assimilação racial da sociedade brasileira foi utilizado pelos defensores do colonialismo como argumento político de base a uma prática colonial que supostamente se distinguiu das dos outros povos europeus. Conforme é assinalado por Cláudia Castelo,

A partir de meados dos anos 50, verifica-se um esforço sistemático por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros de doutrinação dos diplomatas portugueses no lusotropicalismo. O objectivo é muni-los de argumentos (supostamente) científicos, capazes de legitimar a presença de Portugal em África e na Ásia. (...) Em relatórios confidenciais (nomeadamente de Orlando Ribeiro e Jorge Dias), emerge a abissal distância que separava a acção colonial da teoria lusotropical. De facto, a colonização portuguesa no século XX, como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação.

O processo de apropriação discursiva de uma versão instrumentalizada do lusotropicalismo, sobretudo para fins de propaganda e política externa, é levado ainda mais longe no período do colonialismo tardio. Paradoxalmente, é depois do início das lutas de libertação nacional nas colónias africanas, que o Estado colonial português procura inculcar o antirracismo nos portugueses e conformar o comportamento dos funcionários administrativos e dos colonos ao ideário lusotropicalista. (Castelo, 2011: 272-273)

A defesa da “lusotropicalidade” da prática colonial portuguesa encontra o seu expoente máximo durante o Estado Novo como argumento de base para a manutenção das colónias face aos movimentos independentistas que se verificavam na época. No entanto, conforme refere M. Conceição Neto, esse ideário ainda hoje perdura no imaginário nacional, particularmente num determinado setor populacional com particulares ligações a África. Assinala Neto sobre a realidade angolana:

Os mitos sobre a colonização portuguesa vêm resistindo, apesar dos trabalhos de diferentes autores, portugueses e não portugueses. Na abordagem da situação das colónias portuguesas, em torno da ideia de uma eterna “especificidade da presença de Portugal em África”, outras se apresentam, frequentemente tomadas como ideias consensuais (que não são): a de uma

“colonização não racista”, cujo argumento forte é a taxa de mestiçagem supostamente mais elevada em todas as áreas de presença portuguesa; e a ideia da “assimilação” amplamente praticada, com uma secular e generalizada “difusão da língua e cultura portuguesa” nos povos colonizados, arrastando consigo uma geral “desafricanização” dos angolanos. (Neto, 1997: 337)

Quanto à metrópole, nas palavras de Cláudia Castelo,

Na metrópole, procurou-se igualmente inculcar nos portugueses a ideia da benignidade da colonização lusa ou, de forma mais eufemística, “da maneira portuguesa de estar no mundo”. A propaganda encarregou-se disso, de forma incansável: era urgente moldar o pensamento para conformar a acção, sobretudo dos candidatos a colonos e dos agentes do poder colonial no terreno. Desde então, uma versão simplificada do lusotropicalismo foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da autoimagem em que os portugueses melhor se revêem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica. (Castelo, 2011: 273)

Nos dias de hoje, o saudosismo em relação a África é ainda notório nos discursos de uma parte específica da população portuguesa, com um passado de alguma forma relacionado com este continente, e que muitas vezes tenta legitimar as suas experiências no continente africano usando o lusotropicalismo difundido no Estado Novo. De facto, de acordo com Cláudia Castelo no que se refere à miscigenação racial nas colónias portuguesas, os territórios ultramarinos portugueses não se diferenciavam do que aconteceria nos restantes territórios colonizados europeus:

Quanto à mestiçagem, não sendo uma prática circunscrita ao ultramar português, também não pode ser vista como um indício de convivência pacífica, fraterna e igualitária entre pessoas de ‘raças’ diferentes. (...) nos territórios tropicais sob soberania lusa nunca se verificou um casamento de duas culturas mas uma relação de cultura dominante sobre culturas dominadas. O lusotropicalismo resultaria de uma falsa interpretação da génese da expansão marítima portuguesa, ainda para mais, extrapolada para o tempo presente. (Castelo, 2011: 275)

Maria da Conceição Neto refere, por outro lado, sobre o modo de vida dos colonos portugueses em África e respetiva mistura de raças:

Cidadãos de um país de menor importância na Europa, povo de emigrantes pobres que não esperavam “ir de férias à metrópole” com frequência, aceitavam muitas vezes viver em condições consideradas degradantes “para um branco” (mas melhores do que as da sua aldeia de origem), juntando-se às mulheres locais, pelo menos enquanto não podiam casar “como Deus manda” com uma mulher da sua terra (o que muitas vezes nunca acontecia). O discurso acompanhava o da restante Europa, mas a prática da colonização estava muitas vezes mais em consonância com os tempos passados, da Angola-terra-de-degredo. Contudo, foi essa mesma proximidade física do colonizado, sentida durante anos como defeito resultante da pobreza de recursos, que o lusotropicalismo recuperou como qualidade, “aptidão inata”, “vocação” para a convivência inter-racial, invocada pelos defensores da permanência de Portugal em África, a partir dos anos cinquenta. E quanto mais necessário era insistir na “nação pluricontinental e multi-racial”, mais se apagavam da memória as afirmações anteriores, vinculadas à política de discriminação racial, consideradas quando muito “um desvio” da tradição portuguesa de séculos. Outro malabarismo frequente foi reconhecer que a política oficial era anti-assimilacionista, mas “compensada” afinal pela

prática “assimilacionista” do colono : “o que há de original na nossa acção ultramarina continua a ser a prática pelos particulares da doutrina tradicional da assimilação, apesar de contrariada pela política importada de associação (Amorim, 1962)”. (Neto, 1997: 351-352)

O retrato do colono português é, assim, feito de forma pouco elogiosa no que concerne às suas práticas vistas como prova da brandura do sistema colonial português; segundo esta autora estes comportamentos seriam apenas um reflexo das fracas condições de vida dos colonos portugueses face às outras potências coloniais europeias. A este propósito, Ana Silva, no seu estudo sobre o registo fotográfico do mundo colonial africano, afirma o seguinte:

Esse problema [da miscigenação] incluía, por sua vez, a preocupação com fenómenos de “regressão civilizacional” de “europeus brancos” que, sob o efeito das condições ambientais e culturais das colónias, adoptavam modos de vida mais próximos das populações nativas do que das metropolitanas, contrariando, com isso, o objectivo moral da colonização, que era o de transformar nativos “primitivos” em gente “civilizada” e pondo também em causa o prestígio da presença europeia e a ideia da sua superioridade económica, cultural e racial. (Silva, 2009: 109)

Na realidade, o branco, por mais humilde que fosse, era instado a considerar-se sempre superior ao indígena e em nenhuma circunstância o deveria esquecer. A miscigenação, quer em termos biológicos, quer culturais seria mal aceite e vista pelas autoridades locais como um problema porque encarada sob o prisma da degeneração da raça branca que poderia resultar no seu desaparecimento no mundo colonial.

Maria Isabel Barreno e António Lobo Antunes parecem dar também o seu contributo para a desmistificação das ideias “lusotropicais” das sociedades coloniais portuguesas através de figuras representativas da suposta miscigenação racial que não se integram nem são integrados nas respetivas comunidades envolventes. O mestiço português nascido nos territórios colonizados é, nas obras de Maria Isabel Barreno e de António Lobo Antunes, filho de homem branco e mulher negra. Os filhos de colonos brancos e de colonizadas negras são retratados como vistos com alguma normalidade no espaço colonial português, ou seja, os preconceitos raciais e de género estão, desta forma, associados no que respeita à representação dos todos sociais presentes nestas obras onde as relações de negros com brancas são totalmente sancionadas. A personagem Carlos de *O Esplendor de Portugal* é um dos retornados à metrópole depois das lutas independentistas, vivendo neste território, tal como já acontecia em Angola, a ambiguidade identitária resultante da sua condição híbrida a nível social e racial. Desta forma, a diferença cultural na nação imperial portuguesa é devidamente representada, tal como ela deve ser vista segundo Hall e não como foi, segundo hoje em dia é reconhecido por diversos autores, falsamente entendida através da manipulação das teorias de Freyre, algo que ainda perdura no imaginário de alguns setores da sociedade portuguesa. E, para além disso, muito particularmente contra a forma como foi por

conveniência entendida na época de Estado Novo em Portugal.

6.1. A miscigenação racial em Cabo Verde

Em *O Senhor das Ilhas*, a desinserção social dos mestiços, muitos legitimados mas nunca proprietários conforme é mencionado por Maria Josefa, (SI: 47) é encarada como fator gerador de conflitos numa sociedade que não está preparada para absorver elementos que não encaixem nas suas estruturas rígidas em termos de mobilidade social, ao contrário do defendido pelos que promovem o cruzamento racial como fator de aproximação de culturas. A fusão inter-racial não tem correspondência a nível de convivência social quando promove a discriminação e a desinserção de elementos percecionados como desajustados em comunidades formadas por barreiras sociais estanques, fundamentadas em valores ocidentais tradicionais de superioridade cultural e racial de brancos sobre negros.

Vista como mais uma forma de domínio da raça branca sobre a negra, a utilização da mulher negra como objeto de satisfação sexual representa simbolicamente a supremacia do colonizador sobre o colonizado. O homem negro, muito pouco presente em toda a narrativa de Maria Isabel Barreno comparativamente à mulher negra, ver-se-ia saqueado das mulheres da sua raça, enfrentando uma rivalidade desigual ao ter de partilhar as suas mulheres com os representantes do poderio económico e social em território do qual teria sido também despojado. Por seu lado, a apropriação sexual generalizada da mulher negra pelo colono branco subentende a figuração das negras nativas como seres que aceitam passivamente a dominação masculina por parte dos senhores coloniais. A mulher negra surge implicitamente retratada como de trato fácil, cedendo sem resistência, e até com prazer, aos caprichos sexuais do amo:

E quase sem saber como, quase como a chuva caída do chão escorre pelas ladeiras, assim se achou Manuel António deitado com uma escrava, que Maria Josefa baptizara de Emília, fornicando e desejando que daquele abraço tão fundo e tão longo, tão contrário às leis e convenções e tão cheio de nostalgias indizíveis, nascesse um filho, um varão, (...) (SI: 73)

O marido de Maria Josefa segue um padrão de comportamento considerado habitual no colono branco em Cabo Verde:

Simultaneamente e com insistência corriam vozes da existência de inúmeros filhos ilegítimos de meu pai, o que não sei se é verdade, ou se é apenas mais uma das muitas histórias, boas e más, que a respeito dele se contam, se contaram. Em alguns haverá até intenção de homenagem ao prestarem a meu pai essa capacidade genitora. Como me disse uma vez um dos capitães de seus barcos: com as negras, a questão é começar. Da primeira vez, parece esquisito, parece contra tudo o que nos ensinaram. Depois, é como um vício. E os grandes homens têm sempre grandes vícios, disso é que eles tiram a sua força. Sem desrespeito para com a senhora sua mãe, uma esposa, cristã

e educada, tem o seu bom papel, o de mãe, o de amparo na velhice, mas não basta a um homem que tem grandes desígnios na sua vida. (SI: 152)

O convívio entre brancos e negras é visto como mais uma demonstração do ascendente de uma raça sobre outra. Ao designar estes encontros como um “vício” característico de homens poderosos, o capitão, no excerto transcrito, expressa a convicção geral entre a comunidade colona de que a proliferação de filhos bastardos e mestiços do chefe da família Martins, gerados por várias mães, consiste em mais uma marca do seu prestígio entre a sociedade colonial em que se movimenta, marca à qual o próprio Cónego Miranda adere quando, em dado momento, solicita a Manuel António “que fosse [a escrava] Maria da Graça viver para S. Nicolau, para junto de si, pois que lhe queria muito bem; esperava ela um filho seu, acrescentou, e era também de sua vontade essa mudança” (SI: 160), expressando Maria Josefa, perante isto, o seu desagrado pela lascívia do prelado que reproduz o comportamento do seu marido, mantendo relações sexuais com uma escrava quando anteriormente o religioso havia designado estes relacionamentos como “ímpia relação carnal” (SI: 121). A mistura entre homens brancos e mulheres negras é geral entre os colonos, a ela não escapando os representantes da igreja católica.

Apesar do sofrimento causado pelos comportamentos do marido, representado por Américo, o filho da escrava Emília e primogénito varão de Manuel António, Maria Josefa é vista como tratando-se de um assunto à parte no que respeita às infidelidades do marido, dado que seria incapaz de satisfazer o seu desejo de grandeza, consubstanciado na subordinação sexual de várias mulheres. As relações do pai de família com as negras resultam da expressão de mais uma forma de poder, em que o homem considera subjugar elementos do sexo oposto em posição social considerada inferior, através da sua capacidade de sedução sexual. Manuel António não se distingue do grupo dos que encaram os relacionamentos físicos com as negras com normalidade e parece limitar-se a satisfazer mais uma necessidade básica decorrente da posição de destaque que ocupa, sendo os filhos bastardos por ele gerados do conhecimento de Maria Josefa. As esposas dos colonos ver-se-iam perante as traições dos maridos numa situação de impotência total, conforme é sentido por Maria Josefa:

Sabia Maria Josefa que, se alguma vingança quisesse architectar contra Emília, de nada lhe serviria. Pelo contrário, de situações semelhantes ouvira falar, em que a venda ou expulsão da escrava pela esposa apenas exacerbava os apetites do marido que, privado da primeira concubina, logo se provia de segunda, terceira e quarta, como se prevenisse futuras mínguas ou vinganças. Não se podia esvaziar uma casa de escravas, deixando só os homens. E também os ciúmes não eram agudos, porque ela não era pessoa que se inquietasse muito com as coisas à sua volta, ou que muito as quisesse possuir. (SI: 75)

Maria Josefa está a par dos comportamentos de Manuel António fora do casamento, aceitando-os como algo que escapa ao seu controlo. A sua situação de dependência do marido seria impeditiva da tomada de posição contrária ao comportamento do marido com as escravas com quem se envolve, podendo originar represálias que afetariam o ambiente doméstico ou agravariam as infidelidades na manutenção de relacionamentos com mais escravas. Todavia, as traições de Manuel António estão implícitas em várias das discussões entre o casal:

Por este tempo falavam os dois dos bastardos de Manuel António, do silêncio dos anos anteriores restando no entanto a omissão da palavra “filhos”; eram estes ditos como “mulatos da casa” ou outros eufemismos, como se do grupo maior dos pardos se tratasse pois que muitos mulatos havia a nosso serviço cujas paternidades eram outras. De qualquer forma, os rostos dos bastardos de meu pai eram indistintos para minha mãe; entre estes, e além de Américo, ela só reconhecia Altino, de quem gostava. (SI: 294)

Apesar de serem do conhecimento de todos, os filhos mestiços de Manuel António não são reconhecidos como tal, consistindo assunto melindroso que seria forçoso omitir. Maria Josefa não é vista como parte interessada em assuntos que apenas dizem respeito ao marido por ocorrerem à margem do ambiente doméstico principal, não afetando a ligação de Manuel António com a esposa ou os seus filhos legítimos. Manuel António continua a reconhecer apenas Maria Josefa como sua companheira, não descurando o apoio dado à casa familiar e a tudo o que lhe diga respeito, sendo esta a sua principal função como patriarca da família. As relações com outras mulheres estão fora do seu âmbito emocional, são consequência de necessidades meramente biológicas de macho que desempenha o seu papel no reino animal de procura de várias companheiras com vista à procriação.

E enquanto Manuel António ia e vinha duma ilha à outra, sempre relembrando sua primeira viagem, da tempestade e do sonho à ressurreição junto de Maria Josefa; e enquanto esta continuava suspeitando as muitas e incontroláveis actividades de seu marido, se foram vivificando e esmorecendo e de novo vivificando e esmorecendo, até à última e pequena onda que se espraia na areia após a procela, os ardores que entre ambos tinham carnalmente desabrochado. (SI: 119)

Sendo assunto proibido entre os dois, a vivência em mundos separados por parte dos membros do casal acentua-se com o comportamento de Manuel António: as suas ausências cada vez mais prolongadas, passando a maior parte do tempo fora da casa familiar lidando com os vários negócios que mantém por todas as ilhas de Cabo Verde causam a suspeição em Maria Josefa da sua manutenção de mais relacionamentos com outras mulheres.

Contudo, Manuel António não demonstra complacência quando a filha Aurora se relaciona com um descendente da raça negra. Não se opondo anteriormente ao pedido do cônego Miranda

em juntar-se à escrava Maria da Graça, a compreensão que revelou pela situação do clérigo não se faz nunca sentir quando a filha se apaixona por um dos mulatos que abundam nas ilhas:

Aurora informou minha mãe que pretendia casar-se, e que tinha pretendente. Inquirido caso tão misterioso, pois que ninguém vira tal pretendente, descobriu-se que minha irmã várias vezes se avistara com um mulato, que com frequência visitava o estabelecimento de meu pai no Sal. (...) Caiu uma espécie de silêncio de chumbo na nossa casa, quando se descobriram estas novidades. Minha mãe mandou chamar meu pai da Paria, e desta vez ele resignou-se a interromper sua governação por breve tempo, instado pela urgente missiva de minha mãe, onde nada mais era explicado. (...) Foi logo recolhido por minha mãe na pequena saleta, juntamente com Aurora. Ouviu-se lá dentro uma tempestade, Aurora saiu chorando, meu pai batendo com a porta. (SI: 298-299)

A situação inversa à habitual de junção de homem branco com mulher negra surge na família com a pretensão de Aurora em casar com um elemento de raça negra. Ao contrariar a ordem normal da miscigenação entre colonos e colonizados em África, Aurora despoleta uma crise familiar em que a própria Maria Josefa, até então defensora dos direitos dos negros e mulatos, fica desconcertada, dividida e sem saber que atitude tomar perante a situação, conforme se faz notar na sua conversa com Manuel António sobre o assunto:

Minha mãe garantia-lhe que não sabia o que pensar, pois que nunca previra que alguma vez tivesse que defrontar-se com situação semelhante; que compreendia agora seu pai quando se queixava das mudanças dos tempos; que não conseguia dizer que sim, mas que não tinha razões para dizer que não. E relembrou suas breves discussões com o cónego, suas defesas dos negros tão logo aceites pelo prelado com entusiasmo de universalidade cristã. (SI: 299-300)

A visão ocidental da relação sexual de um casal não é nesta época, nem nunca foi ao longo de vários séculos, uma visão igualitária para ambas as partes. O relacionamento físico entre homem e mulher é tradicionalmente considerado na perspectiva da posse da mulher por parte do elemento do sexo masculino, qualquer que seja a raça envolvida, numa perspectiva machista da ligação entre homem e mulher. Ou seja, na relação sexual a diferença de género é fundamental para o entendimento de domínio de uma das partes envolvidas sobre a outra, sendo o elemento dominante o sexo masculino que submete a parte feminina à sua capacidade de sedução sexual. A penetração da mulher é vista como se tratando de uma forma de ocupação de um território de difícil acesso que consiste na intimidade feminina, ou seja, é percecionada socialmente como se tratando de uma invasão que acontece no corpo da mulher, simbólica da aquisição do direito de fruição desse corpo por parte do homem que exerce, através dela, o seu domínio sobre o território conquistado. Ao manter relações sexuais com várias mulheres, o homem demonstra o seu poderio sobre vários elementos do sexo oposto, exercendo o ascendente conquistado sobre as mulheres, que a ele se submetem deixando-se penetrar. A relação sexual não é entendida em termos culturais ocidentais

como uma relação entre pares, mas sim como uma forma de manutenção da disparidade de géneros em que o macho dominante submete a fêmea ao seu instinto sexual. A relação física existente entre um casal consiste num culminar de um processo em que o homem se impõe como proprietário de pleno direito sobre o corpo da mulher, não havendo qualquer espaço para um entendimento em sentido contrário, em que a mulher se torne também ela detentora do território que consiste no corpo do homem que com ela copula. A relação sexual é vista como um direito de posse do masculino sobre o feminino, sendo, assim, interpretada como um exercício de autoridade de um género sobre o outro.

Desta forma, o relacionamento sexual entre colonos e nativas é mais uma demonstração da ordem natural da sociedade colonial em que o elemento masculino de raça branca, visto como superior, submete o elemento feminino de raça negra, considerado inferior, ao seu poderio sexual. Ao possuir a mulher negra, o homem branco exerce o poder decorrente da sua posição social elevada, indo ao encontro da divisão social estabelecida. Já o contrário é inadmissível por contrariar a estratificação social instalada, estando, pois, o homem negro, em posição de inferioridade social, impedido de submeter a mulher branca, vista como socialmente superior, ao seu poder sexual, pois é território que lhe estaria vedado. O homem negro, ao conquistar uma mulher branca, iria exercer domínio sobre uma representante de uma raça e cultura superiores, contrariando a hierarquia social instalada. A proibição, implícita na estratificação social aceite por todos, de que este possa exercer qualquer forma de domínio sobre os elementos de raça branca é impeditiva da manutenção de qualquer tipo de relacionamento carnal com elementos do sexo feminino que não pertençam à sua cor.

A diferenciação que prevalece é o conceito ocidental de discriminação de género, em que a mulher é vista como propriedade do homem. A posse sexual deve respeitar a divisão social instalada, dado que o possuidor fica em posição de superioridade sobre o possuído. Ao deixar-se seduzir por um negro, a mulher branca ficaria numa posição de inferioridade pois deixar-se-ia dominar por um elemento de outra raça e seria vista como propriedade de um ser de raça inferior. O direito de propriedade é exclusivo do homem branco dado que o resto da população tem o dever de se lhe submeter, mulheres brancas e negras incluídas porque inferiores. Ao homem negro, o direito de propriedade sobre elementos de raça superior é-lhe negado.

A família Martins, apesar de se aproximar do mundo do colonizado africano no seu quotidiano pelos relacionamentos particulares que os seus elementos mantêm com os escravos negros, enfrenta barreiras sociais e culturais baseadas na desigualdade de género inconscientemente instaladas nas mentalidades próprias de indivíduos provenientes de sociedades europeias tradicionais, sendo estas mais difíceis de superar do que os obstáculos fundamentados em diferenças raciais. A discriminação social com base na raça dos seres humanos é facilmente

ultrapassada pelo colono branco, sendo até motivo de confirmação do seu estatuto social elevado; a discriminação de género é sustentada por toda a sociedade, estando a superioridade masculina sobre a feminina e respetivo direito de posse sempre implícitos nos relacionamentos sexuais, pelo que, em casos em que estes possam ser postos em questão, os preconceitos de discriminação racial não são ultrapassados.

6.2. Hibridismo ou ambiguidade do mestiço

Em *O Esplendor de Portugal*, a hierarquização social entre os grupos de colonos está patente nos comentários de Carlos sobre a mussequeira sua mulher. Lena representa a estratificação verificada no interior do grupo dos próprios colonos, divididos em ricos e pobres, pelo que o casamento entre os dois consiste numa junção de colonos de estatutos diferentes. Mas, por ser de raça negra, Carlos sente-se mais aproximado do grupo dos negros que são vistos como ocupando a posição mais inferior da hierarquização social. Ainda assim, tem vergonha da sua ligação com Lena, o que aumenta a suposição de que a sua identificação com o grupo dos negros não é genuína e funciona apenas como instrumento ofensivo usado contra a família de adoção. Na verdade, o facto de Lena nunca ter engravidado fá-lo supor que a sua mulher teria vergonha de ser casada com um mestiço e decidido, por esse facto, não querer descendência de cor negra. Estas conjeturas sustentam a consciencialização de Carlos de que, na hierarquia social, o estatuto de Lena como colona pobre não seria tão inferior quanto o de um mestiço descendente da raça negra. Clarisse sustenta que Lena teria casado com ele apenas numa tentativa de ascensão social, estando implícita no seu discurso a dificuldade em entender qualquer outra explicação para a união de uma branca a um negro.

casaste com ele porque pensavas que o meu irmão era rico, para te livrares do musseque, usar melhor roupa, morar na fazenda, ter criados, dinheiro, conhecer o governador e o bispo, aceitaste o Carlos como aceitei o Luís Filipe (EP: 334)

A união de Lena e Carlos é vista como estando ao mesmo nível da ligação entre Clarisse e o seu amante casado, ou seja, motivada apenas pela conveniência da parte feminina. Convicção partilhada, ainda em Angola, pelos próprios negros empregados da casa familiar, ainda de acordo com as lembranças da irmã de Carlos:

(...) aproximei-me do Damião que segredava qualquer coisa divertida acerca da Lena
(...)
por exemplo que casou com um mestiço por julgar que o pai do mestiço
(...)

tinha mais dinheiro que o pai dela e uma fazenda melhor que uma casa no musseque sem imaginar que o pai do mestiço, (...)
possuía apenas uma doença de fígado e uma garrafa de uísque escondida no armário (...) (EP: 278)

O casamento de uma mulher branca com um mestiço é julgado como sendo desprestigiante para uma branca e só é minimamente compreensível se encarado como tentativa de melhoria da condição social e económica. Contudo, no caso de Lena, a tentativa foi gorada, sendo esta objeto de chacota na fazenda africana, troça que parte até dos que ocupam a posição mais baixa da amostra de estratificação social angolana em que consiste a fazenda de Isilda, os negros empregados da casa. Ao provir do musseque, Lena é referida como sujeitando-se ao que é interpretado como uma humilhação para qualquer colona, ou seja, juntar-se a uma pessoa de raça inferior. A ambição pela melhoria de condição social seria algo que afetava os colonos de menos posses, estando implícita a sua subordinação relativamente aos colonos mais ricos, condição da qual se queriam libertar. Lena é vista pelos membros da família de Isilda como de posição social inferior e representa o desejo de ascensão social dos colonos pobres. Carlos, por sua vez, nunca consegue superar a sensação de menoridade, também em relação à sua mulher, por ser de raça negra, transportando esse sentimento para o casamento:

(...) a Lena
(só me apercebi agora)
trouxe as máscaras para me fazer ver que não nasci na propriedade com os meus irmãos, nasci no bairro dos funcionários da Cottonang ou nem no bairro, nas cabanas dos empregados fora do arame que se ocupavam da limpeza, da cozinha, da garagem do ar condicionado da administração (...)(EP: 131)

Já em relação ao padrinho de Isilda, que habitualmente ia visitar a família acompanhado de um dos seus filhos mestiços, a situação é considerada normal e aceite por todos os elementos, conforme é referido pela afilhada:

[o meu padrinho] vestia um impermeável de borracha amarela e trotava vinte e seis horas mato fora até à Baixa do Cassanje de visita à minha família com um dos filhos mestiços de canhangulo atrás dele, enorme e calado tanto quanto o meu padrinho era falador e miúdo de carne, o filho a quem se dirigia como a um desconhecido importuno e o tratava por patrão seguindo-o mesmo se o velho se instalava à mesa para almoçar connosco, ou passeava com o meu pai a comentar as plantas (...) (EP: 86)

Neste caso, o machismo social é evidente: a miscigenação, desde que resultado da junção de homens brancos com mulheres negras, é vista como habitual pelos conhecedores da verdadeira ligação entre o padrinho de Isilda e o mestiço que o acompanha. O assassinato do padrinho cometido pelo mestiço, conforme é contado por Isilda no seguimento do excerto transcrito, é significativo da contrariedade com que este filho bastardo vive a sua situação de mestiço não

reconhecido pelo pai, pelo que o relacionamento entre ambos seria considerado normal apenas pelo grupo dos colonos. Os que, de facto, são pai e filho, tratam-se como sendo empregado e patrão, disfarçando socialmente o que todos sabem, por uma questão de manutenção do distanciamento respeitador da diferença racial. O padrinho de Isilda não é alvo de troça por parte de ninguém, apesar de sustentar o hibridismo criticado pelos defensores da pureza social e racial que se fazem ouvir na obra. Ou seja, desde que não assumida formalmente, a mistura racial entre homens brancos e mulheres negras é tolerada, sendo a sociedade compreensiva para com os homens que se limitam a seguir a sua natureza de animal sexual, juntando-se a um ser de raça inferior. Tolerância que é dirigida apenas aos representantes do grupo dos brancos do sexo masculino, já às mulheres exige-se o comportamento condicente com a suposta superioridade da raça branca, como é o caso de Lena.

No caso de Carlos, a regra social quebrada foi a de ocultação formal do deslize de Amadeu pelo facto de Isilda o ter adotado. O que é condenado não é a relação física de Amadeu com uma negra, nem sequer o facto de ter tido um filho mestiço, mas antes, e sobretudo, a aceitação formal do filho bastardo na família, quando o normal seria a ocultação e a renegação social daquele filho. Apesar de não ser seu filho legítimo, Isilda aceita Carlos na família sem diferenças de tratamento em relação aos dois filhos mais novos, o que é unânime em todos os relatos, apesar de ser interpretado de formas diferentes. Isilda afeiçoa-se a Carlos, afirmando-o por diversas vezes, sem que a sua mestiçagem e condição de filho bastardo do seu marido interfiram na relação que mantém com este filho:

os meus filhos ou seja a Clarisse e o Rui acompanhados pelo que não era meu filho mas eu fingia que era
não, não é assim
os meus três filhos a correrem na sequóias cujas flores rebentavam num sonzinho de vidro
(...)
(os meus três filhos repito os meus três filhos por estranho que pareça e a mim parece-me estranho o Carlos talvez fosse aquele)
(...)
(aquele por estranho que pareça de que eu gostava mais) (EP: 141)

Isilda chega a afirmar que a sua afeição por Carlos supera a que sente pelos seus filhos legítimos, o que pode ser confirmado pelas suas atitudes.

Apesar da imposição de Isilda, a inclusão na família de um mestiço é rejeitada pela sua mãe, Eunice, e posteriormente pela filha, Clarisse. A irmã de Carlos faz questão de salientar a mistura racial e o adultério representados na família pela figura do mestiço, considerando que a mãe não é capaz de superar a personificação da traição do marido no filho adotivo, recusando-se a admitir a existência de verdadeiro afeto na atitude da mãe em relação ao que designa de filho mais

velho. Isilda resiste à oposição de Eunice e mantém a sua posição de mãe adotiva de uma criança que, para além de ser de raça negra, é fruto da infidelidade do marido, tentando fazer com que este se sinta integrado na casa familiar. Contudo, o leitor apercebe-se que o relacionamento entre Isilda e o seu filho Carlos é essencialmente marcado pela ingratidão do filho, apesar das várias atenuantes. Com efeito, Carlos revela ódio e desprezo em relação aos seus pais adotivos, abandona a mãe e trai a confiança nele depositada ao não assegurar o futuro dos seus irmãos que acaba por expulsar do apartamento na Ajuda. Em Portugal, nunca tenta entrar em contacto com a mãe adotiva.

Ainda em criança, Carlos corresponde ao desprezo de que é alvo com a mesma animosidade, dirigindo-a, contudo, a toda a família adotiva. Nunca se identifica com o grupo dos brancos onde foi aceite, mas escolhe como figura de referência um elemento do grupo dos criados negros, Maria da Boa Morte. Carlos aparenta desdenhar de todos na família adotiva, repele as pessoas à sua volta e a única personagem de quem se aproxima é de Maria da Boa Morte, “a única criatura de quem Carlos gostou” (EP: 28), a criada negra da família. É a única personagem com quem se preocupa aquando da sua partida para a metrópole, pedindo à mãe para não a abandonar. O cuidado com Maria da Boa Morte contrasta de forma evidente com a indiferença para com a mãe, podendo ser visto como revelador de uma faceta mais humana por parte desta personagem. No entanto, mais plausível porque mais condicente com a figuração geral da personagem, esta faceta pode ser encarada como apenas mais uma forma de magoar a mãe, desprezar a família e vincar o seu afastamento em relação aos seus membros: “o Rui com os irmãos na Ajuda sabendo que Carlos o detesta como detesta toda a gente salvo a Maria da Boa Morte (...)” (EP: 36). Carlos sempre fez notar à mãe que só se identificava com Maria da Boa Morte, o que é por várias vezes afirmado com desgosto por Isilda, mas a associação à empregada negra da família parece ser principalmente devida à vontade de Carlos em castigar a mãe pela sua inserção numa família que o rejeita e considera inferior. Por outro lado, a autoflagelação nas ligações que encontra com outras personagens parece ser o que determina a sua aproximação às poucas personagens a quem se junta, como é o caso de Maria da Boa Morte e de Lena, sua mulher.

Carlos desde cedo que é alvo do racismo na família, protagonizado pela avó, conforme é lembrado por Rui:

- Desde quando se mistura um mestiço com brancos Isilda desde quando um mestiço come à mesa connosco?
um ramo batia e batia nos caixilhos, a Maria da Boa Morte entalava-nos os lençóis, a Clarisse a segurar-lhe o avental
- Porque é que a avó tem vergonha do Carlos?
(...) os ombros do Carlos na claridade negra (...) sacudiam-se para cima e para baixo, os dentes brilhavam, as bochechas brilhavam, o peito encolhia-se
- Não chores Carlos (EP: 199-200)

Este é o único episódio do livro em que Carlos é representado com alguma sensibilidade, ao ser apresentado ainda em criança a chorar quando descobre que não é igual, pois ao longo do livro a personagem é retratada como praticamente desprovida de sentimentos. Sabe em pequeno que não está ao mesmo nível dos irmãos, sendo rejeitado pela avó, insultado pela irmã e tratado como igual pelos negros. A situação desigual vivida por esta personagem no seio da família é reveladora da exclusão camuflada de inclusão do descendente de raça negra. Apesar de o retrato de Carlos na totalidade da obra corresponder a uma personagem caracterizada pelo rancor que transmite aos que o rodeiam, Rui, neste excerto, desvenda os motivos pelos quais Carlos reage negativamente em relação aos outros. Rui demonstra, ainda, uma atitude de compreensão em relação ao irmão adotivo por considerá-lo um infeliz, um mestiço que desde cedo foi inferiorizado na família:

Como a minha irmã Clarisse costuma dizer no fundo tenho pena dele, sempre trancado no apartamento da Ajuda olhando o rio por um intervalo de cortinas a pensar em Angola, esperando que Maria da Boa Morte o chame

- Menino

para lhe dar banho, servir o almoço, oferecer às escondidas as guloseimas que fazia em segredo para ele (...), a minha avó a aparecer de repente na cozinha tratando-o conforme tratava os bailundos, na mesma importância exasperada

- O que andas a comer Carlos?

sem que eu entendesse a razão da sua fúria, a minha avó para a minha mãe à noite, quando julgava que estávamos deitados e não ouvíamos

- É uma vergonha para a família tê-lo em casa Isilda só Deus sabe a vergonha que sinto
(EP: 197)

Há uma atitude aparentemente compreensiva relativamente à figura de Carlos, desde sempre maltratado na família, principalmente pela avó que sempre o pôs de parte como elemento indigno de partilhar a posição social representada pelo grupo familiar. A afeição de Eunice a Josélia, revelada nos momentos finais da sua vida, não consegue fazer esquecer ao leitor os vários discursos dos narradores denunciadores do desprezo e desdém manifestados por esta personagem pelos africanos, humilhando as pessoas de raça negra. A avó de Carlos é o elemento da família que mais preconceitos raciais demonstra ao nunca conseguir aceitar a presença de um mestiço na família. Esta personagem incumbe-se de mostrar a Carlos a sua diferença, sendo através dela que este primeiro se dá conta da separação de que é alvo, pelo tratamento desigual comparativamente aos irmãos. Apesar de ser retratado como um doente mental, Rui apercebe-se desta diferenciação, fornecendo considerações que ajudam a explicar os comportamentos do irmão mais velho, como no relato do episódio em que se descobriu o relacionamento de Clarisse com um São-Tomense:

*- No armazém com o contabilista Clarisse?
sem alarme, indignação, tristeza, a minha avó de lenço na boca*

*- Um são-tomense não pode ser não consigo acreditar
porque um segundo mestiço na família nunca, mesmo o Carlos que ninguém julgava
mestiço, não parecia mestiço, a minha avó encolhia-se toda se ele a beijava, cheirava-se enjoada
por cheirar a sanzala, tirava a água de colónia da algibeira, não lhe oferecia prendas no Natal
como à minha irmã e a mim, evitava-o, fingia não o ouvir se falava com ela (...) (EP: 157)*

Clarisse também considera o irmão adotivo digno de pena, no entanto, no que respeita a esta, não há lugar ao entendimento por parte do leitor de uma posição de comiseração relativamente à figura de Carlos, mas antes uma tentativa de diminuição do irmão adotivo, dado que é através da irmã que este continua a sentir a discriminação de que é alvo no interior da família. Depois da avó, é a irmã que insiste na inferiorização de Carlos, acusando a interiorização da visão racista transmitida pela avó e pela sociedade em geral e utilizando-a como arma de arremesso:

*(...) a Clarisse liberta de mim na cozinha, a chamar-me o que nunca me chamavam, o que todos
conheciam e evitavam falar, os professores, os colegas de liceu, os amigos do café de Luanda, o
empregado da Cuca, a Lena, o que todos conheciam apesar da cor da minha pele, dos lábios
estreitos, do cabelo liso, de dizer mãe à minha mãe e de ela me dizer filho como aos outros, das
visitas se comportarem comigo como se ignorassem quem eu era, de onde vinha, onde me foram
buscar, a Clarisse baixinho, sem raiva, quase com dó
- Sentes-te vingado dos brancos por bateres numa branca julgas que ficas igual aos brancos
por me bateres? (EP: 81)*

Carlos incorpora a diferença e desnivelação social que a sua presença na casa colona representa, e o comportamento violento e agressivo reflete a revolta interior pela humilhação sentida. A sua discriminação é silenciosa mas Carlos sente-a como estando sempre presente, a falta de menção geral às suas origens é interpretada como sendo devida, apesar de tudo, à existência de um certo pudor na ocultação de algo considerado pouco digno. A única que contraria este estado de coisas é Clarisse que o insulta com base na cor da pele. A impotência face à rejeição motivada pela sua ascendência, mais do que pelo aspeto, fá-lo reagir da única forma ao seu alcance, rejeitando também os outros e tentando fazê-los sofrer como paga justa pelo seu próprio sofrimento. Os próprios empregados negros contribuem para a separação dos membros da casa familiar com base no grupo racial de pertença, considerando Carlos como ocupando uma posição indevida na estratificação interna. Inconscientemente, aceitam e ajudam a definir o conceito ocidental de superioridade da raça branca, transmitido ao longo de décadas de colonização em África, revelando a assimilação dos juízos de valor conducentes à hierarquização social como fator de legitimação da ocupação das terras.

*(...) a Clarisse tinha pena
- No fundo coitado tenho pena dele a mãe comprou-o em Malanje como às vezes comprava
piaçabas e cestos
(...)*

o meu pai a mirá-lo da porta sem se atrever a falar, a Maria da Boa Morte tratando-o não
 por
 - Menino
 como a nós, por
 - Carlos
 (...)
 amesendando-se sem pedir licença à frente dele, o Carlos ainda menos que os cipaios
 porque aos cipaios ela dizia
 - Senhor Isto senhor Aquilo
 por respeito ou consideração ou medo (...) (EP: 206)

As considerações de Rui demonstram a inferiorização sistemática de Carlos que estaria implícita no tratamento dado por todos os que com ele conviviam durante os tempos da sua juventude em Angola, incluindo Maria da Boa Morte que o considerava como fazendo mais parte do grupo dos criados, como ela, do que dos patrões. A afinidade encontrada é motivada por fatores meramente raciais, ajudando a perpetuar os valores sustentados pela suposta missão civilizacional impulsionadora da colonização europeia em África.

Clarisse interpreta também à sua maneira o tratamento especial de Isilda para Carlos,

(...) o Carlos a jogar portas ao fundo, a minha mãe a suspender a vergasta
 - Carlos
 a puxar-lhe o braço, a erguer a vergasta para ele sem esperar que subisse a fralda nas costas,
 que os riscos mais escuros, que o som
 - Estás a defender os teus amigos escarumba
 a única ocasião que lhe chamou escarumba, a única ocasião em que entendi que o odiava,
 tratava-o melhor que nós porque o odiava mais tal como a minha avó o odiava (EP: 396-397)

Por não ser uma pessoa compassiva para com a situação dos negros em Angola, no interior da própria família suspeita dos sentimentos de Isilda em relação ao filho adotivo. O nome “escarumba”, aplicado por Isilda, consiste numa forma de tratamento especialmente pejorativa quando dirigida a qualquer negro, tomando proporções ainda mais insultuosas ao ser empregue de mãe para filho. Clarisse nota a contradição entre a aceitação de Carlos por Isilda e a qualificação extremamente injuriosa empregue num momento de irritação. Clarisse manifesta em mais do que um excerto a sua convicção em como a mãe detesta Carlos por ser a prova viva da infidelidade do marido com uma negra e, por esse facto, não sentir mais por ele que ódio e vergonha. Clarisse tem dificuldade em admitir que a mãe possa realmente ver em Carlos o seu filho mais velho. A sua personalidade fria e desligada dos membros da família, aliada ao contexto familiar de ausência de afetos, impede-a de interpretar as atitudes da mãe como manifestações de verdadeiro amor em relação ao filho adotivo:

[a minha mãe] a rondar o Carlos na manhã seguinte, a passar-lhe as camisas a ferro, a insistir que bebesse mais leite, a servi-lo antes de nós, a deixar-lhe chocolates na almofada, a designá-lo ao intermediário de Luanda

- o meu filho mais velho (...)
e continuando, aposto tudo o que tenho, as jóias quase verdadeiras, os vestidos quase franceses, os cãezinhos made in Singapura quase antigos, a detestá-lo, a escondê-lo, a persegui-lo numa mistura de raiva e remorso (...) (EP: 397)

Para a filha de Isilda, a mãe não sente mais por Carlos que ódio, no seguimento do que se verifica ser o mais normal no contexto familiar a que pertence, em que a ausência de afetividade surge como vivência normal das relações. Ausência que se verifica ser ainda maior quando se trata de ligações entre brancos e negros, percebidos como ocupando patamares opostos na escala social, em relação às quais apenas há lugar para relacionamentos formais, de utilidade prática imediata.

Carlos revela-se sempre totalmente consciente da distinção de que é objeto: “(...) a Maria da Boa Morte não me tratando por menino tratando-me por tu como se valesse o mesmo que eu, fosse minha igual” (EP: 101) - contudo, o imperfeito do conjuntivo utilizado neste trecho é demonstrativo da verdadeira subjetividade desta personagem; apesar da aproximação a Maria da Boa Morte que o filho mais velho se esforça por aparentar como sendo a mais apropriada à sua condição, não corresponde ao que realmente sente. No seu íntimo, Carlos considera-se num patamar superior por estar no grupo dos patrões e a sua ligação à cozinheira Maria da Boa Morte consiste em mais uma manifestação de hostilidade e rejeição da família. Escolhe a ligação à empregada negra como forma de manifestar a rebelião sentida contra a família, atacando desta forma a mãe adotiva. Exterioriza, na identificação encontrada, as consequências identitárias na personalidade de quem se sente deslocado do grupo social em que aparenta estar inserido. Carlos acusa, assim, o estado psicológico alterado de uma pessoa convicta de ser inferior aos de raça branca que o rodeiam, forçando a sua aproximação de quem, no íntimo, se considera superior, funcionando esta aproximação como uma manifestação de agressividade contra a família de colonos. A condição híbrida decorrente da sua proveniência fá-lo aproximar-se dos empregados negros, especialmente de Maria da Boa Morte, como forma de afastamento da família de brancos, castigando a mãe adotiva. Carlos vive obcecado com o facto de poder ser considerado inferior pelos outros desde que se apercebe da sua condição de mestiço, tentando impor aos outros o sofrimento a ele infligido. Apesar da oposição de Eunice, que Isilda enfrenta em prejuízo da relação com a sua própria mãe, e dos conflitos com Clarisse, Carlos foi aceite na família, pelo que, ao agir como se não fosse digno de conviver com os brancos, causa sofrimento à mãe adotiva, punindo a principal responsável pela sua inserção numa família em que a sua condição será sempre indefinida.

O casamento de Carlos com a “mussequeira” (EP: 15) também não tem como base o afeto, Lena é desprezada pelo marido por ser proveniente de uma família de colonos de baixos recursos, o que se infere do facto de ter vergonha dela perante os colegas ainda nos seus tempos de namoro:

(...) a Lena metendo-se entre mim e a minha família, a filha de um empregado da Cuca a viver com um cacho de primos a cem metros do bairro Marçal, nunca disse por vergonha a nenhum colega de liceu que namorava com ela, se calhava aproximar-se toda risinhos à saída das aulas

(...)

cochichava-lhe furioso

- Some-te

E já dentro do autocarro, após me certificar que nem os jingas nos espiavam é que lhe fazia sinal com o indicador, uma casa às três pancadas de lanterna do alpendre enodada de mosquitos, trepadeiras musguntas, o pai de calções a ler o jornal, vizinhos mulatos em cubos de tábuas, com as retretes ao léu numa esquina de muro (...) (EP: 14)

A união dos dois caracteriza-se pela ausência de sentimentos. Desde o namoro que Carlos desdenha da condição social de Lena considerando-a inferior a ele. O filho mais velho de Isilda vive um casamento infeliz com uma mulher que considera de estatuto inferior, aparentando ter sido esse o motivo da sua aproximação a uma filha de colonos pobres, já que se considera a ele próprio também de reduzido estatuto social devido à raça e condição de filho bastardo. Lena também não demonstra afeição por Carlos, sendo insinuado por Clarisse que Lena somente teria casado com Carlos numa tentativa de melhoria de condição económica. Nos comentários da filha de Isilda sobre a temporada vivida com os irmãos no apartamento da Ajuda, o leitor toma conhecimento da ausência de relacionamento sexual entre Carlos e Lena:

(...) o Rui fazia-me cócegas com a respiração e o Carlos do outro lado do tabique numa vozinha lamentosa

- Porque é que não queres Lena explica-me porque nunca queres? (EP: 279)

As escolhas de Maria da Boa Morte como mãe, e de Lena, que considera também inferior, como mulher são, também, meios de Carlos impor a si próprio os castigos que, intimamente, julga devidos por viver acima da posição decorrente da sua raça. Impõe a si mesmo o rebaixamento da sua condição ao assemelhar-se à cozinheira da família e ao escolher para companheira uma mulher considerada de estatuto social inferior ao da família em que se espera estar integrado. Estas escolhas são manifestações exteriores do sentimento de exclusão do grupo familiar derivado do complexo de inferioridade do filho mais velho de Isilda.

O suposto afeto de Carlos por Maria da Boa Morte quase passa despercebido no meio do ódio em relação aos elementos da sua família. O ressentimento relativamente à sua mãe adotiva é algo que atravessa toda a obra e também Carlos interpreta à sua maneira o tratamento recebido na família:

(...) [nos dias de festa de anos da avó] os meus irmãos e eu comíamos num compartimento à parte por não haver lugar à mesa para nós e um dia percebi que não era por não haver lugar à mesa nem pela Clarisse nem pelo Rui era por medo que os estrangeiros reparassem que eu não era branco, era preto como os contratados, mal aparecíamos na varanda cheia de senhoras sentadas a tomarem chá, de capacete colonial e botas de montar, fitando-nos num horror delicado, a minha mãe levantava-se logo abrindo as mangas a esconder-me, mandando-nos brincar para o jardim debaixo da árvore da China (...) a minha mãe que se a Clarisse ou o Rui entravam sozinhos na varanda os chamava, os deixava ficar, os mostrava às convidadas e se era eu as bochechas lhe caíam como se perdesse os maldades e me enxotava numa lufa-lufa antes que pudessem ver-me (...) (EP: 130)

Carlos considera-se motivo de vergonha e embaraço, não só para a avó, mas também para Isilda. O comportamento da família perante as visitas modificar-se-ia consoante a sua presença ou ausência, inferindo-se que a mãe adotiva balançaria entre o desejo de incluir aquele filho no seio familiar e a consciencialização dos transtornos e exclusão social para os seus que isso implicaria. As discussões com Clarisse acentuam esta faceta de discriminação racial presente na família:

- Uma puta não encontro outra palavra para te definir a não ser puta não tolero uma puta reles a transformar-me a casa num bordel uma mulher do meu próprio sangue que desrespeita a memória do pai
- Pelo menos não sou preta como tu sou normal se a mãe não te comprasse em Malanje podias ser meu criado (EP: 155)

A aceitação de Carlos na família por parte de Isilda não é compreendida pelos restantes membros e o próprio Carlos não corresponde à afeição da mãe. Os excertos em que se refere o facto de a raça de Carlos ser um aspeto que a família se esforçaria por ocultar das visitas expressam a predominância dos preconceitos raciais da época perante uma iniciativa que poderia ser considerada nobre, tomada por um dos elementos da comunidade colona, e que só não o é devido aos juízos de valor emitidos pelas personagens que diminuem ou fazem duvidar das verdadeiras intenções da protagonista do livro. Carlos, por seu lado, demonstra sempre o seu isolamento na família, não encontrando elemento com quem se identifique.

o comandante da polícia largando a Clarisse ao reparar no meu pai, o pijama, os chinelos, não bem chinelos, o que tinham sido chinelos, uns trapos esburacados, a barba por fazer, as unhas míopes tacteando o papel de parede ao descer as escadas, o meu pai diante do escritório ao lado da Clarisse, aquele pobre diabo como dizia o Carlos, aquele espantalho como dizia o Carlos
(...)
aquele pateta indefeso a imaginar que era capaz de proteger a filha (...) (EP: 160)

Nas palavras de Rui, Carlos despreza o pai sem reservas, considerando-o um espantalho inútil que nem sequer defende a sua própria honra, limitando-se ao papel desonroso de marido traído. Apesar de ter sido acolhido pela família de colonos brancos, não denota reconhecimento em relação à sua mãe adotiva e praticamente ignora o pai que desdenha pelo alcoolismo e pela falta de resistência à traição de Isilda com o comandante da polícia.

Ao enviar os filhos para Lisboa, por questões de segurança, Isilda incumbe Carlos de tomar conta dos irmãos ao colocar o apartamento que detém na Ajuda em seu nome, onde os três filhos habitam em Portugal. Apesar de saber que o filho a ignora, decide confiar em Carlos, por ser o mais velho e para demonstrar que, para ela, os três são vistos como os seus descendentes, sem distinção. No entanto, Carlos não corresponde à confiança da mãe, ficando na Ajuda sozinho com Lena. Em Portugal, Carlos expulsa Rui e Clarisse do apartamento que a mãe pôs em seu nome, na condição de acolher os irmãos, e envia Rui para um lar que posteriormente se recusa a pagar. Ao expulsar os irmãos do apartamento de Lisboa, abandonando-os à sua sorte, Carlos revela também ausência de afetividade relativamente a estes. O leitor apercebe-se ainda mais do contraste entre as esperanças de Isilda e as atitudes de Carlos, quando se comparam as expectativas da mãe de família com a realidade dos acontecimentos: Carlos nem sequer lê as cartas que a mãe lhe envia de Angola, limita-se a guardá-las numa gaveta ainda por abrir, o que é revelador do ódio e ressentimento que sente pela mãe adotiva. Apesar de ter tratamento privilegiado por parte de Isilda, o seu filho mais velho não demonstra qualquer tipo de gratidão, antes pelo contrário. A diferença entre a imaginação de Isilda e o que verdadeiramente acontece em Portugal acentua ainda mais a faceta maldosa das atitudes de Carlos:

(Carlos o meu filho Carlos com os irmãos na Ajuda a perguntar ao empregado dos Correios pelas minhas cartas a rasgar os envelopes a ler no patamar a subir as escadas devagarinho lendo em voz alta para a Clarisse e o Rui a tornar a lê-las inquieto sem poder telefonar-me sem poder escrever-me sem saber de mim se o meu filho Carlos continuasse em Angola estou certa que não perdíamos a fazenda nem a casa estou certa que os americanos e os russos lhe pediam desculpa nos deslocavam os militares para aqui a segurarem os contratados a comprarem-nos o girassol e o algodão) (EP: 142)

A fé de Isilda no filho mais velho não é minimamente fundamentada e a afeição da mãe por este filho fica totalmente diminuída aos olhos do leitor ao revelar-se como algo negativo de consequências gravosas para a família. Carlos torna-se uma personagem quase totalmente desprovida de qualidades morais.

Carlos transporta para Lisboa o rancor acumulado pelos anos de humilhações e os conflitos com os irmãos refletem a animosidade sentida ao longo dos tempos de infância e juventude por se considerar posto de parte pela cor da pele que, apesar de clara, é de ascendência negra. Contudo, o facto de Carlos se encontrar à espera dos irmãos no Natal de 1995 contrasta com todo o seu percurso relatado ao longo do livro. A sua intenção frustrada de reunir a família no Natal de 1995, depois de toda a indiferença em relação aos irmãos demonstrada ao longo da obra, não faz mais que acentuar a solidão em que se encontra, agravada pelo distanciamento do seu mundo africano.

Sem mais para onde se virar, tenta a reunião com os irmãos, de quem não gosta, como última escapatória de uma vida infeliz, solitária e sem sentido.

Conforme Isabel Ferreira Gould nota,

Carlos (...) representa um atentado à pretensa homogeneidade da identidade colonial portuguesa. A sua presença na família denuncia, assim, ambivalências e contradições associadas ao projecto de construção de uma sociedade colonial luso-tropical em Angola. Exemplo claro dessas ambivalências é a adopção (assimilação e inclusão) e exclusão simultâneas do filho híbrido, prática que Ann Laura Stoler designa por “incorporação e distanciamento” (...). Esse gesto ambivalente revela tanto o paternalismo visível nos actos de benevolência do colono para com as populações subjugadas (enquanto vontade de anular a culpa histórica do colonizador), como o desejo colonial de transformar (colonizar, assimilar, objectificar) o *Outro* no seio da família e da casa portuguesa, aqui tida como *miniatura do império* (George 6). Ora, esse desejo, que se exprime enquanto acto de civilização no espaço íntimo do império, é não apenas uma forma de valorização positiva da identidade colonial portuguesa que se define *vis-à-vis* o *Outro*, mas também um modo de negar a diferença desse *Outro*. (Gould, s.d.: 28)

Considera esta autora, assim, que Carlos tem importância fundamental no romance ao acusar a existência de fronteiras interiores nos espaços familiares do império, exibindo o esforço colonial em negar e anular a identidade híbrida como categoria identitária específica. (*ibidem*) De facto, a inserção de Carlos na família é apenas aparente dado que, através dos comportamentos dos membros da família, o sentimento de pertença ao grupo familiar lhe foi sempre negado. Ou seja, a insistência de Isilda na aceitação de Carlos resulta na inclusão na família de alguém que é, na prática, um excluído, o que apenas vai contribuir para a separação definitiva da família, fazendo com que Carlos viva uma mistura permanente de inclusão e exclusão familiar, ao ser aceite e tratado como branco por uns, mas rejeitado e posto de parte como um negro por outros.

Carlos é a personagem que melhor simboliza o hibridismo e miscigenação da época colonial portuguesa, um mestiço bastardo que não se identifica nem com a sua família de colonos brancos nem com o grupo dos nativos negros por estes pertencerem ao grupo dos criados. Nesta personagem, a revolta e ódio contra tudo e contra todos não consiste apenas numa faceta da sua personalidade, mas pretende ser, antes de tudo, a consequência da sua falta de integração em um grupo social específico, já que balança entre a estratificação social e racial na sociedade colonial angolana de que dá conta a obra. A tentativa de integração de Carlos na família pode ser vista como simbólica da impossibilidade de relação colónia-metrópole e respetivos paradoxos inerentes à apenas aparente integração dos territórios africanos na nação imperial portuguesa.

Em Portugal, no apartamento da Ajuda, essa desinserção ainda se faz notar: mora num apartamento que, por um lado, considera não ser digno da sua condição de filho de portugueses abastados, mas, por outro lado, considera ser a situação natural de quem, como ele, provém do grupo dos mais desfavorecidos devido à sua condição de homem de raça negra. Carlos julga-se merecedor de uma situação privilegiada por ser de origem social alta em termos da estratificação

social baseada nas posses económicas que se faria sentir em Angola, como em Portugal; na condição de mestiço, no entanto, imagina-se um criado dos brancos, tal como via acontecer em Angola:

(...) o facto dos meus pais, por não gostarem de mim
(e estava ali a prova provada que não gostavam de mim)
me obrigarem a morar num cubículo de viúva do Montepio quando podiam ter comprado um sítio em condições, um apartamento decente, fez-me agarrar com mais força a Clarisse
- Perguntei-te onde estiveste até agora desgraçada
quando era a mim não à minha irmã que eu achava desgraçado, a contar tostões ansiosos do princípio ao fim do mês longe da Baixa do Cassanje, do cheiro do algodão, da Maria da Boa Morte, dos criados que faziam por mim com vontade ou sem vontade o que eu tinha de fazer agora sem vontade nenhuma, eu um criado agachando-se numa cubata da Ajuda com o mesmo rio, a mesma solidão e a mesma eternidade amarga ao pé de mim, só me faltava um cigarro aceso com a brasa na boca, um caixote de peixe seco e as feições roídas pelas borboletas da lepra (...) (EP: 80)

A falta do ambiente africano faz-se sentir no seu quotidiano, sente a falta dos elementos que lhe eram familiares em Angola e do tratamento privilegiado como filho de patrões. É uma personagem que não encontra integração, nem em Angola nem em Portugal, pela mistura de raças e culturas que representa. Ao ser visto como descendente de raça negra na família, esbarra com os preconceitos ocidentais de superioridade da raça branca quando se encontra ainda em Angola, sendo rejeitado na família devido à visão tradicional e conservadora da sociedade colona. Em Portugal, enfrenta o isolamento resultante da desinserção espacial e cultural. Carlos considera que a situação desgraçada em que se encontra tem justificação nas suas origens de filho bastardo de um branco e uma negra. A única personagem com quem revela alguma identificação é Maria da Boa Morte, a cozinheira que elegeu para ponto de referência, simbólica, na família, das suas origens nativas africanas mas que permanece em Angola. Não encontra em Portugal quaisquer outras afinidades.

O leitor, de certa forma, compadece-se desta personagem à medida que se vai apercebendo da progressiva transformação que a figuração de Carlos vai sofrendo aos seus olhos, decorrente da vitimização que é transmitida ao longo da obra e que vai desculpabilizando as suas ações. Carlos sofre uma mudança na caracterização negativa que lhe é inicialmente feita, passando a ser encarado como mais uma vítima das injustiças inerentes ao processo de colonização, entre as muitas representadas no livro.

A figura do mestiço contrapõe-se, essencialmente, ao ideário lusotropicalista difundido durante o Estado Novo como argumento defensor da manutenção das colónias em África. Pela análise das obras em estudo, verifica-se que os contextos em que se movimentam as personagens representadas contrariam o argumento utilizado na época de Salazar de constituição de sociedades multirraciais como fator legitimador do colonialismo português. Os símbolos da miscigenação racial são personagens desajustadas ao funcionamento de sociedades baseadas em preconceitos sociais e raciais com os quais se revelam incapazes de lidar. Contudo, os mestiços da obra de Maria Isabel Barreno são personagens sobre as quais apenas há, na maioria das vezes, referências gerais feitas por narradores que não lidam com eles, apenas sabem da sua existência, pelo que não alcançam a dimensão dramática resultante da complexidade psicológica desta figura em *Lobo Antunes*. É através de Carlos e da expressão da sua subjetividade que é permitida ao leitor a aproximação à tragédia identitária provocada pelo hibridismo desta personagem numa sociedade profundamente espartilhada por critérios ocidentais e sem lugar para a diferença que esta personagem representa. O mestiço não pertence a qualquer dos mundos em confronto nas obras: é rejeitado pelos brancos que não aceitam a inclusão no seu meio de pessoas com ascendência negra, impondo-lhe o distanciamento exigido aos nativos africanos, no entanto também não é considerado negro devido à ascendência branca. A tentativa de inclusão desta personagem no seio da família de colonos é inviabilizada pelos preconceitos enraizados na sociedade envolvente e é o próprio mestiço que, ao sentir-se excluído, se distancia de tudo e de todos, expressando essencialmente sentimentos de revolta contra os que o rodeiam.

Nas sociedades coloniais representadas, a mestiçagem seria encarada como colocando em risco a separação social instalada e alicerçada na convicção da supremacia do homem branco sobre as outras raças. Contudo, a mistura racial seria vista com alguma normalidade como resultado da junção de colonos brancos e mulheres negras, visto que as relações sexuais entre patrões e as suas subordinadas nativas seriam relativamente comuns, consistindo numa outra forma de dominação do homem branco sobre o negro, ou seja, conquistando-lhe as suas mulheres, para além das terras, mas os filhos destes relacionamentos não seriam normalmente reconhecidos perante a sociedade, o que seria originador de vários problemas sociais. Já o contrário, isto é, os relacionamentos entre mulheres brancas e homens negros seriam transversalmente condenados pela sociedade como um todo. Ou seja, os preconceitos de género sobrepor-se-iam aos preconceitos raciais como resultado da transposição de princípios e valores ocidentais para as colónias: a supremacia do homem sobre a mulher é superior à separação racial verificada nas comunidades representadas, pelo que, no que se refere a brancos e negras, a mistura de raças é

tolerada. As mulheres brancas são, por sua vez, encaradas como sendo propriedade do homem, pelo que a sua posse por parte de homens de raças vistas como inferiores consiste numa afronta direta ao homem branco.

No entanto, nestas obras, é notório o destaque atribuído à mulher no espaço colonial, tentando-se, desta forma, combater o esquecimento a que estas foram votadas nos discursos oficiais sobre a maioria dos feitos históricos, o que será analisado em pormenor no capítulo seguinte.

7. Figura feminina: centralidade no espaço colonial

Principalmente a partir de meados do século passado, uma das estratégias de combate à miscigenação racial no espaço colonial é o incentivo à entrada de mulheres brancas como acompanhantes dos colonos e que teriam também a importante função de manter o homem branco longe da mulher negra, evitando a mistura de raças. As mulheres eram vistas como essenciais à colonização, desde que possuíssem boa resistência física, visto que “Da sua presença dependia a manutenção da dignidade dos colonos em África, o afastamento de todas as tentações e vícios imorais, a reprodução da família cristã. Os filhos mestiços eram encarados como a causa de muitas perturbações sociais a evitar escrupulosamente.” (Castelo, 2007: 249). A condenação das relações entre homens brancos e mulheres negras conheceu um acentuado fortalecimento a partir do momento em que se verifica um aumento considerável de entradas de mulheres brancas nas colónias portuguesas de África, tendo-se reduzido, conseqüentemente, o número de uniões mistas e filhos mestiços devido ao reforço do estigma social sobre a miscigenação. O aumento do racismo nas colónias parece ter começado a acentuar-se com a ida da mulher branca nos anos 50, já que, até então, nos anos 30 e 40, há vários relatos que dão conta da aproximação entre colonos e nativos: “Até aos anos 30, 40, o racismo não era muito acentuado. Havia mais aproximação daqueles primeiros colonos; tinham mulheres negras, filhos mestiços. O racismo começou a acentuar-se com a ida da mulher branca.” (Fonseca do Amaral *apud* Cláudia Castelo, 2007: 289). Racismo e condenação da miscigenação parecem estar associados à entrada da mulher branca, pois após o seu aumento nas colónias, o registo de uniões mistas sofreu uma diminuição considerável: “Com o aumento da entrada de mulheres brancas nas colónias ter-se-á atravessado um período em que o número de novas uniões mistas e filhos mestiços foi muito reduzido” (Castelo, 2007: 291).

Na relação das donas de casa com os seus criados, segundo Cláudia Castelo, “havia barreiras simbólicas que não deveriam ser quebradas, sob pena de as senhoras alienarem o seu prestígio aos olhos dos nativos.” (*idem*: 286). A mulher colona tenderia a exercer o poder sobre os nativos seus subordinados, estando, por seu turno sujeita à opressão que por sua vez sofreria por parte do homem numa sociedade de regras profundamente machistas e de estrutura patriarcal. Contudo, sabe-se hoje, relativamente à situação das mulheres brancas principalmente nos centros urbanos de Angola e Moçambique, que também a partir dos anos 50 do século passado era bastante elevado o número das que trabalhavam fora de casa e frequentavam os locais de lazer tal como os homens, dado que, na sua maioria, estariam libertas dos afazeres domésticos graças à abundância de criados a baixo custo (Castelo, 2007: 267). Apesar disto, ao longo de toda a época colonial, globalmente viviam em comunidades de valores tradicionais e patriarcais em que

estariam sempre em posição de submissão em relação aos homens, sendo o seu estatuto totalmente dependente da posição social do marido. As tarefas domésticas e a educação dos filhos seriam a sua principal ocupação que se sobreporia a todas as outras.

De facto, o ambiente doméstico vivido pelas famílias de colonos representadas nas obras é assumido como contextualização fundamental nos acontecimentos vividos pelas personagens que simbolizam o povoamento português das colónias africanas de Cabo Verde, Moçambique e Angola, respetivamente nos livros de Maria Isabel Barreno, Teolinda Gersão e António Lobo Antunes. Nestas obras, a casa familiar assume importância central nos enredos como metáfora da colónia ou da nação, verificando-se o que Isabel Ferreira Gould considera ser uma tendência do novo romance português de revisitação africana: a “preferência nítida pelas temáticas da família e da mulher colonial” (Gould, 2007: 65), fazendo com que, desta forma, estas obras se proponham “examinar a identidade do Portugal colonial e pós-imperial” (*ibidem*).

Nas três obras escritas ainda no século XX, o tom memorialístico dos narradores fá-los evocar acontecimentos que se inserem nas histórias particulares das suas famílias, onde sobressaem as mulheres. Lembro ainda as palavras de Gould:

Mainly through fictional forms of life-writing, the new [Portuguese] novel revisits Africa and the colonial sites of filial memory in an attempt to decant Portugal's colonial past. Many contemporary writers do so by rejecting a unity of perspective and thus investing in narratives of the self - fictional autobiographies, biographies, memoirs, and diaries - as a means to recover particular versions of colonialism. This generation invests above all in the notion that family stories and intimate histories are reinvented through fictions of the self. The new novel develops narratives that run through not just male agents of empire, but also the lives of women colonists and African-born white and mulatto children. At the heart of the new novel is the treatment of Portuguese women's interactions with colonized peoples and their complicity with imperial consolidation and downfall. (Gould, 2008: 192)

Os autores optam por conceder protagonismo às figuras femininas como veículos de ideologias associadas a visões progressistas do desenvolvimento social e da igualdade de direitos, tendo em conta as épocas retratadas. É salientado o lar familiar, a casa e o funcionamento das relações interpessoais dos elementos que a habitam. Esta é, ao mesmo tempo, fator determinante para a formação de indivíduos e respetivas vivências nas colónias num contexto mais amplo, assumindo aqui a mulher um papel fulcral como educadora, e um reflexo das sociedades coloniais, espaço onde os relacionamentos interpessoais espelham a vivência global das sociedades envolventes.

O lugar de destaque atribuído à negra africana cinge-se à casa familiar, dado que a seu cargo estão as tarefas domésticas. A influência das negras diz respeito à esfera particular dos elementos representativos dos colonos, desempenhando papéis secundários nas narrativas em análise. No entanto, ver-se-á que as suas caracterizações contrariam, muitas vezes, os estereótipos

a elas associados, o que constitui elemento de relevo pois permite retirar algumas conclusões sobre a intencionalidade dos autores ao retratá-las.

Segundo nota Isabel Ferreira Gould, sobre o romance de Maria Isabel Barreno,

Uma contribuição fundamental de *O Senhor das Ilhas* é o facto de nele se rejeitar a ideia de colónia como espaço primordialmente masculino. O projecto colonial e a política da colonização em família são colocados em cena através das acções de mulheres colonas e de mulheres escravas. O livro descreve o papel das *donas* (SILVA, 2002), ou seja, da elite feminina portuguesa nascida nas ilhas, e detém-se particularmente nos laços estabelecidos entre mulheres portuguesas e mulheres africanas na esfera doméstica. O feminino é, assim, abordado através das temáticas da cumplicidade, da aliança e da negociação. (Gould, 2007: 69)

Maria Josefa, Marta e suas irmãs e as escravas negras da família consistem, nesta obra, nos vetores principais de uma narrativa que dá voz ao feminino no espaço colonial português, apesar de se cingirem essencialmente ao ambiente doméstico. De facto, nas obras em que a casa colonial é motivo central, é destacada a mulher através da caracterização que lhe é feita, sendo as suas representantes dotadas de complexidades psicológicas que fazem com que sejam figuras de referência para as outras personagens nas respetivas narrativas, o que as posiciona no centro das sociedades coloniais representadas.

O contributo destes autores para a memória da época colonial portuguesa em África parece ser o de realçar a centralidade do papel da mulher no contexto social, contrariando o anonimato em que estas permaneceram em todos os discursos históricos oficiais sobre o colonialismo, entendido ao longo dos tempos como protagonizado pelos elementos masculinos envolvidos nos grandes acontecimentos. Nas narrativas ficcionais sobre a colonização portuguesa analisadas, as mulheres saem da sombra dos acontecimentos, assumindo um relevo nos acontecimentos relatados que lhes terá sido negado pelo discurso histórico oficial.

7.1. Tradição *versus* modernidade

Os membros do casal protagonista de *O Senhor das Ilhas* parecem ter o mesmo peso na narrativa, dependendo da perspectiva com que se observem os feitos relatados por Manuel Maria. Relevando os feitos externos ou os internos à casa familiar, as personagens centrais podem ser a figura masculina ou feminina. Apesar do papel de relevo atribuído a Manuel António Martins implícito no título do romance, verifica-se, ao longo do livro, que o narrador atribui a mesma importância aos dois membros do casal, sendo Manuel António o motor impulsionador de uma série de feitos externos à casa familiar e Maria Josefa a personagem central dos vários acontecimentos verificados no interior do lar familiar. Na realidade, no relato com que nos

deparamos ao longo do livro, o ambiente doméstico, gerido por Maria Josefa, é descrito e analisado pelo narrador com o mesmo detalhe e importância que as peripécias políticas e sociais de Cabo Verde, no seio das quais toda a família de Manuel António se movimenta, mas onde é Manuel António que se destaca. Manuel António Martins, chefe da família e personagem dinamizadora de acontecimentos que marcaram definitivamente o destino das gentes das ilhas de Cabo Verde, não parece ter maior peso na narrativa de Maria Isabel Barreno que sua mulher, dado que os narradores Manuel Maria e Marta atribuem o mesmo grau de importância aos acontecimentos verificados dentro e fora do âmbito familiar fazendo uma analogia explícita entre ambos:

[Marta:] A nossa família é parecida com o reino de Portugal, ou com o arquipélago de Cabo Verde, ou com ambos, na sua relação de poderes, amores e misérias. (SI: 298)

A família alargada de Manuel António, com sobrinhos, filhos ilegítimos e escravos da casa incluídos, é vista como representativa da complexidade de relacionamentos entre os grupos sociais dominantes nas ilhas colonizadas, algo que Marta faz notar. De facto, o ambiente doméstico de Manuel António reflete a divisão social que se estende ao meio envolvente, nomeadamente entre aristocracia e burguesia, colonos e colonizados, patrões e empregados e o mundo feminino e masculino, com as respetivas características e tarefas inerentes à inclusão dos seus membros nestes grupos. As relações estabelecidas na casa familiar surgem assim, na obra, como simbólicas da totalidade do funcionamento da sociedade no espaço colonial representado. Manuel António é um dos responsáveis pelo governo do arquipélago, não apenas enquanto governador, mas também antes da sua nomeação. Todos os feitos protagonizados por esta personagem têm como objetivo central a melhoria das condições de vida dos habitantes das ilhas, o progresso do arquipélago e a maximização dos seus recursos. Maria Josefa, por seu turno, é a principal responsável pelo governo de uma casa apresentada expressamente como microcosmo do funcionamento das relações coloniais no arquipélago de Cabo Verde, pelo que emerge da retaguarda dos acontecimentos através da importância que lhe é atribuída na gestão desse mesmo mundo com as respetivas repercussões que se estendem a todos os que a rodeiam e, conseqüentemente, a todo o ambiente externo ao lar familiar.

Maria Josefa gere um mundo à parte do de seu marido, com regras e interesses distintos dos princípios de desenvolvimento do arquipélago no seu todo, empenhando-se no bem-estar familiar e na manutenção da ordem e disciplina necessárias ao relacionamento entre todos os que habitam e frequentam a casa. Maria Josefa parece ter a propensão para a defesa e difusão de ensinamentos de âmbito moral, em que a sua formação cristã é evidente. O seu papel é o

tradicional das mulheres na sociedade da época, correspondendo a sua representação na obra à imagem da boa mãe de família. De “espírito pragmático” (SI: 102), Manuel António contrasta com o idealismo de Maria Josefa e o casal, a partir de certa altura das suas vidas, parece viver em mundos distintos, separados por diferentes convicções e interesses em diferentes espaços de influência:

Cada vez mais eram dois poderes que se digladiavam e completavam. Ela parecendo confinada no interior das casas. Mas por ela, só por ela, disfrutando ele do palco de sua magnanimidade: uma mesa com quase duzentos comensais diários – trinta a cinquenta entre família e convidados, a mesa dos empregados e das crianças, a dos criados e escravos. (SI: 108)

Homens e mulheres desta família têm encargos bem delimitados, seguindo a divisão de tarefas característica das sociedades tradicionais do mundo europeu de suas origens. Expressa-se assim, na representação destes colonos, a estratificação de géneros na execução de funções sociais: as tarefas do homem exigem coragem, força e capacidade de mandar, a seu cargo ficam as atividades sociais em que o intelectual predomina. Às mulheres cabem as tarefas domésticas, sendo a mais importante de todas a de ter filhos. Manuel António encara as necessidades das mulheres como sendo inferiores e muito mais restritas do que as dos homens, tal como é assinalado pelo narrador:

Com este vislumbre das necessidades da filha, [Maria Josefa] decidiu informar Manuel António de que esta deveria acompanhá-lo ao Rio de Janeiro. Prolongue sua estadia quanto puder, leve-a à corte, leve-a a todas as festas e bailes possíveis. Que ela se canse, que ela se enfaste de tudo isso, e das adulações dos homens. Manuel António sobressaltou-se, nunca lhe parecera que as necessidades e desejos duma mulher, sobretudo duma adolescente, pudessem ser tão imperativos. Sempre achara que só o desejo masculino é substantivo, determinando as rotas visíveis do mundo. Estrelas polares eram as mulheres, sim, e seres doces dignos de muitas dádivas, mas seus desígnios apenas se inscrevendo dentro dos mapas traçados pelos homens (...) (SI: 166)

Maria Josefa seria o único membro do casal verdadeiramente atento às necessidades das filhas, neste caso de Gabriela que desde cedo revela descontentamento com a sua condição de mulher enclausurada numa casa situada numa ilha sem qualquer atividade social. A convicção de Manuel António é a de que as necessidades das mulheres estariam exclusivamente ligadas à satisfação dos desejos dos homens, não lhe ocorrendo que pudesse haver outros fatores que implicassem a definição da sua felicidade.

Quando meus pais fizeram dez anos de casamento tinham quatro filhos, um rapaz e três raparigas, a última das quais fora Luísa. Dez anos mais tarde terão treze filhos: nove nascidos numa década. (...)

Foi o fulgor procriativo a que se entregou o seu organismo aquilo que primeiro chamou Maria Josefa para a necessidade de uma mudança. Os nascimentos dos filhos tinham definitivamente deixado de ser acontecimentos de primeiro plano na vida de Manuel António.

Uma rotina, uma consequência inevitável das suas relações com Maria Josefa, só a ela competindo a tarefa de acomodar esses acontecimentos na vida da casa, da família. (SI: 105-106)

Para além da divisão de género verificada no exercício de papéis sociais específicos no interior da família, as prioridades que determinam os comportamentos de ambos os membros do casal parecem ser diferentes. Inicialmente caracterizado como um homem que se deixou dominar pela paixão por Maria Josefa e pela ilha do Sal na escolha do arquipélago de Cabo Verde para viver, o chefe da família Martins atribui maior importância aos acontecimentos fora do ambiente familiar, pelos quais muitas vezes chega a abandonar a mulher, mesmo em situações difíceis. Da mesma forma que desempenham funções sociais distintas, Manuel António faz questão de manter em primeiro plano o seu dever como “Senhor das Ilhas”, em detrimento das suas funções de pai de família. No que diz respeito ao governo familiar, Manuel António guia-se essencialmente pela razão, deixando as emoções a cargo de sua mulher, conforme o narrador faz notar em mais do que uma situação: “[Depois da morte de um dos filhos varões] Manuel António deixou, com alguns afagos, uma Maria Josefa chorosa, que com rancor o olhou pela primeira vez, e foi para o Sal, instalar as casas de madeira americanas, (...)” (SI: 69). O sofrimento com os abortos ou mortes prematuras de vários filhos do casal parece ser muito mais sentido por Maria Josefa do que pelo seu marido que, não se deixando comover em demasia pela situação de mais um filho morto, segue o cumprimento do seu dever fora do ambiente familiar. A Maria Josefa desagrada a diferença de prioridades que nota existir entre ambos, desabafando com o marido: “A sua casa é tão difícil de governar como o arquipélago, dizia minha mãe; para atender o governo deste, o senhor abandonou por completo o governo daquela.” (SI: 295).

Apesar de ser assunto de ambos, Manuel António parece considerar responsabilidade de Maria Josefa tudo o que se relaciona diretamente com os filhos e empregados da casa, não lhe atribuindo a mesma importância:

Mas da mesma forma que Manuel António dissera, com seu comportamento arredo, que nenhuma história interessante pode ser contada na enumeração repetitiva de partos, com seu sangue e outros sobejos, respondeu Maria Josefa com uma altiva indiferença pelos negócios do seu marido, que eram também o território da infidelidade dele à paixão de ambos. (SI: 108)

A divisão de tarefas é evidente, os partos e afazeres domésticos fariam parte do âmbito de interesses exclusivos de Maria Josefa e os negócios de Manuel António seriam ignorados pela sua mulher como assuntos que não lhe diziam respeito. Sendo um casal e partilhando uma vida em comum, as vidas de ambos centram-se em pontos de interesse diferentes. A separação entre os dois mundos é expressamente feita por Manuel António em diversas partes da obra:

Sendo exigidos dos homens outros esforços e outras responsabilidades, continuava Manuel António, que muito mais ampliam as consequências de seus actos, propagando-se estas em todas as gradações possíveis até ao completo desconhecido, não podem eles aspirar à minuciosa bondade daquilo que fazem, terão que se limitar a tentar manter, nos corações, as intenções rectas e a memória de Deus. Por isso é importante que as mulheres mantenham acesa a imagem daquilo que os homens não podem alcançar, mas que deve orientar seus corações, como a Estrela do Norte orienta os navegantes. (SI: 155-156)

A família é entendida como instituição de base da organização social tradicional da época, responsável pelas escolhas dos indivíduos em muitos âmbitos como o da formação pessoal, desenvolvimento do carácter e gestão do tempo, das amizades e das relações sociais em geral, e as suas protagonistas são sem dúvida as mulheres. Em casa de Manuel António, o mundo feminino parece resumir-se à resolução dos problemas dos filhos e à gestão do grupo dos escravos subalternos, sendo Maria Josefa brevemente descrita pelo narrador como uma mulher:

Culta e orgulhosa, e nascida num mundo pequeno quase com uma posição de rainha, raramente desce à soez actividade de expor uma opinião na sua forma pessoal. Generaliza sempre, essa opinião, torna-a regra geral para todos os interessados e implicados. (...) Minha mãe tem uma alma de pedagoga, de educadora. (SI: 18)

A família de Manuel António desempenha o papel tradicional da instituição familiar, que, através da função reprodutiva, agrega novos membros e em que a figura maternal é responsabilizada pela formação de personalidade desses membros, assim como pela transmissão de valores tidos como essenciais à vida e à convivência em sociedade. Maria Josefa é vista como responsável pela preservação, no seio da sua família, de conceitos morais fundamentais à formação integral dos indivíduos como seres humanos de vivências condicentes com os conceitos cristãos por ela professados. O ambiente doméstico que governa segue, assim, regras e orientações distintas do mundo exterior governado por Manuel António, e é nessa diferença percecionado pelo narrador da obra:

Por isso, desde criança muito mais acreditei na visão do mundo que me dava minha mãe, onde era regra fundamental que todos nossos actos deveriam tentar imitar a perfeição divina, com minúcia e não com ambições demiúrgicas, enquanto meu pai argumentava que há males necessários, que a própria crueldade poderia tornar-se um meio indispensável ao restauro da justiça, pois que este mundo é imperfeito e sempre movente. (SI: 155)

O espírito prático e racional de Manuel António não lhe permite viver de acordo com as convicções da sua mulher, entende que é impossível seguir rigorosamente os ensinamentos divinos no mundo do trabalho e dos negócios, revelando-se totalmente consciente das limitações inerentes à imperfeição humana. Sem ilusões, considera a crueldade como mal necessário para o

desenvolvimento civilizacional das populações e única forma de restabelecer a ordem e a justiça necessárias ao progresso.

[Manuel António] Acrescentava que podem as mulheres tanto falar de bondade, e aspirar à minuciosa perfeição, por serem seus actos de consequências mais limitadas; no lar sim, poderá e deverá manter-se a imitação do paraíso. E tomava como exemplo a renda (...) (SI: 155)

Para Manuel António, a persecução dos ensinamentos divinos no quotidiano como princípio base de conduta só é possível num ambiente restrito como o doméstico porque protegido das injustiças da vida real, em que os ensinamentos de Maria Josefa seriam encarados como de repercussões limitadas. Entende que a casa familiar seria o ambiente propício à imitação da perfeição divina como conduta de vida pretendida por Maria Josefa, dado que vê a influência da mãe de família como de alcance menos abrangente que as suas determinações cujas repercussões se fariam notar um pouco por todo o território do arquipélago. Os ensinamentos de Maria Josefa seriam impraticáveis no mundo onde Manuel António se movimenta, em que não há lugar para as práticas cristãs que subentendem o respeito pelo outro acima de tudo, quando a questão é a sobrevivência numa sociedade que não se guia pelos mesmos ideais. O ambiente doméstico terá como principal função a imitação da perfeição que não existe no mundo real.

Verifica-se, assim, que os princípios e valores pelos quais as personagens se regem são também distintos nos ambientes interno e externo à casa familiar. O espaço gerido por Maria Josefa elege como fio de conduta o conjunto de ensinamentos de origem cristã coincidentes com a elevação moral do homem, em detrimento da concepção de funcionamento social do seu marido baseada em racionalismos pragmáticos. As noções de justiça e moral na sociedade em geral estariam associadas à imperfeição humana e, por isso, incapazes de reproduzir os valores ambicionados por Maria Josefa. As convicções seguidas pelos dois membros do casal nos respetivos ambientes em que se movimentam, e em que a sua influência se faz notar, são distintas, conforme sublinha o narrador. A família de Manuel António espelha, assim, a perceção geral vigente nas sociedades patriarcais tradicionais que tenderiam a entender o ambiente doméstico e familiar como um universo social restrito, com regras de funcionamento marginais às da sociedade envolvente. A influência de Maria Josefa e dos seus ensinamentos é colocada por Manuel António como limitada aos que com ela convivem, sem repercussões para fora do âmbito da casa familiar. A reputação das mulheres donas de casa estaria associada à forma como eram por elas educados os filhos e gerido o lar para o conforto e educação dos seus membros, sendo competência exclusiva da mulher zelar pelo bem-estar dos elementos e boa educação da prole. Os papéis atribuídos por Manuel António à mulher são exclusivamente os que dizem diretamente respeito à estrutura familiar: cuidados domésticos e educação dos filhos estão em primeiro lugar.

A noção da maternidade como a função mais elevada desempenhada pelas mulheres, ao qual tudo o resto se subjugava, é também transmitida pela matriarca da família:

As mulheres não têm tempo para sonhar, respondia-me, a vida passa por elas, em cada instante, a vida dos filhos alojados no seu corpo e no seu coração, a vida do marido, a vida dos outros; as mulheres são uma encruzilhada de vidas e têm que se manter acordadas, atentas a todas essas vidas que passam em si. Não podem ter sonhos próprios. (SI: 17-18)

O altruísmo que o casamento e a constituição de família implicam pela exigência de dedicação aos outros ao remeterem-se os sonhos pessoais para segundo plano, reflete o princípio da importância da figura feminina como devota à família e ao lar, aos quais se sacrifica. Desta forma, a atenção prestada por Manuel António a Marta, filha mais velha, é apenas o resultado da incapacidade do filho mais velho varão, Afonso, em cumprir o papel que lhe caberia como primogénito da família, segundo as normas sociais ocidentais. A preocupação por parte de Maria Josefa em gerar um filho macho com a função de herdar os negócios do pai revela-se frustrada, já que “o filho varão tão longamente esperado, tão nostalgicamente definido” (SI: 124) chegara “condenado fatalmente a não cumprir as esperanças e o lugar para si talhados, ressentindo-se disso sua saúde e seus humores linfáticos.” (SI: 124)

Tal como Afonso, Marta não desempenha o papel que dela é esperado pela sociedade envolvente, ao não conseguir casar ou ter filhos, desempenhando funções consideradas masculinas como principal ajudante do pai nos negócios. Estes filhos de Manuel António goram as expectativas familiares, contrariando ambos o enquadramento nas respetivas identidades de género, segundo os parâmetros da época.

Enviado para Lisboa para prosseguir estudos por insistência de D. Aniceto, e porque Manuel António “também concordava que esforço extra devia ser dedicado ao primogénito varão” (SI: 123) e que “talvez fosse bom educá-lo em colégio adequado, com disciplina, convívio com seus futuros iguais e outras preparações indispensáveis para a vida e futuro de negócios.” (SI: 123-124), Afonso regressa às ilhas tempos depois com a saúde debilitada, tendo detestado Lisboa e nunca se interessando verdadeiramente pelos negócios do pai: “Do mal que desde nascença lhe amolentava o carácter nunca se recompôs. Mas teve meu pai essa esperança: a de que, acedendo às responsabilidades adultas, outro vigor lhe traria a vida. Continuava a querer talhar-lhe o lugar e o destino, a imagem de seu ser.” (SI: 195). Afonso sofre durante toda a sua vida a pressão de ser considerado o principal herdeiro dos negócios do pai, sem conseguir nunca corresponder às expectativas, pelo que as representações das figuras de Marta e Afonso sofrem uma inversão no que respeita ao desempenho das funções decorrentes das suas identidades masculina e feminina. O

filho e a filha mais velhos de Manuel António e de Maria Josefa não correspondem ao que é socialmente esperado dos respetivos sexos, não se inscrevendo nas respetivas identidades biológicas por desempenharem papéis sociais não coincidentes com as expectativas criadas apenas por serem do sexo masculino ou feminino como pressupostos resultantes da cultura, tradições e ritos sociais coletivos das comunidades.

Era como se se compensasse pela frustração sofrida com o nascimento de Marta, com a prolongada ausência de filho varão; como se a si mesmo dissesse que afinal os talentos do pai podem ser herdados por uma filha, e que o orgulho paterno não precisa de se abater e limitar à cor dos olhos e outras futilidades quando se revê numa fêmea; como se, enfim, pedisse uma discreta desculpa à filha pela pouca atenção que até então lhe prestara. (SI: 114-115)

Na obra de Isabel Barreno, há um universo de tarefas masculinas e femininas bem delimitadas, das quais tanto Marta como Afonso se encontram desinseridos: Marta por não casar ou constituir família e Afonso por não corresponder às expectativas de gestão dos negócios do pai. Esta estratificação em tarefas masculinas e femininas com base em fatores meramente fisiológicos é expressa pelo sábio Feijó, amigo de Manuel António, quando Marta assume as suas funções como braço direito do pai ao tornar-se a responsável pela contabilidade dos seus negócios:

Foi por esse tempo que Marta se tornou contabilista de seu pai. Desde muito cedo que se mostrara particularmente dotada, especialmente para as ciências exactas. Aos três anos contava os dedos das mãos e dos pés, e o próprio Feijó, numa das suas frequentes, quase rotineiras, passagens por casa de Manuel António, se admirou com o facto: não só pela criança ser de tenra idade, mas por ser também do sexo feminino. E sendo do sexo feminino, a estranheza tinha de ser considerada de dois pontos de vista: primeiro, que alguém, contra usos e expectativas normais, se tivesse dedicado a ensinar uma menina como contar nos seus dedos róseos e infantis; segundo, que a dita menina tivesse respondido a estímulo tão espúrio. (SI: 111)

Feijó expressa o conceito de feminilidade tradicional em vigor durante séculos nas sociedades ocidentais, em que a beleza natural feminina seria considerada incompatível com as faculdades intelectuais associadas ao sexo masculino. As características associadas às mulheres como a fragilidade, o recato, o predomínio das qualidades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação maternal são consideradas predominantemente biológicas, as mulheres seriam consideradas predestinadas às tarefas domésticas pela delicadeza da sua constituição física. Nesta perspetiva, as mulheres nascem com uma existência traçada, destinadas ao casamento e à maternidade, confinadas ao lar e às atividades domésticas. O estatuto da mulher no pensamento patriarcal é definido pela marginalização, pela estigmatização e pela domesticação das mulheres. A sua constituição física é utilizada como argumento para as confinar ao lar e às atividades relacionadas com a criação dos filhos. Os seus desejos são vistos como sendo apenas os que são relacionados com as suas funções de mãe e esposa, tudo o resto é considerado supérfluo.

O poder patriarcal em vigor na época impediria as mulheres de desenvolverem plenamente as suas potencialidades. As mulheres, até aos movimentos feministas do século XX, são discriminadas quanto à educação, capacidade política e civil e restringidas quanto à sexualidade, o que é evidenciado neste romance de Isabel Barreno¹⁷.

Marta, apaixonada por Fernando, ao falar com este no escritório do pai diminui a importância das suas funções, sabendo que, para conquistar o jovem que frequentemente se desloca à Boavista em negócios, seria importante que encaixasse nos parâmetros comportamentais ocidentais atribuídos às mulheres:

Passaram os meses, e mais e mais se apaixonou pelo belo Fernando, que vinha com frequência aos escritórios de Manuel António, na Boavista e no Sal. Aí encontrava o recém-casado Afonso, esforçando-se por preencher cabalmente seu lugar na vida; aí encontrava Marta, trabalhando com o irmão, ensinando-lhe os meandros dos balanços e registos. Estranhava ele aquela actividade: por que se fecha neste lúgubre escritório, em actividades tão pouco próprias do seu sexo, da sua idade? Marta sorria timidamente, dizia que apenas ajudava seu irmão, tão recém-chegado, tão recém-curado. Marta, tão radicalmente orgulhosa, esforçava-se por apoucar suas acções, por torná-las inconsequentes. Por amor. (SI: 196)

Muitas vezes atuando na sombra dos maridos, dos irmãos ou de outros elementos masculinos de peso social mais relevante, o papel das mulheres passaria por negar a expansão das suas energias intelectuais e psicológicas, fingindo ser o que não eram, acarretando-lhes tais atitudes a perda de identidade própria. A identidade feminina é, na narrativa, associada à privação do pleno exercício das potencialidades humanas, as mulheres devem renunciar a objetivos pessoais que não passem pela criação de uma família. Marta sente-se forçada a omitir a verdadeira importância do papel que desempenha nos escritórios do pai devido à imposição implícita de um padrão de conduta feminino na sociedade em que se movimenta, em que determinadas tarefas, entre as quais as que ela executa, são historicamente atribuídas aos homens e consideradas inapropriadas a indivíduos do sexo feminino.

¹⁷ Maria Isabel Barreno é uma das autoras de *Novas Cartas Portuguesas*, obra publicada em 1972 que se considera afirmar-se “como um libelo contra a ideologia vigente no período pré-25 de Abril (denunciando a guerra colonial, o sistema judicial, a emigração, a violência, a situação das mulheres), revestindo-se de uma invulgar originalidade e actualidade, do ponto de vista literário e social. Comprova-o o facto de poder ser hoje lido à luz das mais recentes teorias feministas (ou emergentes dos Estudos Feministas, como a teoria *queer*), uma vez que resiste à catalogação, ao dismantelar as fronteiras entre os géneros narrativo, poético e epistolar, empurrando os limites até pontos de fusão. Comprova-o o facto de, passados mais de trinta anos, vir ao encontro de questões prementes na agenda política actual, como a feminização da pobreza, identificada como obstáculo à promoção da paz e ao desenvolvimento mundial. Pelo seu amplo significado em termos políticos e estéticos, o livro foi — e permanece — uma obra fundamental na nossa literatura e cultura contemporâneas, revelando-se um contributo inestimável para a história das mulheres, no sentido mais lato, e para as questões relativas à igualdade e à justiça.” (<http://www.novascartasnovas.com/historia.html>), dado que confirma a intencionalidade do relevo atribuído à figura feminina e das ideologias feministas veiculadas pela personagem Marta na obra em análise.

Marta hesitou. Mais uma vez pensou nas vantagens e desvantagens do poder na sombra. Sobre tudo nas desvantagens, que ela sentia. (SI: 284)

A justificação biológica ou natural acima mencionada através de Feijó para a atribuição de papéis sociais a homens ou mulheres revela-se, assim, através de Marta, como sendo falaciosa. Marta detém grande peso na narrativa de Maria Isabel Barreno ao dar expressão às verdadeiras capacidades das mulheres para além do espaço doméstico, sendo bem sucedida no desempenho de tarefas inicialmente destinadas a Afonso.

As figuras de Marta e Afonso, ao serem alvo dos preconceitos sociais das sociedades tradicionais do ocidente, revelam que as diferenças sociais com base no género resultam de imposições que têm como base a perpetuação do poder político e económico por parte do sexo masculino. Marta comprova que estes pressupostos são desajustados às suas reais competências, contribuindo, assim, para a importância da figura feminina na família de Manuel António num âmbito externo ao ambiente doméstico ao consistir alicerce fundamental para a concretização dos projetos do pai. Recusa deixar-se oprimir pela consideração social da esfera doméstica como espaço exclusivo para a influência feminina, sendo notório o seu sucesso em áreas tradicionalmente masculinas. O próprio narrador, ao eleger Marta para o estatuto de conarradora, confere poder a esta personagem, na medida em que insere o seu ponto de vista na narração dos acontecimentos, passando a ser uma personagem interveniente, não só na ação, mas também no ponto de vista narrativo.

Por outro lado, Marta não é mais que um resultado da dinâmica e organização familiar progressistas deste grupo de colonos brancos que têm implicações diretas nos valores preconizados pelos sujeitos que o compõem, individual ou coletivamente. Com efeito, Manuel António e Maria Josefa definem-se como sendo um casal que não se deixa influenciar totalmente pelas normas sociais ocidentais, tendo mesmo algum comprazimento em tentar modificar o estado considerado natural das situações vividas pelos que os rodeiam. Esta é uma família que exhibe novas configurações ao ritmo das mudanças sociais retratadas na obra, tomando posição em relação aos ditames sociais da época e não hesitando em tentar modificar o estado das coisas. Demonstra-se, através da sua figuração na obra, que este grupo de pessoas é distintivo dos grupos familiares tradicionais, dado que, vivendo em tempos e espaços diferentes dos originários das regras sociais estritas da sociedade ocidental metropolitana, é a sua vivência quotidiana que determina o desempenho das funções por parte dos seus membros em território africano, não se deixando condicionar totalmente por normas sociais externas.

Marta não desempenha o papel tradicional de esposa e mãe, sofrendo um grande desgosto amoroso ao ser preterida por uma de suas irmãs. Desde cedo que esta personagem revela características que não combinam com o papel tradicional geralmente atribuído às mulheres,

manifestando interesses que não se coadunam com o sexo a que pertence e desempenhando funções normalmente atribuídas ao sexo masculino. Marta contraria o destino reservado às mulheres através da incursão num domínio tradicionalmente reservado aos homens. A anormalidade da sua função como assistente do pai é notada por contrariar os condicionalismos sociais a que as mulheres ocidentais estariam sujeitas na época. No entanto, a família de Marta durante muito tempo não estranha a vocação para atividades consideradas masculinas da filha mais velha de Manuel António e Maria Josefa. Inserida no ambiente africano de Cabo Verde, em que os convencionalismos sociais ocidentais não têm o mesmo peso que em Portugal, o desempenho por parte da filha mais velha do casal de tais tarefas não foi particularmente notado por ninguém inserido no ambiente africano:

Em casa de Manuel António e de Maria Josefa ninguém se admirara com o prodígio até à admiração do sábio [Feijó]. Naquela ilha tão perdida no meio do mar, numa época de tantas mudanças e perigos, e numa casa onde seu senhor mudava e instituía normas, achando que tudo era passível de formulação e crítica, e que só assim evoluíam os tempos, as vontades e os impérios, e progredia o género humano, as contagens de Marta não haviam parecido estranhas a ninguém. Por tal forma, que nunca se soube ao certo quem lhas ensinara. (SI: 111-112)

Mas Marta constitui um desvio em relação às do seu sexo, pois “Todas as suas irmãs ficaram muito mais apertadamente cingidas ao seu papel de fêmeas e Marta percebeu também que a sua situação era uma exceção à regra, um facto para não ser nomeado, desses factos que se enquistam no interior duma família e sobre os quais ninguém fala.” (SI: 115). Apesar de não se deixarem condicionar pelo que é considerado ou não apropriado, existe um certo cuidado em não afrontar de forma aberta as convenções sociais de uma época na qual, durante muito tempo, a história é dos homens e as mulheres permanecem na obscuridade.

Dependentes e submissas, vítimas do amor ou da paixão, as mulheres vivem nesta altura, e durante séculos, na retaguarda dos homens. De acordo com Manuel Maria,

Marta e Mécia representarão, de forma aproximada e dramática, os dois grupos de filhos de Manuel António – os rebeldes e os tíbios. Ou talvez representassem, naquela casa tão populosa, as características opostas duma raça, dum povo, do género humano. Mécia tímida, incapaz de frontalidade, chegando atrasada às suas lições, dançando com os escravos. (SI: 110)

Mécia, tal como Marta, é também vítima de um desgosto amoroso e nunca chega a casar, mas enquanto a filha mais velha de Manuel António se dedica aos negócios da família, trabalhando fora de casa e assumindo o papel de braço direito do pai, a outra nunca recupera totalmente e cumpre com o que é esperado das mulheres nas suas circunstâncias: enclausura-se em casa e dedica-se a fazer trabalhos de renda com os quais enfeita as casas da família. Marta é a representante do grupo dos filhos rebeldes, não hesitando em contornar as dificuldades inerentes à

sua situação de mulher sozinha e sem filhos, enquanto Mécia sucumbe ao não cumprimento do papel de esposa e mãe que seria exigido pela sociedade.

E Manuel António passou a fazer-se acompanhar com alguma frequência por Marta nas suas viagens ao Sal, ou mesmo a outras ilhas mais distantes. Como faria com um rapaz a quem preparasse para seu sucessor. (SI: 114)

A troca de papéis entre Afonso e Marta é algo que contribui para a imagem progressista desta família em relação à época a que o romance se reporta, definindo-se pela quebra de vários preconceitos sociais, redefinindo e modificando as regras de conduta dos cidadãos de Cabo Verde. A filha mais velha de Manuel António contribui bastante para esta caracterização da família, revelando-se uma figura com mentalidade mais avançada de que seria esperado para a época: a personagem que expressa maior revolta pelas traições a Maria Josefa é Marta e não a sua mãe. A resignação parece ser o sentimento dominante em Maria Josefa no que se refere aos filhos bastardos do marido, considerando que este já desempenhou o papel que lhe cabia por ter cumprido as promessas que inicialmente lhe fizera, em que certamente estariam incluídos os desejos de maternidade e constituição de família e de um lar. Marta, de espírito mais irreverente, mostra-se permanentemente desagradada com os relacionamentos mantidos pelo pai fora do casamento, não entendendo a falta de reação da mãe:

[Marta] Um dia interrogou asperamente nossa mãe, com revolta, sobre a sua indiferença perante as longas ausências do marido, e seus filhos ilegítimos.

Maria Josefa respondeu tranquilamente: ele cumpriu todas as promessas que me fez. As promessas de paixão e sonho. Não obstante, quando eu era nova, a minha imaginação era muita, e eu imaginava o cumprimento dessas promessas com as emoções e verduras dos meus dezasseis ou dezoito anos. (...) (SI: 154)

Os assuntos que dizem respeito à esposa de Manuel António, e sobre os quais se pode pronunciar, são os diretamente relacionados com a maternidade legítima, considerados por Manuel António do seu exclusivo interesse ao não serem de valor para os que a eles são alheios. Vista como território à parte no que respeita aos comportamentos do marido, cabe-lhe o desempenho do papel de boa mãe e esposa para obter o respeito do marido, sem que alguma vez tenha gorado as suas expectativas. Contudo, Maria Josefa não encara os relacionamentos extraconjugais do marido como assuntos que não lhe dizem respeito, considerando-os uma traição à relação que ambos mantêm: “Américo foi uma dor que minha mãe arrastou toda a vida; depois, os outros filhos ilegítimos foram apenas agravamentos, já secundários, duma mesma ferida, que continuou sempre representada por Américo.” (SI: 124). A noção da infidelidade do marido como matéria da esfera

exclusiva do homem, sem interferência no ambiente doméstico e no relacionamento entre os dois, é uma visão unicamente masculina da sociedade patriarcal ocidental de Portugal continental, servindo exclusivamente os propósitos do homem ao justificar comportamentos moralmente reprováveis e não correspondentes aos sentimentos da parte feminina do casal. Maria Josefa revela-se sem qualquer força atribuída pela sociedade que a rodeia, de valores tradicionais machistas e patriarcais, para combater o que censura no marido.

Marta é a figura que mais fortemente se opõe às relações mantidas pelo pai com as várias escravas. A sua perspetiva é de que os encontros do pai com as mulheres negras consistem numa forte quebra das barreiras sociais que anteriormente os separavam, simbólica da aproximação de dois grupos que, até então, estariam separados pela condição social. A filha mais velha de Manuel António ressent-se, acima de tudo, da traição de que a sua mãe é vítima. Marta assume o papel de defensora dos direitos das mulheres na obra, reagindo particularmente contra a falta de represálias da mãe em relação ao que considera ser para ela uma humilhação, implicando o seu rebaixamento do estatuto de mãe honrada de família para a posição de mulher enganada por outras em posição inferior: “[Marta:] Porque podem os homens brancos ter filhos das negras e não podem as mulheres brancas casar com mulatos? perguntei.” (SI: 300), as opiniões manifestadas por Marta são reveladoras da sua figuração como mulher de mentalidade demasiado avançada para a época. Esta personagem é representativa da continuidade das ideias inovadoras de Manuel António ao expressar na obra convicções associadas à defesa da igualdade de direitos para as mulheres e à defesa de paridade social para os géneros, características de movimentos ideológicos que se desenvolvem muito mais tarde na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto Manuel António centra a sua oposição à sociedade tradicional na luta contra o grande desnivelamento de classes sociais, Marta luta no sentido de uma maior igualdade de géneros:

Marta foi veemente em favor de Aurora. Perguntou asperamente que razões podiam ser apresentadas para contrariar o casamento. A mistura de raças? Falou em hipocrisia, falou em nome de todos os pardos que povoavam o arquipélago, falou de Américo e de Altino, e acusou meu pai com os olhos. Manuel António foi vencido. (*ibidem*)

As ideias feministas da obra são expressas através da voz de Marta, personagem que é, no excerto transcrito, invejada pelos irmãos pela ausência de constrangimentos em manifestar os seus pensamentos progressistas e pela liberdade e ousadia demonstradas ao fazer frente de forma aberta ao pai. Marta é uma personagem que se caracteriza pela total liberdade de espírito, não se sentindo condicionada por convenções sociais devido à posição diferente que ocupa na sociedade. Ao não preencher ela mesma o lugar que seria dela esperado pela comunidade em redor, ocupando o lugar do filho mais velho da família e desempenhando, assim, um papel masculino e contrário ao

destinado às mulheres, Marta sente-se com mais legitimidade para defender o que se opõe aos estilos de vida convencionados e aos procedimentos considerados habituais pelos que a circundam. Sentindo que a sua irmã estaria a ser vítima de injustiça, não hesita em defendê-la contra os preconceitos de género implícitos nos relacionamentos entre brancos e negros.

Uma das intenções declaradas do narrador da obra de Maria Isabel Barreno é a de dar a conhecer Maria Josefa como principal educadora da família, sendo a sua ascendência sentida por todos os seus membros. Manuel Maria contraria as opiniões expressas por Manuel António quando dá a entender que a influência de Maria Josefa se estende para além do ambiente por ela comandado, transmitindo ao leitor que o papel da mãe seria de importância muito mais vasta do que lhe era na época reconhecido:

Nosso pai tinha a noção de todos estes equilíbrios. Mantinha-se sempre atento à presença de nossa mãe. E se às vezes a interrompia, sobretudo quando ela falava com Cremilde, ou outra das escravas de opinião conceituada, ou até com minhas irmãs, fazendo parar aquilo que ele chamava o chilreio das mulheres, só desatentamente poderia alguém deixar-se enganar por esse jogo de autoridade. Sua palavra não era certamente mais determinante do que a de Maria Josefa, apesar de seu som mais grave, e se a palavra dela parecia circunscrever seu peso à casa e dependências directas, daí decorriam normas que também ordenavam o mundo. (SI: 154-155)

As determinações de Maria Josefa seriam de âmbito bem mais alargado que o circunscrito pelo lar, sendo reconhecido o seu ascendente sobre o marido e, conseqüentemente, tendo as suas resoluções implicações nas ações deste no exterior da casa e estendendo-se por toda a realidade circundante. A função de principal pedagoga da família exercida por Maria Josefa tem repercussões que se estendem por toda a estrutura social, desde as classes mais baixas, empregados e escravos que com ela convivem, às classes mais elevadas a que a sua família pertence, formando os seus filhos como membros ativos da comunidade.

Apesar do sistema patriarcal vivido, Manuel Maria nega que a voz do pai tivesse maior importância que a de Maria Josefa, desmentindo o facto de a importância da mãe se restringir ao ambiente doméstico. Maria Josefa é vista como a zeladora da família e a casa o local da virtude essencial para a manutenção da força necessária ao funcionamento do sistema colonial vigente em Cabo Verde sustentado pelo chefe de família, Manuel António. Este efetivamente é detentor de uma posição social de grande destaque, mas os ensinamentos de sua mulher serão herdados pelos seus descendentes que por sua vez influenciarão os que eles convivem. Manuel Maria, narrador ficcional da obra de Isabel Barreno, é determinado na tarefa de colocar a mãe de família em posição de destaque na obra, negando que a sua influência se limitasse apenas ao lar doméstico, chamando a atenção para a importância mais vasta das figuras femininas nas sociedades patriarcais de então. Apesar de viverem à sombra dos homens, as determinações das mães de família far-se-iam sentir muito para além do círculo aparentemente restrito das suas relações,

numa sociedade que se encarregaria de as eclipsar como se o seu papel fosse pouco relevante comparativamente às funções desempenhadas pelos homens. Nesta obra, subentende-se a intenção da autora em dar a entender que a relação entre família e sociedade tem repercussões mais abrangentes que as que comumente lhe são atribuídas, em termos de reciprocidade do contexto histórico que lhes é singular. A movimentação dos grupos e coletividades é compreendida somente quando analisada não só levando em consideração o contexto histórico, político e social no qual estão inseridos, mas também tendo em conta o funcionamento do ambiente doméstico como fator impulsionador de acontecimentos e mudanças estruturais na sociedade envolvente. A influência de Maria Josefa não é tão restrita quanto poderá parecer aos outros e Manuel Maria faz questão de o frisar.

A ação do romance segue, assim, duas linhas mestras: os acontecimentos externos à família, de cariz político e social, impulsionados por um detentor de um espírito prático e de raras capacidades intelectuais e de liderança, cujo estatuto de personagem principal pertence à figura de Manuel António, e os acontecimentos internos à casa familiar, geridos por uma mulher caracterizada essencialmente pela sua sensibilidade, de caráter moralmente irrepreensível e com um forte sentido maternal, cuja figura central é Maria Josefa. O chefe de família é quem mais se movimenta no exterior e o único detentor do poderio social atribuído aos homens capaz de condicionar o contexto político da época em que a ação se desenrola. Maria Josefa surge retratada como o alicerce da família, o suporte de base para todos os feitos externos à casa familiar protagonizados por Manuel António e a representação de Marta na obra consiste na expressão da emancipação feminina precoce para a época. Maria Isabel Barreno tem como propósito declarado o de, com esta obra, retirar as mulheres da sombra dos acontecimentos, fazendo ver ao leitor que as suas ações teriam consequências mais vastas e mais profundas em toda a História do que as que lhes foram reconhecidas ao longo dos tempos por as terem confinado às casas. Trabalhando à margem dos grandes feitos históricos, as mulheres foram sempre os alicerces das sociedades, suportes dos grandes feitos e sem o apoio das quais os grandes acontecimentos não se dariam¹⁸.

7.2. A mulher como símbolo da queda do império

Isilda, a matriarca da família de *O Esplendor de Portugal* e protagonista da obra, nunca foi verdadeiramente feliz depois de adulta. Casada com um alcoólico inútil que a envergonha perante os pais e se envolve com uma negra fazendo-lhe um filho mestiço, tem que assumir toda a

¹⁸ A obra *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno em coautoria com Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, é considerada a única obra feminista publicada em Portugal (Magalhães, 1995: 21), pelo que as ideologias implícitas nesta análise surgem no seguimento de convicções já manifestadas pela autora em obras anteriores.

responsabilidade de manutenção da fazenda sem contar com ajudas de terceiros. Isilda contraria a ideia pré-concebida da educação tradicional da época em que as mulheres eram criadas apenas para casar e ter filhos, sendo papel exclusivo do homem lidar com os negócios da família. A figura desta mulher, na obra, opõe-se à imagem clássica da fragilidade feminina; é ela que mantém a fazenda de pé, gere as finanças, sustenta a família e cuida do bem-estar de todos:

e era eu, uma mulher educada para ser dona de casa e ter um homem que se ocupasse dos negócios e de mim quem tinha de falar com os intermediários, discutir com os fornecedores, convencer o Estado a ajudar-nos, argumentar com os bancos a fim de prorrogar as dívidas, era eu, uma mulher que merecia uma vida como as mulheres dos vizinhos, jogar às cartas, montar a cavalo, tomar refrescos no clube, quem levava o Rui ao médico e vinha de lá sabe Deus como, proibia a Clarisse de namorar o liceu inteiro e entrar na fazenda depois da meia-noite, ralhava com o Carlos por não conversar com o meu marido nem comigo e nos desprezar a ambos como se não fizessemos o melhor para ele (...) (EP: 63)

Afirma Isabel Ferreira Gould que *O Esplendor de Portugal* investe na desconstrução da ideia do império colonial português ser dominado pela autoridade e experiência masculina: “A inversão do modelo que o romance oferece permite-nos, sem dúvida, resgatar uma outra imagem do feminino, que busca inserir a mulher no centro do império e das narrativas sobre o colonialismo.” (Gould, s.d.:16), considerando que a representação desta figura materna inverte claramente o modelo tradicional de poder e autoridade (*idem*: 17). De facto, o autor decide colocar sobre Isilda o peso total da responsabilidade de manutenção desta família como símbolo do colonialismo português em África. Isilda é a imagem da resistência familiar não só à independência das colónias e perda de estatuto dos colonos em África, mas também aos conceitos sociais da época em questão, ao opor-se deliberadamente à sociedade que a rodeia. Isilda contraria a estratificação racial e social presente na obra ao casar com Amadeu, um engenheiro da Cotonang de posses reduzidas, e ao resgatar Carlos, o filho mestiço de Amadeu, para o seio da família, o que lhe confere um papel central no romance como figura feminina que contraria a ordem social estabelecida e se eleva como figura fulcral no contexto social e familiar.

O casamento de Isilda com Amadeu implica a entrada na casa de colonos brancos, de estatuto elevado em Angola, de um elemento que faria parte de um estrato social considerado inferior, de acordo com a separação que se faria notar no interior do próprio grupo de colonizadores portugueses. No relato de Isilda sobre as condições em que Amadeu vivia na empresa em que exercia a sua profissão, é notória a diferença de nível económico entre os dois:

(...) o Amadeu partilhava um pré-fabricado com um químico holandês, um par de divisões que pela desarrumação e o pó se percebia logo não entrar há séculos uma mulher lá dentro mulata que fosse, a jarra das flores era uma embalagem de Coca Cola, a mesa de jantar uma tábua sobre uma barrica, o compartimento do chuveiro uma pocilga com um pincel de barba e uma escova de dentes apontando as cerdas às osgas do tecto (...) (EP: 57)

Amadeu insere-se no grupo de responsáveis pela colonização africana tal como a família de Isilda, contudo as condições em que vivia e o nível de pobreza que se infere da descrição do local onde reside fazem-no pertencente a uma categoria economicamente inferior e posta de parte pelos colonos de posses mais elevadas. Isto é confirmado na obra pela oposição veemente dos pais de Isilda à união dos dois. No entanto, Isilda enfrenta a família, insistindo em casar com Amadeu,

(...) os meus pais prometeram-me este mundo e o outro na condição de não casar com ele, mandaram-me passar um ano no Lobito, tentaram matricular-me num colégio do Cabo
- Vais direitinha ao Cabo e daqui a seis meses nem te lembras do homem (EP: 57),

sendo a descrição do primeiro encontro entre o noivo e os seus pais, em que Amadeu faz uma figura patética perante Eduardo e Eunice, uma cena desprestigiante da figura do seu marido na obra, indicadora da falta de importância do seu papel no contexto desta família:

a minha mãe na sala pasmada para nós, de açucareiro a tombar-lhe das mãos e a quebrar o bule, o meu pai de charuto a escorregar-lhe pelo colete abaixo, fisingando as lapelas do Amadeu que dançava a cada safanão
- Onde desencantaste este palhaço Isilda? (EP: 60)

Isilda contraria a hierarquização social que se faria notar entre os próprios colonos, ou seja, a divisão entre colonos ricos e colonos pobres, sustentada na obra não só pela figura de Amadeu, mas também pelos comentários em relação a Lena, mulher de Carlos, feitos pelo próprio marido. Lena é desdenhada por Carlos por ser uma mussequeira, isto é, uma habitante dos musseques ou bairros pobres nos arredores de Luanda. Carlos, pertencente ao grupo dos colonos abastados, teria vergonha de a apresentar aos colegas de liceu, nos tempos em que ainda namoravam, por Lena ser filha de colonos pobres. Apesar da sua condição de mestiço e de ser rejeitado na família de brancos, Carlos considera-se, ainda assim, superior a Lena por aparentemente estar inserido num grupo privilegiado a nível económico. Amadeu é um colono de posses reduzidas, estará também perto do grupo de “mussequeiros” em Angola, e Isilda é, desde logo, advertida pelo pai de que o seu casamento será fator de afastamento na família:

casámos na igreja de Malanje, o bispo, música, nardos, centenas de convidados que as plumas, os cheviotes e os casacos de peles consumiam, a minha mãe a chamar os fotógrafos contentíssima com a toilette nova, o meu pai a mostrar-me a pontinha do polegar
- Para mim é como se tivesses morrido não contes nem com isto menina (EP: 61)

Ao insistir em casar com Amadeu, Isilda ignora propositadamente a separação dos colonos por motivos económicos, assim como o facto de o seu noivo ser já um alcoólico que se apresenta em casa dos seus pais toldado pela bebida. Contraria deliberadamente o pai, não podendo contar

com o seu apoio. A sua persistência, todavia, resulta apenas num casamento infeliz, marcado pela traição de Amadeu com uma negra da qual resulta o nascimento de Carlos, o filho mestiço da família. Isilda é, ainda, obrigada a fazer o papel de homem da casa, devido ao vício da bebida de que o marido nunca se liberta, e que acaba também por ser motivo do seu despedimento da empresa:

o meu marido (...) passou a orientar a fazenda não no campo mas da varanda do primeiro andar, de copo de uísque na mão e mais um litro oculto em cada armário, sem olhar o arroz, o milho, o girassol, o algodão, sem me olhar a mim nem aos filhos, cirandando em pijama com os botões desacertados a fugir das aranhas (EP: 62)

Isilda vive ainda um relacionamento adúltero com o comandante da polícia que é do conhecimento de toda a família, marido incluído. O amante maltrata, desdenha e humilha, não só Isilda, mas também o seu marido e filhos, pela facilidade com que entra na casa e tem relações sexuais com a mãe de família, ignorando os outros elementos. O ato sexual realizado no escritório da casa familiar, debaixo do quarto do marido alcoolizado, e com Carlos a bater à porta, revoltado por saber o que se está a passar e não poder entrar, contribui apenas para a diminuição da personagem principal do livro perante o leitor. Isilda, que poderia ser considerada uma mulher forte que se rebela contra as injustiças da sociedade colonial é, afinal, uma personagem que se sujeita ao rebaixamento provocado pela dominação de alguém que apenas tem prazer em demonstrar a força inerente à sua condição de superioridade como representante do chamado sexo forte. O machismo da sociedade da época está representado na obra por este amante que subjuga e domina Isilda, através do poderio sexual que considera ter sobre ela, e a que a mesma se sujeita. Sem um marido que a defenda, Isilda é uma mulher perdida e abandonada numa sociedade patriarcal, submetendo-se ao vexame que consiste na sua ligação com um macho que a rebaixa. Perante a impotência dos filhos, que se revoltam contra o adultério, e o alheamento de Amadeu, devido ao álcool e à sua situação debilitada, a condição de Isilda como amante do comandante da polícia contribui para a sua fragilização aos olhos do leitor e é mais um indício do percurso progressivamente degradante que esta personagem protagoniza ao longo do livro, que termina apenas com a sua destruição final:

[Eu] aqui sozinha sem um homem que a defenda como a minha mãe teve o meu pai e eu ninguém ou tive uma garrafa de uísque e um pijama com alguns ossos dentro, aqui sozinha na companhia de duas mulheres tão cansadas quanto eu, comendo as mesmas conservas e bebendo os mesmos limos do depósito (...) (EP: 91)

A adoção de Carlos consiste em mais uma faceta da vida de Isilda em que contraria os preceitos sociais, neste caso a separação racial na sociedade africana. É Isilda que, por iniciativa

própria, procura Carlos e o compra à mãe biológica, aceitando-o na família. Paga à mãe de Carlos para criar o filho bastardo do marido, mas este desde cedo vê-se obrigado a enfrentar o desdém da avó devido à condição de mestiço. O filho bastardo de uma relação de Amadeu com uma funcionária nativa negra da Cotonang, é quem mais conflitos mantém com o resto da família. No entanto, o tratamento que Isilda dá a este filho é em tudo semelhante ao dado aos restantes, é designado como o seu filho mais velho para que não haja diferença de tratamento entre eles. Isilda enfrenta a forte oposição da mãe à presença de um mestiço na casa familiar e sujeita-se aos julgamentos da sociedade ao admitir para o seio da sua família um filho ilegítimo e de raça considerada inferior. Por ser um ato considerado totalmente absurdo em relação aos parâmetros da época, o seu gesto não é entendido pelos restantes elementos da família, no entanto, Isilda contraria realmente a estratificação racial quando impõe a aceitação de Carlos na família.

Na sua vida familiar privada, cada um dos filhos significa um problema diferente, a doença de Rui, a vida devassa de Clarisse e a indiferença de Carlos fazem com que a sua experiência como mãe lhe exija qualidades acrescidas de superação de adversidades e não lhe proporcione a felicidade que não encontra no casamento. Os seus cuidados e preocupação com a epilepsia de Rui revelam-na como uma mãe sofredora e angustiada com os problemas dos filhos. Mas, quando adultos e já em Portugal, os filhos não demonstram qualquer preocupação com a mãe: Carlos não abre sequer as cartas que esta lhe escreve de Angola para o apartamento que lhe doou na Ajuda e os outros filhos não mencionam nunca nos seus discursos qualquer ansiedade pelo desconhecimento da situação da mãe. Isilda termina os seus dias abandonada à sua sorte em Luanda, sem notícias dos filhos, sem mais família, sem casa, sem terras e sem criados. Este presente de destruição total dos suportes da vida que levava até então é contrariado por uma atitude de negação por parte de Isilda em relação ao que a cerca. No discurso de Isilda, contrariamente ao dos outros narradores, não é apenas o passado e o futuro que se misturam, mas há uma importante componente onírica e de fantasia como escapatória de uma realidade de violência e devastação experienciada por esta personagem. No fim da sua vida depende da companhia das duas velhas criadas negras, sem qualquer apoio masculino, tal como aconteceu durante o seu casamento.

A caracterização de Isilda contraria, por tudo acima descrito, a imagem feminina tradicional que seria de esperar da única descendente de uma família portuguesa, mesmo tendo sido criada em terras africanas. Supõe-se que a educação transmitida a esta personagem pelos seus pais seria a ajustada às suas raízes, não contrariando os valores e princípios de suporte a uma conceção tradicional da família e da sociedade, respeitando, portanto, a divisão da sociedade comumente aceite por todos, com base, sobretudo, em fatores raciais e económicos. Isilda, ao contrariar esta divisão, surge aos olhos do leitor, por um lado, como figura feminina representativa da rebelião contra a ordem social instalada, mas, por outro, ao serem conhecidas as consequências

dos seus atos, a força desta personagem esbate-se e a imagem da mãe de família toma outros contornos, tornando-se uma personagem fragilizada e enfraquecida pelas opções que se revelam erradas. Votada ao abandono pelos seus, a degradação da personagem é cada vez mais evidente à medida que as datas dos seus relatos avançam na obra e culmina com a sua morte no mesmo dia em que Carlos espera em vão Rui e Clarisse na Ajuda para celebrar o Natal de 1995.

Isilda aparenta ser a imagem da mulher forte e independente que sustenta sozinha a família, contrariando a estrutura familiar patriarcal da época. O autor concede o protagonismo da obra à mãe de família que aguenta solitária as consequências de tomadas de posição que se revelam erradas e geradoras de sofrimento. No entanto, Isilda parece ser retratada ao longo de toda a narrativa como uma personagem cujo percurso de vida tenderia sempre para a tragédia e humilhação. A sua união com Amadeu obriga-a a suportar sozinha as responsabilidades familiares e a aceitação de Carlos na família apenas lhe proporciona um filho que a detesta e a abandona, assim como deixa entregues à sua sorte os dois filhos legítimos de Isilda. A ligação com o comandante da polícia contribui para a sua diminuição aos olhos do leitor.

Apesar de criada num ambiente privilegiado, as opções tomadas pela protagonista do romance indiciam o seu declínio ao longo da vida que culmina no seu abandono total em terras africanas, no despojamento de todos os seus bens e na sua morte na véspera de Natal de 1995. As atitudes de Isilda, que poderiam ser interpretadas como sendo de força e insurreição contra a ordem colonial instalada em Angola, acabam por ser apenas meios de condução à destruição da personagem e da sua família. A insurreição contra os pais e a sociedade em geral, visando quer a realização de um casamento inferior à sua condição social, quer a inclusão de Carlos como mais um elemento da família apesar de negro, é apenas meio de condução à sua degradação final. Da mesma forma que presencia o desmoronar do império português em África, assiste à destruição do seu património pessoal e à decadência da família através da morte e separação dos seus membros e da perda da autoridade adquirida que simbolizam aquele desmoronar. A personagem termina os seus dias abandonada à sua sorte vagueando por Angola apenas na companhia das criadas, evitando enfrentar a realidade que a cerca, refugiando-se na evocação do passado. O casamento com Amadeu, a adoção de Carlos e a posição de mulher adúltera revelam-se como formas de degradação e autopunição desta personagem, que se limita a seguir um destino que a leva à tragédia e à destruição finais.

Isilda opõe-se à ordem natural do sistema familiar pressuposta no sistema colonial pela inclusão de fatores desestabilizadores internos que ajudam a conduzir a família à desunião e ruína dos seus membros. Contudo, as escolhas da mãe de família são aliadas a fatores que não pode controlar e que fazem parte da história recente do passado de Portugal: a independência de Angola e as guerras civis consequentes da libertação do território. Retrata-se, assim, intencionalmente

Isilda como personagem simbólica dos últimos vestígios da colonização portuguesa em África num percurso de destruição interna e externa inevitável: Internamente, a destruição é devida à tentativa de conjugação de um sistema de valores e princípios característicos das sociedades ocidentais com a inclusão do hibridismo e miscigenação decorrente da vivência numa sociedade em tudo diferente da europeia. A visão estratificada da sociedade com base no modelo civilizacional europeísta revela-se deslocada e, por isso mesmo, desajustada da vivência real da personagem. Isilda tenta incorporar a diferença na representação simbólica da sociedade ocidental transposta para África que, na obra, consiste na sua família, no entanto a sua tentativa de conciliação das culturas europeia e africana está condenada ao fracasso. Externamente, as condicionantes sociais e históricas inerentes ao desgaste do sistema colonial, tais como a saturação decorrente de situações de exploração e discriminação dos nativos pelos colonos brancos, aliadas à exploração e discriminação dos colonos brancos pelas políticas metropolitanas de colonização de que dá conta a obra, determinam a aniquilação final do símbolo da presença da colonização portuguesa em Angola.

7.3. As figuras femininas simbólicas da estratificação social de Moçambique

Em *A Árvore das Palavras*, as personagens que se destacam ao longo da narrativa são representativas do grupo das mulheres, dos negros e dos colonos com poucos recursos económicos em Moçambique. Como Kate Sotelino afirma,

Although the novel has relatively few major characters, through use of multiple voices and their echoes, the author creates a social fabric approaching the intricacy of a realistic novel. In the tradition of Balzac and Stendhal, rather than writing about exceptional historical figures, Gersão has created composite characters that encompass personality traits intriguingly both born and resultant of basic societal trends and upheavals. (Sotelino, 2007: 225)

As figuras que protagonizam o romance de Teolinda Gersão são representativas do habitante comum da cidade de Lourenço Marques enquanto colónia portuguesa e as personagens femininas ganham o estatuto de protagonistas, numa época em que a sua importância na sociedade seria muito relativa, vivendo ainda condicionadas pela sociedade patriarcal da altura que consideraria como papel fundamental da vida de uma mulher o da maternidade, juntamente com o de esposa (Azevedo, 2010: 15).

O ponto de vista feminino sobre essa mesma sociedade é salientado neste romance: as mulheres são as personagens principais, movimentando-se em ambientes conotados com o mundo

feminino, em que a casa e o funcionamento das tarefas domésticas e as relações informais nela estabelecidas tomam importância fundamental ao longo da obra. As relações humanas vividas no ambiente doméstico assumem um valor metafórico que se estende para além deste espaço físico aparentemente restrito, podendo ser consideradas como representativas do funcionamento das relações sociais no espaço colonial moçambicano como um todo (*idem*: 12-13).

Gita, filha de colonos portugueses e nascida em Moçambique, consiste na figura da colona branca nascida em África que não se identifica com o mundo do colonizador ao qual é associada. A sua identificação com o mundo africano simbolizado no espaço doméstico pela Casa Preta e pelo seu quintal que “(...) não era um jardim, era um quintal selvagem, que assim se amava ou odiava, sem meio termo, porque não se podia competir com ele.” (AP: 11), é representativa da sua identidade híbrida, não se inserindo totalmente na sociedade ocidental simbolizada pela Casa Branca onde efetivamente reside, mas também não pertencendo à Casa Preta que tanto admira. É devido a esta admiração que revela um olhar atento sobre Lóia, sua ama de leite, personagem que assume importância fundamental nas suas recordações de infância da primeira parte da narrativa (Azevedo, 2010: 34).

A figura de Lóia consiste na interferência do mundo africano na casa de colonos. Os negros africanos são por ela representados neste ambiente familiar, com a sua forma de estar totalmente distinta dos ocidentais. Este mundo dos nativos moçambicanos, representado na casa por Lóia, é associado por Gita a uma ingenuidade e espontaneidade mais aproximada à das crianças, imbuído de um profundo respeito pela natureza envolvente. Gita sente por Lóia verdadeira adoração, admira as suas máximas resultantes da sabedoria popular africana, a sua espontaneidade e até a ausência de conhecimento formal, a sua falta de instrução:

(...) regia-se por uma lógica própria, que desarmava, ou excluía, qualquer outra: Recusou sempre por exemplo aprender a ver as horas, media o tempo pelo lugar das sombras do quintal. Se lhe explicávamos, apontando o mostrador, olhava para nós e sorria com indulgência, como se tivéssemos enlouquecido. E se lhe perguntávamos, fazendo girar os ponteiros, depois de outra explicação paciente: Então e agora, que horas são? Ela dizia ao acaso qualquer hora e escapulia-se, sem mais, para a cozinha. (AP: 26)

Caracteriza Lóia como sendo mais parecida com uma criança grande a quem a sabedoria e o mundo dos adultos civilizados nada diz. A sua ama parece estar mais perto do mundo infantil do que do adulto, guiando-se apenas por conhecimentos empíricos e baseando-se em mitos e crenças populares nas suas explicações sobre os factos da vida. Lóia partilha com Gita uma perspetiva diferente do mundo que as rodeia, conferindo-lhe uma dimensão mágica que fascina a menina e distinguindo-se de forma muito clara da figura desagradável de Amélia (Azevedo, 2010: 34):

As crianças que nascem são mostradas à lua, para que ela não lhes faça mal. (...) As crianças mortas perdem-se na floresta e no mato, procuram o caminho de casa mas não o encontram, porque os mortos perderam o faro, como os sardões, e por isso não acham o caminho de volta. Essas coisas e outras ela conta ajoelhada no chão, espalhando cera Cobra no soalho. (AP: 31)

Fisicamente, Lóia é uma negra corpulenta e volumosa, o que “não se coadunava com a leveza dos movimentos nem com a suavidade dos seus gestos.” (AP: 26) e “traz sempre uma criança pendurada no peito ou nas costas” (AP: 18) à maneira africana. A ama de Gita arruma a casa com uma rapidez que “nada tinha a ver com a tolerância infinita que demonstrava em relação às coisas, como se não quisesse ofendê-las nem forçá-las” (AP: 26) e amamenta Gita e a filha Orquídea dando “um peito a uma e outro peito a outra, sentada na cozinha e no quintal” (AP: 19). Lóia escolhe para confidentes as formigas e outros animais e parece ter um poder mágico sobre a natureza e todas as coisas à volta (Azevedo, 2010: 36):

(...) as flores nunca morriam muito tempo, voltavam outra vez a abrir, bastava ela passar algumas vezes para cá e para lá, balançando sobre elas a mão do regador e a água transformada em chuva. E houve um dia em que ela ressuscitou um cocorico, depois de primeiro o ter matado na mesa de pedra da cozinha (...) (AP: 12)

Lóia é a ordem e o asseio feminino, é a figura maternal que confere a necessária sensação de segurança à menina, por oposição a Amélia, a sua verdadeira mãe:

Sem Lóia não temos comida, nem louça lavada, nem roupa passada a ferro, nem limpeza. E a casa rapidamente enlouquece. Isso acontece às vezes, quando Lóia desaparece, sem avisar, por alguns dias. Amélia enfurece-se, atira o pano da louça contra a parede, grita que vai arranjar um cozinheiro e um mainato. Com gente desta não temos segurança, repete, em desespero, o dia inteiro. Vêm se querem, se não querem somem. Se fizer isto outra vez não torna a passar daquela porta. Mas Laureano não deixa despedir Lóia. Porque eu não posso perdê-la, nem a Orquídea. Se Deus não quiser pra eu morrer, eu volta, diz-me ela regressando. Tem medo não. (AP: 27)

Apesar de pertencerem a mundos diferentes, Gita escolhe a ama negra como exemplo a seguir: “Avanço no quintal atrás de Lóia, pousando os pés nas suas pegadas. Onde tu fores irei também, o que tu fazes, quero fazer também.” (AP: 35). Há uma identificação intensa entre esta personagem e Lóia que é caracterizada como estando próxima da ingenuidade característica da infância: “Lóia também era alegre – ria muito e os seus olhos brilhavam. A sua alegria era contagiosa, junto dela eu ficava diferente.” (AP: 45). Lóia é responsável pela maioria das boas recordações de infância: “Parecia divertir-se a fazer as coisas, porque ria-se sempre e nunca prendia realmente as galinhas, que tornavam a cagar na roupa, que ela regava outra vez (...)” (AP: 12), surgindo como uma personagem idealizada, dotada de poderes que faziam com que tudo o que com ela se relacionasse adquirisse uma dimensão quase sobrenatural, tal é a influência que exerce sobre a menina branca:

[Lóia] senta-se no chão ao meu lado, e faz-me uma boneca de trapos, com dois gestos rápidos das mãos – farrapos soltos, sobras desconexas da costura de Amélia, botões e argolas, colchetes e missangas apanhados do soalho, de repente juntos, numa figura inteira. Sigo fascinada os seus dedos, como num passe de mágica, e olho a boneca com assombro, porque ela me parece misteriosa. Um fio une os pedaços, invisível mas tão forte que a transforma numa coisa quase viva. E isso aconteceu diante dos meus olhos, ela surgiu, quase do nada. Eu vi. (*ibidem*)

A Gita adolescente da terceira parte do livro tem já uma perspetiva diferente da criança da primeira parte, agora consegue discernir o verdadeiro mundo a que Lóia estava ligada e o que de facto ela representava na sua casa: “Lóia estava ligada ao mundo quotidiano dos negros, aos bairros pobres que por toda a parte nos cercavam – casas baixas, pintadas, feitas de pedaços de materiais avulsos, que pareciam desenhos de crianças da escola ou cenários abandonados.” (*idem*: 195). No entanto, quando recorda as suas figuras maternas da infância, troca-lhes a cor da pele simbolicamente: “A face branca de Lóia branqueando a face negra de Amélia. Negro e branco são conceitos variáveis, eu sempre soube disso. Lóia era branca. Luminosa.” (*idem*: 222). Para Gita, a distinção entre preto e branco não é uma questão de cor de pele mas sim de personalidade e de forma de estar na vida, Amélia seria a negra e Lóia a branca, pura, sem maldade ou fingimento (Azevedo, 2010: 38).

A figura de Lóia adquire maior relevo por ser apresentada por Gita em permanente contraste com Amélia. A mãe de Gita é magra, branca, de olhos claros e cabelos pintados de loiro, mas de “coração pesado” (AP: 27) como diz Lóia. Gita reproduz por várias vezes as considerações da ama negra da família sobre Amélia: “Só para bater ela tem o coração leve. No mais é pesado. E frio como uma pedra.” (*ibidem*). Lóia considera Amélia uma mulher que “está viva, mas está morta” (*ibidem*). De facto, Amélia não consegue a paz de espírito necessária para ser feliz e é, por isso, uma personagem infeliz e desajustada ao ambiente em que vive. Lóia não entende a obsessão pela melhoria das condições de vida e a permanente amargura de Amélia que sacrifica o seu dia-a-dia enfiada no seu quarto de trabalho, esperando com isso conseguir um futuro melhor. Os prazeres quotidianos não dizem nada à mãe de Gita se não lhe trouxerem benefícios sociais ou financeiros futuros (Azevedo, 2010: 37): “Amélia, a económica, a energética, a que poupava lutando até contra o sol (...)” (AP: 64)

A opinião de Lóia relativamente a Amélia revela a sabedoria resultante do conhecimento empírico do mundo, fazendo com que, na comparação entre as duas figuras maternas de Gita, Lóia ganhe o estatuto de verdadeira sabedora:

A ambição grande não é bom, diz Lóia. Ambição grande é como quizumba. Quizumba vai, quizumba vai. Por esse caminho, e por esse caminho.
Ela [Amélia] é formiga a morder e feijão-macaco. Ela é piri-piri e micaia, diz Lóia falando ainda de Amélia. Ou suspira apenas, abanando a cabeça com indiferença, como se a lamentasse: Ela tem muito milando na vida dela. (AP: 66)

Lóia revela, aos olhos de Gita, uma forma de estar mais inteligente do que Amélia no seu dia-a-dia, ao conseguir ser feliz apenas com o que tem e não ambicionando mais que isso. A sua sabedoria sobre o mundo e a vida é maior do que seria de esperar numa personagem com o seu nível de instrução e é capaz de interpretar e julgar o comportamento de Amélia apenas através de conhecimentos baseados na sua vivência quotidiana e sobre a natureza que a envolve. Contudo, a caracterização de Lóia muda consoante a subjetividade da personagem que a olha: na segunda parte do livro, narrada por Amélia, Lóia não é referida vez alguma. Amélia não lhe atribui qualquer importância, apesar de ser uma das pessoas que ajudou a criar a filha. Para a mãe de Gita, a ama negra não difere em nada da população nativa em geral, caracterizada em bloco como sendo constituída por gente ignorante a quem as normas civilizacionais dizem pouco (Azevedo, 2010: 35): “Os negros e as suas mentiras, diz Amélia. (...) E essa aí, vai-se a ver e nem sequer se chama Lóia, possivelmente chamavam-lhe saloia e ela apanhou o fim da palavra e atira-nos com ela mentindo.” (AP: 45-46).

Amélia simboliza a presença do mundo branco ocidental na casa familiar. As preocupações de Amélia e as restrições usuais no mundo ocidental da sua proveniência, que tenta impor na casa onde se movimentam, não são entendidas pelos outros elementos da casa familiar, parecendo totalmente desajustados aos olhos de quem se identifica com o mundo e cultura africanos (Azevedo, 2010: 40). Gita enumera as preocupações da sua mãe em território africano, reveladoras da sua inadaptação àquele espaço:

Asseguram-nos que não é verdade, diz Amélia, mas as febres antigas ainda aí estão, terçãs e quartãs. E epidemias, dizem que hepatite e difteria andam na Manhiça e febre aftosa em Moamba. No gado e na gente. (...) Prevenir todos os contágios era um dos seus cuidados. Para evitar o pé de atleta esfregava os pés com *Nixoderm* e nunca pisava o chão descalça, nem mesmo ao sair do banho. (...) Para prevenir o paludismo tomava de vez em quando *Paludrine*, embora lhe dissessem que tomado assim era contraproducente. E pulverizava os armários com *Cafum*, porque tinha pavor de baratas, parecia-lhe sempre sentir o seu zumbido em volta da cabeça. (AP: 50-51)

Amélia considera Lourenço Marques como essencialmente um lugar sujo e imundo e uma constante ameaça à saúde pública, “Como se a cidade pudesse armar-lhe uma cilada e mordê-la num pé – uma mordedura animal, infecta e malcheirosa.” (AP: 50). Amélia tem medo deste espaço que para ela é sinónimo de doenças estranhas e ameaçadoras e não aprecia nada intrínseco ao ambiente natural que a rodeia (Azevedo, 2010: 26): “De noite ouvia-se o coaxar das rãs, vindo de terrenos vagos, alagadiços, de pedaços ralos de capim (...). Mas Amélia queixava-se que lhe tiravam o sono. Tinha medo de rãs e sapos, para já não falar em cobras (...)” (AP: 51). Da mesma forma que rejeita a natureza africana, repele também a sua população autóctone: “Nos negros não

se pode confiar, diz Amélia. Porque nos desejam o mal e nos odeiam. Armam feitiços contra nós e podem trazer-nos a doença ou a morte.” (AP: 22)

Dos negros não sabemos nada, diz Amélia. Nem podemos procurá-los porque não sabemos onde moram, não têm endereço, vivem em sítios vagos, palhotas iguais umas às outras, no meio de corredores de caniço. É agulha em palheiro, se se quiser achar alguém. (AP: 32);

A mãe de Gita apenas atura Lóia, apesar de contrariada, por lhe ser útil pois é ela quem desempenha todas as tarefas domésticas, mas quando se lhe refere é sempre em tom depreciativo. Amélia não admite a aproximação da filha a Lóia, estando sistematicamente a tentar diminuir os que fazem parte do seu estrato social (Azevedo, 2010:35): “No fundo Amélia também não quer perder Lóia e por isso a suporta, e a Orquídea, e à minha proximidade com ambas. Mas assim que voltam costas, queixa-se de que lhes não suporta nem o cheiro, e abre com fúria todas as janelas.” (AP: 28). Amélia é uma mulher angustiada que bate na filha e faz mal aos animais, não acompanha o marido e a filha aos fins-de-semana porque “não gostava de se dar com os vizinhos” (*idem*: 44), e contrasta em tudo com Lóia, o seu oposto:

Entra, entra, diz Amélia impaciente, tão impaciente que por completo o leite lhe seca, e a língua lhe seca, e toda ela se afia de magreza e pressa, fechando logo a porta. (...) Mas Lóia não tem pressa, porque Orquídea também não tem pressa, vai sugando e suspirando muito, com ruídos de pequeno animal saciado. (AP: 18)

A mistura entre brancos e pretos é encarada pela mãe de Gita como sendo uma forma de diminuição na escala social, um retrocesso em termos de evolução civilizacional e uma cedência por parte dos brancos civilizados ao universo dos negros quando permitem que os nativos influenciem a sua forma de estar na vida (Azevedo, 2010:36):

Havia pessoas a quem aquela terra amolecia e fazia perder o norte, dizia Amélia. Como se lhes lançasse um feitiço. Podia-se cair em África como num poço. África sugava as forças, sugava a gente, como areia movediça. Nunca mais se voltava, nunca mais se era igual ao que se fora antes. Uma força nos levava para o fundo, como uma doença. Mortal. Se não se lutasse o suficiente. Se não se teimasse o suficiente. Dizia Amélia, enervada, olhando-nos de soslaio (...) (AP: 64)

A luta por melhores condições de vida é o objetivo da vida de Amélia, contrariamente à sua família. Laureano e Gita não partilham da sua obsessão com a ascensão social e o enriquecimento. Amélia vive preocupada com o futuro em detrimento da vivência plena do presente: “Amélia vive no quarto da costura, curvada sobre a máquina que tem escrito no dorso Pfaff, em grandes letras separadas.” (AP: 22).

A situação das mulheres brancas provenientes da metrópole em África está representada por Amélia no livro de Teolinda Gersão. Esta personagem reproduz a idealização generalizada do espaço africano feita por grande parte dos colonos portugueses que para lá partiam, considerando África um mero meio de enriquecimento pessoal. Para muitos, a migração para as colónias era sinónimo de prosperidade, mudando-se para as províncias ultramarinas por as encararem como terras proporcionadoras de ambicionadas promoções sociais que seriam impossíveis em Portugal continental. No romance, Amélia contribui para essa idealização ao escrever uma carta fantasiosa a uma amiga portuguesa na metrópole, tentando fazer-lhe inveja (Azevedo, 2010: 24):

(...) no Natal escreveu longamente à Celeste (criados temos três, e um cozinheiro). Mandou um postal do hotel Polana reflectido na piscina (foi aqui que passámos a lua de mel, e é onde o meu marido me leva todos os sábados, a jantar ou ao dancing). Juntou uma fotografia das casuarinas, na marginal, onde se viam dois macacos a descer de um ramo, (...) E depois nunca mais deu notícias. (AP: 126)

Amélia não reconhece que a sua situação precária a nível económico se mantém em África devido às barreiras sociais com que, também lá, se deparou por estar incluída no grupo de colonos de menos posses financeiras. O espaço social moçambicano é uma réplica do metropolitano em que as dificuldades de ascensão social são transferidas para a colónia pelo facto de os seus povoadores considerarem que evolução social equivale à reprodução do modelo social e económico europeu, não tendo em conta as especificidades do ambiente e da cultura africanos. Para além da divisão económica, o eurocentrismo implícito na estratificação social impõe também a separação racial. Para Amélia, os nativos negros africanos têm a obrigação de se submeter aos colonos brancos, sejam eles ricos ou pobres, dado que estão sempre acima dos negros. Laureano e Gita contrariam esta norma implícita, pelo que Amélia receia que sejam vistos como estando ao mesmo nível pelas classes dominantes, impedindo-os de escalar socialmente (Azevedo, 2010: 25).

O mundo dos colonos ricos ambicionado por Amélia está-lhe completamente vedado pois verifica que a sociedade moçambicana está ela também hierarquizada de acordo com uma lógica intrínseca, transposta da sociedade ocidental de proveniência dos colonizadores, motivada por fatores de origem social e económica. Amélia tem consciência de que está mais perto do mundo dos negros de Moçambique do que dos brancos por ser pobre, daí a sua necessidade de se distanciar deles utilizando os meios que estão ao seu alcance: pinta os cabelos de loiro, despreza a cultura e tradições moçambicanas, as pessoas e locais que com elas se relacionam, o Caniço e todas as possíveis influências que esta gente possa ter no seu mundo ou no dos seus familiares, sobrevalorizando tudo o que tem a ver com o meio social em que os colonos ricos se movimentam, as línguas estrangeiras e o que se relaciona com a classe social dos brancos mais

favorecidos. Esforça-se por transportar para sua casa as barreiras que ela própria enfrenta no seu dia-a-dia ao lidar com as suas clientes da parte nobre da cidade (Azevedo, 2010:29-30): “A casa [de Dora Flávia e do engenheiro] abria-se, como se abria a mainatos, moleques e faxinas: o que parecia tão próximo que bastava estender a mão para tocar-lhe, ficava ao mesmo tempo inacessível, como se estivesse atrás dum vidro.” (AP: 112). Amélia não se enquadra no espaço africano por este não servir os seus interesses e considera África deveria ser vista pelo marido e pela filha como um mero veículo de ascensão social, um meio de enriquecimento, tal como é visto pelos grupos sociais mais privilegiados que estão ali apenas para colherem os benefícios económicos que a colónia lhes pode proporcionar. Tenta impor o seu ponto de vista aos outros membros da família, considerando como a ordem natural das coisas a estratificação, à maneira do colono rico, entre os vários grupos que compõem a sociedade moçambicana. As classes mais elevadas dos colonos portugueses vivem naturalmente separados do mundo africano que é visto como apenas um meio de atingirem melhores condições de vida. (Azevedo, 2010: 31)

Por outro lado, Amélia tem consciência de que o seu estatuto está dependente do nível social do marido, pelo que, ao longo do romance, revela permanente ansiedade relativamente ao comportamento de Laureano no espaço africano, considerando que este não estabelece a devida separação dos nativos. No episódio em que Laureano não consegue uma promoção no trabalho de que estaria à espera, a sua mulher perde definitivamente as estribeiras, chamando-lhe “estúpida marmota africana” (AP: 95) em frente da filha. Amélia sabe que o seu estatuto naquela sociedade é totalmente dependente do seu marido, estando também consciente da estratificação de género existente na sociedade. Ela é considerada um ser passivo na colonização, o seu papel consiste em ajudar o marido a constituir família, não lhe cabendo qualquer parte ativa numa hipotética melhoria de condição social. Amélia sabe que não sobe socialmente se o seu marido não subir também, no entanto o pai de Gita não se sente compelido a explorar os negros, condição necessária para a mobilidade social pretendida por Amélia. Laureano tem uma visão totalmente diferente de sua mulher, motivo pelo qual no final da obra acaba por engravidar uma empregada negra, contribuindo para a mestiçagem da sociedade moçambicana (Azevedo, 2010: 24).

O espaço simbólico correspondente à separação social existente em Lourenço Marques, entre ricos e pobres e brancos e negros, consiste no hotel Polana, admirado por Amélia. O hotel mais luxuoso de Lourenço Marques é, para alguns, um “resumo da cidade ou de parte dela” (AP: 55). Amélia atribui-lhe grande importância como sendo representativo do estatuto social tão ambicionado por si, associando-o ao almejado estilo de vida que não consegue alcançar:

Olhando daí, do meio da relva, ver-se-ia ainda como esse lado do hotel se abria em janelas, varandas, colunas, balaustradas, deixando entrar o sol e o mar, ver-se-ia como esse lado, mais

defendido e preservado, (...) era, de algum modo, o principal. Como se a parte voltada para a rua fosse meramente fachada, atrás da qual a verdadeira realidade se escondia. Mas esse lado era só de alguns. Dos que se sentavam nas varandas em mesas e cadeiras brancas, ou deitavam em colchões azuis debaixo dos guarda-sóis, à beira da piscina (...) (AP: 155)

Amélia associa o bem-estar à riqueza e a bens materiais, invejando os colonos ricos que vivem em mundos à parte da restante população, como acontece neste hotel. Esta é uma parte da sociedade que lhe está vedada e ela sabe, mas não se conforma nunca com a vida que lhe coube em sorte:

Esse lado não lhe pertencia. Ela era apenas visitante, não lhe cabia mais do que um rápido olhar, quase furtivo. Bater-lhe-iam sempre em dada altura nos olhos as placas douradas dos letreiros, informando que a piscina era reservada aos hóspedes do hotel. E também o jardim, e a beleza e a tarde calma, pensou. E os salões lá dentro, e as mesas de jantar, e a música do *dancing* à noite. E a vida, meu Deus, e a vida não lhe pertencia. (AP: 155-156)

Ignora voluntariamente toda e qualquer parte da cidade que não esteja relacionada com o aparente esplendor da vida dos colonos ricos que imagina ver a divertirem-se por detrás da fachada do hotel.

Nesta obra, as personagens femininas representam, assim, o funcionamento e estratificação da sociedade colonial moçambicana. Na casa de colonos representados no livro, Amélia, Gita e Lóia são os vetores principais das divisões mais alargadas existentes na sociedade envolvente. Cada uma destas personagens simboliza um determinado grupo social existente num espaço social híbrido no que respeita a hábitos, cultura e valores. Os juízos de valor impostos nas colónias pelas sociedades ocidentais estão personificados em Amélia que é o elemento que tenta fazer valer a hierarquização social no ambiente doméstico, sendo este utilizado no romance como microcosmo do ambiente vivido em Moçambique. Lóia é a personagem simbólica do mundo dos negros africanos, com todas as suas ideologias e convicções e uma personalidade muito própria, mais aproximada à caracterização de uma criança do que de um adulto. Gita personifica a identidade híbrida de uma geração de portugueses nascidos em África que não se inserem numa visão simplista das sociedades coloniais que as considera meramente divididas em colonos e colonizados. A personagem principal do romance de Teolinda Gersão faz a transição entre estes dois mundos retratados através da admiração e respeito que mantém ao longo de todo o livro por tudo o que se relaciona com o ambiente africano que a envolve, a começar pela ama negra, vista como uma figura maternal em vez de uma mera empregada.

7.4. O combate ao estereótipo da figura feminina

No livro de Miguel Sousa Tavares, a representação das personagens femininas do romance pode ser vista como propositadamente contrária a imagens estereotipadas relacionadas com as raças branca e negra em confronto.

Refere Priscila Ferreira a propósito das figuras femininas em *Equador*:

Para quem pretende ser tão realista e fiel aos fatos históricos, impressiona que [Miguel Sousa Tavares] utilize algumas descrições tão inverosímeis. Suas personagens femininas são lindas, sensuais, exuberantes, tanto a escrava que cuida do governador como a emblemática Ann, (...) (Ferreira, 2009: 16)

Efetivamente, os retratos físicos das mulheres principais personagens representativas das duas raças em confronto nesta obra correspondem à imagem feminina fantasiosa e idealizada que não combina com a preocupação atribuída pelo autor à verosimilhança do restante relato. Os retratos das principais figuras femininas desta obra, Ann e Doroteia, parecem corresponder mais a imagens fisicamente estereotipadas de acordo com ideais de beleza, de raça branca ou negra, do que a descrições de personagens realmente credíveis.

Ann é dotada de uma beleza que encandeia tudo e todos:

[Ann] Estava resplandecente, num vestido leve de seda branca, com os ombros e os braços nus e um estonteante decote onde brilhava um pendente de safiras azuis e corrente trabalhada em ouro. Tinha o cabelo arranjado em cascata de caracóis loiros pousando sobre os ombros e um risco suave sob as pestanas que lhe acentuava o contorno e o brilho incandescente do olhar. Todos, Luís Bernardo incluído, estavam perturbados com a sua presença e a sua beleza. O príncipe numa ponta da mesa e a Rainha na outra. E, à sua direita, desvanecendo-se em atenções e olhares oblíquos, o conde de Valle Flor, que lhe jurava que não encontrara em Paris, de onde regressara na véspera no seu iate privado, nenhuma mulher mais bem-vestida do que ela. Nas mesas à roda, conforme Luís Bernardo reparava, todos os olhares convergiam para a mesa deles. Primeiro o Príncipe, observado com curiosidade e enlevo, e logo de seguida a ela, sem pudor e sem condescendência. Os homens sem pudor, as mulheres sem condescendência. (...) E, de repente, a simples visão de Ann, no seu vestido de alças de seda branca, as costas, os ombros e o vale entre o peito altivo descobertos, e uma safira azul pendente num decote que era todo um mundo de promessas, fora suficiente para arrasar e deitar por terra todos os seus enganos. Porque não há engano que resista à evidência de uns ombros direitos, a umas costas expostas e macias até à vista e a um peito exuberante, subido, como montanhas desafiando um conquistador. Ann arrasava tudo à volta, sorrindo recatada, quase pedindo desculpas públicas por ser tão bonita e tão devastadoramente desejável. (E: 442-443)

Doroteia, por seu turno, é comparada a uma estátua grega pintada de negro. O primeiro contacto de Luís Bernardo com a figura feminina das ilhas tem como protagonista a empregada negra da casa. No romance de Miguel Sousa Tavares, a mulher negra é representada, sobretudo, através desta empregada que reside no palácio do governador. A mulher africana que cuida da casa e dos pertences de Luís Bernardo é descrita sempre como sendo de uma beleza que, logo desde o início da sua estadia, desperta a atenção do novo governador das ilhas:

Enquanto esta pendurava os fatos nos cabides e se baixava para alinhar os sapatos no armário do quarto, Luís Bernardo não se conseguia impedir de lhe lançar, de quando em vez, uns olhares de conhecedor interessado. Movia-se como um talo de flor sob a água, gestos leves e dançantes, mostrando partes do corpo castanho-escuro de pele ligeiramente brilhante. As dobras e aberturas do seu vestido de algodão estampado em amarelo com flores deixavam entrever, de vez em quando, uma parte de coxa, firme e húmida de gotas de suor, ou o início do peito, que subia, elástico, ao ritmo da respiração um pouco afogueada. Quando o olhar dela de repente encontrou o seu e ele viu claramente um brilho de inocência selvagem no branco dos olhos dela, Luís Bernardo sentiu o golpe no peito e desviou o olhar, caçador caçado. Lembrou-se de uma das suas últimas conversas com o João, em Lisboa, quando se queixava da abstinência sexual a que se imaginava condenado pelo seu exílio voluntário em S. Tomé, ele, tão bem habituado ao reconforto das mulheres. E o João respondera-lhe, meio a sério, meio a brincar: «Tu? Qual quê! Ao fim de um mês, prometo-te que as pretas vão-te parecer mulatas, ao fim de dois meses já te vão parecer brancas morenas e, ao fim de três meses, em a necessidade apertando, vão-te parecer loiras de olhos azuis!» E agora, ali estava ele, ao fim de três horas, lançando já olhares gulosos sobre a sua criada de quarto, que a natureza favorecera com um corpo de deusa grega, pintado de negro. (E: 136-137)

Ambas são retratadas fisicamente como figuras estilizadas e correspondentes aos ideais de beleza admirados por qualquer homem. Luís Bernardo é retratado, ainda na metrópole, como de uma exigência difícil de contentar no que se refere aos atributos femininos a serem considerados para a hipótese de eleger alguém como parceira, sendo este o principal motivo de sempre ter permanecido solteiro. Contudo, em S. Tomé, estas personagens parecem inicialmente rivalizar no interesse que despertam em Luís Bernardo pela sua aparência física, sendo o relacionamento mais provável o que se adivinha entre Luís Bernardo e Doroteia pela proximidade física e disponibilidade de ambos, aliados ao facto de os relacionamentos entre mulheres negras e homens brancos serem considerados habituais nas ilhas.

Estas personagens são fisicamente dotadas de atributos suficientes para despertar o interesse da personagem principal do livro, sendo semelhantes no que se refere à idealização estereotipada da beleza feminina respeitante ao respetivo grupo racial. Psicologicamente, contudo, os papéis das duas mulheres estão trocados no que respeita à imagem tradicional das representantes da sua raça e classe social, o que faz com que se concretize a ligação mais improvável, isto é, entre o governador solteiro e a mulher casada do seu amigo inglês, apesar de se prever uma relação à partida condenada pelas circunstâncias e pelos julgamentos críticos que se adivinham. Ao longo de todo o livro, verifica-se o que se pode considerar como sendo uma troca de desempenhos no que respeita ao estereótipo psicológico feminino, quando se comparam as caracterizações de Doroteia e de Ann.

A atração sentida por Doroteia não se concretiza nunca ao longo do livro dado que Luís Bernardo parece colocar o seu sentido de dever à frente dos sentimentos despertados pela empregada, tomando em linha de conta a função de subordinada que a negra desempenha no palácio e as obrigações a que se sente ligado na sua função de governador em S. Tomé. As

respetivas diferenças de classes sociais não consistiriam num obstáculo ao possível relacionamento entre os dois pois o facto de Doroteia ser uma subordinada consistiria, pelo contrário, apenas num fator facilitador, segundo os parâmetros comportamentais da época. O ascendente racial e social do homem branco em relação à mulher negra africana funcionaria como elemento proporcionador de uma ligação sexual tida como habitual na colónia, conforme é reconhecido pelo governador:

A Doroteia sorria à vista do monte de roupa suja que ele atirava para o chão do quarto e com esmero alinhava sobre a cómoda um rol de camisas lavadas e engomadas para ele levar de volta na manhã seguinte. E passava, deslizando silenciosa e sorridente, entre o quarto de dormir, o quarto de vestir e a casa de banho, abrindo a cama, recolhendo a roupa suja, pondo o banho a correr, uma gazela negra toda vestida de branco, cada vez mais bonita, cada vez mais tentadora, cada vez mais difícil de resistir, de agarrar à passagem, puxá-la para si para lhe sentir o corpo rijo e esguio encostado ao seu, passar-lhe a mão pela pele de cetim negro e dizer-lhe ao ouvido, como quem manda mas também como quem pretende, «queres ser a minha lavadeira?», conforme o costume estabelecido nas ilhas entre os homens brancos e as gazelas negras. (E: 188)

No entanto, Luís Bernardo nunca toma a iniciativa de seduzir a sua empregada negra, ficando-se pela admiração à distância. Apesar da importância que a negra assume na sua vida particular, o governador não arrisca um relacionamento mais próximo com esta personagem, não ultrapassando a linha do que é considerado decente. A serviçal, por sua vez, é retratada como uma mulher de sensualidade contida, apesar de manifestar verdadeiramente afeição a Luís Bernardo. Da mesma forma que o governador não ousa aproximar-se da negra, Doroteia mantém uma devoção silenciosa ao seu patrão de que este só se apercebe quando é por ela tratado num período em que se encontra doente:

Mais tarde, ao tentar reconstituir o que se passara naqueles dias, e sem sequer ter noção alguma de quanto tempo assim tinha estado, a primeira recordação que Luís Bernardo conseguiu trazer à superfície foi aquele instante, a sós com Doroteia, e em que era capaz de jurar, ou talvez tivesse sido só a neblina através da qual via, que havia duas lágrimas a escorrerem pela cara da Doroteia abaixo. A recordação avivou-lhe a penumbra em que tudo parecia ter estado mergulhado e começou depois a lembrar-se de outras coisas, ocorridas seguramente depois disso. Lembrou-se de ter ouvido várias vezes a voz do Sebastião no quarto e de ter percebido a presença de outra pessoa, que não sabia quem era e que explicaram ter sido o médico. Lembrou-se da voz de Doroteia que cantava baixinho de cada vez que ele acordava e das mãos dela, na testa, mas também no corpo - limpava-o, lavava-o? O que se teria passado ao certo? Nunca ousou perguntar, reparara apenas que agora ela baixava os olhos quando ele a encarava, como se guardasse dele um segredo que era só seu e tivesse medo que ele a forçasse a desvendá-lo. (E: 380)

Doroteia só manifesta os seus sentimentos por Luís Bernardo quando este está num estado de inconsciência febril, não expressando nunca de forma aberta a sua inclinação pelo patrão. O pudor e o recato são qualidades que ficam apenas do lado da serviçal negra do palácio, dado que o retrato

de Ann se lhe vai opor. A empregada tem sempre uma postura passiva em relação às demonstrações de afeto do patrão:

No corredor, a vela acesa já não estava pousada sobre a cómoda: estava nas mãos da Doroteia, encostada à parede, com o seu vestido de algodão branco quase todo aberto no peito, o seu peito rijo e de adolescente, de bicos empinados e pele acetinada brilhando no escuro, o seu rosto perfeito de maçãs salientes e a boca grossa entreaberta, o branco dos dentes e o do fundo dos olhos brilhando como pérolas à luz incerta da vela. Estava parada a meio do corredor, como uma vestal, iluminando o caminho do seu amo. Luís Bernardo parou também em frente dela e ficou a contemplá-la. Ela não disse nada nem baixou os olhos: fixou-os nos dele, como se quisesse atraí-los para dentro dos seus. Luís Bernardo sentiu a ternura infinita, a ternura feita desejo para o servir, que emanava dela. Aproximou-se e pousou-lhe as duas mãos abertas de cada lado da cara. Passou um dedo ao longo da boca dela, que se abriu mais um pouco, depois deslizou as mãos pelo seu pescoço comprido e daí desceu-as, com suavidade, pelos ombros e pelo peito, que sentiu ofegante e duro como pequenas pedras. Ela não se mexeu, não disse nada. Uma gota de cera pingou do castiçal que ela segurava com mão tremente e veio queimar o pulso de Luís Bernardo. Ele inclinou-se sobre ela e pousou-lhe um beijo ao de leve entre a boca e os dentes. Endireitou-se:

- Ah, Doroteia, és muito nova ainda para perceber que o destino de certos homens é o de nunca amarem quem deviam amar! (E: 507-508)

A dimensão trágica de Luís Bernardo é acentuada pela incapacidade de envolvimento com a mulher que lhe devota mais afeição e com quem teria um relacionamento mais bem aceite pela comunidade envolvente já que as relações entre homens brancos e mulheres negras são vistas como normais.

As descrições que têm por objetivo determinar o carácter desta empregada negra de Luís Bernardo acentuam o contraste entre a dimensão recatada da empregada em oposição à quase libertinagem com que é caracterizada a personagem feminina principal do romance, conforme se verá, e à liberdade sexual que caracteriza também a personagem que representa as mulheres colonas das ilhas, D. Maria Augusta. Esta portuguesa branca consiste na imagem da independência feminina avançada para a época a que o livro nos reporta. Dona Maria Augusta é proprietária de uma roça que administra sem marido, apenas com a ajuda de um capataz:

Ao jantar, Luís Bernardo, que tinha estudado o assunto com requintes de estratégia militar, sentou à sua mesa monsenhor Atalaia, o conde de Sousa Faro, o velho Dr. Segismundo Bruto da Silva e a sua recatada esposa, o coronel João Baptista e a sua igualmente recatada e silenciosa esposa, administrador da roça Boa Entrada, a segunda maior e mais produtiva da ilha, e a viúva Dona Maria Augusta da Trindade, proprietária e administradora residente da roça Nova Esperança, mulher dos seus trinta e muitos anos e ainda visivelmente dotada de atributos que o vasto decote do seu berrante vestido verde abundantemente documentava, muito embora a fatal maledicência da cidade nada mais de concreto encontrasse para lhe atribuir do que intenções por confirmar ou desejos por satisfazer. (...) Quanto à contemporânea e transbordante de vida Dona Maria Augusta da Trindade, a quem Luís Bernardo enviava a espaços o seu mais galante sorriso, contava-se que dirigia a sua roça com determinação de homem e bastante mais competência que muitos deles. Esforçando-se por não olhar para o decote do seu vestido, Luís Bernardo reparara também que a sua cara e a sua figura estavam longe de ser desagradáveis, antes pelo contrário, havia qualquer coisa de juvenil no seu olhar e nos seus gestos, qualquer coisa de ansioso e de indomado, que a ele, após cinco noites apenas em São Tomé, lhe parecia já tão natural como aquela humidade que lhes escorria a todos pelo peito abaixo. (E: 154)

A colona portuguesa é retratada em oposição a Ann no que se refere à distinção e classe que sempre caracterizam a inglesa em qualquer circunstância. D. Maria Augusta pertence desde sempre à colónia, o que a impede de seguir as tendências da moda ocidental que Luís Bernardo está habituado a apreciar no setor feminino, revelando quase sempre mau gosto no vestuário e falta de sofisticação nos modos. O vestuário e as maneiras desta personagem refletem o isolamento desta colónia da metrópole, sendo motivos pelos quais são facetas estranhadas por Luís Bernardo. No entanto, o encontro de Maria Augusta com Luís Bernardo faz adivinhar a probabilidade de um relacionamento amoroso entre os dois pelo interesse que, também esta mulher, desperta no protagonista e pelo facto de serem ambos personagens solitárias que parecem partilhar um à-vontade agradável nos seus momentos de convívio e nas relações sociais que mantêm. A cumplicidade entre ambos é evidente e a forma independente como se encontram inseridos na sociedade envolvente é também pouco comum.

A Nova Esperança ficava junto à vila da Trindade, por onde ele passara na véspera, de manhã, depois da sua aventureira e tensa visita à Rio do Ouro. Chegou para almoçar, pelo meio-dia, no zénite do calor, mal disposto e pronto a explodir ao menor indício de desafio. Vinha sem qualquer disposição para visitar mais construções e plantações, para escutar mais explicações sobre as novidades do plantio e da recolha, mais queixas sobre a incerteza da colheita, dos preços no mercado internacional ou sobre aquela mão-de-obra preguiçosa e dispendiosa. Mas, em vez disso, a viúva recebeu-o como a um amigo de longa data. Levou-o directamente para a cozinha da casa, onde lhe serviu uma limonada fresca para apaziguar o desconforto do caminho e mostrou-lhe o assado de galinha com pimentos que tinha ao lume e que, pelos vistos, era ela própria que supervisionava. Apresentou-lhe o seu capataz, o Sr. Albano, homem dos seus cinquenta anos, muito marcados numa cara amarelada que suava malária entranhada por vários anos daquilo. Era um sujeito taciturno e mal-encarado, de poucas falas e um olhar desconfiado. Maria Augusta contou que o herdara de seu pai, ali tinha permanecido, sempre como capataz, durante os seis anos em que ela, recém-casada com um oficial da guarnição local vindo directamente de Lamego, se vira de repente órfã de pai. (E: 210-211)

Descendente de uma linhagem de mulheres independentes, D. Maria Augusta dá continuidade à tradição feminina da sua família, administrando, somente com a ajuda do seu capataz, a roça de que é proprietária. É uma mulher que segue já os parâmetros da feminilidade moderna, apesar de não serem os comuns na época a que a ação respeita. A solidão de D. Maria Augusta em S. Tomé é evidente no que respeita à convivência com pessoas do seu nível social. Vive isolada na roça Nova Esperança e o leitor tem a sensação de que esta é a personagem indicada para um relacionamento afetivo com o novo governador:

Luís Bernardo olhou-a, na penumbra. Teve pena dela: o destino, de facto, abandonara-a ali, embora fosse claro que merecia e aspirava a mais do que esse desterro. Sentiu-se comovido com ela: recebera-o sem pretensões, sem encenações, sem desconfianças. Velara na cozinha pelo almoço e pelo jantar com que o tinha recebido, contara-lhe a história da sua vida, sem complexos

nem desejos de afirmação. Tinha estado ali, o dia inteiro, contente por o receber, não como mais um proprietário de roça recebendo o governador, mas simplesmente como uma mulher recebendo um homem e esforçando-se por lhe agradar. «Nada, nada - pensou para consigo - é igual aqui. Tudo parece mais premente, tudo é mais rápido, mais directo, mais simples.» Quantas vezes vestiria ela aquele vestido de pregas e aquele corpete que lhe segurava o peito pronto a saltar? Quantas vezes acenderia os castiçais das velas, quantas vezes mandaria as criadas vestirem as suas fardas de goma? Quantas vezes mais iria buscar a garrafa de Porto Vintage ao armário da copa? Quantas vezes teria um homem civilizado com quem conversar, numa noite plácida de estrelas, na varanda da casa que herdara, como se herda uma prisão?

(...)

Ela levantou-se e ficou de pé diante dele. «Agarro o que passa e quando consigo» - a frase substituíra qualquer despedida.

- Luís, foi uma honra recebê-lo aqui, na Nova Esperança, como governador. Acredite que isto é verdade. Mas foi também um prazer recebê-lo, como pessoa. Gostaria de voltar a vê-lo... hoje, ou quando quiser. Boa-noite. (E: 217-218)

É Maria Augusta quem toma a iniciativa para o encontro sexual, adivinhando a atração provocada em Luís Bernardo. O relacionamento sexual entre ambos acontece, no entanto, revela-se passageiro. Maria Augusta é apenas a primeira das personagens femininas do livro que faz com que, em S. Tomé, a iniciativa de sedução tenha de partir das mulheres para que se inicie uma ligação entre Luís Bernardo e as representantes do sexo oposto. O convite de Maria Augusta para um relacionamento entre ambos é expresso no final do texto transcrito, no entanto, o envolvimento emocional de ambos fica-se por aí. Maria Augusta dá o passo que Doroteia não se atreve a dar.

Maria Augusta revela uma sexualidade de vertente mais despudorada que é atribuída às mulheres de raça branca do livro em comparação com a personalidade contida de Doroteia, vertente esta que é confirmada mais tarde, quando Luís Bernardo, já perto do final do romance, a procura em busca de conforto e lhe pede para dormir consigo naquela noite:

- Ah, meu pobre Luís Bernardo, o que lhe fez a inglesa? Gozou consigo e voltou para o marido? Essa história é tão antiga como o mundo! Quer que eu lhe apague as memórias? Um contrato justo: você sacia-me o desejo, eu anestésio-lhe as saudades? Por quem me toma: pela substituta da amante casada do governador da ilha?

Luís Bernardo não respondeu nada e foi ela que teve de assumir a situação:

- Pensando bem, por que não? Quem saberá de nós senão nós mesmos? Nenhum de nós tem nada a perder e, apesar de tudo, é bem melhor essa perspectiva do que a frustração de o ver virar costas sem me aproveitar da situação. Venha daí, vamos afogar as nossas respectivas mágoas em qualquer coisa que não deixe marcas - apenas uma hora de prazer, como fazem os negros lá fora, na sanzala. (E: 480)

Maria Augusta compara o encontro sexual de ambos a “qualquer coisa que não deixe marcas” como as relações que os trabalhadores negros das roças mantêm, associando os relacionamentos existentes entre os negros a meras cópulas animais. Maria Augusta considera estar a proceder como os negros, e os animais, quando aceita ter relações sexuais ocasionais com Luís Bernardo, cedendo, mesmo assim, ao pedido. No entanto, não é isto o que o leitor apreende da ação do livro

pois esta dimensão mais animalésca com que pode ser encarado o relacionamento sexual entre seres humanos é-nos dada pelas mulheres brancas e não pela representante da raça negra.

Luís Bernardo tem uma relação passageira com Maria Augusta que não lhe deixa qualquer marca, sendo a portuguesa automaticamente preterida a favor de Ann, personagem que se revela infinitamente mais arrojada e ferosa a nível sexual e com uma postura provocante que seduz Luís Bernardo. Posteriormente, é Maria Augusta a primeira pessoa que dá a conhecer a Luís Bernardo o facto do seu relacionamento com Ann ser do domínio público, considerando-o fatal para a imagem do governador no arquipélago na medida em que determina a sua perda de credibilidade entre a comunidade colona:

- Não pergunte em quê, porque isso é evidente: você passou-se para o lado dos que são nossos inimigos, dos que, em Lisboa e lá fora, na Europa, conspiram para nos levar à ruína, aqui, em São Tomé. Se quiser, pergunte antes por que mudou você e eu respondo-lhe.

- E porquê, então?

- Ah, então não sabe, meu caro? Precisa mesmo que lhe digam, cara a cara? Ainda ninguém lhe disse?

- Não sei do que está a falar, Maria Augusta.

- Ah, não sabe? Não sabe porventura que aquilo que o fez mudar de atitude e desacreditar-se aos olhos de todos nós foi o facto de você se ter perdido de amores por essa puta da inglesa que, enquanto engana o marido consigo, lhe faz a ele o trabalho de aliciar o governador na cama?

Luís Bernardo ficou sem pinga de sangue. Sentiu o chão fugir-lhe de baixo dos pés.

- Aqui entre nós, Luís Bernardo, responda agora a uma pergunta de uma mulher que já esteve consigo na cama: aquela puta deve ser fogo, não deve? Para o deixar nesse estado... (E: 372)

É também através das palavras de Maria Augusta que surge pela primeira vez no livro a menção a Ann em termos pouco abonatórios associados ao seu apetite sexual e à obtenção de favores usando os seus atributos físicos.

A linha do dever que Luís Bernardo inconscientemente traçou para si no seguimento do desempenho das suas funções em S. Tomé e Príncipe será apenas ultrapassada com Ann, apesar de esta ser uma mulher à partida mais inacessível. Isto acontece não só devido à caracterização desta personagem como deslumbrante, mas também porque a inglesa assume uma postura provocadora que Doroteia não tem e à qual Maria Augusta não chega. O romance entre Luís Bernardo e Ann inicia-se durante o período em que João visita o seu amigo governador de S. Tomé e Príncipe no arquipélago onde este exerce funções. Embora Luís Bernardo admirasse a beleza da inglesa desde o primeiro momento em que a viu, o relacionamento entre ambos manteve-se de simples amizade, até ao momento em que, no final de um jantar, enquanto David e João discutem uma série de assuntos, ficam a sós no exterior da casa:

- Pois é, vocês homens têm esse lado de conflito interior, que veneram. Por dever de consciência, suportam inimigos e abandonam amigos. Eu já vivi isso na pele, noutros tempos... Mas oiça, Luís, eu sou mulher, sou sua amiga e não vivo conflitos desses: no que depender de mim, eu não o abandonarei.

Ele ficou-se mudo, sem saber o que dizer. Nem sequer percebia bem o que ela lhe tinha querido dizer. Sentiu-se à toa, talvez do vinho e do cognac, da lua cheia, da devastadora beleza da sua pele, do seu peito, do seu cabelo, do seu olhar. Sentiu-se tonto e levantou-se para se encostar à balaustrada do terraço e respirar um pouco da brisa que vinha do mar e que o calor da noite não sufocava na passagem.

- Onde vai, Luís?

- Eu? - reparou que se tinha virado de costas, sem dar por isso, e voltou a enfrentá-la - a lado nenhum!

- Vai fugir?

- Fugir? Fugir de quê?

Agora sentia-se desamparado, à deriva, incapaz de raciocinar, de dizer alguma coisa acertada. Mas ela não lhe deu tréguas. A sua voz soou de novo, baixa, quente, sensual. E, implacável:

- De mim.

(...)

Mas eu admiro muito o meu marido, apesar do que ele fez e que não apaga nem faz esquecer tudo o resto e o homem brilhante que ele foi e é. Amei-o muito até ele me magoar ao ponto em que o fez e amo-o ainda, de uma forma diferente, longínqua e íntima, que não sei explicar bem. Poderia tê-lo abandonado, mas achei que não devia fazê-lo, quando tudo o resto e todos os outros o fizeram. Como vê, também não sou imune aos sentimentos do dever. Mas ficou claro entre nós que eu sou uma presença constante ao seu lado, sou sua mulher ainda face ao mundo e à lei, mas não sou, se não quiser, sua mulher de facto. É o preço que ele paga por me ter aqui. Sou uma mulher livre, como se fosse uma viajante que desembarcou com ele em São Tomé, onde... - Ann deteve-se por um momento e fixou-o a direito nos olhos -... onde o encontrei a si. (E: 310-311)

Ann surge, assim, como uma mulher que não se coíbe de tomar a iniciativa de seduzir Luís Bernardo, que por sua vez parece, no excerto transcrito, tomado de surpresa sem saber o que fazer perante as palavras da inglesa. Retratada sempre como uma mulher provocante que faz uso dos seus atributos físicos para deslumbrar Luís Bernardo e todos os que a rodeiam, verifica-se que é Ann quem dá o primeiro passo que marca o início do relacionamento entre os dois.

Neste romance, é a branca ocidental a representante feminina da sexualidade exacerbada tida como certa na imagem geralmente construída e divulgada no que concerne às representantes das mulheres de raça negra. Ann é de uma sensualidade que toma, logo desde a sua apresentação no livro, dimensões escaldantes pelo desembaraço que a figura feminina revela no que toca ao seu desempenho sexual nos relacionamentos que mantém com os homens. Esta particularidade é indicada na descrição desta personagem ainda nos tempos em que vivia um casamento feliz com o marido na Índia:

[David] Introduzira Ann no conhecimento e no deleite das gravuras em pedra e aguarelas sexuais hindus e não foi preciso muito para que, à luz de velas espalhadas pelo chão do quarto e numa alcova coberta por uma rede mosquiteira que acentuava ainda mais o erotismo do ambiente, eles comessem a ensaiar a reprodução de todas as posições que tinham visto no frontispício dos templos ou nos livros antigos que ele colecionava. Ann conheceu em minúcia todos os centímetros do corpo dele que lhe tinham ensinado poder espreitar apenas de olhos semicerrados e

disfarçadamente e conheceu os limites do seu próprio prazer que tinha aprendido serem inexistentes e, aliás, entediantes. Quanto a David, sabia-se olhado com um misto de maledicência e de inveja, quando se despedia dos colegas de gabinete ao fim do dia e se dirigia para casa, onde o esperava uma espécie de prazer e de desvario sexual que não era suposto um homem da sua condição encontrar senão fora de casa e com mulheres especialmente treinadas para essa tarefa. (E: 235-236)

A sensualidade de Ann é algo que marca o retrato da personagem e consiste no fator determinante para a paixão que Luís Bernardo nutre por esta mulher casada. A falta de preconceitos em relação ao comportamento expectável numa mulher comprometida, que Ann demonstra nos seus encontros com o amante, faz com que Luis Bernardo se prenda irremediavelmente a uma mulher que lhe parece perfeita na medida em que, ao mesmo tempo que preenche as suas necessidades psicológicas pelo nível intelectual e cultural que denota nas suas conversas, preenche também as necessidades físicas desta personagem marcada pelo isolamento experienciado em África.

Cada vez mais sozinho devido à falta de empatia com os outros habitantes da colónia portuguesa, Luís Bernardo sente como nunca a falta de um relacionamento emocional estável, o que contribui para se deixar conquistar por Ann.

Sentada na areia, ela tirou as botas de montar, com algum esforço e praguejando entre dentes. Depois, pôs-se de pé e desabotou um por um todos os botões da camisa e despiu-a, atirando-a para o lado e mostrando o curto corpete que lhe segurava o peito. A seguir fez o mesmo com os botões deste, retirou as alças de cima dos ombros e libertou-se dele, deixando ver um peito grande, voluptuoso mas firme, com os mamilos redondos e bem salientes. Depois desabotou as calças de lado e deixou-as deslizar pelas pernas abaixo, sacudindo os calcanhares para lhe saírem pelos pés. Tinha umas pernas longas e perfeitamente desenhadas, num tom de pele mais escuro do que seria de esperar. Quando acabou de se despir por completo e ficou nua, começando a caminhar para a água, Luís Bernardo já não conseguiu continuar aquela devassa muda do corpo dela. Estava a olhar para a cara de Ann e para o seu olhar: ela também olhava para ele, exposta, tranquila, só o sorriso de malícia lhe desaparecera e ela contemplava-o sem nenhuma expressão que não aquele ar de determinação silenciosa, quase premeditação, com que se despira e caminhava ao seu encontro. (E: 322)

O primeiro encontro amoroso ocorre em plena praia à luz do dia, quando Ann surpreende Luís Bernardo nu a banhar-se no mar. Mais uma vez, é a mulher que tem a iniciativa de avançar para o mar, despindo-se também e dando origem à primeira relação sexual entre ambos. Mesmo durante a relação sexual, parece ser intenção do narrador frisar a feminilidade descomplexada desta mulher branca, o que parece pouco usual para uma época em que os preconceitos em relação à sexualidade feminina eram normais e constantes, mesmo que estas fossem representantes de uma cultura ocidental vista como mais evoluída em relação à portuguesa. Ann não é de forma alguma a representante do puritanismo inglês, num prolongamento do espírito vitoriano a que geralmente se associa a imagem das inglesas de épocas passadas:

Emergiram da água de joelhos na areia, Luís Bernardo puxou-a contra si, voltou a procurar a boca dela, que agora tinha um gosto a sal e mel misturados, sentiu a textura da sua língua que percorria a dele sem pudor algum e a fúria com que se lhe entregava começou a fazer-lhe a cabeça andar à roda. Soltou-se da boca dela e começou a beijar-lhe o pescoço e os ombros, que eram largos e formando uma linha recta, as mãos procuraram o peito, tão grande que não lhe cabia nas palmas das mãos. Então, desvairado de desejo, mergulhou a cabeça no seu peito e começou a chupar-lhe os mamilos, enquanto com as mãos continuava a devassar-lhe o peito, ora segurando cada um como se quisesse medir-lhe o peso e a consistência, ora esborrachando-os nas mãos espalmadas. Mas Ann não ficou quieta, não fechou os olhos, nem gemeu, nem atirou a cabeça para trás, seduzida e vencida. Continuou antes, com a mesma ânsia à procura da boca dele e depois desceu-lhe uma mão ao longo do corpo até que, debaixo de água, encontrou o seu sexo, que estava rijo e apontado para cima, e segurou-o com força, apertou-o com a mão em concha, percorrendo-o para cima e para baixo. (E: 323)

O propósito do narrador parece ser acentuar a dimensão erótica desta personagem ao sublinhar a não submissão da mulher às investidas masculinas, sendo isto explícito na descrição da fogueira com que a mesma procura retirar prazer do encontro com o homem. O erotismo de Ann e a permanente procura de excitação sexual são uma constante em todos os momentos em que consegue encontrar-se intimamente com Luís Bernardo. Em situações de maior formalidade, como é o caso do jantar de homenagem ao Príncipe português onde está sentada entre o governador e o conde de Valle Flor, Ann revela mesmo algum descaramento:

Naquele preciso momento, o conde de Valle Flor procurava satisfazer com Ann a mais genuína das curiosidades: como é que ela, evidentemente deslocada por aquelas bandas, conseguia preencher os seus dias naquele desterro, onde nem havia quatro para uma mesa de bridge.

- My dear count - e Ann lançou-lhe um sorriso de lado capaz de derreter um iceberg em pleno Inverno ártico - eu nunca vivi na Europa, mas sempre na Índia. Aprendi que temos de nos adaptar às circunstâncias e que em qualquer lugar há sempre motivos de interesse. São as pessoas que fazem os lugares e não o contrário.

E, enquanto a sua mão direita pousava, num gesto de desprevenida coqueterie, no braço de um já derretido conde, a sua perna esquerda encontrara as de Luís Bernardo por baixo da mesa e por aí se deixara ficar, insinuando-se entre as suas coxas, numa provocação silenciosa e no limite do suportável. (E: 444)

A postura sedutora de Ann não se esgota em Luís Bernardo, mas estende-se a todos os representantes do sexo masculino que a rodeiam. O culminar da sexualidade exacerbada desta mulher branca consiste no episódio final que despoleta o suicídio de Luís Bernardo. No fim da obra, o protagonista do livro assiste, escondido, Ann e o seu empregado negro Gabriel a fazerem amor, aproveitando-se da ausência de David em trabalho:

Ann estava deitada de costas na cama, inteiramente nua, o cabelo espalhado em desalinho pela almofada, a cara ligeiramente corada, de olhos cerrados e um dedo dela própria enfiado na boca, o seu peito fantástico erguido apontado ao tecto, as pernas abertas, uma delas pendente sobre a borda da cama. Gemia baixinho e o seu corpo agitava-se ao ritmo com que ele a ia penetrando. Ele estava sentado sobre ela, as pernas enfiadas debaixo das pernas de Ann, o tronco direito e as costas reluzindo de suor, empurrando-se com fúria para dentro dela. Mas nem as costas eram brancas nem o cabelo era loiro. O homem que fazia amor com Ann jamais viera da Escócia e nunca fora

seu marido. Era negro de Angola, chamava-se Gabriel, e Luís Bernardo, juntamente com David, resgatara-o de uma morte certa na Ilha do Príncipe. (E: 505)

Esta cena choca com a imagem estereotipada da mulher branca ocidental na medida em que a miscigenação racial nas colónias era considerada normal quando os envolvidos eram homens brancos e mulheres negras, estando completamente vedada a hipótese de uma mulher branca se envolver sexual ou emocionalmente com um homem de outra raça considerada inferior. A mulher branca manteria a sua honra e reputação imaculadas, obedecendo a um parâmetro de moralidade nunca questionado, em que quaisquer relações extraconjugais apenas seriam toleradas ao marido e completamente proibidas à parte feminina do casal. Esta proibição seria muito maior quando o envolvimento em questão implicasse um homem de raça negra. Ann, neste romance, desafia alguns tabus: não só é uma mulher adúltera que mantém um relacionamento extraconjugal com um amigo do marido, mas também trai marido e amante com um empregado negro. Esta vertente da personagem feminina, representante da mulher branca ocidental e civilizada no romance, contraria totalmente a imagem estereotipada das mulheres brancas difundida na maioria das obras sobre o colonialismo.

O enredo em que Luís Bernardo escolhe deixar-se envolver com uma mulher branca casada que parece procurar apenas novas experiências sexuais fora do casamento contribui para a dimensão trágica da personagem principal. Luís Bernardo surge como um protagonista com propensão para ligações impossíveis e à partida falhadas, pelo que escolhe a mulher inglesa e casada em vez da negra ou de Maria Augusta, para um relacionamento amoroso que o conduzirá ao final infeliz. O isolamento de Luís Bernardo na colónia quanto às suas ambições para o território determina a sua destruição final, no entanto esta só se concretiza ao verificar que a mulher na qual depositou as suas esperanças românticas também não é merecedora da sua confiança. Contrariamente ao expectável, é a ligação com uma mulher da sua raça e classe social que se revela profundamente infeliz, sendo insinuado que a escolha mais acertada por parte de Luís Bernardo para um relacionamento emocional estável teria sido a mulher de raça negra, sua subordinada. A correspondência de Doroteia aos desejos de Luís Bernardo parece ser evidente e não concretizada apenas devido à falta de iniciativa de ambas as partes.

Contudo, a solidão em que o governador se encontra naquelas paragens é fator determinante para a ligação de Luís Bernardo a Ann, mas não explica o estado alucinatório a que a personagem principal do livro se deixa chegar, sobretudo quando são facilmente verificáveis a vertente promíscua e de fogueira exacerbada que caracteriza a figura feminina inglesa, não coincidente com os parâmetros da mulher recatada e púdica apreciados nesta época como qualidades fundamentais nas de sua origem, raça e condição social, nem com a caracterização

inicial de Luís Bernardo como homem emocionalmente desprendido em relação às mulheres e extremamente exigente no que respeita às qualidades femininas. A dimensão provocadora de Ann faz com que esta personagem seja vista pelo leitor do século XXI como correspondendo à imagem da mulher perfeita nos moldes atuais, ou seja, a mulher que conjuga a beleza física à falta de inibição sexual, qualidades que mais improvavelmente seriam apreciadas na época a que o livro se reporta. O estereótipo da perfeição feminina, no passado a que se refere o livro, estaria mais relacionado com uma postura de maior recato e contenção da sexualidade do que acontece com esta personagem de Sousa Tavares e o comportamento de Ann estará mais associado a ideias difundidas nos finais do século XX. O retrato de Ann afigura-se construído para agradar a um público leitor do tempo de publicação da obra, não correspondendo a uma figura feminina que se regesse segundo os parâmetros comportamentais da época a que a ação nos reporta.

Assim, por um lado, Sousa Tavares parece ter achado que a ideia de uma mulher que conduz o protagonista do romance à perdição não seria possível de entender pelo leitor da atualidade sem a carga sexual que é colocada em Ann, parecendo ter sido acentuado propositadamente o seu erotismo extremo como característica diferenciadora desta personagem feminina, o motivo pelo qual esta se revela capaz de conduzir o protagonista ao final de desespero. Por outro lado, no entanto, a sexualidade sem constrangimentos com que Ann é retratada ganha uma dimensão mais significativa de quebra de estereótipos femininos quando se compara esta mulher com os elementos que nos são fornecidos para a caracterização da principal representante da mulher negra no livro de Sousa Tavares: a sua empregada Doroteia. No romance em análise, a sexualidade despudorada é característica das representantes femininas de raça branca que convivem com Luís Bernardo e não das mulheres de raça negra, cuja figura de maior relevo é esta empregada do palácio do governador. Considero, assim, que a oposição a estereótipos femininos, ainda hoje difundidos quando o assunto em questão é a época colonial portuguesa, ou as diferenças raciais, pode também ser vista como intencional por parte do autor do romance, isto é, o seu contributo para a mudança de algumas ideias feitas, neste caso em relação à figura feminina no contexto das antigas colónias em África, que talvez não correspondam ao que efetivamente aconteceria.

As figuras femininas com papéis de destaque nas obras analisadas parecem funcionar como veículo para a quebra de estereótipos relacionados com a função reservada às mulheres ocidentais

de retaguarda dos homens protagonistas dos acontecimentos históricos, dado que lhes é atribuída importância fundamental nos enredos narrativos, contrariando-se, desta forma, a masculinização dos factos históricos tida por certa nos discursos da História oficial da colonização portuguesa.

As mulheres são apresentadas em todos os romances numa situação de submissão ao homem, apesar de haver algumas personagens que contrariam este estado de coisas considerado o “normal”: em *O Senhor das Ilhas*, Marta, mulher solteira e sem filhos, surge como descontextualizada no que concerne ao que na época se considerava ser o papel da mulher na sociedade, defendendo ideologias de liberdade e igualdade de géneros avançadas em relação ao estado de coisas que a rodeia e que não encontram eco na sociedade envolvente. Contudo, Amélia, de *A Árvore das Palavras*, é uma figura feminina condicente com o retrato da mulher conservadora em relação à defesa de valores tradicionais das sociedades ocidentais, contrária à diferença cultural que o ambiente africano e a sua própria família lhe tentam impor como natural, e totalmente dependente do estatuto social do marido. Neste romance de Teolinda Gersão, a ação desenrola-se em grande parte a partir da perspectiva da mulher colona de baixos recursos económicos, mais concretamente na figura de Amélia, sendo, segundo considera Isabel Gould, o romance “que mais incisivamente explora a experiência colonial feminina” (Gould, 2007: 69), “colocando a questão se a mulher plebeia e órfã, oriunda de um Portugal rural e salazarista, teve de facto oportunidade em África de ascender socialmente” (*idem*: 70). Já a filha de Amélia simboliza uma segunda geração de mulheres brancas nascidas em África, totalmente inseridas no espaço africano e alheadas da sociedade ocidental que representam apenas devido à cor da pele. A personagem Isilda de *O Esplendor de Portugal* contraria a imagem estereotipada da figura masculina como central na colonização em África, protagonizando a resistência à perda do império em terras de Angola e sendo simbólica da sua queda nos anos finais da colonização.

O relevo na caracterização atribuída à mulher nativa africana é propositadamente feito com o objetivo de realçar qualidades subestimadas devido à preponderância dos valores e princípios inerentes à cultura ocidental transpostos para o espaço africano. Estas sociedades revelar-se-iam sem espaço para a valorização da diferença representada pelos que faziam parte do grupo dos subordinados, sendo as mulheres negras ainda mais afetadas pela separação social pela sua situação de inferiorização em relação ao homem. Devido à separação de géneros ainda existente nas épocas evocadas e à condição das mulheres como responsáveis pelos trabalhos domésticos, são principalmente as mulheres brancas que lidam com as negras nas suas casas, aproximando-se das colonizadas ou não, consoante revelam maior aproximação à cultura africana ou à ocidental. As qualidades das representantes femininas do grupo dos colonizados são acentuadas principalmente quando confrontadas com ideias pré-concebidas sobre os elementos femininos da população negra, notando-se uma propositada desconstrução de estereótipos.

No que respeita exclusivamente aos livros publicados posteriormente e aqui trabalhados, a figura feminina não tem um papel tão relevante, sendo personagens que assumem papéis secundários. No entanto, em *Equador*, as mulheres, também submissas ao homem, são retratadas de forma contrária ao preconceito geralmente associado às características da personalidade das mulheres de raça branca e negra. No romance de Sousa Tavares, as figuras femininas assumem importância essencialmente no que toca à interpretação da intenção implícita do seu autor na construção da sua caracterização ao longo de toda a narrativa, realçando-se o combate a pressupostos relativos à caracterização das mulheres de raças negra e branca.

Em *O Retorno* as mulheres são representadas secundariamente numa situação de fragilidade pela ausência do “chefe” de família, seguindo a conceção tradicional de dependência do elemento masculino como único sustentador do núcleo familiar, pelo que o adolescente Rui se sente obrigado a “substituir” o pai como figura protetora das mulheres da família. Neste romance, tal como acontece em *O Esplendor de Portugal*, assume, sim, importância fundamental a figura do retornado de África em representações da época final do império: os colonos, forçados a abandonar as suas terras de África, são recebidos numa antiga metrópole que se revela mal preparada para os acolher.

8. O Fim do Império - O Retornado de África

A memória da colonização portuguesa encontra-se, hoje em dia, intimamente ligada ao movimento de repatriamento dos colonos de África e ao estatuto de “retornado” - com toda a carga pejorativa que lhe está associada - que estes assumiram em Portugal continental. Estes portugueses viveram o trauma da perda de territórios e bens que consideravam seus, sendo repatriados a uma antiga metrópole à qual muitos não pensavam sequer regressar.

Segundo Paul Ricoeur,

C'est la justice qui, extrayant des souvenirs traumatisants leur valeur exemplaire, retourne la mémoire en projet; et c'est ce même projet de justice qui donne au devoir de mémoire la forme du future et de l'impératif. On peut alors suggérer que le devoir de mémoire, en tant qu'impératif de justice, se projette à la façon d'un troisième terme au point de jonction du travail de deuil et du travail de mémoire. En retour, l'impératif reçoit du travail de mémoire et du travail de deuil l'impulsion qui l'intègre à une économie des pulsions. Cette force fédérative du devoir de justice peut alors s'entendre au-delà du couple de la mémoire et du deuil jusqu'à celui que forment ensemble la dimension vériditative et la dimension pragmatique de la mémoire; (...) Tout se passe comme si le devoir de mémoire se projetait en avant de la conscience à la façon d'un point de convergence entre la perspective vériditative et la perspective pragmatique sur la mémoire. (Ricoeur, 2000: 107-108)

Este autor chama a atenção para o facto de o dever da memória ser o de prestar justiça, através da recordação, a alguém que não o próprio. A conceção de dívida aos nossos antepassados responsáveis pelo que somos faz com que o dever da memória esteja diretamente relacionado com a noção de herança, assumindo um papel fundamental em não deixar cair no esquecimento os que nos antecederam em vida, havendo aqui uma prioridade moral para com todos os que foram vítimas. O dever da memória funciona como tentativa de exorcismo perante uma situação histórica marcada pela obsessão em relação aos traumatismos sofridos pelas suas vítimas, tal como aconteceu aos franceses nos anos 1940-1945, dando origem ao que este autor designa de “abusos de memória” (*idem*: 109), ou, nas palavras de Huysen, os excessos de memória. De facto, no nosso país e a partir da primeira década do século XXI, os retornados começaram a ser recordados através da literatura de uma forma quase obsessiva em romances e testemunhos escritos por portugueses que, por algum motivo, passaram por África na época da colonização portuguesa, contrastando com o silêncio quase generalizado sobre o tema que se verificara até então.

O retornado de África é representado nas obras de António Lobo Antunes e de Maria Dulce Cardoso, romances em que a memória da expulsão dos colonos portugueses de África assume uma dimensão de tragédia a nível identitário das personagens, como sendo vítimas do processo de descolonização portuguesa pela forma abrupta e forçada como esta se terá processado.

Estas obras parecem tentar recuperar a lembrança do retornado de África, fazendo-lhe alguma justiça ao serem retratados como diretos sofrendores dos danos mais imediatos da descolonização. Conforme é referido por Rui Pena Pires,

Em Abril de 1974, com a mudança do regime, o estado português inicia um processo acelerado e generalizado de descolonização. O carácter abrupto das mudanças então desencadeadas, a incapacidade do Estado português para garantir o controlo do processo de transição para a independência, rapidamente internacionalizado, bem como, no caso de Angola, a situação de guerra civil, vão ser vividos, pelos colonos, como acontecimentos disruptores do “sentido de continuidade e ordem nos eventos” (Giddens, 1991: 215). A insegurização daí resultante irá traduzir-se, durante o ano de 1975, no êxodo dos portugueses radicados nas colónias. (Pires, 2003: 195)

A necessidade de abandono súbito dos territórios colonizados por parte dos colonos portugueses, com todas as mudanças implicadas no processo, consistiu num fator traumatizante na vida de todos os repatriados. Segundo ainda Rui Pena Pires,

As circunstâncias que conduziram ao êxodo e as condições em que este se processou constituíram um momento crítico na vida dos retornados, com forte sedimentação na memória destes. (...), esse sedimento de memória traduziu-se em atitudes de desconfiança em relação aos partidos portugueses de esquerda (identificados como responsáveis pela descolonização) e de redução da confiança em instituições políticas (...). Os elementos identitários construídos em torno da experiência comum do êxodo foram efémeros e tiveram sobretudo um referente de perda. (Pires, 2003: 197-198)

Com efeito, os retornados sofrem na pele as consequências da mudança de rumo ideológico da nação portuguesa, sendo associados às ideologias do Estado Novo defensoras do colonialismo, motivo que explica só em parte a discriminação de que foram alvo na antiga metrópole. Aliado a este, surgem outras razões, tais como a forte ideia de divisão social em que se baseou o ideário da nação colonial portuguesa, apesar das teorias do lusotropicalismo que, tal como já foi referido, não passariam de um discurso propagandístico. Nos anos 70, a chegada em massa dos repatriados das antigas colónias africanas provocou profundas alterações não apenas no modo de vida dos que são obrigados a partir de África, recém-chegados ao território continental, mas também no que diz respeito aos habitantes da antiga metrópole, dado que vem colocar em cheque uma série de convicções profundamente enraizadas nas mentalidades dos portugueses em geral em toda a nação imperial, conforme refere Carolina Peixoto:

Ou seja, no espaço português formado pela nação-império as noções de raça (branca) e cultura (européia ocidental) foram simultaneamente acionadas para definir uma ideia de portugalidade que diferenciava os cidadãos – metropolitanos e colonos –, dos súditos, as populações autóctones (negras e “bárbaras”) dos territórios colonizados. A estrutura hierárquica da nação-império faria de todos portugueses, mas a cada “português” caberia uma classificação de acordo com seu local de origem (metrópole ou colónias), sua raça e sua cultura. Isso pode explicar o fato de que nas colónias o nacionalismo não tenha sido o primeiro alicerce da construção identitária, quer dos colonos quer dos colonizados, mas

sim o racismo, uma vez que, no espaço colonial, importava ser-se europeu ou africano, branco ou negro – categorias que definiam estatutos e que eram prescritivas das relações sociais. Da percepção de que as diferentes origens e cores de pele refletiam também disparidades sócio-culturais, isto é, distintas maneiras de ser e estar no mundo, nasceriam os movimentos nacionalistas africanos. (Peixoto, 2011: 6-7)

A estratificação social da população do império colonial português com base na raça e no território de origem dos seus habitantes foi determinante para as dificuldades enfrentadas pelos rotulados de “retornados” na antiga metrópole, dado que este termo designava os representantes dos considerados portugueses de categoria inferior porque provenientes de África ou de ascendência negra. Com efeito, juntamente com os antigos colonos, chegaram do continente africano vários “assimilados”, habitantes das colónias com ascendência africana, que decidem também partir para o continente europeu devido ao sentimento de insegurança experimentado nas suas terras de origem. Os negros e mestiços provenientes das antigas colónias portuguesas vivem, na antiga metrópole, a rejeição social consequente da discriminação racial de que são alvo, conforme refere Carolina Peixoto:

Entretanto, aqueles “imigrantes da descolonização” que aparentavam fenotípicas evidências de parentesco com africanos negros foram mantidos de forma muito visível e marcadamente na sociedade portuguesa como “racialmente outros”. (...) (Peixoto, 2011: 15)

Estas pessoas, autóctones africanos de ascendência negra até então vistos como inferiores, são entre 25 e 30 mil dos que chegaram a Portugal, também na década de 70, e que decidem mudar para a metrópole fugindo aos conflitos internos dos seus territórios (*ibidem*). Curiosamente também designadas de “retornados”, constituem motivo de forte desconcerto na sociedade que os acolhe que não encontra para estas pessoas soluções de integração social devido à inferiorização de que são alvo, nesta época, nas sociedades ocidentais. São vários os “assimilados” das ex-colónias que decidem partir para a metrópole juntamente com a comunidade de retornados, os ex-colonos brancos, sendo estes dois grupos de refugiados associados através do imaginário da população de Portugal continental. Este grupo de migrantes das que serão consideradas ex-colónias portuguesas, “regressa” a uma metrópole na ilusão de encontrar a comunidade imaginada de que fala Carolina Peixoto:

Porque essas “minorias raciais” migraram para Portugal fugindo da independência de seu “país de origem”? Recordando a ideologia colonial portuguesa a resposta parece óbvia: eles “eram” portugueses. Até o dia 11 de novembro de 1975 Angola era Portugal e todos os colonos, assimilados e nativos que viviam no território angolano-português eram portugueses, embora vigorassem classificações hierárquicas que estratificavam essa população: brancos metropolitanos eram cidadãos; brancos nascidos em Angola eram cidadãos de segunda classe, mestiços e negros assimilados eram cidadãos de segunda classe com ressalvas (porque sua condição de assimilado podia ser revogada) e os indígenas eram nacionais, mas não cidadãos. Portanto, os *retornados* estigmatizados em Portugal tinham sido aliados ou apoiantes da presença colonial portuguesa em

Angola, acreditavam pertencer à “comunidade imaginada” portuguesa, ideia posta à prova quando chegaram à metrópole. Nesse novo contexto os frutos da assimilação causaram tensões profundas: era um problema aceitar como iguais àqueles que anteriormente eram inferiores (Smith, 2006: 185). O colonialismo nunca imaginou que um dia os assimilados poderiam chegar à metrópole, quanto mais que pudessem chegar reivindicando espaço e reconhecimento de direitos de pertença à mesma realidade cultural, política e econômica dos europeus. (Peixoto, 2011: 15)

No entanto, sabe-se hoje que, na sua maioria provenientes de Angola e de Moçambique, a população de retornados tinha características que a diferenciavam dos habitantes de Portugal continental devido a uma série de fatores: por um lado, conforme é referido por Cláudia Castelo, devido ao crescimento económico destes territórios no período da II Guerra Mundial, é a partir desta altura que se dá um rápido aumento dos contingentes migratórios para Angola e Moçambique (Castelo, 2007: 175); por outro lado, em Portugal, devido à “quase ausência de um pensamento anticolonial em Portugal até ao início das guerras de libertação nacional das possessões africanas” (*idem*: 381), afirma também Cláudia Castelo:

Ao contrário do que se passou nas colónias de povoamento branco das outras potências coloniais, novos residentes portugueses continuaram a instalar-se em Angola (sobretudo) e Moçambique ao longo de 13 anos de guerra colonial, aproveitando o paradoxal desenvolvimento económico daquelas sociedades. Dir-se-ia que os que iam chegando não acreditavam que “a unidade da nação pluricontinental portuguesa” pudesse ser quebrada. (*idem*: 382).

Devido essencialmente a estes dois aspetos, os retornados de Angola e Moçambique eram constituídos por pessoas bastante mais jovens que a média de idades da população de Portugal continental. Rui Pena Pires refere que, no final da colonização, o processo de repatriamento dos colonos de África contribuiu para algumas alterações profundas na sociedade portuguesa:

(...) o repatriamento constituiu, na década de 70, o mais importante movimento populacional ocorrido no país, com importantes repercussões no plano demográfico, devido não só à dimensão dos efectivos envolvidos, como do contraste entre a população repatriada e a restante população portuguesa. (...) Devido ao crescimento da emigração nos anos 60, a população portuguesa tinha, no princípio da década de 70, um défice acumulado de homens e de activos jovens, apresentando-se profundamente envelhecida. Pelo contrário, a população repatriada apresentava uma relação de masculinidade positiva, uma elevada proporção de jovens em idade activa e de mulheres em idade fecunda e uma percentagem de idosos muito baixa. Isto é, tratava-se de uma população jovem e com elevado potencial de reprodução. Nesta conjuntura, o repatriamento contribuiu, no imediato, para travar, e em alguns casos inverter, as tendências para o envelhecimento da população portuguesa durante a década anterior. (Pires, 2003: 250)

Para além de travar o envelhecimento da população portuguesa, a entrada em Portugal de habitantes dos antigos territórios portugueses de África alterou o nível geral de qualificação da população ativa:

(...) como resultado da estrutura da distribuição das habilitações escolares entre os retornados, o movimento de repatriamento possibilitou um ligeiro mas súbito aumento do potencial de mão-de-obra qualificada em segmentos importantes do mercado de trabalho e de aceleração de alguns dos processos de recomposição da estrutura de classes então em curso no país. (Pires, 2003: 251)

As obras de António Lobo Antunes e de Dulce Maria Cardoso relembram o retornado de África nas suas diferentes facetas: Carlos, o mestiço nascido em Angola, filho de colono português e formalmente integrado numa família de portugueses brancos, vive desajustado na antiga metrópole portuguesa, incapaz de viver o presente devido à constante presença do seu passado vivido em África do qual não se consegue libertar. Apesar de desinserido na família de colonos de que fazia parte, era em Angola que, apesar de tudo, se sentia feliz, não conseguindo nunca identificar-se com a população e cultura de Portugal continental. Os seus irmãos vivem também num estado de permanente nostalgia dos tempos passados em África, revelando-se incapazes de apreciar o presente. Os retornados do romance de Dulce Maria Cardoso sentem-se vítimas de um sistema de acolhimento que não os deixa sentirem-se verdadeiramente portugueses, que os recebe mal, maltrata-os e discrimina-os por se saber que são provenientes de Angola e trata-os como cidadãos de categoria inferior.

Repare-se no exemplo do discurso de propaganda ao povoamento das colónias portuguesas de África reproduzido por Cláudia Castelo:

Ser Império! Fazer Império!, eis uma das tarefas de transcendente significado na ordem espiritual, para todos os portugueses.

(...)

Há portugueses sem ocupação na Metrópole e a acção carece de muitos e bons portugueses em África!

Porque não serás tu um desses portugueses?

Gente moça de Portugal, a África Portuguesa espera por vós!” (A. Santos *apud* Castelo, 2007: 249)

Instados a valorizar a missão colonial em função da qual organizaram as suas vidas, os retornados de Maria Dulce Cardoso são personagens que se deixaram deslumbrar pelo discurso oficial de incentivo ao colono. Ou seja, de heróis da nação passaram, subitamente sem que disso se tenham apercebido, a vilões porque simbólicos de um sistema que é agora, depois do 25 de Abril de 1974, demonizado devido à prevalência das ideologias de esquerda.

Repare-se nas palavras de Neumann a propósito do que designa de ficções de memória:

The term “fictions of memory” deliberately alludes to designate such works [which represent processes of remembering]. First, the phrase refers to literary, non-referential narratives that depict the workings of memory. Second, in a broader sense, the term “fictions of memory” refers to the stories that individuals or cultures tell about their past to answer the question “who am I?”, or, collectively, “who are we?” These stories can also be called “fictions of memory” because, more often than not, they turn out to be an

imaginative (re)construction of the past in response to current needs. Such conceptual and ideological fictions of memory consist of predispositions, biases, and values, which provide agreed-upon codes for understanding the past and the present and which find their most succinct expression in literary plot-lines and myths. (Neumann, 2010: 334)

As representações dos retornados de África nestas duas obras pretendem lembrar o papel importante destas pessoas na formação da identidade coletiva da população portuguesa dos dias de hoje. No caso do romance de Dulce Cardoso, parece-me ser evidente a intenção, por parte da autora, de retirar à memória que os portugueses detêm sobre o retornado a carga negativa que estes carregaram durante bastante tempo, retratando-os, no final, como figuras importantes, devido ao seu empreendedorismo, para a recuperação social e económica verificada em Portugal após a revolução de Abril, tendo contribuído para o apagamento das marcas traumáticas resultantes da passagem por um período de profundas convulsões sociais.

8.1. A perda da identidade nacional

Eduardo, pai de Isilda, é a voz premonitória da família sobre a expulsão dos colonos brancos de Angola e consequente situação como retornados em Portugal. Carlos, Rui e Clarisse são as personagens representativas dos chamados retornados, ex-colonos obrigados pelas circunstâncias a “retornar” a Portugal, apesar de muitos deles não conhecerem a metrópole por serem já nascidos em terras africanas, como é o caso dos filhos de Isilda. Esta envia os filhos para Portugal como forma de os proteger das perturbações causadas pela independência, decidindo permanecer em Angola tal como sempre tinha sido aconselhada pelo seu pai.

explicava meu pai

os que não engordarem o caju esquarterados nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal expulsos através dos angolanos pelos americanos, os russos, os franceses, os ingleses que também não nos aceitam aqui para chegarmos a Lisboa onde nos não aceitam também, carambolando-nos de secretaria em secretaria e ministério em ministério por uma pensão do Estado, despachando-nos como fardos de quarto de aluguer em quarto de aluguer nos subúrbios da cidade, nós e os mulatos e os indianos e inclusive os pretos que vieram connosco por submissão ou terror, não por estima, não por respeito, não julgues um segundo sequer que por estima e respeito, não acredites na estima e no respeito sobretudo quando se assemelham a estima e a respeito, que vieram connosco por submissão ou terror encafuados também em hotéis devolutos, hospitais, sanatórios, armazéns, longe o bastante para não os desgostarmos com a nossa presença

(...)

e portanto não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os teus filhos mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos mas não saias de Angola (...) (EP: 264-265)

Através de Eduardo, expressam-se premonitoriamente as críticas ao processo de descolonização e às políticas de integração dos ex-colonos na sociedade portuguesa, antecipando-se as condições

em que estes são recebidos na metrópole. É pela voz desta personagem, lembrada por Isilda, que se denuncia a situação dos que foram obrigados a regressar a Portugal massivamente e a animosidade com que são recebidos na antiga metrópole. A sensação de malquerença seria já vivida em Angola devido aos diversos interesses de outros países, sendo a descolonização angolana posta em termos que indicam a existência de uma trama internacional destinada à perda do ascendente português sobre o território angolano. É referida a situação de exclusão dos antigos colonos pela sociedade portuguesa, onde são tratados como responsáveis pelas censuras feitas ao longo dos tempos ao regime colonial, resultando na perda das colónias e no regresso compulsivo a um país que não estava pronto para os receber.

São várias as passagens em que Isilda refere as explicações do pai sobre o papel dos que, como ele, tinham procurado em África uma outra forma de vida, trocando uma situação de subalternidade no país de onde provinham por uma suposta autoridade que não passaria de um mero engano:

O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de facto ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os pretos ainda em degraus sucessivos descendo ao fundo da miséria, aleijados, leprosos, escravos de escravos, cães, o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas europeias e qualquer europeu desprezaria considerando-as como considerávamos as cubatas em torno, numa idêntica repulsa e num idêntico desdém, compradas ou mandadas construir com dinheiro que valia menos que o dinheiro deles, um dinheiro sem préstimo não fora a crueldade da maneira de o ganhar e para todos os efeitos equivalente a conchas e contas coloridas, porque

conforme o meu pai costumava explicar

olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família, de uma aldeia qualquer sobre penhascos de onde vínhamos, habitando no meio dos pretos e quase como eles, reproduzindo-nos como eles na palha, nos desperdícios, nos dejectos, para formarmos uma raça detestável e híbrida que aprisionavam por medo em África mediante teias de decretos, ordens, câmbios absurdos e promessas falsas na esperança que morrêssemos das pestes do sertão ou nos matássemos entre nós como bichos e entretanto obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos sobre o que nos não pertencia também, roubando no Uíje e na Baixa do Cassanje para que nos roubassem em Lisboa (...) (EP: 263-264)

O pai de Isilda expõe as motivações impulsionadoras da procura das ex-colónias por parte dos responsáveis pelo povoamento dos territórios africanos sob a alçada de Portugal, reduzindo-as a meros jogos de procura ilusória de poder. Segundo ele, os colonos teriam procurado em África o ascendente social que lhes seria negado na metrópole, ascendente representado pela autoridade que passariam a exercer sobre os nativos de raça negra, sem dinheiro e sem poder. No entanto, a supremacia encontrada em territórios africanos cingir-se-ia apenas a estes territórios, dado que a

visão eurocêntrica ocidental faria com que se desdenhassem os que se sujeitavam à selvajaria das condições de vida em África, sendo vistos como inferiores pelo hibridismo em que consistiam as circunstâncias a que se submetiam. Considerados como europeus africanizados, a mistura de culturas a que se sujeitavam os colonos, sendo obrigados a conviver com estilos de vida considerados selvagens, seria reputada como humilhante para qualquer homem civilizado e, por isso, seriam inferiorizados pelos europeus. Nas palavras de Eduardo, a exploração dos negros pelos colonos é colocada em paralelo com a exploração dos colonos pelos habitantes da metrópole: uns e outros, em situação privilegiada porque detentores do poder político e económico, tirariam proveito da situação precária dos que se lhes subjugavam pela dependência em que se encontravam. Eduardo refere também as imposições das políticas colonizadoras como causadoras das injustiças sociais, quando menciona os decretos regulamentadores de percentagens e impostos sobre os proveitos das explorações económicas em África como entraves intencionais ao desenvolvimento local e impulsionadores da especulação social vigente. Por serem roubados pelos “brancos” de Lisboa, os colonos são obrigados a roubar os “pretos” de África.

*os brancos de Lisboa têm razão em trocar-nos, em olharem-nos como olham os pretos
com a mesma indiferença ou o mesmo horror
explicava meu pai
já que vivemos uma espécie de caricatura da vida deles em casas que lhes macaqueiam
as casas como por vergonha dos pobres os menos pobres dos pobres imitam os ricos não logrando
senão assemelharem-se entre si sem se aproximarem do que queriam tornar-se, os brancos de
Lisboa
explicava meu pai
têm razão em não nos aceitarem de volta quando os americanos, os russos, os franceses e
os ingleses nos obrigarem a regressar desapossados do orgulho das nossas fazendas, dos nossos
sofás e dos nosso quadros de búfalos olhados até à náusea (EP: 266)*

A transposição dos hábitos e costumes europeus para ambiente africano, feita pelos colonos portugueses, é assumida por Eduardo como ridícula por demonstrar a ilusão de subida de estatuto social em África, inalcançável em Portugal, através da imitação de práticas culturais incaracterísticas dos povos tropicais. A expressão usada por Eduardo é a de que os colonos vivem “uma espécie de caricatura da vida deles” por vergonha da sua proveniência, a qual, de acordo com o excerto anterior, seria “uma aldeia qualquer sobre penhascos” (EP: 264), ou seja, os colonos que partiram para África fariam parte do grupo dos menos favorecidos socialmente em Portugal e são olhados com desprezo pelos portugueses da metrópole, considerados os pretos dos brancos de Lisboa. Tentariam, assim, realizar as suas ambições de ascensão social, que lhes seriam negadas na Europa, em África, na ilusão de se assemelharem aos europeus e de terem o mesmo poder que eles, sendo, contudo, tratados com desprezo pelos metropolitanos e por eles explorados. As considerações de Eduardo expressam já a desilusão experienciada pelos responsáveis pelo

povoamento das colónias em relação às políticas coloniais, causadoras da sensação de desterro e abandono em África. O pai de Isilda tenta expressar o sentimento de não pertença a uma nação concreta por parte da comunidade de colonos, sentimento causado pelo deslocamento para terras longínquas que, apesar de portuguesas, são associadas às culturas selvagens e primitivas dos seus nativos, estigma que se estende a todos os que as habitam. Os preconceitos culturais ocidentais impedem a integração dos colonos nos parâmetros civilizacionais europeus, sendo, à partida, excluídos todos os que são vistos como não se regendo pelas normas e valores eurocêtricos, mesmo que se esforcem por essa inclusão através da imitação. A vivência em terras africanas será impeditiva da inclusão em território europeu de todos os que tentem regressar às suas origens, por serem automaticamente associados aos hábitos e costumes de culturas vistas como inferiores. O colono, em Portugal, perderá todo o seu estatuto, a ilusão de poder é exclusiva do meio africano onde se encontra.

O envolvimento de outros países na suposta libertação de Angola é mencionado por Eduardo como principal causador do processo de independência deste território. A descolonização angolana terá apenas em vista a exploração deste território por interesses provindos de outras nações que darão origem a uma nova colonização, disfarçada de liberdade:

explicava meu pai
que os americanos ou os russos ou os franceses ou os ingleses convencessem os pretos em
nome da liberdade que não teriam nunca, armando-os e ensinando-os a utilizarem as armas contra
nós, convencessem os pretos
explicava o meu pai
a substituírem a condição que lhes impúnhamos pela condição que lhes garantiam não
impor depois de nos expulsarem de Angola e se instalarem aqui com as suas máquinas de extrair
minério e as suas plataformas de petróleo de Cabinda a Moçâmedes, tirando mais de Angola do que
alguma vez pensámos ou quisemos tirar não só por ignorância mas por amor a África (EP: 264)

A crítica ao neocolonialismo está implícita nos comentários de Eduardo. A independência de Angola surge, nas suas palavras, camuflada pelo desejo de liberdade do povo angolano e não passará de uma orquestração que tem em vista a exploração dos proveitos deste país por outras potências mais fortes que Portugal, que se encarregarão de retirar aquilo que os portugueses se revelam incapazes, por ignorância e, também, de acordo com o pai de Isilda, por amor a África. Por outro lado, a visão romântica do colono é notória ao considerar o seu amor a Angola como maior do que os outros eventualmente terão, preocupação sempre presente na estadia em África e no tratamento dado aos africanos. Antecipa-se, também aqui, as narrativas geralmente difundidas pelos posteriormente pertencentes ao grupo de retornados em Portugal, defendendo a colonização portuguesa como sendo mais branda e respeitadora dos povos e culturas nativos do que os outros colonialismos europeus.

Eduardo é a voz premonitória na obra da situação vivida pelos netos que não conseguem integrar-se em Portugal, vivendo um presente de nostalgia dos tempos passados em Angola. A fuga precipitada das terras angolanas pelos antigos colonos, por força de circunstâncias de guerra, e a violência sobre os antigos colonos é mencionada várias vezes por Isilda logo no início do livro, juntamente com a descrição do ambiente caótico que se viveria um pouco por toda a Angola depois da independência:

(...) o barco desapareceu numa confusão imensa carregado de bagagem e de gente, de tarecos salvados à pressa ao apetite dos cubanos e da tropa, rajadas de metralhadora nas esquinas, piquetes de soldados maltrapilhos, de catana, degolando-se uns aos outros, belgas loiros de camuflado a aparafusarem morteiros nas varandas, cadáveres nus ou apenas com uma bota calçada que a chuva arrastava das valetas na direcção do mar (...)

brancos nas praças cercados de camas e mesas, sentados em banquitos à espera de ninguém, cotovelos entapados, crânios entapados, cinzas de motorizada a que lançaram fogo, uma sede da FNLA a arder, o bairro da Cuca despedaçado a canhão, pilhas de corpos à entrada da morgue (...)
(EP: 30)

O ambiente hostil e violento em relação à comunidade branca é evidente na descrição. Os assassinatos e roubos são comuns num clima de guerra civil de anarquia total em que os antigos colonos são o elo mais fraco pelo sentimento de vingança a que estão sujeitos. A raiva de que são alvo é o resultado da vigência, ao longo de muitos anos, de um sistema colonial perçecionado como injusto, explorador e degradante, direccionado à inferiorização dos nativos negros. Espoliados de todos os seus bens, não resta aos colonos brancos alternativa a não ser a partida para Lisboa onde há ainda esperança de construção de uma nova vida. Isilda decide permanecer em Angola, apesar de longe dos filhos, sujeitando-se às maiores barbaridades, na esperança de manter o estatuto e o poder conquistados, mas acabando por perder tudo para os tropas que lhe invadem a casa e as terras.

(...) o Cabinda a exigir a minha cama para si e o resto da casa para a tropa fandanga do Governo ou do que os africanos adoram chamar Governo para pensar que o têm na ilusão de não obedecerem aos russos e aos cubanos, estarem livres dos portugueses e mandarem na gente, nos humilharem e saquearem no cais à partida dos barcos de Lisboa

- Português da puta

tirando-nos os aspiradores avariados e os fogões sem peças, os quadros e livros de que não entendem nada, os álbuns de retratos a fim de se inventarem parentes (EP: 91)

Também aqui é feita referência aos outros países com interesses na libertação de Angola do jugo português. Os angolanos são mencionados como entrando no jogo das potências internacionais, na ilusão de serem independentes. Os países com vantagens ocultas na exploração das riquezas de África são colocados, pela voz desta personagem, no papel de conjuntamente responsáveis pelas

guerras internas de Angola, sendo os verdadeiros governantes do país, e aos quais os angolanos agora se submetem.

Nem todos os brancos em Angola seriam detentores do papel principal na história da colonização portuguesa. De acordo com o comentário de Rui sobre as visitas com a mãe e Clarisse ao seu médico, o consultório situar-se-ia

na parte de Luanda não cidade nem musseque ou ambas as coisas ao mesmo tempo ou nenhuma delas, vivendas e prédios ainda mas inacabados, barracas já embora com aparência e pretensão de prédios (...) edifícios metade tijolo metade madeira habitados por brancos mais pobres do que os outros brancos ou seja pobres e pretos mais ricos que os outros pretos ou seja quase miseráveis, vivendas e prédios que os construtores deixaram sem terminar a fim de trabalharem em moradias de férias para os americanos do petróleo e os portugueses da cerveja, os bairros e monumentos apressados do Governo, companhias de seguros, bancos, hotéis, fábricas, (...) (EP: 223),

zona onde habitariam os colonos portugueses de menos posses e os pretos não tão miseráveis como o que seria normal. Os brancos menos ricos e os negros menos pobres seriam percebidos como pertencendo ao mesmo grupo, do qual fazia parte Amadeu, marido de Isilda, que, apesar de engenheiro na Cotonang, vivia em situação de pobreza. Nos comentários de Isilda, verifica-se que a colona decide sujeitar-se às condições miseráveis da pensão para onde é levada no seu primeiro encontro amoroso:

(...) a pensão de Malanje era uma candeia no topo de uma escada, uma velha de palito atrás do balcão e nenhum cubículo livre, ocupados por vendedores de segadoras e contrabandistas de diamantes entretidos a discutir aos gritos sobre se mandamos Portugal à fava e continuamos a enriquecer no meio dos bailundos ou não mandamos Portugal à fava que a minha esposa é de Chaves e os meus sogros nos enviam quilos de alheiras no Natal (...) (EP: 58)

Nas conversas referidas por Isilda, na pensão frequentada por colonos menos endinheirados, a comunidade colona em Angola é referida como ciente do facto de se encontrar no centro de uma cadeia de exploração de riquezas, em que os portugueses da metrópole absorvem os proveitos resultantes do trabalho dos portugueses e africanos das colónias. A preocupação parece centrar-se na melhor forma de enriquecimento, sendo colocada a hipótese da independência de Portugal como melhor maneira de aumentar os lucros resultantes da extorsão de terras aos africanos. A esperança parece centrar-se no ideal de uma Angola livre do jugo português, mas onde permanecem os colonos, que passam, assim, a ser únicos detentores do domínio do território. A entrega total das terras angolanas aos africanos não é hipótese a considerar, pretende-se apenas o monopólio angolano por parte dos brancos residentes em territórios africanos, como forma de impedir o açambarcamento da maior parte dos lucros pela metrópole. Como é normal em qualquer época colonial, qualquer cuidado com a situação dos “bailundos” é inexistente. O processo

colonial, ao pressupor um nível de desigualdade entre colonizado e colonizador, não permite a atenção ao nativo que é considerado apenas como meio para atingir o propósito de enriquecimento.

Todavia, no mesmo excerto, apesar do aparente desapego dos colonos em relação às raízes portuguesas referidas como algo de muito distante, a menção às alheiras enviadas no Natal é simbólica da dificuldade de desprendimento em relação às tradições e costumes deixados para trás pela mudança de espaço geográfico, o que se faria sentir um pouco por toda a parte por esta comunidade deslocada do que considerou desde sempre familiar. A identidade portuguesa dos colonos revelar-se-ia em pequenos pormenores de que as alheiras são representativas.

Os antigos colonos já residentes em Portugal na posição de retornados, ou seja Carlos, Rui e Clarisse, perdem a sua identidade nacional quando são forçados a sair de Angola, perdem as suas referências familiares por terem de abandonar os locais e as pessoas no meio dos quais cresceram e construíram a sua personalidade e que agora fazem apenas parte do passado. Os filhos de Isilda, nascidos em África, perdem o ponto de contacto com as suas origens, com os costumes e tradições do local de nascimento, ao serem obrigados a partir para um país que não conhecem e ao qual sentem não pertencer, apesar de terem raízes familiares na metrópole. Já não pertencem a Angola e não pertencem também a Portugal pois o ambiente, a cultura e os hábitos do país que os acolhe, a antiga metrópole, são-lhes em tudo estranhos. A desinserção destas personagens do seu ambiente é causadora de angústias que estão patentes nos seus discursos marcados pela constante e sistemática evocação do passado em África, a propósito da vivência quotidiana.

A obsessão de Carlos por Angola é algo que se mantém desde pequeno e que ele transporta para Portugal. As noites na casa em Angola são vividas em angústia, com medo de que a casa desaparecesse e, com ela, tudo o que considerava de mais importante na sua vida:

(...) tinha de ficar horas e horas de olhos abertos, quieto no escuro para que ninguém morresse dado que enquanto qualquer coisa no meu peito oscilasse da esquerda para a direita e da direita para a esquerda continuávamos a existir, a casa, os meus pais, a minha avó, a Maria da Boa Morte, eu, continuaríamos para sempre a existir. (EP: 82)

A perda que Carlos teme ainda na infância acontece na sua mudança forçada para outro país. A vivência em Angola e as recordações dos tempos passados em terras africanas assumem importância fundamental na vida desta personagem cujo tempo em Portugal é passado “sempre trancado no apartamento da Ajuda olhando o rio pelo intervalo das cortinas a pensar em Angola” (*idem*: 201), tal como é referido por Rui. Para esta personagem, as origens angolanas assumem uma importância fundamental, fazendo parte intrínseca da sua identidade:

chamavam um Carlos que era eu em elas não era eu nem era eu em eu, era um outro da mesma forma que se lhes respondia não era eu quem respondia era o eu deles que falava, o eu e eu calava-se e mim e portanto sabiam apenas do Carlos delas, não sabiam de mim e eu permanecia um estranho, um eu que era dois, o deles e o meu, e o eu por ser meu não era, então dizia como elas diziam,

Carlos

e o Carlos deles não existia para mim, lembrei-me que em Luanda ou na fazenda, a ouvir o escuro e o silêncio do escuro povoado do sofrimento dos girassóis eram as únicas ocasiões e que de facto dormia com o eu em eu, em que dormia comigo repetindo

Carlos Carlos Carlos (EP: 127-128)

As origens africanas assumem uma importância fulcral na vida das personagens representantes do grupo dos retornados: também Rui, já no lar da Damaia, afirma sobre a sua saúde e ocorrência dos ataques epiléticos: “se me alimentar bem e não pensar em África ando fino” (*idem*: 156); e Clarisse, já no Estoril, a certa altura expressa nas suas considerações sobre a vida em Portugal: “há alturas felizmente em que me esqueço de África, da fazenda, da disposição dos quartos, dos guarda-sóis abertos no terraço, das picadas sem fim para lado nenhum a não ser mais algodão, mais aldeias, mais mangueiras, mais sanzalas (...)” (EP: 307). O bem-estar destas personagens está associado à capacidade ocasional de esquecimento da Angola perdida e de tudo o que lhe está associado, algo que o leitor sabe serem momentos raros na sua vida já que é conhecedor da subjetividade dos filhos de Isilda.

Como representante do doente mental na família, a figura de Rui contribui para a imagem da decadência e debilidade do núcleo familiar de colonos. O tratamento que lhe é concedido pelos irmãos é o devido a um ser que não tem consciência das consequências dos seus atos, caracterizado pela irresponsabilidade no seu comportamento, tanto em Angola como em Portugal. No entanto, o isolamento deste filho de Isilda no lar da Damaia, consiste no extremar da situação de marginalidade das personagens figurativas dos retornados no país de acolhimento. Conforme é sustentado por Isabel Ferreira Gould,

Sintetizando uma imagem pessimista do presente histórico português, tanto Rui, na doença e no asilo-instituição à margem da pátria, como Carlos, na condição de “retornado” na Ajuda, para quem Angola é o único espaço de regresso, reflectem a atrofia, o debilitamento e a apatia dos desajustados. (Gould, s.d: 20)

Rui e Carlos são personagens marcadas pelo sentimento de perda do ambiente que lhes era familiar, das pessoas, terras, tradições e costumes que consideram ser seus, ou seja, da sua identidade nacional, revelando-se incapazes de superar essa perda no seu dia-a-dia. Os tempos vividos em Angola são, por isso, permanentemente lembrados por estas personagens, os momentos passados em território africano interferem a cada passo nos momentos experienciados no presente de cada um, como se as origens africanas dos irmãos os distinguissem dos outros portugueses. As reminiscências de Angola parecem ser o refúgio interior escolhido por cada um

deles ao viverem fechados em mundos próprios, egocêntricos, incapazes de se abrirem ao exterior e aos que os rodeiam. São personagens centradas em si mesmo e que vivem o quotidiano num ambiente que ao leitor parece ser-lhes estranho e destituído de sentido, ao verificar que não é dada qualquer relevância aos que com eles convivem ou com quem não partilhem o passado em África.

Quanto a Clarisse, apesar do aparente desprendimento emocional no que concerne às suas raízes africanas e às pessoas que a rodeiam, no seu discurso África está também sempre presente:

(...) não senti pena de me ir embora de Angola onde mal se deixava a cidade tudo era excessivo e demasiado distante, horas e horas de uma fazenda a outra, senhoras que tomavam tisanas, alarmadas assim que me viam como se me apetessem

tolice

os maridos que propunham em voz baixa sábados numa residencial no Dondo observando a água que se movia às arrecuas (...) sábados no Dondo com os maridos a entalarem à pressa a fralda da camisa

- Vamos chegar às tantas a Malanje que chatice

(...) dedos que hesitavam nas notas da carteira tentando um compromisso entre o muito e o pouco

- Compra uma coisa bonita para te lembrares de mim

como se me lembrasse deles, que peneiras, não me lembrava deles, lembrava-me da água às arrecuas negando-se à foz, maridos que na Europa seriam lojistas ou serventes e em África cavalos, criados, mobília inglesa, automóveis alemães, jantares com o governador, férias em Durban, os bolos de noiva das filhas trazidos do Negaje, serviços de loiça chinesa, galos de cristal em atitude de combate (EP: 281-282)

Ainda em África, os amantes de Clarisse são mencionados como pertencentes também ao grupo de colonos, mas são desprezados por personificarem a ascensão social de pessoas medíocres e sem o real valor cuja posição social em África pressuporia. O enriquecimento fácil em África é aqui sugerido, trazendo implícito a exploração dos nativos, dando razão às considerações do avô Eduardo. Clarisse afirma não sentir pena de ter deixado Angola, no entanto as lembranças do passado em África são a forma de evasão de uma vivência quotidiana sem sentido em que se considera permanentemente deslocada do meio que a envolve. Os tempos em que já demonstrava um estilo de vida dissoluta, com ligações habituais a homens casados, são rememorados, caracterizando-se a personagem ainda em África pelo desprendimento de terras e pessoas. Clarisse transporta essa forma de vida para Portugal,

porque um emprego numa boutique ou num cabeleireiro ou numa galeria e um marido numa oficina muito obrigada não, levantar-me às seis da manhã, chegar a casa sem força para mandar cantar um cego, parecer cinquenta anos aos trinta, se não fosse África e o uísque eu não morava aqui (EP: 334)

A dificuldade de integração desta personagem no estilo de vida em Portugal é evidente, prefere viver dependente de um homem casado a sujeitar-se aos sacrifícios que a rotina quotidiana de uma mulher trabalhadora e independente exigiriam, como resquícios de uma vida de privilégios

decorrentes da proveniência de um grupo de nível social e económico elevado em África. A vivência em Portugal surge associada a uma forma de punição pelos erros do passado, pela falta de reconhecimento do carinho do pai e pela falta de integração num espaço em que, apesar de tudo, se sentiria melhor. É através de Clarisse que são referidas as primeiras impressões na chegada a Lisboa e as ideias feitas sobre os retornados em Portugal:

mais albatrozes, gaivotas, as senhoras da classe de luxo batiam palmas enquanto Lisboa crescia para nós, não já o mar, o Tejo, fumo de chaminés, armazéns numa chuvinha parda, um comboio a escapar-se ao longo da muralha (...), entregaram-nos uma senha para reclamarmos a bagagem cinco meses depois, transportaram-nos para os arredores da cidade sem mercenários nem musseques que ardiam a fim de nos vacinarem, tirarem sangue e medirem a tensão, apavorados com a ideia de trazermos doenças de pretos que se pegassem, lepra, raiva, febre aftosa, bócio

não é que os africanos não sejam iguais a nós claro que são iguais a nós mas coitados nem portugueses falam vi documentários óptimos o mais objectivos que há sobre África com eles meio nus a comerem aranhas vocês graças a Deus são quase brancos são diferentes tomam duche com esses baldes giríssimos de furinhos adorava experimentar tomar duche no meio das bananeiras e assim ter um chimpanzé ou um leão domesticado (...) (EP: 285)

Mencionados como “quase brancos”, os retornados são associados ao modo de vida dos selvagens africanos e tratados como os pretos dos brancos de Lisboa, tal como Eduardo tinha previsto ainda na juventude de Isilda. Depreende-se que os retornados são, à partida, objeto de discriminação social em Portugal, alvo dos preconceitos inicialmente dirigidos aos povos nativos africanos e que agora se estendem aos que com eles conviviam. Contudo, em vez de contrariar a separação inicialmente sentida na sociedade portuguesa, Clarisse coloca-se deliberadamente numa situação de maior marginalidade social, não se encaixando no perfil comportamental exigido a uma mulher considerada séria segundo os ideais burgueses da sociedade ocidental. Clarisse não se integra na sociedade africana, nem na portuguesa, por, em ambos os espaços, viver uma vida libertária mais aproximada aos estereótipos associados às sociedades selvagens africanas e orientais, mas convivendo com as normas e costumes da sociedade europeia onde é esperado que se insira. A sociedade onde se movimenta em Angola rege-se pelas mesmas regras de convivência social da metrópole, o que conduz a que esta personagem manifeste, ainda em jovem, a dificuldade inerente à transposição forçada da ética comportamental europeia para o ambiente africano onde nasceu. Em Portugal, vive um quotidiano destituído de sentido, tendo de encontrar meios de despiste da realidade cujo vazio se recusa a enfrentar, não encontrando referências no meio português devido ao distanciamento, ainda mais acentuado que em África, entre a forma de estar que lhe é exigida pela sociedade envolvente e a sua identidade pessoal africanizada, para sempre determinada nas raízes e passado angolanos.

Às vezes à noite é difícil: sento-me no sofá, levanto-me, torno a sentar-me, falta-me qualquer coisa indefinida, apetece-me que telefonem, me dêem atenção, conversem comigo, apanho uma revista da mesa, leio na penúltima página o horóscopo de há cinco semanas, (...), uma segunda revista com a

moda primavera-verão (...), ligo a televisão, um filme bíblico, gente que acredita em Deus, desligo-a, (...), não encontro nenhum disco que me agrade porque nenhum disco me agrada, torno a levantar-me, penso no que aconteceria se tomasse todos os comprimidos de dormir do móvel com três portinhas em espelho da casa de banho, (...) (EP: 355)

A dificuldade em encontrar um sentido para a vida que leva, em que lhe falta qualquer coisa indefinida que provavelmente só encontra em África, fá-la procurar ocupações banais que a distraiam das tendências suicidas que revela. A infelicidade da personagem é constantemente sugerida pela vida oca e pela inércia em que passa os dias. A revisitação constante do passado em Angola consiste num meio de fuga de uma sociedade na qual não se revê.

Carlos, Rui e Clarisse simbolizam as dificuldades de integração na antiga metrópole pelas quais passaram vários dos que foram obrigados a sair de África devido ao processo de descolonização. Muitos desses denominados “retornados” são filhos de colonos portugueses já nascidos em África que deixam de ser considerados africanos, passando a ser vistos como estrangeiros quer nas antigas colónias portuguesas, quer na antiga metrópole que, durante muito tempo, não os reconhece como sendo portugueses de legítimos direitos. As suas raízes apenas teoricamente se encontram em Portugal continental, dado que esta geração não encontra as referências que os poderiam ligar a este território, como aconteceria com os seus antepassados oriundos da metrópole. A perda de identidade nacional é a consequência mais direta de um exílio forçado, estando neste livro representada pela vivência infeliz e desajustada da descendência de Isilda em território nacional, após o 25 de Abril. O discurso memorialista dos tempos vividos em África surge como expressão da necessidade de evasão decorrente da falta de integração social sentida agora na antiga metrópole, sendo as lembranças do passado o refúgio interior encontrado para esquecer a frustração de uma vivência diária sem sentido. As ligações valorizadas por estas personagens são as estabelecidas com os que com eles conviviam em África, não encontrando pontos de referência dignos de nota nas poucas relações que mantêm em Portugal. Vivem ensimesmados, isolados e alheados do que os rodeia. Por pouco esplendor que realmente tenha tido, a época da colonização portuguesa é vista por estes antigos colonos como a única das suas vidas em que se sentem compelidos a permanentemente voltar, nem que seja só através da memória.

8.2. O regresso forçado à metrópole

A família de colonos portugueses apresentada na obra de Dulce Maria Cardoso é retratada como pertencendo a um estrato social de colonos de poucas posses económicas, provenientes do

interior do Portugal rural da época do Estado Novo, em que a maioria da população viveria em condições de pobreza extrema. Na primeira parte do livro, o leitor toma desde logo conhecimento das dificuldades por que esta família teria passado até conseguir construir uma vida digna em Angola, longe das privações suportadas em Portugal continental. A mãe, D. Glória, recorda, através da voz de Rui, os motivos da sua partida para terras africanas para fugir de um quotidiano em que não haveria sequer água canalizada nas casas da sua aldeia:

Quando vim ter com o vosso pai trouxe a mala amarela cheia de enxoval todo feito por mim, a pressa que tinha em vir para cá nem me deixava ter sono, não queria acreditar que ia ter uma casa com torneiras, parecia impossível, (...), uma casa com torneiras queria dizer que nunca mais teria de acartar água da fonte, a raiva que tinha aos jarros azuis, um à cabeça e um em cada mão, de casa para a fonte e da fonte para casa, o caminho nunca mais acabava com tanto peso, na aldeia não havia uma casa que tivesse torneiras, uma casa com torneiras de onde saísse água sempre que se queria só era possível muito longe daquela miséria, num sítio tão longe que nem o frio lá chegava, (...) (R: 19)

Rui reproduz a fala da mãe quando esta recorda, perante os filhos, os motivos pelos quais resolveu deixar para trás a aldeia em que nasceu e onde viveria várias privações, para se juntar ao noivo em Angola. D. Glória mantém o contacto com os seus familiares da metrópole apenas através da correspondência que recebe, referida por Rui como “(...) cartas com muitos erros que levavam a pensar que na metrópole não havia a régua nem o caniço da professora Maria José, as primeira linhas das cartas eram sempre iguais e quase sem erros, espero que esta vos vá encontrar bem de saúde que nós por aqui bem graças a deus.” (R: 35). A falta de instrução da família de D. Glória, expressa nas cartas, é reveladora do nível social de proveniência desta colona portuguesa. A miséria em que viviam as populações rurais e a conseqüente vontade de mudança para terras em que se vislumbrassem possibilidades de melhoria de condições de vida surgem evocadas nos motivos pelos quais os pais de Rui decidem tentar a sorte no continente africano, entendido como terra de oportunidades de ascensão social que seriam à partida negadas às camadas mais pobres da população em Portugal. Ascensão social associada à melhoria da situação económica que os pais de Rui efetivamente conseguem em África, a partir do momento em que o pai faz vingar o seu negócio de transportes. Mário, o pai de Rui, é constantemente descrito ao longo do romance como sendo uma personagem que enfrenta desde cedo a vida dura de tarefas exigentes e pesadas, começando a trabalhar nas obras enquanto ainda criança em Portugal. Tudo o que alcança durante a sua longa estadia em África é resultado de esforço árduo, conforme o narrador permanentemente lembra nos comentários que tece sobre o percurso dos seus pais com base nas suas recordações de infância:

Quando desceu do paquete a mãe procurava no cais o rapaz que tinha fugido muitos anos antes à miséria da aldeia, o rapaz do retrato que trazia ao peito no cordão de ouro. Em vez dele, um

homem acenava-lhe discreto do sítio mais escondido do cais. (...) As noivas dos véus abraçavam os noivos com tanta força que quase os asfixiavam, pai também não era como os outros noivos que se tinham empoleirado em caixotes no meio do cais para acenar às noivas e que traziam fatos escuros de terilene e cabelo luzidio puxado para trás, o vosso pai tinha uma camisa branca acabada de estrear, o pó encarnado agarrava-se-lhe como ao pêlo de um cão. (R: 24)

A figura do homem que espera a chegada da mãe de Rui em terras de Angola dá desde logo a entender a vida difícil que também lá levaria, distinguindo-se dos restantes noivos, que esperam as suas futuras mulheres no cais, pelas roupas sujas de pó entranhado. Tal como na obra de Teolinda Gersão, esta é uma família que não se insere no estereótipo do colono português em África, cuja imagem é geralmente associada ao do grande proprietário com vários empregados por sua conta, estes são colonos pertencentes a um baixo estrato social e económico que partiram para África com o objetivo de melhorar a sua situação económica.

A falta de oportunidades que permitissem às classes pobres da metrópole saírem da miséria é revelada pelo passado de Mário e D. Glória. O pai de Rui não teve ocasião para seguir estudos; descendente de uma família numerosa e obrigado a trabalhar desde criança, a mudança para África foi a única forma de conseguir melhorar as suas condições de vida:

Se o Vítor tivesse ouvido as histórias da mãe, quando o vosso pai acabou a segunda classe já tinha as estradas à espera, o vosso pai dizia-me, se se soubesse o suor com que as estradas são feitas ninguém as pisava sem antes se benzer, a mãe do vosso pai teve nove filhos, nove bocas para comer e dezoito braços para trabalhar, só se deitava a conta aos braços, que às bocas podia roubar-se quase tudo, umas rodela de cebola numa côdea de pão calavam os roncões das barrigas. Se o Vítor tivesse ouvido a mãe saberia que nada nem ninguém obriga mais do que a fome e que o pai embarcou no Pátria mais obrigado que qualquer soldado. (R: 129)

O retrato da metrópole salazarista portuguesa que se retrata neste livro é o de um Portugal cujas populações rurais viveriam em condições miseráveis, ignoradas pelas elites políticas e administrativas do país que, em geral, não apresentava soluções para o atraso das condições de vida dos seus habitantes pertencentes às classes economicamente mais desfavorecidas.

A intenção clara da autora é a de retratar um universo de colonos inserido na população branca de África, de poucas posses e com vidas difíceis, geralmente ignorados pelos críticos do colonialismo que tenderiam a generalizar o grupo de colonizadores como um todo que se dedicou à exploração dos povos nativos africanos, enriquecendo à custa de mão-de-obra barata e à espoliação dos recursos naturais do continente africano. Colocando-se do ponto de vista destes retornados de classe social inferior e de poucas posses económicas, forçados a procurar nas províncias ultramarinas circunstâncias sociais e económicas mais favoráveis e que chegam a Portugal despojados de todos os seus poucos pertences, a autora pretende dar voz a um grupo normalmente esquecido nos discursos anti-coloniais e que foi dos mais prejudicados pelo processo

de descolonização devido à situação de marginalidade social a que foram votados na sua chegada a Portugal continental durante a década de 70:

Toda a gente no hotel sabe que o Juiz nunca foi juiz, nem sequer empregado do tribunal, os que trabalhavam para o estado não estão em hotéis, têm a vida arranjada, foram colocados nalgum sítio ou reformaram-se, alguns até têm trabalho e reforma. São recompensados como se tivessem estado no inferno enquanto nós somos tratados como se tivéssemos de ser castigados. (R: 116);

As margens do império estão, assim, neste livro, retratadas por estes colonos geralmente omitidos pelos defensores da descolonização e pelo discurso político condenatório do colonialismo europeu. Estes colonos fugiram às vidas de miséria e sem perspetivas que enfrentariam em Portugal continental, olhando para as colónias de África como a única hipótese de subir o nível de vida, ao mesmo tempo que dariam a sua contribuição para o desenvolvimento civilizacional dos territórios ultramarinos. Estes colonos não enriquecem em África, antes continuam a levar uma vida de dificuldades económicas, simbolizada pela ambição continuamente adiada de D. Glória em comprar um aspirador para a casa:

O aspirador era um dos sonhos de que a mãe nunca se esquecia, nenhum vizinha tinha nem queria ter um aspirador, vassoura e pá chegam bem para se limpar uma casa, vassoura, pá e uma preta, claro. Só que a mãe não queria ser uma dona de casa como as vizinhas, queria ser uma dona de casa como as do cinema, como as que tinham aspirador e aventais sem nódoas, que bebiam café sentadas em balcões altos de cozinhas imaculadas. (...) O pai prometia-lhe a cada ano que o seguinte seria o ano do aspirador mas nunca era. Se a mãe o lembrava das promessas o pai contava das letras de mais um camião que acabara de comprar, do telhado de um armazém que tinha de ser reparado, fazia contas à renda da casa, à água e à luz, à comida, aos meus estudos e aos da minha irmã, explicava o dinheiro que não chegava para tudo e a mãe adia por mais um ano o sonho de ser uma dona de casa como as do cinema. (R: 117-118)

A família de colonos retratada no livro pertence a um grupo mais vasto de pessoas, no qual também se incluem os seus vizinhos, que viveriam em Angola do trabalho árduo e em condições difíceis, com um nível de vida remediado, sem os grandes luxos muitas vezes tidos como certos no quotidiano dos povoadores das ex-colónias.

A instalação em África acarretou, para a vida da maioria das famílias colonas de baixo estrato económico, a mudança estrutural total das suas condições de vida para terras cujo distanciamento da metrópole dificultaria a deslocação às terras de origem, o que, a par da ocorrência de novas redes de relacionamentos sociais nas colónias, implicava ruturas nas suas relações familiares tradicionais. Sem cortar definitivamente os laços com a família de base, mantendo-os apenas à distância, é sugerido ao leitor que estes colonos reduziam ao indispensável as idas à metrópole. No caso da família de Rui, a mudança foi total dado que as idas ao aeroporto de Luanda seriam usuais apenas quando destino dos passeios familiares ao domingo - Rui nunca tinha andado de avião até à mudança forçada para a metrópole: “Quando éramos pequenos, o pai

levava-nos a ver os aviões, ficávamos na varanda do aeroporto a beber gasosas, foi o mais perto que estive de ter andado de avião.” (*idem*: 17). Se estes migrantes reduziam, ao indispensável, as suas visitas à metrópole, os seus filhos pouco ou nada se identificariam com a terra dos seus pais.

(...) 1975 ia ser um ano bom, se calhar o melhor ano das nossas vidas, íamos deixar de ser portugueses de segunda, o futuro era aqui, o pai estava certo apesar dos chaimites nas ruas e dos tiros que tinham começado, apesar dos pretos que não paravam de chegar a Luanda vindos de todo o lado, (...) (R: 30)

A indicação expressa, através das considerações do pai reproduzidas por Rui, de que o regresso definitivo à metrópole a curto ou médio prazo, na maioria dos casos, não estaria entre os projetos dos colonos representados no livro de Dulce Cardoso, é mais um indicador de que, para estas pessoas, o distanciamento de Portugal continental não seria apenas uma consequência do afastamento físico, mas antes o resultado de uma escolha deliberada de um território ao qual consideravam pertencer, dado que o seu de origem não lhes proporcionaria a tão ambicionada vida de maior desafogo económico e financeiro que ali teriam encontrado. A expressão “íamos deixar de ser portugueses de segunda” é elucidativa do sentimento de subordinação à metrópole sentida por estes brancos das colónias, pelo que Rui repete as palavras do pai, denunciadoras da esperança, alimentada por esta camada populacional, na libertação da colónia como fator de desenvolvimento autónomo para todos os elementos da sociedade africana, em que eles próprios se incluem, e não apenas no que diz respeito às populações autóctones.

No entanto, Rui refere: “Sempre houve duas terras para a mãe, esta que a adoeceu e a metrópole, onde tudo é diferente e onde a mãe também era diferente. O pai nunca fala na metrópole, a mãe tem duas terras mas o pai não.” (R: 11). A mãe de Rui é uma personagem que segue os princípios e valores gerais difundidos pelas classes tradicionais portuguesas, de valorização da pátria e da família em particular. Tem, por isso, uma ligação de pertença ao seu país baseada em fatores emocionais, principalmente quando comparada à ligação de Mário com as terras que fazem parte do seu percurso de vida. Para D. Glória, a sua terra de nascimento é a que lhe confere a identidade, por mais dificuldades e privações que nela tenha passado durante a juventude e até ao momento da sua partida. As suas raízes estão na metrópole, é lá que se encontram os ascendentes familiares e é com as tradições e cultura de Portugal continental que se identifica. São as raízes familiares e o território natal que lhe conferem, como pessoa, a sua referência identitária. D. Glória considera-se parte integrante da sociedade portuguesa da metrópole: o seu povo, cultura e tradições determinam, nesta personagem, a sua inclusão nas características distintivas essenciais definidoras da unicidade de uma sociedade ou nação. D. Glória pertence à unicidade do povo de Portugal continental, apenas se encontra deslocada da sua

terra. Os familiares desta senhora são por ela recordados com saudade e Rui apenas sabe da sua existência através das fotografias que a mãe tem espalhadas pela casa e pela correspondência recebida da metrópole.

Os familiares da metrópole eram-nos ensinados pela mãe como uma matéria da escola ou da catequese, o lado materno, o lado paterno, os tios e primos em primeiro grau e os de segundo grau, os de sangue e os de afinidade, os mortos e os vivos. (R: 35)

O empenho de D. Glória em “ensinar” os filhos sobre os familiares que deixou para trás na sua terra natal é revelador da sua preocupação em não deixar quebrar os laços de afinidade com a metrópole. Esta personagem sente que a ligação da sua família em Angola com a de Portugal continental está em risco devido à distância e à ausência prolongada, pelo que se dedica a transmitir aos filhos as suas recordações da juventude e os costumes e tradições vividos na metrópole, tentando manter viva uma relação de pertença ao território de onde provém através da consciencialização da portugalidade dos filhos. Esta personagem consiste no único elemento do casal que tenta manter a aproximação da família às suas raízes metropolitanas, apesar de se encontrar ausente da terra natal há muitos anos. D. Glória desempenha, nesta família, o importante papel de veículo transmissor da cultura e tradições nacionais aos descendentes já nascidos no ultramar, sendo o elo de ligação entre Portugal continental e África no que respeita à interiorização da identidade nacional dos filhos. Confinada ao ambiente doméstico, apenas com a função de cuidar da família e do lar, os seus esforços são no sentido de consciencializar o núcleo familiar de um passado ligado à cultura e identidade de um povo europeu. D. Glória tenta, assim, ultrapassar a barreira da distância física, combatendo o possível alheamento dos seus filhos quanto à sua procedência, mantendo presente no imaginário familiar os laços de sangue com a metrópole. (Relacionar com Amélia de Gersão que não se identifica com África?)

Mário, por seu lado, é detentor de um lado bem mais pragmático que o distingue da sua mulher: “O pai só estudou até à segunda classe mas não há nada que não saiba sobre o livro da vida que, segundo o pai, é o que mais ensina.” (R: 11). Mário teve de começar a trabalhar quando ainda criança devido às dificuldades económicas da família, tentando incutir nos filhos o gosto pelos estudos que lhe foram negados. Para este colono de pouca instrução, dos ensinamentos que retirou da sua experiência de vida, o que mais se esforça por transmitir aos filhos diz respeito à importância da instrução a que não teve acesso, considerada como a melhor forma de vingar na vida:

A minha barba ainda não justifica um barbeiro, o pai na minha idade já tinha a barba que tem hoje, éramos homens mais cedo, dizia o barbeiro, até parece que os estudos os atrasam, havia um certo desdém na voz do barbeiro, os estudos são a melhor enxada que lhes podemos dar, zangava-se o pai rematando a conversa. (R: 18)

Mário revela uma mentalidade mais avançada quando comparada à que se verificaria entre os elementos do grupo social em que se movimenta, aqui representado pelo barbeiro. De espírito mais moderno e avançado, o pai de Rui surge retratado como bastante diferente de D. Glória quando professa princípios mais associados à evolução dos tempos. Mário não atribui a mesma importância que sua mulher às raízes territoriais e familiares, contrastando neste aspeto com a visão tradicionalista de D. Glória quando se refere à sua terra natal. O pai de Rui não sente qualquer ligação emocional com uma terra da qual apenas recorda a miséria em que vivia, sentindo-se sobretudo agradecido à melhoria de condições de vida proporcionada pela mudança para África:

Quando o pai via os velhos a comer marisco no Restinga dizia, aqui até os velhos fintam a morte. O pai sabia o que dizia, tinha ido para África para fintar a pobreza, o frio e até a maldade, dizia-nos o pai, aqui há que sobre para toda a gente, não precisamos de arrancar os olhos uns aos outros por causa de uma sardinha. (R: 84)

Para esta personagem, as condições de vida são o fator essencial para a escolha racional que fez da terra com a qual pretende identificar-se. A vida dura de trabalho árduo terá continuado em África, tal como o próprio tenta demonstrar aos soldados angolanos no momento da sua detenção ainda em Luanda:

(...) o pai avança, aproxima-se do jipe, olhem bem para mim, fala alto como para uma multidão, digam-me o que veem, eu digo-vos o que estão a ver, estão a ver um homem que se matou a trabalhar nesta terra, descarreguei sacas de café contigo, contigo, aponta para cada um dos soldados, com o teu pai, com o teu tio, com o teu irmão, com o teu filho, não há homem que tenha descarregado mais sacas de café nesta terra do que eu, trabalhei dia e noite e agora, o pai pára de falar e quando recomeça fá-lo com a voz mais baixa, como se lhe custasse falar, tudo o que tenho vai ficar aqui, olhem para as minhas mãos, não cabem mais calos nas minhas mãos e mesmo assim a pele ainda sangra contra a juta das sacas, o pai estende as mãos enormes para os soldados, tanto trabalho para agora ficar tudo aqui, (...) (R: 56)

Contudo, conseguiu que o seu negócio atingisse alguma prosperidade: contrata trabalhadores nativos que trabalham na sua empresa e atingiu um nível de vida que lhe permite não passar a fome que caracterizou a sua infância e juventude na metrópole. Mário considera, em relação à terra que identifica como sua pátria, que “Um homem pertence ao sítio que lhe dá de comer a não ser que tenha um coração ingrato, era assim que o pai respondia quando lhe perguntavam se tinha saudades da metrópole.” (R: 11). Tendo investido, no território de acolhimento, o capital acumulado nos anos de trabalho, as intenções do pai de Rui seriam no sentido de continuar a apostar no desenvolvimento do seu negócio em África, terra por si considerada como a verdadeira

pátria porque proporcionadora de condições que lhe permitiram escapar da miséria. Mário encarar-se-ia como pertencendo mais a Angola do que à metrópole, pois foi na colónia que conseguiu singrar e vencer a fome que passava em Portugal continental. Contrariamente à mulher, D. Glória, que veria ainda com nostalgia os seus anos de vivência na metrópole, Mário identifica-se com este território africano pelas condições de vida nele alcançadas, estando o seu sentimento de identidade nacional ligado, assim, a uma consciência íntima de gratidão à terra em que consegue alguma prosperidade.

Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas, vai correr tudo bem, vamos construir uma nação, pretos, mulatos, brancos, todos juntos vamos construir a nação mais rica do mundo, melhor até do que a América, isto é uma terra abençoada onde tudo o que se semeia nasce, não há no mundo outra terra assim. (R: 32-33)

A evolução dos conflitos internos em Angola apanhou grande parte dos europeus desprevenidos. No caso da família de Rui, houve durante muito tempo a esperança de que as mudanças que se avizinhavam decorrentes da independência de Angola fossem melhores para todos os grupos sociais que faziam parte da sua população. Mário ambicionava o nascimento de uma nação forte, independente da metrópole, mas com as condições necessárias para a construção em liberdade de uma sociedade multirracial, social e economicamente próspera, tal como aconteceu com os Estados Unidos da América após a sua época de colonialismo.

(...) o pai ria-se do Sr. Manuel, nós é que não lhe damos um ano para estar de volta, menos de um ano e carrega as bicuatas para cá outra vez, o Sr. Manuel insistia, olhe que os revolucionários venderam-nos a esta pretalhada, o Sr. Manuel dizia sempre pretalhada e mulatagem, olhe que esta pretalhada não descansa enquanto não nos limpar o sebo, (...) (R: 28)

A esperança de Mário no futuro de Angola estaria relacionada com a libertação do território do jugo da metrópole que deixaria de deter o poder administrativo de Angola. O pai de Rui acredita que se estaria a preparar uma mudança para melhor, em que colonos e nativos se empenhariam na construção de um país mais desenvolvido, com oportunidades para todos, na senda da descolonização da América do Norte, indo de encontro ao que esperariam inicialmente a maioria dos colonos ainda em África, conforme é referido por Carolina Peixoto:

Mesmo depois do início da guerra de libertação nacional, as principais reivindicações dos colonos de Angola incidiam na segurança, no desenvolvimento económico e na autonomia administrativa. Os colonos queriam participar mais ativamente na condução dos seus próprios destinos e abolir um pacto colonial considerado lesivo aos interesses das colónias (Castelo, 2007: 351-352). Contudo, não se imaginavam fora do “império” português. No início da década de 1970, Luanda era uma cidade “europeia”, mais moderna do que Lisboa, com uma ambiência cosmopolita e um nível de vida acima da média no contexto africano. A maioria da população de origem metropolitana não queria perder esses e outros privilégios de que gozavam no ambiente colonial e parece não ter percebido, talvez devido à censura e à propaganda do Estado Novo, que a guerra nunca seria ganha e que Angola deixaria de ser Portugal. (Peixoto, 2011: 10-11)

Mário inclui-se no grupo dos que prefere não se aperceber da gravidade da situação, encontra-se cada vez mais isolado no seio da sociedade africana, com todos os seus vizinhos e amigos a partir ou a preparar a partida para a metrópole. O pai de Rui prefere não ouvir as vozes dos que encararam a situação de conflitos em Angola de forma mais realista, e que, no seu entender, não passariam de conjeturas alarmistas e reveladoras de um pessimismo que Mário se recusa a aceitar como provável. Para esta personagem, os receios da comunidade branca não têm fundamento, acredita no surgimento de um território livre e melhor, em que pretende continuar o seu negócio:

(...) beba uma cerveja, homem, que vê as coisas de outra maneira, o Sr. Manuel recusava, você ri-se mas os comunistas da metrópole querem-nos fora daqui e vão conseguir, já desarmaram os nossos soldados, um branco não pode ter arma e um preto tem direito a duas, corja de traidores e vendidos, e não são só os comunistas, são todos, nem queiram saber o que dizem de nós na metrópole, o que nos chamam, lembrem-se do que hoje vos digo, vai haver aqui um mar de sangue, 61 não foi nada comparado com o que aqui se vai dar, vai ser um salve-se quem puder, queira deus queira que quando me derem razão não seja já tarde demais.
Foi. (R: 29)

As palavras do Sr. Manuel surgem aqui como prenunciadoras do que acontecerá nos anos seguintes em Angola e outros territórios ocupados de África, após a revolução de abril de 74, com a formação de várias facções independentistas e consequentes guerras civis. Nesta altura, em 1975, os sinais de alarme já são bem visíveis, apesar da resistência de alguns colonos em abandonar as terras onde construíram as suas vidas. A crença de Mário numa evolução dos acontecimentos favorável à situação dos colonos portugueses, como consequência das guerrilhas que ocorrem agora no território angolano, é deitada por terra quando se apercebe do isolamento a que ficou votado no continente africano após a fuga de uma grande parte dos colonos para a metrópole ou outros destinos mais seguros.

Rui reproduz uma realidade experienciada por milhares de pessoas durante o processo de descolonização da África lusófona: na sociedade do pós-25 de abril, os retornados são conotados com o estilo de vida mais comum entre as classes de colonos de posses económicas elevadas, os grandes proprietários e dirigentes locais, sendo, assim, vistos com desconfiança na metrópole que os acolhe, mesmo pelas populações de mais baixos recursos, devido ao que representam como classe exploradora dos trabalhadores:

Os empregados não nos querem cá e não gostam de nos servir. Acreditam que os pretos nos puseram de lá para fora porque os explorámos, perdemos tudo mas a culpa foi nossa e não merecemos estar aqui num hotel de cinco estrelas a sermos servidos como éramos lá. Os empregados preferem servir os pretos que nem nos talheres sabem pegar a servir-nos a nós, acham que os pretos são vítimas que ao fim de cinco séculos de opressão ainda tiveram de fugir da guerra. Dêem-lhes de comer como nós demos, sirvam-nos e um dia vão ver, quando eles se revoltarem e

quando lhes fizerem o que nos fizeram a nós, batem-lhes à porta e levam-nos de mãos atadas, vão levá-los e eu vou rir-me. (R: 92)

No romance de Dulce Cardoso, essa realidade está presente no excerto acima transcrito, quando Rui refere que os retornados são olhados com desdém pelos trabalhadores pertencentes às classes sociais mais baixas do hotel do Estoril. Os comportamentos associados às ideologias de direita sustentadas pelo antigo regime são rejeitados pela sociedade que fez o 25 de abril, que se opõe claramente às práticas de exploração das classes trabalhadoras. Os antigos colonos são conotados, na sociedade pós-25 de abril, com a opressão e exploração das populações autóctones de África. A atitude de desprezo por estes representantes do colonialismo encontra-se implícita nas atitudes de reserva com que estes empregados do hotel servem os que consideram protagonistas das injustiças sociais ocorridas nas antigas colónias portuguesas. As convicções a favor da manutenção a todo o custo de um império além-mar, desencadeadoras de uma guerra colonial com efeitos devastadores para a população portuguesa, foram, durante muito tempo, contrapostas apenas de forma encoberta, mas agora enfrentam a oposição expressa dos seus críticos. Os retornados sentem agora na pele a oposição da sociedade de acolhimento às doutrinas conservadoras de defesa do colonialismo e a tudo o que a elas está associado.

No entanto, estas associações são vistas como demasiado simplistas quando se observa a posição destes antigos colonos sob o seu ponto de vista: “O Pacaça cala-se e começa a falar o Sr. Belchior, estou de luto pela terra onde fui gente, antes de ir para lá era uma barriga inchada de fome e uma cabeça cheia de piolhos.” (R: 154). Ao longo de toda a obra, são permanentemente recordados ao leitor os verdadeiros motivos da partida destes portugueses para as antigas províncias ultramarinas. A rotulagem de que foram alvo, após o seu regresso ao território europeu, foi demasiado redutora e não teve em conta a diversidade social inserida no grupo alargado de antigos colonos. Pretende-se frisar, assim, conotações demasiado extremistas atribuídas a realidades bastante distintas – nem todos os repatriados foram para África por ganância, muitos foram porque nas terras de origem passavam a fome que ninguém quer passar, sem que tivessem quaisquer perspetivas de um futuro melhor.

Chegados a Portugal continental, o sentimento de não pertença dos colonos portugueses a um território permanece no local de acolhimento na metrópole, o hotel, e a rejeição de que são alvo pelos que os rodeiam tomam-nos de surpresa, defraudando as suas expectativas: Afinal, a metrópole não era o porto de abrigo que teriam idealizado, nem os metropolitanos encaravam os habitantes das colónias como portugueses iguais a eles. A ideia de Portugal como uma nação uma que se estende além-mar é agora negada pela realidade de marginalização com que se deparam os que agora regressam à metrópole. Anteriormente discriminados e postos de parte pelos negros de

Angola, os ex-colonos são agora marginalizados pelos brancos da metrópole, encontrando-se, na que é a sua pátria, numa situação de exclusão social. Não veem a sua portugalidade reconhecida pelos que os recebem, sentindo-se numa posição intermédia no que respeita à estratificação social que encontram na sociedade ocidental, onde se rebaixam os povos e civilizações africanas aos quais são associados, superiorizando-se a cultura e tradições europeias que os outros consideram afastadas dos modos de vida destes portugueses repatriados. O ressentimento do narrador em relação ao tratamento de que a sua família e vizinhos são alvo na terra que consideravam sua é constante ao longo de todo o seu discurso, sendo este sentimento a marca subjetiva que determina todo o seu relato, influenciando o retrato da maioria das outras personagens e a forma como são descritos os acontecimentos vividos na metrópole. A juntar a este fator, são não menos importantes a rejeição de que a família é alvo na metrópole por serem retornados, a desilusão sentida por a metrópole não corresponder às suas expectativas e a ansiedade pela ausência de notícias sobre o pai, como elementos principais que se conjugam ao longo do seu discurso no livro e que contribuem para a negativização dos juízos de valor de Rui sobre a terra que, bem ou mal, os acolhe. A situação de rejeição que os três elementos da família encontram na metrópole pelo facto de serem retornados de Angola, acaba por ter semelhanças com a experienciada na época final da sua estadia em África, apenas se diferenciando pela ausência do sentimento de perigo de vida vivido em Luanda e que determina a sua mudança para a metrópole. Depois de passarem pela não-aceitação da sua presença em Angola por parte dos negros africanos, deparam-se com uma população de portugueses em Portugal continental que os estigmatiza e põe de parte, como sendo portugueses considerados de segunda categoria.

8.2.1. Destroços do império num hotel do Estoril

Ainda em Angola, a Mário, personagem do romance de Dulce Maria Cardoso, não resta outra hipótese senão a de se render às evidências, tal como aos outros colonos portugueses de Angola: já com os conflitos a agravarem-se na colónia e os seus vizinhos a fazerem as malas para outros locais que lhes oferecem a segurança que ali não sentem, o pai de Rui só se apercebe de que as suas previsões para o futuro de Angola independente estariam erradas numa época demasiado tardia para permitir algum planeamento na partida para a metrópole, pelo que a família não tem oportunidade de assegurar as condições mínimas para o seu acolhimento em Portugal:

Durante algum tempo garantiu a quem o quisesse ouvir que ia correr tudo bem, apostava tudo o que tinha. Mas os tiros e os morteiros não pararam, os pretos continuaram a vir de todo o lado e os brancos a irem-se embora, os tropas portuguesas já nem da bandeira queriam saber e os comunistas da metrópole vieram para cá. (...) O pai calou-se sobre o futuro e podia ver-se na cara

dele a vergonha que sentia por se ter enganado tanto e a preocupação por ser tarde demais para remediar o mal. (R: 33)

Mário pertence ao grupo dos que não pretendem perder as condições de vida pelas quais decidiu a sua mudança para África, juntando-se a uma grande parte da população das ex-colónias que só se dão conta da sua vulnerabilidade nos territórios ultramarinos já tarde demais, dando origem à maior ponte aérea criada entre África e a Europa por forma a conseguir retirar todos os que correm perigo de vida nas províncias ultramarinas portuguesas. O regresso maciço dos colonos aconteceu num estreito período entre a Primavera e o Outono de 1975, com o início da guerra fratricida em Angola, que desencadeou a debandada geral dos portugueses, das suas famílias e, de um modo geral, de todos aqueles que com Portugal se identificavam, trazendo para Portugal continental um número nunca determinado de portugueses, cujos estudos mais fidedignos situam em mais de meio milhão (Garcia, 2011: 19):

A nossa última manhã. Tão silenciosa apesar dos tiros. Nem os tiros conseguem desfazer o silêncio da nossa partida, amanhã não estamos aqui. Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estaremos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou. (R: 14)

Na metrópole, sem o pai, os três elementos da família vivem o estranhamento pela nova condição de “retornados” - um neologismo que surge associado a uma série de conotações negativas por parte dos habitantes desta terra, onde a própria D. Glória se sente maltratada como uma estranha. Esta sensação é agravada no caso de Rui e da sua irmã que não compreendem a sua inclusão no grupo de “retornados” a uma terra desconhecida e em que são, além do mais, tratados como estrangeiros. A terra aonde forçadamente vão parar faz, no entanto, parte do seu imaginário devido aos relatos que sobre ela eram feitos em casa e na escola. Os filhos de Mário e D. Glória tinham a sensação de que haveria um ascendente que este território supostamente deteria sobre Angola, considerado muito importante pelos que os rodeavam, mas que, na prática, não conseguiam entender pelo seu distanciamento, sentido no quotidiano. Além do mais, a família, reduzida a três pessoas, enfrenta a dificuldade em manter alguma dignidade numa situação em que não tem sequer um lar ao qual possa chamar seu:

Não vamos poder ficar para sempre neste quarto com esta varanda de onde se vê o mar e por isso a mãe e a minha irmã têm razão, este quarto com esta varanda de onde se vê o mar não é uma casa. Muito menos a nossa casa. Se fosse a nossa casa devia ser bom fumar aqui um cigarro. Seria só fumar o cigarro como quando fumava no muro da tabacaria do Sr.Manuel. Mas assim é diferente, assim é fumar um cigarro num sítio a que não pertença e a que nunca pertencerei. (R: 172)

O sentimento de não pertença ao local de acolhimento diz respeito quer ao território europeu, em que são vistos como estranhos, quer à estadia forçada num hotel de cinco estrelas, num ambiente com o qual não se identificam e em condições de total dependência de outras pessoas. Sem espaço para manter sequer alguma privacidade, todos os colonos repatriados deste hotel se sentem aqui despejados por caridade, vivendo amontoados em circunstâncias precárias. Para além disto, o caso particular da família de Rui tem ainda a agravante de se encontrar sem o pai, o que faz com que D. Glória, de saúde frágil, fique com os dois filhos a seu cargo:

Nunca mostramos à mãe os recados que as professoras mandam e falsificamos-lhe a assinatura, a mãe já anda tão nervosa, já quase não come nem dorme, se algum dia pensei ter de mandar os meus meninos à escola com frio e sem livros, se algum dia pensei que isto nos podia acontecer, tanto o vosso pai trabalhou, anos e anos de trabalho sem um único dia de férias para agora não termos nem um tostão. Era o que faltava mostrar os recados das professoras à mãe. (R: 149-150)

A família encontra-se, assim, numa situação totalmente degradante em termos sociais e psicológicos. Tenta sobreviver o melhor possível ao rebaixamento constante de que é alvo, por serem retornados e por se encontrarem sem um lar, sentindo-se particularmente desprotegida devido à ausência do chefe de família. Temendo ser alvo de mais discriminação ainda, a mãe de Rui sente a necessidade de mentir constantemente sobre o facto de o seu marido ter ficado para trás em Angola:

Foi à senhora que nos atendeu no aeroporto que a mãe mentiu pela primeira vez, o meu marido teve de ficar lá a tratar de uns assuntos. A partir daí nunca mais deixou de mentir, mentiu ao taxista que nos levou ao IARN, às funcionárias do IARN, à directora do hotel, à família que jantou na mesa ao lado da nossa, o meu marido teve de ficar a tratar de uns assuntos e virá o mais depressa que puder, diz com tanta verdade que nem os olhos hesitam. (R: 79)

D. Glória receia que as pessoas à sua volta consigam retirar mais significações negativas, para além das que já vivem, do facto de Mário ter sido preso em Luanda, pelo que a única defesa que encontra é a mentira como forma de preservar a sua família de mais alguma estigmatização de que pudessem ser alvo, bastando as que já sofrem no seu dia a dia de retornados. Entre os próprios retornados, existe alguma tensão no que se refere ao passado colonial de cada elemento que agora se encontra na situação de repatriado:

A mãe faz bem em mentir, levaram o pai como podiam ter levado outro qualquer mas ninguém ia acreditar nisso. Quando se fala de um branco preso ou assassinado, há logo quem diga, alguma coisa deve ter feito, eles só se vingam de quem os maltratou, nunca se meteram comigo nem com a minha família, eles sabem quem os tratava bem. (*ibidem*)

Os antigos colonos parecem ter de provar uns aos outros, e não só aos metropolitanos, a sua inocência quanto às acusações que agora lhes são feitas na metrópole, particularmente no que diz respeito ao tratamento concedido às populações autóctones de África. Perante a possibilidade de deteção, entre os do seu grupo, de protagonistas de alguma culpa nas acusações que lhes são feitas, a reação é a de se demarcar desses elementos, tentando vincar a sua diferença. D. Glória vê-se, portanto, forçada a mentir de forma a evitar a possível rejeição da sua família no interior do próprio grupo de retornados.

Apesar das singularidades decorrentes da história de uma família em particular, a família de Mário corresponde, pelo seu percurso em Angola e pela condição de “retornados”, aos numerosos relatos dos que na realidade tiveram de sair de Angola precipitadamente no ano de 1975, após a revolução de abril, tendo de deixar para trás a vida erigida no continente africano. Forçados a fazer parte dos que regressaram em catadupa por correrem já perigo de vida, chegam a Portugal sem quaisquer bens materiais e sem perspectivas de futuro, obrigando a uma redefinição profunda da realidade portuguesa no seu território europeu, que, de súbito, se vê obrigada a acolher estes portugueses de legítimo direito, mas que seriam totalmente esquecidos ou ignorados em Portugal continental. A discriminação social que lhes é feita, então, desmente em tudo a mitificação da lusotropicalidade nacional (Gilberto Freire) como característica distintiva do colonialismo português em relação aos outros, emergindo, ao invés, o Portugal tradicionalista, atrasado e retrógrado, em tudo fechado à diferença, que a receção à população das ex-colónias representa.

A narrativa é uma coisa minúscula: a família sai de Angola, o pai fica, a mãe acredita que o pai não foi morto e vai voltar, ficam instalados, como muitos outros retornados, num hotel do Estoril, mãe, filha e filho no mesmo quarto. O hotel torna-se, de certo modo, uma personagem em si mesma: o Império reduzido à sua condição real, repleto dos seus despojos, prestes a auto-consumir-se numa vertigem de ressentimento, raiva e justa tristeza. (Bonifácio, 2011)

João Bonifácio, na sua crítica a *O Retorno*, considera que o hotel do Estoril, em que os vários refugiados das antigas colónias portuguesas permanecem após a chegada a Portugal, assume o estatuto de símbolo do desmoronar do império, acolhendo os seus destroços provindos de vários cantos do mundo em que Portugal perde a sua influência administrativa. Dulce Cardoso retrata, no livro, uma parte dos acontecimentos decorrentes da independência das antigas províncias ultramarinas do jugo português, representando a situação de muitos dos antigos colonos terem sido acolhidos em hotéis por falta de condições para a estadia em Portugal. Rui, Milucha e D. Glória encontram-se neste grupo, não só devido à mudança repentina, mas também quando se apercebem que os familiares da metrópole se revelam indisponíveis para os receber nas suas casas.

O estado de um país que, subitamente, tem de se resumir ao pequeno território da Península Ibérica e em que os portugueses espalhados pelas antigas províncias ultramarinas são despejados em catadupa nos aeroportos nacionais, através das pontes aéreas criadas para o efeito, é, desta forma, evocado pelas circunstâncias em que estes retornados se encontram no hotel do Estoril. Este é o retrato de um Portugal desfeito, partido em bocados que são obrigados a juntar-se à força, sem soluções para os receber condignamente. Os retornados acolhidos no hotel têm diferentes histórias de vida, no entanto todas elas se resumem ao mesmo: partiram para as colónias em busca de melhores condições económicas, negadas à partida na metrópole, e tiveram de voltar quando se aperceberam dos riscos que corriam se permanecessem nos territórios que consideravam suas pátrias por adoção.

Contudo, enquanto ainda em Angola, as vozes dissonantes do colonialismo incluem a própria família do narrador. O tio Zé, irmão de D. Glória, visto pela família como sendo um elemento causador de embaraço e vergonha pela sua sexualidade, consiste num adepto fervoroso das causas dos nativos africanos:

Depois do golpe de estado na metrópole, o tio Zé passou a ajudar o povo oprimido a libertar-se do jugo dos colonialistas, tem cartão e tudo. Sabe as cantigas revolucionárias de cor e aprende quimbundo com o Nhé Nhé enquanto o passeia no Chevrolet Camaro que foi confiscado a um dos exploradores colonialistas que se foram embora. (R: 47)

O tio Zé é uma figura geradora de controvérsia da família de colonos, a sua homossexualidade e a vertente revolucionária fazem com que não seja um elemento bem visto. A ligação aos negros angolanos é devida não só a motivos pessoais, mas também pelas convicções que expressa: “Para o pai os soldados portugueses são uns traidores reles mas para o tio Zé são heróis antifascistas e anticolonialistas.” (*idem*: 12). As ideologias de esquerda, originárias do golpe de estado da metrópole, e mencionadas pelo Sr. Manuel no excerto acima transcrito, encontram-se bem presentes em Angola e disseminadas por todo o território, tendo chegado ao seio da família retratada no livro. A rejeição do sistema colonialista não é feita apenas pelos negros, tem o apoio de diversos setores da população branca nas colónias. Enquanto ainda em Angola, Rui já dá a conhecer o facto de haver divergências no interior do grupo de colonos, notando sinais de que seriam vários os que apoiavam os nativos nas suas lutas anti-colonialistas:

O professor de português dizia que tínhamos muita sorte, estávamos a fazer a revolução, a gloriosa manhã de Abril tinha sido só o princípio, os quarenta e oito anos da noite mais infame tinham chegado ao fim e agora faltava cumprir Abril e cumprir Abril era descolonizar, democratizar e desenvolver. O professor de português era novo, usava o cabelo comprido e cheirava a liamba, levava a viola para as aulas e punha-se a cantar o Monangambé de forma tão sentida como se fosse um preto, (...). O professor de português da turma B queimou os Lusíadas, o império não devia ter existido e os Lusíadas que o aclamam também não. (R: 46)

Ao não haver qualquer referência à cor da pele do seu professor de português, infere-se que este seria de raça branca. O professor de Rui fazia parte de um setor de colonos, neste caso pertencente ao funcionalismo público de Angola, que estaria a favor das lutas anticolonialistas e, pela descrição física que dele é feita pelo narrador, supõe-se facilmente que estaria ligado a movimentos de esquerda revolucionários, responsáveis pelo golpe de estado na metrópole. A queima de *Os Lusíadas* representa a rejeição, por parte destes revolucionários, do panegírico ao império português e da figura literária símbolo da cultura nacional. Assume uma dimensão ainda maior por partir de um professor de português. Este episódio é representativo da rejeição das causas colonialistas por parte de um setor que fazia parte da elite intelectual de Angola.

Na época final do povoamento português em África, a população de Angola encontra-se fracionada não só em termos raciais, mas também por motivos ideológicos, conforme é referido por Cláudia Castelo:

Nos últimos anos da presença portuguesa em Angola, emergiu um tipo de contestação que agrupava profissionais liberais e pessoas nos escalões intermédios e superiores do funcionalismo público, com uma tradição de oposição demo-liberal ao salazarismo, dirigida por uma consciência social que não aceitava a discriminação económica e social dos africanos. A estes, juntava-se um grupo relativamente escasso de marxistas e jovens que haviam estudado na metrópole, onde criaram uma maior consciência política (Heimer, 1980, p.28). (...) Alguns deles entraram numa espécie de aliança com elementos da burocracia civil e militar com mentalidade mais tecnocrata e esboçaram uma luta a favor de um desenvolvimento angolano que não fosse bloqueado pelos interesses metropolitanos (1980, p.29) As medidas que procuravam a protecção da mão-de-obra africana e dos sistemas tributários provocaram uma resistência forte da parte dos interesses económicos brancos e foram apenas parcialmente adoptadas. (Castelo, 2007: 369)

Enquanto ainda nas colónias, uma facção significativa de brancos seriam apoiantes das lutas pela independência dos nativos negros, facção de que faziam parte não só algumas camadas intelectuais da população, motivadas por ideologias de esquerda e impulsionados por sentimentos de solidariedade para com as reivindicações das populações autóctones quanto às suas condições de vida, mas também alguns colonos de menos posses económicas, pela esperança em continuar a vida num país independente de uma metrópole europeia que canalizaria para proveito próprio a maioria das riquezas produzidas nas províncias ultramarinas. Provavelmente na sua maioria longe de ideologias de direita ou de esquerda, o propósito destes colonos teria em vista o alcance de melhores condições de prosperidade e riqueza para a generalidade das classes trabalhadoras nos territórios africanos, pelo que se juntam a uma facção independentista. O livro de Dulce Cardoso recorda esta faceta vivida pelos colonos remanescentes em África no final da colonização portuguesa, após a revolução de abril, através da referência a algumas personagens que faziam parte das relações de Rui:

O pai do Lee era um apoiante da revolução e ensinava o Lee a ver benefícios da revolução em tudo, para o pai do Lee os trabalhadores iam ser finalmente livres e caminhar em direcção ao

socialismo como os cowboys caminham em direcção ao pôr-do-sol no fim dos filmes. O pai do Lee tinha uma bandeira na varanda, uma bandeira do Galo Negro, Savimbi sempre, Angola sempre, kwacha Angola, kwacha UNITA. O pai do Gegé garantia que se ia amargar e bem a revolução, confundiram liberdade com libertinagem, (...) (R: 45)

Alguns colonos tentam antecipar-se à perda da supremacia dos brancos sobre os negros, apoiando as lutas independentistas. O pai de Lee é um desses brancos que se junta a uma das facções anti-colonialistas, defensora dos ideais de esquerda e contrária à manutenção dos privilégios das classes até então dominantes nas províncias ultramarinas. O ideal do socialismo, em que os trabalhadores seriam finalmente livres como os cowboys americanos, é o princípio que atrai o pai deste amigo de Rui para a defesa dos adeptos da UNITA. Desta forma, a associação automática que, em Portugal continental, se fez dos retornados com a defesa das ideologias de extrema-direita surge contrariada neste livro pelas recordações de Rui sobre os últimos tempos da sua estadia em Angola.

Por um lado, os retratos do tio Zé e dos colonos ligados às lutas nativas pela independência das colónias portuguesas contribuem para a transmissão da sensação de isolamento em que se encontravam os colonos que tentavam prosseguir as suas vidas nos moldes tradicionais das sociedades coloniais, como o pai de Rui. Por outro lado, manifesta-se já aqui a intenção da autora em retratar os antigos colonos de África como um grupo nada homogéneo no que respeita a ideologias e convicções, aumentando a sensação de injustiça pela situação por eles vivida, posteriormente, na condição de repatriados, como veremos mais à frente. A autora parece querer lembrar que, entre os retornados, haveria pessoas de vários quadrantes políticos, em que alguns supostamente defenderiam também os direitos dos nativos angolanos, pelo que os estereótipos atribuídos aos antigos colonos apenas pela sua designação de “retornado” de África muitas vezes não se lhes adequariam. Mas, mesmo os que supostamente se organizaram a favor das lutas independentista surgem como vítimas da violência dos negros sobre os brancos e das lutas internas entre os movimentos revolucionários de Angola:

Os ocupantes da casa do Lee rasgaram e queimaram a bandeira do Galo Negro enquanto gritavam, a vitória é certa, e, morte aos colonialistas, o Galo Negro é amigo dos brancos colonizadores escravagistas e apoiado pelas forças imperialistas, um laçao do grande capital. (R: 47)

De facto, muitos dos colonizadores dos territórios ultramarinos só se terão apercebido da gravidade da situação interna das antigas colónias portuguesas já perto das datas marcadas para as suas independências, quando já se verificava a grande degradação das condições de vida dos colonizadores e alguns colonizados, para a qual contribuiu o abandono daqueles territórios por

parte de muitos profissionais qualificados e das administrações locais que não estavam dispostos a perder os vínculos que os ligavam a Portugal. Afirma também Cláudia Castelo,

Em ambas as colónias [Angola e Moçambique], a maioria da população de origem metropolitana não queria perder privilégios e talvez não percebesse, devido à censura e à propaganda do Estado Novo, que a guerra nunca seria ganha. As tensões com o Governo Central incidiam sobre reivindicações de autonomia administrativa e económica e do fim célere do conflito. Os indivíduos que se foram apercebendo do impasse, particularmente em Moçambique, começaram a regressar à metrópole ou a demandar outros destinos. Depois do 25 de Abril de 1974 e do prenúncio da descolonização, os colonos ansiaram por protecção física e material. Perante manifestações de racismo (branco e negro) e sem garantias de segurança para os seus bens nas duas ex-colónias, a guerra civil em Angola e um regime de inspiração marxista-leninista em Moçambique, teve início o êxodo de centenas de milhares de naturais da metrópole e seus descendentes para Portugal (sobretudo), mas também para a África do Sul, o Brasil e a América do Norte. Tinham acreditado que Angola e Moçambique eram terras portuguesas (como o Minho ou os Açores) e, de forma dolorosa, essa certeza desfizera-se. (Castelo, 2007: 371).

Assim, apesar de todos os sinais de alarme, Mário representa uma grande parte da população europeia das ex-colónias, Angola e Moçambique, que parece ter-se mantido alheia ao evoluir dos acontecimentos de confrontos políticos e sociais, que se estendem da metrópole às províncias ultramarinas, até uma época em que os conflitos estariam já disseminados por todo o território das antigas colónias. Mantém-se em Angola durante o máximo de tempo em que consegue acreditar no ressurgir de uma nação livre da administração de Portugal continental, onde brancos e negros iriam ser capazes de, lado a lado, construir um país de elevados níveis de desenvolvimento à semelhança dos Estados Unidos da América.

No entanto, tal como é mencionado por Carolina Peixoto, durante toda a época colonial anterior, a população branca das colónias não consideraria nunca a igualdade racial, dado que viveriam nestes territórios um sistema essencialmente sustentado na desigualdade entre brancos e negros, em que a superioridade dos brancos seria inquestionável:

Portugal, assim como a França tinha feito antes para a Argélia, estabeleceu um sistema legal e jurídico bifurcado para “civilizados” e “indígenas” baseado em hierarquias raciais e “civilizacionais” e corporificado no Estatuto do Indigenato, que excluía as populações indígenas dos direitos de voto e representação, demarcando claramente os limites da política assimilacionista. Exterminação e assimilação eram os dois lados de uma mesma moeda: ambos destinados a proteger o carácter racial e culturalmente branco da população de colonos e destruir completamente o mundo indígena. Nunca foi intenção dos colonialistas promover a ideia de que o poder poderia ser compartilhado multi-racialmente, uma vez que a concretização da assimilação inevitavelmente usurparia os privilégios reservados aos colonos e eliminaria o próprio sentido da colonização. Da garantia política da preservação da diferença e da reprodução hierárquica da desigualdade dependia a perpetuação do império. (Peixoto, 2011: 5)

Pelo que se depreende que as intenções iniciais de Mário em apoiar a construção de um novo país, em que brancos e pretos se entenderiam no território africano após a sua libertação, não coincidem com o seu passado de inferiorização cultural e racial dos africanos e das suas convicções em relação à raça negra, sustentadas até à data da sua detenção, conforme é lembrado por Rui em várias passagens do livro. Os propósitos de Mário em permanecer em África, trabalhando lado a lado com os nativos, são contrariados pelo seu papel social enquanto colonizador branco, desempenhado durante todo o seu percurso neste território. Mantendo um sistema colonial, que assentaria na convicção da superioridade da raça branca sobre a negra como fator determinante de estratificação social, o seu passado não indicia um futuro de relacionamentos de igual para igual com os negros, mesmo tendo em conta que é retratado como um modesto trabalhador de poucas posses. O seu caminho em África, evocado pelos comentários do filho, desmente as intenções expressas no sentido de erigir uma nação livre ao lado de um grupo populacional que sempre considerou inferior.

Apesar de se relatar uma história particular de uma família forçada a abandonar Angola, o discurso de Rui não expressa apenas a sua visão particular sobre os acontecimentos, mas antes a perspectiva de um grupo heterogéneo de pessoas obrigadas a viver agora a mesma situação de abrigo no hotel do Estoril, todos refugiados das que consideravam serem as suas pátrias em África. Os retornados de que dá conta esta narrativa não são um grupo coeso no que respeita a ideologias e convicções. Estes ex-colonos carregam com eles vivências bastantes diversas nos diferentes territórios colonizados de Portugal - nas cidades e ambientes rurais de Angola e Moçambique, principalmente - e as ideias de que são defensores também encontram desvios entre si.

Os familiares de Rui incluem-se no grupo dos que, já muito tardiamente, têm a noção de que a sua época de passagem por África estaria a chegar ao fim. Com a intensificação das lutas nos territórios e a súbita detenção do chefe de família, a saída de Angola dá-se de forma mais súbita do que o previsto, sendo recebidos no hotel através dos serviços do IARN:

No IARN as secretárias eram velhas e sujas e as cadeiras onde os retornados se sentavam quando chegava a sua vez estavam desconjuntadas, tenho a certeza que nem aguentariam um corpo pesado como o do pai. Estavam lá retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de que ninguém queria saber. (R: 86)

Com efeito, os destroços do império ultramarino português em África estão simbolizados por estes portugueses mal recebidos na metrópole. Os sentimentos de derrota e humilhação parecem ser os que prevalecem na maioria dos agora designados “retornados”, uma nomeação que cedo adquire uma conotação depreciativa nas bocas dos portugueses continentais. No hotel do Estoril, juntam-

se vários antigos colonos, de várias idades e de ambos os sexos, maioritariamente provenientes de Angola e Moçambique.

Afirma João Bonifácio na sua crítica a *O Retorno*:

O tratamento da professora a Rui não é uma questão particular; é um tema universal, o do respeito pela identidade de cada um. (Se quisermos, podemos dizer que Dulce ataca uma questão essencial dos nossos dias: a impossibilidade de “ser”. É possível alguém dizer como está, como se apresenta ao mundo e a si próprio, mas todos são impotentes para dizer o que “são”.) É isso que, com uma meticulosa gestão da entrega da informação, com um espantoso olho para o detalhe, Dulce Maria Cardoso faz: coloca-nos na posição de quem viu a sua identidade fendida, de quem não sabe (literalmente) de que terra é, de quem não é olhado como um indivíduo mas sim como uma coisa. Ela nunca transforma os retornados em “pessoas boazinhas”. Simplesmente oferece-nos pessoas, inteiras. (Bonifácio, 2011)

A estigmatização do retornado pelos portugueses da metrópole deriva de vários fatores, entre os quais se inclui o de estas pessoas refletirem de algum modo o estilo de vida e a cultura africanas, consideradas inferiores e desarticuladas da civilização portuguesa continental. O julgamento dos refugiados portugueses de África como socialmente indesejados porque inferiores e civilizacionalmente atrasados, comparativamente aos que nunca saíram da metrópole, está implícito na forma de tratamento dos que os rodeiam. Os retornados são automaticamente conotados com as civilizações selvagens de África de onde provêm, sendo esse estigma visível no tratamento dado a Rui na escola, em cima referido por João Bonifácio:

A puta de matemática pôs os retornados na fila mais afastada das janelas, nos lugares com menos luz, deve pensar que nós somos como as rosas da mãe que murchavam se não lhes dava o sol, deve ser isso. Um dos retornados que responde, a puta nunca diz os nossos nomes, um dos retornados que responde, era o que faltava, nunca abro a boca, o retornado da carteira do fundo que responde, insisti a gaja, estava mesmo a querer farra. (R: 141)

As reações explosivas por parte de Rui dão-se num local onde se sente fora do alcance da autoridade materna, podendo manifestar livremente a sua fúria. O excerto transcrito é representativo da revolta pelo tratamento que lhe é dado pela professora, interpretado como expressão de desprezo e desdém pelos retornados em geral, sem qualquer respeito pela diferença individual de cada um:

Sundu ia maié, sundu ia maié, puta que a pariu. Vou dar pontapés em todas as portas até chegar ao pátio do recreio, a puta da professora mandou-me para a rua com uma falta a vermelho mas eu vingo-me, quero lá saber que as contínuas refilem, ó menino isto aqui não é a selva, não é como lá de onde vens, aqui há regras, sundu ia maié, estamos a avisar-te menino, abro o peito e dou um pontapé noutra porta, conhecem-me de algum lado, olho as velhas bem de frente para lhes mostrar que não tenho medo, abro as narinas como o Pacaça diz que todos os animais fazem antes de atacar, as velhas recuam com as batas cinzentas e as varizes enfiadas nas meias elásticas, lá podias ter andado montado nos leões mas aqui tens de ter modos, as velhas refilem mas nem tentam impedir-me, têm medo de mim, passo pela cantina e dou um murro no carro dos tabuleiros,

só me falta bater com a mão no peito para verem que acompanhava mais com os macacos do que com os leões, as velhas até saltam com o estrondo que o carro dos tabuleiros fez, se querem dizer mal dos retornados vou dar-lhes razões. (R: 139)

Nas falas das outras personagens funcionárias da escola, ressalta a associação que por estas pessoas é feita entre o rótulo de “retornado” colado a Rui, e a cultura e costumes africanos, considerados selvagens, que este rótulo representa. Os seus comentários denunciam uma posição social de desdém em relação a estes inesperados habitantes de Portugal continental, resultante da convicção de superioridade da cultura ocidental em relação às dos territórios de onde estas pessoas saíram, quando, na verdade, eram as colónias a revelar, em muitos aspetos, um ambiente mais cosmopolita e avançado. A resposta de Rui tem por objetivo imitar as características dos animais selvagens com os quais é relacionado pelas funcionárias, tirando proveito da fama de selvagem com que o presentearam na metrópole. Aproveitando a reputação para exteriorizar a sua revolta, imita então os animais selvagens como pretexto para assumir atitudes violentas em relação aos que os rodeiam. A agressividade em relação a todos os que com ele convivem é apenas um dos escapes encontrados para fazer face à impotência sentida para contrariar as ideias feitas sobre o grupo social em que o inserem. Ouvindo um pouco por todo o lado a rotulagem de que é alvo, tenta intimidar os colegas e professores através de uma postura de desafio característica dos animais cercados. Sem forma de conseguir contrariar a ligação automática a tudo o que é considerado selvagem, a tendência é para exagerar as características dos habitantes das selvas.

O comportamento de Rui consiste numa reação de defesa contra a discriminação de que se sente alvo ao não ser sequer chamado pelo nome, mas antes pela designação geral de “retornado”, conotada com o descrédito social que a situação dos ex-colonos comporta. A reação da população de Portugal continental à presença dos refugiados das antigas colónias de África explica-se tendo em conta a severa estratificação social sobre a qual toda a ideologia colonial teria sido alicerçada, que não existiria apenas nas antigas colónias. A constituição de sociedades multirraciais seria apenas teoricamente aceite na metrópole, na prática não se observava. A visão eurocêntrica do mundo por parte das civilizações ocidentais foi a grande impulsionadora da expansão ultramarina dos territórios da Europa, sendo incompatível com a aceitação da diferença composta pelas civilizações africanas. Mesmo nas terras que compunham as províncias ultramarinas portuguesas os negros eram objeto de uma hierarquização bem definida, no entanto, os retornados são, agora em Portugal continental, conotados com sociedades em que o convívio racial seria visto como normal, sendo alvo de uma estigmatização forte. Este assunto é abordado apenas superficialmente pela associação implícita na admiração da professora de Rui quando verifica que o seu aluno loiro de olhos com olhos azuis é um retornado de África:

Está frio. Muito. Mas o que me faz tremer é o medo, cerro os dentes com muita força e tento não pensar no pai, tenho de pensar noutras coisas, nem que seja na puta de matemática que implica comigo desde a primeira aula. Logo na primeira aula, um retornado tão louro e com os olhos tão azuis, o que é que a puta queria dizer com isso, há retornados de todas as cores, em meio milhão de retornados deve haver retornados de todas as cores, até deve haver retornados verdes com pintas amarelas. (R: 144)

Por um lado, no imaginário dos habitantes da metrópole, a população de África é toda constituída por pessoas de raça negra, ignorando-se os que, ao longo de várias décadas, migraram para as províncias de além-mar. Por outro lado, este episódio que acontece a Rui, logo no início do ano escolar, é demonstrativo da ligação que a senhora automaticamente faz entre o rótulo de “retornado” e os negros africanos que também são despejados em Portugal juntamente com os antigos colonos, como também se refere no livro, enquanto a família ainda se encontra no aeroporto de Luanda: “Também há pretos aqui, pretos vindos de todo o lado, descalços e sujos, pretos fugidos dos quimbos com medo da guerra, até os pretos querem ir para a metrópole, (...)” (R: 61). Uma parte da população negra de África decide também procurar abrigo na paz social vivida na metrópole portuguesa quando comparada à realidade de guerra e violência diárias em Angola e Moçambique. A imagem dos grupos, igualmente chamados de “retornados”, formados por nativos africanos negros que ficaram durante vários dias espalhados pelos aeroportos, e foram posteriormente amontoados em centros de acolhimento até se instalarem em bairros de lata construídos para o efeito nos arredores de Lisboa, foi amplamente difundida pelos vários órgãos de comunicação de massas da altura, contribuindo para a ligação automaticamente formada entre o vocábulo “retornado” e a raça negra. Estas pessoas também procuraram refúgio em Portugal continental e o país revelou-se sem soluções para o acolhimento e integração social desses representantes do lusotropicalismo português que reivindicavam legitimamente a sua portugalidade.

No entanto, os retornados, na maioria dos casos, encontram-se desempregados e, como tal, despromovidos socialmente, rivalizando com os habitantes da antiga metrópole na procura de emprego. (Pinto & Faria, 1996: 26). Por este facto, os adultos têm como um dos seus principais objetivos encontrar emprego, por um lado como forma de se livrarem da marca de desprestígio social associada à falta de produtividade laboral, por outro pela visão do trabalho como forma de desenvolvimento pessoal e ascensão social, encaradas como único mecanismo de defesa contra a discriminação de que são alvo por parte da comunidade metropolitana:

Os homens também querem arranjar trabalho para mostrar aos mangonheiros da metrópole de que massa os retornados são feitos, se conseguimos construir terras como as que fomos obrigados a deixar também conseguimos mudar o atraso de vida que a metrópole é. Os de cá gostam cada vez menos de nós, andámos lá a explorar os pretos e agora queremos roubar-lhes os empregos, além de estarmos a destruir-lhes os hotéis, a destruir a linda metrópole que nunca mais vai ser a mesma. (R: 189)

Os repatriados querem mostrar através de ações concretas como podem ser totalmente integrados na sociedade portuguesa, contribuindo para o seu desenvolvimento e produtividade, demonstrando, também assim, a injustiça que sobre eles estará a ser cometida ao serem considerados excedentários no contexto social de um país em crise, antes de terem tido oportunidade de mostrar o seu valor. A rotulagem de que são objeto só pode ser contrariada pela demonstração da sua utilidade prática na sociedade que os recebeu. Contudo, enquanto ainda na situação de desempregados, uma das reações mais comuns entre os hóspedes do hotel é a mentira como tentativa de elevação da sua imagem aos olhos dos que com eles convivem:

De certeza que lá o Juiz era outra coisa qualquer mas ninguém o desmente como também ninguém desmente os que se gabam das casas com piscina ou das fazendas com campos de algodão a perder de vista. Ninguém desmente porque não interessa, perdeu-se tudo, o muito e o pouco que se tinha. Até ouvi a mãe dizer que tinha um aspirador, o jeito que aquela máquina me fazia. (R: 117)

Estilos de vida inventados e bem diferentes dos que na realidade viveriam em África tornam-se comuns nos discursos dos retornados, como forma de combater o rebaixamento social de que são objeto: “Borboto é outra palavra nova que dizemos muitas vezes, as camisolas que nos dão nos sítios da roupa têm sempre borbotos. Não temos escolha, ou usamos as camisolas com borbotos ou andamos com o pijama por baixo das roupas antigas, as roupas de lá.” (R: 142-143). Ao viverem esta situação nova em que tudo lhes é concedido por caridade, sem casa, sem roupas e sem comida, estes colonos repatriados tentam manter a sua dignidade de qualquer forma, nem que seja através da imaginação de um passado de abundância que nunca existiu. A mentira é utilizada como forma de ganhar algum respeito entre os que os rodeiam, demarcando-se da situação em que vivem na atualidade pela estratégia de frisarem que estas se tratam de circunstâncias excecionais com as quais nunca se identificariam em situações normais. Estes retornados usam a fantasia como escape à inferiorização sentida na situação a que estão expostos no hotel e a imaginação sobre a qualidade de vida que teriam nas antigas colónias serve para enfrentar, não só a diminuição da sua figura perante os metropolitanos, mas também para fazer face à divisão que existe entre os próprios retornados:

Os retornados que não estão nos hotéis evitam os retornados dos hotéis, acham que somos besugos, não vínhamos de férias à metrópole nem acautelávamos a vida cá, não fomos espertos como eles, ou melhor, eles não foram parvos como nós, não enterraram naquela terra cada tostão que ganharam. (R: 116-117)

Os colonos repatriados deste hotel consideram-se dentro do grupo de “retornados dos hotéis” e têm, por isso, consciência de estar a ser marginalizados em várias frentes e por vários motivos. São olhados pelos outros refugiados de África, os “retornados que não estão nos hotéis”, como tendo sido pouco inteligentes ao acreditarem na propaganda oficial impulsionadora do povoamento das províncias ultramarinas, isto é, na criação de uma imagem de um Portugal real que se estenderia para além das fronteiras ibéricas, numa visão idílica do país que se aproximaria da ingenuidade infantil revelada por Rui no início da obra. Ao viver a desilusão pela realidade da metrópole com que se deparam, apresenta-se, também no livro, as consequências identitárias da passagem de Portugal como potência mundial imaginária para a condição de país real após a Guerra Colonial e a independência das ex-colónias, tal como afirma Margarida Calafate Ribeiro:

O inglório epitáfio ao império português não se ficou, (...), pelo discurso do lusotropicalismo, que aliás ainda hoje sobrevive. O epitáfio ao império português foi antes escrito por um discurso de guerra, inerente à intolerância ideológica do regime que o sustentava (e que ela sustentava), ainda que disfarçado de um discurso lusotropical que convertia uma guerra numa “missão de soberania”, uma violação num “acto de dádiva e de partilha”, um estropiamento ou uma morte num gesto heróico de defesa da integridade pátria. Mas a guerra seria também o desfazer desta ficção e o início do caminho de regresso de uma “potência mundial imaginária a País real; de *Império Mítico*, ou de *futurante Império*, a Pátria actual” (Piteira Santos, *apud Ribeiro*, 2004: 166)

Não é só Rui que se dececiona o que encontra na metrópole, todos os retornados se sentem defraudados nas suas expectativas. A realidade sobrepõe-se agora à ficção construída sobre a nação lusotropical imaginada por todos os que regressam das antigas colónias portuguesas. A morte da nação fantasiada e o emergir, após o 25 de abril, da imagem do Portugal salazarista como um país acanhado, conservador e atrasado, salta agora à vista, opondo-se a toda a propaganda difundida. A pouca abertura à diferença representada pelos retornados é apenas um sinal deste conservadorismo. Rui, que permanentemente contrapõe a imagem fantasiosa de Portugal continental que lhe foi transmitida com a existência real do que efetivamente encontra à sua volta na sua estadia no Estoril, expressa os sentimentos da generalidade dos retornados que estariam ligados a uma visão excessivamente crédula do império português, acreditando no que seria transmitido pelas autoridades oficiais. A estratégia de superiorização imaginária da nação, não apenas no contexto político e económico mundial, mas também internamente, de forma a estimular a partida de colonos para as províncias ultramarinas e fomentar a retirada de benefícios financeiros da exploração destes territórios, fica agora exposta como sendo apenas um mito, conforme refere Margarida Calafate Ribeiro sobre o Portugal imperial:

Ocultada por detrás de um discurso desproporcionalmente retórico em relação à realidade e de pretensa fundamentação histórica, a vulnerabilidade de Portugal, enquanto centro do seu próprio império, transformava-se agora numa singularidade única que só se cumpria no interior do seu império, o que possibilitava um afastamento de Portugal do tecido geopolítico europeu,

por ter, pretensamente, à semelhança do século XVI, outros centros de interesse que simultaneamente o definiam e, na verdade, o protegiam do sempre desconfortável confronto com a Europa. (Ribeiro, 2004: 13)

A suposta inclusão de todos os territórios ultramarinos numa nação alargada, estendida para além das suas fronteiras ibéricas, e, conseqüentemente, de todas as populações que os compunham como sendo um povo uno, apesar de multirracial e multicultural, era uma fantasia que é agora contrariada pela reação dos que os acolhem na metrópole - Só quando chegam à terra natal, os retornados percebem que abandonaram o único território que seria reconhecido pelos metropolitanos como sendo o seu. Ou seja, são os habitantes de Portugal continental que, na metrópole, os encaram como estrangeiros, veem-nos como pertencentes a África e não a Portugal e ao continente europeu, enquanto os antigos colonos sempre se tinham identificado com a metrópole. É o olhar dos outros que contribui para que os brancos das ex-colónias se vejam a si próprios como africanos por oposição aos portugueses, pelo que Rui, a certa altura, conclui: “Os de cá deviam tratar-nos ainda pior, quem não luta pela sua terra não merece respeito algum.” (Cardoso, 2011: 128). Por não terem sido bem recebidos naquela que pensavam ser a sua verdadeira pátria, a situação humilhante em que os repatriados se encontram no hotel é agravada pela sensação, que agora todos têm, de não terem cumprido o seu dever de cidadãos africanos, não tendo lutado pela manutenção da terra a que os que os rodeiam consideram que pertencem de facto, mas, em vez disso, terem procurado na metrópole um porto de abrigo que se revela ter sido sempre, afinal, uma ilusão. A reação dos portugueses da metrópole funciona como agente fundamental para o sentimento de pertença a África despoletado nestas pessoas que, verdadeiramente, só se apercebem da sua conotação com os povos e costumes africanos através de forma como todos à sua volta, agora na metrópole, os tratam. Enquanto colonos em África ver-se-iam como portugueses, em Portugal olham para si próprios como sendo, acima de tudo, africanos.

Para além disto, Rui observa também:

Ser retornado de hotel também é mau porque quer dizer que não há sequer um familiar que goste de nós o suficiente para nos querer em casa. Os nossos familiares da metrópole escreviam sempre aquelas mentiras das saudades, se vos pudesse dar um abraço, as saudades que vos tenho, mas agora que nos podiam dar todos os abraços que quisessem, temos muita pena do que vos aconteceu. (R: 124)

Os retornados obrigados pelas circunstâncias a permanecer em hotéis são olhados como dignos de pena por não serem estimados nem por alguém das suas famílias de origem. Os familiares de Mário e D. Glória não se mostram recetivos a acolhê-los, as saudades de que falavam as cartas recebidas pela mãe também ficaram em Angola, o que contribui para o sentimento de abandono desta família. Sentem-se, assim, vistos pelos outros retornados como totalmente indesejados, dado

que a rejeição acontece não só na metrópole, mas mesmo no seio da própria família. Os retornados recebidos no hotel do Estoril sentem-se apanhados em circunstâncias das quais resultam a sua discriminação no seio dos vários grupos que os rodeiam: enquanto portugueses, são inferiorizados pelos que se consideram legítimos habitantes da nação; na condição de retornados, sentem-se tratados como sendo de segunda categoria ao não conseguirem um lar de acolhimento. A rotulagem negativa é sentida de tal forma que a irmã de Rui se esforça por esconder a sua condição de retornada:

A minha irmã tem vergonha de ser retornada, finge que é de cá e esconde o cartão que tem o carimbo vermelho, aluna retornada, o cartão que dá direito a um lanche na cantina. A minha irmã cheia de fome mas sem coragem de ir à cantina para que os de cá não vejam o cartão, aluna retornada. A minha irmã a achar que pode não ser retornada apesar das roupas grandes, da pele ainda queimada pelo sol de lá, de se rir sem medo que os lábios sangrem, um sorriso bonito, a minha irmã a fingir que não é retornada, (...) (R: 150)

A irmã de Rui sofre ainda mais a discriminação de que os repatriados são alvo pela ligação dos representantes do sexo feminino deste grupo à imagem estereotipada de comportamentos de libertinagem sexual das mulheres negras em África:

Estar na metrópole ainda é pior para as raparigas, os rapazes de cá não querem namorar com as retornadas. Se for para gozar está bem mas para namorar não, os rapazes de cá dizem que as retornadas lá andavam com os pretos. E as raparigas de cá não querem ser amigas das retornadas para não serem faladas, as retornadas têm má fama, usam saias curtas e fumam nos cafés. (R: 143)

Por ter convivido com a população negra de Angola, Milucha sente na pele os preconceitos de género do Portugal tradicional e conservador que encontra na metrópole, verificados nas diferenças de tratamento concedido pela sua população em relação aos sexos feminino ou masculino. As mentalidades retrógradas revelam-se na forma como os portugueses julgam as mulheres que procedem neste território conservador da Europa da mesma forma que estariam habituadas em África, onde as diferenças entre as exigências comportamentais nos papéis sociais desempenhados pelos membros dos dois sexos não seriam tão acentuadas. Milucha enfrenta uma realidade ainda mais dura que Rui por, à partida, ter de lidar com preconceitos sexuais e de género, agravados por uma associação automática a ideias preconcebidas sobre as representantes de um grupo racial que não é o seu. O preconceito racial e de género ganha ainda mais força quando se coloca a hipótese da sua anterior ligação com rapazes de raça negra, questão que nunca é levantada no livro em relação a Rui e as raparigas de raça negra.

Para além da divisão entre retornados de hotel e que não estão em hotéis, neste livro, fala-se de uma realidade de “retornados” a Portugal continental que nunca cá teriam estado e para os

quais a metrópole consistia numa referência meramente geográfica, um ponto distante pelo qual não sentiam qualquer afinidade – pessoas cuja condição é quase sempre ignorada quando se fala nas consequências da descolonização portuguesa. Em *O Retorno*, não são apenas as camadas mais jovens da população branca de retornados das antigas colónias que surgem como representativas de um grupo populacional de nativos de África de raça branca: está também representada uma geração de colonos adultos, com filhos e já com ascendência africana, igualmente incluídos no grupo de retornados por questões meramente raciais:

[O Pacaça] Tem fotografias de pacaças-árvore de Moçambique e de pacaças-animal de Angola e nunca se esquece de dizer que tanto é retornado de Angola como de Moçambique, ou melhor não sou retornado de coisa nenhuma, que a bem dizer nunca aqui tinha posto os pés e já o meu avô tinha saído daqui com a jura de nunca mais cá voltar. (R: 115-116)

Não são só os jovens que surgem neste romance como já nascidos nas províncias ultramarinas, entre os retornados mais velhos do hotel, há já alguns nascidos em África, como o Pacaça. De facto, os estudos sociológicos demonstram ter havido um aceleração considerável da migração de portugueses da metrópole para África, nomeadamente para Angola e Moçambique, a partir da década de 50 (Castelo, 2007: 218), pelo que os brancos naturais de África seriam essencialmente membros da população ainda em idade jovem à data das independências, como Rui e Milucha. Contudo, aqui dá-se conta de casos de “retornados” adultos que também nunca teriam conhecido outras terras para além das suas de origem no continente africano e que seriam, em certas famílias, elementos descendentes de uma geração de brancos africanos.

O Pacaça é o porta-voz dos retornados e é o retornado mais retornado do hotel, nasceu em Angola mas vivia em Moçambique e por isso odeia em igual medida o Rosa Coutinho que deu Angola aos pretos e o Almeida Santos que fez o mesmo em Moçambique. O Pacaça nunca diz estes dois nomes sem acrescentar, vis traidores ou coisa pior, e se está na rua cospe para o chão em sinal de desprezo. (R: 99)

As ideologias de esquerda que contribuíram para a queda do império colonial são fortemente criticadas por vários dos retornados que se encontram no hotel, fazendo-se sentir a revolta dirigida aos defensores das ideologias progressistas do socialismo que conduziram às revoltas independentistas, forçando o abandono dos territórios africanos por parte de todos os que consideravam estas terras tão portuguesas quanto o território ibérico. No entanto, a situação agrava-se ainda mais no que respeita a estes casos, também chamados de “retornados” a Portugal mas que estariam em África há já algumas gerações. Para estas pessoas, a metrópole seria basicamente uma abstração, algo de que apenas ouviam falar, pressupondo-se que o único motivo que os teria forçado a procurar refúgio em Portugal continental seria o facto de serem de raça

branca, devido às perseguições de que este grupo racial passou a ser objeto nos antigos territórios ocupados. São estas pessoas as que mais se ressentem com a mudança para o continente europeu e que mais se insurgem contra os ideais revolucionários e independentistas do 25 de abril, na figura dos seus impulsionadores. A imagem da metrópole é a de um território remoto com o qual a maioria dos retornados já não se identifica, mesmo os que nela nasceram. Ao não serem acolhidos da forma que considerariam justa, os portugueses nascidos na metrópole sentem-se retornados a uma casa na qual são tratados como estranhos. O sentimento de injustiça pela situação vivida é notório em qualquer um dos colonos que foram forçados a regressar à metrópole e todos lamentam ter abandonado as terras que consideravam suas nas colónias ultramarinas. Contudo, no caso dos já nascidos em África, o sentimento de desterro total é agravado. A identidade nacional dessas pessoas é algo que, para elas, passa a não existir:

É hoje. Hoje é o dia da independência de Angola. Angola acabou, a nossa Angola acabou. Não sei para que estou a olhar para a televisão, não sei por que estou aqui.

Os homens têm os fumos por cima dos casacos, uma ideia do Pacaça que diz, estou de luto, hoje morreu-me a minha terra, hoje tornei-me um desterrado, vivemos na certeza de que as terras não morrem, vivemos na certeza de que a terra onde enterramos os nossos mortos será nossa para sempre e que também nunca faltará aos nossos filhos a terra onde os fizemos nascer, vivemos nessa certeza porque nunca pensamos que a terra pode morrer-nos, mas hoje morreu-me a minha terra, hoje morreram os meus mortos e os meus filhos perderam a terra onde os fiz nascer, os meus filhos desterrados como eu. (R: 153-154)

Os retornados não se identificam com este Portugal que se torna repentinamente tão pequeno. Nas colónias, e nos primeiros tempos em Portugal continental, consideravam-se portugueses de África, ou esforçavam-se por serem assim vistos, tal como os alentejanos são portugueses do Alentejo, mas agora as terras africanas são nações independentes. Passaram a ser estrangeiros, quer nas terras africanas a que pensavam pertencer por legítimo direito, quer em Portugal continental que, quando ainda em África, era pensado como a sua pátria de origem. A expressão “morreu-me a minha terra” é utilizada por Pacaça, expressando na perfeição a morte de um sentimento de pertença a uma terra como algo que faz parte da essência íntima de um ser humano. O sentimento de “amputação” da identidade é o que releva do excerto transcrito, tal como é referido no estudo sociológico sobre os retornados de Cláudia Pinto e Sofia Faria:

No que diz respeito à identidade de retornado, verificamos que a *amputação* constitui o seu elemento mais privilegiado. Mais do que a revolta, o inconformismo ou a saudade, o sentimento de *amputação* surge como o único elemento comum a todos os discursos, tanto na primeira como na segunda geração. Entendida como um sentimento de perda drástica, dolorosa e inesperada de todas as referências identitárias, a *amputação* marca a integração na sociedade portuguesa. Mesmo quando se consideram plenamente integrados, existe um passado que lhes foi arrancado, não só lhes é inacessível como já não existe, e um futuro que lhes foi negado. A reinvenção da identidade e da própria memória constituem então a única forma de adaptação. Tal como a alguém a quem amputaram uma perna tem que reaprender a andar, o retornado teve

de criar novas referências identitárias, recalçando muitas das suas memórias, de modo a sobreviver na sociedade portuguesa. (Pinto e Faria, 1996: 106-107)

A necessidade de redefinição identitária individual e coletiva da população portuguesa, devido a todo um passado que desaparece, é visível nestes retornados, obrigando a uma reinvenção profunda dos seus modelos sociais. Estas pessoas ficam sem uma pátria, sem uma terra de referência cultural e civilizacional quando perdem a legitimidade do sentimento de pertença ao território das suas raízes. A sua identificação com Portugal continental era apenas forçada pelo sistema colonial porque não sentida verdadeiramente pelos próprios envolvidos e revela-se como uma fantasia que não corresponde à realidade agora experienciada num ambiente ao qual vão ter de aprender a se adaptar. São estas pessoas que manifestam o sentimento de revolta mais profundo contra os impulsionadores da revolução de abril, vistos como responsáveis pela perda da sua pátria: “O Sr. Acácio pertence ao grupo da sueca do Pacaça e ao piquete dos contentores, está sempre a organizar manifestações, plenários e protestos contra os revolucionários e contra os comunas, sem esquecer o Bochechas que nos vendeu, o nosso maior inimigo.” (R: 102). Percebe-se também que os motivos da não aceitação dos retornados na sociedade portuguesa continental não se cingem a uma questão de empregos ou de conotação com uma civilização considerada selvagem e inferior; têm também por base questões ideológicas que agora se encontram desajustadas em relação às convicções suporte do processo de descolonização. O colonialismo é associado ao Portugal anterior ao 25 de abril e os retornados tornaram-se recordações vivas e incômodas de um passado revelador de ideias e princípios que a maioria não quer agora lembrar. Conforme é referido por Carolina Peixoto, “Na antiga metrópole os colonos repatriados foram frequentemente vistos com inquietação, como portadores de um extremismo de direita ou como recordações incômodas do entusiasmo colonial que muitos preferiam esquecer.” (Peixoto, 2011: 15).

A guerra colonial e os seus efeitos devastadores para a sociedade portuguesa estão ainda muito presentes nas memórias dos portugueses que colocam nos ombros destes antigos colonos das províncias ultramarinas uma parte da responsabilidade pelos conflitos. Os metropolitanos veem os colonos como tendo sido também os causadores dos conflitos que se arrastaram ao longo de vários anos, causando perdas irreparáveis entre os soldados combatentes:

Dizem que o Vítor não gosta de retornados por causa do irmão que foi fazer a guerra na Guiné e veio de lá maluco. Não sei como podemos ter culpa do que aconteceu lá aos soldados que iam daqui. Para mais o Vítor acusa-nos de termos andado a explorar os pretos mas defende o irmão e os outros soldados que andaram a matá-los. É mesmo esperto, explorar é mau mas matar já é bom. Claro que o Vítor começa com a cantilena, os soldados foram obrigados, não havia nenhum que quisesse ir para lá, blá, blá, blá. (R: 129)

Vítor, funcionário do hotel, resume a diferença na responsabilidade dos metropolitanos pela devastação dos autóctones, verificada nas antigas colónias portuguesas, como sendo por uma questão de ter sido feita, ou não, voluntariamente. Os soldados que maltrataram as populações nativas foram obrigados a isso, mas os colonos fizeram-no deliberadamente, visando o enriquecimento. Rui não percebe que os metropolitanos veem a manutenção dos privilégios dos colonos instalados nas terras portuguesas em África como tendo sido uma das causas da guerra. As pessoas como Vítor consideram que os combatentes da guerra colonial foram vítimas da ganância destes repatriados, que resistiam a devolver aos nativos africanos as terras que lhes tinham usurpado indevidamente - mas Rui pensa que o assunto em questão se resume apenas ao tratamento dado à população negra das colónias, muitos deles mortos e estropiados pelos soldados da metrópole. As concepções quanto a este assunto são bastante divergentes e representam as diferentes ideologias de direita e esquerda em confronto. Apesar das várias divergências no interior do grupo, os retornados tentam manter-se unidos contra a estigmatização de que são objeto por parte dos portugueses da metrópole: “Apesar de haver quase todos os dias macas entre nós também é verdade que nos preocupamos uns com os outros, temos que nos manter unidos, os de cá ainda gostam menos de nós do que os pretos lá.” (R: 219). Contudo, os retornados deste romance encontram uma explicação simples para o desprezo de que são alvo:

O Pacaça diz que a desgraça que nos aconteceu não é nada comparada com a desgraça que nunca deixou de acontecer aos de cá e até o João Comunista que discorda sempre do Pacaça lhe deu razão, não há pior desgraça do que nunca ter saído daqui, no meio de tanta miséria a única coisa que medra é a inveja. (R: 189)

Os aparentes motivos de rejeição dos retornados por parte dos portugueses em Portugal continental são, na perspetiva dos próprios, apenas uma fachada sob a qual se esconde o verdadeiro fundamento para a atitude de não aceitação dos que regressam à terra de origem, ou antes, a inveja e o rancor provocados pelo contraste entre as vidas dos residentes em Portugal continental que nunca conheceram outras terras e não chegaram a aproveitar as oportunidades de prosperidade oferecidas durante muitos anos de colonialismo, e as dos que, embora agora numa situação de miséria, tiveram outras vivências em diferentes ambientes. Para além destes, alguns colonos de estratos sociais mais elevados conseguiram realmente enriquecer em África, pelo que, nos anos finais da colonização, os europeus residentes nas províncias ultramarinas seriam associados a um nível de vida superior ao verificado em Portugal continental, podendo este fator estar também na base do argumento da inveja utilizado pelos retornados no excerto acima transcrito. Contudo, os retornados representados no livro não parecem querer ter plena consciência dos verdadeiros motivos que estariam por detrás da sua rejeição um pouco por toda a parte na

sociedade portuguesa que os acolhe. As tentativas de explicação para a atitude dos habitantes da terra que os recebe reflete uma forma de defesa encontrada por estes refugiados para as críticas que lhes são feitas, em que procuram elevar-se aos seus próprios olhos, tentando contrariar a inferiorização de que são alvo em Portugal continental. Na comparação que fazem entre as suas vivências em África e as dos que os tentam rebaixar agora nas suas terras de origem, realçam a pequenez de Portugal continental e a mesquinhez das mentalidades dos que nunca viveram fora da antiga metrópole.

O pai na sala de convívio com a ideia da fábrica de blocos de cimento como lá em Luanda no muro da tabacaria do Sr. Manuel com a ideia da nação nova, vamos construir uma nação nova, todos juntos, brancos e pretos, vamos construir uma nação mais rica que a América. (R: 250)

O livro termina, então, com uma nota de esperança, representada pelo espírito empreendedor de Mário que, depois de regressado de Angola e reunido com a sua família no hotel, longe de cruzar os braços à espera de que seja o Estado a resolver a sua situação, consegue reunir o consenso entre os amigos sobre as suas ideias para a criação de uma fábrica de cimento, de forma a refazer a sua vida na antiga metrópole:

Não foi fácil ao pai e ao Sr. Miguel encontrarem os sócios que faltavam, ninguém queria ficar devedor de tanto dinheiro nem ninguém queria ter tanto trabalho pela frente, que é uma boa ideia é mas não se esqueçam que esta terra não é generosa como a de lá, diziam. Mas a mãe tem razão, o pai fala melhor do que um doutor, e um a um consegui convencer os cinco sócios, eu sei que esta terra não é abençoada como as de lá, eu sei que esta terra pede-nos suor, lágrimas e sangue e em troca dá-nos um pedaço de pão duro, mas também sei que numa coisa esta terra não é diferente de nenhuma outra, nem mesmo das mais abençoadas, esta terra não rejeita o que lhe põem em cima, isso também sei, e é por isso que vos digo que o futuro passa pelo que se vai pôr em cima desta terra, casas, estradas, hospitais, escolas. É quase impossível não ficar entusiasmado ao ouvir o pai falar com tanta certeza. E foi assim que o pai conseguiu arranjar os cinco sócios para a fábrica de cimento. (R: 256-257)

A partida da família de retornados do hotel constitui o início da sua reintegração em Portugal continental, combatendo o estigma que a condição de “retornado” implica:

Amanhã já não estou aqui. Parece impossível. Parece impossível que o dia de deixar o hotel tenha chegado e que eu tenha medo de sermos outra vez uma família com uma casa. Tenho medo de deixarmos de ser uma família entre famílias de retornados no hotel e passarmos a ser uma família de retornados entre as famílias de cá. (R: 267)

Cabe, assim, aos repatriados de África, a tarefa de vincar a sua diferença no que respeita à sua ousadia e espírito empreendedor como forma de se reerguerem socialmente, conforme aconteceu na realidade em Portugal na época que se segue ao Golpe de Estado de Abril:

Quanto ao período de instabilidade que foi o pós 25 de Abril, acreditamos que as transformações então ocorridas na sociedade portuguesa criaram espaço para a população retornada, dadas as reformulações que, tanto no campo económico como no campo político, social e cultural, se fizeram sentir. Neste sentido, este grupo social parece ter sabido aproveitar as experiências por que passaram em territórios em expansão, como o eram Angola e Moçambique. Assim se explica o desenvolvimento em Portugal de novas actividades económicas, sobretudo nos sectores secundário e terciário, bem como o aumento do número de trabalhadores por conta própria. Ou seja, a vivência nas colónias de um período de crescimento acelerado, bem como o contacto com a cultura organizacional inglesa no caso moçambicano, permitiram aos retornados a formação de um *repertório de recursos culturais*, que possibilitou a tão bem sucedida integração da população retornada na renovada sociedade do pós 25 de Abril. (Pinto e Faria, 1996: 105)

Os retornados trazem enraizados hábitos de dinamismo económico e social, contrariamente ao estatismo da sociedade de Portugal continental, que viveu sempre sob o controlo apertado de um sistema que cortaria à partida a maior parte das iniciativas particulares visando o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos, sendo portanto um setor populacional mais condicente com a prática dos ideais de Abril. Ou seja, mais do que o espelhar de uma realidade pela qual passaram milhares de portugueses residentes nas ex-colónias, o objetivo final deste romance de Dulce Cardoso parece ser o de relembrar, agora, passados mais de trinta anos do abandono forçado de África por parte dos antigos colonos, a importância destas pessoas na construção de um Portugal renascido de uma guerra em todos os aspetos traumatizante. Esta população, inicialmente rejeitada, consistirá numa parte intrínseca de um novo país porque confinado às suas fronteiras europeias, sendo fundamental para o emergir da identidade diferente de uma nação obrigada a adaptar-se a um regime democrático em tudo diferente à ditadura vivida nos 40 anos anteriores e às novas fronteiras territoriais, confinadas ao pequeno espaço europeu.

Os protagonistas de uma época histórica considerada de esplendor, a colonização portuguesa em Angola, contribuem para o despojamento do suposto brilho associado aos tempos de povoamento das colónias através da reprodução das suas recordações do passado vivido em África. A memória dos tempos coloniais corresponde a uma época de exploração do colonizado negro, tempos em que os colonos em geral se considerariam superiores aos negros africanos, maltratando-os, ridicularizando-os e diminuindo-os como seres humanos, sem denotarem qualquer consideração pelas comunidades de autóctones africanos que são retratados como despojados da sua dignidade mais profunda, ou seja, da sua liberdade. Os colonos repatriados são personagens

que se esforçam por legitimar as suas recordações da época colonial, continuando a inferiorizar os que lhes eram subordinados de forma que permaneça implícito o cumprimento da sua obrigação de “domesticar” os que, de outra foram, permaneceriam em estado selvagem.

O desejo de regresso ao passado parece ser o único sentimento que une as personagens pertencentes ao grupo de retornados de Angola no romance de Lobo Antunes. A nostalgia do passado e o vazio sentido no presente é comum aos três irmãos desta obra, sendo representados como seres que vivem à margem da sociedade em que se movimentam agora na antiga metrópole.

O romance de Dulce Maria Cardoso concede o papel principal da sua narrativa aos colonos que revelam a visão estereotipada do funcionamento das sociedades coloniais, correspondendo aos grupos indistintos de colonos portugueses com os quais a maioria dos protagonistas das restantes obras aqui analisadas não se identifica. Esta autora termina o seu romance relembrando que, após o 25 de Abril, a nova força trabalhadora constituída pelos antigos colonos de África, na sua maioria adultos em idade ativa, foi determinante para a saída da crise social e identitária em que o país mergulhou com a perda dos territórios africanos, sendo parte fundamental para o desenvolvimento da nova nação confinada ao território europeu, no que parece ser uma tentativa de recuperar a memória do retornado de África, libertando-o da carga pejorativa a que este termo esteve sujeito durante muito anos.

9. Conclusão

A análise dos romances escolhidos permite interpretar a presença da memória do colonialismo português na ficção contemporânea, uma tendência que se verifica desde inícios do século XXI. Em Portugal, se por um lado, nos dias de hoje, se verifica uma rejeição do passado colonial e dos princípios e valores pelos quais se regeu esta época da história recente do nosso país, por outro, há sempre um interesse e uma nostalgia do império por parte de uma fação alargada de portugueses com ligações ao continente africano. Com efeito, conforme se pode verificar na recente produção artística sobre a época colonial, África ocupa um espaço importante na memória coletiva da nossa nação, hoje em dia mais por questões afetivas que por ambições políticas ou ideológicas. A literatura sobre o colonialismo português expressa, em muitos casos, a mágoa pela perda de laços vistos como legítimos, dando resposta a uma necessidade de catarse, uma forma de expressão da saudade de uma África agora longínqua e um pouco mítica. Através da escrita, rememora-se um tempo histórico pejado de significado para uma grande parte da população portuguesa, permitindo a partilha de experiências e a libertação de angústias coletivas por um passado perdido e um presente incerto. Contudo, o texto literário não pode ser entendido como autónomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. A literatura é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente e sintoniza-se, em alguma medida, com a perceção própria do seu tempo.

Nas obras analisadas, verifica-se a existência de uma escrita em estreita ligação com o ideário dos portugueses sobre a época colonial, construindo-se e desconstruindo-se um imaginário divulgado e ainda em vigor. A colonização de África é revista através de cada uma das personagens representadas nas obras estudadas, consistindo, assim, em narrativas nas quais se produzem evocações de períodos importantes sobre o passado histórico português, através dos vários relatos ficcionais sobre uma época retratada como marcante a nível particular. A reconstituição de tempos de ocupação das terras africanas em que os portugueses desempenhavam papéis de protagonistas da história das colonizações europeias, com particular destaque em África, é elaborada de forma contrastante com o presente individual de isolamento e de banalidade quotidiana vivido em Portugal pelas personagens representativas dos retornados. Em *Lobo Antunes*, a ânsia de cada um dos narradores retornados a Portugal em fugir a um presente marcado pela falta de protagonismo nas suas histórias particulares fá-los rever obsessivamente um passado em que, apesar de tudo, encontram as suas raízes identitárias. No romance de Dulce Maria Cardoso, estamos perante uma representação dos retornados como rejeitados em Portugal: vistos como responsáveis pelos erros do colonialismo, são pessoas recebidas sem honra nem glória no país de acolhimento depois de um processo de independência das colónias que não teve o cuidado

de salvaguardar a sua situação. Representa-se, desta forma, aspetos relativos ao passado histórico sobre a colonização portuguesa, salientando-se as duas facetas ainda bem presentes na memória coletiva dos portugueses: o povoamento e a perda dos territórios.

Relembrando as palavras de Birgit Neumann sobre as representações literárias da memória,

Literature represents a “reintegrative interdiscourse” (Jurgen Link) which is interwoven with other systems such as psychology, historiography, law or religion, and which draws on contents and concepts of memory that already circulate in a culture. In their world-creation, literary works resort to culturally predominant ideas of memory, and, through their literary techniques, represent these ideas in an aesthetically condensed form. (...) Literature represents a form of expression of the cultural appropriation of reality which has at its disposal specific means of exploration that are marked as fictional. In light of this specific referentiality of literary works – that is, cultural preformation on the one hand and possibilities of imaginative formation on the other hand – a study of fictional representations of memory yields insight into culturally prevalent concepts of memory, into stereotypical ideas of self and other, and into both sanctioned and unsanctioned memories. (Neumann, 2010: 335)

Concordando com estas palavras, considero que as obras trabalhadas dão o seu contributo para a análise do imaginário de um setor particular da sociedade portuguesa da atualidade - uma elite cultural constituída por escritores - sobre a forma como interpretam o funcionamento das sociedades coloniais pertencentes ao passado de Portugal, sendo isto possível através do confronto das suas representações ficcionais com outros discursos relacionados com o tema. Ao analisar estes textos não pretendi, assim, examinar as figurações construídas apenas sob uma perspetiva histórica pois esta revelar-se-ia redutora dado que os textos dialogam constantemente com discursos de outros campos, como é o caso dos estudos sociológicos, literários, culturais e de memória, principalmente, conforme tentei demonstrar, apropriando-se de premissas resultantes dos estudos destas áreas para o desenho ficcional de personagens e ambientes que dão o seu contributo para a memória coletiva de factos passados. Tendo em conta que a memória coletiva não é estanque e está em constante formação, sofrendo modificações ao longo dos tempos, revelando-se através da chamada consciência popular sobre os acontecimentos, conforme refere Kansteiner,

It [collective memory] is as much a result of conscious manipulation as unconscious absorption and it is always mediated. And it can only be observed in roundabout ways, more through its effects than its characteristics. In essence, collective memory studies represent a new approach to “that most elusive of phenomena, “popular consciousness”. (Kansteiner, 2002: 180),

pode-se inferir que a revisão, por parte destes autores, do imaginário coletivo sobre as antigas colónias portuguesas não é feita de forma isenta, consiste antes em reafirmações ou contradições de aspetos com ele relacionados, podendo dar o seu contributo para alterar o imaginário coletivo

sobre as épocas revisitadas. Na minha opinião, as obras trabalhadas são também uma forma particular de estes autores agirem sobre a memória coletiva da colonização portuguesa quando se acentuam aspetos que tiveram menor visibilidade ao longo dos anos de ocupação dos territórios africanos e se coloca em questão o ideário português sobre a época colonial relativamente a uma série de fatores já identificados, exercendo uma forma de pressão para a modificarem. Ao evocar as figuras dos colonizados, das mulheres e dos mestiços nas sociedades coloniais e o sofrimento e dificuldades vividos pelos retornados aquando da descolonização, coloca-se em cena aspetos aos quais foi concedida pouca visibilidade, combatendo o esquecimento a que estas pessoas foram votadas.

Afirma Neumann sobre a forma como os textos reproduzem as memórias do passado:

Numerous texts portray how individuals and groups remember their past and how they construct identities on the basis of recollected memories. They are concerned with the mnemonic presence of the past in the present, they re-examine the relationship between the past and the present, and they illuminate the manifold functions that memories fulfill for the constitution of identity. Such texts highlight that our memories are highly selective, and that the rendering of memories potentially tells us more about the rememberer's present, his or her desire and denial, than about the actual past events. (Neumann, 2010: 333)

Ou seja, para este autor, vários textos representativos de memória individual ou coletiva não consistem numa espécie de regresso ao passado, mas antes na manifestação da presença deste no presente, através de elementos mnemónicos reveladores da identidade. Com efeito, a memória do passado, segundo alguns autores, consiste essencialmente em tipos de presença: “a memória vive a tensão entre a presença e a ausência: presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente.” (Gagnebim, 1998: 218). Esta faceta da memória deve ser entendida quanto à opção, por parte dos autores das obras trabalhadas, de lembrarem a época colonial portuguesa, visto que se relaciona diretamente com a constante presença de África no imaginário dos portugueses pela importância que este passado assumiu e assume ainda hoje na história de Portugal e na vivência quotidiana dos portugueses. Ao mesmo tempo, em algumas das narrativas memorialísticas aqui examinadas, como *O Esplendor de Portugal* ou *A Árvore das Palavras*, os seus autores revelam ter consciência do papel da memória na interpretação de tempos presentes, quando reproduzem a interferência constante do passado no presente individual das personagens retratadas. Passado e presente são tempos indissociáveis da vivência particular e social dos indivíduos e estas narrativas reproduzem essa dialética através da fragmentariedade dos seus discursos que dão conta da forma como os acontecimentos vividos intervêm no quotidiano de cada um e revelam aspetos relacionados com o presente individual e coletivo dos indivíduos. Estas narrativas podem, assim, ser vistas como representando a forma como o passado colonial interfere, nos dias de hoje, no

presente dos portugueses, levantando questões que se relacionam diretamente com o que se considera ser a identidade portuguesa.

A identidade nacional dos portugueses baseou-se, durante muito tempo, na memória e na crença nos feitos coloniais que se tornaram principais pilares da construção da confiança e do orgulho português. Isto acontecia não apenas por motivos económicos ou políticos, mas também pelo facto de a grandeza nacional se ter relacionado, durante séculos, com o ultramar português, a razão de Portugal ser uma potência europeia. Durante o Estado Novo, a “missão colonial” empreendida no continente africano e a sua história passam a ser vistos como vitais para a manutenção do estatuto de Portugal no panorama mundial, sendo objetivo nacional a defesa do domínio destes territórios. A Guerra Colonial e a independência das colónias representaram a perda de uma parte importante do território nacional, desde logo por questões economicistas, mas principalmente por questões identitárias visto que as terras africanas sob domínio português eram entendidas como parte integrante da nação portuguesa. A perda nacional destes territórios africanos e o seu conseqüente abandono forçado por parte dos colonos consistiu numa rutura de laços afetivos e emocionais com repercussões durante muito tempo silenciadas, até à recente produção massiva de obras literárias, e não só, sobre temas relacionados com a colonização e o repatriamento de nacionais.

Segundo afirma Wulf Kansteiner,

The concept of trauma, as well as the concept of repression, neither captures nor illuminates the forces that contribute to the making and unmaking of collective memories. Even in cases of so-called delayed collective memory (as in the case of the Holocaust or Vietnam), the delayed collective onset of public debates about the meaning of negative pasts has more to do with political interest and opportunities than the persistence of trauma or with any “leakage” in the collective unconscious. Small groups whose members have directly experienced such traumatic events (veterans’ or survivors’ groups) only have a chance to shape the national memory if they command the means to express their visions, and if their visions meets with compatible social or political objectives and inclinations among other important social groups, for instance, political elites or parties. Past events can only be recalled in a collective setting “if they fit within a framework of contemporary interests.” (Kansteiner, 2002: 187-188)

Do mesmo modo só agora, no século XXI, parecem estar reunidas as condições para o despertar da memória dos antigos colonos de África e da sua expulsão das colónias, talvez devido ao fenómeno que hoje em dia se verifica de novo: o êxodo de vários portugueses para África, novamente à procura de melhores condições de vida que o nosso país não consegue proporcionar ou por considerarem já desvanecida a rotulagem de que foram alvo no pós-25 de Abril, dado que se verifica agora a sua total integração na sociedade portuguesa. As histórias particulares dos retornados estão diretamente ligadas à memória coletiva da nação portuguesa pela perda dos

símbolos da grandiosidade mundial de uma nação agora pequena e situada na periferia da Europa, assumindo a dimensão de traumatismo coletivo. Sobre os traumatismos, observa Paul Ricoeur:

C'est la constitution bipolaire de l'identité personnelle et de l'identité communautaire qui justifie, à titre ultime, l'extension de l'analyse freudienne du deuil au traumatisme de l'identité collective. On peut parler, non seulement en un sens analogique mais dans les termes d'une analyse directe, de traumatismes collectifs, de blessures de la mémoire collective. La notion objet perdu trouve une application directe dans les "pertes" qui affectent aussi bien le pouvoir, le territoire, les populations qui constituent la substance d'un État. Les conduites de deuil, se déployant depuis l'expression de l'affliction jusqu'à la complète réconciliation avec l'objet perdu, sont d'emblée illustrées par les grandes célébrations funéraires autour desquelles un peuple entier est rassemblé. À cet égard, on peut dire que les conduites de deuil constituent un exemple privilégié de relations croisées entre l'expression privée et l'expression publique. (Ricoeur, 2000: 95)

Os colonos regressados de África não tiveram a oportunidade imediata de manifestar a dor sentida pela perda dos territórios onde tinham construído as suas vidas, dado que o seu sofrimento foi desde logo deslegitimado pela vitória do discurso anticolonialista na sociedade portuguesa depois da Revolução de Abril. Consequentemente, após a descolonização, seguiu-se um longo tempo de silêncio sobre este tema, sem que estas pessoas tenham visto oportunidade para partilhar as experiências em África pela estigmatização a que foram sujeitas, silêncio que apenas foi quebrado na viragem do século XXI. O romance *O Esplendor de Portugal* foi dos poucos que, ainda em pleno século XX, deu conta, através da representação ficcional de personagens retornadas de África, da violência do processo de descolonização e respetivas repercussões na identidade portuguesa. A produção em massa de literatura sobre o tema verificada na atualidade pode ser interpretada como uma forma de expressão tardia do luto por uma perda que teve repercussões importantes ao nível da memória coletiva dos portugueses.

A memória dos tempos coloniais de Portugal manifesta a tensão entre a tendência para a mistificação de paraísos legitimamente conquistados e ingloriamente perdidos e a desconstrução desses mesmos mitos no discurso pós-colonial, pela revelação de facetas do colonialismo durante muito tempo ignoradas. As obras estudadas refletem esta divisão: o mito do colonialismo português como distintivo dos outros colonialismos europeus pelo seu humanismo e miscigenação racial é visível em *O Senhor das Ilhas*, em que a história da colonização das ilhas da Cabo Verde serve de motivo para a ficcionalização dos primórdios do povoamento português de África. A conduta da família representada é reveladora de uma mentalidade mais abrangente em relação à sociedade que os envolve, incluindo os negros nas suas preocupações com o desenvolvimento do arquipélago onde se situa a narrativa, devido à atitude respeitadora da cultura e costumes dos povos autóctones, e coincide com o entendimento geral da colonização de Cabo Verde como diferente da dos outros territórios ocupados pelos portugueses pela maior tolerância racial

comparativamente às restantes colónias portuguesas evocadas nas restantes narrativas aqui trabalhadas:

Na colónia de Cabo Verde nunca se praticou a distinção usual noutras colónias portuguesas entre “portugueses” e “indígenas” (cf. Carreira, 1997, p. 191). Embora em toda as colónias tenha havido miscigenação, em Cabo Verde ela deu-se em mais escala e inviabilizou desde muito cedo uma construção identitária assente nos ideais-tipo “branco” e “preto”. Enquanto em Angola e Moçambique, apesar da mestiçagem, as categorias “branco” e “preto” continuaram a ter um suporte biológico forte, em Cabo Verde, elas rapidamente o perderem para passarem a ter apenas um suporte social. (...) Assim, enquanto a identidade cabo-verdiana foi construída com categorias hibridizantes e niveladoras, como “mulato”, “crioulo”, “cabo-verdiano”, em Angola e Moçambique predominaram categorias contrastantes, como “branco/preto”, “colono/indígena” ou, numa escala de três categorias, “indígena/assimilado/branco”. (Batalha, 2004: 195-196)

A figuração da família de colonos no romance de Maria Isabel Barreno corresponde também à imagem do colono ideal na qual se basearam as políticas de incentivo ao povoamento das colónias. No entanto, ao longo da narrativa, verifica-se que estes protagonistas agem assim por não se deixarem condicionar pelas diretivas metropolitanas promotoras de discriminação racial e da exploração do trabalho indígena. São os protagonistas da obra que, por iniciativa própria, põem em prática ideias mais tarde teorizadas por Gilberto Freyre na sua noção sobre o lusotropicalismo português e difundidas pelo regime do Estado Novo como sendo característica geral lusitana. Já as restantes ações narradas transmitem outras visões da colonização em África que podem ser entendidas como geralmente negativas, dado que se retém a ideia de que todos saíram prejudicados: uns (colonos e colonizados) pela exploração de que foram alvo, ao longo de vários anos, por parte de uma metrópole prepotente e distante, outros pela perda a que foram depois sujeitos.

Os autores destes romances parecem usar a memória ficcional de aspetos particulares sobre a época colonial portuguesa de África como um registo escolhido propositadamente para combater o que, publicamente e durante muito tempo, se escolheu esquecer e revelar os erros de um passado comum, correspondendo à função da memória como passagem de testemunho, referida por Halbwachs. Segundo Paul Ricoeur:

On ne peut dire toutefois que le témoignage de Maurice Halbwachs aboutisse à un désaveu de la mémoire collective. Le terme même sanctionne le succès relatif de l'intégration de l'histoire à une mémoire individuelle et collective élargie. D'un côté, l'histoire scolaire, faite de dates et de faits mémorisés, s'anime de courants de pensée et d'expérience et devient ce que le même sociologue avait auparavant tenu pour “les cadres sociaux de la mémoire”. De passé historique qui devient progressivement le nôtre. La lecture, en prenant le relais de l'écoute de la parole des “vieux”, donne à la notion de traces du passé une dimension à la fois publique et intime. La découverte des monuments du passé est l'occasion de découvrir des “îlots de passé conservés”, tandis que les villes visitées gardent leur “physionomie d'autrefois”. C'est ainsi que peu à peu la mémoire historique s'intègre à la mémoire vivante. La caractere d'énigme qui obscurcit les récits du passé lointain s'atténue en même temps que les lacunes de nos propres souvenirs se comblerent et que leur

obscurité se dissipe. À l'horizon se profile le souhait d'une mémoire intégrale regroupant mémoire individuelle, mémoire collective et mémoire historique, souhait qui arrache à Halbwachs cette exclamation digne de Bergson (et de Freud) "On n'oublie rien". (Ricoeur, 2000: 515)

Com efeito, a conciliação dos três tipos de memória referidos por este autor é feita na literatura, que se apropria da dimensão coletiva dos passados históricos e particulariza, de forma ficcional, os efeitos provocados por acontecimentos históricos nos relatos individuais dos envolvidos, consistindo numa espécie de passagem de testemunho sobre o passado da nação às gerações seguintes.

Kansteiner refere, por sua vez, sobre a noção de memória coletiva e história o seguinte: "Collective memory is not history, though it is sometimes made from similar material. It is a collective phenomenon but it only manifests itself in the actions and statements of individuals. It can take hold of historically and socially remote events but it often privileges the interest of the contemporary." (Kansteiner, 2002: 180). A ênfase numa consciência histórica, que propõe a explicação universal de eventos e intenções, e a impossibilidade de transcender e objetivar a realidade, atinge um impasse em que quaisquer explicações são colocadas em questão quando se considera que os discursos de rememoração do passado estão sempre sujeitos à questão do ponto de vista:

Even historians have been forced to rethink their scholarly identities as a result of the rise of memory studies. While most academies still maintain that "in its demand for proof, history stands in sharp opposition to memory", there are good reasons to question such a clear epistemological divide between academic and non-academic representations of the past. Perhaps history should be more appropriately defined as a particular type of cultural memory because, as Peter Burke already remarked in 1989, "neither memories nor histories seem objective any longer. In both cases we are learning to take account of conscious or unconscious selection, interpretation and distortion. In both cases this selection, interpretation and distortion is socially conditioned." Memory's relation to history remains one of the interesting theoretical challenges in the field. (Kansteiner, 2002: 184)

A forma como o passado das sociedades é lembrado está sempre sujeita à subjetividade de quem narra, sendo o discurso histórico também socialmente condicionado pela seletividade da memória. A memória, por seu turno, deve ser considerada uma representação que, segundo Paul Ricoeur, articula a mistura entre a recordação e a ficção na construção do passado (Ricoeur, 2003¹⁹). A literatura, com particular ênfase no romance histórico, deve ser pensada como mais um lugar de registros de memória coletiva que dialoga de maneira crítica com outras memórias textuais. A memória de um texto, portanto, manifesta-se enquanto resultado complexo de transformações, apropriações e reconstruções de outros textos. Sob esta perspectiva, a memória coletiva das sociedades pode ser encontrada nos textos literários em estratégias dialógicas de representação que

¹⁹ http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia

podem ser identificadas e problematizadas pelos leitores. Embora historiadores e romancistas se interessem por diferentes acontecimentos, “a forma assumida pelos respectivos discursos bem como os objectivos da sua escrita são muitas vezes os mesmos” (White, 2005: 43), podendo afirmar-se que, hoje em dia, se considera que o discurso literário alarga o domínio do que se entende como histórico, exigindo uma revisão das fronteiras que separam ficção e realidade: “Encarados simplesmente como artefactos verbais, os textos históricos e os romances não se distinguem uns dos outros.” (*idem*: 45). Ao registar os factos como experiências que se constituem no plano do discurso e que podem, portanto, assumir múltiplas configurações, a obra literária mostra que toda a verdade, sendo discursiva, é uma construção. A literatura evidencia, desse modo, a limitação explicativa do historicismo, alargando a conceção linear da história.

A literatura analisada sobre o passado colonial em África reflete, assim, a realidade do colonialismo português trabalhando sobre o discurso histórico, obtendo-se uma compreensão do passado, não segundo os manuais de história, mas antes através da experiência e da interpretação dos autores ou narradores. Consistindo em novos “realismos”²⁰ da atualidade, estes textos permitem a interpretação da literatura como reflexo do contexto evocado. Este jogo de espelhos não pode ser visto, contudo, como produzindo meras cópias da realidade, conforme se exige ao discurso histórico, mas antes deve ser visto como constituindo uma produção discursiva que gera uma nova realidade sobre o que se reproduz, pois, conforme Paul Ricoeur chama a atenção,

La paire récit historique/récit de fiction, telle qu'elle apparaît déjà constituée au niveau des genres littéraires, est clairement une paire antinomique. Autre est un roman, même réaliste, autre un livre d'histoire. Ils se distinguent par la nature du pacte implicite passé entre l'écrivain et son lecteur. Bien qu'informulé, ce pacte structure des attentes différentes du côté du lecteur et des promesses différentes du côté de l'auteur. En ouvrant un roman, le lecteur se prépare à entrer dans un univers irréel à l'égard duquel la question de savoir où et quand ces choses-là se sont passées est incongrue; en revanche, ce lecteur est disposé à opérer ce que Coleridge appelait *wilful suspension of disbelief*²¹, sous réserve que l'histoire racontée soit intéressante: c'est volontiers que le lecteur suspend sa méfiance, son incrédulité, et qu'il accepte de jouer le jeu du comme si – comme si des choses racontées étaient arrivées. En ouvrant un livre d'histoire, le lecteur s'attend à rentrer, sous la conduite du pilier des archives, dans un monde d'événements réellement arrivés. (...) Aussi longtemps qu'on se tient de cette façon au plan des genres littéraires constitués, la confusion n'est pas admissible, du moins dans le principe, entre deux sorts de récits. Irréalité et réalité sont ténues pour des modalités référentielles hétérogènes; l'intentionnalité historique implique que les constructions de l'historien aient l'ambition d'être des reconstructions plus ou moins approchées de ce qui un jour fut “réel”, quelles que soient les difficultés supposées résolues de ce que nous continuons d'appeler représentation, (...). (Ricoeur, 2000: 339-340)

²⁰ Designação minha.

²¹ Em português, suspensão da descrença ou suspensão voluntária da descrença. Na interpretação mais frequente, a suspensão de descrença é entendida como o abandono da capacidade crítica diante do apelo imersivo de um universo ficcional: “The willing suspension of disbelief is a term most often used to describe the mechanisms of assimilation required to appreciate an invented situation, particularly a work of drama or fiction in film, theater, or literature. (...) The term was coined by literary figure Samuel Taylor Coleridge in his work from 1817, titled *Biographia literaria or biographical sketches of my literary life and opinions* (...).” (Martin, Greg, s.d, “Notes on willing suspension of disbelief”, Cf. <http://december7th.org/newsod/newsod.pdf>)

Conforme Ricoeur assinala, o texto literário produz apenas o efeito de verdade e não a verdade em si. De facto, embora não se possa considerar o discurso ficcional como estando ao mesmo nível do histórico, a literatura espelha realidades que fazem parte do passado comum das comunidades através de representações individualizadas dos factos históricos, permitindo a aproximação emocional aos acontecimentos narrados que o distanciamento exigido à transmissão de factos históricos proíbe. O texto literário elabora-se como mecanismo discursivo que se conecta à história e à memória coletiva de factos históricos, podendo, em função dessa conexão, ser tomado como verdadeiro, mas consistindo num discurso Outro desenhado sobre o discurso histórico.

Por tudo o que foi referido, ao longo do meu trabalho tentei analisar, num *corpus* de obras romanescas portuguesas contemporâneas, as representações literárias da memória do colonialismo português, dado que considero, no que se refere a estes textos, que o importante não é pensar somente em termos de verdade ou falsidade mas examinar os efeitos de verdade, determinando os elementos que, em alguma medida, se conectam à realidade histórica. A experiência literária, não sendo exclusivamente estética, diz respeito a um certo modo de interpretação histórica e cultural, implicando escolhas discursivas e ideológicas por parte dos autores. Por este motivo, a literatura aqui analisada não pode ser entendida exclusivamente através da expressão de emoções e sentimentos sobre África, dado que partilho a opinião de Dominique Viart sobre o que designa como “ficções críticas” da literatura contemporânea,

On observe d’abord un retour à la littérature transitive après deux décennies de recherches formelles et de solipsisme littéraire. Après une période esthétique consacrée à l’absolu du Texte, produisant une littérature “intransitive”, plus préoccupée d’elle-même que du monde, soucieuse d’explorer ses formes et de les contester de l’intérieur, d’en expérimenter de plus innovantes, la littérature se retrempe dans le monde, les écrivains se ressaisissent du réel, du sujet, non pour en revenir aux formes traditionnelles de l’expression-représentation mais pour aborder ces thèmes comme des questions problématiques que continuent de travailler les critiques et le soupçon portés par la modernité. (Viart, 2006: 186)

O regresso ao passado na produção literária portuguesa explica-se, em grande parte, por esta faceta de tendência literária voltada para o compromisso social verificada na contemporaneidade. Nas obras trabalhadas, a dimensão ética das narrativas destes autores está implícita na forma como são questionados e postos em causa o discurso dominante e outros discursos em circulação ao longo de muitos anos de povoamento português no ultramar.

A posição crítica dos autores das obras ao recordar o passado colonial português faz-se sentir em vários campos que, em meu entender, convergem não apenas na censura ao colonialismo em si, mas antes no contraponto que pode ser estabelecido entre as vivências representadas nas suas narrativas e as ideias difundidas durante o regime do Estado Novo em Portugal e ainda

presentes na memória coletiva sobre a colonização portuguesa. Sobre o incentivo à partida para África de portugueses provenientes da metrópole nesta época, afirma Cláudia Castelo referindo-se ao preâmbulo da criação das Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique²², escrito por Adriano Moreira em 1961:

A “alta prioridade” atribuída ao povoamento europeu da África portuguesa é encarada como uma tarefa “enorme e urgente”, que não pode ser deixada apenas “à simples inspiração individual”, mas deverá ser plenamente assumida pelo Estado. A integração multirracial, “feita com rejeição absoluta de todo o mercenarismo”, justifica o povoamento intensivo com elementos da metrópole que “ali estabeleçam o seu lar e encontram a verdadeira continuação da Pátria”, os incentivos à fixação definitiva de ‘trabalhadores especializados de todos os graus e sectores’, a criação de colonatos mistos, a promoção de comunidades rurais e, em geral, o acelerado desenvolvimento das infra-estruturas e das economias dos territórios ultramarinos”. (Castelo, 2007: 135-136)

A prioridade atribuída ao povoamento das colónias africanas, verificada durante este período, e o discurso de incentivo à partida de metropolitanos para as províncias ultramarinas baseado na ideia “lusotropicalista” de criação de sociedades multirraciais nos territórios colonizados contrasta essencialmente com as referências existentes nas obras literárias analisadas quanto às políticas coloniais emanadas da metrópole. Nos romances estudados, as políticas coloniais metropolitanas são experimentadas pelas personagens responsáveis pelo povoamento das colónias como sendo causadoras de sensações de isolamento e discriminação face aos metropolitanos. Através da leitura destes romances, infere-se que a preocupação do governo central, de acordo com o ponto de vista dominante nas narrativas, parece ser apenas a exploração do trabalho de colonos e colonizados em África. A indiferença das autoridades centrais em relação às populações e aos territórios do continente africano constitui a principal dificuldade que os representantes do colonialismo português são obrigados a enfrentar, suportando a diferença entre o discurso oficial defensor da ocupação das terras africanas e o que, na prática, se passa nas províncias ultramarinas, pelo que se entende que o discurso do lusotropicalismo, não sendo uma realidade, teria por objetivo apenas a manutenção do domínio português nos territórios ocupados e a defesa da unidade de um império já desunido por fatores geográficos, culturais e raciais.

As práticas de exploração dos colonizados são denunciadas por protagonistas de narrativas que se debruçam sobre as relações de interdependência entre os grupos que constituem a estratificação social das sociedades coloniais apresentadas, demonstrando um olhar compassivo relativamente aos autóctones africanos, olhar este bastante distinto da forma como os restantes

²² “No preâmbulo do decreto de criação das JPP de Angola e Moçambique [decreto nº 43895, de 6.9.1961], Adriano Moreira desenvolve uma argumentação de nítido pendor luso-tropicalista: esclarece que os problemas do povoamento estão ‘na base não só da valorização económico-social de territórios e gentes, como da real elevação destas e a integração com os elementos étnicos alienígenas na pátria comum, naquela harmoniosa comunidade multirracial que tradicionalmente nos temos proposto e esforçado por criar.’ (decreto supracitado).” (Castelo, 2007: 135)

colonos os encaram e tendem a depreciá-los. Na época do Estado Novo, o elogio ao desígnio colonial fazia-se nos seguintes moldes:

Salazar, o mesmo que habitualmente falava das “raças inferiores” nos anos trinta, passou, como por magia, a paladino da “sociedade plurirracial” exemplificada pelo Brasil-feito-pelos-portugueses, com “completa ausência de traços racistas”, classificando Portugal “nação compósita, euro-africana e euro-asiática”. Esta insistência no anti-racismo não era tanto destinada aos habitantes das colónias quanto ao exterior, para combater, explicitamente, a palavra de ordem “África para os africanos” e o hipotético ou real “racismo” dos movimentos anti-coloniais. Sistemáticamente, conscientemente, o regime português fez a “lavagem” do passado recente, sobrepondo-lhe o mito da continuidade de uma política portuguesa de “assimilação” e “integração”, querida dos liberais abolicionistas de meados do século dezanove, mas abandonada desde o fim do século. (Neto, 1997: 341)

As práticas contrárias ao que era defendido pelo regime de Salazar são expostas pela crítica expressa à divisão social e racial que se faz sentir nas colónias, algo que se salienta ao longo dos romances cuja localização espacial se centra em território africano e pode ser verificado através da aproximação narrativa ao ponto de vista das personagens que repudiam este estado de coisas. Através da leitura destas obras, deduz-se que o ideal europeu de civilização no processo de colonização implicou a ocidentalização do imaginário e das representações do colonizado, ou seja, o desvirtuamento da cultura do colonizado através de um falseamento da história. A missão colonial como civilizadora dos povos do mundo revela-se uma fraude, sendo evidente a exposição da exploração do trabalho forçado dos africanos pela parte colona em benefício próprio. A história das colonizações europeias é, afinal, a história da reconstrução forçada da personalidade do colonizado, da expropriação da sua herança cultural, em função do modelo ocidental imposto pelo dominador.

Repare-se ainda sobre a época do Estado Novo na citação que se segue:

Para legitimar a política portuguesa, numa época em que a velha ideologia se ia esboroando (por convicção ou por estratégia), não bastava falar de direitos históricos, era preciso negar o próprio facto da violência da exploração colonial. E aí interveio muito a propósito o lusotropicalismo : o português não explorou, “integrou-se” nos trópicos; não violentou, “criou mundos”, encheu de “afectividade” as relações com os indígenas, etc. Mas ao lusotropicalismo de Freyre foram acrescentados alguns condimentos, para o adequar ao paladar salazarista. (*idem*: 348)

A ideia do colonialismo português como mais tolerante e promotor da miscigenação cultural e racial foi ganhando, no imaginário português, uma dimensão simbólica da brandura de um povo em comparação a outros europeus, alcançando o estatuto de argumento defensor da “africanidade” da identidade portuguesa. Esta faceta mais permissiva do colonialismo português, defendida desde a época do Estado Novo, como característica distintiva do ambiente vivido nas colónias portuguesas e utilizada como fundamento para a permanência dos portugueses nas colónias numa

altura em que as vozes do anticolonialismo já se faziam sentir, é recusada pelos discursos ficcionais representativos da memória do povoamento português no continente africano, através de relatos da responsabilidade de narradores que reproduzem relacionamentos vividos com os nativos africanos. A figura do mestiço, representada nos livros de Maria Isabel Barreno e de Lobo Antunes como não se integrando nas sociedades coloniais, sustenta a negação atrás referida e acentua a discriminação vivida nas colónias de África pelos símbolos da hibridez e miscigenação racial.

Relembrando as palavras de Homi Bhabha, a relação colonial surgia mediada pelo estereótipo, ou seja, uma forma de nomear o Outro sem que este constituísse uma ameaça, porque o Outro permanecia sempre o Outro, nos termos em que o colonizador escolhia enunciá-lo:

O estereótipo não é uma simplificação por ser uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma imobilizada, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro autoriza), constitui um problema para a *representação* do sujeito nas suas significações das relações psíquicas e sociais. (Bhabha, 2005: 155)

Nas narrativas aqui trabalhadas, o estereótipo do negro africano é partilhado pelos grupos de colonos que rodeiam os protagonistas das obras, mas é negado na maior parte dos romances pelo relevo moral que os autóctones africanos assumem nas figurações que lhes são atribuídas e pela importância que os protagonistas lhes concedem nas suas narrativas. As personagens com papéis de destaque nos romances analisados não partilham da visão estereotipada de uma sociedade dividida em brancos e “pretos”, no entanto as sociedades em que se inserem são retratadas como encontrando-se assim espartilhadas.

Para além disto, a convicção generalizada de superioridade comportamental dos colonizadores como fator legitimador da dominação dos povos africanos é negada na maioria dos romances. Repare-se nas palavras de Cláudia Castelo sobre o estatuto do colono branco nas sociedades coloniais africanas:

No caso específico dos fluxos migratórios da metrópole para o ultramar, há que ter em conta que o migrante tem a percepção de que no destino se irá enquadrar no estrato dominante da sociedade, independentemente da sua posição social e económica, tanto à partida como no seio da própria comunidade colona. De facto, os territórios coloniais ofereciam oportunidades acrescidas aos naturais da metrópole, devido ao seu modelo económico (assente na exploração de mão-de-obra local, abundante e barata) e à própria estrutura social construída com base em fortes barreiras raciais que protegiam os colonos das ameaças exteriores e lhes garantiam um estatuto e um prestígio inquestionáveis. (Castelo, 2007: 203)

De acordo com Cláudia Castelo, nas sociedades coloniais, os brancos eram instados a considerarem-se superiores e a perspectiva geral sobre o seu percurso em África seria sempre

ascendente devido à disposição que teriam de mão-de-obra indígena barata. Contudo, nas obras estudadas, o estereótipo do Homem branco como civilizacionalmente superior é contrariado quando o conjunto de colonos supostamente responsáveis pela promoção do progresso civilizacional africano é apresentado como sendo moralmente deformado e constituindo um coletivo de princípios e valores de conduta desconcertantemente adulterado quanto ao que seria considerado “normal”, como acontece de forma particular no romance de Lobo Antunes. A visão dos colonizados como seres selvagens que se aproximam mais dos animais do que dos seres humanos é veiculada através das convicções expressas por estas personagens, que são elas mesmas expostas como desprovida das qualidades afetivas associadas aos seres humanos.

A mesma desconstrução de estereótipos é visível nos retratos das personagens femininas: a intencionalidade de alguns autores em reposicionar o papel dos elementos femininos na construção do império é expressa em obras como *O Senhor das Ilhas* ou *O Esplendor de Portugal*, em que a mulher é personagem central, protagonista de acontecimentos circunscritos à esfera familiar que não ficam atrás dos feitos desempenhados pelas personagens masculinas, e utilizada como elemento simbólico do funcionamento e queda do império. As mulheres assumem uma posição de destaque na maior parte das narrativas analisadas, apesar de confinadas aos respetivos ambiente domésticos. A figura da mulher negra é, por seu turno, muitas vezes retratada de forma intencionalmente oposta aos preconceitos que lhe estão associados nas sociedades ocidentais, particularmente nos romances de Lobo Antunes ou de Miguel Sousa Tavares, verificando-se mesmo a transferência de características estereotipadas atribuídas à negra africana para a figuração da mulher branca. Em algumas das obras estudadas, as negras são detentoras de uma mundividência e sabedoria empírica que chegam a afigurar-se superiores à cultura livresca ocidental ou aos ensinamentos do catolicismo.

Nas obras estudadas, alguns colonos percebidos como exemplares, em romances como os de Maria Isabel Barreno ou de Teolinda Gersão, são-no pelo facto de a colonização portuguesa em África ser representada por personagens que se caracterizam, no seu núcleo, pela vivência num limbo identitário, visto que não se identificam totalmente com alguma das civilizações e culturas totalmente opostas com as quais lidam no seu quotidiano: a metropolitana e a africana. A aproximação das personagens principais das obras ao ambiente africano é notória, por oposição ao afastamento em relação a normas e valores ocidentais de discriminação racial. Afirma Isabel Ferreira Gould, sobre as obras de Maria Isabel Barreno, Miguel Sousa Tavares e António Lobo Antunes aqui analisadas (juntamente com *A Casa das Rugas* de Eduardo Bettencourt Pinto, fora da minha análise), que estes romances:

(...) elucidate the ways in which the colonial experience forged—meaning both shaped and invented—Portuguese identity. The works offer an appreciation for the ambivalent, hybrid, and displaced aspects of Portuguese identity constructed out of Portugal and Africa. They specifically retrace the paths of individuals searching for their identity at the level of the intimate and the familiar, and at the more public level, in relation to broader institutions of political authority. These four novels evoke colonial Portugal to examine the complexities of identity of those whose lives intersected with Portuguese colonialism and its legacies. (Gould, 2008: 192)

Com efeito, as obras em questão tornam essencialmente visível a ambiguidade do papel dos colonos através da representação de ambientes de intimidade e vivências particulares de alguns dos protagonistas do povoamento do continente africano. A maioria dos protagonistas das obras não se identifica com as práticas usuais entre os colonos portugueses de África que são, no seu conjunto, pessoas que revelam apenas a visão estereotipada da cultura africana e dos nativos destes territórios, um todo que só assume protagonismo na obra de Dulce Maria Cardoso. Nos restantes textos analisados, as famílias imaginadas nestes romances concedem a importância aos negros africanos que, durante muito tempo, não foi concedida a estes grupos na literatura produzida durante a época colonial ou nos relatos oficiais sobre a história geral da colonização portuguesa neste continente. No entanto, através da leitura destas obras, é notório que a representação do que foi “civilizar” significa aniquilar a diferença através da escravização do colonizado e da perversão da sua humanidade ao serem-lhe negadas as propriedades afetivas e intelectivas determinadoras do afastamento do Homem dos seres irracionais. Reduzidos a meros animais ou objetos utilitários, os colonizados são a face menos visível e mais silenciada das várias histórias da colonização europeia, facto que a literatura pós-colonial se propõe colmatar. Os romances analisados não lhes cedem o protagonismo nem a voz, os relatos são exclusivamente da responsabilidade dos membros dos grupos representantes dos colonizados, contudo, ao pesarmos a diferença na qualificação das personagens representativas dos colonos brancos e dos colonizados negros, em confronto nas obras, o resultado constitui indício revelador da subjetividade dos autores relativamente à sua posição sobre o colonialismo. Com a exceção de *O Retorno*, pelo facto de constituir uma narrativa sob o ponto de vista da revolta experimentada pelo conjunto dos retornados de África, ou seja, os antigos colonos que tentam a todo o custo legitimar o seu passado colonial, nas restantes obras, quando analisadas em pormenor as referências feitas aos colonizados, verifica-se que existem, afinal, personagens que, se por um lado são também contraditórias porque afeiçoadas aos que as maltratam, por outro são detentoras de qualidades percecionadas como sendo essencialmente positivas quando em contraponto com as representações dos colonos, apesar de serem os supostos “selvagens” das sociedades reproduzidas. De facto, os “incivilizados”, inferiorizados e desdenhados pelos brancos, demonstram, muitas vezes, serem detentores de qualidades mais humanas em comparação com muitos colonos

representados nas obras, que não são capazes dos mesmos gestos de afeto relativamente ao que os rodeiam, no caso de *O Esplendor de Portugal* nem em relação a qualquer membro da sua própria família.

Repare-se, mais uma vez, nas palavras de Conceição Neto sobre o colonialismo português:

O estudo dos discursos teóricos coloniais, juntamente com a análise da legislação produzida a nível central e (não menos importante) a nível local, dá outra dimensão à interpretação da política colonial portuguesa, revelando claramente que a colonização portuguesa na primeira metade deste século não foi “tipicamente assimilacionista”, mas segregacionista, gerando sociedades onde a cor da pele era, como muito bem sabe quem viveu antes das reformas de 1961, um dos factores determinantes da posição social dos indivíduos. A existência de mestiços foi, ao longo da maior parte desse período, tratada como “um problema” e de modo algum glorificada como marca da identidade portuguesa. E isto, não representando novidade, apenas terá de ser repetido enquanto houver quem sustente o contrário. (Neto, 1997: 350)

A subjetividade explícita ou implícita da maioria das personagens revela a importância atribuída aos escravos e nativos que com eles lidam no seu dia-a-dia, principalmente no seu ambiente doméstico e estes são partes essenciais das suas vivências diárias, mesmo que os seus discursos expressem o contrário, conforme se verifica em *O Esplendor de Portugal*. Assume, assim, particular importância nos romances a figuração dos indígenas africanos como elementos fundamentais das sociedades coloniais das épocas. Apesar de marginalizados pela maioria dos colonos e pelo poder metropolitano que os ignora e em nada contribui para melhorar a sua situação, constituem parte integrante e fundamental das comunidades formadas nas colónias portuguesas. Os colonos brancos, protagonistas dos romances cuja ação se centra em territórios africanos, tentam compreender a sociedade envolvente como um sistema em que as várias partes influenciam o todo, sem divisões estanques, vendo para além das diferenças determinadas pelas barreiras sociais e culturais. A negação da visão do colonialismo português como mais brando e suave que os outros colonialismos europeus, respeitador das culturas nativas e promotor do hibridismo cultural e miscigenação racial como factores de base das relações estabelecidas nas antigas colónias é visível em todas as obras, contrariando discursos postos em circulação quer pelo regime do Estado Novo, quer pelos retornados de África ao longo dos anos posteriores à descolonização.

Desta forma, a literatura aqui estudada desenha as suas narrativas sobre os discursos em circulação sobre a época colonial, propondo-se, também, trabalhar o imaginário coletivo sobre a colonização de África ao representar as sociedades coloniais de forma coincidente, ou não, com visões mais ou menos consensuais sobre a forma como os portugueses construíram e destruíram o seu império. A contribuição para o discurso polifónico das margens de Portugal colonial parte, nas obras estudadas, de grupos sociais que foram quase totalmente ignorados na época colonial, ou

seja, os colonizados e mestiços, as mulheres e os retornados de África. Repare-se nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro:

Logo após o 25 de Abril de 1974, uma profusão de obras literárias e não literárias acusava, nas palavras de Maria de Lurdes Belchior, “uma espécie de *consciência de crise e demanda de identidade*” (...). Mas seria de facto no movimento do regresso das margens, a que assistimos no pós-25 de Abril, não só de África, mas de todas as outras ‘partes’ marginais que formavam o Portugal salazarista, que a questão se iria colocar de forma diversificada e polifónica num sentido macro e microestrutural, ou seja, na multiplicidade de respostas dadas pelas várias narrativas surgidas na multiplicidade de vozes ou pontos de vista que se regista no interior de cada uma. (Ribeiro, 2004: 235)

Através da literatura, tenta-se, assim, recontar a história que não foi contada sobre a época em questão, ou seja, a dos pequenos, fracos e oprimidos, numa perspetiva pós-colonial dos acontecimentos. É concedido espaço aos “ex-cêntricos” (Hutcheon, 1998: 62) da história de Portugal, deslocando-se o foco dos acontecimentos para as periferias. O trabalho sobre a História de Portugal, nas obras trabalhadas, resulta no questionamento de convicções relativas às épocas evocadas que fazem parte do imaginário português sobre a presença portuguesa em África.

Refere Isabel Allegro de Magalhães sobre as narrativas das últimas décadas do século XX e início do século XXI:

Embora haja um número considerável de romances com personagens que viajam, a maioria das suas viagens é agora viagem de regresso, de retorno à pátria: viagens de emigrantes chegados de países europeus, de soldados vindos das ex-colónias, de exilados regressados do estrangeiro, de retornados desembarcados de África. Voltam à procura da sua terra: Portugal. Mas essas chegadas, aparentemente o termo do círculo cumprido de uma viagem, ou o seu fim feliz, resulta na chegada a nenhum lugar, ou ao mesmo e esvaziado local da partida. E é aqui, na terra natal do velho e renovado país, que o foco da atenção é colocado. Muitos são os romances em que a realidade portuguesa posterior a 74 é descrita e narrada nas suas esperanças precárias, e sobretudo nas suas frustrações e rápidos desencantos, sem qualquer emoção nacionalista. Uma realidade atravessada por relações vazias ou violentas, por ambíguos compromissos, por uma total ausência de perspectiva. (Magalhães, 2005: 195-196)

Os autores analisados, através das suas narrativas sobre a desocupação dos territórios de África, como é o caso de *O Esplendor de Portugal* e *O Retorno*, e como testemunhas do processo de descolonização e da chegada em massa a Portugal dos milhares de ex-colonos, retratam as tragédias individuais provocadas por um processo de descolonização que não teve em conta a salvaguarda da situação dos colonos portugueses instalados em África, tendo resultado nas dificuldades de integração numa antiga metrópole que não os queria receber. A entrada em Portugal continental de um grupo, que os metropolitanos consideram indistinto, de pessoas representantes das ideologias coloniais rejeitadas após a Revolução de Abril, simbólicas do racismo em que se baseou durante muitos anos a construção do império e da exploração de

trabalho forçado dos autóctones africanos, consiste também no “regresso” de figuras indesejadas devido à estratificação racial e territorial em que assentava a visão global da população do império colonial português. Esta divisão em portugueses de primeira e de segunda categoria, consoante a raça e o território de origem, foi, durante muitos anos de dominação africana, incentivada pelas próprias autoridades centrais e, nas últimas décadas do império, combatida pelo discurso lusotropicalista. O lusotropicalismo difundido durante o Estado Novo revelou-se, afinal, incapaz de combater premissas há muito instaladas nas mentalidades dos portugueses.

Margarida Calafate Ribeiro considera sobre o que designa de “narrativas de regresso do pós-25 de Abril”:

Portugal era para estes “regressados” um país imaginado: idílica paz para os soldados cansados de guerra, realização de sonhos políticos para os exilados, porto seguro para exorcização de todas as humilhações passadas nas terras de emigração, metrópole imaginada e lugar de retorno obrigatório para os retornados, país de emigração para os “retornados” que nunca tinham partido. Na literatura que narra estes regressos das margens ao país imaginado – a que chamei “narrativas de regresso” do pós-25 de Abril (Ribeiro, 1998: 132) – assistimos a um movimento de repensar a nação, que, entre o espaço aberto pela revolução e a revisitação das ruínas do império, da guerra, do exílio, da ditadura ou da nossa própria história, tenta reimaginar o centro, já não enquanto espaço monolítico de representação de uma ficção nacional unificadora, mas no sentido em que Jacques Derrida o define, ou seja, como função aglutinadora de uma série de imagens diversas, polifónicas e fragmentárias que compõem o retrato precário da nação que se dispersou. (Ribeiro, 2004: 235-236),

Se, por um lado, a entrada dos colonos de África em Portugal continental foi sentida pelos antigos metropolitanos como uma ameaça a postos de trabalho, em *O Retorno*, verifica-se o espelhar da outra face da mesma moeda, ou seja, a contribuição dos repatriados portugueses para a posterior integração de Portugal continental no espaço europeu, pela importante fonte de mão-de-obra qualificada que constituíram, desempenhando posteriormente um papel importante no desenvolvimento da nação portuguesa repensada sem o seu império africano, conforme está hoje em dia comprovado por estudos sociológicos (Pires, 2003).

Dado que, segundo Stuart Hall, quando falamos de identidades não falamos de processos completos e acabados, a independência das colónias e respetiva entrada no continente de nacionais provenientes de África consistiram em processos causadores de alterações profundas na identidade nacional. De acordo com este autor,

(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. As partes “femininas” do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de

nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (Hall, 2006: 38-39)

A perda das províncias ultramarinas, além de ter sido uma perda política, representou também uma perda afetiva pela ligação particular da nação portuguesa a África. Atualmente, este passado continua a ter grande peso na história dos feitos dos portugueses, já não por uma questão de orgulho nacional, mas essencialmente pelo contraste entre o suposto brilho e glória da época colonial e o presente nacional despojado de qualquer protagonismo a nível mundial. Com a revolução do 25 de Abril, o regresso dos portugueses à antiga metrópole implica uma série de alterações na forma como os portugueses se reveem pela obrigatoriedade de inclusão da diferença no seu todo social. Da mesma forma que é inegável a influência lusitana na formação das sociedades africanas antigamente sob o seu domínio, África também desempenhou um papel importante na constituição da sociedade portuguesa, pelo que, ao pensarmos a identidade portuguesa, devemos considerar sempre a posição do Outro africano como elemento fundamental constitutivo dessa identidade. O facto de uma grande parte da população de Portugal ter nascido ou vivido, mesmo que de passagem, em África implica ainda a identificação da nação portuguesa às suas antigas colónias africanas, com muitos portugueses a olhar para o passado colonial com nostalgia do passado mas também como uma possível alternativa à depressão que a Europa vive nos dias de hoje.

O sentido último do romance de Dulce Maria Cardoso parece ser a reposição da justiça, como uma das funções da memória (Ricoeur, 2000: 107), em relação a estas últimas vítimas da colonização portuguesa que, hoje em dia, carregam ainda os traumas resultantes das perdas a que foram sujeitas. Ou seja, da leitura deste romance fica-se com a noção de que os retornados foram parte importante para o reerguer da nação, contribuindo para a imaginação de um novo Portugal como centro, desta feita não do seu próprio império, mas antes de um novo destino europeu, conforme se refere nos estudos de Boaventura de Sousa Santos sobre a integração de Portugal na Comunidade Europeia e lembrado por Margarida Calafate Ribeiro:

De acordo com o sociólogo, a “harmonização política e económica” exigida e desejada pela integração de Portugal trouxe “uma melhoria das condições gerais de acumulação”, produzindo, na generalidade, um sentimento nacional de progresso e desenvolvimento. Este sentimento, que o Estado gerou e cultivou, permitiu aos portugueses imaginarem-se como europeus, alimentando assim e tornando fundamental a dimensão simbólica da autonomia do Estado no processo de integração. Segundo o sociólogo, é “através desta dimensão muito complexa que o Estado regula, sobretudo com discursos e actos simbólicos, a dialéctica da distância e da proximidade, da diferença e da identidade, entre Portugal e a Europa” (...). Através desta “regulação” criou-se “um universo imaginário onde Portugal se transforma num país europeu igual aos outros, sendo o seu menor grau de desenvolvimento considerado simples característica transitória que cabe ao Estado gerir”. (Santos *apud* Ribeiro, 2004: 11)

Ou seja, outro mito que agora ruiu.

Com o meu trabalho, penso ter ajudado a retirar algumas conclusões sobre a contribuição destes textos literários, com características da pós-colonialidade, na interpretação do comprometimento do Portugal de hoje com o seu passado colonial, tirando algumas ilações sobre o posicionamento ideológico destes autores quanto às épocas representadas, concebendo ou contestando a despersonalização do colonizado ou a superiorização do colonizador. Tentei perceber a forma como os romances analisados interpretam as épocas evocadas, estudando os respetivos pontos de enunciação, e quais as repercussões que este tipo de narrativas pode ter na memória coletiva sobre um passado histórico marcante como é a colonização portuguesa de África. Procurei ainda analisar de que forma estes textos literários estabelecem vínculo com os contextos sociais e culturais representados, refletindo ou contestando a realidade, ou gerando uma realidade diferente, e o respetivo comprometimento das suas representações com discursos provenientes de áreas científicas diversas. Por condicionalismos de tempo e espaço, considero que ficaram por aprofundar uma série de fatores relacionados com o tema, como é o caso dos estudos de memória e os estudos culturais, aqui referidos de forma superficial ou os estudos pós-coloniais, aqui mencionados com um cariz demasiado abrangente, para só referir alguns. Penso, contudo, ter fornecido algumas pistas para posteriores desenvolvimentos, dado que considero que há outras obras relacionadas com a temática do colonialismo e da literatura pós-colonial portuguesa que ficaram por analisar. Chamo ainda a atenção para a citação de Nancy Wood²³ feita por Wulf Kansteiner:

While the emanation of individual memory is primarily subject to the laws of the unconscious, public memory – whatever its unconscious vicissitudes – testifies to a will or desire on the part of some social group or dispositions of power to select and organize representations of the past so that these will be embraced by individuals as their own. If particular representations of the past have permeated the public domain, it is because they embody an intentionality – social, political, institutional and so on – that promotes or authorizes their entry. (Wood *apud* Kansteiner, 2002: 188)

De acordo com estes autores, a vinda a público de memórias particulares do passado resulta de uma intencionalidade política, social ou institucional que autoriza a sua entrada no domínio público e, neste sentido, seria igualmente pertinente trabalhar o caso português da recente

²³ Wood, Nancy (1999), *Vectors of Memory: Legacies of Trauma in Postwar Europe*, Berg Publishers

produção massiva de memórias sobre as colónias africanas como mais uma figuração em torno das representações do colonialismo português.

10. Bibliografia

Bibliografia ativa

ANTUNES, António Lobo (2007), *O Esplendor de Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

BARRENO, Maria Isabel (1994), *O Senhor das Ilhas*, Lisboa, Editorial Caminho.

CARDOSO, Dulce Maria (2011), *O Retorno*, Lisboa, Tinta da China.

GERSÃO, Teolinda (1997), *A Árvore das Palavras*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

TAVARES, Miguel Sousa (2004), *Equador*, Lisboa, Oficina do Livro.

Bibliografia de contextualização teórica

ALVES, José Eustáquio Diniz, (s-d.), “O Discurso da Dominação Masculina” http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Gen_Alves_Text.pdf (disponível em 10/04/2010).

AMÂNCIO, Lígia (1993), “Género – Representações e Identidades”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 14, pp. 127-140, <http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/909/1/8.pdf> (disponível em 23/11/2011).

APPIAH, Kwame Anthony (2003), “Is the Post- in Postmodernism the Post- in Postcolonial?” in Mongia, Padmini (ed.) *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*, London: Arnold (Hodden Headline Group), pp. 55-71.

AZEVEDO, Viviana Clara Carvalho Freitas de (2010), “Representações da Sociedade Colonial de Moçambique em Escritas de Mulheres – A partir de *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56139> (disponível em 21/01/2012).

BENJAMIN, Walter (1994), “O Narrador: Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov”, in: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*, São Paulo: Brasiliense, pp. 197-221.

BERMAN, Bruce J. (1998), “Ethnicity, Patronage and the African State: The Politics of Uncivil Nationalism” in *African Affairs*, Oxford Journals, 97, pp. 305-341, <http://afraf.oxfordjournals.org/content/97/388/305.full.pdf> (disponível em 15/03/2011).

BHABHA, Homi K. (2001), “Disseminação: tempo, narrativa e as margens da Nação Moderna”, in Buescu, Helena, Duarte, João Ferreira, Gusmão, Manuel (orgs), *Floresta Encantada, Novos Caminhos da Literatura Comparada*, trad. Alexandre Dias Pinto, Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 533-573.

_____ (2005), “A Questão Outra – Estereótipo, Discriminação e o Discurso do Colonialismo” in Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Deslocalizar a Europa – Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia, pp. 143-166.

BAKHTINE, Mikhail (1978), *Esthétique et Théorie du Roman*, Paris, Gallimard.

BATALHA, Luís (2004) “A elite cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário” in Carvalho, Clara e Cabral, João Pina de (coord.) *A Persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, http://www.iscsp.utl.pt/~lbatalha/downloads/eliteportuguesa_caboverdiana.pdf (disponível em 07/05/2011).

BITTENCOURT, Marcelo (2008), “Modernidade e atraso na luta de libertação angolana” in Reis, Daniel Aarão e Rolland, Denis (orgs), *Modernidades Alternativas*, Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 277-294, http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Modernidade_e_atraso_na_luta_de_libertacao_angolana_2.pdf_protegido.pdf (disponível em 16/05/2012).

BARROS, José d’Assunção (2009), “História e Memória – Uma Relação na Confluência entre Tempo e Espaço”, in *Mouseion – Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle*, vol. 3, nº 5, jan-jul, pp. 35-67.

BONIFÁCIO, João (2011), “No Panteão dos Escritores Maiores” in *Revista Ípsilon, Jornal Público*, 14 de Outubro, <http://ipsilon.publico.pt/livros/critica.aspx?id=294668> (disponível em 21/11/2011).

_____ (2011), “O Ano em que Fizemos Contas aos Fantasmas do Império”, in *Revista Ípsilon, Jornal Público*, 16 de dezembro, <http://jornal.publico.pt/noticia/16-12-2011/o-ano-em-que-fizemos-contas-aos-fantasmas--do-imperio-23578438.htm> (disponível em 26/12/2011).

CABRAL, Maria Manuela A. Lacerda (1997), “A Costa dos Murmúrios de Lídia Jorge – Inquietação Pós-moderna” in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, XIV, pp. 265-287.

CALAFATE, Pedro (s.d), “Iluminismo em Portugal”, <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu0.html> (disponível em 16/02/2012).

CANTARINO, Carolina (2007), “Ficção pós-colonial retrata conflitos contemporâneos” in *Ciência e Cultura*, vol. 59, n. 2, pp. 54-56, (http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252007000200022&lng=en&nrm=iso). ISSN 0009-6725 (disponível em 18/03/2011).

CASTELO, Cláudia (2007), *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2011), “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre” in *IICT - blogue de História Lusófona*, Ano VI, Setembro, pp. 261-280, http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo_Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf. (disponível em 09/07/2013).

CHAKRABARTY, Dipesh (2005), “Histórias de Minorias, Passados Subalternos” in Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Deslocalizar a Europa – Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*, pp. 209-230, Lisboa: Edições Cotovia.

CARVALHO, Maria Elvira Malaquias de (2008), “O Averso do Mundo em O Esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, <http://www.academicoo.com/tese-dissertacao/o-avesso-do-mundo-em-o-esplendor-de-portugal-de-lobo-antunes> (disponível em 13/05/2012).

COLMEIRO, José (2011), “Nation of Ghosts?: Haunting, Historical Memory and Forgetting in Post-Franco Spain”, *452°F. in Electronic Journal of Theory of Literature and Comparative Literature*, nº 4, pp. 17-34, <http://www.452f.com/index.php/en/jose-colmeiro.html> (disponível em 12/01/2012).

CORDEIRO, Ana Dias (2011), “Os Retornados – Há um Novo Livro que os Faz Falar”, in *Jornal Público*, Revista P2; 11 de novembro, pp. 4-8.

CUNHA, Carlos M. F. da (s.d.), “A Questão da ‘Especificidade’ do Pós-colonialismo Português”, VI Congresso Nacional Associação Portuguesa de Literatura Comparada / X Colóquio de Outono Comemorativo das Vanguardas – Universidade do Minho 2009/2010, http://ceh.ilch.uminho.pt/Pub_Carlos_Cunha%20.pdf (disponível em 14/03/2012).

CUNHA, Isabel Ferin (2007), “Identidade e Reconhecimento nos Media” in *MATRIZES*, vol.1, nº 1, outubro, Universidade de São Paulo, pp. 187-208, <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1430/143017362011.pdf> (disponível em 05/06/2012).

DACOSTA, Fernando (1995), “A Surpreendente Integração dos Retornados” in *Jornal Público*, 26 de abril, <http://www.espoliadosultramar.com/n4.html> (disponível em 21/05/2012).

DAMÁSIO, Celuy Roberta Hundzinsky (2007), “A trindade composta por três personagens femininas do romance *O Senhor das Ilhas* de Maria Isabel Barreno” in *Revista Espaço Acadêmico*, nº 70, março, <http://www.espacoacademico.com.br/070/70damasio.htm> (disponível em 14/03/2012).

DIREITINHO, José Riço (2011), “Dulce Maria Cardoso Arrumar o Império num Quarto de Hotel” in *Revista Ípsilon*, *Jornal Público*, 7 de outubro, pp. 6-10, <http://jornal.publico.pt/noticia/07-10-2011/dulce-maria-cardoso--arrumar-o-imperio-num-quarto-de-hotel-23095003.htm> (disponível em 13/11/2011).

DUARTE, Isabel Margarida (2003), *O relato de discurso na ficção narrativa, Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

DUARTE, Maria Manuela da Silva (2000), “O Esplendor de Portugal: Do Tempo Vivido ao Tempo Evocado”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/13019/2/3355TM01MANUELADUARTE000069249.pdf> (disponível em 25/04/2012).

ERLL, Astrid (2010), “Literature, Film, and the Mediality of Cultural Memory” in Erll, Astrid, Nunning, Ansgaar (ed.), *A Companion to Cultural Memories Studies* Berlin/New York: The Gruyter, pp. 389-397.

FERREIRA, Priscila de Oliveira (2009), “O Romance Histórico na Literatura Portuguesa contemporânea”, in *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas - Dossiê: o romance português e o mundo contemporâneo*, Vol. 05 N. 02 - jul/dez, PPG-LET-UFRGS, Porto Alegre, <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/issue/view/918> (disponível em 16/09/2011).

FERRO, Rita (2012), “Dulce Maria Cardoso: “Então a Metrópole Afinal é Isto”, in *Revista Caras*, 11 de fevereiro, <http://caras.sapo.pt/famosos/2012/02/18/dulce-maria-cardoso-entao-a-metropole-afinal-e-isto> (disponível em 08/03/2012).

FORTUNATI & LAMBERTI (2010), “Cultural Memory: A European Perspective” in Erll, Astrid, Nunning, Ansgaar (ed.), *A Companion to Cultural Memory Studies*, Berlin/New York, The Gruyter, pp. 127-137.

GAGNEBIM, Jeanne Marie (1998), “Verdade e memória do passado” in *Proj. História*, S. Paulo, nº 17, Novembro, pp. 213-221, <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11147/8178> (disponível em 15/07/2013).

GARCIA, Rita (2011), *S.O.S. Angola – Os Dias da Ponte Aérea*, Alfragide: Oficina do Livro.

GOULD, Isabel Ferreira (2007), “Mulheres coloniais no novo romance português” in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, nº 2, jun, pp 65-74 (<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/644/1885> (disponível em 16/05/2011).

_____ (2008), “Decanting the Past: Africa, Colonialism, and the Portuguese Novel” in *Luso-Brazilian Review*, vol. 45, nº 1, Board of Regents of the University of Wisconsin System, pp. 182-197 <http://muse.jhu.edu/journals/lbr/summary/v045/45.1.gould.html> (disponível em 09/09/2010).

_____ (s.d.), “Ficções do Eu Colonial e Pós-Imperial: Memória, Identidade e Família em *O Esplendor de Portugal*”, www.plcs.umassd.edu/docs/plcsfactsandfictions/ferreiragould.doc (disponível em 09/09/2010).

GUSMÃO, Manuel (2001), “Da Literatura enquanto Construção Histórica” in Buescu, Helena, Duarte, João Ferreira, Gusmão, Manuel (orgs), *Floresta Encantada, Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 181-225.

HALBWACHS, Maurice (1992), *On Collective Memory*, ed. Lewis A. Coser, Chicago and London: University of Chicago Press.

HALL, Stuart (1990), “Cultural Identity and Diaspora” in *Framework*, nº 36, pp. 222-237, <http://www.rlwclarke.net/theory/primarysources/hallculturalidentityanddiaspora.pdf> (disponível em 23/07/2012).

HAMILTON, Russel G. (1999), “A Literatura dos PALOP e a Teoria Pós-Colonial” in *Via Atlântica*, nº 3, pp. 12-22, http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03_02.pdf (disponível em 04/09/2012).

HUTCHEON, Linda (1988), *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*, London: Routledge.

HUYSSSEN, Andreas (1995), *Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia*, New York: Routledge.

_____ (2000), *Seduzidos pela Memória: Arquitectura, Monumentos, Mídia*, trad. Sérgio Alcides, Rio de Janeiro: Aeroplano.

_____ (2003), *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*, California: Stanford University Press.

_____ (2004), “Mídia e Discursos da Memória”, entrevista, in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXVII, nº1, Janeiro/Junho, São Paulo, pp. 97-104, <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/854/637C> (disponível em 11/05/2011).

KANSTEINER, Wulf (2002), “Finding Meaning in Memory: A Methodological Critique of Collective Memory Studies” in *History and Theory*, nº41, pp. 179-197, <http://www.staff.amu.edu.pl/~ewa/Kansteiner,%20Methodological%20critique%20of%20collective%20memory%20studies.pdf> (disponível em 16/03/2012).

LACHMANN, Renate (2010), “Mnemonic and Intertextual Aspects of Literature” in Erll, Astrid, Nunning, Ansgaar (ed.), *A Companion to Cultural Memories Studies*, Berlin/New York: The Gruyter, pp. 301-309.

LEMOS, Gisele Cardoso de (2008), “Literaturas Pós-coloniais Anglo-Indiana e Brasileira: Questões Profanas e Sagradas” (Tese de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pp. 28-72 in http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0710493_08_pretextual.pdf (disponível em 18/02/2013).

LIMA, Isabel Pires de (s.d.), “Traços Pós-modernos na Ficção Portuguesa Actual” in *Revista Semear* 4, http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/4Sem_02.html (disponível em 11/03/2011).

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (1995), *O Sexo dos Textos*, Lisboa: Editorial Caminho.

_____ (2001), “Capelas Imperfeitas: Configurações Literárias da Identidade Portuguesa”, in Ramalho, Maria Irene, Ribeiro, António Sousa (orgs.), *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, pp. 307-348, Porto: Edições Afrontamento.

MARINHO, Maria de Fátima (1999), *O Romance Histórico em Portugal*, Lisboa: Campo das Letras.

_____ (2004), “O discurso da História e da Ficção: modificação e permanência” in Marinho, Maria de Fátima, Topa, Francisco (orgs.), *Literatura e História, Actas do Colóquio Internacional de Literatura e História realizado na FLUP de 13 a 15 de Nov./2003*, Porto: FLUP, Departamento de Estudos Portugueses e Românicos, pp. 351-363.

_____ (2006), “Maria Isabel Barreno – O Feminino em Construção” in *Scripta*, vol. 10, nº 19, 2º sem., pp. 203-214, Belo Horizonte, http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta19/Conteudo/N19_Parte03_art04.pdf (disponível em 04/04/2012).

MARTIN, Greg (s.d.), “Notes on willing suspension of disbelief”, <http://december7th.org/newsod/newsod.pdf> (disponível em 04/12/2013).

MATA, Inocência da (2006), “Estranhos em Permanência: A Negociação da Identidade Portuguesa na Pós-colonialidade” in Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Portugal não é um País Pequeno, Contar o Império na Pós-colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia, pp. 285-315.

_____ (2008), “A Crítica Literária Africana e a Teoria Pós-colonial: Um modismo ou uma exigência?” in *O Marrare - Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ*, n° 8, pp. 20-34, <http://www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm> (disponível em 17/01/2011).

_____ (2012), “Deambulações pós-imperiais: transgressões e trânsitos na literatura pós-colonial portuguesa” in Vieira, Cristina Costa, Luís, Alexandre Caos, Nzau, Domingos Ndele, Manso, José Henrique, Luís, Carla Sofia (coord. de), *Portugal- África: Mitos e Realidades Vivenciais e Artísticas*, Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, Covilhã.

MATIAS, Daniel (2010), “Linhas imaginárias: Questões e representações de masculinidade em *Equador*”, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Nova (Repositório), Lisboa, <http://run.unl.pt/handle/10362/4775> (disponível em 09/04/2013).

MATTER, Michele Beraldo (s.d.), “Entre a História e a Ficção: a escrita de um novo olhar em *Seara de Vento e Levantado do Chão*” (<http://www.msmedia.com/conexao/01/michele.pdf>) (disponível em 11/04/2012).

MATTOS, Audrey Castanón de (2012), “A escrita do eu por meio da memória: um estudo psicanalítico do romance *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão in *Revista Estação Literária, Londrina*, vol. 9, junho, pp. 95-110, <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL9Art7.pdf> (disponível em 05/06/2013).

MAURÍCIO, Ana Fabíola (2009), “Entrevista a Andreas Huyssen” in *Comunicação e Cultura*, n° 7, pp. 141-151, http://cc.bond.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/07_08_Entrevista_Andreas_Huyssen.pdf (disponível em 07/05/2011).

MEDEIROS, Paulo de (2006), “Apontamentos para Conceptualizar uma Europa Pós-colonial” in Sanches, Maria Manuela Ribeiro (org.), *Portugal não é um País Pequeno: Contar o Império na Pós-colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia, pp. 339-356.

_____ (2009), “Ghosts and Hosts: Memory, Inheritance and the Postimperial Condition”, VI Congresso Nacional Associação Portuguesa de Literatura Comparada / X Colóquio Comemorativo das Vanguardas – Universidade do Minho 2009/2010, http://ceh.ilch.uminho.pt/Pub_Medeiros.pdf (disponível em 10/03/2012).

MOHANTY, Chandra Talpade (2003), “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses in Mongia, Padmini (ed.), *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*, London: Arnold (Hodden Headline Group), pp. 172-197.

NACAGUMA, Simone (2011), “Espaço ficcional e espaço colonial em *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão in *Anais do SILEL*, vol 2, n° 2, Uberlândia: EDUFU, <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/1623.pdf> (disponível em 15/02/2012).

NEUMANN, Birgit (2010), “The Literary Representations of Memory” in Erll, Astrid, Nunning, Ansgaar (ed.), *A Companion to Cultural Memories Studies*, Berlin/New York: The Gruyter, pp. 333-343.

NEVES, Pedro Teixeira (2011), “Dulce Maria Cardoso – Uma Entrevista a Propósito de *O Retorno*”, <http://pedroteixeiraneves.wordpress.com/2011/10/12/dulce-maria-cardoso-uma-entrevista-a-proposito-de-%C2%ABo-retorno%C2%BB/> (disponível em 03/05/2012).

NEVES, Rita Ciotta (2009), “Os Estudos Pós-Coloniais: Um paradigma de globalização” in *Babilónia*, nº6/7, pp. 231-239, <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/babilonia/article/viewFile/912/746>, (disponível em 27/12/2010).

NOGUEIRA, Alberto Velho (2011), “*O Retorno – Dulce Maria Cardoso – O Uso da Língua e a sua Relação aos Leitores 13*” in Alberto Velho Nogueira – *Homem à Janela*, <http://albertovelhonogueira.blogspot.pt/2011/11/o-retorno-dulce-maria-cardoso-o-uso-da.html> (albertovelhonogueira.blogspot.pt, disponível em 14/03/2012).

NOGUEIRA, Rosângela Carvalho (2006), *O Esplendor de Portugal: O Estilhaçar das Identidades dos Sujeitos e da Nação*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Letras Vernáculas Universidade Rio de Janeiro, <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/mestrado/NogueiraRC.pdf>.

NORA, Pierre (1989), “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire” in *Representations*, nº 26, “Special Issue: Memory and Counter-Memory”, pp. 7-24, <http://links.jstor.org/sici?sici=07346018%28198921%290%3A26%3C7%3ABMAHLL%3E2.0.CO%3B2-N> (disponível em 04/06/2011).

PEIXOTO, Carolina (2011), “Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: A ‘Descolonização’ de Angola e o Retorno dos ‘Nacionais’”, http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/2350/1/CIEA7_6_PEIXOTO,%20Por%20uma%20perspectiva%20his%C3%B3rica%20p%C3%B3scolonial,%20um%20estudo%20de%20caso.pdf (disponível em 08/04/2012).

PINTO, Cláudia Sofia e FARIA, Susana (1996), “Retornados: Identidades de um Grupo [In]Conformado”, Trabalho do Seminário de investigação em Sociologia da Cultura, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, [http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/196/1/Retornados%20%20identidades%20de%20um%20grupo%20\(in\)conformado.pdf](http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/196/1/Retornados%20%20identidades%20de%20um%20grupo%20(in)conformado.pdf) (disponível em 06/02/2011).

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

PUGA, Rogério Miguel (2006), *O Essencial sobre o Romance Histórico*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

RAMOS, Ana Margarida (s.d.), “Recensão de *Equador* de Miguel Sousa Tavares”, <http://sweet.ua.pt/~anaramos/recensao-equador-texto.pdf> (disponível em 05/01/2013).

RAZERA, Gisélle (2009), “Equador: revisitando o passado, justificando atitudes, construindo um herói” in Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas - Dossiê: o romance português e o mundo contemporâneo, Vol. 05 N. 02 - jul/dez, PPG-LET-UFRGS, Porto Alegre, <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/issue/view/918> (disponível em 12/03/2012).

RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Porto: Margarida Calafate Ribeiro e Edições Afrontamento.

_____ (2007), *África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Edições Afrontamento.

_____ (s.d.), “Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo”, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, <http://web.ces.uc.pt/ces/publicacoes/oficina/188/188.pdf> (disponível em 15/04/2012).

RIBEIRO, Raquel (2010), “Os Retornados estão a abrir o Baú” in *Jornal Público*, Revista *Ípsilon*, nº 7436 de 20 de Agosto de 2010, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/08/os-retornados-est%C3%A3o-a-abrir_ba%C3%BA.html#tp (disponível em 18/01/2011).

RICOEUR, Paul (1980), “Narrative Time” in *Critical Inquiry*, vol. 7, nº 1, The University of Chicago Press, pp. 169-190, <http://www.jstor.org/stable/1343181> (disponível em 18/04/2013).

_____ (1997), *Tempo e Narrativa*, vol. 3, trad. Roberto Leal Ferreira, Campinas-SP: Papyrus.

_____ (2000) *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli*, Paris : Éditions du Seuil.

_____ (2003), “Memória, história, esquecimento”, http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia (disponível em 16/02/2012).

RODRIGUES, Inara de Oliveira (2006), “O espaço do incomunicável em *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão” in *Letras de Hoje*, vol. 41, nº 3, pp 57-46, Setembro, <http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/fale/article/viewFile/615/446>, (disponível em 24/11/2009).

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Identidade” in Ramalho, Maria Irene, Ribeiro, António Sousa (orgs.), *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 23-85.

SANTOS, Hélia (2005), “O Esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes – Um Romance Pós-colonial? Identidade, “Raça”, (Des)Território” in *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, nº 1, 2006, http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611esplendor_de_portugal_lobo_antunes.pdf (disponível em 10/03/2011).

SANTOS, Paulo Alexandre Jorge dos (2000), “A Encenação da Escrita em Três Textos de Maria Isabel Barreno”, Revista *Colóquio/Letras*, Fundação Calouste Gulbenkian, nº 155/156, pp. 372-376, <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=155&p=372&o=p> (disponível em 15/02/2011).

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos (2010), “O Modelo Predominante de masculinidade em Questão” in *Revista Políticas Públicas São Luís*, v. 14, nº1, jan./jun, pp 59-65, www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/download.php?id_publicacao (disponível em 06/11/2012).

SANCHES, Manuela Ribeiro (2005), “Introdução” in *Deslocalizar a Europa, Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia, pp. 9-21.

SAPEGA, Ellen W. (1995), “Aspectos do Romance Pós-Revolucionário Português: O Papel da Memória na Construção de um Novo Sujeito Nacional” in *Luso-Brazilian Review*, vol. 32, nº1, pp. 31-40, <http://www.jstor.org/stable/3513883> (disponível em 19/09/2012).

SILVA, Ana Cristina Nogueira da (2009), “Fotografando o mundo colonial africano – Moçambique, 1929” in *Revista Varia Historia*, vol 25, nº 41, Jan/Jun 2009, Belo Horizonte pp. 107-128, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid, (disponível em 15/11/2010).

SOTELINO, Karen C. Sherwood (2007), “Narrator versus Character Voice: Colonial Echoes in Teolinda Gersão’s *A Árvore das Palavras*” in *Revista Hispania*, vol. 90, nº 2, American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, Greeley, pp 224-233.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1994), “Can the subaltern speak?” in Williams, Patrick, Chrisman, Laura (ed.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*, Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, McGill University, pp.66-111, http://www.mcgill.ca/files/crclaw-discourse/Can_the_subaltern_speak.pdf (disponível em 10/01/2011).

_____ (2003), “Poststructuralism, Marginality, Postcoloniality and Value” in Mongia, Padmini (ed.), *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*, London: Arnold (Hodden Headline Group), pp. 198-222.

SULERI, Sara (2003), “Woman Skin Deep: Feminism and the Postcolonial Condition” in Mongia, Padmini (ed.), *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*, London: Arnold (Hodden Headline Group), pp. 335-346.

VALANDRO, Leticia (2009), “Diferentes origens, distintas (re)visões” in *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas - Dossiê: o romance português e o mundo contemporâneo*, Vol. 05 N. 02 - jul/dez, PPG-LET-UFRGS, Porto Alegre, <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/issue/view/918> (disponível em 06/02/2012).

VEGAR, José (2011), “O Adeus para Sempre” in *Jornal Expresso*, revista *Atual*, nº 2015 de 10 de junho, pp. 32-34.

VIART, Dominique (2006), “Fictions Critiques”: La Littérature Contemporaine et la Question du Politique” in Kaempfer, Jean, Sonya Floley, Jérôme Meioz (orgs.), *Formes de l’Engagement Littéraire (XV-XXI Siècle)*, Lausanne, Éditions Antipodes.

WELZER-LANG, Daniel (2001), “A Construção do Masculino: Dominação das Mulheres e Homofobia” in *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, vol.9, nº2, pp. 460-482, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008 (disponível em 06/03/2011).

WHITE, Hayden (2005), “As Ficções da Representação Factual” in Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Deslocalizar a Europa – Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia, pp. 43-61.

Sites Consultados:

[Revolução de 25 de Abril de 1974] Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>

[Retornados] <http://retornadosdafrica.blogspot.pt/>

[Equador] <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=131&doc=9951&mid=2>

[Maria Isabel Barreno] <http://www.novascartasnovas.com/historia.html>

